

Fernanda Alves de Brito Bueno

**A paisagem de Ouro Preto
como espacialização no tempo:**

A experiência e a vivência do
Morro da Queimada

vol. I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Fernanda Alves de Brito Bueno

A PAISAGEM DE OURO PRETO
COMO ESPACIALIZAÇÃO NO TEMPO:
A experiência e a vivência do Morro da Queimada

Volume 1

Belo Horizonte
2019

Fernanda Alves de Brito Bueno

**A PAISAGEM DE OURO PRETO
COMO ESPACIALIZAÇÃO NO TEMPO:
A experiência e a vivência do Morro da Queimada**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. D.Sc. André Guilherme Dornelles Dangelo

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

B928

Bueno, Fernanda Alves de Brito.

A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo
[manuscrito] : A experiência e a vivência do Morro da Queimada /
Fernanda Alves de Brito Bueno. - 2019.

2v. : il.

Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Arquitetura.



FOLHA DE APROVAÇÃO

A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: A experiência e a vivência do Morro da Queimada

FERNANDA ALVES DE BRITO BUENO

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 27 de setembro de 2019, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo - Orientador
EA/UFMG

Profa. Dra. Celina Borges Lemos
EA/UFMG

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA/UFMG

Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite
FAU/USP

Prof. Dr. Claudio Lister Marques Bahia
PUC MG

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2019.

*Aos meus pais, Sônia e Luiz Fernando, ao
meu irmão Bruno, e à Adriana.*

*E, especialmente, à sementinha de Amor
que aguardamos.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por sempre me cercar de pessoas especiais e possibilitar essa grande transformação e crescimento, não apenas profissional, mas sobretudo pessoal. O estudo da paisagem me fez mais humana.

Agradeço ao meu orientador, Prof. D.Sc. André Guilherme Dornelles Dangelo, pela confiança e por me permitir trilhar um caminho que até então era desconhecido; à Prof^a. Celina Borges Lemos, que com todo carinho me acolheu durante o processo, sempre disposta a me receber e compartilhar seus conhecimentos; ao Prof. Altamiro Sérgio Mol Bessa, pelas longas conversas e compartilhamentos, foi responsável por me abrir para novos caminhos, olhares e experiências na paisagem; à Prof^a. Maria Angela Faggin Pereira Leite, pelos pertinentes apontamentos na banca de qualificação, que me inquietaram a subir e viver a paisagem do Morro da Queimada; ao Prof. Cláudio Bahia, que gentilmente aceitou participar e enriquecer a minha banca de defesa.

Este trabalho não seria possível sem a Comunidade do Morro da Queimada, onde encontrei não apenas um objeto de pesquisa, mas se tornou lugar de acolhimento, de carinho e amizade. Jamais esquecerei as experiências ali vividas, os cafés e as boas conversas. Até porque, enquanto estiver por aqui, estarei sempre por lá... Pretendo manter os laços de afetos que foram construídos e me fizeram compreender aquele lugar, para além de uma ocupação nas encostas da serra. Em nome da comunidade, agradeço ao Walmir de Jesus (Tati); ao Juliano Ferreira; ao Danísio do Carmo Patrício, ao casal, Terezinha e Vicente de Oliveira; à Cláudia Martinha Barbosa; à Elizângela Moreira; à Maria da Conceição Gonçalves Xavier, entre tantos outros. Também agradeço a duas pessoas generosas que me guiaram na região, Agriberto Avelino Camilo e Edson Wander Martins.

Agradeço também a generosidade dos diversos especialistas, amigos e colegas, que me receberam e compartilharam suas experiências, além de preciosas informações sobre o Morro da Queimada: Prof^a. Márcia Arcuri Suñer, Prof^a. Yára Mattos, Prof. Frederico Sobreira, Arq. André Henrique Macieira, Arq. Benedito Tadeu de Oliveira, Prof. Carlos Magno Guimarães, Prof. Rodrigo Meniconi, Prof. Celso

Guimaraes Carvalho, Museóloga Célia Maria Corsino, Eng. Antenor Rodrigues Barbosa Junior, Edenir Ubaldo Monteiro, Penha Aparecida Vicente e ao atual Secretário de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, Zaqueu Astoni Moreira.

Agradeço ao acolhimento da Prof^a. Adriana Veríssimo Serrão, que não apenas me recebeu no Departamento de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, compartilhando seus conhecimentos e boas conversas sobre o universo da paisagem, mas ao seu lado, também pude vivenciar experiências na cidade.

À arquiteta Laura Lanna, minha ex-aluna, colega e amiga, que gentilmente produziu com todo carinho as cartografias para esta tese; ao Eng. Marco Antônio Pedrosa, Gerente de Projetos da Fundação Gorceix, que esteve pronto a ajudar, além de disponibilizar a imagem aérea de 2018; ao Prof. Frederico Sobreira, pelas conversas e por colocar à disposição todo acervo de imagens aéreas da cidade, além dos resultados de diversos trabalhos realizados na região; à Prof^a. e amiga Márcia Arcuri, que não mediu esforços em me ajudar, me escutou e me acolheu nas primeiras visitas em campo. À Prof^a. Yára Mattos, que gentilmente emprestou livro e disponibilizou relatórios de missão do arqueólogo Hugues de Varine.

Também deixo aqui meus agradecimentos aos atenciosos profissionais que me receberam no Arquivo Noronha Santos, acervo IPHAN-RJ, também pela gentileza no envio de diversos materiais digitalizados. À Helenice Oliveira, profissional sempre pronta a nos receber no Arquivo Público de Ouro Preto.

Ao Conselho do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada, o qual faço parte desde 2015, cuja experiência certamente foi importante para a realização do trabalho.

À UFOP, à Escola de Minas, e especialmente aos amigos e colegas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, aos quais agradeço por viabilizarem o período do meu afastamento, além de não medirem esforços para ajudar e colaborar. Entre todos, não posso deixar de expressar especial gratidão ao Tito Flávio Rodrigues de Aguiar, à Patrícia Junqueira, ao Rodrigo Nogueira, à Sandra Nogueira, à Monique Sanches e ao Gilberto, que não mediram esforços para me

apoiar e ajudar. Deixo aqui também meu agradecimento aos meus queridos alunos, que me inspiram, me fazem crescer e aprender a cada dia.

Ao NPGAU pela oportunidade do doutorado, aos professores pelo conhecimento compartilhado e à Paula por estar sempre disposta a ajudar.

Aos amigos e sobrinho do coração que estiveram ao meu lado, me escutaram, me acolheram, me deram força e colo nos momentos que precisei, a minha eterna gratidão. Não seria possível sem o carinho de vocês. O meu desejo era registrar aqui cada nome, mas seria impossível. Obrigada Deise Lustosa, minha eterna amiga e sócia; Ana Paula Marinho, Patrícia Costa, Laura Lage, Juliana Ziller, Ângela Costa, Elis Furlan, Joana... Vocês me alimentam de amor e amizade!

Deixei para o final o mais importante, a base e o alicerce da minha Vida: a minha Família. Aos meus pais, Sônia e Luiz Fernando, me faltam palavras para agradecer, por tanto amor, carinho, atenção e cuidado. Mãe, na delicadeza do seu sorriso e no seu abraço, eu encontro todo amor que preciso para me fortalecer. Pai, a sua sabedoria me guiou, as conversas com você me tranquilizavam e naquele momento eu tinha certeza que deveria seguir, e que eu conseguiria. Ao meu irmão Bruno e minha cunhada Adriana, viver e caminhar com vocês, faz a vida mais leve, cheia de encantos e emoções. Bruno, irmão e amigo, você é acolhimento e representa o amor mais puro que eu conheço; Dri (Pitica), antes de cunhada, você é amiga e se faz irmã. Obrigada! Amo vocês!

E no aconchego do lar, também encontrei os cuidados da Simone e o amor incondicional e companheiro de Bela e Canaan.

Agradeço também ao carinho de primos e tios, em especial Tio Octavio, que tem minha admiração e à Tia Ana Rosa, que sempre me acolheu em seus cuidados. E neste período, ganhei dois presentes, que para mim traduzem amor e esperança, meus afilhados Cadu e Bernardo.

Neste momento, o meu sentimento é de Gratidão! Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram, ajudaram e tornaram possível a realização deste trabalho! Saio

mais forte, mais humana, e na certeza de que o caminho para a conservação da paisagem deve acontecer pela sensibilidade, na valoração e identidade das pessoas.

Paisagem: Como se Faz

Esta paisagem? Não existe. Existe espaço
vacante, a semear
de paisagem retrospectiva.

A presença das serras, das imbaúbas,
das fontes, que presença?
Tudo é mais tarde.
Vinte anos depois, como nos dramas.

Por enquanto o ver não vê; o ver recolhe
fibrilhas de caminho, de horizonte,
e nem percebe que as recolhe
para um dia tecer tapeçarias
que são fotografias
de impercebida terra visitada.

A paisagem vai ser. Agora é um branco
a tingir-se de verde, marrom, cinza,
mas a cor não se prende a superfícies,
não modela. A pedra só é pedra
no amadurecer longínquo.
E a água deste riacho
não molha o corpo nu:
molha mais tarde.
A água é um projeto de viver.

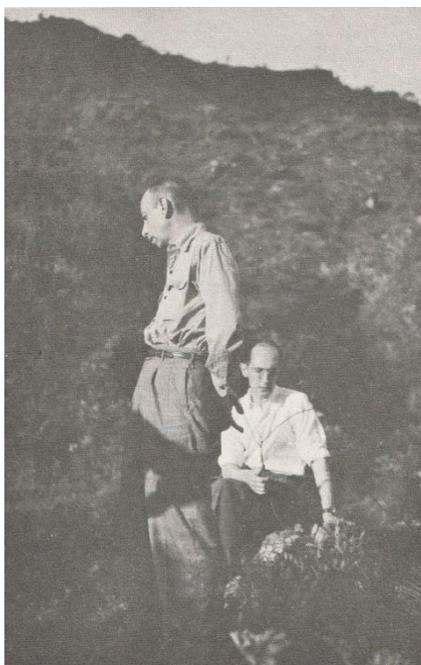


Imagem: Rodrigo Melo Franco de Andrade
e Drummond no Morro da Queimada,
Semana Santa de 1951 (SPHAN, 1987)

Abrir porteira. Range. Indiferente.
Uma vaca-silêncio. Nem a olho.
Um dia este silêncio vaca, este ranger
baterão em mim, perfeitos,
existentes de frente,
de costas, de perfil,
tangibilíssimos. Alguém pergunta ao lado:
O que há com você?

E não há nada
senão o som-porteira, a vaca silenciosa.

Paisagem, país
feito de pensamento da paisagem,
na criativa distância espacitempo,
à margem de gravuras, documentos,
quando as coisas existem com violência
mais do que existimos: nos povoam
e nos olham, nos fixam. Contemplados,
submissos, delas somos pasto
somos a paisagem da paisagem.

Carlos Drummond de Andrade
(DRUMMOND, 1974, p. 40)

RESUMO

Esta tese aborda a temática da paisagem e suas implicações aos sítios patrimoniais, ao considerar os desafios em se estabelecer uma política de preservação que incorpore seu caráter essencialmente dinâmico. A paisagem se estabelece como categoria de pensamento, sendo construída na modalidade tempo e espaço, ao compreender a influência do ser temporal e sua inserção ao ambiente, cujos caracteres culturais se misturam aos naturais. Entende-se que a paisagem é lida e vivenciada em sua constituição material e intangível, por meio de suas atribuições funcionais e estéticas. Pode-se considerar que ela transita na fonte do imaginário e do ideológico, mas é indispensável que se reconheça a sua existência real. Nesse sentido, a paisagem é compreendida como espaço da experiência e do juízo estético. A cidade de Ouro Preto foi escolhida para se pensar a temática, por todos os atributos que lhe conferem singularidade, destacando sua essência histórica e artística, mas sobretudo seus valores paisagísticos de natureza arqueológica, em meio a relevante ambiente natural e cultural. Como ambiente vivo, a cidade se transformou e a paisagem se mostra espacializada em sobreposições de estratos temporais. Pode-se dizer que o processo de (re)ocupação das encostas da serra, em sítios arqueológicos de antigas lavras de mineração, consiste em um dos maiores desafios das ações patrimoniais, principalmente pela herança ideológica do movimento modernista, o qual reduziu a cidade à objeto estético e sua paisagem à aspectos contemplativos. Sendo assim, a região do Morro da Queimada foi delimitada como objeto de pesquisa, sendo a ocupação do bairro de mesmo nome estabelecida como estudo de caso. A tese busca assim comprovar pelas *práxis* a possibilidade de leitura de categorias da paisagem, inicialmente em modalidade expandida, e verticaliza a pesquisa na experiência da comunidade, utilizando-se das narrativas como instrumento de identificação de uma consciência coletiva do lugar. Na perspectiva do patrimônio, defende-se que o caminho da preservação se faz pelo fortalecimento da identidade e da memória em contexto de intersubjetividade e pluralidade, sendo indispensável incorporar nas análises a visão dos especialistas. Defende-se, assim, que legitimar valores e fortalecer identidades seja o caminho para uma política patrimonial que incorpore desenvolvimento e conservação por meio da promoção social e cultural.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio. Preservação. Ouro Preto. Morro da Queimada.

ABSTRACT

The present thesis addresses the landscape theme and its implications for city heritage sites, considering the challenges in establishing a preservation policy that incorporates its essentially dynamic character. The landscape is established as a category of thought, being constructed in the time and space modality, embracing the influence of the temporal being and its insertion in the environment, whose cultural characters are combined with the natural ones. It is understood that the landscape is read and experienced in its material and intangible constitution through its functional and aesthetic attributions. It transits in the source of the imaginary and the ideological, but it is indispensable to recognize its real existence. In this sense, the landscape is understood as a space of experience and aesthetic judgment. The city of Ouro Preto was chosen to think about the theme, for all the attributes that give singularity to it, highlighting its historical and artistic essence, but above all its landscape values of archaeological nature amidst relevant natural and cultural environment. As a living environment, the city has changed and the landscape is spatialized in overlaps of temporal strata. It can be said that the process of (re)occupation of the mountain range slopes, in archaeological sites of former mining places, is one of the biggest challenges of city heritage actions, mainly due to the ideological heritage of the modernist movement, which reduced the city to aesthetic object and the landscape to its contemplative aspects. Thus, the Morro da Queimada region was delimited as a research object, and the occupation of the neighborhood of the same name was established as a case study. The thesis seeks to prove by *praxis* the possibility of reading landscape categories, initially in expanded mode, and verticalizes the research in the experience of the community, using the narratives as an instrument of identification of a collective awareness of the place. From the perspective of city heritage, it is argued that the path of preservation is made by strengthening identity and memory in the context of intersubjectivity and plurality, being indispensable to incorporate the expert's view in the analysis. Thus, it is advocated that legitimizing values and strengthening identities is the path to a city heritage policy that incorporates development and conservation through social and cultural promotion.

Keywords: Landscape. City heritage. Preservation. Ouro Preto. Morro da Queimada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema da conformação urbana por Sylvio de Vasconcellos	61
Figura 2 - Mapa de Vila Rica (cerca de 1775-1800). Autoria: Manoel Ribeiro Guimarães	63
Figura 3 - Mapa Horto Botânico (1789).....	64
Figura 4 - Vista Horto Botânico de Ouro Preto	64
Figura 5 - Ladeira de Santa Efigênia (1969)	66
Figura 6 - Ladeira de Santa Efigênia (2018)	66
Figura 7 - Ouro Preto, panorama da freguesia do Pilar (anos 1870)	67
Figura 8 - Ouro Preto, panorama da freguesia de Antônio Dias (anos 1870)	67
Figura 9 - Desenho do antigo Morro de Santa Quitéria, com a representação ao fundo do Palácio do Governador (ca. 1785-1790)	70
Figura 10 - Capela da Ordem Terceira de São Francisco	72
Figura 11 - Planta da Cidade de Ouro Preto no início do século XIX (supostamente após 1823).....	73
Figura 12 - Representação da paisagem de Villa Rica por Thomas Ender [1817- 1821].....	76
Figura 13 - Antiga Villa Rica na pintura de Thomas Ender [1817-1821]	77
Figura 14 - Antiga Villa Rica na pintura de Rugendas [1822-1829]	78
Figura 15 - Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto (provavelmente da segunda metade do século XIX).....	80
Figura 16 - Mapa de Ouro Preto (1888).....	81
Figura 17 - Parte do “projecto de boulevard”	83
Figura 18 - Cartografia de Ouro Preto (1937)	90
Figura 19 - Cartografia de Ouro Preto (1979)	103
Figura 20 - Proposta de zonas <i>non aedificandi</i> e cinturão verde	107
Figura 21 - Proposta de expansão e valorização, elaborado por Viana de Lima (1969)	108
Figura 22 - Sistema Interurbano proposto em Plano da Fundação João Pinheiro..	112
Figura 23 - Cartografia de Ouro Preto (2014).....	117
Figura 24 - Ouro Preto e seus <i>iconemas</i>	118
Figura 25 - Vista da Serra de Ouro Preto a partir do Morro do Cruzeiro	121
Figura 26 - Vista dos bairros de Santa Efigênia, Padre Faria e Alto da Cruz	122
Figura 27 - Bairro de Antônio Dias (década de 1940).....	122
Figura 28 - Bairro de Antônio Dias.....	122
Figura 29 - Vista do núcleo histórico a partir da ladeira do Gambá (1969)	125
Figura 30 - Vista do núcleo histórico a partir da ladeira do Gambá (2018).....	125
Figura 31 - Vista do Antônio Dias a partir do mirante da Igreja de Santa Efigênia (1961)	126
Figura 32 - Vista do Antônio Dias a partir do mirante da Igreja de Santa Efigênia .	127
Figura 33 - Vista da Serra de Ouro Preto a partir do adro da Igreja de Santa Efigênia (1969)	128

Figura 34 - Vista da Serra de Ouro Preto a partir do adro da Igreja de Santa Efigênia (2018).....	128
Figura 35 - Vista da Vila Aparecida a partir da Igreja de São Francisco de Paula (1969).....	129
Figura 36 - Vista da Vila Aparecida a partir da Igreja de São Francisco de Paula (2018).....	130
Figura 37 - Vista do Antônio Dias a partir das Lajes (1969).....	131
Figura 38 - Vista do Antônio Dias a partir das Lajes (2018).....	131
Figura 39 - Vista da Praça Tiradentes a partir da Rua Nova (1969).....	132
Figura 40 - Vista da Praça Tiradentes a partir da Rua Nova (2018).....	132
Figura 41 - Modo de extrair ouro no Rio das Velhas (ca. 1780).....	161
Figura 42 - Desenho de mundéus elaborado por Eschwege (1833).....	162
Figura 43 - Levantamento em região do Morro da Queimada, por Sylvio de Vasconcellos (1956).....	165
Figura 44 - Levantamento na Piedade, por Sylvio de Vasconcellos (1956).....	166
Figura 45 - Levantamento casas no Morro da Queimada, por Sylvio de Vasconcellos (1956).....	167
Figura 46 - Registro por Sylvio de Vasconcellos, como provável casa de Pascoal da Silva Guimarães.....	168
Figura 47 - Detalhe do Morro da Queimada, em mapa de Villa Rica (cerca de 1775-1800) Autoria: Manoel Ribeiro Guimarães.....	169
Figura 48 - Capela de São João (por volta de 1969).....	170
Figura 49 - Capela de Santana (aproximadamente em 1946).....	171
Figura 50 - Recorte do Morro da Queimada em Planta da cidade de Ouro Preto no início do século XIX, após a independência (1823).....	172
Figura 51 - Recorte do Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto, na região do Morro da Queimada (provavelmente na segunda metade do século XIX).....	173
Figura 52 - Detalhe da região do Morro da Queimada (cartografia de 1888).....	174
Figura 53 - Planta das Lavras de Tassara e adjacentes (1900).....	175
Figura 54 - Imagem aérea de 1950 na escala de 1:25.000, realizada pelos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A; Serviço Geográfico do Exército.....	177
Figura 55 - Imagens comparativas do Morro da Queimada dos anos de 1990 (a) e 1998 (b).....	183
Figura 56 - Imagem aérea da região do Morro da Queimada (2018).....	186
Figura 57 - Conjunto de vestígios de edificações.....	189
Figura 58 - Vestígios arqueológicos de prováveis edificações.....	189
Figura 59 - Imagem de uma estrutura de mundéu, cuja saída é utilizada como passagem de esgoto.....	190
Figura 60 - Registro de um sarilho.....	191
Figura 61 - Vestígios de muros.....	191
Figura 62 - Registro do moinho.....	191
Figura 63 - Registro de uma boca de mina.....	191
Figura 64 - Áreas escavadas no entorno dos bairros Morro da Queimada, Santana e Lajes, segundo o geólogo Frederico Sobreira.....	192

Figura 65 - Alterações morfológicas entre os bairros Morro da Queimada, Santana e Piedade, segundo o geólogo Frederico Sobreira.....	192
Figura 66 - Alteração morfológica entre o bairro Morro da Queimada e a região das Lajes e, no alto, as edificações da Rua do Fundão	193
Figura 67 - Imagem da região do Morro da Queimada, próxima ao Campinho da Vassoura, antes do processo de desapropriação.....	196
Figura 68 - Edificação sobre remanescente arqueológico	197
Figura 69 - Demolição de uma das moradias construídas nas proximidades das ruínas.....	197
Figura 70 - Proposta de implantação das estruturas de apoio ao Parque do Morro da Queimada	199
Figura 71 - Áreas analisadas em relatório de 2014, sob coordenação do Prof. Carlos Magno Guimarães	203
Figura 72 - Vista da antiga residência do Sr. Joaquim Gonçalves de Matos, a partir da Rua 15 de Agosto	233
Figura 73 - Casa do Sr. Joaquim Gonçalves de Matos, cujo terreno foi adquirido em 1940.....	233
Figura 74 - Casa que pertenceu ao Sr. Luiz Cândido de Jesus.....	235
Figura 75 - Dona Vera e sua filha Maria da Conceição, em frente à casa.....	235
Figura 76 - Vista superior do conjunto de casas da família de Luiz Cândido de Jesus	235
Figura 77 - Quintal e imóveis da família de Jesus	235
Figura 78 - Recibo de compra de uma casa no Morro pelo Sr. Luiz de Jesus (1937)	236
Figura 79 - Registro de três moradias de uma única família.....	241
Figura 80 - Escadaria denominada Rua das Camélias.....	241
Figura 81 - Vista da área central da cidade na experiência do olhar do Morro da Queimada	242
Figura 82 - Vista superior de uma escadaria de acesso	246
Figura 83 - Vista superior da Rua Nossa Senhora das Graças	246
Figura 84 - Registro de edificações sólidas e de grande porte	248
Figura 85 - Registro de grandes edificações sem acabamento	248
Figura 86 - Conjunto de edificações inacabadas na porção alta do morro	248
Figura 87 - Edificações sólidas e elaboradas na Rua das Camélias	248
Figura 88 - Vista do Alto da Cruz e Santa Efigênia em meio à natureza exuberante da Serra do Itacolomi, a partir de um terraço no Morro da Queimada	249
Figura 89 - Terraço como lugar de cultivo	250
Figura 90 - Lugar de cultivo em meio a edificações.....	250
Figura 91 - Acesso ao bairro pela Rua do Ouro	251
Figura 92 - Largo onde se localiza o cruzeiro, no final da Rua Nossa Senhora das Graças	251
Figura 93 - Imagem aérea de 2018 com a identificação das ruas principais	252
Figura 94 - Registro de terreno delimitado e arborização no interior do bairro	252
Figura 95 - Região de difícil acesso na parte alta do Morro da Queimada	253

Figura 96 - Ambiente vivido na parte alta do morro.....	253
Figura 97 - Registro de um quintal no interior do bairro	254
Figura 98 - Buraco de uma possível entrada de mina.....	256
Figura 99 - Casa com embasamento em canga.....	258
Figura 100 - Muro e embasamento de casa executados em pedra do tipo canga ..	258
Figura 101 - Estrutura de mundéu dentro do bairro	262
Figura 102 - Registro do conjunto de ruínas denominado pela comunidade como Chácara Velha.....	265
Figura 103 - Registro de uma abertura, provavelmente uma porta.	266
Figura 104 - Registro interno das ruínas, com remanescentes de aberturas de janelas, em alvenaria de pedra	266
Figura 105 - Entrada de mina na Rua 15 de Agosto	268
Figura 106 - Entrada de mina que foi fechada na Rua do Ouro	268
Figura 107 - Campinho da Vassoura em meio ao Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada.....	270
Figura 108 - Registro de uma estrutura do Sítio Arqueológico Morro da Queimada	271
Figura 109 - Região do Tenente. Lugar de referência pelo abastecimento de água	273
Figura 110 - Lugar de acesso à residência da família de Pedro Lauriano	278
Figura 111 - Registro realizado durante levantamento para o Plano Viana de Lima, em região da serra, provavelmente o Morro da Queimada (por volta de 1969)	286
Figura 112 - Rua 15 de Agosto (data desconhecida).....	287
Figura 113 - Rua 15 de Agosto atualmente, onde se localiza o bar do Tião. Lugar muito frequentado pela comunidade	287
Figura 114 - Pedra localizada no bairro Santana, elemento de importante referência para a comunidade. De cima dela é possível ter generosas vistas da cidade	297
Figura 115 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 34	299
Figura 116 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 06	301
Figura 117 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 14	301
Figura 118 - Limite superior da área ocupada, no encontro com o perímetro do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada.....	302
Figura 119 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 22	303
Figura 120 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 07	305
Figura 121 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 05	306
Figura 122 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 44	307
Figura 123 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 43	308
Figura 124 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 17	309
Figura 125 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 11	310
Figura 126 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 50	311
Figura 127 - Desenho do bairro Morro da Queimada feito por uma criança de oito anos	312
Figura 128 - Bar do Zoca	313
Figura 129 - Bar do Tiãozinho	313

Figura 130 - Bar do Lalado	313
Figura 131 - Largo da Quitanda do Gutinho	313
Figura 132 - Escada de acesso ao bairro no início da Rua 15 de Agosto	315
Figura 133 - Equipamentos de ginástica instalados pelo Programa Prefeitura Itinerante, no início da Rua Nossa Senhora das Graças	315
Figura 134 - Registro de duas residências que se destacam logo na entrada do bairro.....	317
Figura 135 - Registro de um cruzeiro localizado na Rua 15 de Agosto, como local de descarte de objetos de devoção	318
Figura 136 - Interior da Mina 13 de Maio, com altar em devoção à Santa Luzia	318
Figura 137 - Preparativos para a Festa de São Judas Tadeu na casa da associação (2017)	325
Figura 138 - Apresentação de Congado na Festa de São Judas Tadeu, na casa da associação (2017)	325
Figura 139 – Chegada da imagem de São Judas Tadeu à sede da associação (2018)	326
Figura 140 – Fanfarra da Escola Juventina Drummond (2018)	326
Figura 141 - Preparativos para a Festa Junina (data desconhecida)	328
Figura 142 - Quadrilha (data desconhecida).....	328
Figura 143 - Oração diante das bandeiras de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças	329
Figura 144 - Saída do cortejo com as bandeiras de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças	329
Figura 145 - Ladainha de Santo Antônio diante do cruzeiro	330
Figura 146 - Levantamento dos Mastros com as Bandeiras de Santo Antônio e de Nossa Senhora das Graças.....	331
Figura 147 - Procissão da Festa de Santo Antônio em direção à sede da associação	332
Figura 148 - Procissão da Festa de Santo Antônio em direção à sede da associação	332
Figura 149 - Coroação a Nossa Senhora pela comunidade de Santana na associação do Morro da Queimada	333
Figura 150 - Registro da atividade “Escavando Memórias”, desenvolvida pelo LAPACOM (2017).....	334
Figura 151 - Festa das Crianças (2017)	335
Figura 152 - Registro do carro alegórico Homenagem aos sambistas (1976)	336
Figura 153 - Porta bandeira no Carnaval (1977)	336
Figura 154 - Terreiro da família Brechó	337
Figura 155 - Comissão de frente Magia Branca	338
Figura 156 - Ala com o tema lenda do famaliá	338
Figura 157 - Registro Carnaval (2019).....	338
Figura 158 - Registro Carnaval (2019).....	338
Figura 159 - Registro Carnaval (2019).....	338
Figura 160 - Vaso esculpido em pedra sabão pelo artesão Totonho.....	340

Figura 161 - Canapé em madeira e palhinha executado pelo artesão Vicente Juliano de Oliveira	340
Figura 162 - Tapete arraiolo	340
Figura 163 - Rede de pesca	340
Figura 164 - Loja do receptivo da Mina 13 de Maio	342
Figura 165 - Pátio externo da Mina 13 de Maio.....	342
Figura 166 - Fornos que eram utilizados para produção de quitandas	342
Figura 167 - Forno que era utilizado para produção de quitandas	342
Figura 168 - Vestígios do Sítio Arqueológico Morro da Queimada.....	356
Figura 169 - Remanescentes arqueológicos na região do parque	361
Figura 170 - Remanescentes arqueológicos na região do parque	361
Figura 171 - Vista do centro de Ouro Preto a partir do Parque Morro da Queimada	363
Figura 172 - Registro de mangueira percorrendo a serra para captação natural da água	365
Figura 173 - Registro de maquinário para beneficiamento do ouro.....	366
Figura 174 - Indícios no terreno sugerem práticas de extração mineral.....	366
Figura 175 - Trilha para o Tenente, também utilizada para acesso ao bairro Santana	367
Figura 176 - Registro de base remanescente de casa desapropriada	373
Figura 177 - Imagem do Parque Natural Municipal das Andorinhas	375
Figura 178 - Cachoeira das Andorinhas.....	377
Figura 179 - Cachoeira Véu das Noivas.....	377
Figura 180 - Lenheiras percorrendo o território	381
Figura 181 - Capela de São João.....	382
Figura 182 - Acesso ao Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada na região do Morro São João	382
Figura 183 - Capela de Santana	383
Figura 184 - Capela de São Sebastião	383
Figura 185 - Galeria Mina 13 de Maio	384
Figura 186 - Receptivo Mina 13 de Maio.....	384
Figura 187 - Registro da paisagem em processo de ocupação no bairro Alto da Cruz	397
Figura 188 - Vista da Igreja de Santa Efigênia da janela de uma casa na Rua do Ouro	404
Figura 189 - Vista dos bairros Padre Faria e Alto da Cruz em meio ao ambiente natural da cidade, onde se destaca a Serra do Itacolomi.....	405
Figura 190 - Vista do bairro Antônio Dias e da encosta ocupada pela Vila Aparecida. No alto do Morro do Cruzeiro, os eucaliptos procuram esconder o <i>Campus</i> Universitário	406
Figura 191 - Representação da paisagem da área central, podendo avistar a Praça Tiradentes	408
Figura 192 - Vista do alto do Morro da Queimada, em direção à cidade de Mariana	409

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Morro da Queimada na Serra de Ouro Preto	157
Mapa 2 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1950)	179
Mapa 3 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1969)	179
Mapa 4 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1978)	181
Mapa 5 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1986)	182
Mapa 6 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (2003)	184
Mapa 7 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (2018)	186
Mapa 8 - Estratos das ocupações urbanas na Serra de Ouro Preto (1950 a 2018)	187
Mapa 9 - Delimitação administrativa dos bairros ao longo da Serra de Ouro Preto e setores censitários	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Universo de análise 1: cotidiano/ambiente vivido.....	259
Quadro 2 - Universo de análise 2: experiência estética na serra	352
Quadro 3 - Síntese dos valores e significados atribuídos pela comunidade ao Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada	355
Quadro 4 - Síntese dos valores e significados atribuídos pela comunidade ao Parque Natural Municipal das Andorinhas.....	374
Quadro 5 - Universo de análise 3: experiência estética na cidade.....	388
Quadro 6 - Experiência estética na cidade pelos especialistas.....	434

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Beleza da cidade	413
Gráfico 2 - Espectro social da cor	419

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMOP	Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCH	Programa de Cidades Históricas
PHAN	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 A PAISAGEM DE OURO PRETO NA ESPACIALIZAÇÃO DO TEMPO	49
2.1 A serra na constituição da paisagem de Ouro Preto	49
2.2 Protagonismo da percepção estética idealizada	91
2.3 Primeiras tentativas de proteção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto	102
2.4 Expansões urbanas na formação de uma paisagem real	116
2.5 A paisagem nas políticas de conservação e preservação atuais	134
3 O MORRO DA QUEIMADA COMO UMA UNIDADE DA PAISAGEM	156
3.1 Abordagem historiográfica do Morro da Queimada	158
3.2 A (re)ocupação e a expansão urbana nas temporalidades do Morro da Queimada	176
3.3 O enlace de valores patrimoniais em um território de riscos e conflitos	188
4 PAISAGENS NARRATIVAS DO MORRO DA QUEIMADA	214
4.1 O ambiente vivido no Morro da Queimada	230
4.2 O ambiente vivido e sua relação com a serra	350
4.3 Paisagens que se aproximam e se distanciam do patrimônio legitimado	387
4.4 A experiência da paisagem na visão dos especialistas	433
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	443
REFERÊNCIAS	456
 APÊNDICES - VOLUME II	
 APÊNDICE A - MAPA DE ZONEAMENTO LUOS/2011 E MACRO-SETORIZAÇÃO/IPHAN/2010	 471
APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	472
APÊNDICE C - QUADROS DE CONTEÚDOS SIGNIFICANTES	479
APÊNDICE D - QUADROS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES	518

1 INTRODUÇÃO

Aquilo onde vivemos as nossas esperanças e as nossas desilusões, as nossas alegrias e as nossas tristezas, é o território modelado pelo ambiente, porque sem ambiente biológico não poderíamos respirar e muito menos alimentar-nos ou matar a sede ou reproduzir-nos, tal como o nosso viver seria um mero vegetar sem o ambiente histórico-cultural. [...] O ambiente concreto, o ambiente que vivemos e do qual vivemos vivendo nele, é sempre o ambiente como forma de um território: paisagem (ASSUNTO, 2013a, p. 128).

A paisagem e o patrimônio se constituem como as grandes áreas de interesse desta tese, cujo tema partiu de inquietações e de reflexões em meio ao atual contexto e à complexidade urbana quando se trata da atuação e da gestão do patrimônio com vistas à preservação de cidades. E, diante da complexidade nesse universo de pesquisa, estabeleceu-se, como delimitação, o seguinte tema: a paisagem como espaço temporal, em modalidade expandida do patrimônio, e suas implicações nas políticas de conservação e preservação de sítios patrimoniais. Em um primeiro momento, torna-se necessário se posicionar em relação ao entendimento da “paisagem”, aqui analisada como categoria, construída com base em correntes: filosófica e geográfica.

Nesse sentido, a paisagem se estabelece como categoria de pensamento, ao corroborar com os conceitos apresentados em nota prévia por Serrão (2013a). A autora destaca a necessidade de se pensar a paisagem, para além da concepção “pictórica e cenográfica”, ao entendê-la como “espaço natural” e, antes de tudo, como “espaço da vida humana”. Ou seja, local da vivência e experimentação. Em estreita consonância, Assunto (2013b, p. 341) afirma que a “paisagem é sempre um espaço” em sua experiência e seu juízo estéticos. A partir de uma leitura estética, a imagem de representação da paisagem se desenvolve como espacialização do tempo.

Assunto (2013a), em seu texto *Paisagem – Ambiente – Território. Uma tentativa de clarificação conceptual*, apresenta o conceito de paisagem a partir do que se entende por território e ambiente. Ao compreendê-la como espaço da experiência e

do juízo estético, o autor reconhece a existência e a influência do ser e define paisagem como o resultado das marcas impressas no território (matéria) sob a influência do conteúdo ambiental, em seus aspectos biológicos e culturais. O filósofo defende a experiência do espaço a partir dos sentidos e rejeita a leitura com base científica. Os aspectos biológicos, fundamentais à existência humana, são reconhecidos como conteúdos ambientais que conferem a experiência estética em seus aspectos contemplativos. Em definição precisa, Assunto (2013a, p. 128), apresenta a paisagem como:

[...] “forma” que o ambiente (“função” ou conteúdo”, podemos chamá-lo assim, empregando por analogia os termos da crítica literária e artística) confere ao território como “matéria” de que ele se serve. Ou melhor, se quisermos ser mais precisos, “paisagem” é a “forma” na qual se exprime a unidade sintética *a priori* (no sentido kantiano: não a “unificação” de dados recebidos separadamente, mas a “unidade” necessária que condiciona o seu apresentar-se na consistência) da “matéria (território)” e do “conteúdo ou função (ambiente)”.

Assim, a cidade de Ouro Preto foi escolhida para se pensar a paisagem, cujos atributos conferem destaque e importância particular ao local. Tal escolha se deu pelo fato dessa cidade se tratar de um sítio urbano de grande relevância patrimonial, não apenas pelo caráter histórico e artístico de seu conjunto arquitetônico e urbanístico, mas considerando seus valores paisagísticos, de natureza arqueológica em meio a relevante ambiente natural e cultural. Inserida em topografia acidentada da Serra do Espinhaço, a cidade se formou a partir de arraiais mineradores e a população foi para ali atraída pela exploração aurífera, o que resultou no surgimento, em 1711, da antiga Vila Rica de Albuquerque. Ao considerar a gênese desse tecido urbano, fica claro como as igrejas se tornaram condicionantes deste traçado, sendo notável como a cidade se desenvolveu em um enlace perfeito com o ambiente natural, ao formar, assim, a paisagem que, em sua natureza e cultura, se apresenta como espaço temporal que se constrói e se transforma a cada dia.

A problematização aqui levantada se estabeleceu a partir de um conhecimento prévio das condições de formação do sítio urbano de Ouro Preto e de uma importante questão colocada diante dos órgãos de preservação: o processo de (re)ocupação das encostas da serra em área minerada no passado. Diante dos aspectos históricos e da atuação temporal de seus agentes sociais e políticos,

levantaram-se os seguintes questionamentos: como a paisagem foi vista ao longo do tempo pelos agentes reguladores do território? Qual o papel da serra na paisagem? Não estaria a serra sendo tratada como coadjuvante e marginalizada, diante do patrimônio legitimado? De que maneira se desenvolve o processo de reocupação da serra? Quem são os atores envolvidos na construção dessa paisagem? A quem cabe caracterizar o patrimônio? Qual seriam os instrumentos para identificar e reconhecer a paisagem? Essas indagações partem do contexto apresentado a seguir que, com o aporte teórico-metodológico, conduziu a delimitação do objeto de estudo, como também a construção das hipóteses investigadas e dos objetivos traçados.

Em Ouro Preto, a preocupação com a preservação da cidade já se revela desde o século XIX. Entretanto, para se compreender o quadro atual e desafiador da gestão e conservação urbana, será necessário retomar à primeira metade do século XX e entender como o patrimônio e a paisagem foram considerados nas políticas públicas patrimoniais. Envolvido em uma atmosfera racional e progressista, o homem “moderno” busca, no passado, sua origem e a preservação torna-se indispensável no reconhecimento de sua identidade nacional. A admiração pela arte e pela arquitetura colonial brasileira consolida a ideia do Barroco como uma produção genuinamente nacional e, nesse contexto, a cidade de Ouro Preto é reconhecida como maior conjunto urbano e arquitetônico preservado do século XVIII no Brasil, e foi elevada à “Monumento Nacional” em 1933.

Certamente, no contexto político e ideológico do século XX, reside o *locus* da memória das ações institucionalizadas de preservação que levaram cidades históricas a serem tratadas como “obra de arte”, ou seja, objeto estático, artístico e contemplativo. Como destaca Lia Motta (1987, p. 108):

As primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído.

Após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a cidade é tombada e, não por acaso, o *Livro do Tombo das Belas Artes* foi escolhido para a inscrição, em 1938, do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto¹. O que se observa, em todo o país, foram tentativas de conservação de conjuntos patrimoniais idealizados, homogeneizados, na crença de uma “cidade-pronta”, intocável e livre de qualquer crescimento e modificações. De alguma maneira, o tecido urbano da cidade de Ouro Preto se conserva até meados do século XX, tendo em vista o esvaziamento provocado pela transferência da capital do Estado de Minas Gerais para o antigo Curral Del Rei, atual Belo Horizonte. Entretanto, conforme descreve Simão (2006), a partir da década de 1950, a cidade retoma o crescimento econômico, com o processo de industrialização. Conseqüentemente, tem-se o início da desconfiguração do traçado inicial da cidade, desencadeado pelo aumento populacional e também intensificado pelo indício do turismo cultural de massa, que se reforça no final da década de 1960, quando começa a se realizar, na cidade, o Festival de Inverno (CASTRIOTA, 2009). Somase a esses fatores a criação da Universidade Federal de Ouro Preto, em 1969, o que acaba por consolidar a cidade como polo educativo, cujo caráter e importância se assumiram ao longo da história, com a instalação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876.

Esse novo cenário acaba por despertar uma nova dinâmica urbana de uso do solo e de novos processos de ocupação. O valor monetário dos lotes aumenta, terrenos começam a ser parcelados e o “centro histórico” se ressentido com um maior adensamento, o que também começa a se revelar em ocupações periféricas nas encostas da serra, em sítio arqueológico de antigas lavras de mineração, também em condições de risco pelas características morfológicas e geológicas da região. Diversas foram as tentativas de preservação e de controle da expansão urbana de Ouro Preto, como o primeiro Plano Urbano elaborado pelo arquiteto português Viana de Lima, em 1969, e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, entre 1973 e 1975, ambos não colocados em prática.

¹ IPHAN. *Lista dos bens tombados e processos em andamento (1938-2019)*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. (Acesso em: 27 ago. 2019.)

Ressalta-se que a década de 1980 será marcada pelo processo de redemocratização do país, destacando-se a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, entre tantas outras conquistas, amplia o conceito de patrimônio e estabelece novos instrumentos de preservação. Dentro desse contexto de abertura e de pluralidade, reside uma mudança na perspectiva dos conjuntos urbanos patrimoniais e, em setembro de 1986, a cidade de Ouro Preto será também inscrita no *Livro do Tombo Histórico* e no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*². Essa mudança de paradigma nacional, também marcada pelos desdobramentos internacionais, vai trazer reflexos significativos, como a atribuição do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), à cidade de Ouro Preto, em 1980, tendo em vista a excepcional importância do seu sítio histórico.

Após diversas ações e programas nas décadas de 1980 e 1990, finalmente, são aprovadas as diretrizes básicas do primeiro Plano Diretor do município, em 1996, mas o processo é interrompido pelo governo sucessor (SIMÃO, 2006). Somente em 28 dezembro de 2006, a Lei Complementar nº. 29 estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto³ e, apenas em 2004, o IPHAN promulga sua primeira portaria⁴ para estabelecer critérios e regulamentações para o Conjunto Tombado de Ouro Preto, substituída pela Portaria nº. 312, de 20 de outubro de 2010.

No contexto histórico de políticas públicas em que a paisagem foi tratada como “objeto estético” e estático pelos protagonistas do movimento modernista, pode-se reconhecer avanços nas políticas públicas patrimoniais, a partir da década de 1980 e efetivamente em 1990, embora comprometidos por conflitos de interesses políticos municipais. Ao que tange à temática paisagem, como bem analisa Ribeiro (2007), a trajetória do IPHAN revela imprecisão de conceito e atuação pouco efetiva em suas ações e instrumentos. Nesse sentido, compreende-se que a paisagem continuou

² IPHAN. *Lista dos bens tombados e processos em andamento* (1938-2019). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. (Acesso em: 27 ago. 2019.)

³ Lei Complementar nº. 29, de 28 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº. 91, de

³ Lei Complementar nº. 29, de 28 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº. 91, de 28 de dezembro de 2010. A lei de uso e ocupação do solo foi regulamentada pela Lei Complementar nº. 30, de 28 de dezembro 2006, revista e substituída pela Lei Complementar nº. 93, de 20 de janeiro de 2011.

⁴ Portaria nº. 122, de 2 de abril de 2004.

sendo abordada como imagem restrita à contemplação, e o tombamento permanece como o único instrumento de preservação aplicado ao conjunto.

Estudos morfológicos apresentam claras modificações ocorridas não apenas no tecido urbano, como também em seu conjunto arquitetônico e urbanístico, demonstradas em pesquisas sobre a cidade, como nos estudos de Salgado (2013) e também em Pereira Costa e Gimmler Netto (2015). Paradoxalmente ao que se pensavam os preservacionistas, questões e problemas colocados pela cidade moderna acabam por revelar uma paisagem real, na qual o traçado original se perde em meio à expansão urbana, às ocupações e aos novos parcelamentos que, naturalmente, não estabelecem relação com o antigo núcleo urbano e cujos problemas não se limitam aos aspectos estéticos, mas são de ordens funcionais, ambientais, sociais e culturais.

A cidade se mostra em uma paisagem espacializada em sobreposições de estratos temporais neste território e, como destaca Leite (2006, p. 14), em seu livro *Destruição ou desconstrução?*, o grande desafio se centra em encontrar uma maneira de

[...] avaliar a paisagem simultaneamente do ponto de vista funcional e estético; ou na dificuldade de criar paisagens que expressem a conexão entre a história natural e a história cultural do lugar respondendo, ao mesmo tempo, às necessidades sociais de mudança”. E embora as pesquisas se mostrem sempre tendenciosas para um dos lados, o grande desafio se encontra na identificação equilibrada de seus valores.

No cenário do patrimônio, a paisagem tem se tornado assunto cada vez mais recorrente nos debates e nos acirramentos de gestores e intelectuais do campo da preservação. E será mesmo possível encontrar ações efetivas que garantam a conservação deste todo complexo e, por natureza, necessariamente mutável? A resposta mais óbvia ao questionamento não isenta os agentes sociais e políticos da responsabilidade da questão, nem tão pouco autoriza gestores e especialistas a adotarem um tratamento superficial e acomodado. Os pensamentos conservadores de proteção e de valorização do patrimônio insistiram na condução de ações e emprego de instrumento com base em valores exclusivamente estéticos e artísticos.

Soma-se a esse fato, a tendência pelo reconhecimento restrito da paisagem, frequentemente limitada a aspectos físicos de valores biológicos e ecológicos.

A tese aqui defendida pretende avançar nesta questão, ao entender a paisagem como uma modalidade expandida do patrimônio, que se revela de maneira dinâmica e é permanentemente construída e espacializada no tempo mediante aspectos físicos, sociais e culturais. Certamente, essa discussão se torna ainda mais necessária e a questão ainda mais complexa nos tempos atuais, em que se busca um suposto progresso e “desenvolvimento” a qualquer custo, em um modo de vida agitado e imediatista, com base na exploração e na especulação, em ações de conservação que pouco incorporam aspectos éticos, estéticos, sociais e humanos.

Em geral, os estudos na área de patrimônio relacionados à cidade de Ouro Preto se concentram na produção urbanística e arquitetônica do século XVIII, que consiste no patrimônio legitimado pelos intelectuais e gestores no século XX. E o processo de urbanização que se instaurou já demonstra, há algum tempo, a necessidade de repensar o modelo de conservação e gestão do território, ao incorporar a paisagem, mas não aquela paisagem idealizada e romântica, que acaba por se tornar irreal, na obsessão da manutenção de um padrão que cega o entendimento de sua natureza mutável e dinâmica; e sim aquela que, em seu conceito epistemológico, pode ser considerada como resultado de um intercâmbio entre natureza e cultura, em que o desenvolvimento incorpora os aspectos econômicos e sociais por meio da cultura.

Nessa perspectiva, o estudo também se justifica pela recente institucionalização da paisagem cultural⁵ nas políticas de preservação no âmbito internacional e nacional, ao desencadear debates e processos de instrumentalização para proteção deste todo complexo e transdisciplinar. Sabe-se que, por anos, permaneceu a classificação e a separação entre patrimônio cultural e natural, estabelecida pela Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial da UNESCO, ocorrida em 1972.

⁵ “As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da *Convenção*. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas” (UNESCO, 2017, p. 11).

Embora o termo tenha se tornado constantemente debatido, apenas em 1992, a UNESCO instituiu a categoria de paisagem cultural, ao determinar, em 1999, suas diretrizes operacionais, cuja definição incorpora a interação de natureza e cultura. Entretanto, pela complexidade e pelo caráter multifacetado de seu conceito, as políticas de patrimônio apresentam inconsistências, além de tentativas de categorizações que têm sido contestadas na defesa de uma abordagem mais ampla e dinâmica da paisagem. De qualquer maneira, para a UNESCO e para o Comitê do Patrimônio, a instituição da paisagem cultural⁶ se apresenta como oportunidade à sustentabilidade, ao se aproximar das comunidades (CASTRIOTA, 2017).

Bonesio (2012) apresenta a Convenção Europeia da Paisagem (2000)⁷, que consiste em um instrumento jurídico e político requisitado por comunidades para a salvaguarda de seus territórios, sendo esse processo importante ao demonstrar uma consciência cidadã, além da relevância da governança dos lugares por seus habitantes, ao se reconhecer identidades e a necessidade de estabelecer ações no sentido da qualidade e da patrimoniabilidade dos territórios.

Já no contexto nacional brasileiro, conforme descreve Schlee (2017), após intensos debates para a criação de uma figura legal, estabelece-se, como instrumento, a chancela da paisagem cultural, em abril de 2009, por meio da publicação da Portaria IPHAN nº. 127. Por questões operacionais, esse instrumento encontra-se suspenso desde 2013, mas já demonstra avanço das ações, embora se entenda que a delimitação desse universo ainda seja imprecisa e restrita ao se discutir a categoria da paisagem.

O desenvolvimento da presente tese perpassa três grandes áreas de estudo: (i) a paisagem; (ii) as teorias do patrimônio; (iii) a historiografia da formação e da representação do espaço. O referencial teórico-metodológico aqui apresentado será o fio condutor no desenvolvimento do trabalho, o que não impede que outros autores

⁶ Embora paisagem cultural seja o termo empregado pela UNESCO e pelo órgão de preservação nacional, nesta tese, optou-se por empregar apenas o termo paisagem, na compreensão de que, por condição de natureza transformada na reciprocidade do ser, essa paisagem é “necessariamente cultural”, o que corrobora com o referencial teórico na construção da categoria (BERQUE, 2013b, p. 209).

⁷ Artigo 1: “Paisagem” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos (Convenção Europeia da Paisagem, 2000).

sejam citados ao longo do texto de maneira a dialogar e enriquecer o debate. Naturalmente, a paisagem e o patrimônio serão temáticas mais aprofundadas, por se tratar das grandes áreas de interesse de estudo, a partir das quais se construiu a problemática do trabalho. A historiografia será contemplada como ferramenta necessária para o entendimento e a discussão da formação da cidade em suas temporalidades, como suporte na leitura e na compreensão do que, de fato, mais interessa nesta tese: a apreensão da paisagem como ela é, atual e presente. Somam-se às informações historiográficas, documentos, imagens e registros coletados em arquivos públicos.

O estudo da paisagem requer pesquisa e conhecimento interdisciplinar que proporcione maior abertura no estudo da paisagem, pela sua complexidade ao incorporar aspectos naturais, sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, o presente trabalho se relaciona a diversas áreas do saber como o Urbanismo, a Geografia, a Arquitetura, a História, a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia. Conforme já mencionado e considerando a problematização do tema, elegeu-se, para a construção da categoria de paisagem, abordagens da Filosofia da Paisagem e da Geografia Cultural. Certamente, há, de alguma maneira, um intercâmbio de ideias e de pensamentos entre esses campos de estudo e, ao que se pretende, eles se fazem plurais e abertos, aspectos necessários à natureza do tema. A paisagem será analisada a partir de uma categoria de pensamento construída pela convergência de elementos diversos que se relacionam conceitualmente e referenciais teórico-metodológicos aqui apresentados.

Torna-se necessário retomar os conceitos clássicos de Georg Simmel (2009), em seu texto *Filosofia da paisagem*, no qual ele descreve a paisagem como categoria de pensamento criada pelo homem moderno, como forma compensatória para se apartar da natureza, que, para ele, é um todo completo e indissociável. E destaca sua disposição “anímica” como uma trajetiva do sujeito em uma manifestação espiritual e psíquica, denominada *stimmung*, ocasionada pela recomposição de fragmentos da natureza, em uma unidade peculiar da realidade que se constitui paisagem. Pode-se reconhecer como um processo de reconstituição fenomenológica do objeto, em que a paisagem se manifesta a partir da experiência estética da natureza e se diferencia da vida cotidiana.

No texto *Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?*, Serrão (2013b) analisa o surgimento da paisagem na era moderna, ao assinalar que ela estaria associada à nostalgia, cuja unidade espiritual é resgatada pelo olhar do sujeito por meio da experiência estética. Ao apresentar os postulados clássicos de Georg Simmel (2009), Serrão (2013b, p. 11) destaca que, embora seja julgado por se restringir aos aspectos perceptivos, estabelece a natureza como base principal e contempla a dualidade entre sujeito e objeto, algo necessário para a compreensão da paisagem, definida pela autora como:

Categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo, a paisagem é sempre uma síntese de subjetividade e objectividade, duplicidade de realidade e idealidade, em que Vida e intuição da Vida são indissociáveis.

Embora os postulados de Simmel (2009) não sejam, hoje, suficientes para analisar a paisagem como natureza transformada, eles dão abertura para se associar a outras categorias de análise. Nesse sentido, a tese se fundamenta na construção de uma categoria que considere o sujeito como parte integrante da paisagem, numa construção social que retrate a realidade em seu dinamismo e no domínio do ser. Ao defender uma ótica que incorpore a ética e a estética na abordagem do ambiente, a categoria para análise da paisagem ouro-pretana será construída com base nas definições do filósofo italiano Rosário Assunto (2013a; 2013b); na “estética do ambiente”, apresentada por Arnold Berleant (1997; 2012); assim como no “pensamento mesológico”, do geógrafo Augustin Berque (2013a; 2013b). As abordagens de Eugenio Turri (2013), em *A paisagem como teatro*, serão importantes na caracterização, na interpretação e na significação do território pelos sujeitos, assim como os estudos em Geofilosofia de Luisa Bonesio (2012; 2013a; 2013b).

De fundamental importância foram os estudos de Adriana Veríssimo Serrão (2014), como em *Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual*, ao questionar o conceito de natureza coesa de base existencial, uma vez que ela não se mantém estável e ordenada. Ainda segundo a autora, as paisagens se definem como “unidades integradas e espaços de habitar” (SERRÃO, 2014, p. 16) e encontra, nas definições de Assunto, a conciliação entre as dimensões naturais e humanas, ao contemplar a paisagem na “ordem do ser” em uma “experiência estética integral” da natureza

(SERRÃO, 2014, p. 22). Por fim, Serrão (2014, p. 26) conclui ser a paisagem “o ponto de encontro de homem e natureza”. Em *Paisagem e cidade: complementaridade e conflito*, Serrão (2013c) discute a paisagem na ótica moderna e, também com base nas definições de Assunto, indica a necessidade de se reestabelecer a paisagem nas cidades, ao defender o resgate da natureza como matriz, sendo esta primitiva ou não.

O campo da paisagem envolve conceitos que, por vezes, são empregados indistintamente, o que gera imprecisões e dificuldades em sua delimitação e categorização, o que acaba por comprometer planejamentos e proposições em cidades. Assunto (2013a, p. 126) analisa e correlaciona os termos, ao definir a paisagem como unidade formal na dimensão do ser e local onde se habita, sendo resultado das marcas expressas no território, enquanto matéria, pelos aspectos culturais e funcionais do ambiente.

Representante de uma estética ambiental na América do Norte, Berleant (2013, p. 377) apresenta o ambiente como mais do que uma simples envoltória, sendo lugar da vida humana, onde o contato se estabelece em reciprocidade. Para melhor esclarecer os termos, o ambiente é considerado como termo geral da condição de vida da humanidade e a paisagem é uma unidade particular e específica, o local do “ambiente vivido”, o lugar do “processo experiencial” da experiência estética, o que faz do ambiente mais do que local de contemplação. No ambiente, a relação estabelecida é de correspondência mútua, o homem exprime sua marca na paisagem e, ao mesmo tempo, é influenciado por ela. E, nessa dialética, o homem se compromete e se incorpora fisicamente ao ambiente, o que o autor define como “estética do comprometimento”.

No que tange às modalidades espaço e tempo, Assunto (2013b) apresenta o espaço como finitude aberta e exterioridade, e o tempo nos fundamentos de temporalidade inclusiva e circular. Sendo assim, a paisagem é compreendida como espacialização do tempo e se revela de duas formas: pela vivência e pela leitura. A partir das ideias apresentadas pelo autor, compreende-se o tempo a partir da temporalidade como alicerce da temporaneidade em detrimento de uma postura de reduzir o tempo à temporaneidade, o que poderia levar ao risco de anular a temporalidade. A

temporalidade se apresenta de maneira inclusiva, porque prolonga o passado no presente, ao projetar o futuro em processo contínuo.

Passado, presente, futuro como três atribuições co-extensivas, cada uma das quais, no seu referir-se à totalidade do ser, investe de si as outras duas. Desta feita o presente, repetimos, não é só o efêmero tempo do Happening, mas é o tempo persistente da contemplação, na qual intervêm a recordação do ontem, a expectativa do amanhã (ASSUNTO, 2013b, p. 351).

A partir da Geografia Cultural, Berque (2013b, p. 210) introduz o pensamento mesológico no entendimento de uma interação entre homem e o meio, o qual define como “movimento trajectivo”, como uma “via de mão dupla” no tempo e no espaço”. Ainda conforme Berque (2013b, p. 210), o homem “apreende o seu ambiente pelos sentidos, pelo pensamento, pelas palavras e pela acção”. Essa ótica abandona a dicotomia entre ciência e humanismo, ao identificar que a paisagem se constitui de elementos materializados e representados pelo olhar do ser, numa instância predicativa à natureza como sujeito. Nesse sentido, ele se aproxima dos conceitos apresentados por Berleant (2013), ao apresentar a experiência estética do ambiente. Pode-se afirmar que o conceito estabelecido por Berque (2013a, p. 187) se aproxima da Fenomenologia ao incorporar as concepções de Heidegger do “ser-no-mundo”, do “ser-fora-de-si” e do “habitar junto às coisas”.

Turri (2013), ao escrever *A paisagem como teatro: do território vivido ao território representado*, defende a necessidade de se tratar essa questão no âmbito das manifestações culturais. Ele apresenta a paisagem como uma construção social e, ao tratá-la como um teatro da coletividade, considera os indivíduos como atores e espectadores. O autor também reconhece a complexidade do tema na sociedade moderna, que se caracteriza pela diversidade de interesses e fragmentação, e alerta para a importância da conservação das paisagens, por sua representatividade, uma vez que o risco da perda de valores significa a perda de “toda e qualquer relação com os mitos fundadores da nossa sociedade” (TURRI, 2013, p. 172).

Conforme Turri (2013), a paisagem é reconhecida como um conjunto de *iconemas*, termo introduzido de maneira a caracterizar os elementos representativos e simbólicos na paisagem, como uma combinação de fatos e eventos históricos. Essa

terminologia será fundamental ao longo do trabalho e pode ser comparada ao *genius loci*, ou espírito do lugar, introduzido por Norberg-Schulz (2006). Dentro dessa abordagem, Bonesio (2013a) também apresenta a importância em se identificar aspectos identitários do território, que se referem aos elementos estruturantes e fundamentais a se manter como patrimônio territorial, como será apresentado adiante.

Como construção de categoria, entende-se que a paisagem é lida e vivenciada em sua constituição material e intangível a partir das atribuições funcionais e estéticas que são expressas e representadas. Nesse sentido, pode-se considerar que a paisagem transita na fonte do imaginário e do ideológico, mas é indispensável que se reconheça a sua existência real. Trata-se de um tema que permeia o indivíduo e a coletividade em seu cotidiano, ou melhor, é parte dele, resultado de suas ações e das experiências vividas em constante interação ao meio. O homem necessita do meio ambiente para sobreviver e, em reciprocidade, também imprime sua marca no território ao longo do tempo, sendo assim, conforme afirma Berque (2013b, p. 209) “toda paisagem é necessariamente cultural”. Ou seja, é uma interação de “mão dupla”, que necessita ser investigada por diversas áreas, a partir de embasamento teórico, conceitual e metodológico.

A abordagem da paisagem por meio da Filosofia abre novas perspectivas e interpretações para a problemática aqui tratada, pois considera a leitura de significados atribuídos pelos sujeitos a partir de experiências sociais e de juízos estéticos. Naturalmente, a Fenomenologia, como corrente filosófica, se incorpora à análise, como nos estudos da teoria do lugar, desenvolvida pelo arquiteto Christian Norberg-Schulz (2006), além das reflexões já apresentadas do geógrafo e filósofo francês Augustin Berque (2013b), na compreensão dos significados da existência do ser nessa paisagem, com base nas argumentações de Heidegger.

Conforme apresentado anteriormente, os postulados que regeram as ações de preservação da cidade de Ouro Preto durante o século XX basearam-se no olhar exclusivamente artístico de sua paisagem. Sendo assim, torna-se necessário discutir o ideal estético defendido pelo movimento moderno, em contraponto a paisagem real que efetivamente se estabelece. Nesse contexto, entende-se que a paisagem

foi vista como uma categoria, construída por princípios estéticos, regidos por significados pictóricos, contemplativos e visuais. Essa abordagem se faz fundamental para a compreensão do processo histórico, na consolidação de uma ideia que acompanhou as práticas preservacionistas por décadas, e que também se estabeleceu como conceito no imaginário social. Nesse sentido, a paisagem, como objeto artístico, pode ser compreendida pelas abordagens de Ritter (2013), em seu texto *Paisagem: sobre a função do estético na sociedade moderna*, e pelas definições de Roger (2013), em seu texto *Natureza e cultura*. Torna-se necessário refletir sobre os princípios que regeram a paisagem de Ouro Preto, ao restringi-la a atributos apenas estéticos, e entender que essa postura se mostra ineficiente para a leitura e a compreensão da paisagem real que efetivamente se consolida.

Ritter (2013) apresenta conceitos importantes para a compreensão da paisagem, reduzida aos aspectos estéticos pelo homem moderno. Compreende-se que, ao se apartar da natureza “sagrada”, o homem se mostra liberto em meio ao trabalho e à ciência. Na cidade, em posição de domínio e de liberdade, ele busca novas alianças com a natureza, o que consiste na “transformação da ‘tranquila’ natureza circundante da existência rural para a natureza utilizada como objeto da dominação humana” (RITTER, 2013, p. 115). E é a partir da liberdade e do domínio que o homem estabelece a necessária conexão, ao realizar a “presentificação estética da natureza”, como paisagem.

A natureza que pertence à vida terrena do homem enquanto céu e terra torna-se esteticamente, na forma da paisagem, no próprio conteúdo desta liberdade cuja existência tem por condição a sociedade e o seu domínio sobre a natureza subjugada e reduzida a objecto (RITTER, 2013, p. 119).

A paisagem contemplada nas ações de preservação de agentes do movimento modernista pode ser entendida por meio dos estudos de Roger (2013), ao considerar que um lugar natural será lido como paisagem a partir de um processo cultural de artialização que pode ocorrer por meio de duas modalidades: *in visu* e *in situ*. No primeiro caso, *in visu*, o procedimento artístico é realizado de forma indireta, cuja paisagem móvel é representada pela subjetividade estética do espectador. Já no processo de artialização *in situ*, a ação ocorre de forma “aderente”, diretamente sobre o terreno. Ainda segundo o autor, os lugares artializados pela modalidade *in*

visu se tornam paisagens reconhecidas por significados e símbolos, que se constituem em “gênios do lugar”:

[...] esses bons gênios não são naturais nem sobrenaturais, mas culturais. Se eles frequentam esses lugares, é porque habitam o nosso olhar, é porque vêm da arte. O espírito que sopra aqui e “inspira” estes sítios não é outro senão o da arte, que através do nosso olhar, artializa a terra em paisagem (ROGER, 2013, p. 160).

Entretanto, as questões hoje latentes na conservação e na preservação da cidade de Ouro Preto demonstram a fragilidade em se pensar a paisagem restrita à ordem estética e reduzida a aspectos contemplativos e cenográficos, conforme o pensamento preservacionista que se instaurou no século XX. Esse assunto será abordado por Bonesio (2013a, p. 443), em *Elogio da conservação*, ao discutir a importância de se pensar a conservação da paisagem por meio da identidade do lugar, na constituição de elementos ambientais e culturais, ao fazer uma crítica aos reflexos de projetos e modelos que priorizam a “identidade estética” e rompem com os aspectos sociais e culturais.

Bonesio (2013a, p. 443) se fundamenta em Alberto Magnaghi⁸, ao definir a natureza do território como um “sistema vivo” e composto por elementos estruturantes que os definem como lugar. E, nesse sentido, a conservação se faz na manutenção desses elementos fundadores como “caracteres identitários”. Quando as “invariantes estruturais” permanecem pelo reconhecimento do patrimônio territorial por parte da comunidade, na valorização e na tutela de seus recursos, por meio de uma “consciência de lugar”, isso confere sustentabilidade ecológica e cultural. A identidade é, assim, considerada como veículo promotor de um desenvolvimento consciente em bases socioculturais.

Por outro lado, em seus princípios, Bonesio (2013a) reconhece que a tradição não deve engessar a paisagem, mas se tornar um processo dinâmico e estruturante, ao contemplar aspectos culturais e sociais em ciclos de territorialização. Esse pensamento converge com as reflexões de Jeudy (2005), em *Espelho das cidades*, em que o autor se posiciona de forma crítica em relação aos modelos de gestão

⁸ MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale*. Torino: Bolati Boringhieri, 2000, p. 141. Ver, ainda: MAGNAGHI, Alberto (org.). *Il territorio dell'abitare*. 4. ed. Milano: Angeli, 1998; e MAGNAGHI, Alberto (org.). *Il territorio degli abitanti*. Milano: Dunod, 1998.

patrimonial que estabelecem uma lógica de homogeneização, estetização e patrimonialização, que, por vezes, desconsidera a dinâmica contemporânea do local.

A repulsão inspirada pela exibição dos vestígios conservados, da sua teatralização excessivamente despropositada, pode da mesma maneira engendrar o ódio ao património. E somos tomados por ele quando o excesso de conservação, o poder infernal das raízes anulam a vida presente, destituindo-a de seus encantos (JEUDY, 2005, p. 15).

Ainda conforme Bonesio (2013a, p. 454), “a paisagem é um espaço simbólico da *comunidade* estabelecida” em um complexo vivo da natureza, na presença de aspectos materiais e espirituais. Portanto, a conservação não deve promover uma uniformização vazia de significados e, em contrapartida, o desenvolvimento não deve impor uma lógica exógena econômica, mas promover a tradição, ao manter as identidades em contínua harmonia com a comunidade local. A identidade é definida, numa ideia alargada, como comunidade de paisagem de um lugar, no qual as ações de conservação de suas matrizes formais devem reconhecer seus “caracteres identitários”, ao considerar que “cada paisagem ‘tem lugar’ em coordenadas e caracterizações espaço-temporais (naturais e estilísticas) precisas”, que o define por uma fisionomia particular (BONESIO, 2013a, p. 458).

Entretanto, Bonesio (2013a) ressalta que a análise estética com base em categorias tradicionais é insuficiente para a definição da paisagem, pois não é apenas natureza, mas é sempre cultural. Conforme a autora, torna-se necessário identificar seu caráter por meio da análise de sua fisionomia, na leitura de seu espírito cultural e ambiental, expressa pelo *genius loci*. A particularidade da paisagem também é apresentada como uma “matriz estilística”, que consiste na permanência da identidade, na tradição de uma cultura viva. No texto *Interpretar os lugares*, Bonesio (2013b, p. 472) define o lugar, a partir da Fenomenologia de Heidegger, como “os rostos do nosso habitar sobre a terra” e explica que “ler fisiognomicamente a paisagem é cumprir uma viagem simultânea nas várias formas de actuação e significação da cultura em âmbito natural ou histórico”.

A análise da paisagem pelos *iconemas* introduzidos por Turri (2013) e o caráter identitário fundamentado em Bonesio (2013a) conduzem aos princípios de Norberg-Schulz (2006), quando apresenta o lugar a partir de uma abordagem

fenomenológica, composta pela estrutura do lugar e de seu espírito. Para o autor, a estrutura do lugar deve ser entendida como “paisagem” e “assentamento”, e analisada a partir das categorias: “espaço” e “caráter”. Ou seja, como “espaço vivido”, ao reunir elementos de fronteiras tridimensionais e conceitos da atmosfera que o define. Já o espírito do lugar é denominado, pelo autor, como *genius loci*. Pode-se entender espírito como a identidade do lugar, conceito que o torna único, e faz com que o indivíduo também se sinta único. Assim sendo, ao se falar de ambiente urbano de uma cidade histórica, ele revela o seu caráter e, a partir de suas características, confere identidade a seus habitantes. A paisagem também possui o seu caráter que se define por meio de suas particularidades.

A historiografia da formação da cidade se apoia em clássicos, como Diogo de Vasconcelos, Sylvio de Vasconcellos, Augusto de Lima Júnior, Paulo Santos e Murillo Marx; e incorpora abordagens contemporâneas em estudos de Claudia Damasceno Fonseca, Manuel C. Teixeira, Maria Efigênia Lage de Resende, entre outros. De grande importância foram os estudos de Sandra Jatahy Pesavento (2007, p. 39), em *História e História Cultural*, ao definir o sentido das representações construídas como capazes de produzir uma coesão social, por meio do estabelecimento de “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais” dos indivíduos sobre sua realidade. As representações carregam em si uma imagem simbólica que, construída socialmente, estabelece classificações, valores e normas. Segundo Pesavento (2007), o historiador atinge o campo da sensibilidade de representações do passado, em que a história se estabelece por narrativas de um imaginário, em um sistema de ideias e representações coletivas. E, nesse sentido, o imaginário se estabelece como uma das categorias de análise centrais da tese, por se relacionar ao cotidiano e à experiência vivida, de maneira real ou fantasiosa.

A categoria de paisagem aqui construída reconhece, portanto, a subjetividade em sua constituição cultural e, como patrimônio, se compõe em “caracteres identitários”, termo emprestado de Bonesio (2013a, p. 443), que, reconhecidos como valores do lugar, tornam-se elementos ordenadores e balizadores para se pensar a conservação. Sendo assim, compreende-se que as ações de conservação se fazem no campo das referências culturais, o que, para Londres (2000), não se constituem em bens ou práticas, mas nos valores e nos sentidos atribuídos pelos sujeitos, ao

reconhecerem a necessidade de sua tutela e conservação. O patrimônio será assim abordado por meio da ampliação de seu conceito, com base em cartas internacionais que já introduzem a importância da significação cultural. Entretanto, pensar a paisagem em suas múltiplas facetas implica superar paradigmas construídos ao longo da história da preservação. A leitura da paisagem como lugar do ser e ambiente vivido revela novas e diversas perspectivas de análise e, sobretudo, elimina, como apresentado por Chuva (2012, p. 163), a “falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial”, quando, na verdade, o lugar se constitui em um todo indivisível, onde a imaterialidade se manifesta no suporte físico de sua materialidade.

Sendo assim, na perspectiva do patrimônio, a tese se respalda na *Teoria contemporânea da restauração*, do espanhol Salvador Muñoz Viñas (2003), cujos princípios colocam em questionamento critérios e valores patrimoniais da teoria clássica, os quais se mantiveram praticamente como dogmas durante décadas. Zancheti (2014, p. 11), em *A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna*, fundamenta-se nos apontamentos de Muñoz Viñas (2003), ao apresentar que as atividades de conservação devem buscar ao máximo conciliar objetivos e significados em um contexto de intersubjetividade e de “pluralidade de interpretações”, ao considerar a valoração por diferentes grupos.

Segundo Muñoz Viñas (2003), a legitimidade das ações de conservação está em razões subjetivas, ao entender que os valores do patrimônio não estão intrínsecos e inerentes aos objetos, mas nos significados que neles são projetados, o que confere sua patrimonialidade. Esses valores se constituem em sentimentos, crenças e ideologias, que definem o caráter simbólico do que se pretende preservar. No caso da paisagem, ela por si só é dotada de subjetividade, por se compor de elementos culturais, além de naturais, e de necessariamente se inserir em contexto de variáveis econômicas, políticas e sociais.

Ao refletir sobre a restauração de objetos simbólicos, Muñoz Viñas (2003) apresenta documentos que também fundamentam a amplitude do patrimônio aqui defendida, como a Carta de Burra (ICOMOS, 1999), que define a conservação de um lugar condicionada aos aspectos de sua significação cultural, além do Documento de Nara

(UNESCO, 1994) e da Carta de Cracóvia (2000), que relacionam o patrimônio cultural à identidade dos povos. E ao que tange à função dos bens patrimoniais, ele faz referência a Müller⁹, quando considera que eles não existem sem as pessoas, que são geradores de identidade, da construção de uma personalidade social, e de comunicação, ao funcionarem como mecanismo de simbolização.

As ações em bens patrimoniais, segundo a *Teoria contemporânea da restauração*, são estabelecidas na dialética dos especialistas, agentes sociais e políticos, em que deve se pautar a ética da negociação, diálogo e consenso. Para Muñoz Viñas (2000 *apud* MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 164), as ações de restauração devem satisfazer “um maior número de sensibilidades”. Cabe esclarecer que a tese não procura analisar como se definem processos e projetos de restauração, e limita a análise da teoria contemporânea, de Muñoz Viñas (2003), ao que se pretende incorporar ao tema da conservação da paisagem, que consiste na identidade e no reconhecimento da subjetividade nas projeções de valores ao patrimônio.

O reconhecimento da subjetividade no processo de patrimonialização coloca em questão os desafios para estabelecer métodos de análise e avaliação da paisagem que respaldem as ações de conservação. Berleant (2013) associa a valoração do ambiente ao comportamento e à experiência, ao considerar que o reconhecimento abre caminhos para percepções e sentidos, além de balizar práticas, condutas e estimular a preservação. Diante disso, o autor reconhece a necessidade do equilíbrio ao que denomina dimensão normativa da paisagem, em que se fundem valores estéticos e interesses econômicos, políticos e utilitários.

Berleant (2013) discute métodos de valorar a paisagem e avaliar a sua dimensão estética, ao questionar tanto critérios emocionais e subjetivos de beleza, quanto os princípios objetivos e quantitativos, por considerar que ambos possuem caráter visual e se afastam da experiência. Partindo de modelos da Biologia e da Arte, ele define que o juízo normativo de uma paisagem deve partir de uma crítica paisagística baseada em categorias claras e por meio de uma experiência também normativa que incorpore percepção, imaginação, memória e conhecimento. Tendo

⁹ MÜLLER, Markus M. Cultural heritage protection: legitimacy, property and functionalism. *International Journal of Cultural Property*, v. 7, n. 2, p. 395-409, 1998.

em vista que as paisagens são únicas, o autor defende que o ambiente deve ser analisado em suas dimensões no espaço-tempo, por procedimentos qualitativos, que considerem que a estética compreende aspectos físicos, históricos e experienciais, em que o homem deve ser reconhecido de forma ativa e participativa.

Diante da complexidade do tema e da problemática apresentada no contexto da cidade de Ouro Preto, cuja paisagem se transforma em meio à expansão urbana e à ocupação das encostas da serra, a região do Morro da Queimada foi delimitada como objeto de pesquisa, sendo a ocupação do bairro, de mesmo nome, estabelecida como recorte territorial para análise em estudo de caso. A escolha se fez pelas características e pela importância da região desde a formação da cidade, que reúne elementos significativos da paisagem ao se constituir em sítio arqueológico inserido em ambiente com rica flora, fauna e recursos naturais que se fazem condicionantes para os processos históricos e culturais estabelecidos.

As questões que envolvem as ocupações do Morro da Queimada ultrapassam questões estéticas, ao considerar que esta população que, gradativamente, ocupa as encostas da serra se instala em sítio de antigas lavras de mineração, em condições geológicas e geomorfológicas inapropriadas, o que envolve problemas funcionais e sociais, além de interesses econômicos e políticos. Essa comunidade, embora se insira em contexto de valores históricos patrimoniais, estabelece-se de maneira marginalizada no conjunto, e parece não se legitimar como parte de todo arcabouço cultural da cidade. Esses e outros elementos que emergem ao longo da tese qualificam esse território como uma unidade de paisagem importante a ser investigada.

As questões da paisagem de Ouro Preto como patrimônio e os impactos causados com o crescimento desordenado, em especial na serra onde se insere o Morro da Queimada, delimitado como o objeto de pesquisa, permitiram estabelecer hipóteses que se fundamentam no marco teórico:

(i) A historiografia da formação da cidade e da representação do espaço demonstra que a serra passa de protagonista e arcabouço cultural em seu *locus* de formação à representação sócio-espacial marginalizada;

(ii) A paisagem era tratada, pelos modernistas, como objeto estético numa lógica de preservação ideal que consolida o centro histórico como patrimônio legitimado, e que reduz a serra à imagem de seus aspectos físicos biológicos. Esse pensamento perdurou e, diante da paisagem real, socialmente construída, pode-se falar em uma dicotomia entre desenvolvimento/dinâmicas de ocupação e preservação;

(iii) O tombamento, como instrumento de preservação, não se mostra eficaz para o caráter necessariamente dinâmico da paisagem. Além disso, o conceito de paisagem continua impreciso nas políticas públicas atuais, que também não se configuram em instrumentos adequados, e permanece uma dicotomia entre desenvolvimento/dinâmicas de ocupação e preservação.

Conforme analisa Bonésio (2012), na identidade do lugar reside a matriz da paisagem, que corresponde aos elementos naturais e culturais, expressos pela memória e estabelecidos, como referência, na leitura de sua fisionomia. Trata-se de elementos ordenadores e fundamentais na legibilidade do território e acredita-se que o caminho para sua conservação é o reconhecimento desses valores pelos agentes sociais, principalmente, a comunidade diretamente envolvida, que, em processo de fortalecimento de identidades, acaba por promover ações de proteção e de tutela de seus recursos naturais e culturais. Diante disso, traçou-se o objetivo da tese, na importância da interdependência entre lugar e comunidade, cujos interesses diversos, sejam econômicos, políticos e turísticos, não devem subtrair a vida e sim alimentá-la em seu agenciamento cultural e dinâmico, na tradição e na valorização dos lugares:

Na ênfase sobre o lugar ressoa o advento de uma consciência por aquilo que não pode ser compreendido ou declarado como obsoleto. É inevitável, porém, realçar mais uma vez o peso e a centralidade que os lugares-paisagem têm na construção, na manutenção e no dinamismo das identidades das comunidades, e vice-versa, como a vivacidade e consciência civil, ética, cultural e paisagística da comunidade determina a qualidade paisagística dos lugares, não apenas no sentido “permanente”, mas também no que respeita às experiências turísticas, nas quais o comportamento, as atitudes e consequentemente as escolhas de interação com sítios diversos e comunidades diferentes podem derivar, em larga medida, da educação, do olhar e das práticas quotidianas com os espaços colectivos dos lugares de vida (BONESIO, 2012, p. 207).

A tese busca, assim, comprovar, pela *práxis*, a possibilidade de leitura da paisagem por meio de dimensões e atributos que possam definir a consciência coletiva de uma

comunidade em relação ao seu território como ambiente vivido, a qual Bonésio (2010) chama de consciência do lugar. Acredita-se que a identidade em sua tradição viva é o caminho para o fortalecimento das ações de conservação e da implantação compartilhada de um modelo de gestão de desenvolvimento que envolva ecologia e cultura (BONESIO, 2012).

Diante da reflexão apresentada, o objetivo geral se define em: analisar a paisagem de Ouro Preto como categoria de pensamento, inicialmente em modalidade expandida e temporal, e verticalizar a pesquisa na experiência e na vivência dos habitantes do Morro da Queimada. Os objetivos específicos seguem estruturando a tese e organizando seu desenvolvimento em capítulos, os quais serão apresentados logo após a metodologia.

Para alcançar o objetivo final da tese, tornou-se necessário, inicialmente, um conhecimento prévio e mais amplo da cidade, na compreensão de sua origem, na identificação de condicionantes e de elementos na sua formação urbana, além da análise dos processos de transformação do espaço em suas temporalidades. Esse conhecimento subsidiou as análises e as interpretações a que se refere o objeto de pesquisa, e considerou uma metodologia que incorpora inter-relações em universos de análises, ao reconhecer, na dinâmica da vida, o comprometimento do ser, desde o ambiente vivido em território habitado à experiência na cidade.

A metodologia empregada nessa primeira etapa consiste em pesquisa descritiva que utiliza revisão bibliográfica e pesquisa documental, em fontes primárias, realizadas no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), na consulta de livros de atas e documentação da Câmara Municipal de Ouro Preto de fins do século XIX e do início do XX; no Arquivo Noronha Santos¹⁰, no Rio de Janeiro-RJ e no Escritório Técnico do IPHAN, em Ouro Preto, onde se pôde ter acesso a documentos diversos, antigos registros e aos primeiros planos urbanos¹¹ para a cidade. Na revisão bibliográfica, em fontes secundárias, procurou-se estabelecer um diálogo entre as publicações históricas de clássicos e a historiografia contemporânea que, em um

¹⁰ Subordinado ao Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN.

¹¹ Plano Urbano elaborado pelo arquiteto português Viana de Lima, em 1969; e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, entre 1973 e 1975, ambos não colocados em prática.

contexto de maior abertura, pluralidade e acesso à informação, incorpora e esclarece aspectos da história e da memória na análise e na interpretação de antigos registros. A descrição e a análise se pautam em aspectos históricos e morfológicos do sítio de maneira a contextualizar a importância da serra na paisagem, em especial o Morro da Queimada, como objeto de pesquisa. Ao longo do processo descritivo, procurou-se incorporar interpretações da paisagem que vai sendo tecida e de suas representações ao longo do tempo, por meio das categorias de pensamento. Essa etapa é fundamental para o entendimento dos processos contínuos de ações culturais promovidas pelo homem, em uma estrutura territorial em constante transformação, onde a serra se configura como elemento natural presente e condicionante.

A serra na região do Morro da Queimada também foi analisada em sua expansão urbana e nos processos de ocupação por meio de cartografias. Para tanto, utilizou-se de imagens aéreas de Ouro Preto, desde o ano de 1950 até 2003¹², imagem aérea atualizada de 2018¹³, além de dados da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e de Oliveira (2010), cujas bases de 1950-2004 foram disponibilizadas para atualização e produção das cartografias georreferenciadas¹⁴.

Conforme descrito anteriormente, o bairro Morro da Queimada foi escolhido como recorte territorial para o estudo de caso, cuja localização e delimitação serão apresentadas em cartografia da serra. A metodologia foi construída a partir de instrumental que coloca em prática os fundamentos teóricos da paisagem como categoria estabelecida. Sendo assim, procurou-se coletar dados significantes por meio da experiência ativa e comprometida no meio, em conformidade ao que se espera de uma pesquisa social, baseada na Antropologia Cultural.

Para tanto, optou-se por analisar a paisagem do Morro da Queimada a partir de narrativas, como instrumento possível de aferir a experiência estética, por meio de categorias temáticas, que se configuram como dimensões e atributos, como nos

¹² Acervo do NUGEO/EM-UFOP, concedido pelo Professor Frederico Sobreira.

¹³ Disponibilizada pela Fundação Gorceix.

¹⁴ Desenvolvidas em *software* específico, em colaboração indispensável, pela arquiteta Laura Lanna.

princípios da estética filosófica, apresentados por Berleant (2013). Nessa perspectiva, por meio das narrativas, procurou-se escutar a comunidade do Morro da Queimada, o que possibilitou a leitura, análise e interpretação dos aspectos funcionais e culturais de sua identidade, de maneira a identificar uma consciência coletiva do lugar. Esse procedimento visa legitimar os valores e os significados atribuídos ao patrimônio territorial, em um diálogo com especialistas, além de avaliar a legibilidade da paisagem atual por esses agentes sociais.

As narrativas se apresentam como instrumental possível na pesquisa experimental e se fundamentam em referencial teórico metodológico complementar, que será detalhado e aprofundado no desenvolvimento do capítulo. Definiu-se, para amostragem, um percentual de 5% dos habitantes do bairro Morro da Queimada, o que resultou em 53 entrevistas semiestruturadas aplicadas entre os atores sociais, que se dividem em opiniões populares e lideranças, cujas definições de identidades dos agentes se basearam nas experiências de Magnani (2004). De maneira complementar, a pesquisa também se fez por meio de observação participativa, ao considerar que o pesquisador também se compromete de maneira física e sensitiva no meio, sendo possível registrar aspectos extradiscursivos (MAGNANI, 2004; MINAYO, 2012).

As narrativas tiveram, como propósito, uma análise qualitativa por meio de categorias temáticas, embora alguns significantes tenham sido quantificados, mas não como delimitação do estudo, o que seria incoerente com a natureza da temática, mas como indicativo de relevância e frequência na interpretação de uma consciência coletiva ou até mesmo de uma ideia social. A metodologia de análise se fundamenta em Minayo (2012) e em Moraes e Galliazi (2016), com aplicação da técnica de análise de conteúdo, além da análise textual discursiva utilizada em trechos selecionados de narrativas que foram inseridos na estrutura do texto, de maneira a configurar uma apresentação do território pela própria população. Para o desenvolvimento da técnica, os questionários semi-estruturados foram formulados com base em subcategorias estabelecidas *a priori*, porém funcionaram como roteiros abertos e também incorporaram subcategorias emergentes. Após a transcrição das narrativas, os significantes foram tabulados, conforme categorização temática estabelecida para análise e interpretação.

A classificação dos significantes foi realizada em três universos que, naturalmente, se inter-relacionam, partindo do ambiente vivido no cotidiano do bairro Morro da Queimada, ampliando sua experiência no entorno da Serra de Ouro Preto, e, em seguida, na cidade, com ênfase na análise da relação do habitante com a área central, que se convencionou chamar de “centro histórico”. As categorias temáticas se fundamentam no marco teórico apresentado, que será utilizado como base de interpretação, mas se definem em referencial teórico metodológico complementar, descrito a seguir. O imaginário como categoria elementar vai permear todo o texto das narrativas e de grande importância foram os estudos de Silva (2011), em *Imaginários urbanos*, nos quais cidades são analisadas por meio de projeções imaginárias, em condições físicas e de práticas cotidianas, a partir de seus usos, sentidos e símbolos construídos.

Para a categorização das temáticas analisadas foram fundamentais as reflexões de Pesavento (2007), cujos sentidos convergem para a categoria de paisagem construída na tese. Segundo a autora, toda cidade é um “palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa” (PESAVENTO, 2007, p. 17). Nessa perspectiva, reconhece-se como a historiografia se abre a representações em imagens que também se estabelecem por narrativas de um imaginário que se revela pela memória na compreensão de uma temporalidade. E, nesse processo, as pessoas reconstroem o passado no presente, ao atribuir significados, definir tradições, selecionar e construir identidades.

Mas essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Outro referencial teórico metodológico que se fez fundamental para análise das narrativas foi Purinton e Potteiger (1998), autores do livro *Landscapes narratives*, que demonstram o potencial das narrativas na revelação de uma paisagem, ao

apresentar metodologicamente tipos de narrativas aplicadas em contextos específicos e fundamentados em categorias de análise. Os autores apresentam também como as paisagens possuem narrativas implícitas, ao fazerem referência aos estudos de James Duncan e Nancy Duncan¹⁵, na chamada “nova geografia cultural”.

Duncan (1990) apresenta, como possibilidade, a leitura intertextual da paisagem, ao considerar que ela é produzida em um determinado contexto que se sobrepõe em sistemas de significados culturais, nos quais se apresentam campos discursivos, compostos de narrativas. O autor reconhece ser necessário ir além de aspectos semióticos e tropológicos, ao entender uma subjetividade na leitura da paisagem, e considerar que sua produção é também política, na medida em que se relaciona aos interesses materiais de classes sociais, além de revelar manifestação de poder numa sociedade. Nesse sentido, as narrativas se apresentam metaforicamente em elementos arquitetônicos e em sua localização no espaço, de maneira a legitimar uma estrutura política social. Em contextos específicos, os rituais cívicos necessitavam do cenário para acontecer, o que confere à paisagem uma concretização de uma narrativa política em espaço carregado de simbolismo. Essa abordagem contribui para a leitura política da paisagem que se forma em Ouro Preto, onde o poder foi marcado pelo Estado e pela religião.

Em uma visão antropológica, torna-se necessário definir cultura e, nesse caso, o referencial se faz em Clifford Geertz (1989), cuja influência também se reconhece nos estudos de Duncan (1990). Geertz (1989, p. 4) considera a cultura como significado de uma produção humana, cuja análise é uma ciência interpretativa, conforme explica:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

¹⁵ DUNCAN, James S.; DUNCAN, Nancy G. [Re]Reading the landscape. *Environment and planning d. society and space*, v. 6, p. 117-126, 1988.

A experiência estética da paisagem por meio de narrativas pode ser entendida como um processo de democratização em pensar o patrimônio e a estética urbana. Nessa ótica, se insere as reflexões de Certeau e Giard (2018), no texto *Os fantasmas da cidade*, em que apresentam, como instrumentos de apreensão necessários, os gestos e os relatos. A análise dos gestos revela como as pessoas se relacionam e fazem usos cotidianos de um passado, ao produzir histórias e modificar a paisagem. Os relatos revelam histórias e memórias, e evidenciam as “cidades invisíveis”, de Calvino, numa dimensão imaginária e legítima. Corrobora-se com o autor, que por meio de histórias se habitam lugares, sendo assim, entende-se que “habitar é narrativizar” (CERTEAU; GIARD, 2018, p. 201). Nesse campo, também se enquadra as ações patrimoniais quando se pensa a conservação da paisagem, que, por meio da cultura e da tradição, precisa incorporar as práticas, os usos e o cotidiano das pessoas, que se escondem em narrativas. “Fomentar ou restaurar esta narratividade é portanto também uma tarefa de restauração” (CERTEAU; GIARD, 2018, p. 201).

A tese tem como propósito ampliar o debate e reconhecer a pluralidade de opiniões e agentes envolvidos e, nesse sentido, também se faz indispensável incorporar, nas análises, a visão dos especialistas. Nesse caso, o instrumento metodológico é composto por entrevistas abertas e guiadas por categorias que se relacionam às temáticas abordadas com a população, ao permitir a análise e a interpretação dos significantes de maneira a compreender aproximações e divergências. Os especialistas escolhidos desenvolvem, ou já estiveram envolvidos, em trabalhos profissionais e/ou em pesquisas na região do Morro da Queimada, o que permitiu também coletar informações e opiniões sobre ações e projetos já realizados na serra, em especial, a criação do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada. Sendo assim, as narrativas dos especialistas também se inserem no desenvolvimento da tese, conforme a temática abordada.

A tese foi estruturada em cinco capítulos, sendo a introdução, aqui apresentada, conferida como capítulo 1, que contempla o tema e a problemática, com sua justificativa embasada em marco teórico, além de delimitar o Morro da Queimada como objeto de estudo, estabelecer as hipóteses a serem investigadas, para, em seguida, apresentar os objetivos e a metodologia. No capítulo 2, a cidade de Ouro Preto é analisada em sua formação urbana e tem, como foco, a serra como

elemento primário e fundamental em sua paisagem. O espaço urbano será apresentado em suas temporalidades para que se compreenda o processo de expansão urbana, para procurar abordar o contexto político e social, além de uma breve análise dos planos urbanos ao que tange à paisagem, para melhor compreensão das ações de preservação ao longo do tempo. Nesse sentido, o capítulo tem como objetivo: contextualizar o Morro da Queimada como objeto de estudo, identificar os *iconemas* e os elementos estruturadores do território, além de analisar os processos de expansão da cidade diante das ações institucionalizadas de preservação, para buscar interpretar a paisagem como território modelado pelo ambiente natural e cultural. A tese verticaliza o estudo no capítulo 3, em que se analisa o Morro da Queimada em recorte territorial da serra, como uma unidade da paisagem, em sua constituição física e histórica, ao considerar aspectos funcionais e socioculturais, além do processo de expansão e de ocupação urbana. Pretende-se identificar os *iconemas* e os elementos estruturadores na serra, analisar os impactos no processo de ocupação e as ações de preservação realizadas até o momento, com a criação do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada, por meio das narrativas dos especialistas. O capítulo 4 consiste na apresentação das paisagens narrativas do Morro da Queimada, em que as opiniões dos atores sociais, entre a população geral e as lideranças, são analisadas e interpretadas conforme embasamento teórico, ao partir de uma abordagem cotidiana do ambiente vivido e ampliar a análise para o entorno da serra e para a cidade. O capítulo termina com uma análise das opiniões dos especialistas, como sujeitos fundamentais no processo. O objetivo se define em relacionar valores atribuídos aos caracteres identitários da paisagem por meio da experiência dos habitantes, para procurar estabelecer os elementos funcionais e culturais que caracterizam o território como patrimônio, além de analisar e interpretar as narrativas de paisagens como categoria. Por fim, a tese se finaliza no capítulo 5, no qual se apresentam as considerações finais e a análise das hipóteses levantadas, além de avaliar os resultados da aplicação das narrativas como instrumental, e das possibilidades que a prática pode permitir no fortalecimento das identidades e das tradições, quando a paisagem é reconhecida na natureza modificada pela incorporação do ser.

2 A PAISAGEM DE OURO PRETO NA ESPACIALIZAÇÃO DO TEMPO

A abordagem do tempo realizada na pesquisa se fundamenta conceitualmente e metodologicamente no conceito da temporalidade como suporte da temporaneidade, com base nos fundamentos de Assunto (2013b). A cidade de Ouro Preto será aqui apresentada em suas temporalidades, entendendo a importância da leitura qualitativa das matrizes presentes no espaço para melhor compreensão da paisagem real no tempo presente. O presente capítulo apresenta-se como contextualização ao estudo de caso do Morro da Queimada, recorte escolhido como objeto da pesquisa, com vistas a compreender e analisar a formação da cidade e sua paisagem como processo, além das atuações dos agentes nas políticas públicas de conservação e preservação. Nesse sentido, o trabalho também se apoia em bases conceituais e teóricas para entender a paisagem por meio da espacialização do tempo pelos sujeitos e organizações coletivas.

2.1 A serra na constituição da paisagem de Ouro Preto

A formosura de seus panoramas, suas puríssimas águas, seu firmamento de beleza admirável, seus horizontes dilatados e de caprichosos coloridos foram teatro de um surto espantoso de desenvolvimento econômico, graças aos fartos depósitos auríferos encontrados nas areias dos rios e nas encostas das serras. No Ouro Preto e no Carmo, que lhe fica vizinho, a paisagem é rude, o solo pedregoso, de aspecto ameaçador e selvagem, abrindo-se em vales estreitos e profundos (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 43).

Os aspectos da paisagem descritos por Lima Júnior (1978), na publicação *a Capitania de Minas Gerais*, de 1940, supostamente se associam à experiência sensitiva de outrora, cujo território ainda se constituía de uma natureza próxima à vida “selvagem”. Entretanto, não se pode esquecer que o ambiente cultural se fazia presente nas diversas aldeias indígenas que por estas serras se instalaram, e que muito pouco se registrou, estudou e sabe. Sendo assim, a história aqui analisada parte do processo de colonização deste território, que resultou na formação da

cidade de Ouro Preto, mas reconhece a origem longínqua de sua ocupação por seus povos nativos.

Segundo depoimentos do Sargento-Mor José Rabelo Perdigão, na época secretário do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá Meneses, os primeiros Bandeirantes saíram de São Paulo em 1694, mas foi a partir de Taubaté, que a Bandeira de Manuel Garcia, em 1696, descobriu na vertente dos córregos do Tripuí e Passa-Dez o Ouro Preto. No ano seguinte, a Bandeira de Antônio Dias descobre ricos depósitos de ouro na outra vertente, em local que recebe seu nome e, por fim, a Bandeira do Padre João de Faria Fialho chega aos córregos provenientes do Itacolomi (LIMA JÚNIOR, 1978).

Pode-se afirmar que a ocupação urbana decorrente da descoberta do ouro e diamante se deu ao longo da Serra do Espinhaço, que “corre de norte a sul por uma linha quase meridiana, que, passando pelo Rio de Janeiro, Ouro Preto até Diamantina, separa as águas da Bacia do Rio Doce, a este, das do São Francisco, a oeste” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 43).

A descrição aproximada do fato já constava no clássico livro de Diogo de Vasconcelos, publicado em 1904, intitulado *História Antiga das Minas Gerais*, referência para diversos autores, como Sales (1999, p. 22) ao descrever as bandeiras:

Até que uma delas, liderada por um homem chamado Antônio Dias de Oliveira, procurou rota diferente das anteriores que tentavam entrar no Tripuí pela Serra Itaverava. Este, ao contrário, procurou entrar por onde saíram as bandeiras anteriores. [...] Afirma Diogo de Vasconcelos que o fato ocorreu em 1696.

Antônio Dias de Oliveira, entrando por Ouro Branco, chegou pelas alturas vizinhas, já de tardinha, em uma chapada bonita, hoje Campo Grande, situada logo depois da serra do Pires. [...] Quando nasceu o sol, o bandeirante viu na sua frente o menino de pedra, grande Itacolomi reluzindo.

Diante da limitação de dados e documentos da época, é compreensível que a historiografia contemporânea coloque em questão algumas informações anteriormente levantadas por clássicos historiadores, como Diogo de Vasconcelos e Sérgio Buarque de Holanda.

Resende (2007) em seu texto, *Itinerários e interditos na territorialização da Geraes*, analisa que, embora a descoberta do ouro tenha início em 1693, foi no território hoje compreendido pelo Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1697 e 1704, os maiores achados. Oliveira (1999 *apud* RESENDE, 2007) indica que foi nesse período a descoberta das minas do Sertão dos Cataguases; em cujo local, segundo consta em um documento anônimo (MATOSO, 1999 *apud* RESENDE, 2007, p. 27), se originou o “primeiro núcleo de povoamento do ‘território mineiro’”. A autora descreve ainda que se trata da região compreendida pelo ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, fato este que imediatamente atrai pessoas em busca de riqueza. Antonil¹⁶ (1711 *apud* RESENDE, 2007) esclarece que a expressão “minas gerais” se refere às minas dos Cataguases, cujo trajeto se dava por meio do denominado Caminho Geral do Sertão.

O estudo apresentado por Resende (2007) contempla pesquisa em fontes primárias, como um manuscrito anônimo intitulado *Das Villas de São Paulo para o Rio São Francisco*, cuja autoria do documento Resende supõe ser do governador geral Luís César de Meneses, em interlocução com o Rei D. Pedro II, ou seja, do início da década de 1700. Neste manuscrito consta que, o acesso às minas se reduz a três trajetos, e apresenta o seguinte relato pelo caminho do Rio de São Francisco:

E reduzidos na forma dita todos os caminhos que entram no Rio São Francisco a um só caminho, do arraial de Matias Cardoso seguem pela beira do mesmo rio por distância de cem léguas, pouco mais ou menos, até a barra que nele faz o rio das Velhas, na qual, deixado o dito rio São Francisco, seguem pela beira do das Velhas até se encontrarem com as minas de que às beiras dele se tira ouro [...]. Deste rio das Velhas se apartam outra vez diversos caminhos para todas as minas descobertas, assim para as chamadas gerais [minas do Cataguases], como para as do Serro do Frio e para todas as outras de que se tira ouro por entre aquelas dilatadas serras (*Das Villas*, s.d., p. 461 *apud* RESENDE, 2007, p. 43).

Renger (2007), em seus estudos da cartografia das Minas Gerais, ao analisar o mapa intitulado *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo*, que se refere a uma cópia do original de cerca de 1700, onde foram inseridas novas informações, indica o Rio das Velhas como um dos afluentes da

¹⁶ Antonil é um anagrama do padre jesuíta João António Andreoni, que escreveu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* em 1711 (RESENDE, 2007).

margem direita do Rio São Francisco, com seus primeiros arraiais das minas de ouro e demarcações de antigas fazendas.

Conforme a historiografia contemporânea, aqui contemplada a partir das pesquisas de Resende (2007) e Renger (2007), os registros em fontes primárias indicam que as Bandeiras não adentraram o território por Ouro Branco, mas por meio do Rio das Velhas. Nessa perspectiva de análise, a origem da cidade de Ouro Preto se relaciona aos antigos arraiais mineradores que se estabeleceram ao longo da serra, em território de extensas terras minerais, e, em seguida, também se desenvolvendo e consolidando ao longo do vale.

Segundo Diogo de Vasconcelos em *História Antiga das Minas Gerais* (1974, p. 15), depois da condição violenta na descoberta das minas no sertão de Taubaté, modificam-se o “sistema de promessas e mercês”, em carta régia de 18 de março de 1694, ao então governador geral D. João de Lencastre. Este documento passa a atribuir ao responsável pela descoberta a propriedade das minas, livre de fôro e de obrigação a ordem religiosa, desde que seja pago o quinto da extração de ouro à coroa. Ainda conforme descreve Vasconcelos (1974, p. 22), até 1704 a corte não tinha conhecimento da riqueza das minas descobertas, “quando de fato se descobriram as camadas e veeiros da Serra de Ouro Preto, mostrando formações regulares e de nunca vista fertilidade [...]”. Diante de uma abertura inicial pela Coroa, os paulistas na condição de descobridores se veem traídos. Nesse contexto, desencadeia-se a Guerra dos Emboabas¹⁷, a partir de disputas entre paulistas e forasteiros, termo que se referia à reinóis, pessoas nascidas em Portugal, e baianos. Emboabas foi um apelido atribuído aos portugueses, que se viram vencedores, ao expulsar os paulistas (VASCONCELOS, 1974).

A descoberta do ouro atrai para a região uma grande quantidade de pessoas, cujo fenômeno é chamado por Vasconcelos (1974) de “a grande invasão”, se referindo

¹⁷ A Guerra dos Emboabas consistiu na disputa entre paulistas e forasteiros, em uma guerra civil que durou de 1707 a 1709, e encerrou com a fuga dos paulistas e a vitória dos emboabas. Nesse contexto, também se estabelece a Capitania de São Paulo e Minas, sob governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com o desmembramento do Rio (VASCONCELOS, 1974).

aos forasteiros. Antonil (1837) descreve este quadro em *Cultura e opulencia do Brazil, por suas drogas e minas*¹⁸, publicado em Lisboa em 1711:

A sêde insaciavel do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão asperos, como são os das minas, que difficultosamente se poderá dar conta do numero das pessoas, que actualmente lã estão. Comtudo os que assistirão nellas nestes ultimos annos por largo tempo, e as corrêrão todas, dizem, que mais de trinta mil almas se occupão [...] Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes, e de estrangeiros, para passarem ás minas. Das cidades, villas, reconcavos, e sertões do Brazil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos Indios de que os Paulistas se servem (ANTONIL, 1837, p. 149).

Em seus relatos da viagem à Minas, Antonil (1837) analisa que chegavam pessoas de toda parte, entre gente de cabedal e vadios, aos que atribui a desordem. Vasconcelos (1974) descreve que foi no período de 1701 a 1705 que chegaram às minas mercadores, em um momento no qual o ouro aflorava dos rios, citando como mascates: José de Góis, Pascoal da Silva, Manuel Nunes. Conforme Vasconcelos (1974), Pascoal da Silva, que se torna um importante minerador na época, vem do Rio de Janeiro em sua última viagem para abastecimento de seus negócios com o propósito de se estabelecer nas lavras de ouro. O autor esclarece que, em 1705, o ouro de aluvião se extingue, iniciam-se desmontes e cavas, cuja operação era mais custosa e nesse momento os portugueses, conhecidos como reinóis, passam a minerar.

Ao descrever os impactos desse processo, Vasconcelos (1974, p. 53) analisa o que seria a paisagem de outrora do “velho Tripuí”, região onde se instalou Ouro Preto, e faz referência a uma natureza intocada, que não mais guarda esse aspecto:

Quem hoje contemplar estes penhascos nus e estes serros, que se não deixaram demolir em dois séculos de fúria pelo ouro, imperfeita idéia fará do que foi outrora a paisagem do velho Tripuí.
Era um recinto tapado de florestas gigantescas, densíssimas, pego enorme e profundo de verdura, intercalado somente de penedias agudas, e das campinas viçosas, que ainda hoje se avistam, como tapetes bordados no alegre das cordilheiras.

¹⁸ “*Cultura e opulência do Brasil*, de André João Antonil, pseudônimo do jesuíta italiano João Antônio Adreoni, foi publicado em 1711, sendo recolhido por ordem de D. João V por ser considerado inconveniente para a Coroa Portuguesa” (Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/es/node/1747>>. Acesso em: 30 jul. 2019.).

Ao que consta em passagens descritas por Vasconcelos (1974, p. 54), durante o período da Guerra dos Emboabas, as Serras de Ouro Preto passam a domínio dos reinóis (portugueses) e Pascoal da Silva Guimaraes aparece nas narrativas como um minerador de posse, com casas na “Pia Grande, as melhores da serra, no lugar hoje dito Palácio Velho”, nas encostas mineiradas do Antônio Dias.

Conforme assinala Lima Júnior (1978), o local onde se desenvolve a antiga Vila Rica era coberto por matas de árvores colossais que foram sendo derrubadas com dificuldade para instalação dos primeiros povoados. Ainda segundo o autor, em 1700, entre pequenos povoados, destacava-se o de Ouro Preto, na vertente do vale onde hoje se encontra a Matriz do Pilar, e o de Antônio Dias, ambos ligados por um caminho ao longo de uma mata (LIMA JÚNIOR, 1978).

Os povoados, com exceção aos antigos pousos de bandeiras, surgem em chamados “ranchos de tropa”, onde se estabelece o comércio e primitivas capelas, mais tarde substituídas por templos maiores e mais sólidos. Eram nesses arraiais, que em Portugal se entende por “ajuntamento para festas religiosas”, que os mineradores começam a construir casas para passar o final de semana, constituindo assim “centros da vida civil, religiosa, social e econômica da capitania” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 38).

Ao conceituar o termo “arraial”, Fonseca (2011) descreve que na colônia o termo se referia a construção rudimentar para guarda de mercadorias dos viajantes; ou mesmo de forma geral, local para “pouso” dos bandeirantes. Já no século XVIII, o termo se associa aos povoados mineradores que se consolidam. De acordo com Santos (1951), com base em pesquisa nos aforamentos, em 1711, praticamente todos os arraiais estavam formados já com as denominações dos bairros atuais. Em aspectos formais, o autor descreve que esses povoados se davam ao redor de capelas provisórias, cujos adros e caminhos interligados acabam por configurar o traçado primitivo.

Lima Júnior (1978, p. 29) indica que, ao longo da serra, se estabelecem povoados menores:

Ouro Fino, Ouro Bueno, Ouro Podre, São Sebastião, Santana, Bom Sucesso, Passa Dez, Botafogo, Três Cruzes etc.; todos assinalados locais onde se reuniam mineradores para comercializar ou rezar diante dos cruzeiros que os missionários franciscanos iam levantando.

Sobre os achados de Francisco Bueno da Silva na serra de Ouro Preto, Lima Júnior (1978, p. 30) transcreve:

[...] subindo a grande serra, chamada o morro da Vila Rica, e muito tempo de Pascoal da Silva, mãe e fonte onde nasceram estes ricos córregos já descobertos, e voltando-os ao poente, que eram vertentes do Rio das Velhas, cabeceiras do Rio São Francisco, [...] descobriu o dito Bueno, segundo, o córrego chamado Ouro Bueno, e o Rio das Pedras, de grandiosas e avultadas pintas [...] (Códice Matoso *apud* LIMA JÚNIOR, 1978, p. 30).

Fonseca (2011) descreve que, ao longo dos afluentes da bacia do Rio Doce, surgem os primeiros povoados mineiros, cuja população foi atraída pela exploração aurífera. Os arraiais de origem se estabeleceram em terrenos acidentados e, embora as condições topográficas fossem importantes na consolidação do núcleo urbano, a criação da vila se justificava pela riqueza das jazidas de ouro e consequente prosperidade do comércio. Esta análise se confirma na leitura do Termo de Ereção de Vila Rica, registrado em oito de julho de 1711, inicialmente como Vila Rica de Albuquerque¹⁹:

[...] Sua Mag.^{de} determinava erigir neste mesmo Arrayal hua.nova povoação, e Villa p.^a q.['] seos moradores e os maiz de todo destricto pudessem viver areglado, e sugeitos com toda alva forma ás Leys da Justiça [...] suppondo não achava o sitio m.^{to} acomodado, attendendo ás riquezas q.['] promettião as minas, q.['] ha tantos anos se lavrão nestes morros e rib.^{es} e ser a parte principal destas minas, aonde acode o Comercio, e fazendas [...] todos convierão em q.['] neste Arrayal Junto com o de Ant.^{to} dias se fundasse a Villa pelas razões referidas, pois era Sitio de mayores conveniências, q.['] os Povos tinham achado p.^a o Comercio [...] (DRUMMOND, 2011, p. 46).

¹⁹ Em Carta Régia de 15 de dezembro de 1712, D. João V ordena que o nome seja Vila Rica, ao reprovar o apêndice “de Albuquerque” introduzido pelo então Governador e Capitão Geral, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (DRUMMOND, 2011).

Em relação ao relevo, Vasconcellos (1956, p. 99) destaca:

A topografia de Vila Rica é, por assim dizer, bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação. Terrenos planos naturais são praticamente inexistentes e a sua obtenção, por aterros ou desaterros, é dificultada ao extremo pela dureza geral do solo.

Nesse contexto inicial de exploração junto à arraiais mineradores ao longo da serra, merece destaque a sedição ocorrida em julho de 1720, que ficou conhecida em sua relevância histórica como Revolta de Vila Rica. Segundo descreve Vasconcelos (1974), ocorreu durante o governo do Conde de Assumar, tendo como aspectos deflagradores a insatisfação de potentados que, por ordem régia perderam patentes e privilégios, somou-se a isso a postura política rígida do Conde e de sua indisposição junto ao clérigo, procurando impedir a dissolução eclesiástica com a instalação de um Bispado em Minas. Sendo assim, o autor apresenta que esses grupos se uniram à causa da indisposição da cobrança do quinto pelas casas de fundição, fortalecendo o motim.

Bandeira (1963), no *Guia de Ouro Preto*, esclarece que D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, recebe por lei régia de D. João V, a Lei de 11 de fevereiro de 1719, a determinação de criar as casas de fundição com o propósito de proibir a circulação do ouro em pó, considerando que após deduzir o quinto para a coroa portuguesa, além de taxas e despesas, o ouro deveria ser fundido em barra. Conforme analisa Vasconcelos (1974), os mineiros reivindicavam que a dedução se fizesse em 12% do ouro.

Vasconcelos (1974) descreve com detalhes a revolta encabeçada pelo mais rico proprietário das minas, Pascoal da Silva Guimarães, dono do arraial de Ouro Podre, em terras mais ricas da Serra de Ouro Preto, e segundo dados levantados, ele tinha outras propriedades e mais de dois mil homens sob domínio, entre escravos e camaradas. Para que a sedição ganhasse força, além da oposição às casas de fundição, associaram-se outras reivindicações. Sales (1999) cita que o motim foi liderado pelo povo, liderados por Paschoal da Silva Guimaraes, Felipe dos Santos, Tomé Afonso, Frei Vicente Mosqueira, Dr. Manuel Mosqueira Rosa e outros. Ainda segundo Sales (1999), as descrições da época foram feitas pelo próprio Conde de

Assumar e seus oficiais, portanto, apresentam parcialidades. Registra-se que a revolta se inicia de maneira imprevista, quando homens armados e encapuzados descem o Morro do Ouro Podre com tochas acesas e invadem a casa do ouvidor, que foge. Conforme Sales (1999), diante de outros eventos e ataques, o Conde concede as reivindicações, mas tão logo reestabelece sua guarda, executa o desfecho histórico.

O Conde de Assumar manda prender os “revoltosos” e arrasar no morro as casas de Pascoal e de seus aliados, procurando livrar do golpe algumas moradas, segundo consta em Vasconcelos (1974). Entretanto, a história registra que o resultado foi muito maior:

Por muito que quiseram nenhuma casa escapou. As ventanias da serra batalharam para desobedecerem a ordem, e darem ao Conde um serviço completo. O incêndio durou um dia, e ruas inteiras arderam a um tempo e de lado a lado. Um novo arraial depois se construiu no Morro, mas ainda este durou pouco, e só dele existem ruínas desoladas e ermas. É que, se o clarão sinistro do primeiro se derramou na história, o fumo em roldões intensos subiu e bradou aos céus. O que de tudo ali resta é o nome de Morro da Queimada [...] (VASCONCELOS, 1974, p. 201).

A Sedição de Vila Rica também é conhecida como Revolta de Filipe dos Santos, homem aliado de Pascoal da Silva que fez frente ao movimento por chefiar a tribuna diante da plebe e acaba condenado à morte (VASCONCELOS, 1974). Bandeira (1963) acrescenta que Filipe dos Santos acaba como herói da Revolta, sendo enforcado e esquartejado. Sales (1999) ressalta que o destino de Pascoal da Silva fica obscuro e que, embora se pense que apenas Felipe dos Santos tenha sido condenado à morte, a sentença também foi dirigida a Tomé Afonso, mas não se sabe se foi aplicada, sendo os demais presos e enviados a Portugal.

Assumar procura justificar ao Rei o ocorrido em 21 de julho de 1720, imputando uma ideia de república, que não se manifesta neste momento:

[...] eles, destruindo as leis do Monarca, queriam pôr outras a seu arbítrio, e levantar-se rebeldes com o domínio de Sua Majestade, tratando com escandalosa e infame publicidade de erigir uma república nesse governo. (VASCONCELOS, 1974, p. 208).

Cabe registrar que pelo crescimento da população na região das Minas e com o intuito de melhorar o controle dos impostos, em 2 de dezembro de 1720, a Capitania de São Paulo é desmembrada, estabelecendo-se a Capitania de Minas Gerais que passa a ser governada por D. Lourenço de Almeida (SALES, 1999). Vasconcellos (1956) apresenta alguns dados sobre a população, mas ressalta que não são informações precisas: em 1734 estima-se que em Vila Rica eram 4.304 habitantes (Livro do Tombo nº. 38), o que para o autor deve se referir apenas aos homens livres. Ainda segundo Vasconcellos (1956), Eschewege registra que em 1742 existiam 80.000 homens livres e 186.868 escravos, ao considerar a população da Capitania de Minas; em relação aos dados de 1776, o autor assinala 319.769 em toda capitania, sendo 78.618 em Vila Rica²⁰.

Segundo Sales (1999), as casas de fundição²¹ acabam sendo adiadas e serão instaladas em 1725. O fato histórico da Sedição de Vila Rica tem relação direta à região que veio a ser conhecida como Morro da Queimada, cujo território se configura o objeto de estudo desta tese. Bandeira (1963) descreve em seu *Guia*, de 1938, que o arraial do Ouro Podre, pertencia a Pascoal da Silva e após o incêndio fica conhecido como Morro da Queimada. Informa ainda que é possível ver nas encostas da serra as ruínas enegrecidas do que foi o mais próspero arraial de Vila Rica. Sales (1999), em seus estudos em 1963, confirma que a região também conhecida como Morro de Pascoal da Silva passa depois do episódio à Morro da Queimada, e acrescenta, reconhecendo que as ruínas existentes se configuram como lugar de memória:

E hoje, em Ouro Preto, austero e mudo nos seus negrumes, vemos ainda o esqueleto do bairro incendiado. Ali permanecerá para todo o sempre, afim de que nenhum historiador vindouro possa dizer, algum dia, que não houve incêndio. Ninguém sabe tudo que poderão dizer, um dia, os homens (SALES, 1999, p. 89).

²⁰ Arquivo Público Mineiro. Livro do Tombo nº. 38. Câmara Municipal de Ouro Preto; População da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IV, 294 (VASCONCELLOS, 1956).

²¹ O funcionamento das casas de fundição é suspenso em 1735, quando retoma o regime de capitação, que se extingue em 1751, voltando ao sistema das casas de fundição, que serão extintas apenas em 1811 (VASCONCELLOS, 1956).

Diogo de Vasconcelos (1974) descreve que após o incêndio um novo arraial se conforma no morro, mas dura pouco tempo. Essa informação também é relatada por Sylvio de Vasconcelos (1956), em *Vila Rica, formação e desenvolvimento*, ao analisar as ruínas do local na primeira metade da década de 1950, concluindo que, mesmo após o episódio de 1720, a região não foi abandonada, conforme evidências de aspectos arquitetônicos que marcam épocas posteriores. Conforme Bandeira (1963), a extração do ouro atinge seu auge entre 1725 e 1750²², fazendo referência a uma festa realizada na antiga Vila Rica em 1733 que marcou pelo seu esplendor e riqueza deste período. O evento ficou conhecido como Triunfo Eucarístico, cujos registros descrevem um suntuoso cortejo no traslado do santíssimo da antiga Capela do Rosário até a Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Segundo consta em descrição da Festa do Triunfo Eucarístico²³, durante o evento podiam se avistar luminárias no morro, o que confirma sua ocupação na época.

Em precisa descrição sobre o roteiro efetuado do Rio de Janeiro para Vila Rica em 1731, Francisco Tavares de Brito²⁴ descreve:

Entre montanhas de imensa altura e delas rodeada em forma que a vista se não pode estender por quebrada alguma, se levantou esta vila e suposto que abatida pela profundidade em que está situada a maior parte dela, é mais soberba e opulenta que todas, assim pela frequência dos comerciantes, como pela fiança das suas minas, mormente da inacessível serra desta tapanhuacanga, em cujas fraldas se encontra e descansa, a qual serra é um Potosi de ouro [...] (Revista de História e Arte *apud* LIMA JÚNIOR, 1978, p. 135).

Em relação ao aspecto da Vila em 1720, Bandeira (1963) convida a pensar que os revoltosos se encontravam no Morro de Santa Quitéria²⁵, considerando que os arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias ainda se separavam por vegetação. Este

²² Esses dados também se confirmam em levantamento realizado por Eschewege, que registra um aumento da produção de ouro, que entre 1700-1714 era de 1.224 quilos, passando a 22.934 entre 1715-1725, aumentando para 36.693 quilos de 1726 a 1735 (SALES, 1999). Embora a extração mineral entre em declínio no final do século XVIII, ela não cessou por completo e no início do século XIX, o barão de Eschewege chega a Ouro Preto para trabalhar com a mineração de ouro (VIEIRA, 2016).

²³ A descrição da Festa do Triunfo Eucarístico foi realizada por Simão Ferreira Machado e publicada em folheto de 1734. Consta em publicação do Bicentenário de Ouro Preto (DRUMMOND, 2011).

²⁴ Francisco Tavares de Brito era um cristão novo, que ao fugir do Santo Ofício, escreve e publica de forma clandestina em Sevilha, um roteiro do Rio de Janeiro para as Minas de ouro, intitulado "Itinerário Geográfico".

²⁵ O antigo Morro de Santa Quitéria corresponde a atual Praça Tiradentes.

quadro permanece em cenário de contraste ao Triunfo Eucarístico de 1733, quando ainda se revela uma simplicidade e pobreza nas edificações, além da inexistência dos monumentos atuais que passam a se configurar a partir de meados do século XVIII.

Nota-se a importância dos arraiais que se formaram ao longo dos vales e contrafortes da serra, em meio as montanhas e vegetação que permeiam todo o território como elementos naturais primários que, juntamente aos *iconemas*²⁶, elementos simbólicos introduzidos culturalmente em matrizes temporais, marcam em definitivo a sua paisagem. A história demonstra que a serra é mais que elemento contemplativo e borda verde para emoldurar o que se legitimou como patrimônio. Ela efetivamente é parte da vida das pessoas, desde os primórdios da ocupação. Sua importância ultrapassa o caráter estético e o ambiente físico-biológico, adquirindo também valor histórico e cultural.

Em seu desenvolvimento, o tecido urbano se configura de forma linear a partir da integração de diversos arraiais, que resultaram no estabelecimento da “estrada tronco”, termo atribuído por Vasconcellos (1956) para este caminho gerador. Gradativamente este traçado vai se adaptando a caminhos de topografia mais adequada e seguindo novos rumos da mineração. “Tôdas as Igrejas e edifícios principais da Vila balizam esta rua tronco com poucas exceções” (VASCONCELLOS, 1956, p. 111).

Vasconcellos (1956) descreve que a estrada tronco se inicia ao entrar na Vila pelo Passa-Dez, subindo para as Cabeças, descendo a vertente em direção à freguesia do Pilar, subindo para o Morro de Santa Quitéria, de onde desce diretamente para a freguesia do Antônio Dias, elevando-se novamente para o Alto da Cruz (próximo Santa Efigênia), onde vira e sai em direção a antiga Vila do Carmo, atual Cidade de Mariana.

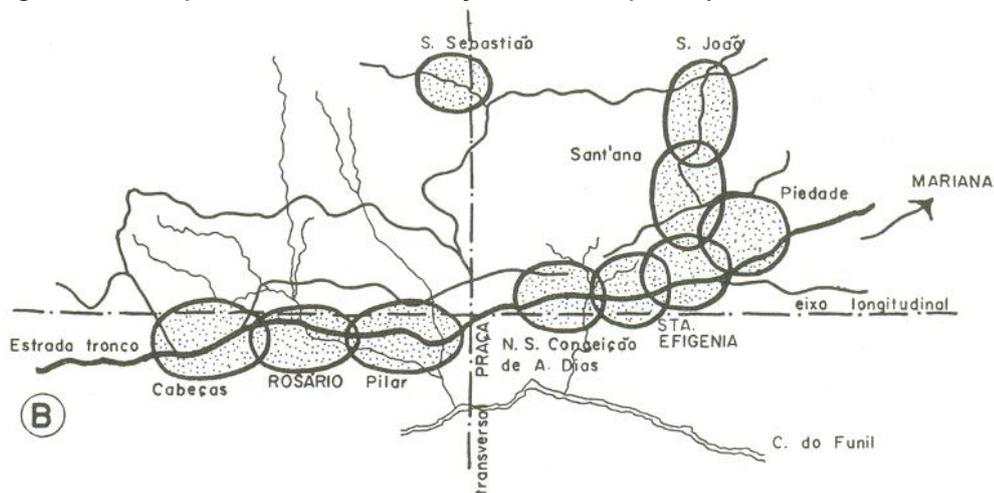
Ainda segundo o autor, a ocupação é maior inicialmente nos extremos desse eixo longitudinal, “de um lado do Morro do Pascoal da Silva, no Padre Faria e Alto da

²⁶ Termo introduzido por Turri (2013) em *A paisagem como teatro*.

Cruz; do outro em torno do Rosário e Pilar” (VASCONCELLOS, 1956, p. 111). Após a abertura de uma praça no antigo Morro de Santa Quitéria, a partir de 1716, com a construção da primeira Casa da Câmara e da Casa dos Governadores, por volta de 1740, a ocupação se expande para o centro (Figura 1), entre as duas freguesias que compunham a Vila Rica: a de Ouro Preto na presença da Matriz de Nossa Senhora do Pilar; e a de Antônio Dias, cuja matriz é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Assim, inicia-se um novo processo de desenvolvimento com a implantação de novas ruas de forma centrífuga, configurando ramificações e desdobramentos em seu tecido urbano (VASCONCELLOS, 1956).

Nota-se que, em seus estudos, Vasconcellos (1956) também reconhece a importância dos arraiais mineradores que se desenvolvem ao longo da serra, destacando em seus relatos o antigo Morro do Pascoal da Silva. Conhecido como Morro da Queimada, após o episódio de 1720, correspondia ao Morro do Ouro Podre, cujo sítio arqueológico se encontra em meio ao povoado de Santana, São João e São Sebastião, indicados no croqui abaixo.

Figura 1 - Esquema da conformação urbana por Sylvio de Vasconcellos



Fonte: Mello (1985, p. 79)

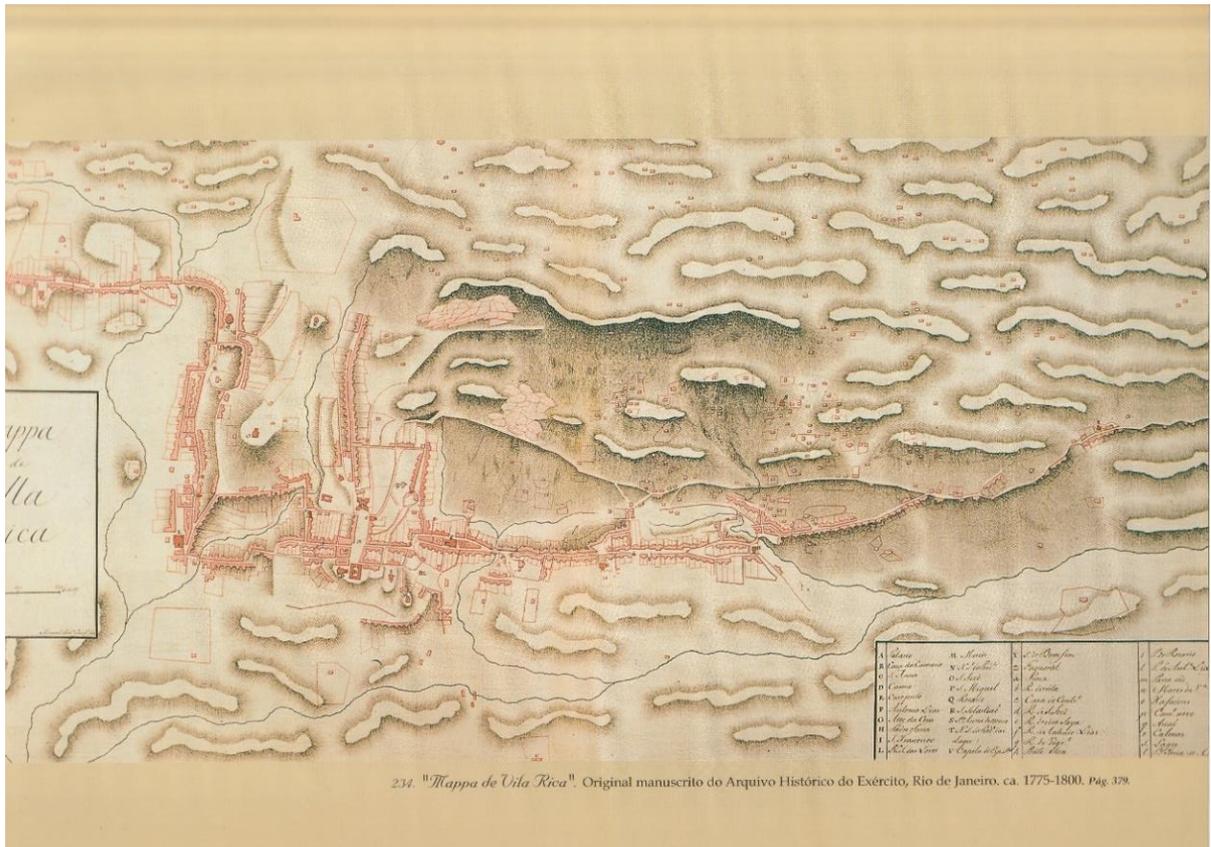
As igrejas foram implantadas em locais de destaque na paisagem e o traçado urbano se configura de forma espontânea e longitudinal, apresentando um caráter mais orgânico, adaptando-se às condições do terreno, o que confere uma urbanização integrada à paisagem (VASCONCELLOS, 1956). Cabe aqui destacar

como a terminologia “paisagem” era empregada de forma restrita aos elementos naturais do território.

Na Figura 2, nota-se o traçado mais linear da ocupação no terceiro quartel do século XVIII, já apresentando ruas secundárias e a praça administrativa, fruto da união entre duas praças anteriores, no local denominado Morro de Santa Quitéria (REIS, 2000). O desenho apresenta imprecisões e deformações, compreensível pelas limitações da época, em especial no sentido da ocupação em sua extremidade esquerda. Observa-se como a formação da cidade acompanha os principais cursos d’água e como o relevo montanhoso é marcadamente representado de maneira pitoresca, quase que de natureza poética. Os elementos naturais do território também são indicados na formação rochosa da serra, com desenhos de aglomerados de pedras. Também é notável a representação de pontos espaçados de ocupação ao longo de toda a Serra de Ouro Preto, onde curiosamente a área se encontra marcada por uma mancha mais escura, sendo destacado em pontos vermelhos as antigas capelas dos arraiais de Santana e Piedade.

Em uma análise aproximada deste mapa, é possível visualizar desenhos representativos das estruturas do sistema de mineração, supostamente tanques, mundéus, muros, entre outros elementos. Segundo Reis (2000), esse mapa corresponde ao último quartel do século XVIII, porque foi o período em que a praça adquire tal conformação, com a união de duas praças menores voltadas para seus prédios principais. Nota-se que neste período ainda não havia sido aberta a via de acesso às Lajes. Sendo assim, as encostas mineradas da serra interligavam naturalmente até a região da Encardideira e Palácio Velho, no Antônio Dias. A praça instalada no antigo Morro de Santa Quitéria ainda tem representada a Igreja de Santana, com sua indicação também em legenda.

Figura 2 - Mapa de Vila Rica (cerca de 1775-1800). Autoria: Manoel Ribeiro Guimarães

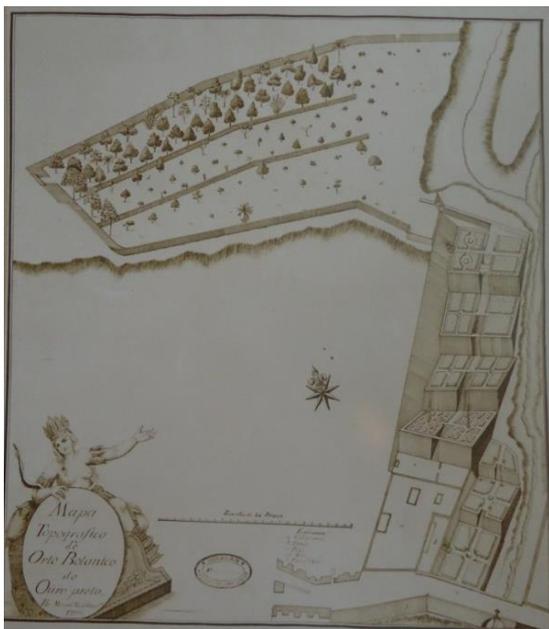


Fonte: Reis (2000, p. 215)

De grande relevância na paisagem que se forma foi o Jardim Botânico criado em 1789 nas mediações da antiga casa dos contos, segundo imagens apresentadas no Mapa 2 e na Figura 2. Certamente uma ação inovadora no Brasil, ao se pensar que estas iniciativas se iniciam em Portugal a partir de 1755, após o terremoto em Lisboa, quando se despertam os interesses na pesquisa e construções de jardins botânicos (SEVCENKO, 1996). Leite (2006) corrobora com estas informações, ao indicar que o final do século XVIII foi marcado por mudanças de comportamentos sociais que repercutem na colônia. A Academia Real de Ciências de Lisboa orienta estudos na área de recursos naturais na colônia com o objetivo de obter melhores condições de plantio. Vários jardins botânicos são criados. Segundo Kaiser Mori (1988, *apud* LEITE, 2006, p. 128):

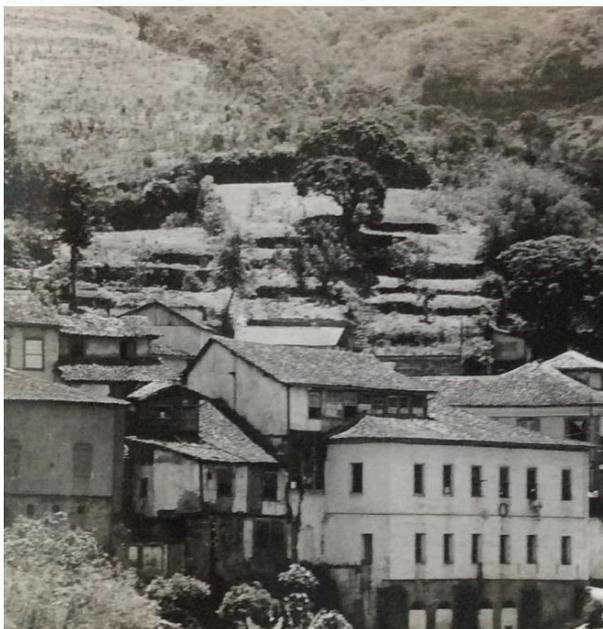
[...] a intensão desses jardins, fiel aos princípios norteadores das realizações similares no mundo colonial, foi a coleta e multiplicação das essências nativas que pudessem ter algum interesse comercial, bem como a introdução e aclimatação de exóticas.

Figura 3 - Mapa Horto Botânico (1789)



Fonte: Lima (1969)

Figura 4 - Vista Horto Botânico de Ouro Preto



Fonte: Lima (1969)

Em seus estudos sobre os traçados urbanos coloniais, Reis Filho (1968) descreve que os núcleos urbanos menores e antigos geralmente se estabeleceram em sítios acidentados e os arruamentos procuravam uma adaptação à topografia, configurando em um traçado irregular. Entretanto, o autor reconhece a organização dos espaços por meio de ruas que ligam pontos de maior interesse, geralmente praças que se configuram como elementos focais no plano urbanístico, além de local de instalação das construções oficiais e religiosas, atividades recreativas e também do comércio.

Estudos morfológicos indicam tipos básicos de construção e processos evolutivos, destacando as construções em “parede meia”, geralmente sem afastamentos frontais e laterais, implantadas em terrenos longos e estreitos, como acontece na antiga malha urbana de Vila Rica. Vasconcellos (1968) explica que a razão do agrupamento das edificações e configuração do terreno ocorre para melhor aproveitamento de uma única rua.

Esse traçado urbano possui raiz nas cidades medievais, cujos eixos principais se direcionam para entrada e saída do sítio urbano, estabelecendo uma hierarquização do arruamento, onde as ruas principais correspondem a maior dimensão das

quadras, criando-se assim caminhos transversais para acesso a ruas secundárias em fundos de quarteirões (TEIXEIRA, 2012).

Santos (2001), em seu livro *Formação de cidades no Brasil colonial*, ao analisar em 1968 as cidades de origem portuguesa, como Ouro Preto, parece compreender a importância do seu traçado como expressão cultural ao descrever que:

É naquela aparente desordem, que leva a admitir, como o fez o eminente historiador patricio, a inexistência de um traçado prévio ou de uma idéia diretriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade. Genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida [...] (SANTOS, 2001, p. 18).

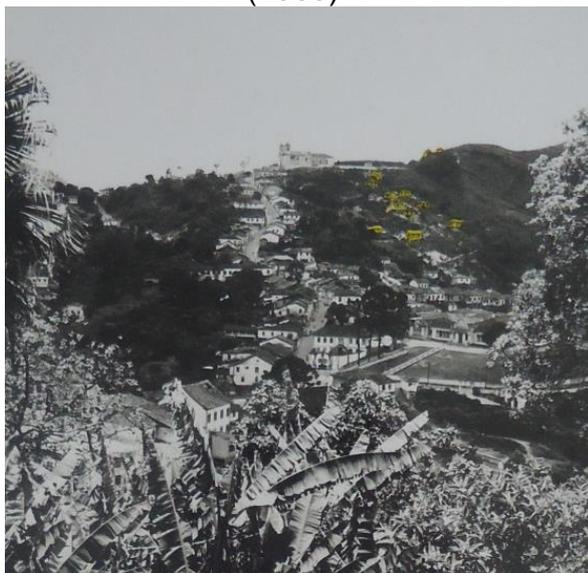
Para se estudar as formas urbanas no Brasil colonial é necessário voltar ao capítulo “O semeador e o ladrilhador”, de Sérgio Buarque de Holanda (2004), escrito em 1936. Em uma primeira interpretação da obra, ressalta-se o rigor do urbanismo castelhano em estabelecer um plano regular, seguindo as *Ordenanzas sobre descubrimiento nuevo y poblacion*, em contraposição à ocupação na colônia portuguesa, com uma implantação não planejada e irregular. Essa leitura comparativa foi assimilada por alguns autores, levando a interpretações inadequadas das cidades portuguesas.

Fonseca (2011, p. 502) considera que embora “O semeador e o ladrilhador” seja um clássico, em parte o estudo pode ser considerado “superado e plenamente datado”, nas palavras do próprio autor, e que parte das afirmações são aplicadas apenas aos primeiros 30 anos de ocupação. A autora descreve ainda que o próprio Sérgio Buarque de Holanda, modifica sua abordagem e reconhece políticas de urbanização na cidade de Salvador, em publicação na década de 1960.

Novos rumos são dados a esse debate, e a historiografia contemporânea não corrobora com a acusação de “desleixo” pelos portugueses, quando Holanda (2004) descreve, em estudos de 1936, que a construção de suas cidades não tinha rigor e não seguia nenhum método. Entretanto, vale destacar na obra a leitura positiva que se faz, quando considera que a cidade se “enlaça” na paisagem, ao reconhecer a adaptação às condições topográficas.

Ao analisar o tecido urbano da antiga Vila Rica e seu eixo estruturador, reconhece-se a incorporação de aspectos físicos territoriais do sítio onde se explora pontos elevados e linhas articuladoras. Exemplo marcante de uma linha articuladora é a Ladeira de Santa Efigênia (Figuras 5 e 6) que interliga o antigo arraial do Antônio Dias a um ponto dominante na paisagem onde se instalou a Capela de Santa Efigênia. Essa análise é feita com base nos conceitos apresentados por Teixeira (2012, p. 14) quando descreve que “a cidade portuguesa é sempre pensada no sítio e com o sítio, atendendo muito de perto as características físicas do território em que se constrói”. O autor defende ainda que o traçado urbano, embora não seguisse princípios rígidos, gerara cidades “estruturadas e hierarquizadas, facilmente legíveis e paisagisticamente valorizadas”.

Figura 5 - Ladeira de Santa Efigênia
(1969)



Fonte: Lima (1969)

Figura 6 - Ladeira de Santa Efigênia
(2018)



Fonte: Acervo da autora

Sendo assim, de grande importância na constituição do sítio de origem portuguesa era a criteriosa escolha da localização dos edifícios notáveis, como edificações religiosas, políticas e militares, implantadas em local de topografia dominante, conferindo destaque na paisagem, sendo um importante aspecto na organização e hierarquização dos espaços (TEIXEIRA, 2012). Analisando antigas fotos da cidade de Ouro Preto datadas do século XIX (Figuras 7 e 8), percebe-se a imponência das igrejas e capelas na composição da paisagem, além da presença marcante dos elementos naturais.

Figura 7 - Ouro Preto, panorama da freguesia do Pilar (anos 1870)



Fonte: Acervo Museu da Inconfidência

Figura 8 - Ouro Preto, panorama da freguesia de Antônio Dias (anos 1870)



Fonte: Acervo Museu da Inconfidência

Acredita-se também que não foi por acaso que os prédios administrativos foram implantados no antigo Morro de Santa Quitéria, ponto mais alto do eixo denominado caminho tronco por Sylvio de Vasconcellos (1956). A partir dos estudos apresentados por Teixeira (2012), entende-se que os pontos dominantes em geral recebem estruturas institucionais e funcionais que, em conjunto com suas ruas de ligação, formam os elementos estruturantes da paisagem. Segundo o autor, esses espaços se constituem em elementos de referência na definição do tecido urbano, sendo que:

[...] era a partir deles que se organizavam o sistema de percursos e a lógica de organização da cidade, e era também em articulação com esses edifícios que se fazia a estruturação dos espaços urbanos, por meio do alargamento de ruas ou da construção de praças a eles associadas, orientando ruas em sua direção ou estruturando eixos polarizados por tais edifícios localizados em seus extremos (TEIXEIRA, 2012, p. 72).

Embora Teixeira (2012) concentre seu processo de análise em aspectos morfológicos da formação das cidades, de alguma maneira seus estudos se aproximam da leitura da paisagem pelo processo de identificação dos “caracteres identitários”, apresentados por Bonesio (2013a). Quando Teixeira (2012) apresenta o território pelos elementos estruturadores e de referência, atribuindo a eles uma função de organizar o tecido urbano e conferir legibilidade ao conjunto, também se refere à elementos simbólicos de uma matriz original. Nesse sentido, trata-se de caracteres que conferem identidade ao lugar e precisam se conservar, conforme analisa Bonesio (2013a), que avança na compreensão e destaca que para isso seja necessário o reconhecimento da comunidade.

Essa perspectiva de análise também pode ser feita pelas reflexões de Turri (2013) que descreve a paisagem como uma construção social e um teatro da coletividade, cujas pessoas se fazem atores e espectadores nesse processo. Sendo assim, a leitura da paisagem para Turri (2013) deve ser feita por *iconemas*, elementos simbólicos de tamanho significado, que se apresentam como elementos naturais do território, alertando que a sua perda pode significar a ruptura de valores e referências de uma sociedade.

Diante do exposto, a abordagem da nova geografia cultural se faz necessária, nos preceitos de Duncan (1990), o qual introduz a leitura da paisagem de maneira intertextual, entendendo que a mesma codifica informações, sobrepondo um sistema de narrativas culturais. O autor entende que elementos significativos da paisagem são como tropos e revelam discursos políticos de uma sociedade. Em uma leitura intertextual da paisagem que se forma em Ouro Preto ficam claras as narrativas implícitas no posicionamento, destaque e arquitetura dos monumentos religiosos, além da instalação da praça cívica no antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes. Naquele momento, o poder era representado pela Igreja e pelo Estado, na figura da Coroa Portuguesa.

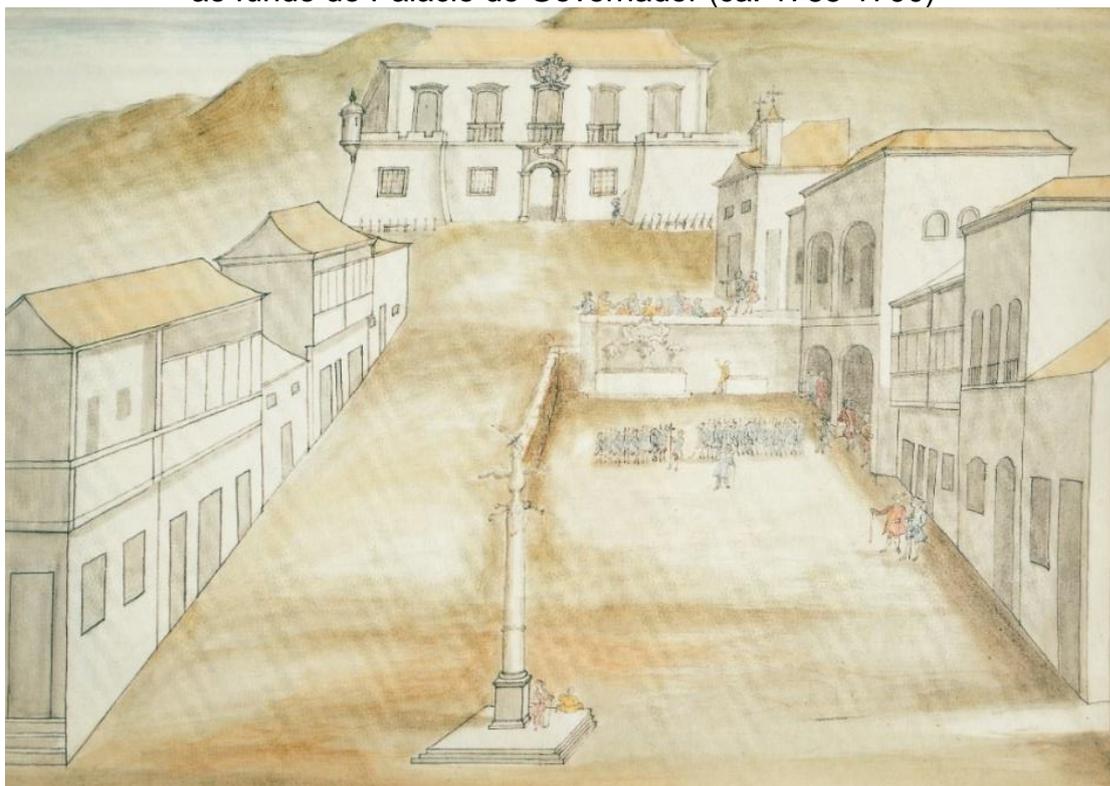
A arquitetura religiosa impõe seu poder pelas ordens leigas e irmandades, cuja expressão formal também pode ser lida por meio da segregação social e disputa entre classes, marcada pela imponência e esplendor do período áureo da extração do ouro. Marx (1989, p. 7) descreve como as normas eclesiásticas se impunham na formação e utilização dos espaços, sendo mais tarde substituídas pelas civis que, “muito difusas e casuísticas até recentemente, são agora únicas, porém nem sempre prestigiadas”. Segundo o autor, o predomínio das políticas públicas municipais não tem acompanhado os aspectos dinâmicos do cotidiano nas cidades (MARX, 1989).

Em relação à praça central que se instala em ponto dominante, entre as freguesias do Ouro Preto e do Antônio Dias, a leitura do poder político se confere na implantação de prédios em posição de destaque que podem ser lidos como pontos de tensão nas polaridades do espaço. O imponente Palácio do Governador²⁷, construído no segundo quartel do século XVIII, é simbolicamente marcado pela força da arquitetura militar, como uma fortificação. Na imagem da Figura 9, nota-se o desenho do Palácio com seus baluartes e contrafortes. Dois outros elementos merecem descrição na imagem: a Igreja de Santana, demolida provavelmente ao longo do século XIX, porque ainda aparece na cartografia de cerca de 1823; e um chafariz que, junto às diversas pontes, é um equipamento público que marca a paisagem da antiga Vila Rica do século XVIII, para além de sua funcionalidade, ao

²⁷ Palácio dos Governadores, Ouro Preto. Projetado pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro-militar, a partir de 1736. A construção foi arrematada em 1741 por Manuel Francisco Lisboa e concluída em 1744. A partir de 1898, o edifício tornou-se a sede da Escola de Minas, fundada em 1876 (RODRUGUES, 1979).

constituir-se lugar de encontro da sociedade da época. Ao centro da praça, o pelourinho representa o símbolo da repressão e do castigo. Na outra extremidade da Praça foi construída, no final do século XVIII, uma nova Casa de Câmara e Cadeia²⁸ para Vila Rica, na representação do poder político local, onde se legislava a vila, julgava fatos e condenava.

Figura 9 - Desenho do antigo Morro de Santa Quitéria, com a representação ao fundo do Palácio do Governador (ca. 1785-1790)



Fonte: Reis (2000, p. 216)

Cabe destacar a importância da Câmara na regulamentação dos espaços públicos, buscando sempre que possível diminuir a irregularidade na implantação dos edifícios (FONSECA, 2011). Um incêndio no bairro de Ouro Preto, em 1714, foi a oportunidade para regularização e arruamento, recuando casas para conformação de praça em frente a Matriz do Pilar (VASCONCELLOS, 1956).

²⁸ Antiga Casa da Câmara e Cadeia, Ouro Preto (1784-1817), atual Museu da Inconfidência. Projetada por Luís da Cunha Menezes, governador e capitão-general da Capitania das Minas Gerais, e desenhada por Manuel Ribeiro Guimarães (MELLO, 1985).

O antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, passou por regularização e transformação urbanística promovida pela câmara, por volta de 1797, após a construção da nova Casa de Câmara e Cadeia (VASCONCELLOS²⁹, 1806 *apud* FONSECA, 2011). A partir do mapa de 1888 (Figura 16), percebe-se que mesmo com as modificações ocorridas no final do século XVIII, o seu traçado não se fez precisamente regular, nem sequer nas ruas que convergem para o local, o que acaba por conferir perspectivas diferenciadas, como bem descreve Santos (2001), em seus estudos de 1968.

Santos (2001), em sua comunicação intitulada “Formação de cidades no Brasil Colonial”, escrita em 1968, compara a atuação dos medievais com as cidades coloniais brasileiras, destacando que nas cidades mineiras a irregularidade soma-se aos efeitos proporcionados pela topografia, o que confere perspectivas diferenciadas em relação aos ângulos de visada. Sitte (1992, p. 63), em seu texto *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, publicado pela primeira vez em 1889, descreve sobre o tema da irregularidade das praças antigas, durante o período da Idade Média, e ressalta a sua naturalidade que para o autor “reforçam o caráter pinturesco do conjunto”, além de favorecer efeitos arquitetônicos, a partir da relação da praça e de seus edifícios, o que estabelece seu caráter artístico. O autor ainda destaca a “vivacidade da vida pública nas praças livres” e se mostra atual, ao reconhecer a importância da experiência estética, a partir de espaços humanizados e simbólicos.

Reis Filho (1968), além de descrever o estabelecimento das instituições religiosas nos primeiros povoados, destaca sua função pública administrativa, considerando a união da Igreja e do Estado. Marx (1989), ao analisar o aspecto necessariamente religioso do período colonial, assinala que as normas eclesiásticas eram precisas e predominantes, regulamentando e gerindo os espaços urbanos. Ao analisar as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, escrita em 1707 (VIDE, 1853), livro IV, título XVII, Da Edificação, e Reparação das Igrejas Parochiaes, observa-se entre outras normativas que as igrejas deveriam ser implantadas em locais altos e inseridas em adros, espaços livres que favorecessem procissões e festas religiosas,

²⁹ VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes. *RAPM*, v. VI, p. 757-853, 1901.

como podemos verificar na imagem da Capela da Ordem Terceira de São Francisco, (Figura 10).

Figura 10 - Capela da Ordem Terceira de São Francisco



Fonte: Hans Man (1961)

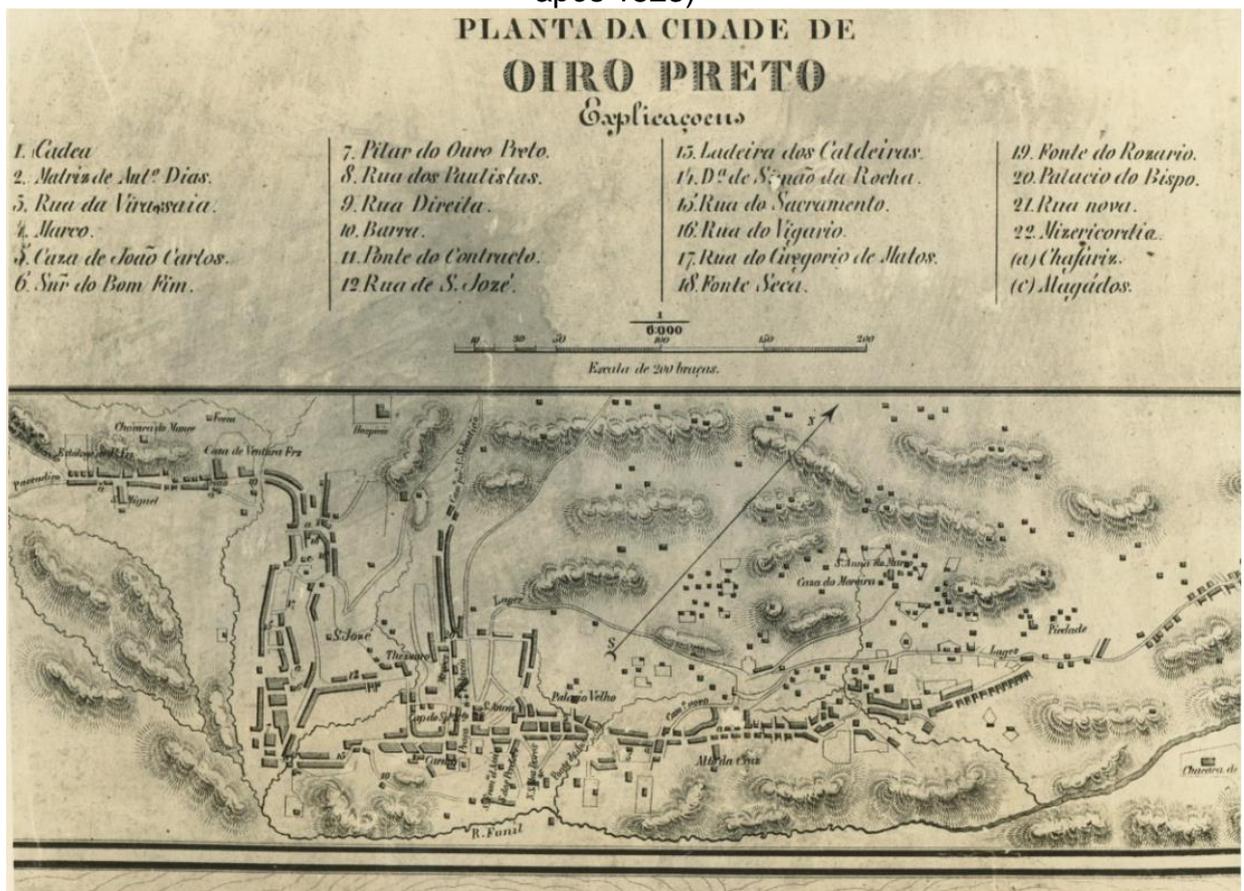
A cartografia da Figura 11 não apresenta uma data definida, mas certamente foi elaborada após 1823, data em que a antiga Villa Rica foi erigida à cidade, com o título de Imperial Cidade de Ouro Preto³⁰ (DRUMMOND, 2011). A autoria do mapa não consta no registro, sendo indicada como planta da cidade de Ouro Preto. Em relações formais, elementos referenciais e naturais, ela guarda proximidades ao mapa de Villa Rica elaborado por Manoel Ribeiro Guimaraes, em fins do século XVIII. O relevo da cidade é representado com desenhos mais orgânicos e os cursos d'água continuam marcados por linhas que a formação urbana acompanha os sentidos. A representação de construções e de estruturas do sistema de mineração, entre tanques, mundéus e muros, continuam representadas na Serra de Ouro Preto,

³⁰ A transcrição da Carta Imperial de D. Pedro, erigindo Villa Rica em Cidade com o título de Imperial Cidade de Ouro Preto, datada de 20 de março de 1823, consta na publicação do Bicentenário de Ouro Preto, memória histórica (1711-1911).

o que é mais um indicativo de que neste período estas atividades não haviam cessado por completo na região e ainda havia ocupações. Observa-se uma maior concentração de estruturas nas proximidades da Capela de Santana, na região do antigo Morro do Ouro Podre.

A rua de acesso à região das Lages já aparece aberta e ainda consta na denominada Praça do Palácio (atual Praça Tiradentes), a indicação da Capela de Santana, que foi demolida posteriormente. O mapa (Figura 11) possui um maior detalhamento que o anterior, do século XVIII, delimitando melhor as edificações do traçado urbano e indicando também um hospício e chácaras existentes nos arredores da cidade.

Figura 11 - Planta da Cidade de Ouro Preto no início do século XIX (supostamente após 1823)



Fonte: Acervo Noronha Santos, IPHAN-Rio de Janeiro

Conforme descreve Sevckenko (1996), o século XIX é marcado por uma guerra verde, caracterizada por uma marcante disputa pelo domínio do conhecimento e de acervo na área de botânica. Sevckenko (1996) relata que muitas viagens e

expedições de pesquisas botânicas são realizadas pelo Brasil, entre alemães, austríacos e russos. Fato esse também destacado por Leite (2006). Dentro desse contexto científico e com a abertura dos portos por D. João VI em 1808, o Brasil passa a atrair diversos viajantes e naturalistas europeus com objetivos e formações variadas, os quais acabam por deixar um precioso registro documental ao contemplar em seus diários impressões detalhadas dos hábitos, costumes, flora, fauna, vida social e aspectos do território e representação de suas paisagens.

No texto *Criar paisagens: expressão artística ou instrumento civilizatório?*, Leite (2015) esclarece que paisagem são representações do imaginário coletivo baseadas em aspectos reais ou mesmo crenças. Tal argumento se apoia nos conceitos de Alain Roger e define que “o horizonte visível de uma paisagem é objeto, em última análise, de uma espécie de valoração subjetiva da realidade objetiva” (LEITE, 2015, n.p.). A autora explica ainda que, nesse processo de artialização, a natureza se esvazia de seu conteúdo religioso e seus elementos laicizados são reorganizados por critérios estéticos. Por trazer em si uma dimensão onírica, as paisagens possuem formações e universos variados.

Considerando as paisagens retratadas pelos viajantes em expedições ao longo do século XIX, embora ainda se caracterize de maneira pitoresca e romântica, elas tinham como função a representação do território em missões científicas, sendo, portanto, importantes registros históricos, por procurar representar aspectos reais que foram visualizados no momento. Ao passar pela antiga Villa Rica, Imperial Cidade de Ouro Preto a partir de 1823, são incorporadas descrições da paisagem local, além de valiosos registros iconográficos. A paisagem neste caso é uma representação do espaço, conforme definido por Assunto (2013b), e pode ser entendida como um processo cultural de artialização que, segundo Roger (2013), pode acontecer na modalidade *in visu*, ou seja, por meio da leitura subjetiva, cujo processo artístico, se configura em imagem simbólica e significativa da paisagem.

Alguns viajantes que passaram pela antiga Imperial Cidade de Ouro Preto foram contemplados por Bandeira (1963) e também nos estudos de Fonseca (2011, p. 555) que reconhece a natureza modificada da serra pelas “cicatrices da mineração”, embora a autora pareça compreender a paisagem reduzida aos aspectos naturais:

As cicatrizes deixadas pela mineração, a forma “pitoresca” pela qual as pequenas povoações de Minas galgavam os morros e fundiam-se com o conjunto da paisagem e o exotismo da vegetação brasileira são, sem dúvida, os aspectos que merecem as descrições mais entusiasmadas dos viajantes estrangeiros e as páginas mais inspiradas do luso-brasileiro Diogo Pereira de Vasconcellos (FONSECA, 2011).

Outro aspecto interessante colocado por Fonseca (2011, p. 556) diz respeito à experiência do olhar quando destaca que “o olhar dos viajantes sobre os espaços urbanos variou em função do ponto de visada”. Nesse sentido, ele se aproxima das reflexões de Collot (2011) quando analisa que a paisagem construída e simbólica é determinada pelo ponto vista, ou seja, posição do espectador. John Emmanuel Pohl (1976) destaca que os morros dificultam uma visão do conjunto e Saint-Hilaire (2000) assinala que as montanhas conferem sinuosidade, mas com a irregularidade não se pode obter uma imagem fiel. O viajante descreve ainda a “vegetação rala” e escavações na serra, mas ressalta “pontos de vista” pitorescos, embora pareça se decepcionar com as casas antigas e malcuidadas, além do aspecto melancólico da paisagem.

Segundo consta, Thomas Ender fez parte da Missão Austríaca que aportou no Brasil, em julho de 1817, trazida pela Princesa Leopoldina³¹. A Figura 12 se refere a uma pintura de paisagem elaborada pelo artista Thomas Ender ao passar pela antiga Villa Rica. A Serra de Ouro Preto é representada ao fundo com as marcas dos processos de desmonte pelo sistema de mineração. Observa-se a via de acesso às Lajes e ao Taquaral, além de ocupações subindo a serra na lateral direita, na região do Morro Santana e Piedade, a caminho do antigo arraial de São João. Registros como esse sugerem que a serra, nesse momento, ainda se mantinha ocupada, mesmo com o processo de decadência na extração do ouro.

³¹ Ribeiro (2007). Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/thomas_ender.htm>. (Acesso em: 1º jul. 2019.)

Figura 12 - Representação da paisagem de Villa Rica por Thomas Ender [1817-1821]



Fonte: Site Morro da Queimada. Disponível em:
<<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/desenhos.php>>. (Acesso em: 1º ago. 2019.)

As paisagens representadas nas Figuras 12 e 13, de Thomas Ender, embora não se possa garantir que sejam representações fieis, demonstram como o território foi moldado pelo ambiente cultural, sendo a natureza modificada. Os *iconemas*, como referências simbólicas, também se fazem presentes como o *genius locci* na identificação dos edifícios notáveis que inclusive são estes os elementos que, junto aos aspectos naturais, referenciam as imagens do lugar.

Figura 13 - Antiga Villa Rica na pintura de Thomas Ender [1817-1821]



Fonte: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra60929/villa-rica-vila-rica-hoje-ouro-preto>>. (Acesso em: 1º ago. 2019.)

Também passaram por Vila Rica os austríacos Spix e Von Martius, em Missão, entre 1817 e 1820. John Emmanuel Pohl também pela cidade passou, ao subir a Serra de Ouro Preto na companhia do geólogo alemão Eschwege, a caminho de uma fábrica de fundição de ferro em Antônio Pereira, entre os anos de 1817 e 1821. Segundo relato do viajante:

Em toda parte avistávamos terras revolvidas e escavadas por causa do ouro que aqui corre com abundância. [...] Passamos depois por uma casinha e pela pequena igreja de São João, ambas no pico mais alto da serra, e descemos a íngreme encosta setentrional, que é em parte coberta de mato (POHL, 1976, p. 399).

Entre as expedições que se realizaram no Brasil, estava a do botânico barão de Langsdorff, que se torna o cônsul-geral do Império Russo no Brasil e manifesta profunda admiração pelas paisagens brasileiras. Ele teve como missão a investigação científica, econômica e política, mas morre por ironia do destino, após contrair malária em uma expedição (SEVCENKO, 1996). A imagem da Figura 14 consiste em uma representação de paisagem produzida por Rugendas, artista que

esteve acompanhando a expedição do Barão de Langsdorff, entre 1822 e 1829, registrando paisagens em desenhos e aquarelas (BELLUZZO, 1994).

Na paisagem retratada na pintura de Rugendas (Figura 14), destacam-se os aspectos naturais do ambiente que ainda hoje se podem notar e se constituem em elementos simbólicos na paisagem real, como a presença marcante das araucárias e a Serra do Itacolomi que, na temporalidade histórica, sempre se apresentou como referência natural do território, desde as primeiras bandeiras que adentraram a região das minas, no final do século XVII.

Figura 14 - Antiga Villa Rica na pintura de Rugendas [1822-1829]



Fonte: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa707/johann-moritz-rugendas>>. (Acesso em: 1º ago. 2019.)

Segundo documentação levantada por Vieira (2016), não se pode dizer que o século XIX ficou estagnado e consistiu em período decadente, afinal a cidade de Ouro Preto se mantém como capital da Província de Minas até 1897, o que mantém o comércio, serviços e atividades culturais. A autora também destaca que a cidade passa a ser referência educacional, com a criação da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia, em 1876. Somado a isso,

não se considera que a mineração tenha se extinguido, prova disso foi que recebeu no início do século XIX o barão de Eschwege para trabalhos de extração de ouro.

Utilizando-se de base de dados em censos populacionais, Vieira (2016) conclui que embora tenha havido uma diminuição expressiva da população no período de transição do século XVIII para o XIX, no decorrer do século o crescimento populacional será positivo. Considerando uma síntese das análises realizadas pela autora, durante o século XVIII o levantamento demográfico é impreciso, fazendo referência a Antonil (1837) de registra 30.000 habitantes em trabalhos nas minas. Após a retração populacional no final do século XVIII, em 1801 estima-se que seriam 19.000 a 20.000 habitantes; o censo de 1804 indica uma queda para 8.867. Entretanto, em 1872 a população sobe para 12.575 e atinge 17.860 em 1890. (VIEIRA, 2016). Outra informação que merece ser destacada no estudo de Vieira são os dados do censo de 1902 que relacionam alguma ocupação no Morro São Sebastião, Santana e Piedade, compondo a estimativa de 10.000 habitantes do total do distrito sede.

O mapa apresentado na Figura 15 data provavelmente da segunda metade do século XIX, considerando que o prédio da Assembleia Provincial já se encontra instalado na Praça da Independência, atual Praça Tiradentes. A cartografia já apresenta traçado mais próximo das condições geográficas. Observa-se aberturas de novas vias de acesso, como um caminho até a antiga Chácara do Xavier, onde se instala o Quartel de Polícia Provincial, eixo que no século XX se fará acesso à Belo Horizonte. Também indica uma ligação ao Morro do Cruzeiro, fazendo referência ao caminho para o Rio de Janeiro e a Estrada nova do Funil, ao longo do vale, onde vai se instalar a via férrea, no final do século XIX. Na serra, as ocupações registradas estão mais espaçadas e a maior concentração é representada no Morro Santana e Morro São Sebastião. O mapa não indica remanescentes da mineração, mas faz referência à lavra aurífera em região onde vai se desenvolver o bairro Veloso, próximo ao Morro do Pão Doce. Há uma preocupação em fazer a identificação dos morros, como: Morro do Cruzeiro, Monte Calvário, Morro do Sacramento, Morro da Forca, entre outros.

Figura 15 - Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto (provavelmente da segunda metade do século XIX)



Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto

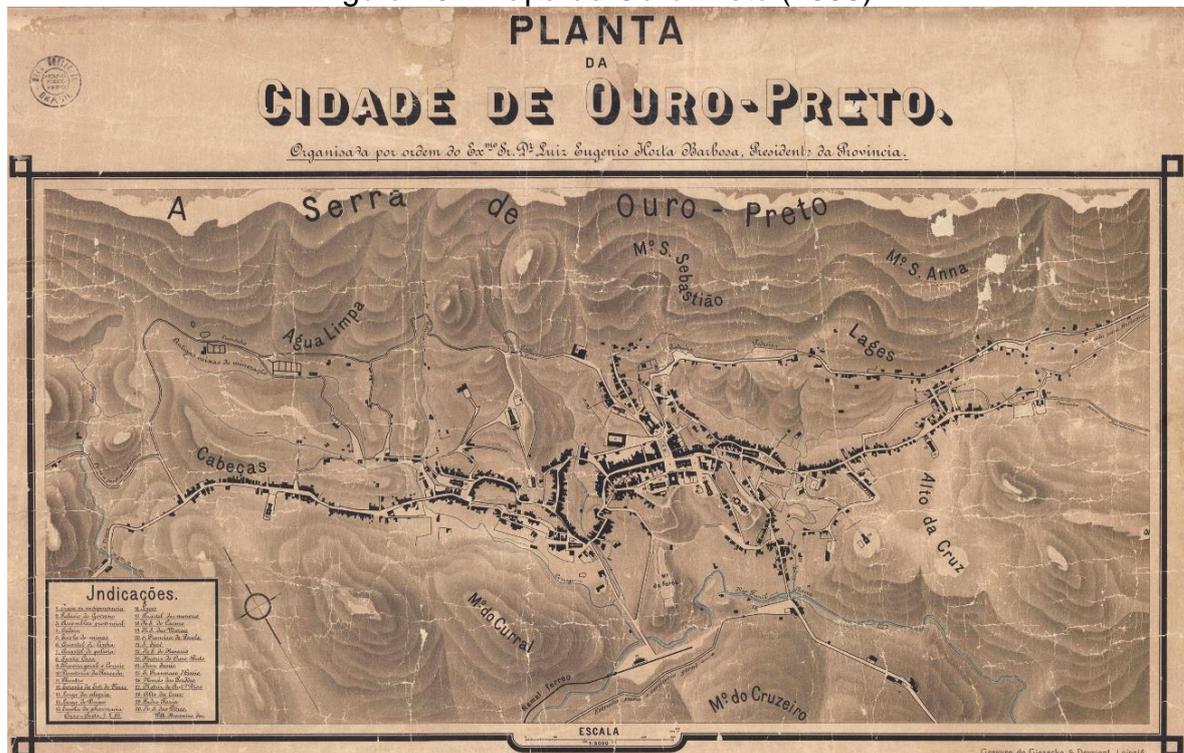
Segundo Meniconi (1999), a partir da independência em 1823, há uma mudança de postura e manifestação do poder do Império. Na segunda metade do século XIX ocorrem as primeiras modificações nas fachadas das igrejas matrizes, que recebem elementos “neoclássicos”. Teve-se o início de um processo de “modernização” das construções e, no final do século XIX e início do XX, parte da cidade foi remodelada ao gosto eclético, a partir de modificações, intervenções e novas construções, incluindo novos usos e programas, resultados de demandas específicas da sociedade. Além de elementos modernizantes, variáveis do Ecletismo, como o tipo chalé e o neocolonial, passam a marcar o conjunto urbano.

Essa modificação das fachadas provocaram uma sobreposição de elementos de diferentes estilos e períodos históricos, impossibilitando uma leitura linear da arquitetura ouro-pretana (SALGUEIRO, 1996). Acredita-se que o Ecletismo que se instaurou em Ouro Preto possui peculiaridades e não possa ser tratado como um estilo que rompe por completo com a arquitetura tradicional e menos ainda com seu traçado urbano. Trata-se de uma “modernização”, em sua maioria de “fachada”,

onde se manteve a implantação e partido das construções, com raras exceções (BUENO; JUNQUEIRA SCHETTINO, 2017).

Com a chegada da linha férrea em 1888, a cidade passa a receber os benefícios da industrialização (SALGUEIRO, 1996). Em planta da Cidade de Ouro Preto, organizada pelo então Presidente da Província Luiz Eugênio Horta Barbosa, datada de 1888 (Figura 16), pode-se notar o prédio da Estação Ferroviária, que acabara de ser construído em estilo eclético e a permanência do traçado urbano original, conformado pelo denominado caminho tronco por Sylvio de Vasconcellos (1956). Nota-se que os aspectos naturais e geográficos passam a ser representados de forma mais técnica, sendo marcados os principais cursos d'água e a topografia acidentada da serra ao norte, e dos Morros do Cruzeiro, do Curral e Alto da Cruz, no extremo sul. Os antigos arraiais da Serra de Ouro Preto não foram apresentados graficamente no mapa, sendo indicados apenas por texto, as regiões do Morro São Sebastião, Morro Santana, Lages e Água Limpa. Nessa última região, onde vai se desenvolver o bairro Veloso, estruturas da mineração como tanques e mundéus são representados.

Figura 16 - Mapa de Ouro Preto (1888)



Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro

Ainda sobre o mapa de 1888, também chama a atenção a indicação de duas pedreiras no caminho das Lages. Em uma análise mais detalhada do núcleo urbano, observa-se que novas ruas foram abertas, principalmente nas proximidades da Estação Ferroviária e na região da Água Limpa, o que confirma que a cidade não ficou estagnada no século XIX e passou por certo crescimento e desenvolvimento neste período.

Com a Proclamação da República, em 1889, a cidade de Ouro Preto não condizia com os ideais republicanos de progresso e modernidade, o período foi marcado por debates relativos à transferência da capital do Estado para o local denominado Curral Del Rei, atual Belo Horizonte. Conforme descreve Drummond (2011), não faltaram planos e projetos como tentativa de comprovar a possibilidade de modernizar a cidade e evitar a transferência da capital do estado para Belo Horizonte.

Em janeiro de 1890, a *Gazeta de Ouro Preto* divulga algumas propostas:

Construção de um plano inclinado pela rua da Flores, ligando a estação à praça da Independência; instalação de elevador entre as ladeiras Paracatu e Escadinhas; construção de teatro e de passeio público; abertura de praça ajardinada entre as ruas da Conceição e Vasconcelos; praça ajardinada entre as ruas Conselheiro Santana e a da Glória (atual Antônio de Albuquerque) (DRUMMOND, 2011, p. 29).

Segundo Drummond (2011), *O Estado de Minas* publica, entre 1891 e 1892, diversas cartas que comprovam celebração de contrato entre empresários com a Intendência Municipal e o presidente do Estado Cesário Alvim, cujas intenções seria modernizar a cidade em seis ou sete anos. Entre as propostas:

Sugeriu-se aplinar o Morro da Forca para construir um bairro moderno, [...]; aterrar o rio Funil; construir 150 casas higiênicas, *ao estilo e gosto modernos*; construir um teatro de 600 a 800 lugares *em local adequado a ambas as freguesias*; construir um mercado de ferro e vidro, *segundo os moldes modernos*; restaurar a fachada do antigo mercado; alargar a rua do Jangadeiro (atual Costa Sena) em 4,5m; recuar o muro posterior da Igreja do Carmo; calçar de paralelepípedos todas as ruas centrais, até a Barra; criar linhas de bonde pelas ruas e um elevador *ligando a Estação ao centro* (DRUMMOND, 2011, p. 30).

Drummond (2011, p. 30) descreve ainda a proposta de um outro projeto:

a expansão e urbanização da Serra do Itacolomi, prometendo *benefício higiênico, científico, industrial, artístico, comercial e financeiro* em empreendimentos, como abertura de estrada de ferro e elevador até o pico; construção de casas e chalés para veraneio; construção de uma casa de saúde e um lazareto; criação de um observatório astronômico e uma escola agrícola; exploração de quartzito; criação de fábrica de tijolos e telhas; abertura de Conservatório de Música; criação de espaços de recreação e lazer; construção de hotéis e restaurantes na região.

Em 1892, a Câmara aprova o Plano de Melhoramentos de Ouro Preto, com o objetivo de promover melhorias e avanços na cidade. A Figura 17 apresenta parte do projeto do Boulevard na cidade de Ouro Preto, com a representação gráfica de como seriam as novas casas, ao estilo eclético da época. Entre a Estação Ferroviária e a parte posterior da Matriz do Pilar seriam construídos um “boulevard” arborizado com “bonds” e casas do “tipo elegante” (MENICONI, 1999).

Figura 17 - Parte do “projecto de boulevard”



Fonte: Autor desconhecido, 1981. Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Segundo Salgueiro (1996), os planos não se concretizam pelas dificuldades de execução, falta de recurso, e discordância entre engenheiros, empreiteiros e municipalidade.

Juntamente com projetos urbanos para evitar a transferência da capital, a Câmara Municipal se empenhou em demonstrar que Ouro Preto tinha condições de se modernizar e desenvolver, identificando a região abandonada das datas minerais da Serra de Ouro Preto, onde se encontra o sítio arqueológico do Morro da Queimada, como possível área de expansão da cidade. Essa informação se confirma em ata da

Câmara Municipal, datada de 12 de julho de 1892, na Presidência de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. De acordo com o documento, o legislativo municipal apresenta como solução de áreas para desenvolvimento da cidade, a incorporação das terras minerais abandonadas ao patrimônio da Câmara para que possam ser aforadas:

Considerando que dentro do perímetro da sesmaria Municipal não ha terreno que seja excluido do dominio; porque as mesmas extensões isentas do pagamento de foros pela carta Regia encorporam-se ao patrimonio se acaso abandonadas, e nenhuma prova existe mais contundente d'esse abandono do que as ruinas e confusão em que se acham. [...] Considerando, ainda, que tão vastos terrenos podem e devem ser repovoados, como é necessario e exigido ao grande desenvolvimento da cidade, cujos arrabaldes, não podem continuar entregues a solidão e a esterilidade.

Resolve: 1º Ficam encorporadas ao patrimonio Municipal os terrenos devolutos e abandonados em toda Serra de Ouro-Preto; e bem assim toda a superficie das antigas datas e concessões mineraes que tenham caducado e estejam dentro dos limites da sesmaria Municipal (Livro de Registro de Ofícios e Portarias de 1892 a 1893. Acervo: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto).

Cabe aqui entender como nesse momento, para se evitar a transferência da capital, a cidade foi idealizada em planos e projetos, que poderia se comparar às modalidades de *artificialização*, conforme definições de Roger (2013). Em seus planos, a cidade foi pensada em processos *in visu*, em uma subjetividade social, por meio de uma construção de imagem. E, nesse sentido, o propósito dos planos imaginários seria uma atuação diretamente no território, modificando e acrescentando elementos físicos, naturais e culturais, na modalidade *in situ*, que certamente alteraria sobremaneira a paisagem do lugar. Retomando os conceitos esclarecidos por Coelho Neto (2012), trata-se de um posicionamento ideológico cuja crença se baseia em ideais coletivos, de grupos, com base em aspectos políticos, econômicos, entre outros. Ao se analisar as propostas, percebe-se como a ideologia se abastece do imaginário, podendo inclusive afastar o homem da realidade em julgamentos equivocados e propostas irrealis.

A transferência da capital para Belo Horizonte se oficializa em 12 de dezembro de 1897 (SILVEIRA, 1926). De acordo com Drummond (2011), o processo se inicia em 1890 e, por meio de relatos da época, a autora demonstra a insatisfação, o abalo e a

reação da sociedade diante da iminência e efetiva mudança. A atmosfera da cidade foi assim descrita, por Aurélio Pires, em dezembro de 1897:

[...] agitava-se Ouro Preto na azáfama da mudança da sede do governo. Um martelar ininterrupto de caixões que se pregavam, um rolar ensurdecedor de carroções que se moviam a custo pelas ruas ladeirantes, peçados de móveis engradados, a plataforma da Estação atulhada de burundangas de velhos arquivos, o vozear confuso de carregadores e carroceiros; despedidas feitas às pressas em plena rua, o atropelo de contínuos embarques – tudo isto comunicava movimento e vida à cidade que se ia, distante, despojando-se de seus filhos diletos... (DRUMMOND, 2011, p. 29).

Os dados apresentados por Vieira (2016) confirmam que a cidade passa por um processo de decadência e estagnação econômica, gerando uma retração populacional, retomando seu crescimento apenas em meados do século XX. Drummond (2011, p. 27) descreve que “o sentimento de melancolia perpassa a representação estilizada de Ouro Preto desde o Romantismo”, entretanto, a transferência da capital pode ter causado o despertar de uma melancolia coletiva. As informações e análises apresentadas por Drummond (2011) revelam como, no início do século XX, a cidade de Ouro Preto se ressentia socialmente, economicamente, tecnicamente, funcionalmente e culturalmente, com a perda do título de Capital do Estado para Belo Horizonte.

Alguns anos se passaram até a retomada econômica e conseqüentemente aumento da população, mas até lá o período também foi marcado por ações e iniciativas daqueles que se preocupavam com a preservação e conservação da cidade, por vezes em perspectivas ideológicas, que se mostram claras pelos agentes sociais e políticos.

Os movimentos em defesa do patrimônio de Ouro Preto se manifestam desde o século XIX, como nas ações do artista ouro-pretano e pintor de paisagens, Honório Esteves do Sacramento³² que, após um período afastado da cidade, retorna para Ouro Preto em 1890:

³² Honório Esteves do Sacramento, nascido em 1860 em Santo Antônio do Leite, distrito de Ouro Preto, formado na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. As ações de Honório Esteves se destacam, por mostrar preocupações com a preservação da cidade já no século XIX (VALLE *et al.*, 2017).

Sem que tenha se engajado em qualquer tendência específica, Honório Esteves assumiu, em processo natural e contínuo, posição de destaque na comunidade ouro-pretana, por meio das suas atuações efetivas como artista, educador, professor de desenho, inventor e, por anos seguidos, como o principal defensor do patrimônio artístico e histórico da cidade colonial (VALLE *et al.*, 2017, p. 259).

Drumond (2011) também faz referência a publicações, em jornais da época, que divulgam ações e manifestos a favor da preservação, ao longo do século XIX. Em 1856, o jornal *O Bom Senso* publica reportagem informando a criação de um arquivo público pelo Presidente da Província, Francisco Diogo de Vasconcelos, com o intuito de salvar do esquecimento o passado. Em 1872, o jornal *Noticiador de Minas*, comunica a criação de um museu na cidade. Já em 1894, o jornal *Opinião Mineira* divulga artigo de Cesário Alvim, na época Presidente do Estado de Minas Gerais, lamentando o descaso e os impactos da modernidade ao patrimônio de cidades históricas: “Ouro Preto por exemplo já é só um grande museu. Mas, como tudo neste museu anda maltratado e descurado!” (DRUMOND, 2011, p. 39).

Um episódio merece destaque, como um dos fatos que marcou o despertar da preservação na cidade de Ouro Preto: o discurso da Campanha Civilista de Ruy Barbosa em 1910, no Teatro Municipal de Ouro Preto. Em conferência, o escritor e candidato à Presidência do Brasil, cita trecho do livro do escritor argentino Manuel Bernardez, exaltando Ouro Preto e suplicando por sua “salvação”. Corroborando com os ideais de Bernardez, Ruy Barbosa (1910) destaca que:

Ouro Preto representa uma dessas predestinações históricas, de que certas cidades têm na sua chronica, e na sua physionomia os signaes manifestos. É um desses viveiros espirituais, cuja missão constantemente renovada, lhes comunica uma actualidade eterna (BARBOSA, 1910, Acervo IPHAN-RJ, n.p.).

De carácter sensível, a abordagem do discurso de Ruy Barbosa (1910) pode ser compreendida fazendo um paralelo às reflexões de Assunto (2013a), ao reconhecer a cidade de Ouro Preto em sua particular fisionomia e marcada por signos. Nesse sentido, parece entender o território modelado pela cultura, sendo um pensamento também inovador ao mencionar o aspecto temporal da cidade.

Em seu discurso, Ruy Barbosa (1910) cita ainda um trecho do texto, *Breve intermezzo sentimental*, escrito em 1908, pelo jornalista Manuel Bernardez, para o

livro *El Brasil*, quando descreve sua sensação ao contemplar o “panorama” de Ouro Preto, a partir do adro da Igreja de São Francisco de Paula, em companhia de Augusto de Lima:

Olhávamos para ella, lá de cima, estendida em paz e silencio nos seus estreitos vales; e enquanto a luz do sol ia decrescendo, a casaria apinhada e vasta ia adquirindo, sobre o **fundo severo dos altos morros sombrios**, não sei que **aspecto de tristeza e mysterio**. Esbranquiçada, tumular, **falava do seu passado** com uma mudez em que havia uma funda eloquencia. **A phantasia, fluctuando sobre a realidade** acanhada das cousas, chegava a imaginar se aquillo seria por ventura um acampamento de audazes bandeirantes, fundadores de povos, ou se seria antes um **ossario sem mais lembranças da vida** que as vegetações da morte. **O panorama era bello e austero**. Pairava sobre a quietude um profundo silencio. Augusto de Lima, que, sem falar, seguia meus pensamentos, disse a meia voz: Parece uma agonia! (BERNARDEZ, 1908 *apud* BARBOSA, 1910, n.p., grifos nossos).

A descrição de Manuel Bernardez (1908) se mostra carregada de emoção e sensibilidade. O escritor parece compreender panorama como paisagem na composição de seus morros e casarios, demonstrando no relato uma experiência sensitiva do que observa. Embora ele reconheça beleza na experiência do olhar, descreve a cidade como sombria, triste e austera, reconhecendo a falta que faz a pujança da vida, quando compara o que presencia à um “ossario sem mais lembranças da vida”, como se estivesse diante de uma paisagem morta. Em sua leitura, a paisagem local é silenciosa, mas ao mesmo tempo parece gritar pela memória. O relato deixa claro como a cidade neste período encontra-se abandonada, perde a vivacidade, esvaindo-se de significados que garantem a sua sobrevivência.

Outras manifestações ocorreram como forma de protesto, pelo descaso e abandono ao patrimônio, na defesa de sua salvaguarda, como no artigo de escritores como: Mário de Lima, no jornal *O Paiz*, em 1910; e de Alceu Amoroso Lima, na *Revista do Brasil*, em 1916, quando clama pela necessidade da proteção de Ouro Preto, ressaltando sua importância na construção de uma nacionalidade, bandeira esta que será levantada efusivamente pelos modernistas (DRUMMOND, 2011).

As comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, realizadas em 1911, também tiveram como propósito apaziguar as oposições entre a velha e a nova capital.

Inclusive para reaproximar os favoráveis e não favoráveis à mudança, como Diogo de Vasconcelos. O discurso oficial foi proferido pelo ouro-pretano Conde Afonso Celso que lamentou o estado do casario, clamou pela salvaguarda e preservação de seu patrimônio e de sua ancestralidade, defendendo a criação de um “santuário nacional” (DRUMOND, 2011).

Neste cenário destacam-se as ações pioneiras do Prefeito João Veloso que, em uma ação municipal, antes da criação do SPHAN, promulga o Decreto nº. 13, de 19 de setembro de 1931, estabelecendo o “thypo artístico dos predios situados no perímetro da cidade”, com o objetivo de conservar o seu aspecto colonial. Argumenta que os turistas, ao visitarem a cidade e seus arredores ficam insatisfeitos quando se rompe com a lógica colonial das ruas, praças e tipo colonial dos prédios; e decreta:

Art 1º Não é permittida, no perimetro urbano, a construcção de prédios e de edificios em desacôrdo com o estilo colonial da cidade.

Art 2º Os actuaes predios existentes no perimetro urbano, em desacôrdo com o artigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas, quando estas tenham de receber reparos (OURO PRETO, 1931)³³.

O Decreto nº. 25, de 3 de setembro de 1932, reafirma os artigos anteriores do Decreto nº. 13, e estabelece critérios para reparos, reconstruções, limpezas e pinturas, além de determinar o pedido de alvará, sob pena de demolição e multa (OURO PRETO, 1932)³⁴.

Entre outras ações realizadas no período, encontra-se a criação do Instituto Histórico de Ouro Preto, em 29 de agosto de 1931, cuja instalação ocorreu na Casa de Gonzaga, a partir de doação da edificação pelo governo de Getúlio Vargas, em 19 de maio de 1932 (DRUMOND, 2011). A partir da Lei Federal de nº. 437, de 27 de maio de 1937, foi autorizada a compra do prédio da antiga Penitenciária de Ouro

³³ Disponível em: <<http://arquivopublicoop.blogspot.com/2013/12/preservacao-do-patrimonio-de-ouro-preto.html>>. (Acesso em: 2 jul. 2019.)

³⁴ Disponível em: <<http://arquivopublicoop.blogspot.com/2013/12/preservacao-do-patrimonio-de-ouro-preto.html>>. (Acesso em: 2 jul. 2019.)

Preto para instalação de um museu histórico que contemplasse “os acontecimentos da Inconfidência Mineira” (ANDRADE, 1938, n.p.)³⁵.

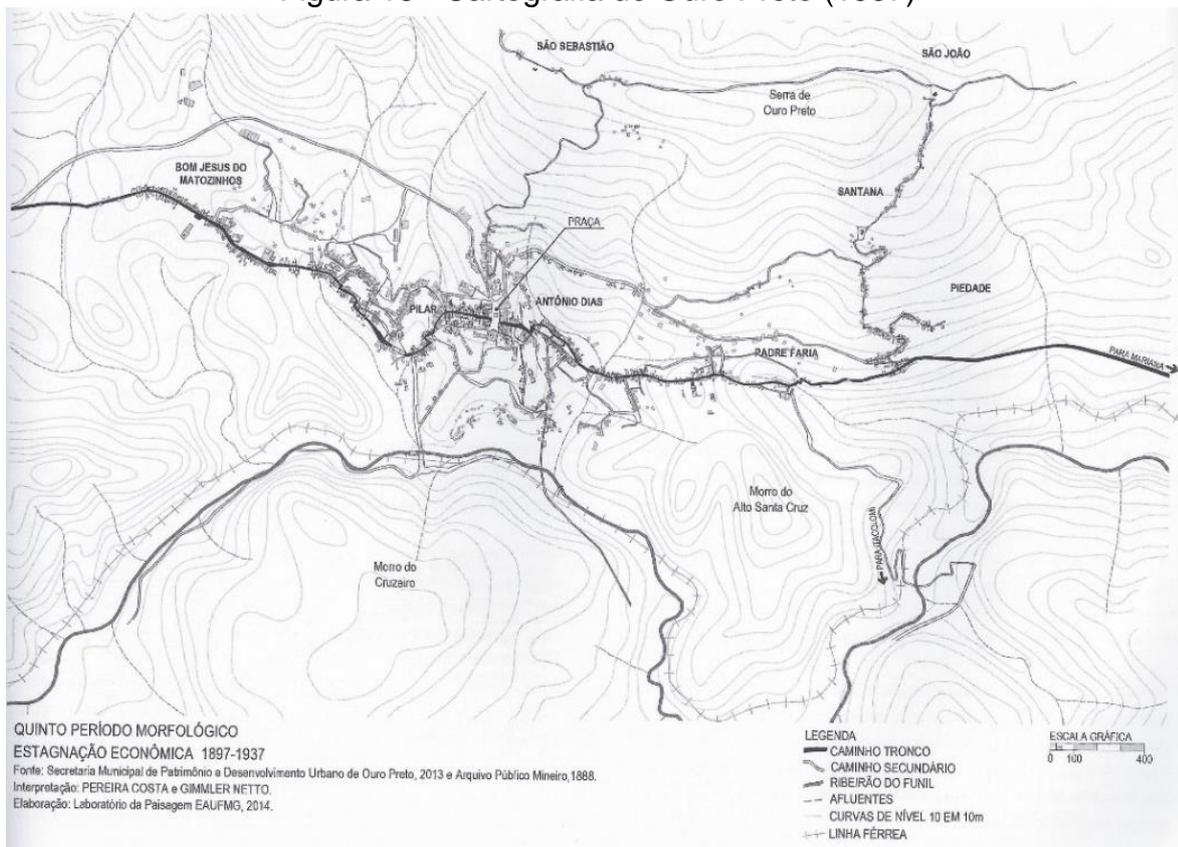
O processo de esvaziamento e estagnação econômica acaba por, de alguma maneira, manter o tecido urbano preservado até a retomada do crescimento econômico a partir da década de 1950, como será detalhado mais adiante. Vale ressaltar que, embora a malha urbana se mantenha, as edificações sofrem com o abandono e o esvaziamento da cidade, o que vai comprometer a conservação arquitetônica das edificações que, em meados do século XX, vai apresentar muitas construções em estado de degradação, o que acaba por desencadear a Campanha Salvemos Ouro Preto³⁶ de 1950.

Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), no livro *Fundamentos de Morfologia Urbana*, apresentam estudo morfológico da cidade de Ouro Preto, por meio de cartografias metodologicamente organizadas por períodos. O mapa da Figura 18, intitulado pelos autores como *quinto período morfológico*, de 1897 a 1937, demonstra que o tecido urbano consolidado no século XIX, pouco se modifica até o ano de 1937, devido a estagnação econômica, após a transferência da capital em 1897.

³⁵ Conforme consta em correspondência do então diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, datada de 29 de agosto de 1938. Disponível em: <<http://arquivopublicoop.blogspot.com/2011/05/>>. (Acesso em: 15 jul. 2019.)

³⁶ Levantamentos e documentos da Campanha Salvemos Ouro Preto foram organizados por Juliana Sorgine, em publicação do IPHAN, de 2008.

Figura 18 - Cartografia de Ouro Preto (1937)



Fonte: Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 91)

E foi nesse contexto e perspectivas que se institucionalizaram as ações de valorização e medidas de proteção pelos modernistas, de maneira especial em Minas Gerais, quando, a partir de viagens, reconhecem em seus monumentos históricos, na arquitetura e arte colonial mineira “o berço de uma civilização brasileira” (FONSECA, 2005, p. 92). Destacam-se as viagens realizadas em 1916 por Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade; e a viagem de 1924 de Mário de Andrade, na companhia do poeta Blaise Cendrars, onde mantêm contato, entre outros, com Carlos Drummond de Andrade (FONSECA, 2005). A compreensão deste período é de extrema importância pelos aspectos ideológicos e políticos, sobretudo, pela carga simbólica e representativa ainda nos dias atuais.

2.2 Protagonismo da percepção estética idealizada

Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta [...] Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto (BANDEIRA, 1963, p. 29).

A primeira metade do século XX será marcada pelo movimento de intelectuais modernista, os quais reconhecem na arquitetura colonial e barroca de Ouro Preto o berço da nacionalidade e em suas ações se mobilizam pela preservação da cidade. Na citação acima, do livro *Guia de Ouro Preto*, publicado em 1938, Manuel Bandeira demonstra o reconhecimento de uma cidade que, embora necessite de medidas de conservação, resiste em seu conjunto aos impactos da renovação promovida pela modernidade, a qual para o autor se manifesta como ruptura à tradição. Bandeira (1963, p. 31) analisa o conjunto colonial da cidade e afirma que “[...] os prédios novos são exceção em Ouro Preto. Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado”.

Como analisa Fonseca (2005), a institucionalização da preservação no Brasil, com a criação do SPHAN, ocorre em meio ao movimento modernista e a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937. Conforme descreve a autora, o modernismo se configurou como um movimento cultural e revolucionário do início do século XX no Brasil, mas não se configurou homogêneo em suas orientações estéticas, críticas ao passado e ideologias. Pode-se dizer que a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, foi como marco da manifestação artística e literária da época, na qual o modernismo se apresentava como antiburguês, na antropofagia de Oswald de Andrade e na pintura de Tarsila do Amaral. Nesse contexto de incorporação de vanguardas europeias também se fazia presente a questão da identidade nacional, cuja crítica se estabelecia na “europeização” brasileira, ao se defender o resgate de valores primitivos. Para Mário de Andrade, a identidade seria definida nas raízes da cultura brasileira (FONSECA, 2005).

Em meio a manifestações literárias e artística, a arquitetura moderna no Brasil será implantada sob influência da vanguarda europeia de Le Corbusier, que repudiava os padrões estéticos da Escola de Belas Artes de Paris. Inicialmente, a arquitetura moderna encontra resistência em um cenário eclético já instaurado nas capitais do país; mas a partir de 1930, os intelectuais modernistas aderem às repartições pública e os ideais da arquitetura moderna vão ao encontro do que se pretendia na construção de um novo Estado (FONSECA, 2005; CAVALCANTI, 1999).

Envolvido em uma atmosfera racional e progressista, o homem “moderno” busca no passado sua origem e a preservação torna-se indispensável no reconhecimento de sua identidade nacional. Esse período de valorização fez com que a cidade de Ouro Preto se tornasse internacionalmente conhecida por seu conjunto arquitetônico e urbanístico do período colonial e o Barroco fosse reconhecido como arte genuinamente brasileira, quando certamente, foram legitimados símbolos e referências da constituição de sua paisagem. A tradição cultural e os monumentos representativos da história nacional consolidam a cidade de Ouro Preto como local sagrado, onde se manifesta um ideal de proteção e salvaguarda, conforme descreve Drummond (2011), em reedição do livro do Bicentenário de Ouro Preto.

Esse discurso se amplia nos meios de comunicação, como no texto do historiador Oliveira Viana, publicado no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 1927, em que se destaca que Ouro Preto, em seus aspectos arquitetônicos, “era uma ‘cidade colonial’ completa”. Mas, ao contrário de alguns colegas, que lamentam o estado de degradação, Viana (1927) enfatiza que a cidade estava “perfeitamente conservada na integridade de seus detalhes” (DRUMMOND, 2011, p. 35). Supõe-se que o autor estava, tal como Bandeira em 1938, se referindo a uma “suposta” permanência do conjunto colonial e não à integridade física dos elementos.

Entretanto, essa dita homogeneidade da paisagem, de unidade do conjunto arquitetônico colonial, é aqui considerada um “mito” construído pelos modernistas. De fato, segundo Salgueiro (1996, p. 135), “as ideias míticas da historiografia, que insistiam sobre a ‘uniformidade’ e o caráter ‘espontâneo’ das mudanças e afirmavam a ‘autenticidade nativa’ das casas de Ouro Preto, já estão hoje mais ou menos ultrapassadas”. A autora assinala ainda que grande parte do casario de Ouro Preto

data do século XIX ou mesmo do século XX, sendo assim, quando se analisam as edificações, pode-se considerá-la mais como uma cidade do século XIX do que como uma cidade colonial.

Cabe também registrar que o interesse pela proteção e salvaguarda da arquitetura e arte colonial não se restringiu aos modernistas, destacando também as ações marcantes de Ricardo Severo e José Mariano Filho no movimento neocolonial (FONSECA, 2005). E nesse sentido, no início do século XX, a arquitetura neocolonial também encontra lugar na cidade de Ouro Preto por ser um lugar considerado como uma alternativa à solução nacional, sendo reconhecido como “estilo’ mais adequado para o fim que se tinha em vista, um contexto ainda de desconcertantes dilemas sobre a nova arquitetura do século 20” (SEGAWA, 2014, p. 39).

Dentro do contexto apresentado, as primeiras ações de preservação do poder público partiram dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, com a criação de inspetorias na década de 1920. Já em nível federal, as medidas pioneiras partem dos museus, sendo criada em 1934, no Museu Histórico Nacional e sob a direção de Gustavo Barroso, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que acaba extinta em 1937 após a criação do SPHAN (FONSECA, 2005). Embora de atuação restrita, a Inspetoria teve como propósito o levantamento e conservação de monumentos como: chafarizes, pontes e templos, não considerando as edificações do conjunto (MOTTA, 2008).

Segundo Fonseca (2005), a cidade de Ouro Preto foi elevada à “Monumento Nacional” em 1933, pelo Decreto nº. 22.928, de 12 de julho de 1933, sendo esta a primeira iniciativa do Governo Federal. Em *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*, Lissovsky e Sá (1996) demonstram como, no Governo de Getúlio Vargas, a ascensão de Gustavo Capanema, em 1934, no Ministério de Educação e Saúde (MES), molda o perfil dessa repartição pública, marcada pela valorização nacional e pela defesa de um “Ministério do Homem”. “A valorização do homem brasileiro era, no entender do ministro, um projeto cultural, ‘pois cultura significa a nítida e impressiva presença do homem’ diante da natureza e

das ‘forças circundantes’, impondo a elas sua vontade” (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. xi).

Tem-se, segundo Cavalcanti (1999), os ideais do Estado Novo marcado pela busca de uma nacionalidade e da formação de um novo Homem, cujos princípios caminhavam ao encontro dos ideais modernos, influenciados pelo discurso da arquitetura internacional de Le Corbusier. O prédio construído para abrir o MES no Rio de Janeiro marca a aliança com os modernistas, além de conferir uma ampla atuação em cargos públicos que serviram como veículo de promoção de um projeto modernista, especialmente arquitetônico:

Conectados ao pensamento mais amplo dos intelectuais modernos, os arquitetos procuravam intervir na realidade brasileira através de atuação no serviço público, mais precisamente nas repartições do Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema (CAVALCANTI, 1999, p. 180).

O SPHAN³⁷ foi criado em meio à mudança de ordem política, econômica e social, promovida pelo Estado Novo. Conforme descreve Fonseca (2005), a pedido do Ministro Gustavo Capanema, Mário de Andrade³⁸ formula, em 1936, um anteprojeto³⁹ para criação de um órgão para preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Os diversos aspectos levantados pela autora revelam que o anteprojeto possui concepção avançada para seu tempo e incorpora a arte de forma ampla, considerando os aspectos eruditos e populares, em uma dimensão antropológica de cultura.

Entretanto, para um projeto político de governo autoritário e de concepções ideológicas que visava promover o Brasil dentro das nações civilizadas, a consagração de bens de arte erudita e o apoio dos intelectuais se apresentava de caráter conveniente. Considerando as limitações e interesses impostos pelo projeto

³⁷ O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi transformado em DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1946, por meio do Decreto-lei nº. 8.534, situação que durou até 1970, quando passou a denominar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FONSECA, 2005).

³⁸ No período o intelectual e escritor modernista, Mário de Andrade, possuía experiência à frente do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo (FONSECA, 2005).

³⁹ Estabelece oito categorias de artes: “arte arqueológica”, “arte ameríndia”, “arte popular”, “arte histórica”, “arte erudita nacional”, “arte erudita estrangeira”, “artes aplicadas nacionais” e “artes aplicadas estrangeiras” (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 56).

político de governo, o anteprojeto de Mário de Andrade foi revisado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual elabora o Decreto-lei nº. 25, de 1937⁴⁰, assumindo a direção do SPHAN de forma provisória em 1936 até a promulgação do Decreto, quando o órgão passa a integrar o MES (FONSECA, 2005).

Ainda de acordo com Fonseca (2005, p. 106), as diferenças entre o anteprojeto e o Decreto-lei nº. 25 “não residiam propriamente no conceito de patrimônio, e sim no modo como viam a ação cultural enquanto ação política”. O decreto vai deixar propositalmente em aberto as definições de arte e o tombamento é estabelecido como instrumento de preservação, cujos aspectos legais se mostram ineficientes para proteger valores intangíveis, limitando o conceito de patrimônio aos bens de natureza material, móveis e imóveis.

Nas análises feitas por Simão (2006, p. 29), o anteprojeto de Mário de Andrade, ao definir como Patrimônio Artístico Cultural “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita [...]”, embora apresentasse um conceito ampliado, já ressaltava o “patrimônio nacional como obra de arte”, aspecto que acaba por definir as ações do órgão de preservação.

E o SPHAN terá como prática a atribuição de valores nas categorias da história e da arte de tradição europeia, o que também se justifica pelos interesses do governo, descrito anteriormente, de apresentar no exterior o progresso de uma nação desenvolvida. Pode-se dizer que uma política de governo de bases ditatoriais estabelecidas se utilizava de meios para manipular também a memória da população a partir de seus interesses.

Le Goff (1990) considera o posicionamento de psicanalistas e psicólogos, ao enfatizar como a memória individual se comporta na dialética recordação e esquecimento, de maneira consciente ou inconsciente, por manifestações de

⁴⁰ Decreto-lei nº. 25, de 1937, “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” e estabelece o tombamento como instrumento jurídico de preservação. Em seu Art. 1º, “constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Nota-se que o reconhecimento se restringe aos bens de natureza material.

interesse, afetividade, desejo, inibição ou mesmo censura. Le Goff (1990, p. 426) analisa que no contexto que se estabelece

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Dentro dessa mesma perspectiva de análise, Pesavento (2007, p. 91) apresenta como a formação da identidade nacional está diretamente relacionada à elaboração dos “mitos de origens” e como representação social, constituindo-se em “conjuntos de referência para as raízes de um povo”. Esse processo de construção acaba por produzir “estereótipos” e uma relação de elementos identitários que unem os indivíduos socialmente na identificação de “pais ancestrais, datas memoráveis, fatos históricos, lugares de memória, mitos, ritos e práticas alusivas à nação, à música, à comida e à festa nacional, aos trajes típicos”, que para a autora são como “ficções criativas que situam o indivíduo no espaço, no tempo, no social, mesmo no mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 91).

O tema da memória será tratado adiante como uma importante categoria de análise da paisagem. Cabe neste momento refletir como esse processo é descontínuo e se enquadra às questões colocadas por Pierre Nora (1993), em seu texto *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. O historiador analisa como a memória é uma necessidade de história. No caso brasileiro, as condições de colonização procuram aniquilar os traços primitivos e passa a predominar uma história numa visão eurocêntrica. Pode-se dizer que a criação do Estado Nacional se faz em meio ao poder do império e presença do Estado Português até a instauração da república. A identidade almejada será constituída diante de uma ruptura com o passado e de uma memória “esfacelada”, fazendo um paralelo às reflexões de Nora (1993) e, como num processo de resgate das raízes culturais, os modernistas estabelecem as produções emblemáticas do Barroco e cidades coloniais como Ouro Preto como “lugares de memória”. Mas, nesse momento, os valores políticos e sociais também selecionam e estabelecem o que deve ser lembrado e protegido.

Em relação às atuações do SPHAN na cidade de Ouro Preto, alguns aspectos relevantes relativos à paisagem urbana merecem consideração e interpretação para melhor compreensão da realidade atual. De acordo com a política de proteção da época, preservar significava tomar. Logo após a criação do SPHAN, o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto” foi inscrito no *Livro do Tombo das Belas Artes*, em 20 de janeiro de 1938, conforme processo nº. 070-T-38, inscrição nº. 39, p. 8⁴¹. O critério artístico é claramente definido como atribuição de valor em consonância a visão da época, baseada em aspectos estéticos e estilísticos.

Segundo Motta (2008), os ideais do SPHAN, que buscava na valorização do colonial a referência para a arquitetura futura, não convergiam com a atuação da extinta Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que se restringia a ações de salvaguarda. Chuva (1998 *apud* MOTTA, 2008) descreve revisão de todas as obras realizadas pela Inspetoria, segundo os “princípios estéticos” do SPHAN, que incluíam procedimentos para restituição dos aspectos originais dos monumentos, cuja postura não condizia com as propostas anteriores da Inspetoria.

Motta (2008) apresenta ainda a postura do órgão de preservação em relação à composição da “paisagem” e da imposição de aspectos homogeneizadores às novas edificações do conjunto. Ele cita a correspondência do arquiteto Lúcio Costa, em 1939, como argumentação em defesa do projeto do Arquiteto Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto, ao Presidente do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual é apresentado o ideal introduzido na época de “cidade histórica como obra de arte” e do estilo moderno como uma arquitetura de qualidade para as obras excepcionais. Havia, pois, o entendimento de que essa seria a “boa arquitetura” que poderia conviver com a arquitetura colonial predominante.

Por outro lado, segundo Salgueiro (1996), no contexto de progresso do final do século XIX, o homem procurou se modernizar e para isso almejava apagar as feições da antiga cidade colonial, a partir da introdução de elementos inovadores que consistiam no emprego de um vasto e variável repertório do passado, quando

⁴¹ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1293>>. (Acesso em: 28 ago. 2019.)

se reconhece no Ecletismo o estilo mais “moderno” adotado pela Escola de Belas Artes do Rio. E como já descrito anteriormente, Ouro Preto, guardadas as devidas proporções, também viveu transformações conferidas pelos avanços da “modernidade”.

Segundo Bueno e Junqueira Schettino (2017), é possível perceber certo descompasso na “aparente” homogeneização estabelecida pelos modernistas. Reconhece-se na cidade um Ecletismo “provinciano” e “vernacular”, em que se nota a incorporação de temporalidades históricas, não lineares, como bem destaca Salgueiro (1996, p. 144):

Ouro Preto, como as demais cidades do “ciclo” do ouro [...] é um exemplo de cidade eclética vernacular, transhistórica e atemporal. Sobre suas fachadas coabitam formas do passado – natas e impostas, subjacentes no século XIX e retomadas pela política de “recolonização” do patrimônio histórico a partir dos anos 1950, com motivos fabricados industrialmente e técnicas construtivas novas.

As construções ecléticas foram amplamente criticadas por escritores, pensadores e arquitetos brasileiros, especialmente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. A experiência do Ecletismo no âmbito nacional foi vista por gerações como reproduções de estilos arquitetônicos inseridos no passado europeu. Defendiam a arquitetura barroca mineira como a verdadeira representante do caráter nacional. Para os modernistas, que estiveram à frente do SPHAN, apenas as arquiteturas do período colonial deveriam ser consideradas patrimônio nacional (FONSECA, 2005).

Em seu livro *Guia de Ouro Preto*, publicado em 1938, Manuel Bandeira (1963) demonstra claramente sua aversão ao Ecletismo, atribuindo valor pessoal ao descrever de forma pejorativa algumas edificações ecléticas, em passeio ao centro da cidade. Como sua reação ao passar pelo Largo de Dirceu, no Antônio Dias, e avistar na época o prédio da Escola Normal, caracterizando a edificação como um “arremêdo ridículo do velho estilo e que substituiu a Casa Grande, solar da família Ferrão, onde morava Marília, sua proprietária” (BANDEIRA, 1963, p. 48).

Ao descrever a Rua das Flores, Bandeira (1963, p. 49-50) como representante dos ideais modernistas, exalta positivamente a arquitetura moderna de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto, em detrimento ao estilo eclético do Grupo Escolar Pedro II:

A solução, realmente feliz, foi achada no projeto de Oscar Niemeyer, que levou em conta umas tantas características comuns à técnica do concreto armado e à do pau-a-pique. Seja dito que o arquiteto **não quis, absolutamente, imitar a aparência das edificações antigas**, sabendo o que há de artificioso e de falso nessa imitação, e **temendo, muito acertadamente, que viesse a passar como antigo o que é, afinal do nosso tempo**. Procurou antes fazer com que o hotel, necessariamente moderno, se destacasse o menos possível na paisagem colonial. **Fêz obra de boa arquitetura atual**, e esta, como assinala um entendido, **vai sempre bem com a boa arquitetura de qualquer período anterior; o que não combina é a falta de arquitetura**. [...] A Rua da Flôres se abre em cima numa espécie de largo, onde fica o **Grupo Escolar Pedro II, feiíssimo**, adaptação de um quartel de cavalaria [...] (grifos nossos).

Nota-se que Manuel Bandeira (1963) aborda, sem critérios claros e objetivos, uma temática extremamente importante, que ainda hoje se faz debate nos meios preservacionistas que é a inserção da nova arquitetura em meio ao conjunto patrimonial. O escritor se coloca favorável à diferenciação do novo, desde que discreto ao conjunto, e condena as imitações, ao atribuir conceito de artificial e falso. Por fim, tendenciosamente e ideologicamente, considera a inserção da arquitetura moderna adequada em seus princípios técnicos e plásticos ao conjunto colonial, destituindo a arquitetura eclética que para ele representa uma “falta de arquitetura”.

O que se observou na prática das atuações modernistas em Ouro Preto foram intervenções em edificações ecléticas, a partir da remoção e incorporação de elementos, de maneira a incorporar feições coloniais. A preservação era vista como um processo individualizado das partes que conforma um todo, com preocupações fachadistas e estilísticas. Essas ações eram compatíveis ao discurso de um conjunto histórico idealizado e homogeneizado, conforme os ideais de nacionalidade da época, como demonstram Jorgine (2008) nas ações de recuperação de imóveis na campanha intitulada *Salvemos Ouro Preto de 1950*, e também no artigo publicado por Bueno e Junqueira Schettino (2017), que faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o Ecletismo na cidade de Ouro Preto.

Talvez o grande equívoco dos preservacionistas na época foi não reconhecer os conjuntos urbanos como “cidades”, algo em constante mudança, e sim como “obra de arte”, um objeto estético e estático. Acreditavam no conceito de “cidade-pronta”, intocável e livre de qualquer desenvolvimento e modificações, desconsiderando um possível crescimento urbano. E contrariando os ideais modernistas, com a retomada do crescimento econômico, a cidade de Ouro Preto começa a se expandir a partir da década de 1960, com início do processo de desconfiguração do seu traçado urbano. E a paisagem se modifica em processo de adensamento central e ocupação de encostas, conforme enunciado em diversas reportagens a seguir, todas da década de 1960.

O arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx e o pintor Carlos Scliar concedem entrevista a Vladimir Santos, em 1967, em reportagem publicada no *Jornal de Ouro Preto*, com a seguinte chamada “Burle vê a política contra Ouro Preto. Scliar diz que omissão do governo será fim do barroco”. Ambos se mostram preocupados com a preservação da cidade de Ouro Preto, dentro de um ideal estético próprio da época e responsabilizam o poder público, em um momento onde a cidade já começa a se expandir, inclusive para as encostas. As narrativas também demonstram como o turismo já se apresenta como atividade econômica e a preservação se associa a ele. De acordo com a reportagem, Scliar ressalta o turismo e destaca que a atividade requer a perfeita preservação da cidade:

[...] Ouro Preto vem recebendo um tratamento criminoso pelo relaxamento e pela omissão das autoridades do Governo, que não cuidam de preservar o barroco da Cidade-patrimônio-universal e pela falta de esclarecimento da maioria de sua população, que não merecia morar numa cidade que não sabe defender (Entrevista com Carlos Scliar. SANTOS, Vladimir. Burle vê a política contra Ouro Preto. Scliar diz que omissão do governo será fim do barroco. *Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, dezembro de 1967, p. 5).

Ainda conforme a entrevista (SANTOS, 1967), Roberto Burle Marx adverte que a comunidade precisa conservar a “cidade inalterada” para manutenção do turismo. E acrescenta que o ideal seria a construção de novos bairros para evitar a interferência, mesmo que mínima, do conjunto. O paisagista também se mostra preocupado com intervenções funcionais e no entorno dos monumentos; além de

criticar a iluminação dos monumentos e instalação de postes com fiação em parte da cidade. Em relação à gestão pública para conservação do conjunto:

Nem os prefeitos, nem os políticos devem intervir, em nome dos problemas imediatos, nos conjuntos artísticos, que são perenes em seus valores, pois está provado que a superposição da administração e da política sobre o interesse nacional de conservar Ouro Preto intacta está acabando aos poucos com a Cidade (Entrevista com Roberto Burle Marx. SANTOS, Vladimir. Burle vê a política contra Ouro Preto. Scliar diz que omissão do governo será fim do barroco. *Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, dezembro de 1967, p. 5).

Em reportagem no *Jornal de Ouro Preto*, intitulada “Favelas enfeiam a paisagem da cidade”, o redator cita a responsabilidade dos gestores na conservação das características paisagísticas e urbanísticas da cidade e descreve “não é possível que continuem a proliferar nas encostas dos morros verdadeiras favelas – com barracos de tijolos, telhas e até de concreto armado, mas, mesmo assim, favela – sem arruamento, sem luz, sem água, sem esgoto” (1966). O autor, que não aparece identificado, descreve que o adensamento é resultado do crescimento econômico e reconhece a necessidade em se pensar áreas de expansão, sob o risco iminente de perder a sua “paisagem barroca” (*Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, outubro de 1966, n. p. Acervo IPHAN-RJ).

Nota-se que a paisagem é reconhecida como objeto estético e associada ao ambiente natural. E nesse sentido o autor apresenta os dilemas da proteção e da transformação, intrínsecas à sociedade. Ao fazer referência à “paisagem barroca” demonstra como os aspectos das construções luso-brasileiras e dos monumentos do Barroco se constituem em imagens-síntese do território, termo apresentado por Ribeiro (1996). Nesse sentido, os monumentos da arquitetura barroca se tornam símbolo na experiência social das pessoas, que temem por perder a sua identidade. Segundo Turri (2013), os elementos simbólicos e referenciais conferem legibilidade ao território ao apresentarem uma ordem fisiológica e funcional, atribuindo-lhe identidade. Para essas referências importantes, Turri atribui o nome de *iconemas*, como a alma, o *genius loci* do lugar, tão bem definido por Norberg-Schulz (2006).

Em reportagem intitulada “Vila Aparecida pede água na rua”, o redator descreve que a encosta do Gambá começou a ser ocupada “irregularmente” por volta de 1962. O

texto assinala que o local apresentava aproximadamente 100 edificações em 1966, em área desprovida de infraestrutura, como rede de água, esgoto e abastecimento de energia, além da ausência de pavimentação. Em uma reportagem complementar, o redator informa que o então prefeito, José Benedito Neves, justifica a inexistência de recursos para execução de infraestrutura em novos loteamentos, assim “o único remédio para prefeitura, é deixar proliferarem as favelas que tem aparecido nos morros”. Atribui a responsabilidade ao DPHAN que impede novas construções em áreas já beneficiadas do conjunto urbanístico da cidade e não destina recurso para adequação de áreas onde a ocupação seja permitida (*Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, outubro de 1966, n.p. Acervo IPHAN-RJ). Nota-se a omissão do poder público municipal em relação à questão, além da articulação entre os órgãos gestores, já demonstrando uma real dicotomia entre o desenvolvimento/dinâmicas de ocupação e preservação.

Voltando à Turri (2013), ao tratar dos dilemas da conservação e da transformação da paisagem, nota-se que as construções informais nas encostas podem se manifestar em uma lógica de não-legibilidade pelos sujeitos que reconhecem em sua identidade uma outra ordem fisiológica e funcional, de natureza primária no território. E nesse contexto de aparente “desordem”, reconhecem que as ocupações nas encostas:

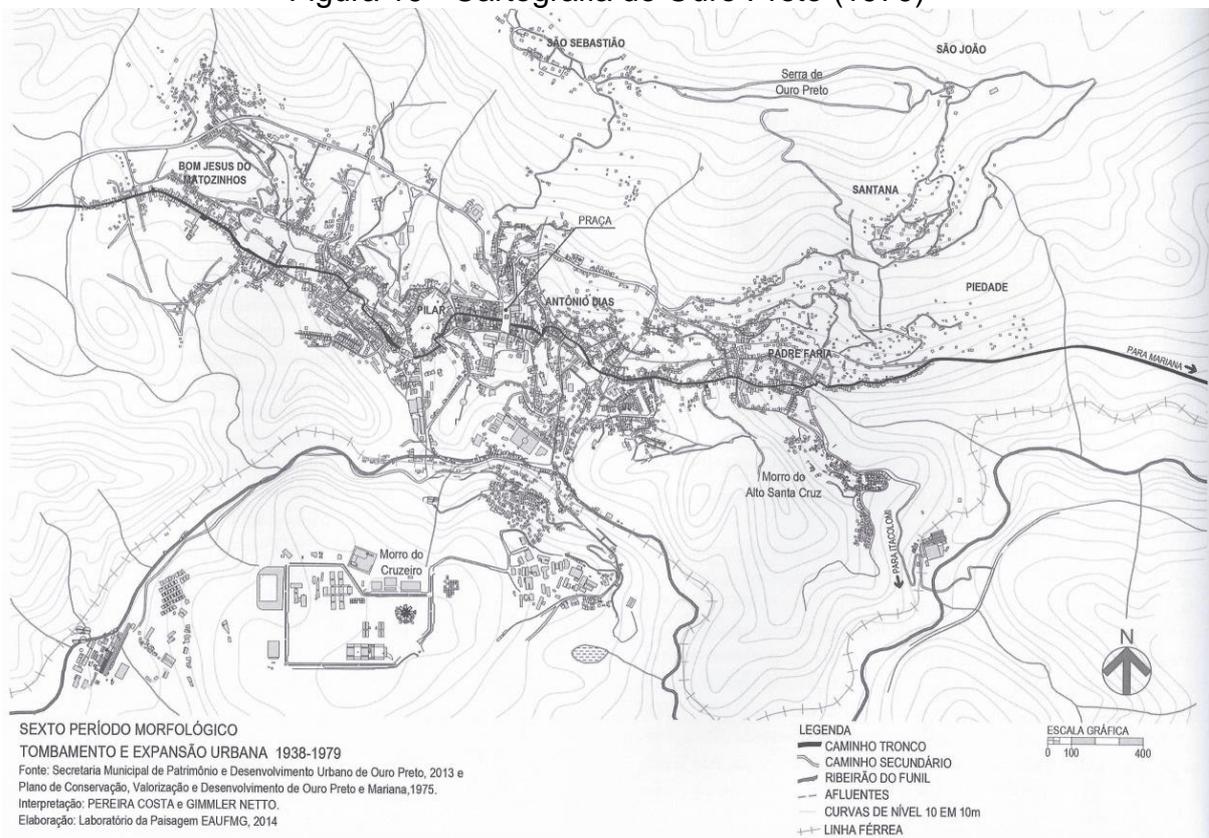
[...] romperam as conexões históricas com as paisagens herdadas, e hoje encontramos-nos frente a paisagens que são feias, sobretudo enquanto ilegíveis no seu desenvolvimento diacrônico e na sua sobreposição histórica (TURRI, 2013, p. 181).

2.3 Primeiras tentativas de proteção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto

Com o desenvolvimento industrial, início do turismo, criação da Universidade Federal de Ouro Preto, em 1969 e, conseqüente aumento da população, tem início a desconfiguração do traçado inicial da cidade de Ouro Preto. A cartografia apresentada na Figura 19, desenvolvida por Pereira Costa e Gimmler Netto (2015),

corresponde ao período de 1938 a 1979, denominado pelos autores como *sexto período morfológico*, em que se podem perceber grandes modificações em relação a Figura 18, como o adensamento da área central e expansão da cidade em diversos vetores. A Serra de Ouro Preto aparece representada em seus bairros. Entretanto, ressalta-se que as ocupações nessa região já estavam mais avançadas e consolidadas no momento em relação à esse cadastramento, como será constatado de maneira mais detalhada no próximo capítulo. Para uma primeira análise geral da expansão urbana da cidade, essa cartografia torna-se suficiente.

Figura 19 - Cartografia de Ouro Preto (1979)



Fonte: Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 94)

Em função da instalação do *Campus* Universitário no Morro do Cruzeiro e do surgimento de um polo industrial (na porção inferior à esquerda do mapa), tem-se o crescimento em direção ao vetor sul, destacando a concentração de edificações na encosta do Morro do Cruzeiro, denominada Vila Aparecida. Também é notável o adensamento do núcleo central, além da ocupação nas regiões do Alto da Cruz e ao longo de toda a encosta, nos bairros Piedade, Morro Santana, Morro da Queimada (região entre o Morro Santana e o São Sebastião) e na região do Veloso (porção

superior à esquerda). À esquerda da região da Capela de Bom Jesus do Matosinhos tem início a ocupação do bairro Nossa Senhora de Lourdes. Pode-se constatar também o início de concentração de edificações nas regiões do Alto da Cruz.

Em relação ao núcleo central, observa-se a ocorrência de novas construções em fundo de quadra, o que desconfigura o traçado urbano que se manteve praticamente inalterado até o século XIX, com seus lotes estreitos e compridos, caracterizados por áreas verdes na parte posterior do terreno. E nesse aspecto, torna-se necessário refletir que os quintais carregam em si significados que ultrapassam os aspectos materiais, de natureza biológica e ambiental. Mas, sobretudo, são locais de manifestação da prática cotidiana, dos encontros, da sociabilidade, da produção, do cultivo, da permanência, da contemplação, ou seja, da manifestação da vida. Os quintais são construções sociais, culturais, locais de expressão de um patrimônio intangível, elemento constituinte e fundamental na paisagem de Ouro Preto.

Em missões da UNESCO pelo Brasil, nos anos de 1966 e 1967, o inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, elaborou um relatório, no qual apresenta a situação dos conjuntos tombados brasileiros (IPHAN, 2008). A missão levou ao desenvolvimento do primeiro plano urbano para Ouro Preto, em 1969, elaborado pelo arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, consultor da UNESCO, que revelava uma visão idealizada, em consonância aos valores e motivações da época moderna. O plano apresentado a seguir retrata o pensamento moderno, em que cidade é fragmentada em um plano setorial, sendo a paisagem pensada como objeto estético.

Nas palavras de Viana de Lima (1969, doc. 2, p. 2), percebe-se a predominância da contemplação e deleite como experiência estética do ambiente natural, atribuindo simbologia e significados a elementos da natureza como justificativa para salvaguarda e valorização dos aglomerados e paisagens em Minas:

[...] o perfil ou antes a silhueta duma região ou dum lugar, é, como se sabe, elemento integrante de seu caráter. E, quero aqui afirmar que uma das coisas que apaixonam o visitante e o preparam para a bela caminhada através desse lindo e ciclópico Estado de Minas, é sem dúvida sua ondulação montanhosa, marcada pela sua agressividade, pela sua vegetação luxuriante, pela balização de seus picos.

Viana de Lima (1969, doc. 1, p. 1), em seu primeiro relatório e proposições para conservação do núcleo histórico e artístico de Ouro Preto, indica medidas para preservação, valorização e expansão da cidade, destacando a importância da elaboração e execução de um Plano Diretor “no sentido de ficar garantida definitivamente a preservação do sítio”. Nesse aspecto, nota-se avanço ao reconhecer o crescimento da cidade, e a necessidade de se pensar áreas adequadas para novas habitações. Entretanto, a terminologia “preservação” sugere uma política imobilista em relação ao sítio histórico, não reconhecendo o inevitável destino de mutações e ocupações na área central da cidade. Além disso, o plano evidencia uma tendência em valorizar os aspectos monumentais de sua paisagem.

O arquiteto Viana de Lima alerta para o risco de “aniquilamento” do conjunto e, ao destacar valores da cidade, restringe-se aos aspectos históricos e artísticos, em consonância aos postulados internacionais da época, com base na Carta de Veneza de 1964. Ao destacar a importância cultural do sítio, Viana de Lima (1969, doc. 1) descreve aspectos históricos, como a condição de primeira capital do Estado e enfatiza a relevância da mesma, destacando o “caráter barroco” de seu núcleo, em conformidade aos ideais modernos que privilegiam os aspectos monumentais e artísticos.

Ao descrever sobre o súbito crescimento da cidade e a instalação de novas construções, ele ainda ressalta a imagem de “Monumento Nacional”, enfatizando a preocupação na preservação de seu caráter estilístico, na definição de parâmetros arquitetônicos (LIMA, 1969, doc. 1). Não se pretende aqui aprofundar em aspectos pontuais, mas confirma uma reafirmação da política patrimonial, até então praticada, em procurar manter uma suposta homogeneidade colonial do conjunto e de ressaltar os monumentos.

Em relatório, Lima (1969, doc. 1, p. 3) cita o então Diretor do DPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, que considera a necessidade em contemplar no planejamento os anseios da população diante do progresso. Por outro lado, é notória nas palavras do diretor, a visão cenográfica da paisagem, ao destacar as “perspectivas urbanas mais belas” e “recantos mais pitorescos”. Em relação à configuração natural do sítio, o relevo deveria ser preservado em suas características e se reconhece a

importância da vegetação dos quintais e das encostas, aqui tratados como “moldura panorâmica desejável”, cujo aspecto não se poderia romper pelas novas construções que já se manifestavam.

Antes de apresentar as propostas, Lima (1969, doc. 1) relaciona os riscos da modernidade que ameaçam a “cidade monumento”, citando: a industrialização em Saramenha; a nova Escola de Minas, em construção no Morro do Cruzeiro; a proliferação desordenada de novas habitações; o trânsito dos automóveis e a sinalização inadequada. A partir de foto aérea de 1950, Lima (1969, doc. 1, p. 4) destaca os “núcleos de habitação” que surgem na periferia da cidade, caracterizando-os como uma “adulteração da paisagem”, e parece reconhecer a existência de áreas de risco, quando manifesta que a situação agrava as condições precárias do meio.

O arquiteto indica medidas para as áreas cuja “expansão caótica ou uma construção indisciplinada”, julga promover uma “destruição da paisagem e do carácter da cidade” (LIMA, 1969, doc. 1, p. 6). Os critérios adotados se mostram condizentes aos ideais da época, pautando-se por razões de ordem estética e estilística. Para as ocupações que fazem interface ao centro, como as ocupações de encosta da Vila Aparecida, Alto da Cruz e Encardideira, além da encosta minerada do Veloso foram indicadas demolições; em outras áreas como o Morro da Queimada se propõe que as construções sejam recuperadas, utilizando de parâmetros específicos para integração ao conjunto. Foram também demarcadas áreas cuja permissividade de construção se justificam de maneira a “preencher falhas nos quarteirões, obtendo-se um melhor enquadramento na composição urbana”. Para o bairro Cabeças, foi indicado loteamento de baixa densidade permeada por massa verde (LIMA, 1969, doc. 1, p. 7).

Também foram identificadas zonas *non aedificandi*, com o objetivo de preservar a vegetação existente; além da proposta de novas áreas verdes para proteção do sítio e “enquadramento paisagístico” (Figura 20). Destaca-se proposta de replantio e recuperação do antigo Horto Botânico. Em algumas regiões, a indicação de vegetação visa auxiliar a contenção do terreno, evitando deslizamentos (LIMA, 1969, doc. 1, p. 7). O plano de Viana de Lima também sugere a criação de um cinturão

verde para conter processos de expansão, o que parece ineficiente ao não considerar a mutabilidade e vivacidade do centro urbano.

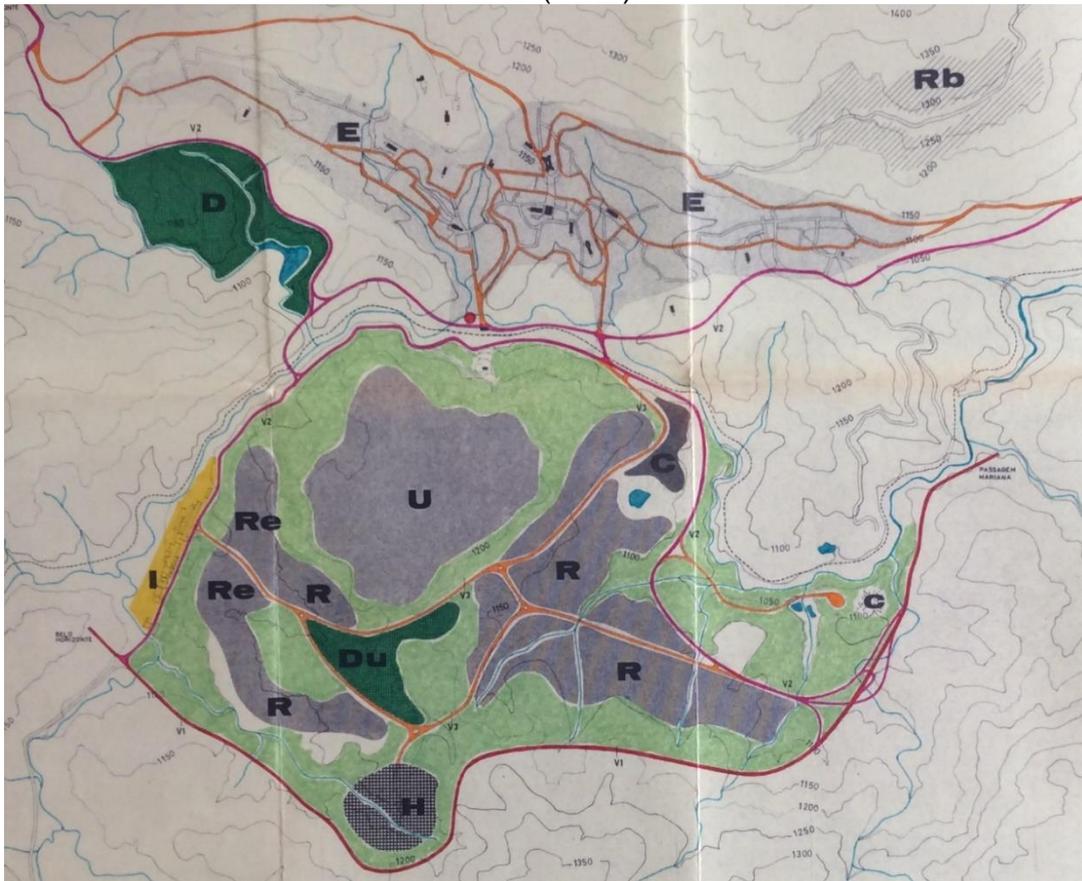
Figura 20 - Proposta de zonas *non aedificandi* e cinturão verde



Fonte: Lima (1969), Acervo IPHAN-RJ

O plano determina uma área de expansão para a região sul, em vetor de crescimento iminente, que se justifica de maneira a integrar o novo prédio da Escola de Minas, cuja construção já se iniciava no Morro do Cruzeiro; e também pelo complexo industrial, na época ALCAN, instalada em Saramenha. Na Figura 21, intitulada *Proposta de expansão e valorização*, são identificadas as zonas consideradas prioritárias: Centro Universitário (U), Centro Cívico (C) e áreas destinadas aos núcleos habitacionais (R – Zona Residencial e Re – Zona Residencial Existente a integrar). Também foi definido a Zona Hospitalar (H), áreas destinadas a parques urbanos (D e Du) e a Zona Industrial (I). O arquiteto defende a ampliação para o programa do centro universitário, porém enfatiza o cuidado necessário no gabarito das construções (LIMA, 1969, doc. 1).

Figura 21 - Proposta de expansão e valorização, elaborado por Viana de Lima (1969)



Fonte: Lima (1969), Acervo IPHAN-RJ

Ao analisar o zoneamento proposto, fica claro que o plano se fundamenta em conceitos idealizadores do pensamento moderno, numa ordem racional, funcionalista, em separação de funções, a partir de zonas articuladas por um sistema hierárquico de vias.

Com o objetivo de se criar “centros de interesse e de vida” e evitar a “morte da antiga Ouro Preto”, foram propostos equipamentos como hotéis, museus e teatros, além da indicação de imóveis degradados para recuperação e restauração, estabelecendo como prioridade os edifícios de valor histórico e estéticos (LIMA, 1969, doc. 1, p. 15). Cabe refletir que as ações se concentram em valores artísticos arquitetônicos e não parece incentivar a manutenção das residências na área central, privilegiando apropriações de equipamentos ao turismo. Ações dessa natureza acabam por aniquilar o cotidiano dos habitantes locais, ao aumentar o valor da terra e gerar fenômenos como especulação imobiliária e gentrificação.

A proposta do traçado viário se estrutura na criação de três variações de vias, cujo principal objetivo se tornou o deslocamento do trânsito pesado do núcleo urbano existente, por meio da via V1 (cor vermelha), destinada ao fluxo entre as cidades de Belo Horizonte e Mariana, como um anel externo, que também possibilitou acesso independente à zona industrial. As vias V2, de cor rosa, denominadas no plano como “percursos de penetração no aglomerado”, foram destinadas a articular o núcleo urbano consolidado e a região de expansão, convergindo para a Estação Ferroviária, onde se propôs a instalação da central rodoviária. As vias V3, em laranja, foram denominadas “vias de distribuição ou de sector”, podendo ser entendidas como vias locais. Também foram propostos parques de automóveis (LIMA, 1969, doc. 1, p. 17).

Por fim, a ideia de se estabelecer um centro cívico converge com os propósitos dos planos urbanos modernos, e sua localização foi escolhida em região que favoreceria a articulação entre o núcleo antigo e área de expansão, ou seja, seguindo os parâmetros estabelecidos de não isolar os aglomerados, ao contrário, gerar “centros de interesses comuns”, como é o caso da praça de chegada junto à rodoviária.

Em um segundo relatório, Lima (1970-1971) apresenta laudo geotécnico, em que o Prof. Clovis Verde D’Elboux, da UFOP, ressalta a instabilidade das condições geológicas do sítio, enfatizando as áreas de risco ao longo da serra, onde se instalam ocupações desordenadas, referidas como “favelas”. E ressalta ser urgente um programa de preservação, que incorpore os problemas paisagísticos e geotécnicos em áreas de ocupações urbanas.

Lima (1969) argumenta, em seu relatório, que a ausência de levantamentos aerofotogramétricos e de dados precisos demográficos e de diagnóstico, restringiu a proposta de expansão e valorização, em zoneamento e sistema viário. Ao apresentar o plano de expansão no relatório de 1970-1971, ele descreve que as cidades de Ouro Preto e Mariana possuem afinidades e patrimônios qualitativamente equivalentes, recomendando a elaboração de um estudo integrado, visando a renovação e valorização das duas cidades.

A tentativa de mudança no tratamento dos conjuntos urbanos se inicia na década de 1970, quando os debates internacionais sobre a conservação urbana começam a se manifestar no cenário nacional e ações interministeriais criam o Programa de Cidades Históricas (PCH)⁴² em 1975, no entendimento que a cidade não poderia ser pensada como *obra de arte*, mas precisava ser incorporado seu caráter dinâmico. E foi nesse contexto, no âmbito do PCH, que a Fundação João Pinheiro desenvolveu o segundo plano urbano para Ouro Preto (CASTRIOTA, 2009).

O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, publicado pela Fundação João Pinheiro, em 1975, foi elaborado por uma equipe multidisciplinar e contou com as consultorias do arquiteto português Viana de Lima, autor do primeiro plano, e do paisagista Roberto Burle Marx. A proposta teve como premissa um planejamento regional, incorporando as cidades de Ouro Preto e Mariana e se baseou em um extenso diagnóstico, proveniente de levantamentos físicos-territoriais, além de aspectos sociais, econômicos, de infraestrutura e institucional. Segundo os dados demográficos apresentados no plano, a população do município de Ouro Preto subiu consideravelmente em vinte anos, passando do total de 28.299 em 1950, para 48.088 em 1970; sendo que o distrito-sede corresponde a 8.751 em 1950, subindo para 25.252 em 1970. As análises assinalam que na primeira década houve uma maior migração das áreas rurais dos distritos para o centro urbano, e na década seguinte, a migração foi proveniente, em maior parte, de outros municípios.

No diagnóstico do Plano da Fundação João Pinheiro (1975) convencionou-se chamar a área histórica de Zona de Estrutura Consolidada e as áreas periféricas, de ocupações recentes, como Zona em Transformação Estrutural. No caso das ocupações de encosta da Serra de Ouro Preto, que correspondem a regiões marginais, com predominância de barracos e sem infraestrutura, denominaram-se Zonas Sub Urbanizadas. Os indutores de crescimento se mostraram nas zonas industriais, em Saramenha e Fábrica de Tecidos (nesta época ainda em operação); além do campus universitário que já se instalava no Morro do Cruzeiro; e do turismo no centro consolidado. A área central foi caracterizada com forte tendência ao

⁴² O PCH, Programa de Cidades Históricas, será incorporado ao SPHAN em 1980, quando se cria a Fundação Nacional Pró-Memória.

comércio, dado que manifestou preocupação. Também faz parte do diagnóstico uma análise interurbana, que contempla a cidade de Mariana e o distrito de Passagem de Mariana.

Os espaços foram classificados em sua importância paisagística por critérios e valores funcionais, documentais e estéticos. Estabeleceu-se um método objetivo de análise da paisagem com o objetivo de estabelecer critérios de intervenção e qualificação dos espaços. Sendo assim, a paisagem no plano da Fundação João Pinheiro é tratada de maneira quantitativa, priorizando aspectos estéticos e visuais, cuja valoração é dada pela soma do valor de observação, com os valores intrínsecos de interesse cultural e de uso.

Em relação às proposições, em sua base conceitual, consideram premissas do Plano Viana de Lima, prevendo que a solução para expansão da cidade deve acontecer em regiões externas aos núcleos históricos, definidos como Zonas de Estruturas Físicas Consolidadas. O plano estabelece uma especialização funcional dos núcleos urbanos, na complementariedade das funções com as regiões vizinhas (Figura 22). A região de Saramenha foi considerada como núcleo independente, no vetor sul de crescimento, onde já se desenvolvia o setor educacional e industrial. O plano prevê tombamento para a região da Cachoeira das Andorinhas, cujo parque foi criado em 1968. Mas nada se propõe a região do Sítio Arqueológico Morro da Queimada.

O uso do solo para o município de Ouro Preto apresenta uma lógica setorial, sendo definido: área histórica, áreas a remanejar, setor administrativo, setor recreacional, setor de artesanato e a área de expansão. As áreas a remanejar devem ser urbanizadas e se referem às ocupações de encostas, como Vila Aparecida, Morro da Queimada, parte de São Sebastião, São José e parte do Veloso. O crescimento destas áreas deve ser contido com absoluto controle e tratamento paisagístico, ou seja, mantém-se a proposta de “cinturão verde”.

Figura 22 - Sistema Interurbano proposto em Plano da Fundação João Pinheiro



Fonte: Fundação João Pinheiro (1975, p. 45)

A área histórica compreende o núcleo central e os antigos arraiais da serra. Para as áreas degradadas recomenda-se o tratamento de composição paisagística para integração ao conjunto, não sendo desejável novas edificações, o que demonstra uma preocupação estética. Os usos estimulados se concentram em cultura, lazer e turismo; o comércio deve ser transferido para Passagem de Mariana, sendo admitido apenas comércio local que esteja ligado a necessidades da população como saúde, educação, religião, artesanato e similares. Os usos habitacionais, unifamiliares e coletivos se definem na área "sob absoluto controle", assim como atividades administrativas e indústrias de caráter urbano. Observa-se que o plano incentiva o turismo e desestimula residências e diversificação de usos na área central, seguindo a proposta do Plano Viana de Lima, cuja proposta se baseia em uma política de proteção, com bases cenográficas e turísticas, que acabam por aniquilar o cotidiano, promover a gentrificação e destituir de valores os lugares.

Ambos os planos não foram aprovados e implantados pela municipalidade, por desarticulações políticas. Voltar a eles se justifica para melhor conhecimento do cenário das ações patrimoniais, em sua trajetória, por meio de diagnósticos e

proposições. O reconhecimento e análise dessas propostas de conservação e preservação, deixam claro como ainda hoje se manifestam uma herança acumulada e possibilita uma melhor compreensão na ação dos gestores em suas temporaneidades. Trata-se de documentos importantes na leitura da paisagem legitimada pelos órgãos patrimoniais em seus aspectos ideológicos.

Os primeiros planos urbanos para Ouro Preto se inserem na lógica apresentada por Leite (2006, p. 88) quando, ao analisar o campo do planejamento territorial após a Segunda Guerra Mundial, conclui que a visão cenográfica da paisagem “continuava a ser vista como meio que abrigaria as ações propostas”. Sendo assim, o homem era visto como mero espectador, o que de nada se aproxima ao homem real, que para Turri (2013) é protagonista, e trabalha simultaneamente a percepção e a representação, em uma troca interativa com a natureza. Este ponto consiste no grande equívoco das ações preservacionistas da época, cuja paisagem não é reconhecida como uma construção social. Turri (2013) considera que o desafio da proteção da paisagem é encontrar um caminho que concilie conservação e desenvolvimento, entendendo a dinâmica do tempo e do espaço.

A década de 1980 será marcada por grandes mudanças no processo de redemocratização do país, culminando com a promulgação da Constituição Federal em 1988, quando será alargado o conceito de patrimônio, passando a integrar aos bens materiais, também os bens intangíveis. Além do tombamento, também se reconhece outros instrumentos de preservação como os inventários, registros, vigilância e desapropriação. De grande importância operacional será a aprovação do Estatuto das Cidades pela Lei nº. 10.257, de 2001, regulamentando instrumentos e estabelecendo diretrizes, entre elas, a importância da participação popular (CASTRIOTA, 2009).

Em 1980, o governo cria a Fundação Nacional PRÓ-MEMÓRIA, cuja presidência foi assumida por Aloísio de Magalhães, nesta época também presidente do SPHAN. O Pró-Memória teve um papel significativo neste cenário de mudanças, não apenas por viabilizar recursos e operacionalizar a gestão, mas pela natureza conceitual do patrimônio, que passa a ser considerado bens culturais, em um processo conceitual

que provém da criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC)⁴³ em 1975, quando o foco se volta a importância das referências culturais. Nesse momento, Aloísio de Magalhães coloca em pauta uma questão fundamental na gestão dos conjuntos urbanos: a importância de incorporar a comunidade ao processo. Embora extinta em 1990, significou uma mudança de pensamento, contribuindo para as ações que se seguem (SIMÃO, 2006; FONSECA, 2005). O entendimento da abordagem do patrimônio por meio da referência cultural é de grande importância para este trabalho. Esse conceito foi resgatado recentemente pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000), cuja definição respalda a tese da necessidade em se pensar a conservação da paisagem, a partir da comunidade e dos valores e sentidos a que se conferem. Nota-se que o grande problema consiste na desarticulação dos órgãos em todas as esferas, também em função de mudanças políticas.

Em meio ao quadro de expansão urbana e ocupação desordenada da cidade de Ouro Preto, o governo brasileiro, por meio do SPHAN, apresenta pedido de candidatura da cidade de Ouro Preto à UNESCO. Em 5 de setembro de 1980, foi concedido à Ouro Preto o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, segundo os seguintes critérios assinalados:

- i. Representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- iii. Aportar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido (UNESCO, n.d., tradução nossa)⁴⁴.

O reconhecimento da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade fortalece as ações de preservação naquele momento. Cabe registrar que, segundo dados da UNESCO (n.d.), em relação à integridade:

⁴³ O CNRC, Centro Nacional de Referências Culturais, foi criado em 1975 por Aloísio de Magalhães e tinha como conceito base a referência cultural, ou seja, na compreensão de que a referência não consiste nos objetos em si, mas nas referências atribuídas a eles. O CNRC vai se fundir em 1979 ao IPHAN, quando Aloísio de Magalhães se torna presidente. Passava a se configurar um cenário favorável a grandes mudanças pelo enfoque dado, se não fosse a morte de Aloísio em 1982. E a questão do patrimônio imaterial no Brasil será retomada bem mais adiante, institucionalizada pelo Decreto nº. 3.551/2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (FONSECA, 2005).

⁴⁴ UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/124/>>. (Acesso em: 24 ago. 2019.)

A cidade histórica é vulnerável ao crescimento urbano, tráfego, industrialização e impacto turístico. A expansão de Ouro Preto para as encostas vizinhas, ocupando terrenos geologicamente instáveis, áreas verdes, áreas arqueológicas e espaços públicos, representa uma ameaça de danos irreversíveis ao cenário urbano (tradução nossa)⁴⁵.

Em 15 de setembro de 1986, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto será também inscrito no *Livro do Tombo Histórico* (v. I, p. 98, nº. inscrição: 512) e no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (p. 47, nº. inscrição: 98)⁴⁶. Essa ação é representativa no processo de mudança na maneira de se pensar os conjuntos urbanos, considerando que até momento Ouro Preto estava inscrita apenas no *Livro do Tombo das Belas Artes*, ou seja, a cidade era reconhecida como objeto artístico, pelos motivos expostos anteriormente.

Segundo consta em documento Informação nº. 110/1986, a inscrição da cidade de Ouro Preto no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* se justifica pela Carta de Veneza, ao reconhecer que para além do valor artístico, o acervo representa uma “paisagem urbana” e considera que “a conservação de um monumento implica a de uma moldura à sua escala” (FERREIRA, 2011, p. 116). Nesse sentido, parece fazer referência ao Art. 6º da Carta de Veneza (1964, p. 2) que recomenda “a conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala”. Nesse artigo, a referida Carta, embora de maneira pouco clara, reconhece a relação do monumento com o ambiente. A Carta de Veneza (1964, p. 2) estabelece como finalidade “salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”, fundamentando-se nas teorias brandianas⁴⁷, o que motivou a inserção do conjunto de Ouro Preto também no *Livro do Tombo Histórico*. Nota-se que mesmo com o avanço em reconhecer o conjunto urbano, permanece o conceito de objeto estético e a imprecisão na definição de paisagem, que parece se caracterizar na justaposição de partes independentes, conjunto urbano (monumentos) e natureza ao fundo.

⁴⁵ UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/124/>>. (Acesso em: 24 ago. 2019.)

⁴⁶ IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1293>>. (Acesso em: 28 ago. 2019.)

⁴⁷ A Carta de Veneza se fundamenta no restauro crítico e indiretamente nos preceitos do italiano Cesare Brandi. Roberto Pane, no Congresso de Veneza à Cesare Brandi, que, em 1963, publicou dois textos: o verbete “Restauro”, na *Enciclopedia Universale dell’Arte*; e *Teoria da Restauração*. Cabe destacar que a Carta de Veneza se configura como documento basilar, reconhecido pelo ICOMOS/UNESCO (KHÜL, 2010, p. 295).

Ainda conforme Ferreira (2011), o Telex (061) 2743, de 19 de agosto de 1986, indica a incorporação da região da Serra de Ouro Preto ao tombamento, descrevendo a importância pela manutenção da “moldura paisagística” da cidade, sendo, portanto, incorporada à delimitação do perímetro de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, concluído em 1991. Cabe registrar, que nesse momento a serra já se encontrava com ocupações consolidadas.

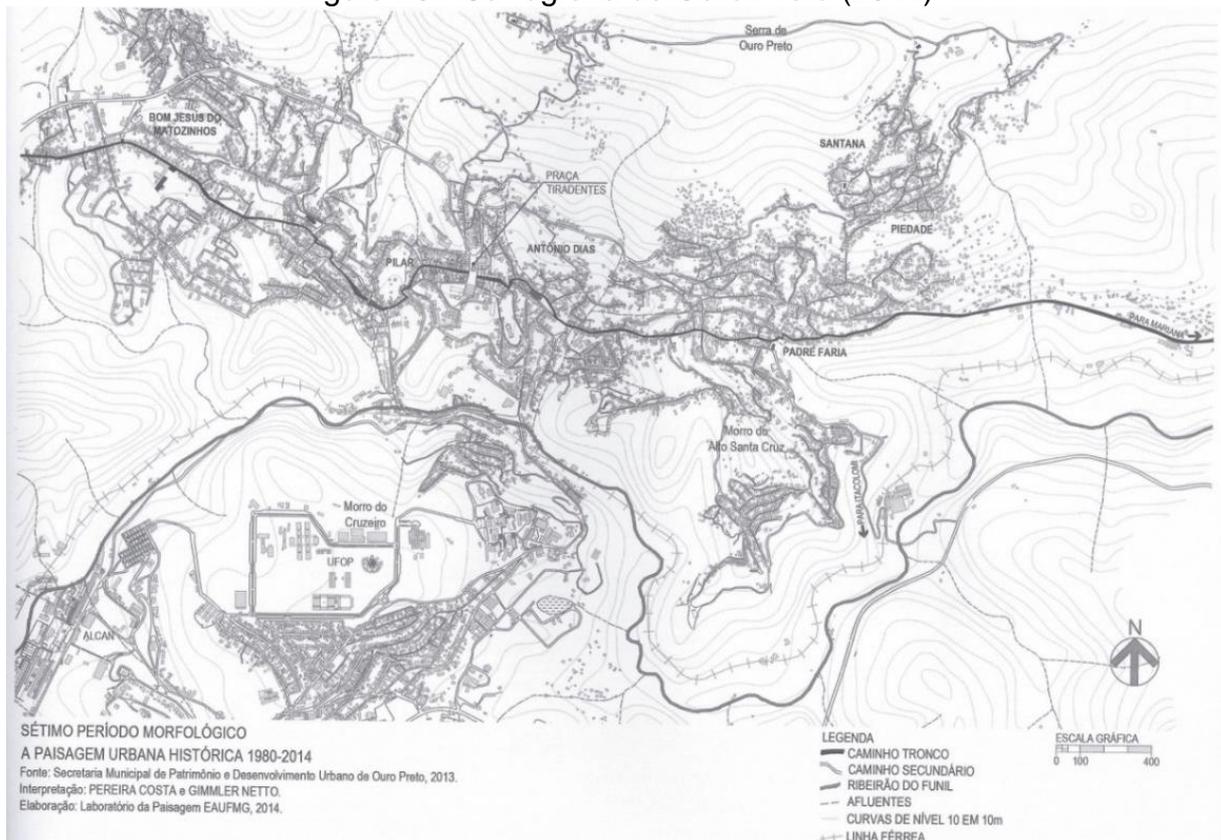
Certamente, a paisagem também incorpora a experiência do olhar, mas, se o objetivo é a valorização e a conservação, torna-se necessário desconstruir a imagem das montanhas como mero fundo e “moldura verde” e entender essa paisagem real, de encontro do homem com a natureza, para além dos aspectos naturalistas, considerando sua experiência estética e ambiental como receptáculo cultural. Torna-se fundamental que os estudos relativos à paisagem incorporem os aspectos reais, fazendo uma leitura a partir da apreciação e do juízo crítico. Diante da realidade dos fatos, torna-se arriscado continuar em propostas idealizadoras, com base em crenças e fatos que não mais condizem com a realidade. Ao retomar os conceitos apresentados por Coelho Neto (2012), a ideologia consiste em relacionamento entre consciência e objetos, ou seja, deve se basear nas “condições reais de existência”.

2.4 Expansões urbanas na formação de uma paisagem real

Até a década de 1990, as ações foram pontuais e não passaram de tentativas e desenvolvimento de planos não implantados, que hoje se tornaram material de pesquisa para compreensão das ideologias propostas. Sendo assim, a cidade continua a se expandir, sem nenhum planejamento urbano territorial. A cartografia apresentada na Figura 23, produzida por Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), corresponde à fase de 1980 a 2014, intitulada pelos autores como *sétimo período morfológico*. Nota-se que, em relação à cartografia de 1979 (Figura 19) houve uma grande expansão urbana, o que certamente acaba por conferir novas centralidades e polaridades na cidade, como bem analisa Pereira Costa e Gimmler Netto (2015). O

conjunto urbano se expande de forma considerável em direção ao vetor sul, na região do Morro do Cruzeiro, com o estabelecimento de uma nova centralidade de comércio, serviços e áreas residenciais, não apenas junto à universidade e na região da Lagoa do Gamba, mas também nas proximidades do núcleo industrial e áreas adjacentes à Serra do Itacolomi. O adensamento do núcleo central se acentuou ainda mais, em especial na região do Padre Faria e Alto da Cruz. De grande impacto foi o aumento das ocupações ao longo da encosta, nas regiões dos bairros Piedade, Morro Santana, Morro da Queimada (região entre o morro Santana e o São Sebastião) e na região do Veloso (porção superior à esquerda). O bairro Nossa Senhora de Lourdes, à esquerda da região da Capela de Bom Jesus do Matosinhos, desenvolve-se como alternativa a ocupação próxima ao centro, e de baixo impacto visual.

Figura 23 - Cartografia de Ouro Preto (2014)



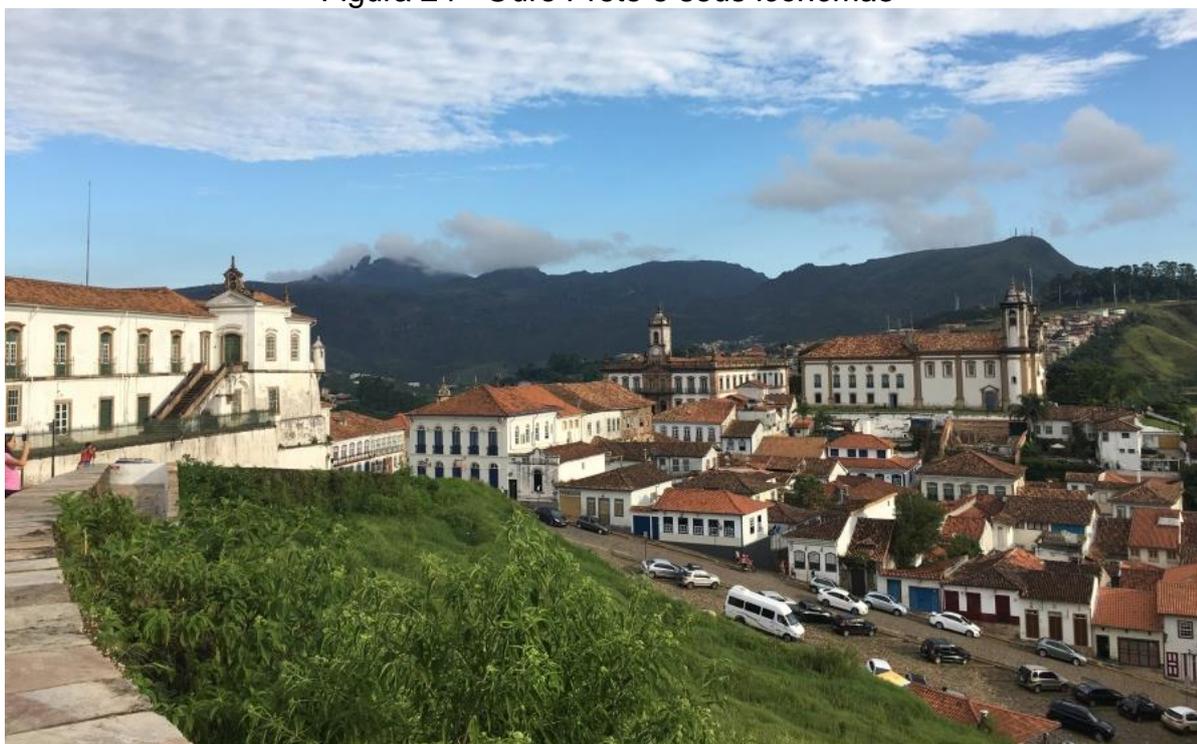
Fonte: Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 97)

O processo demonstrado da expansão urbana de Ouro Preto revela o quadro desolador das ocupações, em especial nas áreas de encosta, onde populações em situações de vulnerabilidade se instalam em terrenos geologicamente instáveis, que

também consistem em sítios arqueológicos e unidades de conservação ambiental. Soma-se a essas questões, a estética da paisagem, em seus aspectos identitários e referenciais, que conferem a legibilidade do território, tão bem apresentado por Turri (2013) e Bonésio (2013a).

A paisagem de Ouro Preto é composta por um conjunto de *iconemas*, símbolos e signos, elementos culturais significativos que revelam uma construção social, associada à natureza (Figura 24). Como demonstrado em seu processo de formação urbana, os monumentos adquirem posicionamento estratégico na paisagem, sendo aspectos importantes na organização e hierarquização dos espaços, conforme definições de Teixeira (2012), conformando perspectivas diferenciadas, em um casamento perfeito com os elementos naturais. A cidade com seu casario se adapta e se entrelaça às condições físicas, de forma harmônica, em sua matriz natural.

Figura 24 - Ouro Preto e seus *iconemas*



Fonte: Acervo da autora

Turri (2013, p. 180), quando aborda o dilema entre a legitimidade da transformação e o compromisso da proteção, reconhece o desafio de buscar meios de conservação que não estabeleçam o “bloqueio do tempo e da história”. O autor defende que o planejamento deve utilizar da paisagem e de seus aspectos identitários, os

iconemas, como referencial de projeto. Tais aspectos de identidade cultural devem ser tratados como “objeto sagrado”, o *genius loci* a se preservar para garantia da legibilidade do território em sua “ordem, tanto fisiológica como funcional” em seus aspectos estéticos e afetivos.

As análises de Baeta (2014), embora se restrinjam ao ambiente cenográfico e contemplativo, revelam uma experiência do olhar ao destacar a importância do meio físico, que confere perspectivas diferenciadas e o papel das igrejas que meticulosamente posicionadas, conferem legibilidade e dramaticidade à cidade barroca. A descrição do autor, ainda que se configure em uma representação de espaço conforme definições de Assunto (2013b), e neste momento interesse a análise da paisagem real, demonstra com sensibilidade a imagem que se materializa no imaginário, sendo os *iconemas*, as representações simbólicas e resgatadas:

[...] a posição destes edifícios no cume dos morros, com a moldura verde das serras atrás e a grande luminosidade do céu de Ouro Preto, ao fundo, oferece muitas das imagens mais dramáticas. É como se o morro funcionasse como suporte – como peanha onde se colocaria a imagem sagrada composta pela igreja com as suas altas torres. Por outro lado, as montanhas verdes dispostas por detrás dos monumentos religiosos assumem um contraste exuberante com a verticalidade das torres e com as paredes brancas caídas que envolvem o templo – contraste enfatizado pela suavidade dos contornos orográficos, característica comum ao relevo das Minas Gerais (BAETA, 2014, p. 158).

Nessa perspectiva, destaca-se também as colocações de Telles (1997-2000) ao descrever o sítio de Ouro Preto pela experiência do olhar. Embora o relato também se aproxime de uma paisagem representada, romântica e artializada, caracterizando-a como pitoresca (ROGER, 2013), o autor analisa como o relevo confere o inesperado, em uma variedade de “pontos de vista” (COLLOT, 2012), e assim como Baeta (2014), descreve a arquitetura incorporada em seu ambiente natural, ao destacar o posicionamento dos edifícios, em uma topografia sinuosa e montanhosa:

As sinuosidades dos traçados e os fortes aclives dos logradouros conferem excepcional irregularidade aos conjuntos edificados. Essa irregularidade é ainda mais acentuada pelo fato de as casas se apresentarem coladas umas às outras e contarem com número variado de pisos, sem qualquer ordenação definida. Esse conjunto de fatores produz, nos logradouros da cidade, nas ruas, becos e praças, um forte sentido pitoresco [...]. A inserção

das igrejas e capelas nesta paisagem urbana – seja daquelas localizadas em pontos altos do sítio (São Francisco de Paula, São José, Santa Efigênia e capelas do alto da serra), seja das localizadas especificamente na trama urbana (as duas paroquiais já citadas, capelas do Carmo, de São Francisco de Assis, do Rosário, ou as duas Mercês) – ainda mais acentua a extrema variedade, a riqueza dos pontos de vista e o pitoresco do sítio urbano de Ouro Preto (TELLES, 1997-2000, p. 46).

Esses relatos se fazem importantes por duas questões, inicialmente para a compreensão estética da paisagem, cujo aspecto também se faz necessário, desde que se revele como elementos reais da paisagem; e por outro lado, porque revelam imagens que se configuram no imaginário da comunidade e estabelecem memórias e identidades, como os elementos estruturantes indicados por Bonésio (2013a), o que se confirma adiante, nas narrativas de paisagens em experiências do Morro da Queimada.

O desafio assinalado por Leite (2006) consiste em encontrar o equilíbrio de uma análise estética e funcional. A paisagem deve ser pensada a partir de sua preexistência, considerando as variáveis naturais que se constituem símbolos e os aspectos sociais que as moldaram ao longo do tempo, atribuindo significados ao lugar (LEITE, 2006). Nessa perspectiva reside a questão da paisagem na cidade de Ouro Preto, construída em meio às montanhas da Serra do Espinhaço e permeada de natureza, mas, sobretudo, moldada pela sociedade e marcada culturalmente pelo processo de urbanização ao longo tempo.

Leite (2015) define que a paisagem, a partir da experiência do olhar, busca a organização do visível e, embora mantenha a dimensão subjetiva e onírica, rejeita o idealizado ao se basear em situações irreais. Em bases filosóficas, considera-se como:

[...] um processo que elabora relações de paisagem entre vários lugares organizados. É esta a real dimensão paisagística de um território, porque recusa representações parciais e idealizadas, que buscam no passado a organização de seu futuro, estabelecendo, com a natureza de um lugar, relações imaginárias e eventualmente desejadas, mas irreais (LEITE, 2015, p. 5).

Leite (2015) salienta que a paisagem atual se mostra cada vez mais real, ou seja, ameaçada pelos problemas recorrentes da sociedade contemporânea. Essa

realidade inibe o poder onírico, a imaginação, enquanto categoria de pensamento. Entretanto, como local do encontro entre natureza e cultura, continua a se apresentar como instrumento civilizatório e nesse ponto reside o encanto desta temática.

Esta é uma questão colocada: será que o processo de ocupação nas encostas já rompeu com a ordem estética e funcional e comprometeu a legibilidade da paisagem? As narrativas enquanto instrumento de análise da paisagem do estudo de caso, vai trazer algumas respostas a esta questão. A Figura 25 retrata a Serra de Ouro Preto a partir do Morro do Cruzeiro, sendo notável o processo de ocupação da encosta nas regiões dos bairros Morro da Queimada, Santana e Piedade.

Figura 25 - Vista da Serra de Ouro Preto a partir do Morro do Cruzeiro



Fonte: Acervo da autora

A fotografia da Figura 26 foi tirada a partir do bairro Morro Santana, sendo possível notar a extensa área de ocupação, desde a região da Igreja de Santa Efigênia, descendo para o Padre Faria e subindo para o Alto da Cruz (porção superior à esquerda). Pode-se verificar a ocupação do Morro do Cruzeiro (na porção superior à direita), podendo-se avistar o Campus universitário atrás dos eucaliptos à direita. Ao fundo notam-se ocupações na região próxima à Rodovia Melo Franco de Andrade, voltadas para a Serra do Itacolomi.

Figura 26 - Vista dos bairros de Santa Efigênia, Padre Faria e Alto da Cruz



Fonte: Acervo da autora

Outro fato é a desenfreada ocupação no fundo de quadra, o que desconfigura os remanescentes do traçado urbano colonial, com seus lotes estreitos, compridos, com áreas verdes na parte posterior do terreno, como se pode notar em imagens do bairro Antônio Dias (Figuras 27 e 28) e na ladeira de Santa Efigênia (Figuras 5 e 6).

Figura 27 - Bairro de Antônio Dias
(década de 1940)



Fonte: Acervo Luiz Fontana

Figura 28 - Bairro de Antônio Dias



Fonte: Anderson Tomé (2014)

Jacques Le Goff (1998), em seu livro *Por amor às cidades*, destaca que até o século XIX resiste nas cidades certa atividade rural, por meio dos quintais com pomares, hortas e jardins. A desruralização, a industrialização e os meios de produção acabam por desestimular a prática e surgem alternativas de abastecimento a partir dos mercados. O autor apresenta o tema no contexto do fim da idade média, em

meio a um ordenamento da natureza e da agricultura no ambiente urbano, defendendo o ideal de uma cidade permeada pelos elementos naturais. Ainda segundo Le Goff (1998), o processo de desindustrialização no século XX leva algumas cidades a resgatarem essa prática rural no espaço urbano. No caso de Ouro Preto, os quintais desempenharam uma importante função ao longo do século XVIII e XIX, mas foram gradativamente desqualificados.

Cabe destacar que os quintais carregam em si significados que ultrapassam os aspectos materiais, de natureza biológica e ambiental, também fundamentais na configuração da paisagem. Mas, sobretudo, são locais de manifestação da prática cotidiana, dos encontros, da sociabilidade, da produção, do cultivo, da permanência, da contemplação, ou seja, locais de manifestação da vida. Os quintais são construções sociais, culturais, locais de expressão de um patrimônio intangível, elemento constituinte e fundamental da paisagem de Ouro Preto.

Certamente, na realidade das ocupações de encostas, embora modifiquem uma ordem e uma lógica física e funcional, comprometendo de maneira significativa a experiência estética do ambiente, há de se reconhecer significados e práticas culturais, incorporadas nos sujeitos que produzem esse espaço. Nesse sentido, o caminho para conter e subverter essa expansão, seja explorar os aspectos intangíveis e as potencialidades, tanto do território, como de seus sujeitos, numa tentativa de “desconstrução” deste processo, termo este empregado por Leite (2006).

A paisagem real aqui apresentada é compreendida na construção de uma categoria de pensamento, entendendo como Assunto (2013b) que se trata de um *espaço*, onde a experiência estética acontece na reciprocidade à natureza. Também se encontra em consonância com Berleant (2013) ao definir a paisagem como “ambiente vivido”, cuja experiência estética se revela por meio de “comprometimento ativo” ao meio. E reconhece a pertinência das teorias de Berque (2013b) ao estabelecer a *trajectiva*, entre a natureza enquanto sujeito, mediante uma cultura predicativa. Essas reflexões se fazem pertinentes somadas a leitura de Turri (2013), uma vez que ele entende a paisagem como “território vivido”, metaforicamente como um “teatro da coletividade”, construído por uma experiência social. Cabe destacar

que Berque (2013a, p. 198), ao refletir sobre a “urgência da paisagem”, destaca os valores humanos, entendendo que:

[...] não é apenas como seres vivos que temos necessidade de uma certa qualidade ambiental (a da água que bebemos, a do ar que respiramos etc.), é também como seres sociais, porque o vínculo social desfaz-se quando o ambiente perde o seu sentido.

Sabe-se que hoje o traçado original do século XVIII se mistura em meio à expansão urbana, ocupações e novos parcelamentos, que pouco estabelece relação ao antigo núcleo urbano. As construções religiosas e monumentais reconhecidas como pontos de referência e elementos estruturados compõem um ambiente cultural e natural em transformação. Torna-se fundamental que os estudos relativos à paisagem incorporem os aspectos reais, fazendo uma leitura a partir da apreciação e do juízo crítico.

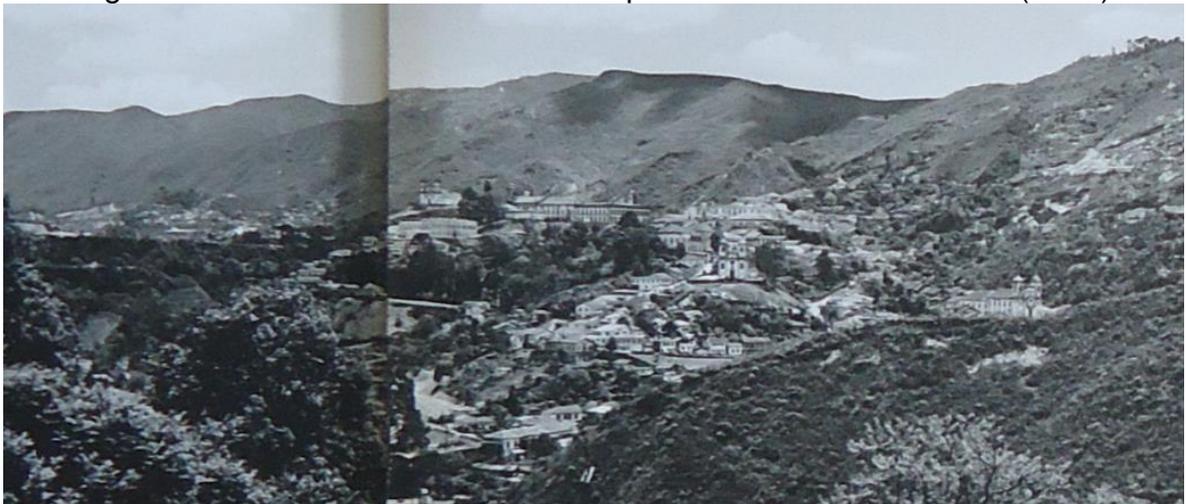
Certamente, os maiores problemas para preservação da paisagem em Ouro Preto consistem na ocupação da serra. Leite (2015) recorre às reflexões de Foucault, e constata que, quando a natureza se mostra em vulnerabilidade, ela se manifesta na desestabilização da ordem. No caso das encostas, as questões ultrapassam a experiência estética, ao conferir um quadro socialmente e culturalmente impactante de uma paisagem necessariamente real, em grande parte em áreas de risco eminente.

A seguir, será apresentada uma análise comparativa por meio de imagens, das transformações ocorridas desde 1969 até os dias atuais. Para tanto, foram utilizadas algumas fotografias realizadas para elaboração do plano urbano por Viana de Lima, em 1969. As análises foram realizadas comparando com fotografias atuais da cidade de Ouro Preto, a partir dos mesmos pontos de vista. E não foi surpreendente que para se encontrar o ângulo aproximado da imagem, os elementos referenciais foram as igrejas, cujos adros também foram escolhidos em alguns antigos registros como ponto do espectador, ou seja, para se determinar o ângulo de visada da paisagem.

Os registros das imagens, Figuras 29 e 30, foram feitos descendo a ladeira do Gambá, tendo à frente a Serra de Ouro Preto, onde se originaram os primeiros

arraiais mineradores. É notável o posicionamento dos monumentos na paisagem retratada. No alto, na parte central, está a Praça Tiradentes, antigo Morro de Santa Quitéria. A Igreja mais ao alto é a Capela de São Francisco de Paula. A foto de 1969 foi tirada em meio à vegetação mais densa, pois essa ladeira estava sendo calçada na época, para acesso ao novo centro universitário. Nota-se hoje um maior adensamento no núcleo histórico, de maneira mais acentuada nas regiões da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (posicionada de frente) e da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na lateral direita. Também se percebe a expansão da ocupação na encosta da serra, embora o ângulo não seja favorável para essa análise, de forma acentuada na região do Veloso (à esquerda) e de maneira mais espaçada no antigo Morro do Pascoal, na lateral direita.

Figura 29 - Vista do núcleo histórico a partir da ladeira do Gambá (1969)



Fonte: Lima (1969)

Figura 30 - Vista do núcleo histórico a partir da ladeira do Gambá (2018)



Fonte: Acervo da autora

O segundo enquadramento (Figuras 31 e 32) foi feito a partir do mirante da Capela de Santa Efigênia, onde se avista o bairro de Antônio Dias e a Praça Tiradentes, antigo Morro de Santa Quitéria, no alto e ao fundo. Os monumentos que se destacam na paisagem são: a Matriz do Antônio Dias na parte central; a Capela de São Francisco de Paula na porção superior à direita, e logo abaixo dela, a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e o antigo Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas); e a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência) na parte superior à esquerda, tendo ao fundo as torres da Capela da Ordem Terceira do Carmo, e logo abaixo, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Figura 31 - Vista do Antônio Dias a partir do mirante da Igreja de Santa Efigênia (1961)



Fonte: Hans Mann (1961)

Neste caso, foi utilizado como imagem comparativa um registro de 1961, anterior ao Plano de Viana de Lima. É notório o maior adensamento no bairro de Antônio Dias, com ocupação de novas regiões e, sobretudo, em região dos tradicionais quintais,

resultado de desmembramentos e ocupações informais ao longo dos anos. Ao fundo, na encosta da serra, é possível avistar a direita, a expansão da ocupação do bairro do Veloso, logo atrás da Capela de São Francisco de Paula. E na porção central ao fundo nota-se um maior adensamento na região do Pilar em direção ao bairro Cabeças. Atrás das montanhas, ao fundo, onde se desenvolve o novo conjunto residencial Nossa Senhora de Lourdes, já se podem notar os prédios mais altos.

Figura 32 - Vista do Antônio Dias a partir do mirante da Igreja de Santa Efigênia

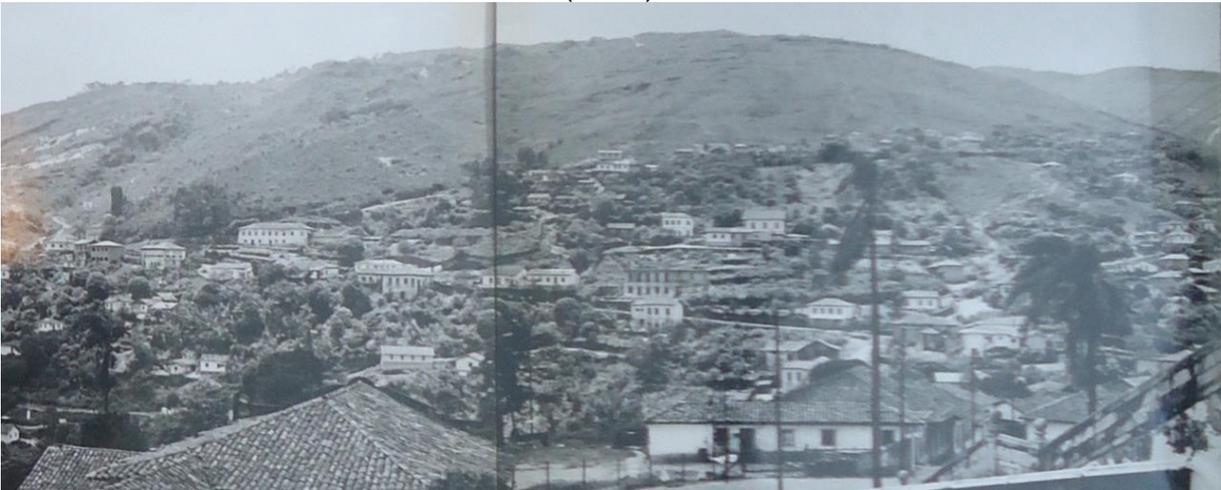


Fonte: Acervo da autora

As Figuras 33 e 34 retratam a encosta da Serra de Ouro Preto, a partir do adro da Capela de Santa Efigênia, onde é possível observar a ocupação do bairro Morro da Queimada, que avançou em direção ao sítio arqueológico, onde atualmente se criou o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada. É surpreendente o aumento da ocupação ao longo da encosta. A paisagem aqui representada pode ser entendida a partir das definições de Assunto (2013a), como natureza modificada, considerando que o ambiente cultural exprime uma marca ao território, configurando a paisagem. Também pode ser compreendido como uma construção social, reflexo de uma realidade, diante de processos de urbanização, quando não se contempla planejamento e desenvolvimento social e econômico sustentáveis e de bases culturais.

O processo de ocupação nas encostas altera uma ordem estética e pode comprometer a legibilidade da paisagem. Para Berleant (2013), em uma experiência estética do ambiente por meio de apreciação e juízo crítico, o homem em sua percepção e sensibilidade pode se abalar na identificação de uma aparente “desordem” quando não mais se reconhece em suas tradições e significados.

Figura 33 - Vista da Serra de Ouro Preto a partir do adro da Igreja de Santa Efigênia (1969)



Fonte: Lima (1969)

Figura 34 - Vista da Serra de Ouro Preto a partir do adro da Igreja de Santa Efigênia (2018)



Fonte: Acervo da autora

A paisagem retratada nas Figuras 35 e 36 foi obtida a partir do adro da Capela de São Francisco de Paula em direção a Serra do Itacolomi, tendo à frente a Capela de São José e ao fundo, na parte central, a região da estação ferroviária. Viana de Lima, em seus estudos, realça de amarelo as recentes ocupações de 1969 nas encostas do Morro do Cruzeiro. Na foto atual é possível perceber o avanço da ocupação do bairro Vila Aparecida, nas encostas do Morro do Cruzeiro, onde se implantou, na parte mais alta, o campus universitário, hoje escondido atrás do plantio de eucaliptos. Parte do centro foi encoberta pela vegetação, que se configura na região do antigo Horto Botânico.

Figura 35 - Vista da Vila Aparecida a partir da Igreja de São Francisco de Paula (1969)



Fonte: Lima (1969)

Figura 36 - Vista da Vila Aparecida a partir da Igreja de São Francisco de Paula (2018)



Fonte: Acervo da autora

O enquadramento paisagístico das Figuras 37 e 38 foi realizado a partir das Lajes, no caminho para Mariana, em direção ao Morro do Cruzeiro. Pode-se observar a antiga freguesia do Antônio dias, tendo em primeiro plano a vista da lateral da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Ao fundo também se destacam duas igrejas, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, à direita; e a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, à esquerda. Na foto recente, se observa o maior adensamento do sítio histórico, em especial nos fundos de quadra e na região do bairro da Barra, local de subida da ladeira do Gambá. É notório o avanço da ocupação no bairro Vila Aparecida, nas encostas do Morro do Cruzeiro, onde Viana de Lima destaca de amarelo as ocupações que já existiam em 1969. Ao alto do Morro do Cruzeiro se esconde por detrás de um plantio de eucalipto, o campus universitário, que já começava a ser implantado na época do Plano de Viana de Lima.

Figura 37 - Vista do Antônio Dias a partir das Lajes (1969)



Fonte: Lima (1969)

Figura 38 - Vista do Antônio Dias a partir das Lajes (2018)



Fonte: Acervo da autora

Os registros que se seguem (Figuras 39 e 40) foram feitos a partir da descida da Rua Nova, de onde se avista a Serra do Itacolomi. A Praça Tiradentes, implantada no antigo Morro de Santa Quitéria, mostra-se ao fundo marcada pela monumental

antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência. Ao lado direito, a Capela da Ordem Terceira do Carmo continua a se revelar no conjunto, por sua privilegiada localização. Destaca-se, na foto atual, o adensamento da Vila Aparecida, nas encostas do Morro do Cruzeiro, fazendo fundo ao Museu da Inconfidência.

Figura 39 - Vista da Praça Tiradentes a partir da Rua Nova (1969)



Fonte: Lima (1969)

Figura 40 - Vista da Praça Tiradentes a partir da Rua Nova (2018)



Fonte: Acervo da autora

A partir das imagens analisadas, pode-se dizer que, em determinados ângulos, as ocupações de alguma maneira desestabilizam uma ordem estética. Por meio de

uma experiência estética de apreciação e juízo crítico, as imagens inquietam o espectador mais atento, ao abalar uma ordem estabelecida na paisagem, que se constitui de um conjunto de “caracteres identitários”, em meio aos elementos naturais do território. Para Turri (2013), a permanência dos *iconemas* como elementos simbólicos e referenciais é importante para manutenção da ordem fisiológica e funcional do espaço. Ao romper esta ordem, tem-se a não legibilidade da paisagem e a consequência será a ruptura do homem com suas referências simbólicas e históricas. Na metáfora da paisagem como teatro, o homem não se reconhece e não se reencontra neste território (TURRI, 2013).

Há de se reconhecer que as ocupações nas encostas também se mostram como matrizes temporais e sobreposições de práticas sociais que se materializam no espaço. Também se configuram como reflexo das políticas públicas, ou da ausência de políticas públicas efetivas, que incorporem a paisagem real. Outra questão complexa apresentada por Berleant (2013) é a valoração da paisagem, em sítios históricos. Certamente, há conflito entre valores estéticos e econômicos, sendo necessário refletir sobre os juízos normativos aplicados como proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico.

No contexto da cidade de Ouro Preto, as projeções idealizadas promovem a marginalização espacial e social em um modelo de gestão estético conservador, como se a paisagem verdadeira e viva pudesse ser embalsamada e musealizada. Por não se considerar a real dimensão normativa da paisagem, conforme assinala Berleant (2013), ironicamente, se coloca em risco o valor estético da paisagem, sendo pertinente o apontamento feito por Bonesio (2013a, p. 444) quando analisa que “a degradação estética acompanha uma decadência civil e social”.

Sendo assim, o modelo de conservação até então empregado alimenta as pressões mercadológicas e a segregação social, e entre tantos outros aspectos que caracterizam a cidade contemporânea como o processo de urbanização, crescimento populacional e o aumento da pobreza, também encontram lugar nessa cidade que, em meio às montanhas, onde se pensou legitimar um cenário estético e idealizado, apresenta-se agora aspectos significativos de uma cidade real.

2.5 A paisagem nas políticas de conservação e preservação atuais

É exactamente ao permanecer à “superfície” estética que a conservação se torna conservadorismo museológico ou turístico, que não apenas se limita, nos melhores casos, a fossilizar uma máscara da qual a vida desapareceu, mas consente e arrisca-se a incrementar a lógica fatalista segundo a qual ao destino da destruição das culturas e das paisagens não é possível verdadeiramente opor-se [...] (BONESIO, 2013a, p. 450).

Como analisado nas seções anteriores, a realidade exposta por Bonesio (2013a) na citação acima se revelou como prática nas políticas de preservação na cidade de Ouro Preto, sendo a paisagem tratada como objeto estético. Sendo assim, a região central, onde se concentra um maior conjunto de monumentos arquitetônicos, é legitimada como “centro histórico” e núcleo a se preservar numa lógica estática, sendo a serra reduzida a aspectos físicos naturais a se conservar como elemento fundamental na composição artística da cidade. A autora destaca os riscos desta política de proteção em bases museológicas e turísticas, que promovem a gentrificação, condenando a paisagem e resultando em lugares vazios de significados. Castriota (2009, p. 154), ao analisar modelos de gestão patrimonial, também constata que a questão passa pela “implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento [...]”, descrevendo o modelo de preservação que se tornou prática no Brasil desde a institucionalização da política patrimonial na década de 1930, citando como exemplo o caso de Ouro Preto, na concepção de um patrimônio constituído por uma “coleção de objetos” excepcionais, sendo a cidade vista como objeto estético e idealizado, por meio de políticas preservacionistas tradicionais que não incorporam uma dinâmica real.

Essa questão patrimonial, com base em um modelo excessivamente conservador, foi abordada pelo filósofo e sociólogo Henri-Pierre Jeudy (2005) quando apresenta os processos de patrimonialização com base na estetização urbana. O autor apresenta o processo da reflexividade que consiste na ideia de uma gestão onde a cidade e a sociedade se vê refletida em si mesma. A conservação carrega a responsabilidade da garantia da memória e, nesse sentido, o autor questiona o risco de uma transmissão de objetos de simbolismo arcaico, na espetacularização de uma

ordem patrimonial. Diante desta perspectiva, apresentam-se os riscos de se destituir e anular a vida presente.

Segundo Jeudy (2005), a abordagem contemporânea de patrimônio cultural pressupõe que para um patrimônio ser reconhecido é necessário que ele seja gerado, que a sociedade se reconheça em seus objetos, monumentos, história e cultura. É necessário “que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro” (JEUDY, 2005, p. 19). Por outro lado, torna-se necessária atenção aos aspectos mercadológicos sob o risco de apagar seus valores simbólicos. A questão passa pela seleção do que deve ser conservado e das formas de transmissão e sentidos, considerando que uma gestão contemporânea deve pressupor um desejo coletivo, cuja ordem patrimonial é expressa na identidade de uma região, o que justifica a tese e reforça seus objetivos.

Para se discutir a paisagem na trajetória das políticas de conservação de cidades como Ouro Preto é necessário questionar a ênfase atribuída à conservação do denominado “centro histórico” que, numa lógica de proteção restrita de bases ideológicas, acaba por promover processos de desestabilizações urbanas periféricas que não se restringem a ordem estética do conjunto, mas também desencadeiam sérios problemas funcionais e sociais. Giulio Carlo Argan (1993), em seu livro *História da arte como história da cidade*, apresenta importantes reflexões sobre centros históricos no capítulo “Cidade ideal e cidade real”, embora fundamentadas em contextos particulares. Para o autor a cidade é formada por um sistema de artes, em diversidade de categorias e níveis quantitativos e qualitativos, em que não mais se estabelece um critério puramente estético. Em relação ao núcleo urbano antigo, admite-se que nem tudo pode ser conservado e ao mesmo tempo a sua conservação depende da manutenção de funções e dinamismo na cidade.

Argan (1993, p. 79), embora compreenda a instrumentalidade do conceito “centro histórico”, argumenta que o termo é “teoricamente absurdo” quando se compreende que “a substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. Pôr em discussão sua historicidade global equivale a pôr em discussão o valor ou a legitimidade histórica da sociedade contemporânea [...]”. O autor analisa ainda os

riscos a que estão submetidos os “centros históricos”, considerando uma “paralisia econômica e social” e especulações imobiliárias, o que acabam promovendo uma substituição de agentes sociais originários e guardiões de uma cultura, por classes de maior poder aquisitivo, destituindo os centros de seus significados. No denominado “centro histórico” de Ouro Preto, questões desta natureza já podem ser identificadas. O autor reconhece ainda que a cidade se forma em temporalidades, sendo assim um plano diretor deve pensar a cidade de maneira global, entendendo a vivacidade necessária ao núcleo antigo que também deve ser entendido como componente ativo e incorporado ao desenvolvimento.

Cabe esclarecer que a tese não tem como propósito aprofundar questões de gestão ou mesmo de planejamento urbano e territorial, mas contextualizar de maneira breve como permanecem as imprecisões do termo paisagem nas políticas atuais do município. A análise da legislação urbana se torna necessária para um melhor entendimento da aplicabilidade dos instrumentos de preservação em vigor, no que tange a paisagem, procurando sempre que possível identificar o papel que a serra adquire no conjunto. Para tanto, inicialmente serão abordados instrumentos nacionais em vigor, associando também recomendações e indicativos de cartas patrimoniais internacionais, considerando o contexto no qual se insere a cidade de Ouro Preto.

Pode-se dizer que a categoria de paisagem é de alguma maneira considerada desde a institucionalização dos movimentos preservacionistas no Brasil, quando se cria o SPHAN e se estabelece o tombamento como instrumento de preservação. Em relação ao anteprojeto de Mário de Andrade⁴⁸, a definição de paisagem é apresentada na categoria das artes arqueológica e ameríndia como:

Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc. (MEC/IPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 57).

⁴⁸ O anteprojeto de Mário de Andrade consta no Anexo VI da publicação: IPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)> (Acesso em: 22 ago. 2019.)

E na categoria da arte popular como:

Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife etc. (MEC/IPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 57).

O anteprojeto de Mário de Andrade apresenta uma noção de arte avançada para a época por se aproximar de concepções antropológicas. A conceituação do patrimônio desta proposta inicial acaba por ser limitada no Decreto-lei nº. 25, de 1937, aos bens de natureza material, sendo a paisagem incorporada no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (FONSECA, 2005).

Fonseca (2005, p. 199) reconhece a importância em se considerar abrangentes e multidisciplinares a caracterização dos conjuntos de valor patrimonial, cuja natureza ultrapassa a alçada arquitetônica, atribuindo “relação entre o meio geográfico, natural, e os grupos humanos que ocuparam aquele solo e nele deixaram vestígios”. E assinala que esta concepção já estaria incorporada no Decreto-lei nº. 25, de 1937, quando estabelece em um só livro de tomo, os aspectos arqueológicos, etnográficos e paisagísticos.

As definições de paisagem apresentadas no anteprojeto de Mário de Andrade podem ser lidas pelas reflexões de Roger (2013) ao definir a paisagem como um processo de artialização *in situ*, cujo território se torna receptáculo de uma cultura, entretanto o conceito se restringe a vestígios arqueológicos e agenciamentos pretéritos em meio natural, não incorporando práticas culturais ativas e dinâmicas.

A paisagem no Decreto-lei é apresentada no § 2º do Art. 1º, quando da definição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconhecendo que também estão sujeitos a tombamento: “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”. Embora se reconheça os aspectos levantados por Fonseca (2005) na caracterização mais abrangente do conjunto patrimonial no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, entende-se

que, ao que tange a definição de paisagem, há imprecisões na atribuição dos conceitos, além de limitações que acompanharam o anteprojeto.

A definição estabelece uma separação entre os conceitos de ambiente natural e paisagem, distanciando da compreensão da paisagem como uma determinada parcela do “ambiente vivido” (BERLEANT, 2013), ou seja, “paisagem como forma que o ambiente confere ao território” (ASSUNTO, 2013a, p. 128). Além disso, a Paisagem se define na reciprocidade e na “trajetiva” entre homem e natureza (BERQUE, 2013a), onde também se compreende a inter-relação entre aspectos materiais e intangíveis do território, cuja construção é social e contínua. Sendo assim, o tombamento como instrumento de preservação se mostra inadequado para se pensar o caráter necessariamente dinâmico da vida e conseqüentemente não promove a conservação de paisagens patrimoniais, se não estiverem associados a instrumentos e procedimentos que incorporem a pluralidade necessária ao desenvolvimento sustentável, de base social e econômica, levando-se em conta a paisagem como ambiente natural e cultural, corroborando com Bonesio (2012) ao alertar aspectos a serem considerados nas ações.

Na trajetória do IPHAN, a paisagem apresenta, portanto, imprecisões de conceitos, além de instrumentos pouco efetivos. Recentemente se instituiu a chancela da paisagem cultural na Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009, como uma “espécie de selo de qualidade” e “instrumento de reconhecimento do valor cultural”, sendo definida no Art. 1º:

Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (Portaria IPHAN nº. 127/2009).

Na definição apresentada na portaria de 2009, a paisagem ainda que reconhecida na interação do homem com o ambiente natural é estabelecida como objeto figurativo do território, marcado por imagem representativa de uma cultura pretérita. Percebe assim uma limitação ao conceito de paisagem que não é vista em sua dinâmica viva e pela subjetividade dos atores sociais. Embora se compreenda a necessidade em estabelecer critérios para o reconhecimento de sua

patrimonialização, a caracterização do território como “peculiar” condiciona o seu reconhecimento a um aspecto singular e especial que contradiz a paisagem como categoria abrangente, cujo território modelado pelo ambiente lhe confere uma carga biológica e necessariamente cultural (BERQUE, 2013b). Nesse sentido, também parece redundante a terminologia, que poderia se delimitar paisagem.

O instrumento da chancela foi suspenso em 2017 por questões operacionais e, embora sinalize um avanço na temática, não atende às questões apresentadas, por imprecisão e delimitação do conceito de paisagem. Atualmente encontra-se aberta consulta pública da proposta⁴⁹, elaborada por um Grupo de Trabalho (GT) interdisciplinar, instituído pelo IPHAN em 2017, para revisão e atualização da chancela como instrumento normativo infralegal de reconhecimento do patrimônio cultural.

Em relação a essa nova proposta, o relatório técnico do GT (2019) registra em seus princípios e diretrizes uma discussão mais abrangente da temática, que se aproxima muito da categoria de paisagem aqui defendida, ao considerar sua essência dinâmica e temporal, a inserção participativa dos agentes sociais e sua relação com a natureza, incorporando os usos e apropriações dos espaços. O debate se amplia ao conferir aos grupos sociais o papel de atribuir sentido e referências por meio de práticas, vivências e percepções, em que se reconhece o imaginário social. O documento também apresenta como princípio a inserção e o desenvolvimento social por meio da cultura, defendendo a permanência dos grupos em contextos tradicionais e processos como a expansão urbana. Embora aponte que nem tudo possa ser considerado paisagem em um processo de patrimonialização, considera-se que o reconhecimento deve verificar dinâmicas e compreender referências culturais:

[...] verificar dinâmicas combinadas entre forças naturais e sociais, desvendar arranjos próprios, compreender referências culturais, as realidades da vida local, garantir processo participativo desde a identificação do bem, estimular o diálogo e, por meio de constante interpretação, interrelacionar os aspectos e formular coletivamente a ideia

⁴⁹ No site do IPHAN consta a minuta da proposta, o relatório técnico e um quadro comparativo das alterações. Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>>. (Acesso em: 23 ago. 2019.)

da paisagem cultural, tendo em vista suas características estruturantes e os principais valores, importantes de serem salvaguardados às gerações futuras (Relatório técnico do GT da Paisagem Cultural Brasileira, 2019, p. 5).

A proposta de revisão da chancela demonstra que a discussão se amplia consideravelmente e reforça a relevância da tese em suas categorias de análise e objetivos, que se baseiam no reconhecimento da identidade, por meio da atribuição de valores e significados culturais pela comunidade. O grupo técnico, estabelecido para revisão da chancela, confere a aplicabilidade do instrumento ao espaço, como ambiente agenciado pelo homem, onde se reconhece a dinâmica da vida, da tradição, da memória, do pertencimento e da identidade. A abordagem da paisagem como espaço se aproxima das definições de Assunto (2013b) e as diretrizes reconhecem a importância da experiência, conforme as reflexões de Berleant (2013). Entretanto, mesmo diante desta abordagem ampla e dinâmica da paisagem, a delimitação do conceito não se estabelece em consenso pelo GT, ao manter a definição anterior como uma das opções na minuta da proposta, além de uma segunda opção redigida pelo grupo técnico, que avança nos conceitos e se aproxima das diretrizes propostas no relatório:

Art. 1º (Opção 2 – Redação formulada pelo GT) Paisagem cultural brasileira é o resultado da interação entre grupos sociais e natureza, expresso por meio de práticas culturais em curso, associadas a um território específico, compondo um sistema de relações que se refere à identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Relatório técnico do GT da Paisagem Cultural Brasileira, 2019, p. 6).

Considerar também a definição de paisagem cultural da Portaria nº. 127, de 2009, como opção 1 na proposta de minuta revela ainda certa resistência e imprecisão de conceito, além de uma tendência em continuar concentrando o foco à natureza material dos objetos. Nota-se que, mesmo reconhecendo nas diretrizes as referências culturais, por vezes as definições parecem se limitar às práticas culturais, sendo que as referências necessariamente passam pelo significado das ações de preservação em valores e sentidos atribuídos pelos sujeitos, como define Londres (2000). Ainda que se reconheça no relatório que o instrumento supera as dicotomias conceituais necessárias, sendo a paisagem constituída de práticas culturais e aspectos simbólicos, além de elementos físicos, é importante que se deixe claro que

os valores não estão intrínsecos aos objetos, como destaca Chuva (2012). Sendo assim, a paisagem contém o território, mas não se configura nele, sendo esta a crítica que se faz à ênfase ao território como objeto dotado de valor. A definição de paisagem como espaço simbólico, praticado e construído, parece mais adequada na opção 2, e nesse sentido torna-se redundante manter o adjetivo cultural, sendo a paisagem cultural em seu caráter.

Ressalta-se de maneira positiva ao texto que, na definição do “objeto” a que se aplica o instrumento, a paisagem para ser chancelada deve expressar “valores culturais e identitários identificados junto aos grupos e atores sociais que vivenciam o espaço”, além de significados em “práticas cotidianas de uso e percepção do espaço”; e deve se constituir em “suporte das práticas culturais”. Esse posicionamento corrobora com os aspectos e abordagem de análise e interpretação da paisagem no estudo de caso do Morro da Queimada, que será apresentado adiante.

Vale ressaltar alguns outros aspectos discutidos pelo GT responsável pela nova proposta de instrumento, que vai ao encontro de elementos defendidos na tese. O primeiro diz respeito a “narrativa a ser estabelecida para a chancela”, como um processo de diálogo a se definir entre os atores, no início ou durante o reconhecimento da paisagem como patrimônio, em uma construção coletiva, o que demonstra um desejo de abertura e a necessidade de ações participativas, cujo IPHAN seria um ator na organização e sistematização final. Ainda que no relatório já se discuta métodos e procedimentos administrativos que devem se configurar em pactos e articulação entre órgãos públicos e sociedade para elaboração de um plano de gestão, ele não deixa claro o instrumento a ser utilizado na aproximação ao diálogo junto à comunidade. Acredita-se que a possibilidade de se reconhecer unidades de paisagem em territórios abrangentes e complexos como um sistema de unidades significativas associadas parece pertinente como metodologia. Na paisagem de Ouro Preto, o Morro da Queimada foi considerado exatamente para estudo de uma unidade de paisagem, de um todo complexo e plural que configura a paisagem da serra.

De grande importância à temática aqui tratada foi o reconhecimento pelo GT, em relatório técnico, do contexto de paisagens onde se incorporam comunidades em “situação de vulnerabilidade”, como é o caso do bairro Morro da Queimada, além de outras ocupações urbanas que se configuram na Serra de Ouro Preto. Registrou-se que nesses casos as ações devem se pautar em cautela, garantia de direitos, além de considerar posições e interesses dos atores no pacto de gestão e consequentemente no plano de gestão.

Em relação às questões apresentadas anteriormente sobre a inadequação do tombamento como instrumento de preservação da paisagem, consta em relatório do GT que não houve consenso na proposição da chancela “ressignificar as narrativas constituídas pelo tombamento ou registro”. A argumentação apresentada que “a chancela envolve a formulação de objetos diferentes do que os outros instrumentos colocam” (Relatório técnico do GT, 2019, p. 9) parece um tanto equivocada, quando se analisa realidades como a do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto, também inscrito no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Aliás, a própria abrangência do livro justifica a oportunidade de se pensar uma mudança. De qualquer maneira reconhecem que a chancela extrapola ações de conservação de bens materiais e práticas, possibilitando usos combinados de instrumentos.

Optou-se por apresentar uma análise da proposta de revisão a partir do relatório técnico do GT, para melhor compreensão dos debates e proposições. Além disso, observa-se na minuta de uma nova portaria para a chancela uma certa restrição nas temáticas e abrangências registradas no relatório, como por exemplo, não se mencionam as paisagens que incorporam grupos em vulnerabilidade e também não deixam claro nas finalidades a necessidade das ações desde o processo de identificação se pautarem em referências culturais, na expressão de valores identitários que incorporem a comunidade. Ao tratar do pacto entre os atores, o relatório faz menção a agentes privados, não mencionando a sociedade, sendo citadas apenas as comunidades tradicionais. Cabe destacar que os avanços reconhecidos no relatório do GT constam em considerações da minuta, mas merecem maior discussão no desenvolvimento da mesma.

Em relação ao contexto internacional, este certamente influencia as ações institucionalizadas do patrimônio nacional, como de fato se incorpora nas considerações da minuta de revisão da chancela, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 1972 e suas diretrizes operacionais, cuja definição da categoria de paisagem cultural estabelecida em 1992 se fundamenta na interação de natureza e cultura. A paisagem cultural foi instituída pela UNESCO como uma categoria para inclusão na lista do Patrimônio Mundial, cuja seleção deve se basear no “extraordinário valor universal e sua representatividade” (UNESCO, 1999), avançando nas classificações anteriores⁵⁰, nas quais a paisagem se restringia aos aspectos físicos biológicos do patrimônio natural. Salienta-se que as imprecisões e inconsistências ao que se refere paisagem cultural não são prerrogativas nacionais, de acordo com estudos de especialistas da área que reconhecem inconsistências nas políticas de patrimônio também internacional e indicam que a categoria precisa ser revista e atualizada, delimitando a paisagem de forma mais ampla e considerando efetivamente seu caráter dinâmico. Embora a paisagem se mostre em amplitude temática, o que permite desenvolvimento cultural associado a ações de sustentabilidade, estudos como o de Peter Fowler (2003) revelam que a UNESCO concentrou o reconhecimento nas primeiras décadas em paisagens rurais (CASTRIOTA, 2017).

As análises dos instrumentos de preservação regulamentados pelo IPHAN se fazem necessárias por se tratar de um conjunto tombado a nível federal, como descrito e analisado anteriormente e nesse sentido, as interpretações demonstraram a fragilidade, ou melhor, a inoperância do tombamento quando se refere a paisagem. Cabe destacar que as ações de conservação também não devem se restringir ao IPHAN como órgão de preservação, sendo atribuição também do poder público municipal, que não pode ser negligentes, se eximindo de suas responsabilidades em promover políticas públicas locais que incorporem planejamento e desenvolvimento sustentável, associadas a políticas e ações de conservação. No capítulo anterior foram apresentadas as primeiras tentativas de controle da expansão urbana em propostas e planos setoriais que acabaram não sendo implementados na década de 1970, exatamente por falta de articulação e aprovação do poder público municipal.

⁵⁰ A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, classificava de maneira diferenciada o patrimônio cultural e natural.

Tratam-se de planos que acabam não surtindo efeito na cidade, mas que refletem o pensamento de uma época e marcam a mudança de olhar para os núcleos urbanos. Cabe agora descrever como efetivamente se instalam e desenvolvem os planos territoriais e a legislação urbana do município, limitando-se a analisar como a paisagem se incorpora.

Durante as décadas de 1980 e 1990, alguns trabalhos foram desenvolvidos⁵¹, mas nem todos implantados, sendo necessário destacar levantamentos, carta e estudos geotécnicos, em propostas e mapeamentos de áreas de risco, que se tornam instrumentos técnicos, considerando a importância deste problema nas regiões de encosta (SIMÃO, 2006).

Conforme registra Cristina Simão (2006), em 1993, por iniciativa do poder executivo local, se formaliza um convênio entre Prefeitura Municipal de Ouro Preto, IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), IPHAN, UFOP, IEF-MG (Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais) com a finalidade de analisar projetos arquitetônicos e urbanísticos, além de coordenar o planejamento urbano territorial da cidade. Segundo analisa Simão (2006), o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) funcionava como um “conselho” voltado para questões patrimoniais e urbanas, reconhecendo ser inédito por se constituir de ação promovida pelo executivo municipal, na gestão do ex-prefeito Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, nome atuante na política de preservação. Entre as várias ações do GAT, destaca-se a proposição de legislação urbanística básica e diretrizes de intervenção. Em 1996, em meio ao final do governo e em processo de desarticulação do grupo, foram aprovadas pelo legislativo as diretrizes básicas do Plano Diretor, mas os estudos da lei de uso e ocupação do solo da área central foram interrompidos. No governo sucessor as ações acabam não se implantando e retoma-se a tradicional conduta de atuação desarticulada entre o poder municipal e o IPHAN (SIMÃO, 2006).

⁵¹ Estudo de Transportes Urbanos de Ouro Preto (1983) implantada por portaria municipal; Carta Geotécnica de Ouro Preto, elaborada pelo Prof. Edésio Teixeira de Carvalho (1985); Levantamento das áreas de risco no espaço urbano de Ouro Preto: levantamento de soluções estruturais para contenção de encostas em Ouro Preto, desenvolvido sob coordenação do Prof. Frederico Sobreira (1990); e um Plano Diretor realizado pela empresa Engearp (1991) a pedido da Prefeitura Municipal, que também não foi implantado (SIMÃO, 2006).

O primeiro Plano Diretor do Município de Ouro Preto foi instituído pela Lei Complementar n.º. 01, de 1996, e será aqui contemplado pela importância como base de todo processo. Em uma análise limitada da paisagem, alguns apontamentos merecem destaque nas disposições preliminares:

Art. 2: O conjunto artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico e ambiental de relevante valor cultural sediado no Município [...] é considerado bem inalienável de sua população, cabendo a ela exercer, de forma concorrente com as Administrações Públicas, a sua guarda, proteção e gestão (OURO PRETO, Lei complementar n.º. 01, 1996).

Seguindo definições conferidas desde o Decreto-lei de 1937, o conceito de paisagem se difere de ambiente, o que também se observa nos objetivos estratégicos e diretrizes do plano. O termo paisagístico geralmente é atribuído às condições de imagem do conjunto arquitetônico e urbanístico, sendo o ambiente natural tratado como uma “moldura paisagística” ao núcleo urbano. De maneira tradicional, a paisagem enquanto categoria é indefinida conceitualmente e parece compreendida ainda como objeto contemplativo. Mas são notáveis os avanços em proposições que visam articular preservação e desenvolvimento, além do entendimento da corresponsabilidade cidadã e da necessidade de se pensar ações participativas e sociais. Essa análise pode ser feita com base no Capítulo III, do Zoneamento, da Zona de Proteção Especial, considerando a proteção associada ao dinamismo necessário, incentivando manter a diversidade de usos compatíveis a função residencial:

Art. 18 - A Zona de Proteção Especial é composta por áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença do traçado urbanístico original, das tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar (OURO PRETO, Lei complementar n.º. 01, 1996).

A região do Morro da Queimada, nas encostas da serra, se insere em Zona de Proteção, cujo ambiente natural é considerado moldura paisagística do núcleo urbano, em pensamento ainda enraizado no ideal de cidade como obra de arte:

Art. 19 - Caracterizam-se como Zonas de Proteção as áreas não parceladas ou parcialmente parceladas, sujeitas a critérios especiais para parcelamento e ocupação, em virtude de apresentarem predominantemente as seguintes características:

- I - predominância de altas declividades e de áreas de risco geológico elevado;
- II - limitadas possibilidades de adequada articulação com as áreas ocupadas;
- III - moldura paisagística indissociável do núcleo urbano tombado ou de outras áreas preservadas;
- IV - presença de conjunto de mananciais de abastecimento de água,e
- V - presença de conjuntos paisagísticos e arqueológicos de interesse de preservação (OURO PRETO, Lei complementar n.º. 01, 1996).

O Parágrafo 2º do Art. 26 recomenda a criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, em Zona de Proteção, reconhecendo seu valor paisagístico e arqueológico. Pode-se dizer que nesse momento as ocupações de encostas já se encontram consolidadas, o que aliás já eram consideradas nessa condição desde o Plano da Fundação, em meados de 1970, que tinha como pretensão conter esse processo. Nesse sentido, a ocupação do bairro Morro da Queimada parece se inserir ao que se denominou Zona de Controle 3, em que se propõem programas especiais de regularização e melhorias urbanas:

Art. 34 - As Zonas de Controle 3 são áreas ocupadas por parcelamentos espontâneos, não regularizados, onde predominam a deficiência da infraestrutura urbana e a inadequação dos assentamentos às condições geológicas e topográficas do sítio (OURO PRETO, Lei complementar n.º. 01, 1996).

Vale destacar, no Art. 56, das “diretrizes da política de preservação do patrimônio cultural”, no primeiro apontamento: “I - tratar o espaço urbano como patrimônio cultural dinâmico, no qual os bens naturais e culturais se relacionam entre si” (OURO PRETO, 1996). Observa-se que embora exista uma inconsistência terminológica da paisagem no plano, a compreensão de seu caráter é compreendida na essência dessa diretriz proposta.

As ações de planejamento urbano municipal, interrompidas após a aprovação do Plano Diretor de 1996, serão retomadas adiante e dois fatos merecem ser destacados: a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 que estabelece diretrizes de política urbana nacional, com base em modelos participativos e do “direito social da propriedade”, garantido na Constituição Federal de 1988; e também a missão do

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁵², em 2003, para avaliar o patrimônio cultural e ambiental da cidade, sob o risco de perder o título, sob alegação de processo de descaracterização, sendo assim exigidas ações imediatas de conservação.

Nesse contexto, o IPHAN promulga a Portaria nº. 122, de 2 de abril de 2004, que “dispõe sobre as diretrizes e critérios para intervenções urbanísticas e arquitetônicas em área integrante do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, tombado em nível federal”. A Portaria faz referência ao Plano Diretor, aprovado em 1996, cuja elaboração teve efetiva participação do órgão. Seguindo a conceituação incorporada pelo órgão desde a sua criação, destaca-se o conjunto arquitetônico e urbanístico em sua “originalidade” e “unidade” que se insere em meio a “paisagem envolvente”, ou seja, a paisagem é vista como ambiente natural que delimita e ressalta os aspectos artísticos do conjunto, conforme as seguintes disposições preliminares:

Art. 4º. A notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico dá-se pela unidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui esse patrimônio cultural, bem como pela beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere.

Art. 5º. A preservação da notabilidade do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico é determinada por meio da manutenção das seguintes características:

a) quadro natural e a paisagem envolvente; [...] (IPHAN, Portaria nº. 122, de 2 de abril de 2004).

Ainda segundo a Portaria/IPHAN nº. 122, de 2004, as diretrizes se restringem ao que denominou ZPE no Plano Diretor de 1996, apresentando critérios e parâmetros urbanísticos limitados a aspectos funcionais e estéticos do que se convencionou chamar de núcleo histórico. Sendo assim, se manteve em procedimentos afastados do que se espera de conservação aliada ao desenvolvimento/dinâmicas de ocupação, também não incorporando ao instrumento diretrizes para atuação e orientações da cidade como um organismo único.

⁵² ICOMOS (*International Council of Monuments and Sites*), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, associação civil não-governamental, dedicada à proteção e conservação de monumentos e sítios, consultora da UNESCO e do Comitê do Patrimônio Mundial.

Somente em dezembro de 2006, a Lei Complementar nº. 29 estabelece o atual Plano Diretor do Município de Ouro Preto, alterada pontualmente pela Lei Complementar nº. 91, de 2010. A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) foi regulamentada pela Lei Complementar nº. 30, de 2006, revista e substituída pela Lei Complementar nº. 93, de janeiro de 2011. Em outubro de 2010, o IPHAN publica a atual Portaria nº. 312, que, substituindo a anterior, “dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal”.

Embora a Portaria do IPHAN nº. 312, de 2010, indique que os resultados obtidos são fruto de estudos conjuntos com a já extinta Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Ouro Preto, entende-se que não há consonância em parte das diretrizes, o que dificulta e causa morosidade nas análises dos processos, causando desgaste entre profissionais e comunidade. Ocorre que há algumas divergências entre os planos que nem sempre se correspondem no zoneamento, além de critérios específicos de análises que divergem na prática dos parâmetros urbanísticos, agora indicados apenas na Lei de Uso e Ocupação do Solo do município. O processo tem demonstrado dissociabilidade das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano que deveriam ser desenvolvidas em conjunto e consonância com as políticas de preservação, como ocorreu na rápida experiência do GAT na década de 1990.

O Plano Diretor de Ouro Preto, aprovado em 2006, mantém algumas definições e diretrizes do plano anterior de 1996. A paisagem enquanto categoria continua sendo apresentada de maneira limitada e como elemento visual, aparecendo também caracterizada como cultural e urbana. O plano deixa claro a separação entre patrimônio natural e patrimônio cultural em suas diretrizes de proteção, sendo positivo o reconhecimento da dinâmica temporal no espaço urbano. Curiosamente, o plano não menciona o Morro da Queimada nas diretrizes de proteção do patrimônio natural, também nada constando na abordagem cultural, embora o parque tenha sido instituído logo depois, em 2008.

Sobre a Portaria do IPHAN nº. 312, de 2010, permanecem as imprecisões na categoria de paisagem, ainda compreendida no limite da contemplação e fruição,

sendo notável a caracterização em paisagem natural e urbana. Observa-se também o interesse pela “requalificação” e qualificação da paisagem em novos loteamentos, embora não sejam estabelecidas diretrizes, e nas imprecisões de conceitos, a definição de paisagem se diferencia de espaço e de ambiente. Uma novidade da Portaria IPHAN nº. 312 são as unidades paisagísticas, que pretendem regulamentar como Planos de Ocupação Específicos na APE, os quais consistem em áreas de ocupação distinta e demandam critérios específicos de tratamento urbanístico. Seria premeditado estabelecer qualquer crítica a respeito, porque esses critérios não foram estabelecidos na portaria. Tratam-se de regiões que realmente merecem cuidados especiais e a classificação em unidades pode favorecer um diagnóstico mais preciso, embora pensa-se que as ações devem se articular de maneira compartilhada ao plano de desenvolvimento e sustentabilidade municipal. Em relação à portaria anterior de 2004, avança-se em não se limitar à APE, embora as diretrizes de ações não sejam claras e o instrumento apresente como discurso ações intergovernamentais, quando na prática as políticas públicas municipais parecem se afastar em articulações.

Em relação à classificação do zoneamento da LUOS de 2011 e a macro-setorização proposta em nova Portaria do IPHAN de 2010, as análises serão concentradas na região do objeto de estudo, além de pequena consideração da área central, constando no Apêndice A (Mapa de Zoneamento LUOS/2011 e Macro-Setorização/IPHAN/2010) uma cartografia completa do distrito-sede com a sobreposição das classificações. Cabe destacar que a Zona de Proteção Especial (ZPE) continuou sendo definida em texto do Plano Diretor, conforme caracterizado no Plano de 1996. Em sobreposição de mapas, a APE, Área de Preservação Especial, definida pelo IPHAN para o núcleo patrimonial, não corresponde exatamente à ZPE no zoneamento da LUOS que também classifica dentro do limite áreas de ZPAM e sobreposição de ZEIS. Além disso, os parâmetros urbanísticos são imprecisos, o que demonstra a necessidade de maiores estudos e diagnósticos.

O Morro da Queimada encontra-se inserido em três zonas estabelecidas no Plano Diretor de 2006, cujas subdivisões e parâmetros constam da LUOS de 2011: Zona de Proteção Ambiental (ZPAM); Zona de Adensamento Restrito (ZAR 2); e Zona de Especial Interesse Social (ZEIS 1). Já a Portaria do IPHAN nº. 312, de 2010,

estabelece uma macro-setorização, cuja região do Morro da Queimada se insere em duas áreas: APARQ (Área de Preservação Ambiental e Arqueológica) e na AP01 (Área de Preservação 01).

A ZPAM compreende a região do Parque Natural Arqueológico do Morro da Queimada e na região delimitada para estudo apresenta correspondência à APARQ, Área de Preservação Ambiental e Arqueológica, na macro-setorização do IPHAN. Em ambas as definições, no reconhecimento dos valores, a paisagem se difere do ambiente:

Art. 8º A ZPAM - Zona de Proteção Ambiental compreende as áreas que devem ser preservadas ou recuperadas em função de suas características topográficas, geológicas e ambientais de flora, fauna e recursos hídricos, e/ou pela necessidade de preservação do patrimônio arqueológico ou paisagístico (OURO PRETO, Lei complementar nº. 93, 2011).

Art. 60. Na Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental - APARQ, a ação pública de preservação do patrimônio cultural tem como objetivo promover a valorização das qualidades paisagísticas, arqueológicas e ambientais que compõem este Patrimônio Cultural, compreendendo:

- I- Os remanescentes do sistema de mineração (mundéus, bocas de minas, ruínas, infra-estrutura histórica, dentre outros) e áreas verdes de interesse histórico e/ou ambiental;
- II- A requalificação das áreas verdes integradas ao tecido urbano;
- III- A requalificação das áreas de fundos de vale e dos cursos d'água (IPHAN, Portaria nº. 312, de 20 de outubro de 2010).

Torna-se necessário destacar a questão da permissividade do adensamento em ZAR, Zonas de Adensamento Restrito, mesmo sabendo: dos limites de crescimento horizontal de bairros próximos a Zonas de Interesse Ambiental, das inadequadas condições topográficas e geológicas e da baixa infraestrutura urbana oferecida, além dos aspectos da paisagem, em ambiente natural e arqueológico. Cabe registrar que, embora nem toda ZAR-2 possua interface com a ZPE, a encosta do Morro da Queimada é visível.

ZAR-2: regiões nas quais as condições de relevo, as características de risco geológico, a geometria, a desarticulação do sistema viário ou a tendência à ocupação residencial unifamiliar exigem a adoção de parâmetros que devam ajustar e restringir o adensamento demográfico (OURO PRETO, Lei complementar nº. 93, 2011).

Bairros como o Morro da Queimada, de ocupação consolidada em encosta, encontram-se inseridos na ZAR-2, com sobreposição de ZEIS 1, que se sobrepõem de maneira favorável à política municipal de habitação, porém confere um aumento ainda maior na permissividade de adensamento:

ZEIS 1 – áreas ocupadas por habitações em condições precárias ou com predominância de loteamentos precários ou irregulares, em que haja interesse público expresso, em consonância com o Plano Diretor, com os planos regionais ou com outra lei específica, em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviços e comércio de caráter local (OURO PRETO, Lei complementar nº. 93, 2011).

Em relação à Portaria nº. 312 do IPHAN, a área de ocupação do bairro compreende à AP01, sendo estabelecidos critérios construtivos estéticos para intervenções e novas edificações. Conforme descrito anteriormente, a portaria do IPHAN deixou de apresentar parâmetros urbanísticos, passando a trabalhar com faixas edificáveis que ficam totalmente em aberto fora dos limites da ZPE.

Art. 45. A AP 01 compreende as seguintes áreas urbanizadas: Morros de Santana, São João, Piedade, Queimada, São Cristóvão, São Sebastião, São Francisco e Taquaral. Trata-se de área de urbanização antiga, situada em cota elevada, geralmente acima da curva de nível de 1200m, na encosta da Serra de Ouro Preto (IPHAN, Portaria nº. 312, de 20 de outubro de 2010).

Para além disso, a legislação urbanística atual também se encontra desatualizada, considerando que, pelo Estatuto das Cidades (2008), as revisões devem acontecer em prazo de até cinco anos. De uma maneira geral, o que se percebe são planejamentos desarticulados de uma realidade por ausência de um diagnóstico mais preciso e qualitativo, que não se limite aos aspetos estéticos e funcionais, mas incorpore programas e planos territoriais integrados de desenvolvimento econômico e social sustentável, fundamentados em aspectos culturais e ambientais, que articule toda a cidade. Ou seja, a delimitação do tema paisagem não se faz necessária apenas como discurso de uma categoria, mas a compreensão de sua real dimensão e complexidade é necessária, para que seja reflexo de diretrizes e ações efetivas, entendendo que o equilíbrio e a harmonia do que é contemplado se resultada de práticas em ambiente vivido, na inteira reciprocidade de natureza e

cultura, cuja paisagem real é exatamente o espaço produzido no cotidiano. Portanto, as ações precisam se concentrar no ser que habita o espaço da cidade.

Antes de apresentar o estudo de caso, ainda se faz necessário uma breve reflexão sobre a teoria do patrimônio que embasa a elaboração desses instrumentos e balizam as ações de conservação. A disciplina da preservação tal qual compreendemos hoje é resultado de pelo menos dois séculos de experiência e reflexões teóricas. Originalmente, as intervenções eram movidas por ordem prática e utilitária e as noções florescem no renascimento e amadurecem entre os séculos XV e XVIII. Certamente se influenciam diante das transformações decorrentes do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa e no século XIX será então marcada por teorias e experiências na área, conduzidas por emblemáticas correntes como a de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc na França e John Ruskin na Inglaterra. Gradativamente, as intervenções passam a ter motivações culturais, incorporando valores formais, históricos, simbólicos e memoriais (KÜHL, 2006).

Segundo Françoise Choay (2001), em seu clássico livro *A alegoria do Patrimônio*, Gustavo Giovannoni já no início do século XX introduzia uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano que não se distancia de um “organismo estético”, mas compreende a vida do tecido urbano. Em seus princípios encontram-se postulados importantes que se inserem nas discussões atuais:

Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (piano regolatore) local, regional, territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, “pela manutenção do caráter social da população” (CHOAY, 2001, p. 200).

As contribuições de Giovannoni ao campo do planejamento urbano foram fundamentais, considerando que sua teoria se baseava em razões práticas. Entretanto, enfrenta resistências ideológicas e muito de seus princípios não são reconhecidos e incorporados à primeira carta internacional do restauro, Carta de Atenas, de 1931. Para Choay (2001, p. 203), Giovannoni foi o único teórico do urbanismo do século XX que estabelece “a dimensão estética do estabelecimento humano”, reconhecendo nas malhas antigas o valor social e atual do seu habitar,

antecipando questões que se introduzem nas políticas patrimoniais na Europa, a partir da década de 1960.

Choay (2001) analisa a importância da integração na vida contemporânea dos centros antigos, assinalando que esta questão se desperta com a Carta de Nairóbi, de 1976, na qual se defende um tratamento “não museal” das malhas urbanas. Nesse sentido, ela descreve os efeitos perversos da “industrialização patrimonial” em um mercado de bens patrimoniais com base em um turismo que banaliza e destrói a própria cultura. Os caminhos indicados pela autora correspondem ao que se defende na tese, quando se pensa o habitar do homem na paisagem, ao reconhecer que a identidade deve ser o foco da atenção, destacando que é tempo de:

Recuperar a competência de articular espaços de vida – essa mesma competência que, ao longo dos milênios, contribuiu, num mesmo movimento, para ancorar os homens no meio natural ao qual pertencem como seres vivos, fazendo-os recomeçar sempre a instituição de sua comunidade [...] (CHOAY, 2001, p. 256).

Em relação à ampliação do termo patrimônio, a Carta de Veneza, de 1964, se fez importante, ao incorporar aos monumentos históricos, aspectos naturais e de conjuntos, ressaltando a importância também de obras modesta que tenham adquirido significação cultural. A Declaração de Amsterdã (1975), a Carta de Nairobi (1976) e a Carta de Washington (1986) indicam a Conservação Urbana Integrada que, em seu princípio, defende a incorporação da sociedade nas ações de conservação dos conjuntos, além da necessidade de se associar o desenvolvimento econômico-social. Entretanto, embora com todos os avanços, as cartas internacionais ainda tendem para uma visão eurocêntrica dos bens culturais e prevalecem centradas na figura do objeto.

Duas cartas internacionais se destacam nesse cenário de avanços e mudanças, corroborando com aspectos e valores que se reconhecem fundamentais nesta tese, ao considerar os significados e valores atribuídos pelos agentes sociais no processo: a Carta de Burra e a Carta de Cracóvia.

A Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 1999, p. 5) versa sobre a Conservação dos Sítios com Significado Cultural, reconhecendo a necessidade de envolver as pessoas nas tomadas de decisões, principalmente as diretamente associadas. Nas definições, Artigo 1, o sítio “significa lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas”. A conservação se justifica porque:

Os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registos históricos que se tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência da Austrália. [...] (Carta de Burra, 1999, p. 4).

A Carta de Cracóvia (2000), resultado de uma Conferência Internacional para definição de princípios para a conservação e restauração do patrimônio construído, define a paisagem enquanto patrimônio cultural, na interação entre o homem, a natureza e o meio físico ambiental, envolvendo valores: sociais, culturais e estéticos. Neste ponto interessa ressaltar que, além de reconhecer a conjunção de valores materiais e intangíveis, a seleção destes se faz pela comunidade, cuja identidade é a razão do patrimônio, definido como:

[...] o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a especificação do patrimônio destas é, assim, um processo que implica a selecção de valores (Carta de Cracóvia, 2000, p. 4).

Também ao encontro do que se acredita na atribuição de valores e significados pela comunidade, o Documento de Nara (UNESCO, 1994, p. 3), resultado de uma Conferência sobre autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Mundial, reconhece a diversidade e o respeito às tradições culturais e reconhece que seus critérios devem se pautar em “aspectos de forma e desenho, materiais e substâncias, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos”.

Por fim, e de grande relevância para a tese são as reflexões de Salvador Muñoz Viñas (2003), em *Teoria contemporânea da restauração*, em que ele reconhece a subjetividade das ações de conservação, destacando a pluralidade dos valores e

significados atribuídos pelos sujeitos aos bens patrimoniais. Sendo assim, qualquer que sejam as ações no campo do patrimônio, elas se fazem para as pessoas e por elas. Esse é o posicionamento central da tese, na qual se baliza a metodologia e instrumentos adotados, cujas ações devem ser respaldar também no contexto, onde o objeto se configura no processo, mas se caracteriza pelas pessoas, em representações coletivas, cujos interesses variados devem se estabelecer em campos de acordos e negociações. Nessa perspectiva, Jeudy (2005) reflete de maneira sublime o papel do objeto, fazendo referência a Jean Baudrillard, constatando que é o objeto que “nos possui”. O homem atribui a ele simbolismo e a conservação se motiva na esperança que ele transmita “o que nós fomos, conferindo-lhes certa imortalidade” (JEUDY, 2005, p. 47). E neste processo de projeção, o autor compreende:

[...] Trata-se claramente de uma relação mágica que contém o reverso de nossas projeções. O objeto absorve todas as posições do sujeito, para devolve-las como espelho de suas intenções (JEADY, 2005, p. 46).

Até o momento, as análises e interpretações se fizeram de maneira a compreender a paisagem de Ouro Preto e o contexto ao qual se insere o estudo de caso. A seguir, a tese se verticaliza na realidade do Morro da Queimada, analisando o território como uma unidade de paisagem, porém em uma metodologia que estabelece sua integração à cidade.

3 O MORRO DA QUEIMADA COMO UMA UNIDADE DA PAISAGEM

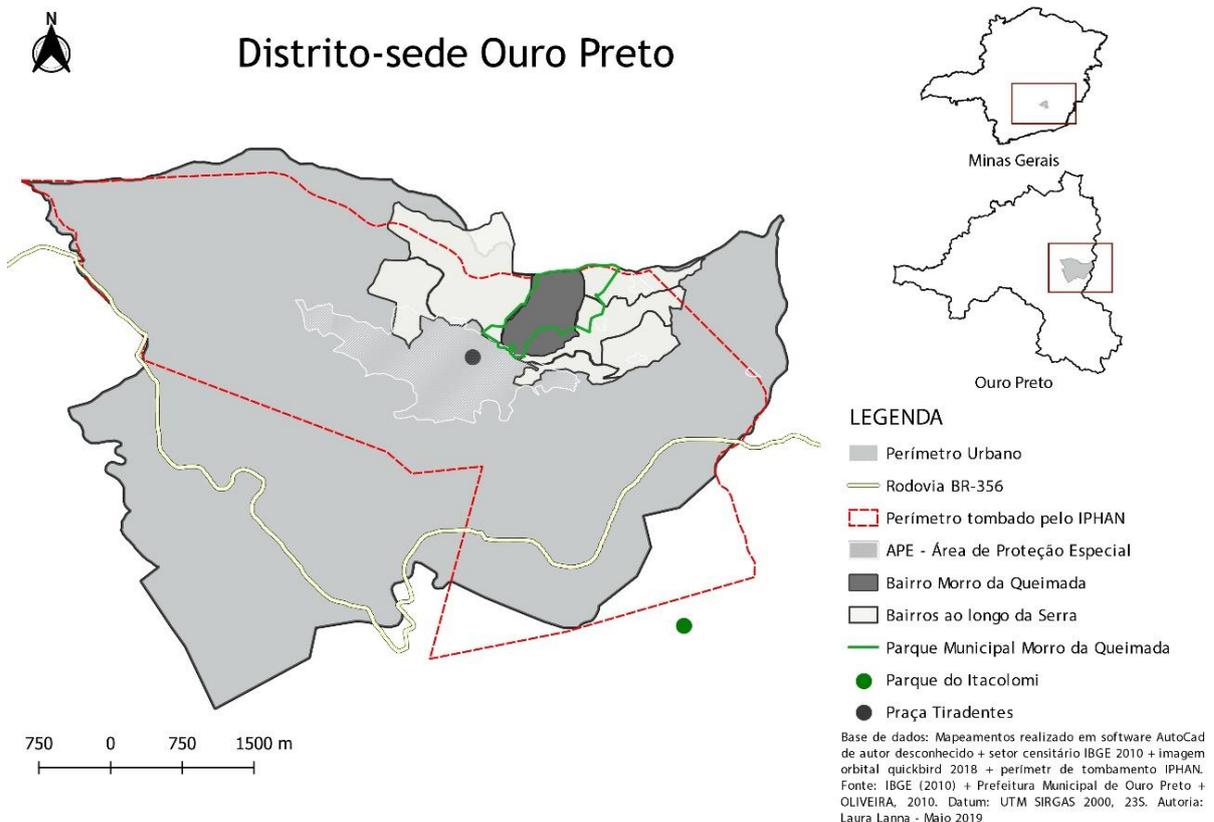
O Morro da Queimada foi escolhido como estudo de caso para se pensar a paisagem em Ouro Preto por se considerar sua importância desde a origem da formação da cidade. Conforme analisado no capítulo anterior, a paisagem tem sido tema de debates nos órgãos de preservação, embora sua definição como categoria ainda apresente imprecisões e limitações, conseqüentemente, pouco se avança em instrumentos de tutela associados a modelos de conservação adequados para a sua natureza. A paisagem espacializada em estratos temporais na cidade de Ouro Preto se transforma a cada dia na dinâmica do espaço e a expansão nas encostas expõe uma paisagem real, que desestabiliza uma ordem e incomoda a sensibilidade do olhar. Mas não apenas de configuração estética sobrevive uma paisagem, é necessário apreendê-la em sua “finitude aberta” e temporal, como resultado da natureza modelada como habitat do homem (ASSUNTO, 2013b).

A região denominada Morro da Queimada se insere ao norte do distrito-sede, na Serra de Ouro Preto, e, segundo registros historiográficos, compreendia o antigo arraial do Ouro Podre, também conhecido como Morro do Pascoal da Silva, importante minerador no início do século XVIII. Possui delimitação imprecisa e se encontra em meio a antigos arraiais, que se desenvolveram ao longo da serra e, hoje, configuram os bairros: Morro São João, Morro Santana e Morro São Sebastião, além das Lajes. Como recorte para o estudo de caso, se definiu o limite administrativo do bairro Morro da Queimada, cuja localização foi referenciada na cartografia do distrito-sede de Ouro Preto (Mapa 1), onde se observa a interface da região à área central da cidade, classificada pelo IPHAN como Área de Preservação Especial.

O bairro Morro da Queimada encontra-se dentro do perímetro de tombamento federal, junto a núcleos urbanos que se desenvolveram na Serra de Ouro Preto, e faz interface, ao norte, com o Parque Natural Municipal das Andorinhas, fora do perímetro urbano da cidade. O Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da

Queimada⁵³, criado em 2008, ultrapassa, em sua extensão, o limite administrativo do bairro Morro da Queimada, mas ainda não engloba todo o sítio arqueológico, que é ainda mais extenso, tendo em vista que os vestígios se manifestam ao longo de toda a Serra de Ouro Preto. Isso também justifica o motivo pelo qual, entre outras mudanças, já se encontra em andamento uma proposta de revisão do perímetro e de ampliação do limite do parque, com a incorporação de vestígios arqueológicos e de nascentes, que ficaram fora da área.

Mapa 1 - Localização do Morro da Queimada na Serra de Ouro Preto



Fonte: Acervo da autora

Cabe destacar que, segundo informação obtida no escritório do IBGE da cidade, confirmada em entrevista concedida pelo atual presidente da Câmara e morador do bairro Morro da Queimada, Juliano Ferreira, o município de Ouro Preto ainda não

⁵³ O Parque Arqueológico Municipal do Morro da Queimada foi criado pela Lei Municipal nº. 465, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei nº. 966, de 5 de novembro de 2015, para adequá-la à Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Passou, então, a Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, Unidade de Conservação de Proteção Integral.

possui uma delimitação oficial de bairros aprovada dentro de parâmetros técnicos e georreferenciados. Sendo assim, como recorte para o estudo de caso, foi considerado o limite administrativo que se estabelece em levantamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a área de estudo, antes do desenvolvimento das análises e interpretações da paisagem pelos atores sociais do Morro da Queimada. Para tanto, partiu-se de uma abordagem historiográfica, para pontuar alguns aspectos específicos da região, que não foram abordados ou aprofundados na contextualização da formação da paisagem de Ouro Preto, e possibilitar uma maior compreensão do território, dos seus usos, suas apropriações e seus elementos formadores ao longo do tempo.

3.1 Abordagem historiográfica do Morro da Queimada

Escreveu o Sargento-Mor Perdigão, que “o ouro preto era mais agro, e se fazia em pedaços ao ser colocado no cunho”. Era o ouro chamado podre, da Serra de São João, a cavaleiro da futura Vila Rica. Um documento da Coleção Ameal, existente, hoje, na Biblioteca Pública de São Paulo, refere-se a esse ouro como “ouro bravo, que é um ouro preto”. “E como depois de fundido se fazia em pedaços por não saberem dosar, o vendiam os paulistas a preço de cinco tostões e a 640 réis, que assim o davam em seus pagamentos, donde ficou chamando, ainda hoje, a um quarto de pataca, ouro podre” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 25).

Conforme se descreveu no capítulo 2, a formação da cidade de Ouro Preto se vincula à descoberta de ricos depósitos auríferos, inicialmente, explorado como ouro de aluvião, à margem dos rios e encostas da serra (VASCONCELOS, 1974). Lima Júnior (1978), ao fazer a citação acima, assinala que o “ouro preto” começa a ser minerado em 1696, e passa a ser chamado de “ouro podre” por característica física e desprendimento em pedaços. O autor descreve, ainda, que esse ouro era extraído na Serra de São João, nos arredores da Capela de São João, território na época denominado Morro do Ouro Podre. Vasconcelos (1974) informa que o português Pascoal da Silva, já nos anos de 1706, aparece em registros históricos como

minerador de posse nas encostas da serra, que, durante um tempo, também ficou conhecida como Morro do Pascoal.

A riqueza mineral da região e a importância dos fatos históricos que ali se sucederam mereceram análise no clássico livro *A idade de ouro do Brasil*, escrito por Charles R. Boxer (1969), que, em visita a este território para pesquisas, descreve que passou pela região do Morro da Queimada em março de 1959. Boxer (1969, p. 183), ao analisar a importância de Vila Rica, faz referência à célebre publicação de Francisco Tavares de Brito, em *Itinerário geográfico do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro*, ao caracterizar a Vila Rica de Ouro Preto, em 1731: “he por situação da natureza cabeça de toda a America, pela opulencia das riquezas a perola preciosa do Brasil”.

Em relação ao fato histórico que levou o Morro do Ouro Podre a se tornar conhecido como Morro da Queimada, Boxer (1969) também registra a Sedição de Vila Rica, de 1720, cujo evento encontra-se referenciado no capítulo anterior. O autor descreve, em suas análises, que o levante se deu pela insatisfação da iminência da instalação das casas de fundição e da Casa da Moeda pela Coroa, e que ganhou apoio do clero, que se indispunha às ações do governador Dom Pedro de Almeida. Ainda segundo Boxer (1969), o movimento teve, inicialmente, como principal nome, Pascoal da Silva Guimarães, “imigrante minhoto” que se enriqueceu no comércio e na mineração de ouro no morro, que era conduzida pelo também “minhoto” Felipe dos Santos. O episódio do incêndio promovido pelo Conde de Assumar é assim descrito por Boxer (1969, p. 213):

Com o mesmo objetivo de aterrorizar os habitantes da vila, o Conde ordenara, anteriormente, que as casas de Pascoal da Silva e seus partidários fôssem queimadas, no Morro, em noite de vento. Na escuridão e tumulto, muita outras residências foram atingidas, e os escravos negros tiveram oportunidade gloriosa para se embriagarem com aguardente roubada. O antigo e populoso local foi completamente devastado, e desde então recebeu o nome de Morro da Queimada.

Segundo Boxer (1969), a distribuição das datas minerais foi regulamentada pelo governador do Rio de Janeiro, em março de 1700, conforme consta nos registros feitos por Antonil⁵⁴ (1837). Entretanto, de acordo com o que se confere nesses escritos, em algumas regiões, as datas não foram oficialmente distribuídas, como é o caso das “Minas Gerais do distrito de Ouro Preto”, onde a propriedade da jazida se dava pela “prioridade da posse” (BOXER, 1969, p. 75).

Vasconcellos (1956) explica que, inicialmente, a mineração era realizada por lavagem das faisqueiras⁵⁵, denominada ouro de aluvião, cujo material se encontrava depositado nas margens dos cursos d’água. A extração também ocorria nos leitos dos rios, em processos de canaletas para desvio do curso d’água ou mesmo por esgotamento, que passa a contar com auxílio técnico de rodas e rosários (Figura 41). Conforme Vasconcellos (1956, p. 68), essa informação consta em registro de Cláudio Manuel da Costa⁵⁶ na então Vila Rica⁵⁷, que atribui a invenção desse instrumento, em 1711, à um clérigo chamado “Bonina Suave”; e que a invenção foi aprimorada por Manuel Pontes, em 1725, para esgotamento da água das catas dos rios, o que favorecia a exploração do ouro.

Ainda segundo Vasconcellos (1956), a extração também se fez nas encostas do morro, na região das matrizes provenientes, por meio de tabuleiros e grupiaras. Decorrentes dessas explorações, formaram-se os povoados mais altos “nos Morros de Pascoal da Silva, do Pau Doce, Ouro Podre, Ouro Fino, Santana, do Ramos etc.” (VASCONCELLOS, 1956, p. 70).

⁵⁴ “Para evitar a confusão, e tumulto, e as mortes, que haveria no descobrimento dos ribeiros do ouro, se assentou o que pertence às repartições desta sorte. Tem o descobridor a primeira data, como descobridor, outra como mineiro: segue-se a que cabe a El-Rei; e atraz desta a do guarda mór: as outras se distribuem por sortes” (ANTONIL, 1837, p. 151).

⁵⁵ Segundo Lima Júnior, esse nome foi atribuído porque o ouro faiscava ao sol.

⁵⁶ Cláudio Manuel da Costa, advogado, poeta e membro do movimento da Inconfidência Mineira, escreve *Vila Rica*, publicado pela Tipograf. do Estado de Minas Gerais, em 1897 (DRUMMOND, 2011; VASCONCELLOS, 1956).

⁵⁷ Cabe esclarecer que a região compreendida hoje pela cidade de Ouro Preto, foi erigida a vila, segundo o *Termo de Ereção de Vila Rica*, registrado em 8 de julho de 1711, inicialmente como Vila Rica de Albuquerque (DRUMMOND, 2011, p. 46), e foi elevada à cidade apenas em 1823, com o processo de independência do Brasil.

Figura 41 - Modo de extrair ouro no Rio das Velhas (ca. 1780)



Fonte: Renger (2012)⁵⁸

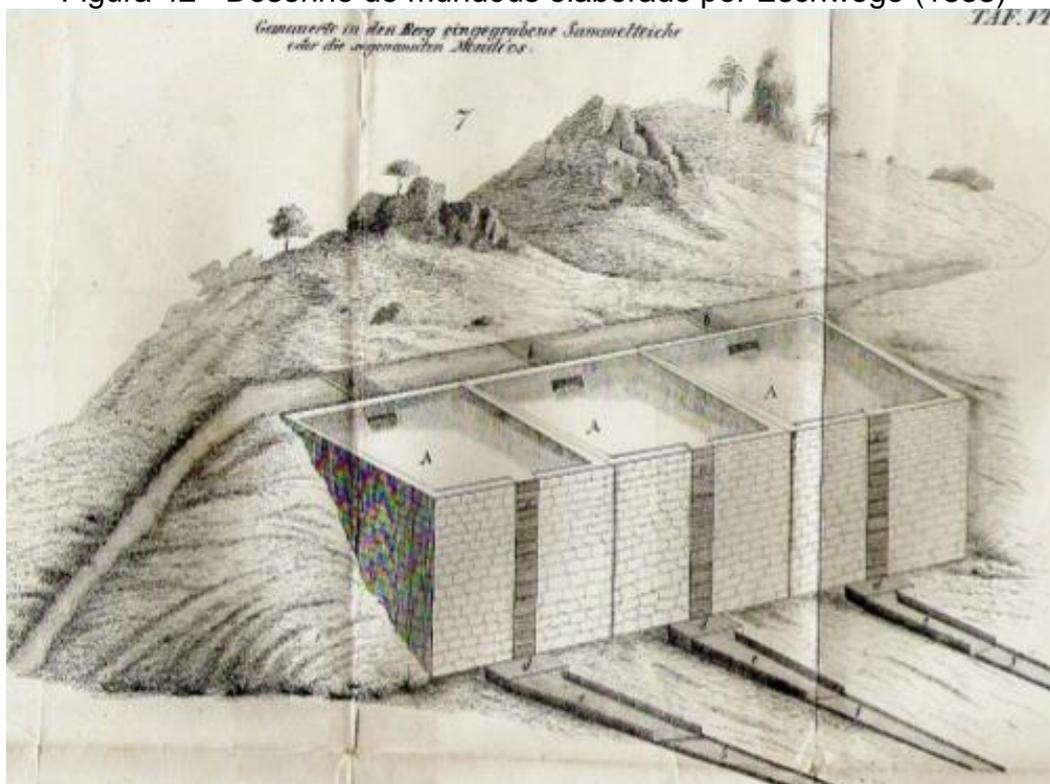
Em relação ao método utilizado para a extração do ouro ao longo da serra, Vasconcellos (1956) explica que era necessário aprofundar o solo para ter acesso aos veios e depósitos. Nesse processo, o autor descreve que perfuraram minas em galerias subterrâneas com seus sarilhos; ou que abriram talhos a céu aberto com auxílio da água e com a utilização de métodos de contração e dilatação por aquecimento, e também com o uso de explosivos. A água que se faz elemento essencial no processo da mineração, seja pela bateia ou pelos processos industrializados, era abundante no entorno e conduzida em canais para as regiões de escassez, onde se acumulavam em tanques semi-esféricos, também utilizados para armazenar água da chuva (VASCONCELLOS, 1956).

Nos sistemas de desmonte do morro, Vasconcellos (1956) descreve que o material era acumulado em reservatórios prismáticos, denominados mundéus (Figura 42), e, nesse processo, acontecia a separação do ouro, por se caracterizar em material mais pesado, naturalmente depositado ao fundo, sendo o mais leve arrastado pela água. O material acumulado era, depois, trabalhado em canoas e bolinetes, passava

⁵⁸ Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/museuminasmetal/historia-do-ouro-no-brasil>> (Acesso em: 7 ago. 2019.)

por canais envolvidos em panos, baetas e couro, onde o ouro se aderiria. Em tanques menores, o material seria apurado em bateias. O mercúrio, como elemento de separação do ouro, será introduzido mais tarde.

Figura 42 - Desenho de mundéus elaborado por Eschwege (1833)



Fonte: Renger (2012)⁵⁹

Conforme descreve Lima Júnior (1978, p. 47), as minas de sarilho foram comuns em Ouro Preto e, segundo esta descrição: “têm esses buracos, duzentos e trinta palmos de fundo e daí para baixo se continua, conforme a formação e a altura dos morros”. O autor também menciona as minas horizontais e referencia que eram escavadas “com a altura de dez palmos e oito de largo”.

De acordo com Sobreira (2014), as atividades de mineração começam por depósitos de aluviões, cujo processo envolveu barragens para desvio d’água, e o método de tableiro, em depósitos nas margens dos rios. Entretanto, o autor destaca que as atividades que mais deixaram marcas no território consistiram na extração em veios

⁵⁹ Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/museuminasmetal/historia-do-ouro-no-brasil>> (Acesso em: 7 ago. 2019.)

auríferos nas rochas, em que a paisagem é marcada pelas grupiaras⁶⁰, que consistem em depósitos nos flancos das montanhas, e na alteração do seu substrato:

A dimensão destes trabalhos e as formas resultantes na paisagem são exemplos marcantes da ação antrópica no meio físico e do trabalho do homem como agente geológico, caracterizando um processo erosivo tecnogênico (SOBREIRA, 2014, p. 56).

Ainda segundo Sobreira (2014), os métodos consistiram em abertura de minas subterrâneas e nas vertentes da serra por desmonte manual ou hidráulico. Em relação às minas subterrâneas, classificadas, por Eschwege (1944 *apud* SOBREIRA, 2014), como depósito no seio da montanha, a rocha era escavada e, quando se encontravam os veios de ouro, o material retirado era transportado pelos escravos para apuração. Já os desmontes necessitavam de água no processo e, nesse sentido, desenvolveram-se técnicas aperfeiçoadas para a condução da água em aquedutos, canais e reservatórios mais altos. Conforme explica Sobreira (2014), a lama produzida pelo desmonte hidráulico era conduzida para os reservatórios, denominados mundéos, onde o material se decantava para, depois, passar pela apuração em métodos tradicionais. Ainda conforme o autor, os mundéos eram construídos em alvenarias, geralmente com a própria canga, e implantados de forma escalonada nos talwegues, cujos reservatórios se conectavam por canais (SOBREIRA, 2014).

Vasconcellos (1956) descreve, a partir de dados referenciados por Eschwege (1948)⁶¹, que os escravos concentrados na mineração não eram acessíveis a todos, e que os maiores senhores possuíam, no máximo, 12 em cada data, com exceção de Pascoal da Silva Guimarães, que, em 1708, segundo Vasconcelos (1974), possuía 300 escravos nos trabalhos das minas. Com o tempo, a população negra aumenta e ultrapassa a branca. Entretanto, as informações populacionais, sejam livres ou escravistas, apresentam imprecisões nos registros históricos. Segundo

⁶⁰ As grupiaras consistem em depósitos nos flancos das montanhas, cujo método de extração era feito por canoas, em que o desmonte era conduzido por canais que separavam o material pesado.

⁶¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Trad. de Domicio de Figueiredo Murta. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1948. Brasileira, 257. 2 v.

consta em Botelho (2000), no início do século XVIII, os grandes mineradores nas Minas tinham acima de 50 escravos.

Nesse sentido, Vasconcellos apresenta uma citação de Antônio Pires da Silva Leme, ao descrever que o emprego de animais era desconhecido pelos mineiros, que apenas procuravam aumentar o número de escravos. Segundo Ferrand (1894 *apud* SOBREIRA, 2014), na fase áurea de 1750, cerca de 80 mil trabalhadores livres ou escravos desempenhavam suas funções nas minas da região. Os métodos eram rudimentares e precários, as atividades eram de alto risco, como registrado em citações apresentadas por Lima Júnior (1978, p. 48), e eram frequentes as ocorrências de desabamentos e a morte de escravos, como exposto nesta passagem: “nestes buracos morrem muitos negros sufocados com o cheiro dos metais e com a pouca segurança da terra”.

Lima Júnior (1978, p. 43) argumenta que o aspecto rude da paisagem da serra se deve à tapanhuacanga, que consiste em uma “massa argilosa impregnada em alto grau de óxidos de ferro, ou por serem constituídas de itabiritos que são rochas com alto teor ferrífero”. Segundo os apontamentos do autor, a tapanhuacanga se refere ao que, hoje, se convencionou chamar de canga e consiste na formação de recobrimento do itabirito (LIMA JÚNIOR, 1978). Lima Júnior (1978) faz referência à constituição geológica⁶², em superposições de terrenos, ao analisar três períodos distintos. Entre as variações, são descritos os quartzitos xistosos, sendo referenciado seu emprego em pedras de laje, cujo material foi largamente explorado em pedreiras que se estabeleceram, posteriormente, na região.

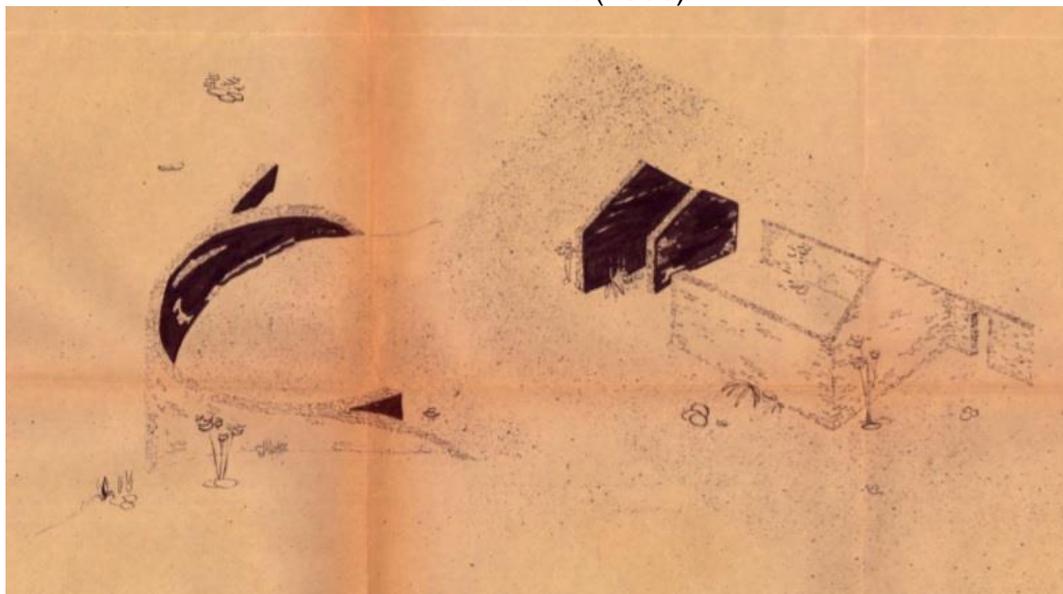
Cabe destacar que a canga, disponível em larga escala, foi o material utilizado para a construção das estruturas do sistema minerário, como muros, mundéus e tanques, sendo também largamente utilizada como base e alvenaria das edificações arquitetônicas que se desenvolveram nos arraiais. Entretanto, acredita-se que as primeiras edificações eram bem rudimentares, como descreve Boxer (1969, p. 72):

⁶² Para análise da constituição geológica, Lima Júnior (1978) cita, como referência, os estudos de Gorceix e de Bovet, que foram sistematizados por Paul Ferrand.

Os mais antigos campos auríferos eram, naturalmente, os mais improvisados, e mesmo depois que começaram a tomar forma um tanto mais permanente, fazendo-se vilas em embrião, os elementos de moradia eram dos mais simples. Paredes de pau-a-pique, com telhados de fôlhas de palmeira, sapé ou palha.

Segundo descreve Vasconcellos (1956), a primeira olaria da antiga Vila Rica foi instalada em 1713, e sugere que, somente a partir dessa data começam a se produzir telhas na região. Consta, em documentos oficiais⁶³, que o Professor Sylvio de Vasconcellos, na época chefe do 3º distrito do PHAN, realiza, em 1956, levantamentos nas ruínas do Morro da Queimada, com alunos da cadeira de Arquitetura no Brasil, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. Certamente, esse trabalho auxiliou nas análises apresentadas no livro *Vila Rica, formação e desenvolvimento - residências*. Curiosamente, entre os desenhos das ruínas, o levantamento da Figura 43 consta indicado em prancha como caixa d'água.

Figura 43 - Levantamento em região do Morro da Queimada, por Sylvio de Vasconcellos (1956)



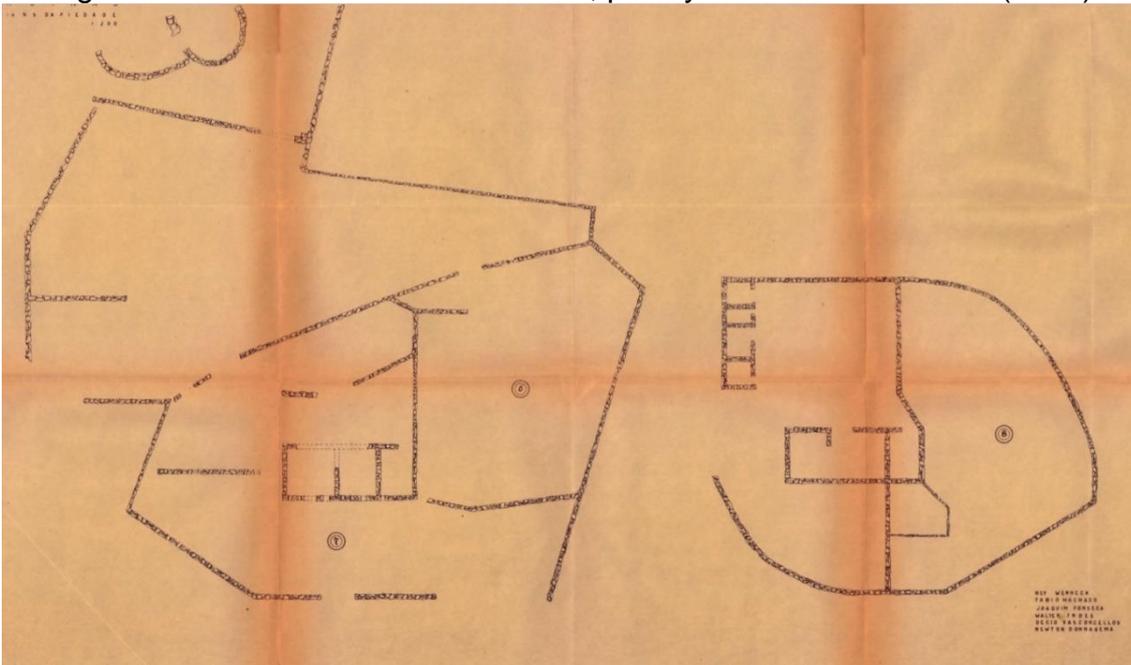
Fonte: Acervo IPHAN/RJ - Série Inventário Obra Cx. 265

Em relação às edificações nas encostas, Vasconcellos (1956) descreve que as casas se dispunham em terrenos de conformação irregular e, geralmente, cercados por muros de pedra seca, que também recebiam muros internos que dividiam áreas

⁶³ Em novembro de 1956, o chefe do 3º Distrito, Sylvio de Vasconcellos, envia ofício ao Diretor do PHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em que encaminha cópia dos levantamentos realizados das ruínas do Morro da Queimada, em Ouro Preto, e diz serem registros complementares aos que já haviam sido enviados.

(Figura 44). Ainda de acordo com Vasconcellos (1956), essas subdivisões, provavelmente, separavam hortas, animais e minerações, e não havia medida padrão média. Ao que constam dos remanescentes, existiam arruamentos nas encostas, mas eles eram estreitos e as edificações que os conformavam não eram contínuas. Segundo o autor, as vias são provenientes de capelas, e cita, como exemplo, o entorno da Capela de Santana (VASCONCELLOS,1956).

Figura 44 - Levantamento na Piedade, por Sylvio de Vasconcellos (1956)

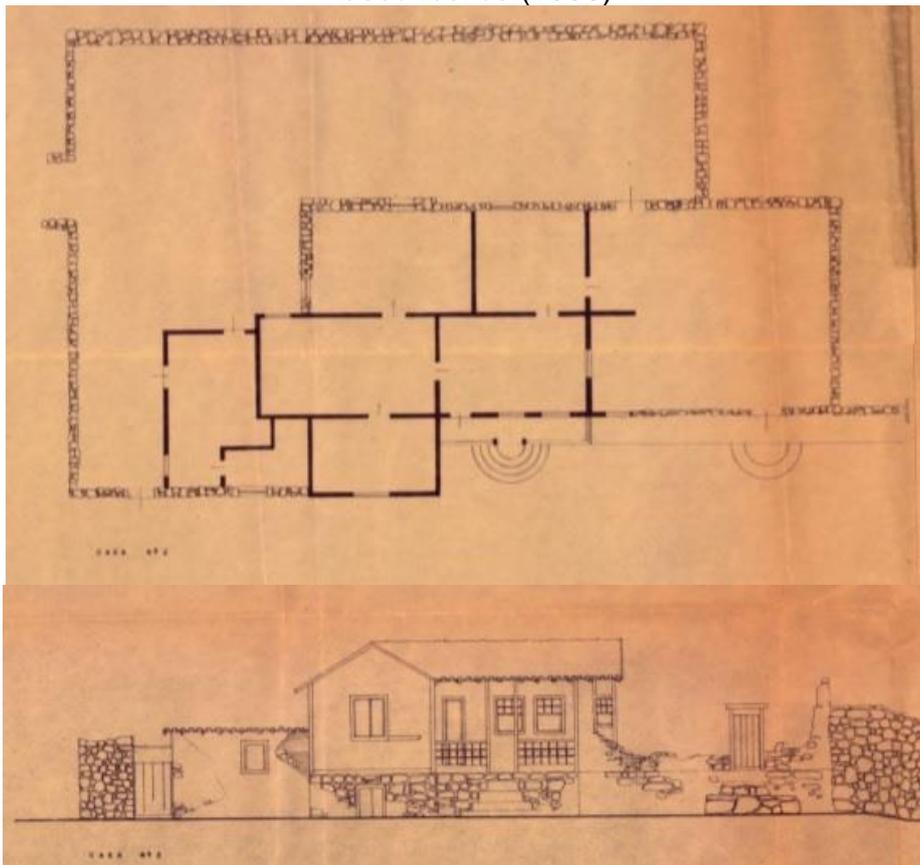


Fonte: Acervo IPHAN-RJ - Série Inventário Obra Cx. 265

Diante de evidências arquitetônicas, Vasconcellos (1956) constata que, após o incêndio de 1720, o local voltou a ser ocupado, e faz referência a elementos como vergas curvas e marcação que imita cantaria, cujos elementos são, evidentemente, posteriores. Entretanto, o autor acredita que algumas casas de pedra sejam do início do século XVIII. Em relação ao partido das habitações do morro, Vasconcellos (1956) descreve que muitas se apresentavam como ranchos, em um único cômodo retangular de, aproximadamente, 15m²; mas também existiam unidades em cômodos sequenciais, provavelmente, para abrigar os escravos. Também se evidenciam remanescentes de “pequenos cubículos” que, supostamente, funcionavam para a guarda de mantimentos, de ferramentas ou de material de mineração. Ainda de acordo com os estudos de Vasconcellos (1956), algumas habitações apresentavam divisões mais complexas, em cômodos para atender a

necessidades diferenciadas, como sala e dormitório, com aberturas para fachada frontal, e, por vezes, uma porta ao fundo, que sugere acesso ao quintal e uma possível varanda. A Figura 45 apresenta um dos levantamentos realizados na região do Morro da Queimada, em 1956, que indica que a casa passou por fases distintas de construção.

Figura 45 - Levantamento casas no Morro da Queimada, por Sylvio de Vasconcellos (1956)



Fonte: Acervo IPHAN-RJ - Série Inventário Obra Cx. 265

A Figura 46, a seguir, consta no acervo do Professor Sylvio de Vasconcellos como vestígio da provável casa de Pascoal da Silva Guimarães.

Figura 46 - Registro por Sylvio de Vasconcellos, como provável casa de Pascoal da Silva Guimarães



Fonte: Guimarães (2004)

Para a análise da região do Morro da Queimada, retoma-se os registros cartográficos da época, em um recorte mais aproximado da área. O mapa do final do século XVIII apresenta-se ampliado na Figura 47, em que é possível visualizar representações de ocupações espalhadas por todo o morro, além de sugestivas demarcações de estruturas do sistema de mineração. As representações também se assemelham às descrições de Vasconcellos (1956), quando faz referência às habitações delimitadas por muros. As características geológicas aparecem representadas no mapa como um amontoado de pedras, que, supostamente, indica a região das lajes, onde, segundo Sobreira (2014), as remoções de formações geológicas superiores deixaram o quartzito exposto.

Figura 47 - Detalhe do Morro da Queimada, em mapa de Villa Rica (cerca de 1775-1800) Autoria: Manoel Ribeiro Guimarães



Fonte: Reis (2000, p. 215)

A exploração de ouro atinge o ápice em meados do século XVIII, segundo Vasconcellos (1956), quando se inicia a fase de declínio. Em nota, o autor descreve que, no final do século XVIII, os melhores métodos foram empregados nas minas de Tassara e do Veloso, por companhias industrializadas. Vasconcellos (1956) registra, ainda, um fato curioso, que ocorreu em 1950, durante uma obra na Capela da Piedade, onde se encontrou uma súplica à Nossa Senhora para que os ingleses comprassem aquelas terras. Em relação ao declínio do processo minerário no final do século XVIII, Lima Júnior (1978, p. 52) destaca: “os antigos já conheciam as razões da decadência do ouro mas jamais ignoraram que o ouro de Minas Gerais ficou quase intacto, depois de ter constituído o Brasil, reerguido Portugal e assentado a base econômica da Inglaterra [...]”.

Como relatado no capítulo 2, as atividades de mineração entram em decadência, mas não cessaram por completo no início do século XIX (VIEIRA, 2016). Segundo Lopes⁶⁴ (2008), ao longo do século XIX, as lavras do Morro da Queimada são abandonadas, e se configuram em um cenário de terras devolutas. Por outro lado, a região era vista, no meio científico, como potencial de reserva a ser explorada, além de local para a expansão e o desenvolvimento da cidade, conforme consta em atas e relatórios da Câmara Municipal da época. Eschwege (1979 *apud* LOPES, 2008), geólogo alemão, que esteve em Ouro Preto logo no início do século XX, destaca que, em 1815, a maioria das antigas lavras dos pequenos proprietários estava abandonada, e que os que insistiam utilizavam o método da faiscação. E, segundo o Censo de 1804 (MATHIAS, 1969 *apud* LOPES, 2008), a população do morro diminuía e se concentrava nos antigos arraiais de São Sebastião, São João, Santana e Piedade. As imagens das Figuras 48 e 49 retratam as capelas de São João e Santana, respectivamente.

Figura 48 - Capela de São João (por volta de 1969)



Fonte: Lima (1969)

⁶⁴ Pesquisa histórica realizada em 2008, pelos historiadores Luiz Alberto Sales Vieira e Kleverson Teodoro Lima, e coordenada por Myriam Bahia Lopes. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>>. (Acesso em: 9 set. 2019.)

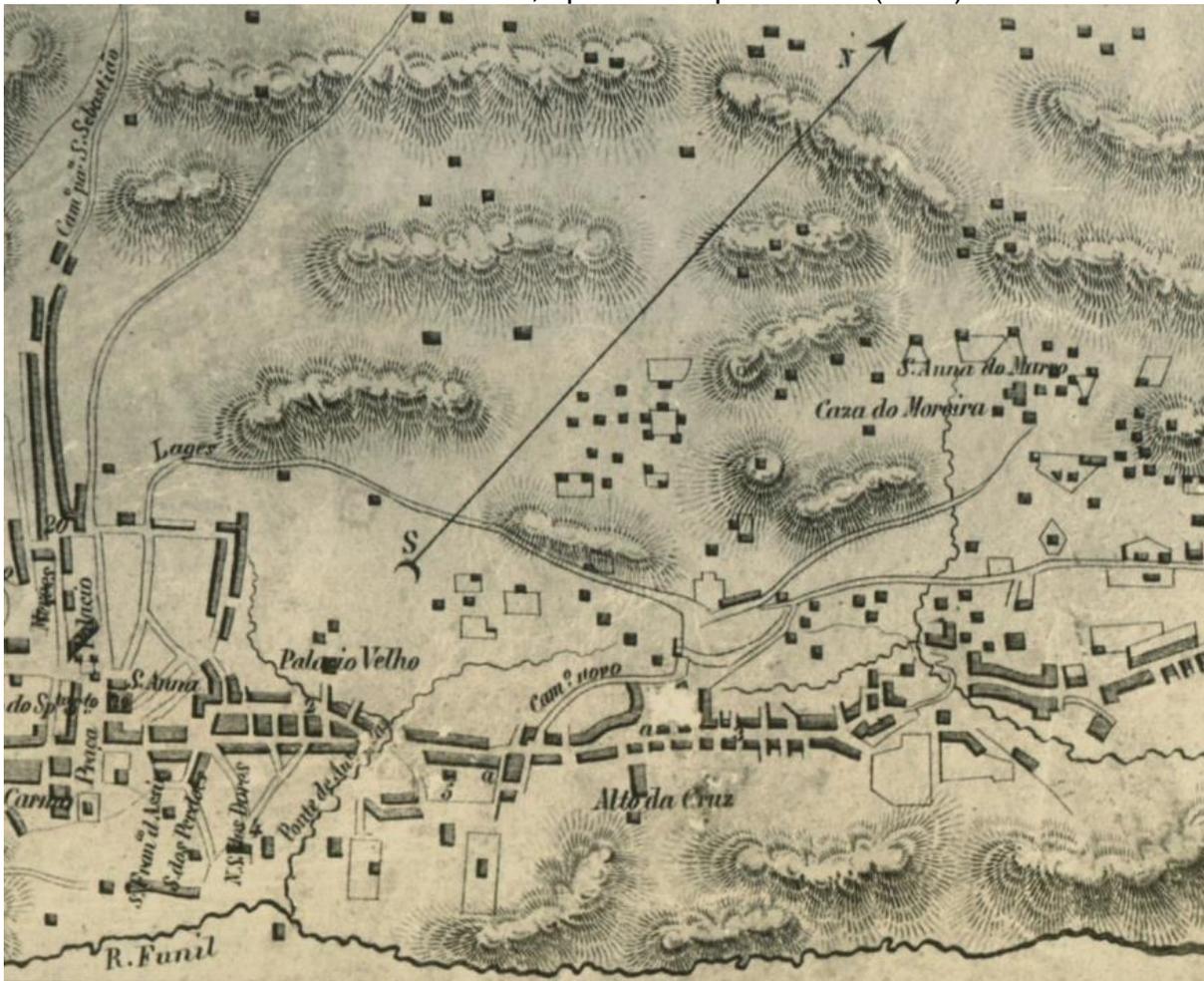
Figura 49 - Capela de Santana (aproximadamente em 1946)



Fonte: Acervo IPHAN-RJ, Série Inventário MG100-2-01

O registro cartográfico da Figura 50 apresenta um recorte do mapa de Ouro Preto, após o processo de independência do Brasil, em 1823. Observa-se que as ocupações e as estruturas ainda são apresentadas, nas regiões do Morro da Queimada, em configurações próximas ao mapa do final do século XVIII. Nota-se o antigo acesso ao Morro São Sebastião, além da abertura de acesso às Lages e ao Taquaral, atual Rua Conselheiro Quintiliano. Duas outras vias aparecem subindo a serra, sendo uma delas ao Morro Santana, onde se destaca a capela e a “caza do Moreira” (conforme Figura 50). Suspeita-se que esse caminho já seja o que originou a atual Rua 15 de Agosto.

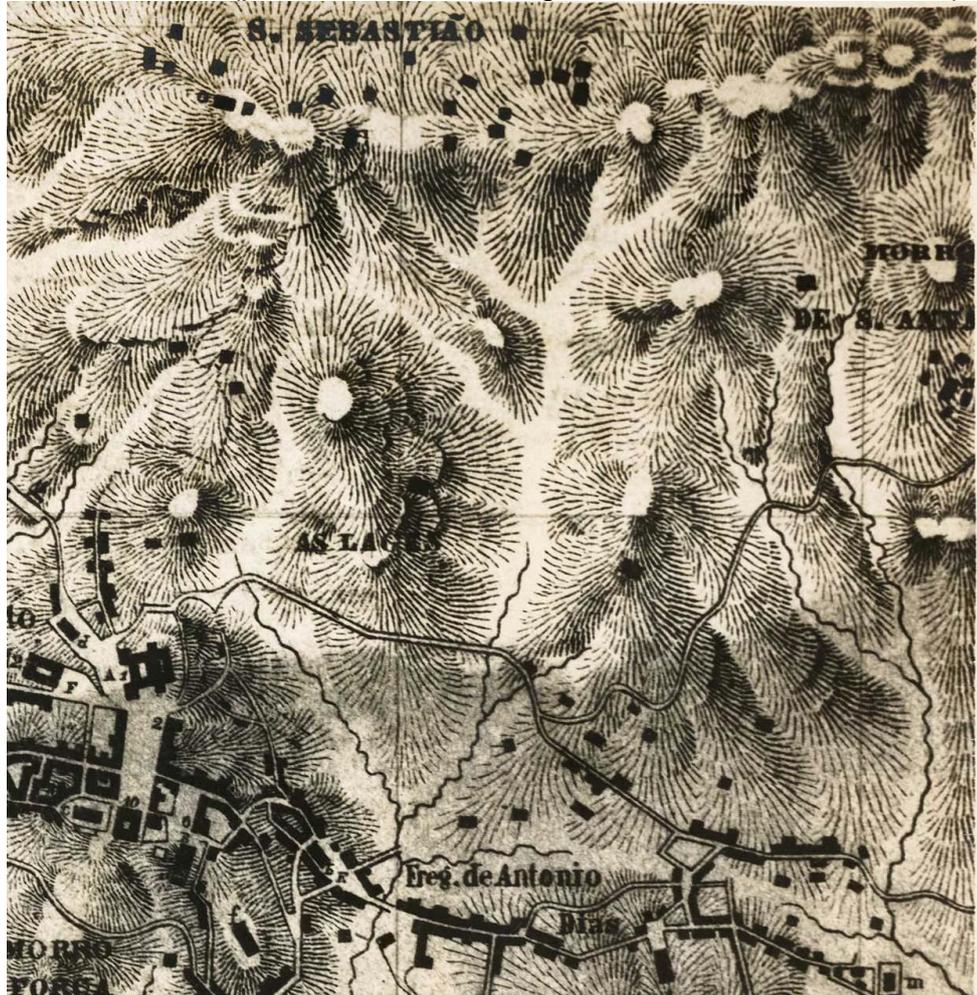
Figura 50 - Recorte do Morro da Queimada em Planta da cidade de Ouro Preto no início do século XIX, após a independência (1823)



Fonte: Acervo Noronha Santos, IPHAN-Rio de Janeiro

A Figura 51, em recorte do Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto, provavelmente da segunda metade do séc. XIX, a encosta do Morro da Queimada aparece despovoada e representada com uma única construção, em localização mais elevada. As ocupações, ao longo da Serra de Ouro Preto, se concentram no Morro Santana e no Morro São Sebastião.

Figura 51 - Recorte do Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto, na região do Morro da Queimada (provavelmente na segunda metade do século XIX)



Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto

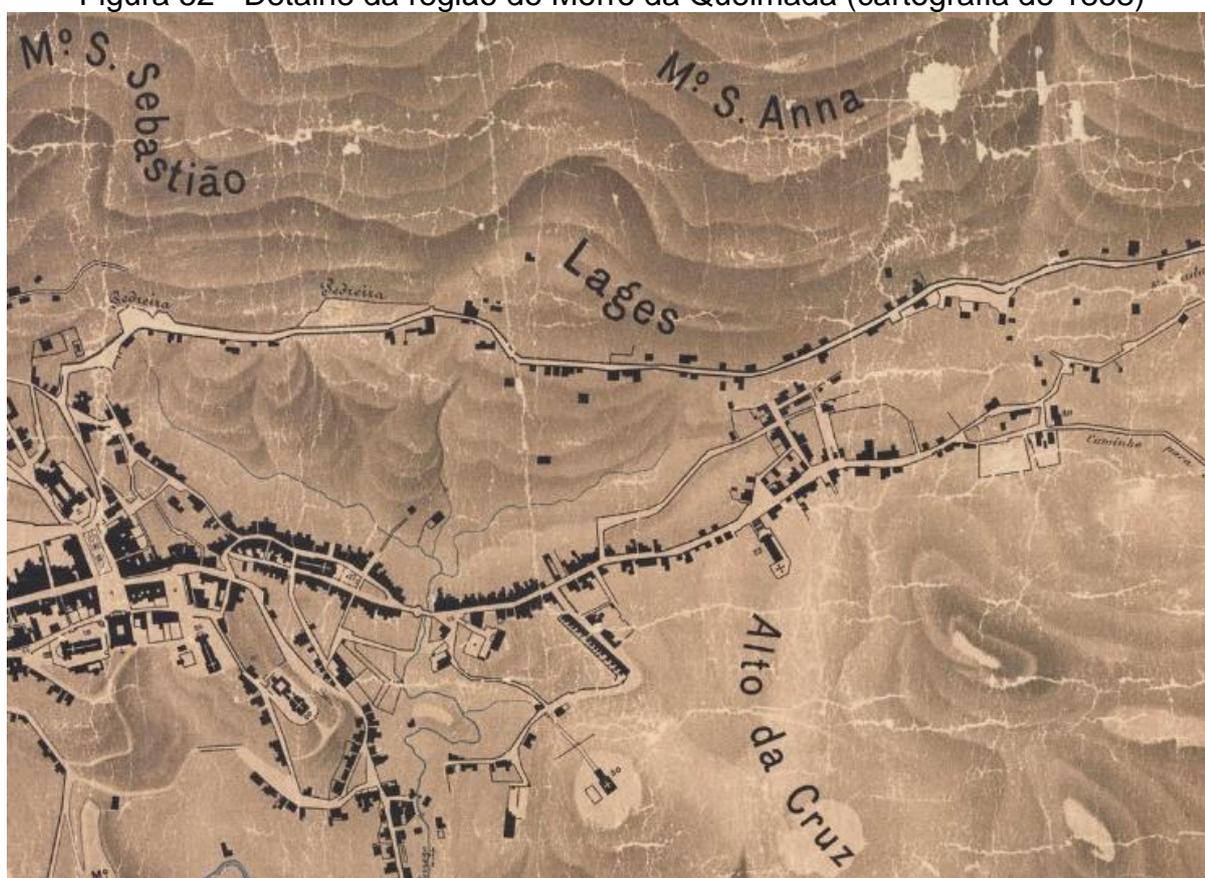
Em visita à então Imperial Cidade de Ouro Preto⁶⁵, D. Pedro II passou pela região do Morro da Queimada e, impressionado com os remanescentes em pedra do antigo arraial minerador, registra, em seu diário, no dia 18 de abril de 1881: “antes de chegar a esta cidade passei pela antiga Vila Rica, muralhas arruinadas que lembraram-me Pompéia”.

A Figura 52 trata-se de um recorte da planta denominada Cidade de Ouro Preto, organizada pelo então presidente da província, Luiz Eugênio Horta Barbosa, e

⁶⁵ Após a independência, em 1823, a antiga Vila Rica recebe de D. Pedro I, por honraria, o título de Imperial Cidade de Ouro Preto (MENICONI, 1999).

datada de 1888⁶⁶. A via de acesso ao Morro Santana não aparece indicada no mapa e, na região do Morro da Queimada, são representadas apenas três edificações, à esquerda de onde aparece escrito Lages. Os vestígios arqueológicos não aparecem indicados, embora sejam registrados em passagens históricas e relatórios de sesmarias da Câmara Municipal. Em uma outra cartografia de 1903, elaborada pelo engenheiro de minas Clodomiro Oliveira, também não é feita indicação às ocupações da serra.

Figura 52 - Detalhe da região do Morro da Queimada (cartografia de 1888)



Fonte: Arquivo Público Mineiro

A imagem apresentada na Figura 53 refere-se a uma planta cadastral de 1900 das Lavras de Tassara e áreas adjacentes. A parte alta se refere ao Morro São João e esses pontos escuros parecem indicar os remanescentes arqueológicos, e a região é referenciada como Ruínas de Vila Rica.

⁶⁶ Em 15 de novembro de 1889, é proclamada a República no Brasil e, em 20 de novembro, o Decreto nº. 7 extingue as assembleias provinciais. Passou a caber aos governadores transferir a capital para um local mais conveniente (BRASIL, 1889, p. 35 *apud* MENICONI, 1999).

O trabalho resultou em um relatório emitido em 25 de agosto de 1898, assinado por Joaquim Cipriano Ribeiro e que tinha, como objetivo, analisar os terrenos localizados nas regiões de Saramenha, Passa Dez, Morro São João, Morro Santana, Morro São Sebastião, Veloso, Morro do Ramos e Lages. Nessa época, a Câmara se empenhava em buscar soluções para o desenvolvimento e a expansão da cidade, de maneira a defender a permanência de Ouro Preto como capital do Estado de Minas Gerais.

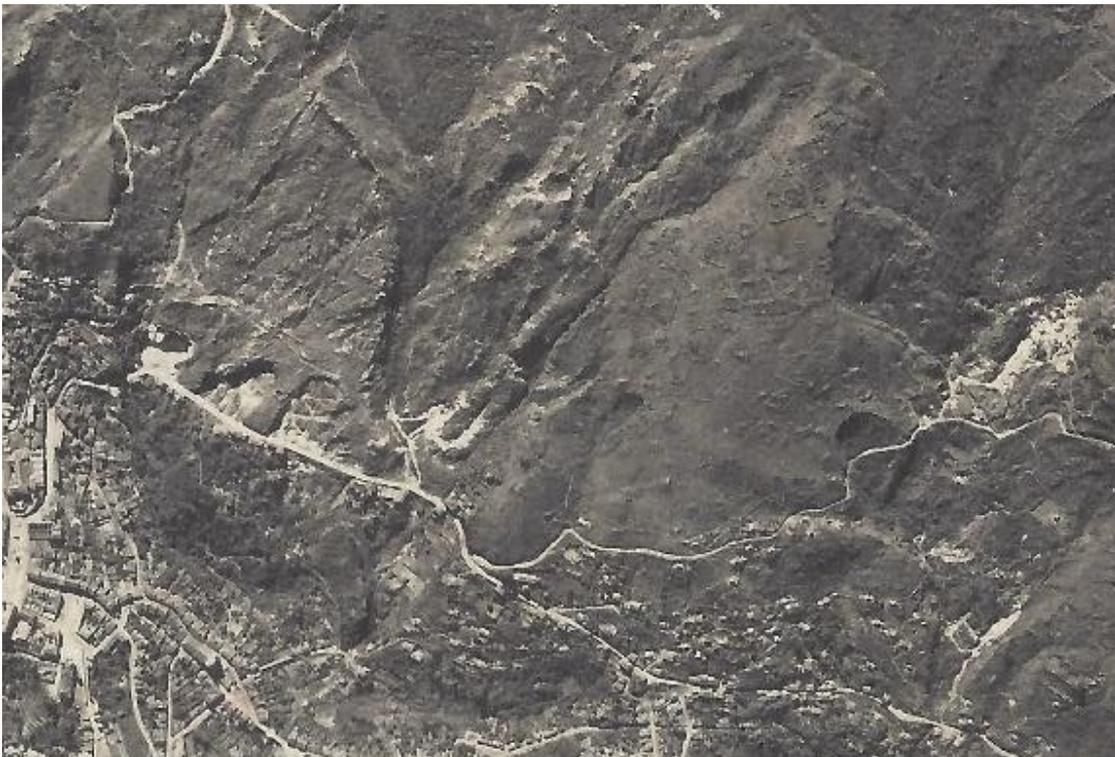
3.2 A (re)ocupação e a expansão urbana nas temporalidades do Morro da Queimada

Os registros históricos e documentais demonstram que a Serra de Ouro Preto, ao norte geográfico, foi ocupada desde as origens da cidade, no fervor do ciclo do ouro, também marcado por conflitos e revoltas que acabaram por atribuir a denominação de Morro da Queimada ao território. A região passa por processo de esvaziamento quando as atividades de exploração mineral de ouro entram em fase de decadência, a partir do final do século XVIII, mas a historiografia assinala que as atividades não cessam por completo no início do século XIX. Naturalmente, outras frentes e atividades se abrem em apropriações, depois de um período de esvaziamento, sobretudo, quando a cidade retoma o seu crescimento econômico, a partir da década de 1950. O fenômeno que se desencadeia ao longo do século XX será, portanto, analisado neste recorte temporal até a atualidade, como um processo de (re)ocupação do território.

Pela análise histórica documental realizada, tudo indica que, em fins do século XIX, a região do Morro da Queimada estava desocupada, não sendo detalhada na cartografia da época de 1888 (Figura 52) que se restringe a indicar três possíveis construções na área denominada Lages. Já na imagem aérea realizada em 1950 (Figura 54), é possível perceber edificações, mesmo que espaçadas, ao longo do caminho de acesso ao Morro Santana, que já aparece indicado desde a Planta de Sesmaria de 1808, atualmente denominada Rua 15 de Agosto, via principal e de articulação aos bairros da serra.

Outro aspecto que merece ser ressaltado são os fatores que atraíram novos habitantes para a região, condicionados aos recursos naturais disponíveis, sobretudo a água e a constituição geológica e mineral da serra, que continua sendo atrativa. A mineração, de alguma maneira, se perpetua, e o século XX será marcado pela exploração de estruturas rochosas, em pedreiras que se instalam na região para a extração desse recurso natural, já representado em antigo mapa do final do século XVIII e também indicado como pedreiras nas Lages, em mapa do século XIX, como visto anteriormente. No próximo capítulo, esse processo de (re)ocupação será também apresentado em narrativas de antigos moradores do bairro Morro da Queimada, quando foi possível registrar, pela memória oral, a história de dois núcleos familiares que se instalam na região, na primeira metade do século XX, sendo que um deles se vincula ao processo de extração mineral.

Figura 54 - Imagem aérea de 1950 na escala de 1:25.000, realizada pelos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A; Serviço Geográfico do Exército



Fonte: Acervo Núcleo de Geotecnia da Escola de Minas/UFOP

As análises dos processos de ocupação e de expansão urbana que se seguem não se limitam ao bairro Morro da Queimada, e incorporam também as regiões do entorno: à leste, os bairros Morro São João, Morro Santana, Nossa Senhora da

Piedade; a oeste, os bairros Morro São Sebastião e São Francisco; e mais ao sul do Morro da Queimada, o bairro Alto da Cruz⁶⁷. O recorte temporal para essa análise é a segunda metade do século XX e será realizada por meio de cartografias georreferenciadas da Serra de Ouro Preto, que se tornaram possíveis mediante a disponibilidade de imagens aéreas da cidade, entre os anos de 1950 a 2018⁶⁸; levantamento em *software AutoCad* da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, base de dados do IBGE (2010); além de bases de 1950-2004, produzidas por Oliveira (2010), que ajudaram na atualização e na produção das cartografias georreferenciadas⁶⁹.

O Mapa 2 apresenta, em cartografia georreferenciada, a ocupação urbana na Serra de Ouro Preto, em 1950. Como referência ao contexto atual, a região que hoje corresponde ao bairro Morro da Queimada foi marcada com uma mancha cinza no mapa e o perímetro do Parque Arqueológico Municipal do Morro da Queimada, aprovado em 2008, está representado em vermelho. Nota-se que, em toda extensão da serra, as ocupações são ainda bem espaçadas, e não se configuram como bairros.

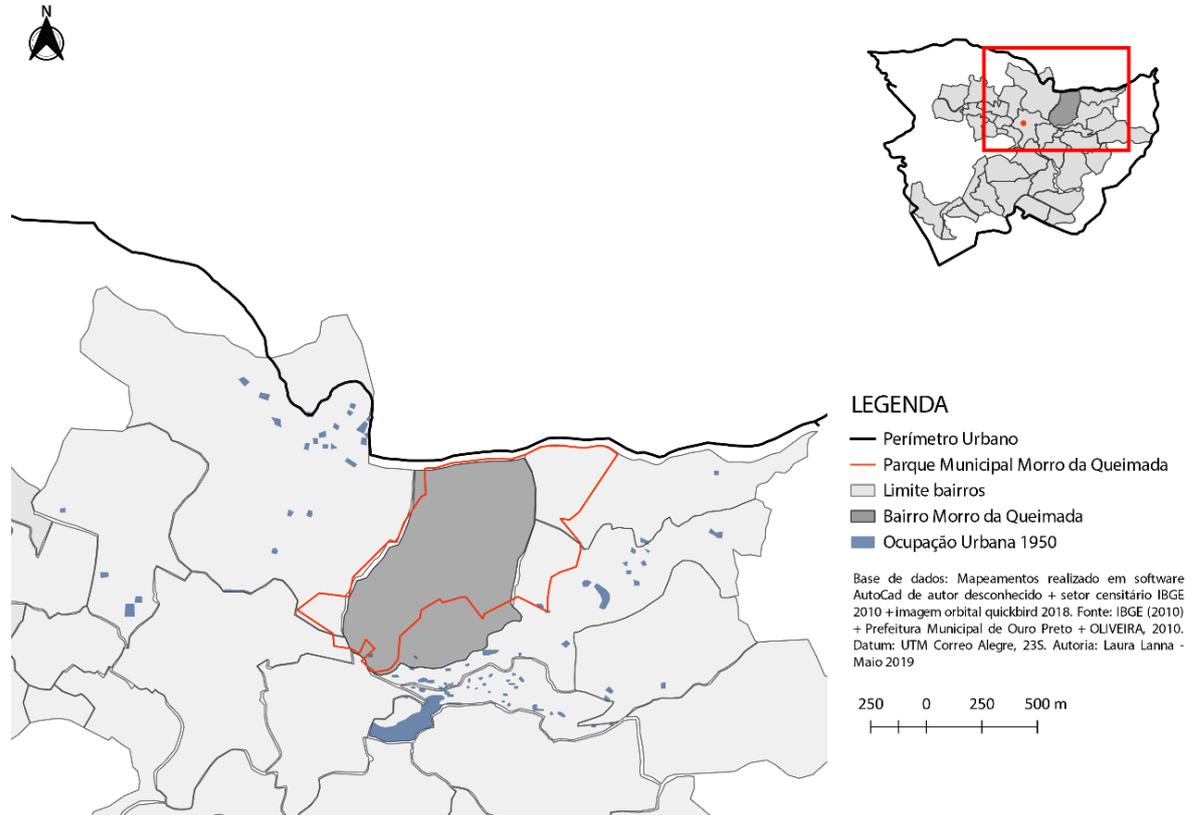
Em apenas 19 anos, já se pode observar, como no Mapa 3, em cartografia de 1969, uma expansão urbana em relação ao ano de 1950, com processo mais significativo e em maior adensamento na região do bairro Alto da Cruz, e também em direção à região do Morro da Queimada, quando se dará início à formação do bairro.

⁶⁷ A delimitação administrativa destes bairros consta em cartografia no capítulo 4 desta tese.

⁶⁸ Imagem aérea de 1950, na escala de 1:25.000, realizada pelos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A; Serviço Geográfico do Exército. Licença de Aerolevanteamento nº. 32, de 11 de outubro de 1950, faixa 391. Consta, no verso, um carimbo da Companhia Minas da Passagem; Imagem aérea de 1969 na escala de 1:10.000, realizada pelo Ministério da Aeronáutica Comando Costeiro, Base aérea do Recife, 1º/6º Grupo de aviação. Vôo realizado em 16 de agosto de 1969. Altura 5000, câmera Zeiss, 152 58mm, Faixa II, 018 e 019. Órgão solicitante: UFOP. Seção foto: 08/11/71; Imagem aérea de 1978, na escala de 1:10.000. Faixa 176 - 1128, 178 - 1130, SA 458Y; Imagem aérea de 1986, na escala de 1:30.000. CEMIG 2010 C - 0208 e 0209; Imagem aérea de 2003 (Fonte: Acervo Núcleo de Geotecnia da Escola de Minas/UFOP; disponibilizadas pelo Prof. Frederico Garcia Sobreira). Imagem aérea de 2018. (Fonte: Fundação Gorceix).

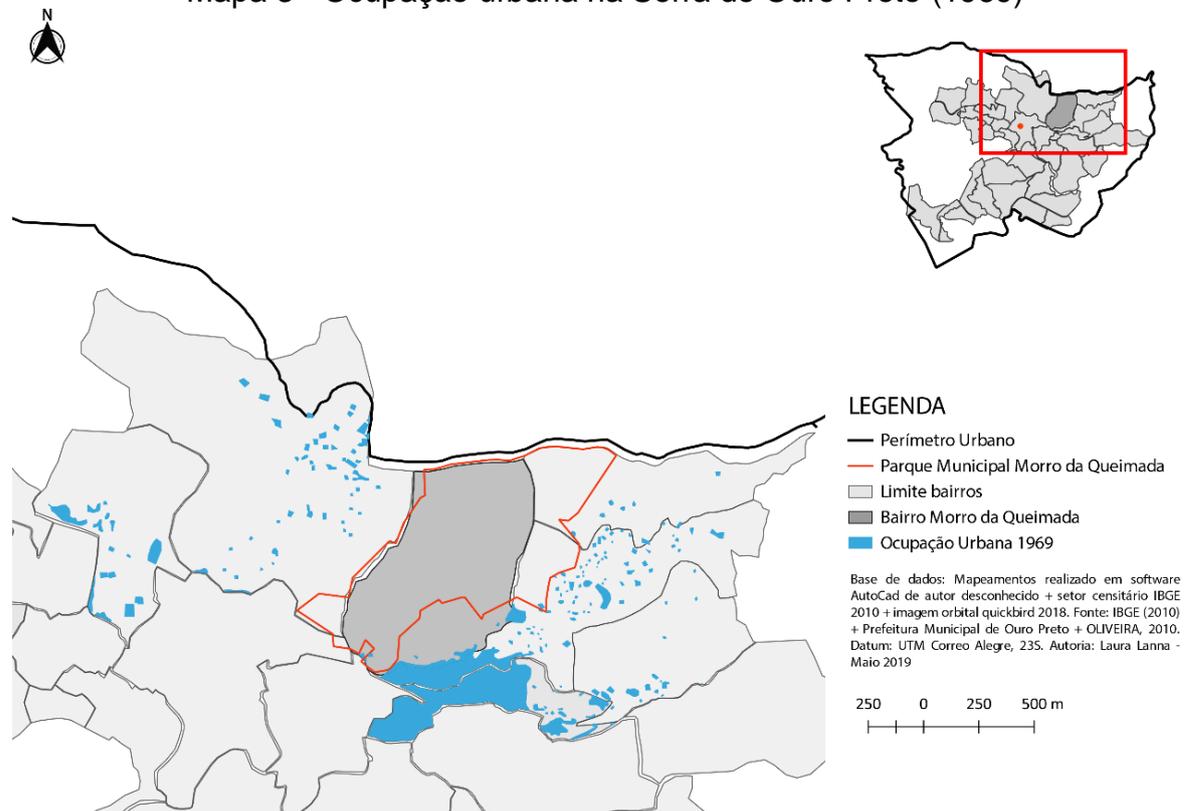
⁶⁹ Cartografias desenvolvidas em *software* específico pela arquiteta Laura Lanna, em colaboração para esta tese. Para o processo de georreferenciamento, foi utilizada imagem orbital *Quickbird* (2018). Grande parte da base de dados constava o sistema de referência em Córrego Alegre, não mais usual. Sendo assim, para procurar diminuir os erros, optou-se por converter a imagem aérea mais recente, de 2018, também para Córrego Alegre. As demais cartografias apresentam o sistema de referência mais atual, Datum UTM SIRGAS 2000, 23S.

Mapa 2 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1950)



Fonte: Acervo da autora

Mapa 3 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1969)

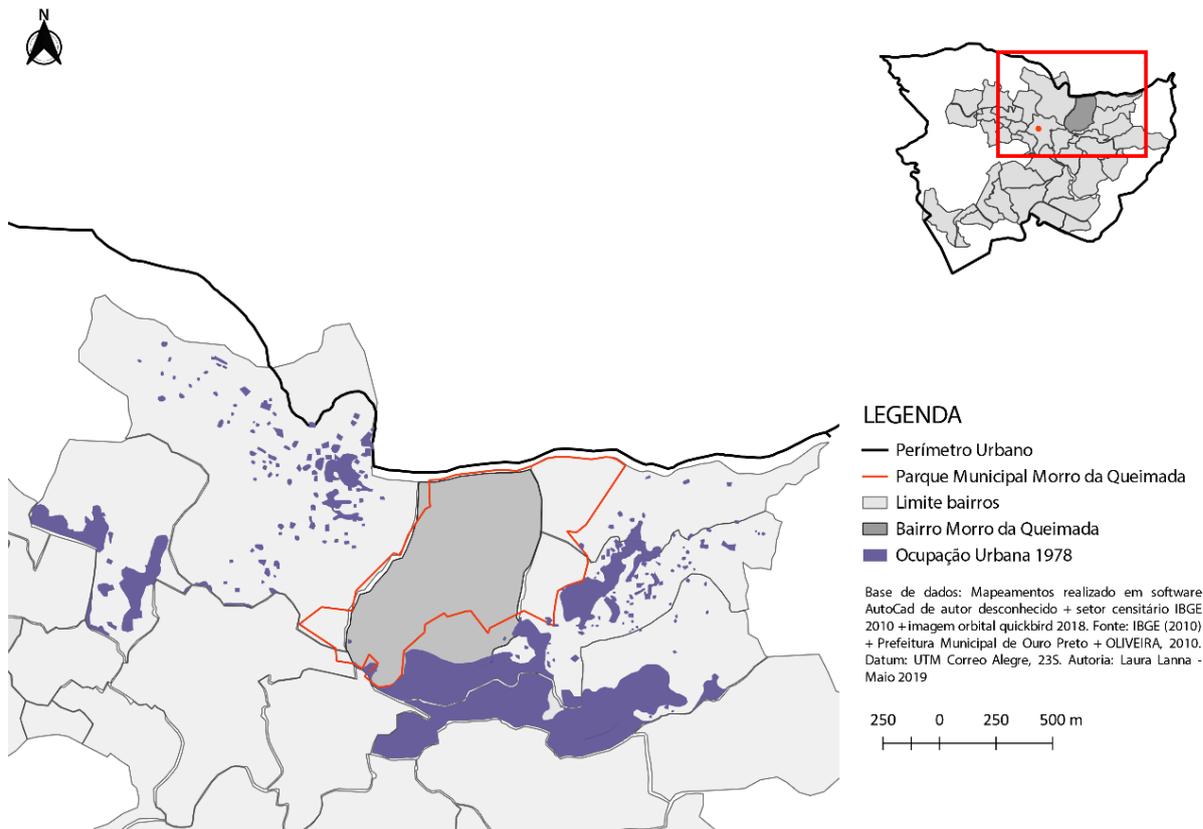


Fonte: Acervo da autora

O Mapa 4 apresenta, em cartografia, a ocupação urbana de 1978, que segue a tendência de expansão urbana do Alto da Cruz para o bairro Nossa Senhora da Piedade, a leste; e, no vetor norte, a ocupação avança em direção ao Morro da Queimada, cujo bairro, nesse momento, começa a se configurar acima da Rua do Ouro. Observa-se também maior adensamento nos antigos núcleos da serra, onde se encontram as capelas, nos bairros Morro Santana, Morro São João, Nossa Senhora da Piedade e São Sebastião. O aumento da população, na década de 1970, é caracterizado pelo processo de migração, em que a cidade de Ouro Preto se torna atrativa pelo aquecimento de sua economia, com base na indústria e no turismo. Esse fenômeno será confirmado em narrativas da população do bairro, como será conferido adiante.

O centro da cidade também vai ser progressivamente impactado com adensamentos e desmembramentos de terrenos, que se refletem na desfiguração do seu tecido urbano antigo, como se pode observar em imagens comparativas da cidade, no capítulo 2. Segundo Sobreira e Fonseca (2001), nesse período, a malha urbana da cidade apresenta um crescimento na ordem de 40%, em relação à sua área até então ocupada. A especulação imobiliária, somada a políticas públicas ineficientes e à ausência de programas habitacionais, levam famílias a procurarem áreas periféricas nas encostas da cidade, em áreas de risco geológico, que começam a se manifestar. O ano de 1978 será marcado por sérios problemas de movimentos de terra na cidade, em função de intenso período de chuvas. Essas ocorrências se intensificam por meio de ações antrópicas ao meio, continuam na década de 1980 e se tornam recorrentes no território, e são objeto de diversos estudos, mapeamentos e proposições de especialistas da área, embora essas questões sejam negligenciadas por agentes sociais e pelo poder público (SOBREIRA; FONSECA, 2001).

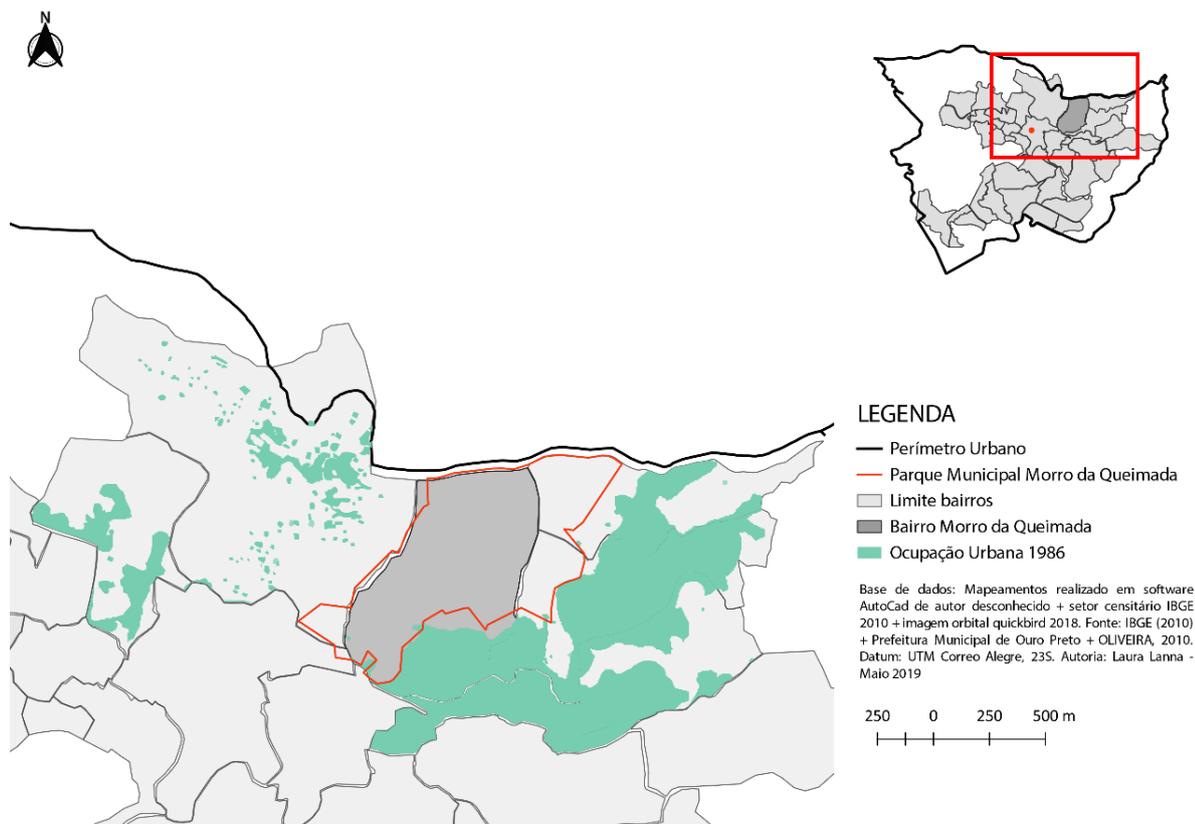
Mapa 4 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1978)



Fonte: Acervo da autora

A ocupação urbana da Serra de Ouro Preto, representada na cartografia de 1986 (Mapa 5), já demonstra um quadro completamente consolidado nos bairros de encosta, nas regiões do Morro da Queimada, do Alto da Cruz, da Piedade e do Morro Santana, em período em que as ações do poder público ainda não haviam passado de planos urbanos não implementados e de atuações mais pontuais. E, embora o período seja marcado por mudanças nesse cenário, com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, em 1980, e as inscrições no *Livro do Tombo Histórico* e no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, em 1986, o primeiro Plano Diretor da cidade somente será estabelecido mais à frente.

Mapa 5 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (1986)



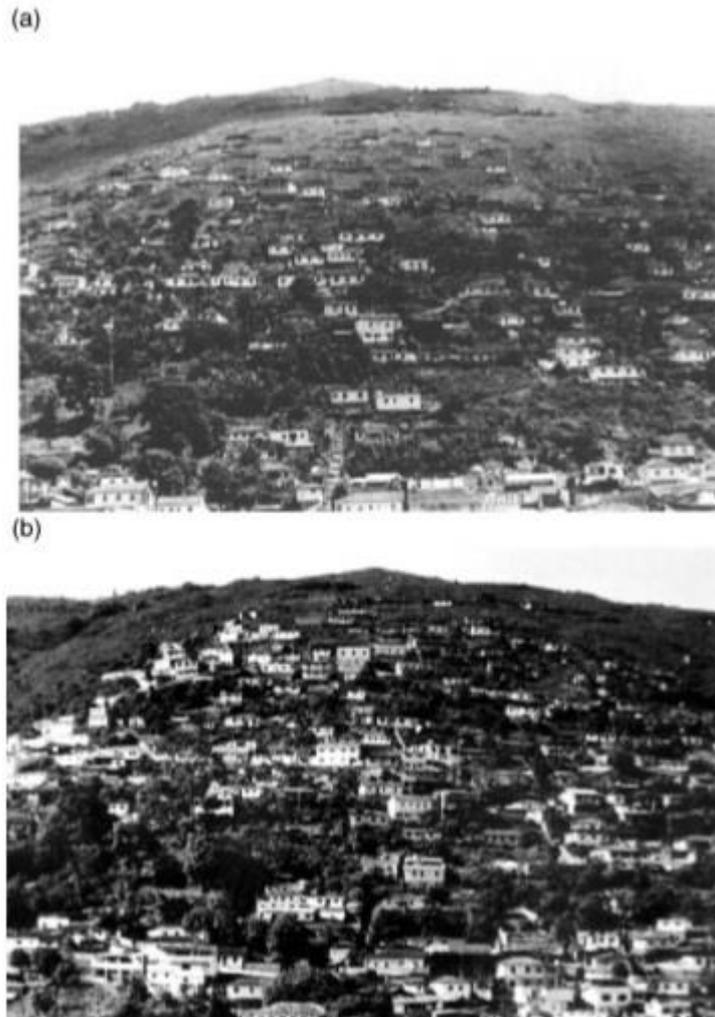
Fonte: Acervo da autora

Sobreira e Fonseca (2001) analisaram a expansão urbana do bairro Morro da Queimada por períodos, desde o ano de 1950, e concluíram que o crescimento, entre os anos de 1986 a 1997, correspondeu a uma taxa de ocupação de 3,8% de crescimento ao ano. Nesse momento, os autores sinalizaram que, considerando a manutenção dessa taxa de expansão, o processo levaria a uma completa ocupação da região em menos de 10 anos, e ressaltaram que a ocupação urbana nesse período alcançou a região onde se concentra o maior conjunto arqueológico existente no Morro da Queimada. Como solução para “salvar o que resta” dos remanescentes arqueológicos do antigo Arraial do Ouro Podre, Sobreira e Fonseca (2001, p. 16) recomendam a delimitação de uma área *non-edificandi* e a implantação de um “Parque Histórico do Morro da Queimada”, ao fazer referência ao Plano Diretor de 1996, que já indicava a sua criação.

As imagens da Figura 55 constam no trabalho de Fonseca *et al.* (2001), em análise comparativa do bairro Morro da Queimada, entre os anos de 1990 e 1998, onde se

percebe, além da expansão da ocupação, um maior adensamento da região. A maior concentração dos remanescentes arqueológicos encontra-se na porção superior dos registros.

Figura 55 - Imagens comparativas do Morro da Queimada dos anos de 1990 (a) e 1998 (b)



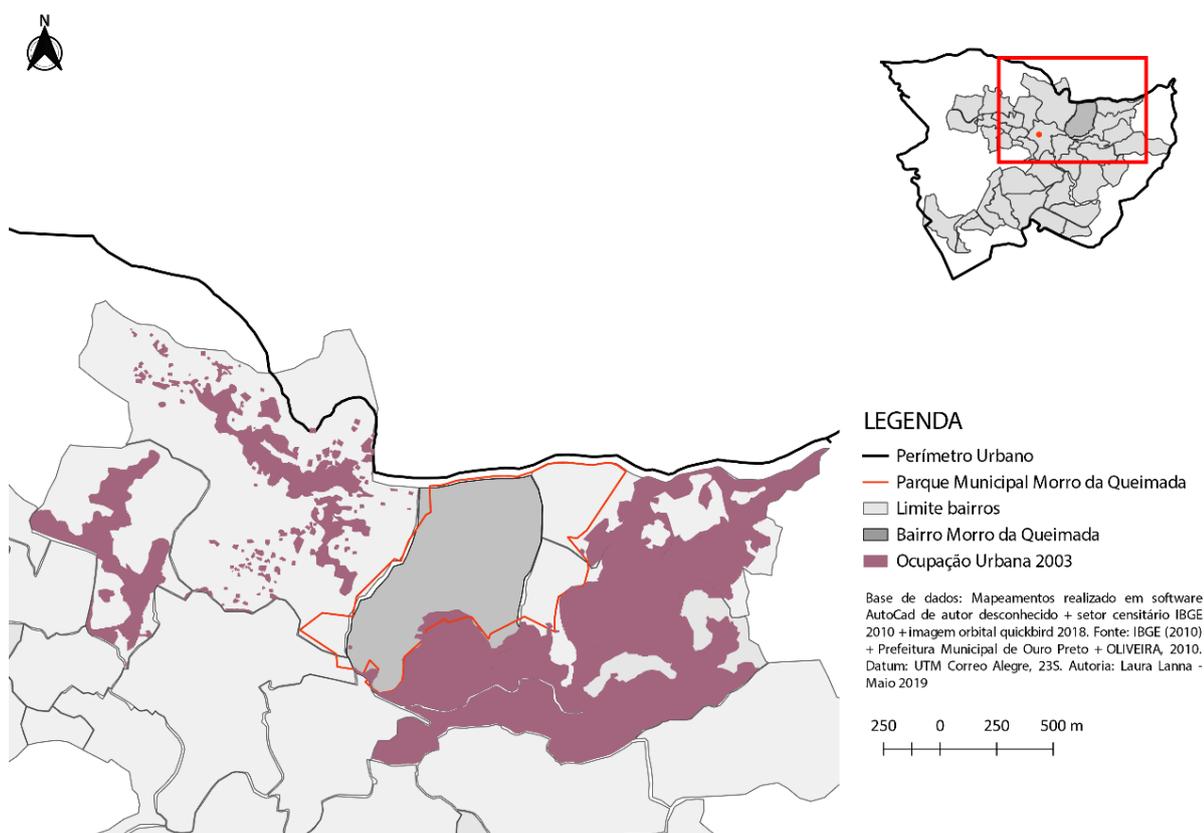
Fonte: Fonseca et al. (2001)

Cabe destacar que os vestígios arqueológicos se afloram por toda a extensão da Serra de Ouro Preto e que a expansão urbana também vai se sobrepôr a regiões de antigos arraiais do entorno do Morro da Queimada, cujo território compreende um mesmo sítio arqueológico, como o Morro Santana, o Morro São João, o Morro São Sebastião e o bairro Nossa Senhora da Piedade, onde também se observaram consideráveis avanços de ocupação, desde a década de 1970. Esse mesmo processo urbano se desencadeou em outros importantes sítios da Serra de Ouro Preto que, assim como o Morro da Queimada, também guardam registros culturais e

históricos de uma mesma cadeia e sistemas representativos de produção, como no bairro Veloso, na direção oeste, e no Taquaral, na direção leste, cujo vetor apresenta grande expansão urbana.

Até o ano de 2003 (Mapa 6), nenhuma ação efetiva havia sido realizada e a ocupação avançou de maneira acelerada em direção ao conjunto das ruínas do Morro da Queimada, conforme havia sido previsto em estudos de especialistas. Observa-se, na cartografia, que a ocupação chegou a transpor a delimitação, que será aprovada em 2008, para o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada. Como já descrito no capítulo anterior, o ano de 2003 será marcado pela Missão da UNESCO em Ouro Preto e, dentre as recomendações, estava a preservação dos remanescentes arqueológicos do Morro da Queimada, como medida necessária para o controle do processo de deterioração do patrimônio cultural e ambiental de Ouro Preto (FERREIRA, 2011).

Mapa 6 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (2003)



Fonte: Acervo da autora

Em entrevista para esta tese, o ex-chefe do escritório técnico de Ouro Preto, Benedito Tadeu de Oliveira⁷⁰ (2019), descreve que os trabalhos para a elaboração do projeto de implantação do Parque do Morro da Queimada tiveram início em 2004:

O Morro da Queimada eu comecei em 2004... Montei os grupos de estudos em 2004, mas a gente só conseguiu o dinheiro em 2009... É, a gente conseguiu pela Lei Rouanet, o financiamento para projeto, né...

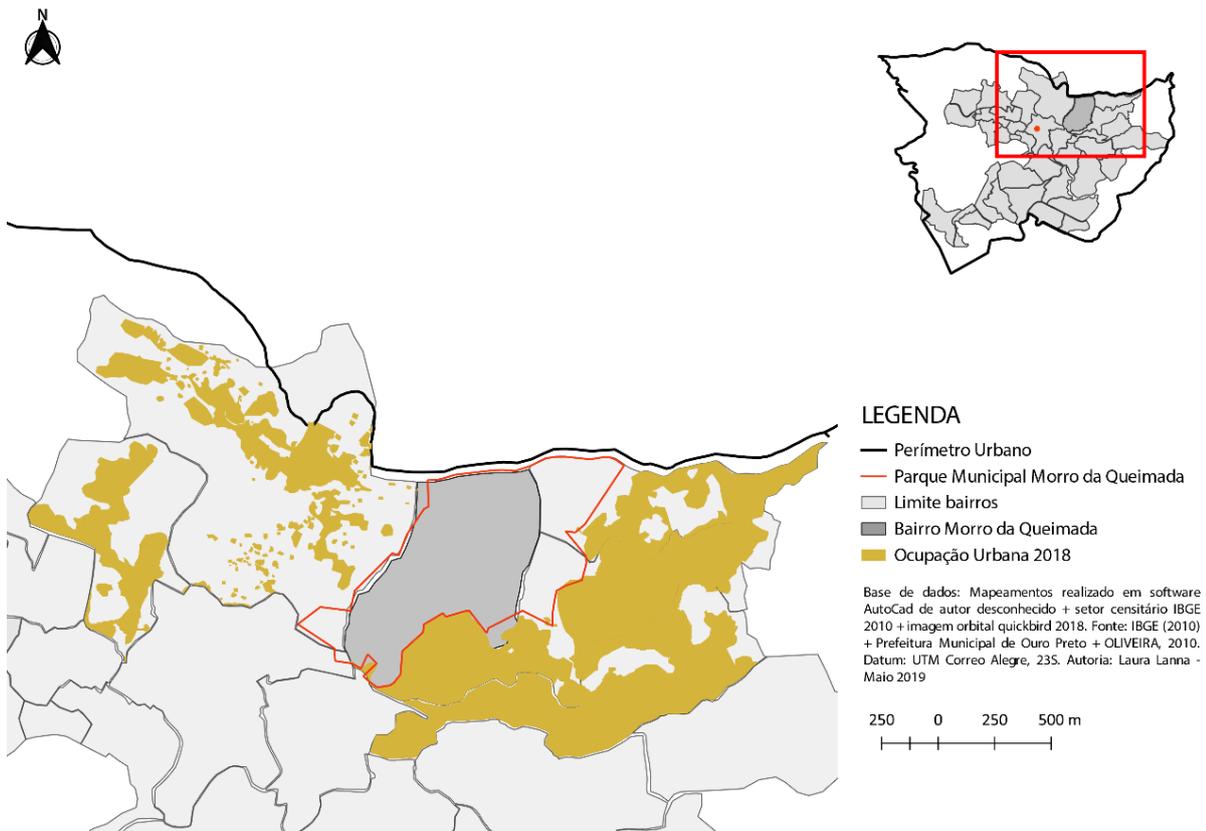
O processo e os trabalhos dos grupos envolvidos serão analisados adiante, mas cabe ressaltar que, no ano de 2005, é aprovado o Projeto de Implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada no Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (PRONAC/MinC). A delimitação da área do parque foi definida em outubro de 2005, quando também se inicia o processo de desapropriação para relocação de algumas moradias, cujas demolições se efetivam em 2006 (FERREIRA, 2008). Em 2008, o IPHAN inscreve o Sítio Arqueológico Morro da Queimada em seu Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos⁷¹ e, embora as ações tenham acontecido tardiamente, considera-se uma importante iniciativa do órgão, diante da considerável ameaça de destruição do sítio (FERREIRA, 2011). Também em 2008 será criado o Parque Arqueológico Municipal do Morro da Queimada, pela Lei Municipal nº. 465, de 29 de dezembro de 2008.

A cartografia apresentada no Mapa 7 retrata a ocupação urbana da Serra de Ouro Preto, em 2018, seu registro mais recente. Observa-se que o crescimento urbano continuou durante os anos, o que evidencia um maior adensamento na região do Morro São Sebastião. Este é um vetor de expansão, neste momento, em direção ao parque, a partir da Rua do Fundão. Embora ainda existam regiões pontuais de maior pressão urbana, o processo foi contido a partir do bairro Morro da Queimada, após a remoção de algumas famílias, em 2006, e é possível notar, ao comparar os mapas de 2003 e 2018, a retração da mancha desapropriada no limite do parque.

⁷⁰ O arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira foi chefe do escritório técnico do IPHAN de Ouro Preto, entre maio de 2002 e maio de 2009. Assumiu, em 2004, a coordenação do projeto para a implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

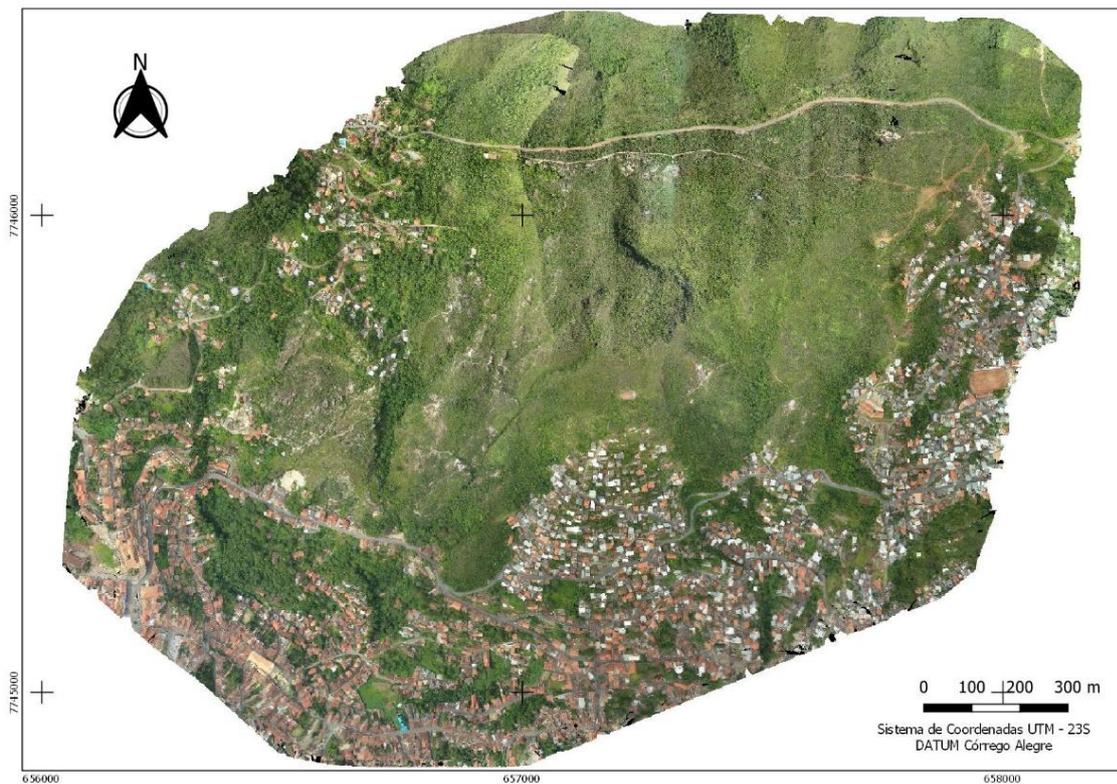
⁷¹ Segundo Ferreira (2011), a Coordenadoria de Arqueologia/SPHAN, em Telex 149/1986, solicita que, nos planos de trabalho de 1987, 1988 e 1989, sejam incorporadas atividades referentes à preservação arqueológica, com base na Lei nº. 3.924/1961. Entretanto, nenhuma documentação foi encontrada.

Mapa 7 - Ocupação urbana na Serra de Ouro Preto (2018)



Fonte: Acervo da autora

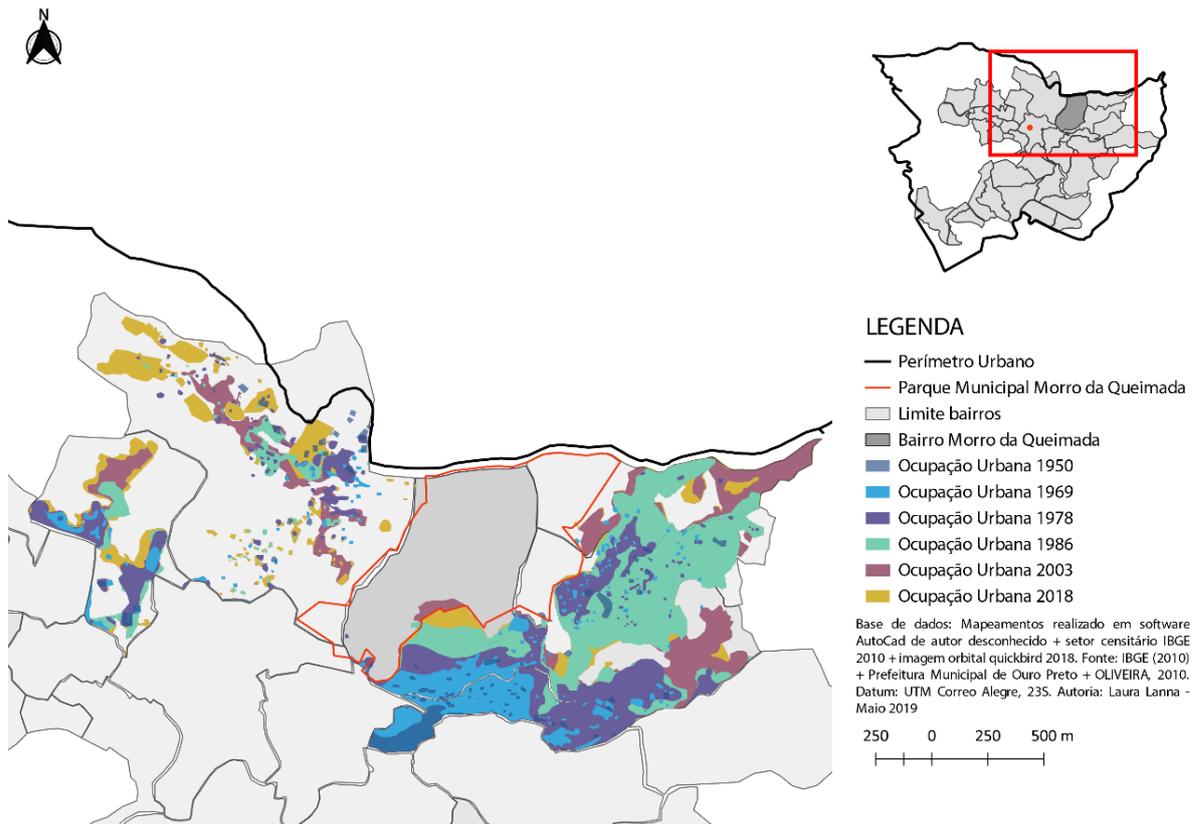
Figura 56 - Imagem aérea da região do Morro da Queimada (2018)



Fonte: Fundação Gorceix

A imagem aérea de 2018, que serviu de base para a produção do Mapa 07, é apresentada na Figura 56 e foi realizada pela Fundação Gorceix, sob coordenação do engenheiro Marco Antônio Pedrosa. Todo o processo de expansão analisado nas cartografias anteriores, de 1950 até 2018, foi representado em sobreposições de manchas, como estratos temporais das ocupações, na imagem do Mapa 8.

Mapa 8 - Estratos das ocupações urbanas na Serra de Ouro Preto (1950 a 2018)



Fonte: Acervo da autora

Na seção seguinte, o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada será apresentado como bem patrimonial, para melhor reconhecimento da região em que se estabelece o estudo de caso. Serão incorporadas também descrições e análises das ações e dos processos de proteção da área até o momento, além de narrativas e experiências de alguns especialistas, que já estiveram ou que continuam envolvidos com trabalhos na região. Como já descrito, o sítio arqueológico incorpora um território maior que o atual limite do parque, sendo assim, algumas regiões de crescimento continuam sendo motivo de preocupação e, no momento, encontra-se em processo um estudo para revisão do perímetro do parque, além de uma proposta de mudança de categoria, cujas questões também serão contempladas adiante.

3.3 O enlace de valores patrimoniais em um território de riscos e conflitos

Passei apenas alguns momentos por esses ermos frios, de uma tristeza severa. Aqui as ruínas dominam as formas compostas do que lá embaixo, no seu encanto sinuoso, é a cidade. Galgam a escarpa, vão infatigavelmente à procura do céu, e adquirem uma espécie de monumentalidade negra, comburida, que nos oprime. Não têm a doçura um pouco vaporosa das ruínas românticas, de que o começo do século XIX impregnou a visão de velhos jardins, com suas colunas a beira-lago. São ásperas, cruéis, e se não vêm seguramente daquele dia de julho de 1720, em que a soldadesca do Conde de Assumar ateou fogo no arraial de Ouro Podre, pois Diogo de Vasconcelos alude a um arraial ali construído posteriormente e que por sua vez se converteu nesses escombros, não são por isso menos acerbas. Alguma coisa selvagem, própria da natureza, se incorporou aos pedaços de paredes, muros e corredores de pedra, remanescentes de técnicas primitivas de mineração, e que se estendem por um espaço não suspeitado a primeira vista. Sucessivas plataformas e dobras de morro ostentam restos de construções, aparentemente sem outro qualquer vestígio de presença humana. Em vão o olhar **procura descobrir um desses humildes objetos que assinalam a vida de todos os dias, mediadores entre o homem e a natureza**. Aqui havia casas, mundéus, ferramentas e vidas. Não há mais nada senão pedras negras, vegetação rala, musgo, flores insistentes que rompem de qualquer jeito (DRUMMOND, 1952, grifos nossos).

Na citação acima, Drummond (1952), em seus relatos da viagem à Ouro Preto, descreve sua passagem pela região do Morro da Queimada e analisa a paisagem, sem que, para isso, precise denominá-la como. Ao espaço, o escritor atribui valor histórico, arqueológico, cultural e ambiental. O escritor compreende a espacialização do tempo, em estratos, na paisagem configurada na mediação do homem com a natureza, cujas marcas não mais conferem presença humana ao ambiente vivido. Mas aquela “monumentalidade” desperta os sentidos, em uma experiência estética ao ambiente, conformado pela natureza marcada pela mineração e pelas ocupações que ali existiram.

Na seção anterior foi analisado o processo de (re)ocupação do Morro da Queimada, em ocorrências visíveis e de avançada expansão urbana nas encostas da Serra de Ouro Preto, sobre o sítio arqueológico. Também foram citadas, de maneira cronológica, as ações de proteção que se desencadearam a partir do ano de 2003. Sobreira e Fonseca (2001) destacam, em seu estudo, a ameaça que, naquele momento, as ocupações ofereciam aos vestígios arqueológicos, ao enfatizar que a

área revela um importante acervo da arqueologia industrial e da história da mineração. Os autores também assinalam que algumas ruínas foram destruídas, ao serem aproveitadas como base de casas ou para material de construção. Domingues e Sobreira (2006) apresentam caracterização de estruturas remanescentes ao longo da Serra de Ouro Preto, entre aquedutos, bocas de minas, sarilhos, reservatórios e mundéos.

Entre os vestígios arqueológicos da mineração também se encontram remanescentes de antigas edificações em alvenarias de pedra, como nas imagens apresentadas nas Figuras 57 e 58.

Figura 57 - Conjunto de vestígios de edificações



Fonte: Guimarães (2004)

Figura 58 - Vestígios arqueológicos de prováveis edificações



Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória (IFAC/UFOP)

Segundo Domingues e Sobreira (2006), os aquedutos⁷² preservados encontram-se na região do Veloso, funcionavam como canais de condução da água para o sistema de desmonte hidráulico e confirmam o domínio da técnica e o conhecimento do meio geográfico. Ainda conforme os autores, as inúmeras bocas de minas (Figura 63) demonstram o labirinto da mineração subterrânea, mas seu cadastramento é complexo, porque muitas possuem difícil acesso ou foram cobertas por ocupações. O estudo destaca, ainda, que os sarilhos (Figura 60) se constituem em poços verticais de, aproximadamente, um metro de diâmetro, se comunicam com as minas subterrâneas, e podem atingir 20 metros de profundidade. A princípio, a função dos sarilhos seria para iluminar e ventilar as minas, mas se suspeita que também eram utilizados como canais para remoção de material escavado. Em relação aos reservatórios, eram usados para armazenar a água, simplesmente escavados na rocha e muitos se encontram em frente às bocas de minas (DOMINGUES; SOBREIRA, 2006). Os mundéos (Figura 59) são estruturas comumente encontradas no sítio arqueológico e sua função foi explicada anteriormente, nos métodos apresentados de desmonte.

Figura 59 - Imagem de uma estrutura de mundéo, cuja saída é utilizada como passagem de esgoto



Fonte: Guimarães (2004)

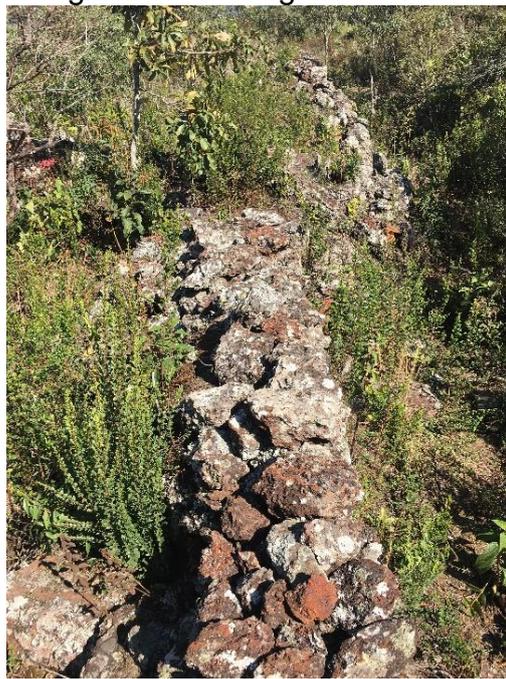
⁷² Os aquedutos se conformaram de quatro formas: escavados na própria rocha; sustentados por muros de pedra seca; em galerias; e em canais construídos por paredes laterais de pedra e argamassa (SOBREIRA *et al.*, 2009).

Figura 60 - Registro de um sarilho



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 61 - Vestígios de muros



Fonte: Acervo da autora (2017)

No limite do Parque Morro da Queimada, entre os vestígios arqueológicos, destaca-se a estrutura remanescente de um antigo moinho de vento, localizado na região do Morro São João (Figura 62).

Figura 62 - Registro do moinho



Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória (IFAC/UFOP)

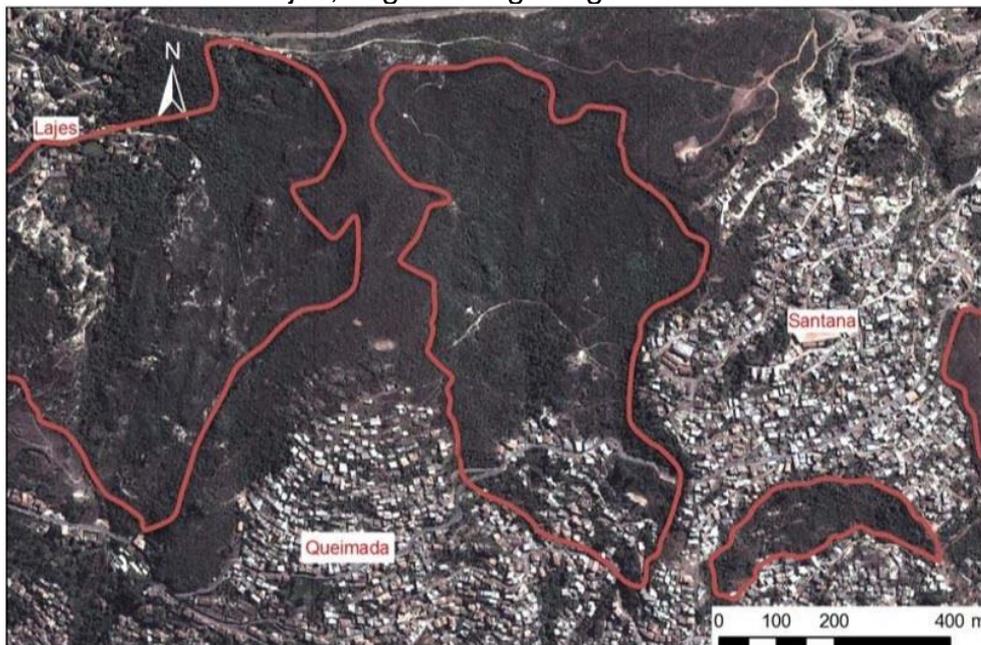
Figura 63 - Registro de uma boca de mina



Fonte: Acervo da autora (2017)

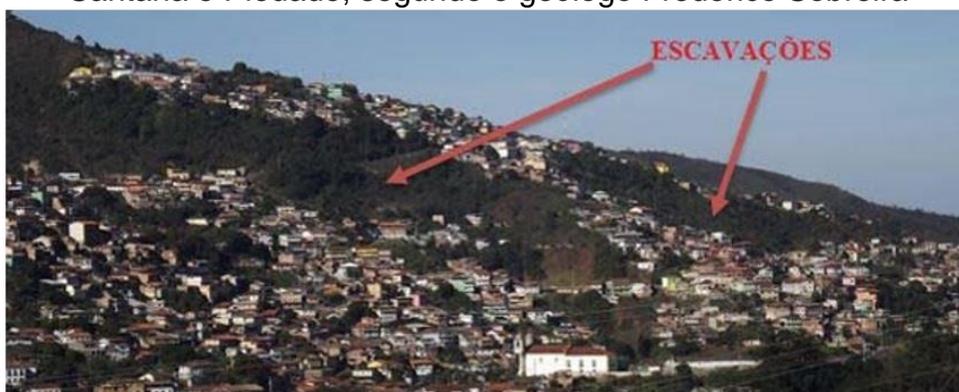
Em relação ao ambiente natural, Sobreira (2014, p. 59) destaca que as alterações são de grande proporção e “qualquer observador mais atento pode hoje verificar não se tratar de uma paisagem natural a vertente da Serra de Ouro Preto que delimita a cidade a norte”. O ambiente natural modificado pela ação antrópica é analisado pelo engenheiro, que descreve mudanças na geometria das encostas, por escavação e depósitos de material, execução de taludes, além de alteração dos cursos d’água. As alterações acabam por gerar instabilidade no terreno e desencadeiam processos erosivos. As Figuras 64 e 65 apresentam as áreas escavadas nas imediações do bairro Morro da Queimada.

Figura 64 - Áreas escavadas no entorno dos bairros Morro da Queimada, Santana e Lajes, segundo o geólogo Frederico Sobreira



Fonte: Sobreira (2014)

Figura 65 - Alterações morfológicas entre os bairros Morro da Queimada, Santana e Piedade, segundo o geólogo Frederico Sobreira



Fonte: Sobreira (2014)

A fotografia da Figura 66 revela a cava produzida pelo desmonte da mineração e a significativa alteração morfológica do terreno, indicada por Sobreira (2014) na Figura 64, entre o bairro Morro da Queimada e a região das Lajes. Ao fundo e na parte superior, é possível verificar as ocupações ao longe da Rua do Fundão, em direção à área do Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada.

Figura 66 - Alteração morfológica entre o bairro Morro da Queimada e a região das Lajes e, no alto, as edificações da Rua do Fundão



Fonte: Acervo da autora

Sobreira e Fonseca (2001) analisam os impactos físicos e sociais nas encostas da Serra de Ouro Preto e destacam que as ocorrências de deslocamento de terra se fazem por condições naturais, mas também antrópicas. As ocupações ocorrem em áreas mineradas, geologicamente instáveis, com declividade acentuada e próximas à cursos d'água. E somam-se ao uso indiscriminado e predatório do solo, em modificações do terreno com grandes cortes e taludes, bloqueio de drenagem e remoção de vegetação. Segundo os autores, os processos de erosão se desencadeiam de maneira natural e por ação humana, em meio físico desfavorável por condições morfológicas e geológicas (SOBREIRA; FONSECA, 2001). Além

disso, os autores também atribuem, como fator de risco, as características técnicas e construtivas dos imóveis. Por vezes, quando essas construções se fazem sobre galerias subterrâneas mais superficiais, podem comprometer a estabilidade dos imóveis. Ao ser questionado, em entrevista, sobre os riscos existentes de escorregamento no bairro Morro da Queimada, Sobreira (2019) explica:

[...] o problema é escavação para construir... ou ocupação de lugar que foi escavado. [...] ali no Morro da Queimada ficou aquele relevo bonitinho, porque ele é canga... é duro... então não deu para aplicar o método de desmonte. [...] ali... a Queimada mesmo, onde está o bairro, né, então ali só tem escavação subterrânea... então não tem esse problema de escorregamentos. [...] A 15 de Agosto está cheia de mina também... você sabe... mas as galerias têm um pequeno diâmetro... e a posição geológica ali é favorável... normalmente, é favorável, né...

Sobre o Parque Arqueológico Morro da Queimada, chegou-se a pensar em sua criação de maneira integrada ao Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas, por se tratarem de regiões contíguas, conforme consta em relatório⁷³ emitido por grupo técnico formado por instituições e associações, estabelecido em Audiência Pública realizada no dia 21 de março de 2001 (FERREIRA, 2011). Em 2003, na apresentação dos resultados pelo grupo técnico, em nova audiência pública, decidiu-se que o melhor seria separar as áreas dos parques, sob argumento de que se constituíam de naturezas distintas. Organizaram-se, então, dois grupos de trabalho, sendo a equipe do Morro da Queimada formada pelo IPHAN, pela UFOP, pelo Instituto Federal Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto (IFMG-OP), pela Associação de Amigos de Ouro Preto (AMA-OP) e pela Câmara Municipal de Ouro Preto (FERREIRA, 2011). Em audiência realizada em 24 de fevereiro de 2005, no Morro São João, retomam-se as discussões e, a partir desse ano, as ações, finalmente, começam a se efetivar.

Em relação ao projeto do Parque Arqueológico Morro da Queimada⁷⁴, aprovado pelo PRONAC/MinC, em 2005, Oliveira (2019) explicou que foram criados, a partir de 2004, cinco grupos de trabalho coordenados por ele: a pesquisa histórica foi

⁷³ Relatório denominado *Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada – Delimitação da Área de Proteção* (FERREIRA, 2011).

⁷⁴ Em 2009, a FIOCRUZ estabelece um convênio com a UFOP, com a Fundação GORCEIX e com o Museu de Arte Sacra para o desenvolvimento do Projeto do Parque Morro da Queimada. Pela Lei Rouanet, são disponibilizados recursos da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e da Novelis.

realizada pela Prof.^a Dr.^a. Myriam Bahia Lopes⁷⁵; o projeto de implantação foi atribuído ao arquiteto Rodrigo Meniconi⁷⁶; a regularização fundiária ficou a cargo da prefeitura, sob coordenação da arquiteta Maria Cristina Cairo Silva⁷⁷; o programa de habitação com o arquiteto Uziel Kutler Rozenwajn⁷⁸; e o ecomuseu sob coordenação da museóloga Yára Mattos⁷⁹, cujos trabalhos se relacionam diretamente com a comunidade, por meio de oficinas. Sobre o processo de regulação fundiária, Oliveira (2019) esclarece que Juliano Ferreira⁸⁰, morador do bairro e, na época, estagiário do projeto e estudante de História, esteve à frente dos trabalhos. Sobre o projeto de habitação⁸¹, coordenado pelo arquiteto Uziel Kutler Rozenwajn, Oliveira (2019) explicou sua necessidade e destacou o convênio estabelecido com o Programa de Arquitetura Pública, da Escola de Arquitetura da UFMG:

Teve a retirada de 19 famílias... e aí o IPHAN fez um convênio com a arquitetura pública da UFMG... e aí foram os estudantes lá para ajudar a projetar as casas, né... [...] Essas 19 pessoas foram indenizadas e elas tiveram a opção de comprar um lote... lá no morro ou em outro lugar, e fazer uma residência nova... ou então comprar uma residência já construída.

Segundo consta em relatório de regularização fundiária, elaborado por Ferreira (2008), a delimitação da área do parque foi definida em outubro de 2005⁸², e procurou incorporar a região de maior concentração de ruínas e vegetação nativa,

⁷⁵ Prof.^a Dr.^a. Myriam Bahia Lopes, coordenadora da Casa dos Contos em Ouro Preto, entre 2001 e 2004. Professora da Escola de Arquitetura da UFMG.

⁷⁶ Prof. Rodrigo Otavio de Marco Meniconi, arquiteto e professor do Curso Superior de Tecnologia de Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto.

⁷⁷ Arquiteta Maria Cristina Cairo Silva, coordenadora da Unidade Executora de Projetos do Programa Monumenta em Ouro Preto (2006-2007). Assessora especial da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto (2007-2008).

⁷⁸ Arquiteto Uziel Kutler Rozenwajn, atuou na Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura de Ouro Preto, em 2005.

⁷⁹ Prof.^a Dr.^a. Yára Mattos, museóloga e professora do Departamento de Museologia da UFOP. Coordena, com a Prof.^a Dr.^a. Márcia Maria Arcuri Suñer, o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Patrimoniais e Processos Museológicos Comunitários do DEMUL/UFOP.

⁸⁰ Atualmente, Juliano Ferreira é presidente da Câmara dos Vereadores de Ouro Preto e importante liderança política no bairro Morro da Queimada.

⁸¹ Foram elaborados cinco projetos em uma primeira etapa e outros cinco em uma segunda etapa. “O 1º grupo elaborou e aprovou 80% dos projetos em que trabalhou, enquanto o 2º grupo elaborou 50% de seus projetos, sem aprová-los”. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br>>. (Acesso em: 10 ago. 2019.)

⁸² Utilizou-se, como base cartográfica, a carta topográfica do IBGE de Mariana - 1:50.000, de 2003, e bases fornecidas pelo IPHAN. O perímetro foi feito conforme orientações de técnicos da prefeitura e do IPHAN. A execução do trabalho foi realizada pela empresa Azul Consultoria Ambiental Ltda., sob responsabilidade da geógrafa Sílvia Raquel Almeida Magalhães. A área definida para proteção é de, aproximadamente, 67 hectares. O processo também contou com a participação da Associação de Moradores do Morro da Queimada (FERREIRA, 2008).

mas evitou as áreas de maior urbanização. Sobreira (2019) participou do processo de delimitação, com o escritório técnico do IPHAN-OP e explica como ele ocorreu:

O critério que a gente utilizou para definir o da Queimada era o seguinte... porque não tinha ameaça por parte do São Sebastião nem do São João... o negócio era ali... subindo o bairro da Queimada... era a 15 de Agosto... ocupação ali por baixo. Eu e a Simone que delimitamos ali... saímos lá do topo, lá onde estavam as ruínas e fizemos uma caminhada... Simone Silvestre, do IPHAN. E aí, a gente chegou ao seguinte critério... nós vamos ver até onde dá para salvar... até onde tem uma densidade de casas que podem ser removidas.

Dentro da delimitação proposta estavam incorporadas residências de algumas famílias e o processo de desapropriação, segundo consta em relatório dos trabalhos, se estabeleceu em consenso com os moradores, e foi definido que a relocação seria realizada para áreas próximas e, preferencialmente, no próprio bairro (FERREIRA, 2008). A Figura 67 retrata a região do Morro da Queimada, próxima ao Campinho da Vassoura, em local onde algumas moradias, que se faziam sobre vestígios arqueológicos, foram removidas.

Figura 67 - Imagem da região do Morro da Queimada, próxima ao Campinho da Vassoura, antes do processo de desapropriação



Fonte: Guimarães (2004)

Ainda conforme relatório (FERREIRA, 2008), após várias reuniões técnicas e negociação com os moradores, os imóveis foram vistoriados, para início do processo de regularização fundiária. Após avaliação dos imóveis, foram realizadas as indenizações durante o ano de 2006, estabelecidas em valores de R\$ 15.000,00 a R\$ 19.900,00 reais. Concluído o processo, as edificações foram demolidas (Figuras 68 e 69).

Sendo assim, em 2008, foi criado oficialmente o Parque Arqueológico Municipal do Morro da Queimada, pela Lei Municipal nº. 465, de 29 de dezembro⁸³, composto por uma área aproximada de 67 hectares.

Figura 68 - Edificação sobre remanescente arqueológico



Fonte: Arquivo IPHAN-OP

Figura 69 - Demolição de uma das moradias construídas nas proximidades das ruínas



Fonte: Arquivo IPHAN-OP

Em relação ao projeto arquitetônico das estruturas de apoio ao Parque Arqueológico Morro da Queimada, Oliveira (2019) argumenta a proposta: “não tem impacto quase nenhum sobre... suspenso... não tem interferência quase nenhuma no sítio... com laje vegetada... sistema de reverter... fácil de montar, né, com estrutura metálica... a gente estudou muito isso”. Sobre a implantação dos edifícios (Figura 70), ele informa: “a gente escolheu os pontos para o edifício... mais nas extremidades para... para delimitar o espaço, sabe?” (OLIVEIRA, 2019). Sendo assim, Oliveira (2019) destaca que a localização dos edifícios foi definida estrategicamente, como forma de delimitação e monitoramento.

⁸³ Alterada pela Lei nº. 966, de 5 de novembro de 2015, para passar à Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, Unidade de Conservação de Proteção Integral.

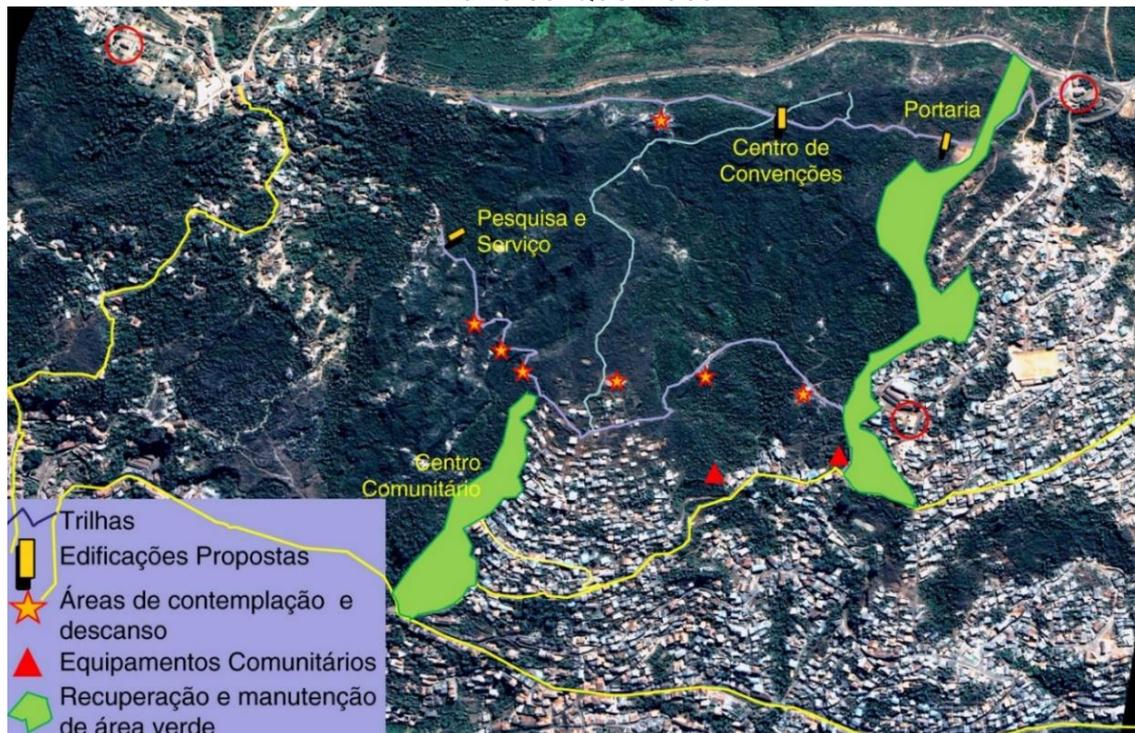
O arquiteto Rodrigo Meniconi (2019), que coordenou o projeto de implantação, destaca como se justifica a preservação: “pela própria vivência, né... desse lugar né? [...] Não só pelo valor arqueológico..., histórico, mas também paisagístico, ambiental”. Ao conceituar o projeto, o arquiteto descreve como se definiu a implantação, e reafirma os critérios já relatados por Oliveira (2019), quando cita: “demarcação territorial, [...] a partir dos caminhos que já existiam e dos lugares que já existiam..., a gente pensou em colocar algumas estruturas, né... que ficassem assim... nas bordas [...]” (MENICONI, 2019). Entretanto, Meniconi (2019) se mostra aberto a reflexões e reconhece que, hoje, questiona “se certas estruturas são necessárias”. Ao relatar sobre o andamento do projeto, ele informa que todos os edifícios foram detalhados, com exceção do destinado à convivência, devido à localização e ao volume proposto, e sugere que a instalação desse equipamento merece ser repensada.

Ainda sobre o projeto, Meniconi (2019) descreve: “o desenvolvimento do que seria feito ou não... seria mesmo ao longo do tempo... não tinha muita coisa muito fechada não... a não ser alguns programas”. Nesse sentido, o arquiteto salienta que a proposta ficou mais aberta, em função dos levantamentos e dos trabalhos arqueológicos e justifica: “porque essas campanhas de escavação são muito longas né... e agora parte já começou a ser feita” (MENICONI, 2019), mas destaca que muitas ruínas foram levantadas, além do mapeamento dos sarilhos. Sobre o projeto arquitetônico, assim como Oliveira (2019), Meniconi (2019) argumenta que a estrutura metálica permite a reversibilidade e afirma: “é tudo solto do chão”. Ele ressalta também a sustentabilidade, ao propor a diminuição de rejeito e a utilização da pedra como material disponível no local.

Quando questionado sobre o envolvimento da comunidade nas proposições, Meniconi (2019) afirma que houveram reuniões para apresentação e escuta da comunidade, mas reconhece que tal metodologia não é efetiva: “a participação... dessa forma, não funciona, né... assim, não... hoje... eu acho que a gente tem outras técnicas”. E, nessa perspectiva, o arquiteto destaca que, atualmente, tem se questionado sobre esse tema e compreende que existem métodos mais colaborativos, e avalia:

[...] eu... particularmente... não sabia lidar com isso... não tem instrumental para isso... não sei como se faz... é... a gente tem sensibilidade... não é também que a gente seja... aquele arquiteto modernista... não é isso... claro que tem... mas a gente nunca sabe exatamente como agir... em certas coisas... (MENICONI, 2019).

Figura 70 - Proposta de implantação das estruturas de apoio ao Parque do Morro da Queimada



Fonte: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br>> (Acesso em: 11 ago. 2019.)

A museóloga e professora Yára Mattos (2019), idealizadora do projeto Ecomuseu da Serra, explica que se incorporou à equipe para a elaboração do projeto do Parque Morro da Queimada, e tinha, como conceito de trabalho, a museologia comunitária. Yára explica que, logo no início, em audiência pública de 2005, quando se discutia a delimitação do parque, aproveitou o momento: “lancei a ideia de um ecomuseu... entende... parte daquela população, que estava lá... ficou muito resistente, não sabia o que era... mas uma outra parte, inclusive Juliano [Ferreira], topou trabalhar e começar toda uma sensibilização”. A especialista conta que, começou atuando com a comunidade do Morro da Queimada, com a colaboração de Juliano Ferreira, e que aproveitaram o Festival de Inverno de 2005, tradicional evento promovido pela UFOP no mês de julho, para iniciar as atividades, com mesa de debate sobre o tema e oficinas:

A primeira oficina... oferecida... foi durante o Festival de Inverno de 2005... no Morro da Queimada... o Juliano foi o monitor dessa oficina e o Gélcio Fortes... que hoje é o coordenador da Casa Guignard... foi o idealizador e executor dessa oficina... com a comunidade local [...] e foi um sucesso... teve uma participação efetiva, sabe? [...] a oficina era... uma aula passeio no Morro da Queimada... a partir dos diários de bordo da visita de Dom Pedro II. [...] A metodologia foi a aula-passeio... o Juliano então falava do aspecto histórico... e o Gê [Gélcio Fortes] orientava no aspecto artístico... [...] e fizemos almoço: o almoço foi feijão tropeiro... feito pela mãe do Juliano... sabe... foi muito lindo... (MATTOS, 2019).

Mattos (2019) destaca ainda: “sempre procurei... trabalhar com moradores locais... aí eu comecei a descobrir que essa geração que estava vindo aí já tinha acesso à universidade, [...] sempre procurei... ligar o trabalho comunitário com o trabalho acadêmico...”. A museóloga ressalta a oportunidade de trazer à Ouro Preto, para assessoria ao projeto, o historiador e arqueólogo Hugues de Varine, consultor internacional na área da Museologia e desenvolvimento.

A proposta idealizada por Mattos (2007), do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, compreende os morros da Queimada, São João, Santana, Piedade e São Sebastião, e tinha como propósito estabelecer seu núcleo no Morro da Queimada. Segundo Varine (2012, p. 182), o termo ecomuseu permite muitas derivações, e ele prefere defini-lo como uma qualificação ao “museu”:

Museu comunitário, se ele emana realmente de uma comunidade particular; museu de território, se ele representa a complexidade de um conjunto de comunidades que coexistem em um pays; museu de sítio (monumental, industrial, arqueológico) ou ainda centro de interpretação, quando este último termo reflete bem a vontade de traduzir uma paisagem, uma história, um personagem, um fato, um problema.

Ainda de acordo com Varine (2012), embora o termo ecomuseu tenha se vinculado aos seus estudos, prefere tratar a temática em suas diversas possibilidades, em que o museu e a Museologia se incorporam às necessidades do desenvolvimento, ao considerar o “patrimônio global de uma comunidade ou de um território”, como “matéria primordial”. E, nesse sentido, também defende o caminho da sustentabilidade por meio da participação comunitária e de maneira colaborativa, na importância da educação popular, ao entender a pesquisa e a conservação como meio de ações e não apenas como finalidade.

Mattos (2019) descreve que Varine esteve em Ouro Preto pela primeira vez em 2008 e que retornou em outras duas oportunidades. Essas visitas geraram três relatórios de missões, que contemplam toda a Serra de Ouro Preto. Em meio aos trabalhos, Mattos (2019) informa: “houve uma cisão” [...] “e as ações do Ecomuseu acabaram... trilhando de forma independente, [...] eu aí fui para o Morro São Sebastião, que eu não tinha ido ainda... mudei de território... e fui muito feliz... estou lá até hoje... eles já se apropriaram dos conceitos”. Mattos (2019) relata que, por questões operacionais, optou por mudar o território de trabalho, porque não concordava com alguns posicionamentos de projeto, e defende a necessidade de incorporar “o trabalho arqueológico” e um programa de implantação que considere a diversidade das comunidades: “o ecomuseu não pode ter uma sede só... sabe... os bairros, eles são muito específicos”. Sendo assim, já na última missão de Hugues de Varine, em 2011, as ações já haviam se deslocado para o Morro São Sebastião. Ainda segundo Mattos (2019), o território do São Sebastião está se configurando como núcleo do projeto e que as ações já começam a refletir em outros lugares, como no bairro Veloso.

Os relatórios das missões elaborados por Varine, e disponibilizados para consulta por Mattos (2019), estabelecem um planejamento que contempla recomendações de atividades e de ações operacionais. No relatório de 2009, destaca-se a função dos inventários participativos ao descrever a importância que “as subjetividades de cada um, expressadas num grupo, trarão complementos qualitativos indispensáveis” (VARINE, 2009, p. 18), e ressalta-se sua relevância na identificação do patrimônio. Nesse sentido, se aproxima do que se pretendeu com a metodologia estabelecida nesta tese, a partir dos atributos analisados por meio de narrativas da comunidade do Morro da Queimada. No último relatório de 2011, Varine também relaciona algumas categorias indispensáveis de análise, que corroboram com aspectos levantados neste trabalho: mapas, história, geologia, botânica, fauna, vestígios arqueológicos, paisagens, memória de vida, práticas religiosas, entre outros.

O Laboratório de Arqueologia da Fafich (UFMG) realizou um trabalho na região, que resultou em um relatório intitulado *Levantamento visual do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada (2004)*. A pesquisa, que consistiu em um reconhecimento da área, foi realizada antes da criação do parque e coordenada pelo arqueólogo e

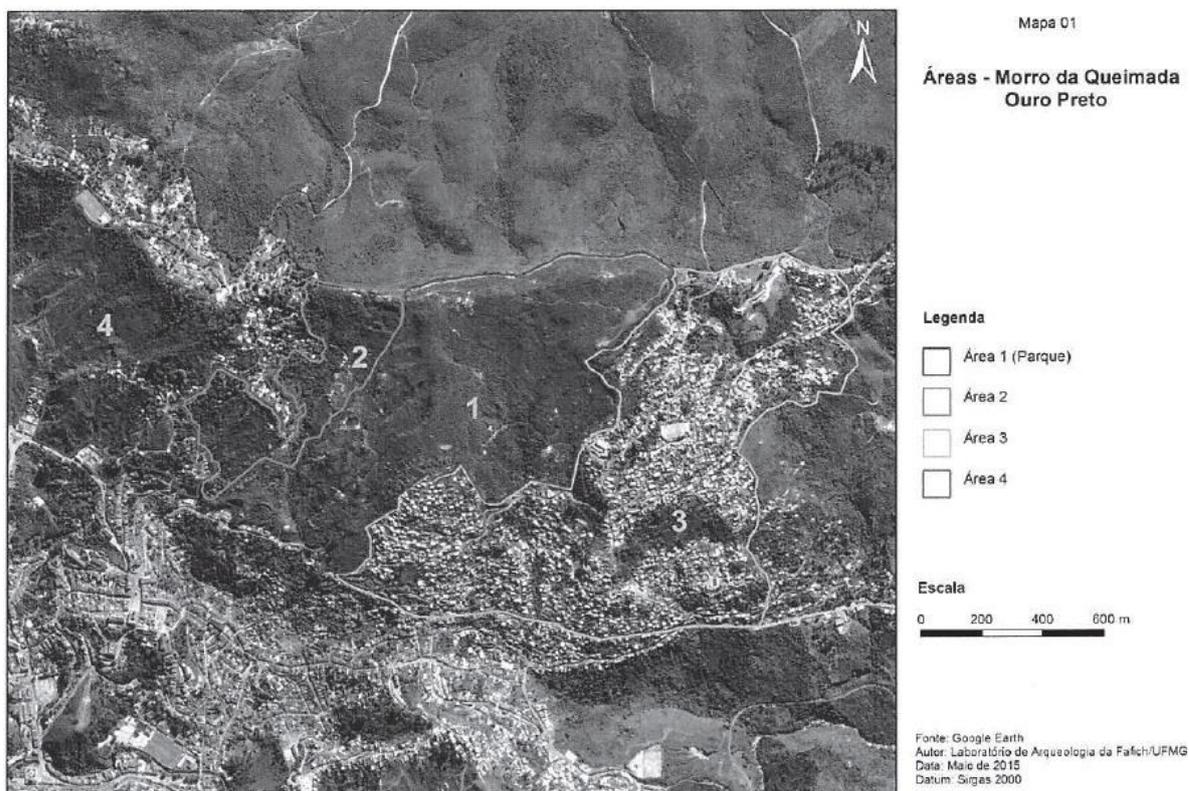
professor da Fafich/UFMG, Carlos Magno Guimarães (2019), que esclarece o seu desenvolvimento:

[...] foi um trabalho preliminar... e primário... porque a gente não tinha ideia do que que iríamos encontrar... [...] à medida que os vestígios foram sendo identificados... é que essa metodologia... ela acabou adquirindo uma consistência mais efetiva... [...] não me parece que um trabalho rigorosamente completo, já tenha sido efetivado... me parece que não. O que foi feito até agora... da nossa parte... foi um trabalho de levantamento preliminar... (GUIMARÃES, 2019).

No primeiro estudo arqueológico realizado em 2004, portanto, não consta nenhuma proposta de delimitação. De acordo com o Prof. Carlos Magno Guimarães, em um outro momento, quando o parque já havia sido criado e o projeto de implantação desenvolvido, foi solicitado que fizessem uma avaliação daquela delimitação aprovada pelo município em 2008, como área do parque. Esse segundo trabalho resultou no relatório emitido em 2014, denominado *Parque Arqueológico Morro da Queimada: delimitação do patrimônio arqueológico*. Nesse documento, consta a análise de quatro áreas na região do Morro da Queimada (Figura 71).

A Área 1 trata-se da delimitação atual do parque; a Área 2 consiste em uma grande cava minerária e possui o mesmo tipo de vestígios arqueológicos do entorno; a Área 3 se refere ao local de maior impacto dos remanescentes, diante da ocupação do bairro; e a Área 4 é a região do Veloso e do Passa Dez, que deve ser considerada como parte de um mesmo conjunto. O relatório ressalta a importância das ocorrências arqueológicas em área limítrofe ao assinalado como 1 e 2 na imagem, e destaca a importância da preservação dessa região. Também recomenda a incorporação, ao parque, das áreas de ocorrências arqueológicas, em especial da Área 2, em região de cava minerária à oeste, no sentido Lajes e Morro São Sebastião.

Figura 71 - Áreas analisadas em relatório de 2014, sob coordenação do Prof. Carlos Magno Guimarães



Fonte: Guimarães (2014)

Para Guimarães (2019), o limite atual do Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada não é adequado, e explica:

Uma das cavas de mineração é o limite do parque... passa dentro dela... ou seja, metade está preservada dentro do parque... e a outra metade está fora... [...] quem fez aquela primeira delimitação não tinha arqueologia como referência, né? [...] mas o que, para nós, aí é evidente... é que o patrimônio arqueológico do Morro da Queimada... ele não está só no Morro da Queimada... aí existe essa continuidade tanto na direção de Mariana como na direção contrária...

Ainda de acordo como o relatório, Guimarães (2014) não descarta a possibilidade de estudos e de investigação na Área 3, onde se encontra o bairro Morro da Queimada, ao considerar trabalhos de arqueologia pública e o envolvimento direto da comunidade nas pesquisas. Nas considerações finais, o autor destaca a necessidade de pesquisas mais aprofundadas, e ressalta que o trabalho deve incorporar aspectos contemporâneos da paisagem e como a população se identifica com suas alterações ao longo do tempo. Para o autor, “a participação da comunidade de entorno é absolutamente necessária” (GUIMARÃES, 2014, p. 33).

Em entrevista, Guimarães (2019) reforça esse posicionamento, que converge para a categoria de pensamento defendida para análise da paisagem, ao destacar também a importância da arqueologia colaborativa:

[...] onde o projeto de arqueologia, ele contempla a possibilidade de que a população possa participar da própria atividade de pesquisa... colaborativa neste sentido... e eu acho que isso é absolutamente fundamental... porque, na realidade, você tem, ali no Morro da Queimada, um patrimônio... que é social [...] a comunidade ali... não é só proprietário desse patrimônio... mas responsável também... e nada melhor do que essa inserção da comunidade na atividade... da arqueologia... de pesquisa e tudo mais... para que não só o conhecimento possa ser repassado para comunidade... mas que ela também possa estar participando... da produção desse conhecimento.

Essa abordagem vai também ao encontro dos pensamentos e dos propósitos da arqueóloga e professora Marcia Maria Arcuri Suñer, que, atualmente, desenvolve trabalhos na região do Morro da Queimada, com alunos e bolsistas do LAPACOM/DEMUL/UFOP⁸⁴. A especialista analisa sua relação e atuação na cidade de Ouro Preto, com um olhar de quem veio de fora, mas que, ao mesmo tempo, já se incorporou ao meio e escolheu viver no Morro São João. Nesse sentido, a arqueóloga destaca, como princípio:

ajudar na construção de processo sempre coletivos... que fortaleçam o pertencimento... justiça no sentido de memória social... porque essas memórias foram silenciadas... mas elas não foram esquecidas, porque as pessoas... é que não querem lembrar... elas são silenciadas cotidianamente... (ARCURI SUÑER, 2019).

Em seus trabalhos, Arcuri Suñer (2019) defende a arqueologia comunitária, que define como:

arqueologia das gentes... arqueologia comunitária, ou seja... escavar e buscar uma narrativa, buscar uma narrativa oficial sobre o que, de fato, pode ter acontecido na ocupação dos séculos XVIII e XIX... não é mais importante... e talvez nem tão importante... quanto ver como que as pessoas hoje... que vivem no entorno, lidam com o impacto... lidam com o patrimônio...

⁸⁴ Marcia Maria Arcuri Suñer é arqueóloga e professora no Departamento de Museologia da UFOP. Coordena, com a Prof^a. Dr^a. Yára Mattos, o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Patrimoniais e Processos Museológicos Comunitários do DEMUL/UFOP.

Nesta perspectiva, os trabalhos desenvolvidos caminham com a comunidade, na busca por um comprometimento ativo, que incorpore as pessoas no processo:

[...] para eles escavarem com a gente... e escavar por escavar... só para construir uma narrativa sobre o XVIII e XIX... não me interessa... me interessa fazer uma arqueologia, que, de fato, dialogue... com um pertencimento real que essas comunidades podem criar... uma relação ao que é especificamente... o que é um patrimônio arqueológico e o conhecimento arqueológico de lá... (ARCURI SUÑER, 2019).

Entre as ações atuais, a equipe de alunos, coordenada pela Prof.^a Marcia Maria Arcuri Suñer, está trabalhando, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, na limpeza do terreno, com o objetivo de “evidenciar melhor as estruturas... e facilitar os acessos... de forma a tornar não só mais seguro... como atrativa... qualquer iniciativa de levar as pessoas para visitar...” (ARCURI SUÑER, 2019).

Arcuri Suñer (2019) relata que tem concentrado suas atividades no Morro da Queimada, onde, atualmente, desenvolve dois projetos de iniciação científica e um programa de extensão. Segundo conta, “agora, a gente tem se dividido... porque tem um projeto de iniciação científica, que recai sobre o Moinho de Vento lá no Morro São João” (ARCURI SUÑER, 2019). E destaca que também tem, como preocupação, retomar as atividades por lá e “a ideia é escavar o Moinho de Vento... mas de novo com essa mesma perspectiva...” da arqueologia comunitária. Sobre o programa de extensão, Arcuri Suñer (2019) apresenta um projeto duradouro, que já ocorre há dois anos e será desenvolvido por mais cinco anos, na Escola Municipal Professora Juventina Drummond, no bairro Morro Santana. O objetivo é realizar atividades contínuas e mais duradouras com as crianças, “de forma a tentar uma... uma solidez maior, de um trabalho continuado de quatro anos... para trabalhar essas questões de tempo... espaço... território... paisagem... tá... por aí chegar na arqueologia... e no patrimônio arqueológico do parque”.

Como se observa nos apontamentos dos especialistas da área, as tendências contemporâneas da Museologia e da Arqueologia estabelecem a comunidade como matriz geradora e colaborativa em todo processo, ao destacar a paisagem como uma importante categoria a ser incorporada. Nesse sentido, surgem metodologias que se definem como arqueologia da paisagem, também fundamentada na

temporalidade e na incorporação do ser ao ambiente natural. E nessa perspectiva, Arcuri Suñer (2019) descreve como a Arqueologia se relaciona com a paisagem:

[...] a arqueologia trabalha, o tempo todo, com as transformações da paisagem... [...] ela pressupõe a preocupação inclusive do componente botânico... porque aí... você tem muita informação arqueológica também... histórias de manejo ambiental [...] então a gente não pensa o patrimônio arqueológico única e exclusivamente a partir da materialidade... obviamente construída pelo homem, como as ruínas de pedra. As plantas... o espaço desse ambiente... por mais que ele tenha uma ação natural... que não é antrópica... ele tem ação antrópica o tempo todo... [...] existe uma construção paisagística centenária sobre este território...

O processo da arqueologia comunitária, instrumental de trabalho da arqueóloga e professora Marcia Arcuri Suñer, também citado pelo professor Carlos Magno Guimarães, tem como propósito fortalecer a identidade e a memória da comunidade, ao entender as ações ativas da comunidade como caminho de proteção e tutela do patrimônio. E as atividades desenvolvidas pela museóloga Yára Mattos, no projeto do Ecomuseu da Serra, também vão ao encontro do que se pretende identificar como bens e práticas culturais.

Em relação às ações realizadas, nota-se que as opiniões dos especialistas sobre as proposições para implantação do parque são conflituosas e divergentes. E, ao que tange à temática da paisagem, cabe registrar a importância das argumentações e dos questionamentos, ao passar pela necessidade da identificação e reconhecimento da pré-existência, que contemplem elementos físicos, naturais e arqueológicos, mas também aspectos culturais, identitários e humanos, de uma comunidade já consolidada no território.

Por outro lado, em entrevista, o arquiteto Rodrigo Meniconi (2019) demonstra abertura ao debate, ao refletir sobre o programa estabelecido e o processo participativo. Sobreira (2019)⁸⁵, que se incorporou à equipe responsável pela proposta de delimitação do parque, reconhece problema no limite estabelecido:

⁸⁵ Frederico Garcia Sobreira, geólogo e professor recém-aposentado do Departamento de Engenharia Ambiental da UFOP, é autor de vários trabalhos na Serra de Ouro Preto.

[...] problema da delimitação... o que era a solução, quando fizeram a lei... hoje, a gente vê que foi um problema, né, porque... houve desatenção... ou não se pensou nisso, né... de já pegar todas as terras que estavam vazias... como o limite do parque...

O projeto de implantação do Parque Morro da Queimada também é assinalado por Sobreira (2019), que constata que as ações de proposição acabaram correndo em paralelo e não convergiam com outras atividades. Assim, de alguma forma, acabou havendo uma incoerência cronológica nas ações, conforme destaca:

[...] o projeto tem que ser feito com base num plano de manejo... [...] não só mapear... patrimônio... ruína... mas também nascentes... áreas que têm um valor... tem áreas com vegetação lá... devem ser preservadas, né... e fazer o plano de manejo... aí depois que vem um projeto né (SOBREIRA, 2019).

Cabe também registrar que, na Lei nº. 465/2008, da criação do Parque Arqueológico Municipal do Morro da Queimada, ficou instituído também um Conselho de Administração. Entretanto, ao ser alterada pela Lei nº. 966/2015, além de incorporar o Parque ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, também estabelece a Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão gestor e administrativo, e modifica a atuação do conselho para consultivo.

Em relação a essa questão, o atual secretário de cultura e patrimônio do município, Zaqueu Astoni Moreira (2019), analisa as dificuldades enfrentadas nas ações de preservação em sua pasta, e destaca os impactos das ocupações na “paisagem cultural”:

[...] os parques são classificados e geridos pela Secretaria de Meio Ambiente... [...] o plano diretor, né... a aplicabilidade das leis municipais estaduais e federais fica à cargo da Secretaria de Cultura e Patrimônio, em consonância com o IPHAN... então é necessário este trabalho intersetorial...

Moreira (2019) assinala que, de alguma forma, existe uma relação entre as pastas, nos assentos do conselho, mas acredita numa gestão mais plena, porque, atualmente, por questão legal, não tem atuação efetiva na gestão:

[...] eu acho que deveria ampliar... a questão da gestão plena, de modo que as outras pastas que tenham... interface com a questão da paisagem cultural... tenham, efetivamente, poder de decisão... [...] temos, no aspecto

da aprovação e da regulação urbana... mas, na tomada da decisão macro... hoje, não a temos... tanto é que, após receber o projeto, né... de revitalização do Morro da Queimada, com diversos equipamentos públicos no local... até me chama atenção de que o projeto nos foi entregue sem aprovação do IPHAN... que é fundamental, né... para qualquer intervenção naquela área...

Fato que merece ser registrado foi a liminar concedida pela justiça ao Ministério Público de Minas Gerais, que ajuizou uma ação civil pública em abril de 2015 contra o município, para exigir o cercamento da área do Parque Municipal Natural Arqueológico Morro da Queimada. A ocorrência acabou gerando problemas em função da delimitação aprovada. Ao começar a cercar a região, evidenciaram áreas devolutas entre a cerca e as ocupações, o que incentivou a expansão em alguns pontos, além de ações oportunistas. Outro aspecto que gerou indisposição foi a realização do trabalho sem um acompanhamento arqueológico. Sobreira (2019), que sempre esteve no Conselho do Parque, aborda essa questão e também faz considerações em relação à gestão:

... era muito melhor o dinheiro que o ministério público arrumou... para fazer a cerca... se fizesse o plano de manejo [...] aí, no meio do cercamento, a gente vê que que o limite não está legal... está ficando coisa de fora... está ficando nascente de fora... tem patrimônio ficando de fora... tem área que, se não for incorporada ao parque... vai ser ocupada... vai ser invadida, né... [...] então, as coisas são muito lentas, porque não tem uma coordenação né...

Já há algum tempo se discute, no Conselho do Parque Morro da Queimada, a alteração do perímetro do parque, aprovado em 2008, além da categoria em que se insere no sistema de unidade de conservação. No início do ano de 2019, o vereador Juliano Ferreira apresentou ao conselho uma minuta de projeto para alteração da lei de criação do parque, e propôs a conversão de categoria da unidade de conservação, de parque natural para monumento natural. Como procurador do município de Ouro Preto, Celso Guimarães Carvalho (2019)⁸⁶, especialista em Direito Público, explica o problema:

[...] tem um problema inicial com a criação do parque, que é a questão da titularidade das terras dentro de uma unidade de conservação da categoria parque natural.. teria que ser pública. Isso é um problema de regularização

⁸⁶ Celso Guimarães Carvalho também é professor da UNIPAC/Mariana.

fundiária... porque, na medida que você cria um parque, então você teria que desapropriar todos os proprietários dentro daquele território. E isso não foi feito... né... [...] Um outro problema fundiário, eles desapropriaram a posse de algumas pessoas... e indenizaram as benfeitorias... [...] mas o processo foi incompleto também... porque essas ações não resultaram em titulação do município dessas propriedades... então, na verdade... eu entendo que, ao invés de desapropriação... né... o que houve foi a demolição das edificações com a indenização pelas benfeitorias, que as pessoas tiveram... (CARVALHO, 2019).

A questão da mudança de categoria de parque para monumento natural também foi debatida em entrevista coletiva, com o atual secretário de Meio Ambiente do município de Ouro Preto, Antenor Rodrigues Barbosa Junior⁸⁷, com o diretor do Departamento de Projetos e Áreas Protegidas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Edenir Ubaldo Monteiro, e com a técnica em Meio Ambiente, Penha Aparecida Vicente. O grupo de especialistas entende que a conversão para monumento natural é o melhor caminho para a gestão daquele território, diante dos problemas fundiários existentes e da escassez de recurso público. A ação também é vista como uma maneira de incorporar a comunidade no processo, por meio de corresponsabilidade. A exposição feita por Monteiro (2019) resume os aspectos levantados pelo grupo, e começa por fazer uma abordagem da valoração do território, pela representatividade histórica e pelos aspectos identitários, que caracterizam aquele ambiente e suas riquezas naturais:

Mas a história mais bonita para ser contada é por ali... uma alça de liberdade mesmo... [...] se a gente não consegue... preservar a nossa identidade, então... o que será do amanhã, né... não só a questão histórica... porque a questão ambiental... ali tem um monte de nascente... ali é um risco geológico imenso para cidade de Ouro Preto... então, se eu não preservar e evitar esse crescimento desorganizado ali em cima... isso vai gerar problema futuro... [...] a água ali... tem muita raça de água... nossa da caixa d'água... nossa serra inteira [...] como que eu tiro as mangueiras do bairro... sendo que o abastecimento nossa é falho... [...] o povo vive daquela água ali... há séculos... aí eu vou tirar uma coisa que é tradicional da comunidade... quebrar isso... é quebrar a história deles... (MONTEIRO, 2019).

Em relação à unidade de conservação, Edenir Monteiro apresenta alguns argumentos que também se baseiam em experiência prática, ao entender que a mudança de categoria de parque para monumento vai evitar conflitos, porque não

⁸⁷ Antenor Rodrigues Barbosa Junior é engenheiro civil e foi professor do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Minas/UFOP, de 1982 a 2017.

haverá desgaste com desapropriações. E, por outro lado, entende que o território continua protegido. Segundo o diretor de área ambientais do município, com a mudança para monumento:

[...] eu evito o conflito da unidade... que tem que ser integralmente da unidade gestora... todos os terrenos têm que ser desapropriados... para serem aceitos em um sistema... [se refere à categoria parque] [...] com esses períodos que a gente está passando aí, de queda de arrecadação tremenda... né... então, acredito que esse gargalo vai cada vez ficar maior... e se eu não tenho uma unidade que é regular... que é toda legal no município... eu tenho um problema [...] se a gente for analisar o monumento... ele vai ser dono da terra, mas não vai poder fazer nada na terra... assim como o parque... ele vai responder se tiver qualquer obra... então acaba que obriga eles a ajudarem tomar conta... claro que é um trabalho moroso... vai dar problema... [...] lembrando que tem várias leis de regularização e... para segurar essa pressão... e que não tem funcionado... então a melhor forma é trazer a comunidade para dentro da unidade (MONTEIRO, 2019).

Nessa mesma perspectiva de análise, o secretário de Cultura e Patrimônio, Zaqueu Astoni Moreira (2019), entende que a área do parque se torna menos engessada com a proposta de mudança da lei:

[...] mudando uns termos e classificação jurídica do parque... de modo que lá não se torne tão engessado, né... porque, não sendo um local engessado, é fundamental até por conta do entorno do parque... porque, a partir do momento que a gente afasta a população que está no entorno do parque... a gente não cria um sentimento de pertencimento... (MOREIRA, 2019).

Ao destacar a necessidade de desenvolver o sentimento de pertencimento pela comunidade, Moreira (2019) apresenta uma importante questão, defendida na tese, que é a identidade e a incorporação da população diretamente envolvida nas ações de conservação:

[...] porque a população do entorno da Queimada... em especial do próprio Morro da Queimada... ela é essencial para a gestão do parque. Porque, a partir do momento que a população se apropria daquele espaço, a gente tem a gestão dele plena. [...] fundamental os conceitos de governança social... a população tem que participar... porque, sem a participação da população, a gente não terá o sentimento de pertencimento... a gente não terá conservação plena [...] e, a partir do momento, que ela não se apropriou ela não cuida... ela não zela (MOREIRA, 2019).

A arqueóloga Marcia Arcuri Suñer (2019) faz as suas colocações em relação à instalação da cerca: “[...] a cerca, para mim, que melhor funciona não é a física... [...] o problema não é cercar... o problema é a forma como foi feita”. Em relação à categoria de unidade de conservação, Marcia Arcuri apresenta preocupação em relação à mudança:

[...] eu acho um equívoco esta mudança de categoria de conservação... [...] o fato de diminuir o grau de restrição... abrindo para a propriedade privada... [...] a área é arqueológica, nada pode mudar ali... então mudar a categoria, hoje, não vai resolver nada... a terra está dentro de uma área protegida enquanto parque... e enquanto sítio arqueológico...

A proposta de mudança de lei da criação do Parque Morro da Queimada foi apresentada em audiência pública na Câmara, no dia 10 de maio de 2019. Após exposição de vários especialistas, vereadores e do promotor de Justiça, Domingos Ventura de Miranda Júnior, definiu-se que a avaliação do processo de alteração da categoria será levado adiante, porém deve contemplar a revisão de perímetro, ao incorporar também as ocorrências arqueológicas do entorno, conforme relatório do professor Carlos Magno Guimarães, descrito anteriormente.

O patrimônio de Ouro Preto, em especial no Morro da Queimada, também foi abordado em entrevista com a museóloga e atual Superintendente do IPHAN em Minas Gerais, Célia Maria Corsino (2019), que destacou a importância de pensar ações comunitárias para valorização e proteção. Para Corsino (2019), “Ouro Preto é talvez o nosso maior desafio... porque ela tem uma configuração... que leva as pessoas a ocuparem os morros...”. Em relação aos processos de ocupação da Serra de Ouro Preto, o atual chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto, o arquiteto André Macieira Souza (2019), apresenta uma crítica pertinente, ao reconhecer que o IPHAN precisa avançar em suas reflexões e em seus instrumentos. Para Souza (2019), a Portaria IPHAN nº. 312, de 20 de outubro de 2010, reflete um padrão de atuação e permanece com uma abordagem pontual, pois não incorpora as transformações da paisagem:

[...] porque a normativa do IPHAN também é um padrão de reflexão institucional... [...] então, quando você trabalha... com controle de ocupação... dos morros... de uma maneira dissociada de planejamento urbanístico ou do próprio controle do valor do solo... tem interfaces... que a

portaria do IPHAN não dá conta... [...] mas que interferem na preservação do espaço [...] a gente não está lidando com um caso pontual... a gente está lidando com movimentação... dentro da paisagem... e os nossos parâmetros... das portarias do IPHAN, de modo geral... tentando buscar uma certa autonomia, em relação aos parâmetros municipais... de certa forma, reflete um pouco o contrário da preservação integrada... que deveria estar havendo interfaces da atuação institucional do planejamento urbano... então é... uma reflexão... que o IPHAN ainda deve continuar fazendo... porque ainda não conseguiu refletir... nos seus instrumentos... (SOUZA, 2019).

Diante do apresentado, observa-se que as ações de proteção ao sítio arqueológico, além de morosas e tardias, também se configuram em desacordos, desarticulações e conflitos, desde sua origem. Somam-se aos fatos as fragilidades dos instrumentos de proteção. Atualmente, a secretaria de Meio Ambiente, por meio do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, encontra-se em negociação com a Fundação Gorceix para iniciar os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo, o qual se pretende viabilizar por convênio, para possibilitar a coordenação técnica de especialistas, entre professores da UFOP, de maneira a também incorporar trabalhos realizados e em andamento no local.

A metáfora apresentada pelo filósofo francês Foucault, expressa nas reflexões de Leite (2015), não poderiam deixar de constar aqui, por possibilitarem abordagens necessárias do encontro da natureza com ações humanas, voluntárias, ou não, que colocam a natureza em vulnerabilidade, o que leva à manifestação de sinais de clara desestabilização. Essa análise pode ser aplicada nas ocupações desenfreadas em áreas de risco, que conferem o quadro duro, social e culturalmente impactante de uma paisagem necessariamente real.

Conforme analisa Leite (2006), no contexto contemporâneo, se torna necessário promover a integração, entender o cotidiano das pessoas, a diversidade social e respeitar a pré-existência. Acredita-se que, na realidade das ocupações das encostas, o caminho seja reconhecer os significados e as práticas culturais, incorporados aos sujeitos que produzem esse espaço. Dessa forma, o caminho para conter e subverter essa expansão passa pela identidade e pelos sentidos atribuídos pelos agentes sociais, além do fortalecimento de seus aspectos intangíveis e das potencialidades, tanto do território, como de seus sujeitos. Esse processo pode ser entendido como uma tentativa de “desconstrução”, termo apresentado por Leite

(2006, p. 105), que, para a autora, deve ser visto como reorganização e “envolve discernimento, interpretação, escolha, julgamento, decisão, movimento”.

Ainda segundo os apontamentos de Leite (2006), nessa nova era caracterizada pela fragmentação, a solução deve passar por diversas áreas do saber e, nesse processo de reorganização, é fundamental reconhecer as bases do passado e do contexto presente, para se pensar no futuro. Torna-se necessário um distanciamento da realidade, deixar agir o imaginário, que permita visão crítica de sua totalidade, para que se possam entender as particularidades. A paisagem é formada por descompassos, conflitos e constantes mudanças. Para se pensar a paisagem deve-se partir da dimensão ambiental e aplicar uma gestão horizontal, tendo em mente que:

Não é mais possível chegar a um contexto previamente imaginado, porque a paisagem é cada vez mais o resultado da combinação de fatores os quais é possível intervir e controlar e de outros fatores sobre os quais o controle não é possível. A insistência em propor o inflexível e o autossuficiente contém, em si mesma, a ameaça da perda dos limites entre o real e o imaginário, da negação do mundo concreto em benefício de um mundo de aparências, onde tudo é possível e, ao mesmo tempo, impossível, porque tudo é símbolo ou signo, tudo representa alguma coisa (LEITE, 2006, p. 112).

No capítulo seguinte, o Morro da Queimada será apresentado na visão dos agentes sociais para buscar, por meio das narrativas, uma leitura mais clara e precisa do território, a partir da apresentação da comunidade diretamente envolvida, cujo processo se revela em memórias e identidades. O território da serra será, portanto, apresentado pela comunidade, em sua estrutura funcional e cultural, seus aspectos identitários e elementos qualitativos, que compõem a paisagem. A narrativa foi escolhida como instrumental, de maneira a escutar a comunidade do Morro da Queimada, e a paisagem é revelada em suas dimensões e seus atributos, metodologicamente definidos em categorias temáticas para análise. Cabe destacar que o processo de leitura ocorre por meio de narrativas de paisagem, mas também de paisagens narrativas, ao considerar os valores implícitos que se revelam em seus estratos temporais.

4 PAISAGENS NARRATIVAS DO MORRO DA QUEIMADA

Considerar as narrativas da paisagem significa ligar o que é frequentemente tratado como uma cena material ou visual com a rede menos tangível, mas não menos real, narrativas. Assim como podemos já conhecer as várias propriedades do solo geológico ou o comportamento social em lugares, também podemos conhecê-los dentro da textura, estrutura e processos das narrativas (PURINTON; POTTEIGER, 1998, p. 23, tradução nossa)⁸⁸.

As narrativas da paisagem surgem como instrumento fundamental na compreensão do lugar, porque possibilitam o acesso a significantes que não poderiam se revelar na análise pura da matéria. O estudo da paisagem exige mais que levantamentos de documentos, cartografias e registro histórico; requer mais que análise material em campo, estudos físicos, biológicos e trabalhos de geoprocessamento. Obviamente que todo esse trabalho é indispensável, mas acredita-se que o verdadeiro encontro com a paisagem acontece na experiência junto à comunidade, especialmente àquela diretamente vinculada ao território. Nesse sentido, as narrativas abrem perspectivas de conhecimentos e identificação de estratos temporais, em experiências que a paisagem pode proporcionar: “histórias espaciais, narrativas contínuas ou a ancoragem de memórias e história aos locais” (PURINTON; POTTEIGER, 1998, p. 23, tradução nossa)⁸⁹.

E como alertam Purinton e Potteiger (1998), o processo envolve desafios ao adentrar o universo da memória, onde atua o imaginário e uma dialética de realidade e ficção, verdade e decepção. E foi por este caminho que se optou por conhecer a paisagem do Morro da Queimada, onde os sujeitos que vivenciam e constroem cotidianamente esse território apresentam a Paisagem em narrativas do *ambiente vivido* e nas experiências com o entorno e com a cidade.

⁸⁸ *To conceive of landscape narratives means linking what is often treated as a material or visual scene with the less tangible, but no less real, network of narratives. As well as we might already know the various properties of geology, soil, or the social behavior in places, we might also know them within the texture, structure, and processes of narratives.*

⁸⁹ *[...] spatial stories, continuous narratives, or the anchoring of memories and history to sites.*

A pesquisa histórica documental reforça a importância deste território na origem da cidade de Ouro Preto e demonstra, a partir de mapas e análise de campo, que o processo de (re)ocupação no Morro da Queimada se desencadeia com a retomada do crescimento econômico no município, na década de 1960. Em consonância aos referenciais expostos ao longo deste trabalho, cabe agora apresentar e analisar os atores ativos neste processo ao compreender que a paisagem se forma a partir de vivências e experiências temporais que marcam o território por meio do ambiente biológico e cultural. Pretende-se, pela experiência do olhar e processos de narrativas, estabelecer uma leitura próxima do cotidiano na serra, identificando as memórias, identidades e tradições que conferem vida à paisagem, e o que delas se podem extrair de pertencimento, numa troca diária que também desperta o desejo de proteção deste território.

Por cultura, Simmel (2009) define a atuação humana para além do seu cotidiano, cuja práxis e subjetividade se configuram na religião, na ciência e na arte. O autor analisa a cultura em suas diversas facetas, ao considerar que esta pode ser vista por meio de leis e normas próprias e, por outro lado, pela vida empírica, sendo essa definição fundamental para entender como a paisagem se forma. A natureza indivisível e parte de um todo, tão bem apresentada pelo sociólogo, somente se constitui em unidades de paisagem a partir e, tão somente, pelo olhar do ser humano que a fragmenta e reorganiza as partes em um processo anímico, ou seja, em um estado psíquico. Este dispositivo se revela em um só ato como “se as múltiplas energias da nossa alma, as contemplativas e as afetivas, cada qual na sua tonalidade, proferissem em uníssono uma só e mesma palavra” (SIMMEL, 2009, p. 17). Caracterizando-se como uma categoria de pensamento humano, faz-se necessária a aproximação do sujeito na leitura e constituição desta paisagem.

Ao encontro dos estudos de Berque (2013b), torna-se evidente a polaridade estabelecida entre sujeito e objeto cujo contato se faz pela “trajectiva”, onde o ambiente se constitui meio da experiência e vivência humana. Ainda segundo o autor, a mediância se estabelece na extensão da materialidade da natureza e dos objetos; na relação de sobrevivência entre o homem e o seu meio ambiente; e a partir da paisagem, em seus significados e simbolismos sociais, culturalmente expressos na natureza.

Nessa relação estética ambiental, o homem se compromete fisicamente por meio dos sentidos, da vivência, da memória, em um processo de incorporação, ao que Berleant (2013, p. 382) define como “estética do comprometimento”, cujo processo carrega em si aspectos cognitivos, além de crenças e costumes.

No texto “Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?”, Serrão (2013b) avalia que as teorias da paisagem, a partir da década de 1970, embora distintas e provenientes de estudos estéticos, se convergem em um aspecto importante: a crise da natureza. Ações e práticas promovidas pela humanidade colocam a natureza em risco e levantam questões sobre sua naturalidade. Nesse sentido, a autora considera que a questão não mais consiste em “compreender a paisagem ‘dentro’ da natureza” (SERRÃO, 2013b, p. 18), como nas reflexões de Simmel (2009), mas identificar na natureza transformada o que ainda é natural. E, necessariamente, o tema paisagem se desloca para o local de encontro entre os aspectos naturais do território e o lugar da vida humana, conforme retratado na Convenção Europeia da Paisagem (2000), ao designar por paisagem “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (SERRÃO, 2013b, p. 17).

Serrão (2013b, p. 22) argumenta que quando a experiência estética deixa de ser apenas contemplação e atinge o campo da ação, compreende-se a ética do respeito e da responsabilidade dos atos, ao considerar os valores da natureza e dos seres que a habitam. Neste sentido, a autora assinala que, “para além da ética subjetiva, ergue-se a objetividade moral” (SERRÃO, 2013, p. 22) e retoma Rosário Assunto (2013b), ao definir a paisagem vivida, como espaço onde o homem estabelece a experiência estética por meio físico e sensitivo e, em um movimento contrário, se sente parte dela. Assunto (2013b, p. 366), em seu texto, explica de forma clara:

É certamente pelo facto de a paisagem ser natureza que nós, que somos também natureza, não nos limitamos a viver na paisagem, mas vivemos a paisagem, porque vivemos a natureza e, ademais vivemos da natureza: daquela natureza que na paisagem se configura em imagem, imagem da qual nós somos, à qual pertencemos, e não simplesmente imagem que observamos estando fora dela.

É com base nestes fundamentos teóricos que se baseia o estudo de caso no Morro da Queimada e, por certo, as narrativas aqui apresentadas pretendem investigar a “trajecção” analisada por Berque (2013a; 2013b), a “estética do comprometimento” apresentada por Berleant (2013) e, sobretudo, a “paisagem vivida”, contemplada por Assunto (2013b), a partir de histórias e relatos de atores que habitam e modelam culturalmente esse território continuamente.

Purinton e Potteiger (1998), no livro *Landscape narratives*, esclarecem que as paisagens estão impregnadas de narrativas que se sobrepõem em camadas históricas, intrínsecas aos materiais, elementos e processos. E, de várias maneiras, os lugares configuram narrativas, formando paisagens dinâmicas, *locus* de manifestação das histórias. Na dimensão espacial, aspectos das paisagens guardam segredos a serem interpretados e mapeados por meio da tessitura de suas histórias.

A partir de narrativas, sejam elas abstratas, alegóricas ou pessoais, interpretam-se os processos e eventos dos lugares. Pode-se dizer que se conhece um lugar ao se conhecer as histórias ali contadas, ou seja, a experiência pessoal é tão rica quanto por recursos midiáticos e literários. As memórias e histórias codificadas em lugares, nas diversas temporalidades e associações, não se mostram inteligíveis ao observador externo. “Além de transformar o lugar por meio da associação, as narrativas de eventos, ou mesmo ficção e mito, são ‘escritos’ na forma física da paisagem, tornando-se concretos, tangíveis... reais” (PURINTON; POTTEIGER, 1998, p. 6, tradução nossa)⁹⁰. Para tanto, torna-se indispensável uma maior aproximação com a experiência vivida naquele espaço.

Os autores Purinton e Potteige (1998) analisam ainda que as narrativas combinam a dimensão temporal de eventos e histórias simultâneas com a espacialização não cronológica dos mesmos, tornando-se visíveis e expressos na paisagem em múltiplas e contínuas camadas. E cita como exceção algumas ocorrências que podem revelar um entendimento sequencial da paisagem:

⁹⁰ *Besides transforming place through association, the narratives of events, or even fiction and myth, are “written into” the physical form of the landscape, becoming concrete, tangible... real.*

É mais difícil apreender a própria paisagem como uma sequência de “eventos lentos”, exceto quando o processo de crescimento, decadência, desnudação, sucessão, gentrificação, e assim por diante aparecem como estágios; estratigrafias, ou horizontes de solo (PURINTON; POTTEIGER, 1998, p. 10, tradução nossa)⁹¹.

Por esse lado, nota-se certa sequência na dinâmica da paisagem quando se analisa o processo de (re)ocupação da serra, como demonstrado no capítulo anterior, a partir de cartografias e imagens que indicam o crescimento do município e a ocupação gradativa da encosta. Entretanto, essa é apenas uma faceta na análise de sua paisagem em seus aspectos morfológicos. A paisagem do Morro da Queimada se apresenta na pluralidade dos fatos e histórias que esclarecem processos, como eventos migratórios, revelados em narrativas que serão apresentadas adiante, quando serão analisados os perfis dos entrevistados.

Nas narrativas espaciais, o leitor se torna livre para interpretar os fatos e desvendar histórias. E para leitura das paisagens, moldadas por processos ambientais e culturais, são apresentadas diferentes formas de narrativas que propiciam o conhecimento do passado e do presente em suas correlações, associações e sobreposições. As narrativas de paisagem extrapolam a análise visual e consistem em uma síntese de “tempo e espaço, experiência e lugar, o fictício e o real, elas cruzam fronteiras de expressões e formas de representação” (PURINTON; POTTEIGER, 1998, p. 10, tradução nossa)⁹².

Conforme descrito anteriormente, embora a cadeia de montanhas que conforma a Serra de Ouro Preto seja considerada como elemento único e indivisível, inclusive como receptáculo integrado de eventos e histórias que se desencadearam ao longo do tempo, o Morro da Queimada foi escolhido como unidade dessa paisagem para estudo de caso. A definição da amostragem para coleta das narrativas levou em consideração uma estimativa da população para aplicação da metodologia, em um percentual de aproximadamente 5% dos habitantes. Segundo informações fornecidas pelo escritório do IBGE na cidade de Ouro Preto e confirmadas em

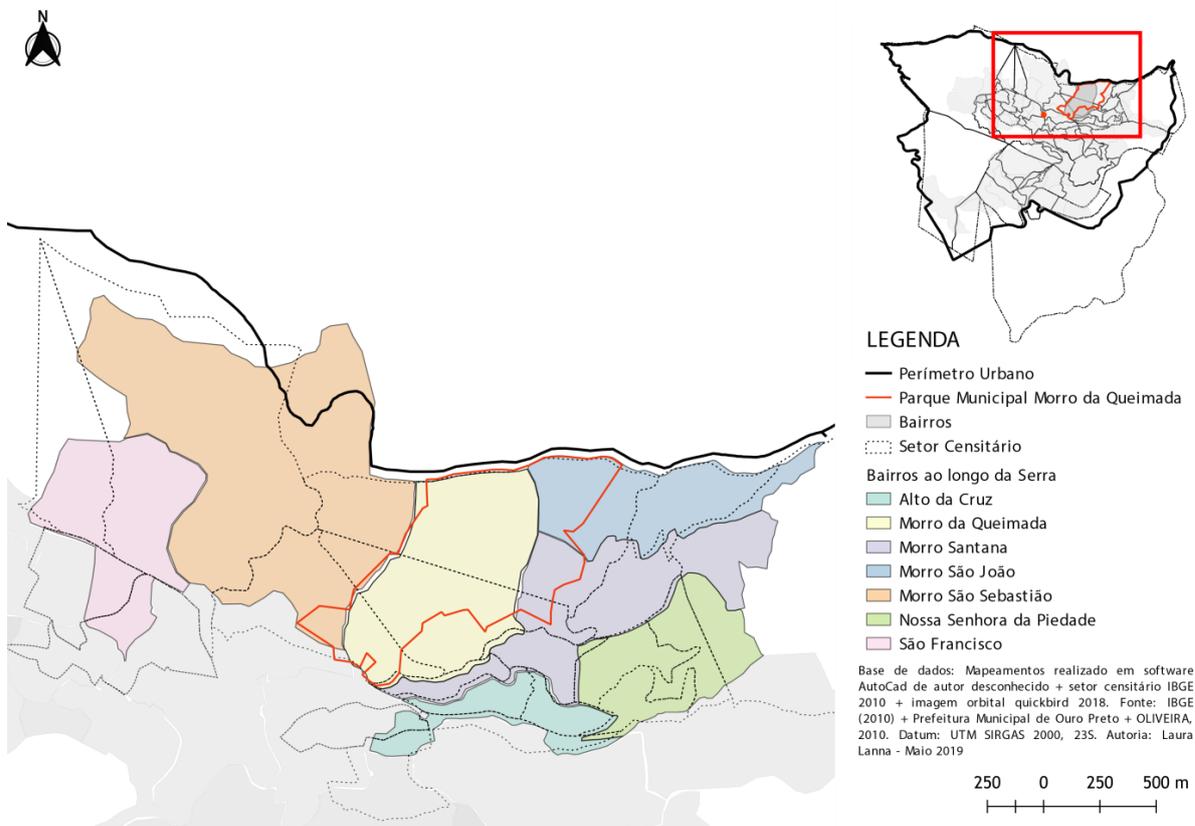
⁹¹ *It is harder to apprehend the landscape itself as a sequence of “slow events” except when process of growth, decay, denudation, succession, gentrification, and so on appear as stage, stratigraphies, or soil horizons.*

⁹² *[...] time and space, experience and place, the fictive and the real, they cross boundaries of expressions and representational forms.*

entrevista com o Presidente da Câmara de Vereadores, o município ainda não possui projeto de lei aprovado para delimitação oficial de bairros, segundo critérios técnicos e coordenadas geográficas. O que atualmente se aplica na gestão pública é um limite administrativo de bairros, sendo o considerado para este estudo, conforme se apresenta no Mapa 9.

Diante do apresentado, o limite administrativo do bairro não possui correspondência aos setores censitários do IBGE, conforme se pode notar no Mapa 9 onde as imagens sobrepostas revelam que o bairro Morro da Queimada se insere em três setores no levantamento do IBGE (2010)⁹³. Além disso, o último censo realizado foi de 2010 e já revela uma defasagem em relação aos dados atuais. Sendo assim, a população do Morro da Queimada foi estimada em 1.000 pessoas, considerando uma margem de erro elevada, numa faixa de 800 a 1.000 pessoas, conforme mensurado nos setores censitário 11 e 12 (IBGE, 2010).

Mapa 9 - Delimitação administrativa dos bairros ao longo da Serra de Ouro Preto e setores censitários



⁹³ Banco de Dados do IBGE, disponibilizado pelo escritório do IBGE de Ouro Preto.

Magnani (2004), em seu texto “Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas”, alerta para o risco das pesquisas de vias antropológicas que tendem a se restringir em simples descrição de entrevistas e depoimentos. O autor descreve que, em sua definição direta, a representação se resume em “imagem mental da realidade” e a identidade que qualifica sua realidade social, cujas condições garantem que a manifestação do discurso não se trata de aspectos puramente subjetivos, muitas vezes é esquecida ou tratada de forma secundária (MAGNANI, 2004, p. 128). Trata-se de atentar também aos aspectos extradiscursivos: de produção, recepção e dimensão social. Os discursos são assim imbuídos de crenças e costumes variáveis e complexos.

Berleant (2013) esclarece que a experiência estética é necessariamente uma “experiência social”, e não subjetiva, reconhecendo que a formação humana é fruto de processos culturais, históricos e sociais, cujos valores acabam por influenciar e se tornar consenso em um grupo. Nessa mesma perspectiva, Armando Silva (2011, p. 55), em *Imaginários urbanos*, defende uma experiência coletiva dos habitantes e analisa como na “vida psíquica da sociedade”, o indivíduo assimila referências e ideais coletivos.

Esta categoria de pensamento vai ao encontro do exposto por Turri (2013) quando ele assinala que a paisagem é vista como uma construção social e se estabelece por meio de referência simbólica como campo de reflexo do próprio agir e ser, em uma abordagem fenomenológica. O homem, enquanto protagonista, trabalha simultaneamente a percepção e a representação, em uma troca interativa com a natureza. A paisagem se constitui como mediadora entre os sistemas territorial e social.

Ao apresentar uma reflexão de como avaliar a dimensão estética da paisagem, Berleant (2013) reconhece ser ineficaz uma análise emocional, de caráter subjetivo, assim como muito rígida, uma análise científica de critérios objetivos e quantitativos. Ambas as abordagens se afastam de uma experiência da paisagem e se restringem aos aspectos visuais. O autor indica como possibilidade um juízo normativo baseado nos modelos da biologia e da arte, cujo juízo crítico se estabeleça por meio da experiência normativa. Nessa perspectiva, reconhecem-se as particularidades das

paisagens, a partir da atribuição de valores de maneira qualitativa, por sensibilidade perceptiva, conhecimento e experiência. “Ora, ao vivermos na paisagem, não só modelamos o ambiente como também estabelecemos os seus valores” (BERLEANT, 2013, p. 394).

A paisagem, enquanto categoria de pensamento, é aqui entendida como uma modalidade expandida do patrimônio e, ao considerar o processo da paisagem como uma construção social e cultural, a pesquisa demonstra a necessidade de repensar condutas passadas, ainda permanentes. Isso não significa romper com o passado, mas reconhecer o espaço temporal da paisagem e pensar novas experiências, ao considerar a leitura da mesma como lugar do homem. Neste sentido, se reconhece a paisagem como lugar do encontro perfeito entre o patrimônio material e imaterial, reconhecendo a indissociabilidade desses aspectos. Entre as três hipóteses levantadas para o desenvolvimento desta tese se destaca a ineficiência dos instrumentos de preservação existentes, por não incorporarem a natureza dinâmica da paisagem como local da vida humana. E, nesse sentido, o estudo de caso do Morro da Queimada se coloca como oportunidade de leitura da paisagem por meio de narrativas, revelando seu potencial como instrumental de identificação e valoração do território, com a aproximação da comunidade.

A amostragem estabelecida para coleta de dados dos agentes sociais reuniu informações significativas a partir de categorias temáticas⁹⁴ cuja análise e interpretação dos significantes obtiveram resultados representativos na identificação de uma consciência coletiva da comunidade. A metodologia escolhida para análise da paisagem a partir das pessoas vai ao encontro da *teoria contemporânea da restauração*, assinada pelo espanhol Salvador Muñoz Viñas (2003), ao defender uma atuação patrimonial baseada em referências e atribuições de valores, na compreensão de que a caracterização de objetos ocorre por meio subjetivo, ou seja, é inerente às pessoas. O autor destaca, em seus estudos, que “devemos reconhecer continuamente que os objetos e lugares não são por si mesmos – o que é importante no patrimônio cultural –, são importantes pelos significados e usos que

⁹⁴ Por uma questão metodológica, convencionou-se chamar de categorias temáticas, as dimensões e atributos estabelecidos para análise da paisagem. Em outras palavras, trata-se de um processo de categorização, que permite a análise da paisagem em sua complexidade e múltiplas facetas.

as pessoas atribuem a estes bens materiais e aos valores que representam” (AVRAMI; MASON; DE LA TORRE, 2000 *apud* MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 139, tradução nossa)⁹⁵.

Retomando a Magnani (2004) ao apresentar o instrumento utilizado por Malinowski para análise das crenças dos Kiriwineses nos espíritos dos mortos, fica clara a importância da identidade dos agentes, assim como da confrontação dos discursos e fatos observados. Ao constatar que a realidade não é homogênea e as opiniões são diversas e fragmentadas, Malinowski hierarquiza os fragmentos a partir dos agentes, classificando-os a partir de identidades: opiniões populares, especulações individuais de pessoas qualificadas, dogmas/costumes e a versão dos especialistas.

Magnani (2004, p. 139) reconhece os desafios na aplicação do instrumento de análise em sociedades de “matrizes de significação” múltiplas e conflitivas, como é o caso. Mas ressalta que “os depoimentos não falam por si; há, ademais, outras ‘práticas significantes’ e é do entrelaçamento, da relação entre essas práticas que se pode reconstituir o significado”. Ainda conforme Magnani (2004), estes conjuntos significantes precisam ser construídos a partir das diferentes formações discursivas e atores envolvidos. E conclui, reforçando com as palavras de Malinowski, que as ideias e crenças também se incorporam em instituições e condutas.

O estudo apresentado por Magnani (2004) foi importante como ponto de partida da metodologia no que tange à identidade dos agentes das narrativas. Definiu-se pela classificação das narrativas em dois grupos de atores sociais: habitantes gerais e lideranças do bairro, que se constituem formadores de opiniões. Para tanto, a pesquisa contou com depoimentos de 53 pessoas, em sua predominância, residentes no bairro. Apenas dois deles moram em bairros próximos, mas se caracterizam como usuários ativos. A amostragem da população se configurou de maneira aleatória, mas procurou-se caminhar por todo o bairro, para coleta das narrativas em pontos distribuídos do território, o que proporcionou maior

⁹⁵ *Debemos reconocer continuamente que los objetos y lugares no son, por sí mismos, lo que es importante en el patrimonio cultural; son importantes por los significados y usos que las personas atribuyen a estos bienes materiales y a los valores que representan.*

conhecimento da região, além de dados significantes que revelam as diversidades, aproximações e distanciamentos.

Em relação ao perfil dos entrevistados, os dados foram sistematizados no Quadro 4 do Apêndice D. Buscou-se certo equilíbrio na amostragem, sendo ouvidas 26 pessoas do sexo feminino, sendo sete com idade entre 15 a 30 anos, nove com idade entre 31 a 59 anos, e 10 acima de 60 anos. Do sexo masculino foram ouvidas 27 pessoas, sendo seis com idade entre 15 e 30 anos, 13 com idade entre 31 e 59 anos, e oito com mais de 60 anos.

Em geral, os mais idosos, acima de 60 anos, possuem menor escolaridade, apenas o primário, ou ensino fundamental incompleto, sendo identificada apenas uma pessoa sem escolaridade e duas pessoas com nível médio completo. Entre 15 e 30 anos, 23% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental (uma pessoa ainda cursando ensino fundamental), 23% concluíram ensino fundamental (duas pessoas cursando ensino médio), 46% possuem ensino médio completo, sendo um técnico (uma cursando ensino superior) e apenas 8% (uma pessoa) possuem formação superior. Na faixa de 31 a 59 anos, a realidade não é muito diferente, 23% não concluíram o ensino fundamental, 27% possuem o ensino fundamental completo, 32% concluíram o ensino médio, sendo três técnicos, e 18%, quatro pessoas com formação superior (todas elas liderança do bairro).

Para identificação dos agentes de liderança partiu-se de um contato inicial com a associação do bairro, sendo selecionadas oito pessoas de representatividade: atual presidente da associação de bairro; ex-presidente da associação de bairro; lideranças religiosas, entre católicos e protestantes; lideranças políticas (vereador); e representante de organização social. Por meio das entrevistas, também se pôde identificar certa liderança entre habitantes e comerciantes locais, além do reconhecimento dos moradores mais antigos que, em geral, carregam consigo memórias e tradições. Estes foram classificados como habitantes gerais, mas possuem depoimentos que os diferenciam.

Procura-se, a partir da variedade de discursos e agentes, confrontar narrativas e reconstituir qualitativamente histórias e eventos imaginários, sejam eles reais ou

fantasiosos, que marcam e modelam a paisagem do Morro da Queimada. A fala dos especialistas, em parte já apresentada nos capítulos anteriores, se integra a esta análise como terceiro grupo de atores no processo, de maneira a buscar uma interlocução entre a experiência coletiva e o ambiente vivido da comunidade, com a visão intelectual e ortodoxa do especialista, por vezes também fundamentada nas *práxis*.

Com base nos objetivos pretendidos com o estudo de caso, a pesquisa junto à comunidade se desenvolve em três universos pré-estabelecidos para análise qualitativa, o que também organiza o capítulo: *(i) cotidiano/ambiente vivido; (ii) experiência na serra; (iii) experiência na cidade*. O estudo parte de uma abordagem pontual e cotidiana dos indivíduos em que se analisa a experiência estética e social, por meio físico e sensitivo, entendendo que os hábitos culturais e costumes moldam esse território e, por conseguinte, também se deixam influenciar pelo ambiente; o que Berleant (2013) reconhece como “ambiente vivido” e que Assunto (2013) denomina de “paisagem vivida”.

A experiência na serra amplia a análise de maneira a entender a relação dos habitantes do Morro da Queimada em seu meio natural, arqueológico e cultural. Em seguida, o estudo apresenta a experiência estética na cidade, considerando aspectos da memória e identidade dos habitantes, em especial na área central, onde se encontra o patrimônio legitimado. Por fim, a análise dos especialistas será apresentada em narrativas selecionadas, confrontando algumas categorias de análise da paisagem com a experiência de quem habita o morro.

Como instrumental para o trabalho de campo, estabeleceu-se a utilização de entrevistas e observação direta. Na compreensão de que se trata de uma etapa prática e relacional, procurou-se não se fechar aos fatos e contexto, porém estabelecer uma dinâmica na construção do conhecimento com base em metodologias, entendendo que: “são as *perguntas que fazemos para a realidade*, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão” (MINAYO, 2012, p. 76).

Antes da elaboração do questionário foram realizadas visitas à região, com objetivo de reconhecimento do local e aproximação à comunidade. A prática da observação direta se iniciou a partir de registros fotográficos e diários de campo, e permaneceu durante todo o período de aplicação dos questionários, o que Minayo (2012) denomina como “observação participante”. Conforme salienta a autora, como observador de uma situação social, a coleta de dados, mediante observação, se insere no cenário cultural, portanto modifica e é modificada, em uma inter-relação.

Por meio da observação direta, em uma própria experiência do olhar, o pesquisador também se compromete ao ambiente, estabelecendo uma relação física e sensorial ao meio e junto à comunidade. E, dessa maneira, foram observados aspectos extradiscursivos, em definição de Magnani (2004), que envolvem condições do espaço social, como: formas de ocupação, uso do solo, elementos físicos limitadores do território, percursos facilitadores, locais de permanência e convívio, dinâmicas do local, equipamentos comunitários, infraestrutura urbana, áreas de riscos, entre outros. Embora não se pretenda aqui cartografar aspectos físicos e morfológicos, torna-se necessário apresentar o bairro, lembrando que muitos desses aspectos não se conseguem aferir por meio de questionários, conforme assinala Minayo (2012), ou mesmo, podem justificar e esclarecer seus resultados.

Em se tratando das entrevistas realizadas junto à comunidade, estas se configuraram como conversas guiadas a partir de um roteiro (Apêndice B) previamente elaborado como um questionário semiestruturado⁹⁶ e em alguns casos também se utilizou de técnica projetiva⁹⁷. Para cada universo de análise, foram estabelecidas categorias e subcategorias *a priori*, o que direcionou a elaboração desse roteiro para coleta dos depoimentos. As categorias e subcategorias de análise serão apresentadas e discutidas adiante, mediante desenvolvimento da análise de conteúdo e narrativas selecionadas. Procurou-se estabelecer um contato natural e pouco rígido, tendo em vista a natureza do tema, deixando os atores mais livres em seus discursos e narrativas da paisagem, o que resultou também em categorias de

⁹⁶ Entrevista semiestruturada: “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p. 64).

⁹⁷ Entrevista projetiva: “usa dispositivos visuais, como [...] fotos [...] constitui um convite ao entrevistado para discorrer sobre o que vê” (MINAYO, 2012, p. 64).

análise emergentes das falas. Utilizando do método projetivo em determinados momentos, geralmente no final da entrevista, foram apresentadas fotos antigas e atuais, de maneira a despertar memórias e sensações, em relação ao bairro e a cidade.

Cabe também destacar que em determinados contextos familiares, as “conversas” aconteceram em dupla ou até mesmo grupos de três pessoas, como as práticas denominadas grupos focais (MINAYO, 2012), o que exigiu uma maior atenção na coordenação das falas e estabelecimento do foco, mas em contrapartida, possibilitaram confrontações de ideias, ricas discussões e consensos. Ao perceber que algum participante se colocava subordinado a outro, a pergunta era feita inicialmente a ele para evitar influência. E os aspectos significantes, depois de discutidos e estabelecidas discordâncias e consensos, eram registrados separadamente.

O processo de categorização⁹⁸ consiste em agrupar elementos de significação, nomeando-os em subcategorias precisas, que se organizam e se agrupam em categorias mais abrangentes. Para realização do trabalho de campo, utilizou-se em demorado do método dedutivo, o qual se constitui de categorias deduzidas *a priori*. Mas também se fez uso do método indutivo, cujas categorias são emergentes das unidades de análise (MORAES; GALLIAZZI, 2016). No estudo em questão, foram estabelecidas categorias temáticas, a partir de critérios semânticos, com o objetivo de estabelecer inferências ao conteúdo e posterior interpretação de seus significados (BARDIN, 1979 *apud* GOMES, 2012).

Como bem destaca Minayo (2012, p. 63), em uma pesquisa qualitativa o trabalho interacional se torna um instrumento privilegiado de coleta de informações pela

possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro

⁹⁸ Categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico” (BARDIN, 1979 *apud* GOMES, 2012, p. 88).

das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor.

As entrevistas junto à comunidade se desenvolveram ao longo de três meses e decorreram como conversas informais em que foi possível se aproximar dos atores e vivenciar o seu cotidiano, enriquecendo a análise de contexto, o que propiciou interferências do pesquisador em descrições e análises, além de uma inferência e interpretação mais clara das histórias narradas. Para realização das mesmas, os entrevistados assinaram um termo de consentimento no qual autorizam a divulgação das informações em seu anonimato, considerando na classe de liderança a identificação de sua função ou instituição. Nesse sentido, as entrevistas foram gravadas, transcritas, organizadas e numeradas, resultando em aproximadamente 270 páginas. Cabe esclarecer que a transcrição das narrativas populares foi realizada pela autora, e pelo trabalho exaustivo, além da disponibilidade de tempo, optou-se por concentrar o resultado no conteúdo da informação, considerando não ser objetivo da tese uma análise linguística. Sendo assim, procurou-se transcrever a fala o mais próximo da expressão, considerando a linguagem coloquial, porém sem adotar normativas, cujos critérios se resumem em reticências para indicação de pausa na fala e colchete para cortes, no caso da fala fugir ao conteúdo específico ou quando há uma incompreensão do que foi dito. Evidentemente, que se procurou com os cortes, não alterar os sentidos ou mesmo comprometer o entendimento.

Após aplicação e transcrição das entrevistas, iniciou-se o processo de análise a partir da desconstrução dos textos. Embora exista uma tentativa em evitar a fragmentação, em toda e qualquer análise vai existir um grau de decomposição, para em seguida se iniciar a categorização (MORAES; GALLIAZZI, 2016). Neste caso, a partir da escuta e leitura exaustiva das transcrições, as informações foram sistematizadas em três quadros organizados por número do entrevistado e unidades de significantes, como subcategorias estabelecidas *a priori*, conforme apresentado no Apêndice C, Quadros de conteúdos significantes. A partir do processo de fragmentação e análise, surgiram subcategorias emergentes, que também foram registradas.

Em um segundo momento, iniciou-se o processo de reunir aspectos semelhantes e estabelecer as categorias, conforme exposto anteriormente. A categorização foi realizada em oito quadros, apresentados no Apêndice D como Quadros das categorias de análises. A primeira categoria, intitulada Perfil dos entrevistados (Quadro 4), não apenas propicia uma melhor compreensão de sentidos por meio da caracterização dos atores sociais, mas também contribuiu para uma leitura mais apurada da constituição, (re)ocupação da serra e formação do bairro, a partir de dados como: procedência, condições que motivaram a escolha pelo local e tempo de permanência. O Quadro 5 do Apêndice D, denominado Aspectos dos imóveis dos entrevistados, reúne subcategorias de maneira a retratar formas de ocupação, relação com a terra e aspectos construtivos gerais, não se pretendendo quantificar ou mesmo cartografar as mesmas, mas apresentar elementos que qualifiquem uma amostragem. Esses primeiros quadros foram tratados como categorias específicas e, pela natureza de seus significantes, serão apresentados como contextualização do primeiro universo de análise: cotidiano/ambiente vivido.

Em seguida, foram sintetizados quadros com a frequência dos conteúdos significantes (Quadros 6 a 11 do Apêndice D), reunindo subcategorias em categorias iniciais, que constituem cada universo de análise: *(i) cotidiano/ambiente vivido; (ii) experiência na serra; (iii) experiência na cidade*. Cabe explicar que essa mesma classificação foi realizada para os dois grupos de atores sociais: (i) habitantes gerais, que expressam opiniões populares e (ii) lideranças, formadores de opinião. Esses quadros de matrizes de significados permitiram uma análise geral, a partir de conteúdos e frequências. Não houve preocupação em quantificar as respostas, tendo em vista que se trata de uma pesquisa qualitativa, porém a frequência confere a importância dos conteúdos significantes e melhor direciona a seleção das narrativas a serem analisadas e interpretadas, levando em consideração opiniões populares e de formadores de opinião, fazendo aí um paralelo com a classificação feita por Malinowsky, em Magnani (2004). Entretanto, constatou-se uma variedade de conteúdos significantes em ambos os grupos e ao mesmo tempo convergências de ideias, o que não justificaria uma análise em separado. Optou-se por analisar de maneira conjunta as opiniões dos habitantes gerais e lideranças, destacando, quando necessário, aspectos caracterizadores do grupo, como por exemplo as opiniões de pessoas qualificadas. O Quadro 12, do Apêndice D, traz um resumo das

narrativas de paisagens coletadas em campo e apresenta uma amostragem de como a comunidade compreende a paisagem.

A metodologia aplicada se aproxima da análise de conteúdo por sistematizar os dados baseando-se tanto na descrição quanto na interpretação das categorias. Sua análise se baseia na hermenêutica, “de construção e reconstrução de compreensões sociais e culturais relativas aos fenômenos que investiga. Mesmo que também possa ser crítica, seu olhar interpretativo tende a se produzir desde o interior do fenômeno [...]” (MORAES; GALLIAZZI, 2016, p. 169). Gomes (2012), em *Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa*, apresenta os avanços da metodologia para análise de conteúdo, e cita Minayo (2002), ao explicar como a compreensão por meio da hermenêutica e a dialética crítica contribuem na aplicação do método de interpretação de sentidos.

E com base na exploração de sentidos, aplica-se a metodologia de análise textual discursiva, onde os significados são atribuídos a partir da fundamentação teórica. A escolha por esta metodologia de análise surgiu para dar voz aos atores do Morro da Queimada a partir de experiências narrativas, buscando inferir informações dos discursos e interpretar os significados. Propõe-se “utilizar as categorias como modos de focalizar o todo por meio das partes” e “constitui um exercício de superação do reducionismo que o exame das partes sem referência permanente ao todo representa” (MORAES; GALLIAZZI, 2016, p. 49). Ainda segundo os autores, a descrição na análise textual discursiva deve apresentar as categorias e subcategorias, validando a metodologia ao ancorar a mesma em citações selecionadas de maneira criteriosa. E a interpretação amplia a discussão buscando novos sentidos e compreensões com a base teórica estabelecida.

Os especialistas constam do terceiro grupo de atores e foram escolhidos adotando os seguintes critérios: envolvimento com trabalhos na região do Morro da Queimada; profissional qualificado; e a variedade de áreas na busca por uma discussão técnica interdisciplinar. Foram entrevistados 13 profissionais e neste caso, os especialistas assinaram termos de consentimento para divulgação, nos quais autorizam a menção da instituição onde trabalham e a publicação das informações com exclusividade para esta tese. No caso dos especialistas, por possuírem uma visão mais

categorizada e ortodoxa, as entrevistas foram realizadas de forma aberta⁹⁹, porém guiada por um roteiro prévio e específico para cada área e especialidade de maneira a garantir a abordagem temática necessária.

A metodologia para análise consistiu na mesma adotada para as narrativas dos habitantes. Entretanto, nesse caso, a transcrição foi realizada por profissional qualificado na área linguística, pela natureza da informação obtida, que agrega também informações técnicas na contextualização da tese. O texto transcrito foi inicialmente fragmentado para, em seguida, ser categorizado em temáticas específicas. Mas, nesse caso, as categorias, como os grupos significantes, foram utilizadas como processo direto da análise textual discursiva, procurando assim, produzir interpretações aos temas.

O bairro será inicialmente apresentado em narrativas de seu cotidiano e ambiente vivido por meio das categorias temáticas adotadas. Em seguida, amplia-se a análise para a serra, procurando compreender a relação dos moradores do Morro da Queimada com os bairros vizinhos, além do contato com o ambiente natural e cultural do entorno, cuja experiência pessoal revela a constituição de características específicas e particulares. A experiência estética do centro e da cidade será contemplada por meio da memória, percepção e, sobretudo, no sentido de pertencimento.

4.1 O ambiente vivido no Morro da Queimada

Para além da fruição do olhar, há o lugar em toda a sua realidade complexa e sedimentada de criação e transformação cultural de longa duração, sítio de uma edificação no tempo de uma comunidade com os seus símbolos, as suas tradições, ritmos temporais, modalidades do habitar e do cultivar, do cuidar e do embelezar, do dissipar e do transmitir uma realidade para cuja apreensão o mero registro estético é demasiado indeterminado e demasiado centrado no pólo do sujeito contemplador (BONESIO, 2013a, p. 452).

⁹⁹ Entrevista aberta ou em profundidade: “o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2012, p. 64).

A sensibilidade de Luisa Bonasio (2013a), expressa na citação acima, demonstra o sentido e a importância em se conhecer o ambiente vivido, o cotidiano, o ver, o sentir, o mover-se, o trabalhar, o cuidar, o comer, o encontrar, o passear, o construir, o desconstruir, o viver o morro. Em seus limites, suas dores, seus encantos, realizações e lutas. A partir de uma perspectiva geofilosófica, a autora apresenta a paisagem, em seu texto *Habitar a terra e reconhecer-se nos lugares*, como “a síntese expressiva e dinâmica da vida, dos indivíduos e da comunidade, em confronto necessário e constante com dimensões e possibilidades provenientes do passado e, apenas por isso, susceptíveis de ter um futuro” (BONESIO, 2012, p. 204).

A paisagem não se resume a aspectos físico-biológicos, nem tampouco se restringe à contemplação estética do olhar, muito menos de um olhar essencialmente externo, sem causa e argumento. O desenrolar das narrativas demonstram a tessitura de uma cultura, de tradições e significados, no processo de (re)ocupação desse território, além das motivações que levaram e continuam a levar pessoas a ocuparem as encostas da serra, de maneira continuada, em áreas aparentemente inacessíveis e de risco. É nesse sentido de aproximação, vivência e experiência sensorial que se pretende traduzir um pouco dessa realidade, no cerne do que move e transforma a estética da paisagem no tempo e no espaço.

Em *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, Pesavento (2007) ressalta a necessidade em se recuperar a sensibilidade, mais do que compreender o urbano em sua materialidade e tecidos sociais. Para a autora, a cidade sensível é imaginária por ser concebida a partir de pensamento e, sendo percebida e vivenciada, se materializa em realidade, por meio dos sentidos e significados da memória que se constitui um lugar.

Pesavento (2012, p. 78), em *História e História Cultural*, descreve o deslocamento dos métodos de leitura e registro, evidenciando a importância do imaginário urbano que se fundamenta no discurso e na forma de representação da cidade, expressa em “espaços, atores e práticas sociais”. Segundo a autora, o imaginário conduz ao método da percepção do mundo e por meio dos sentidos os atores sociais reconhecem saberes, promovem leituras, identificam e atribuem significados,

produzindo representações urbanas. No estudo de caso em questão, procurou-se uma análise apurada das narrativas, a partir de uma amostragem significativa, porém se reconhece que nem toda representação será completa, assim como nem toda história, seja qual forem suas fontes e métodos, é retrato fidedigno de sua realidade.

Cartografias antigas, analisadas no capítulo anterior, revelam ocupações espaçadas na região no início do século XX, principalmente ao longo do trecho onde hoje se desenvolve a Rua 15 de Agosto. Esses registros são indicativos da existência de famílias instaladas na região já nessa época. Embora a tese não tenha como propósito estudos biográficos e genealógicos, o processo das narrativas identificou dois núcleos familiares, que merecem registros no processo de reocupação do Morro da Queimada, consolidando-se como referência na comunidade. Trata-se das famílias de Luiz Cândido de Jesus e Joaquim Gonçalves de Matos, que adquiriram, no segundo quartel do século XX; antigos terrenos já edificados na região.

Segundo o Entrevistado 53, Esteves Gonçalves de Matos veio de Rio de Pedras, distrito de Itabirito, e se instalou na Fazenda Campo Grande com os filhos: Joaquim Gonçalves de Matos, Aristides Gonçalves de Matos, José Gonçalves de Matos, Manuel Gonçalves de Matos, Julia Gonçalves de Matos, Evangelina Gonçalves de Matos, Iraci Gonçalves de Matos. Dois outros filhos, Antônio Gonçalves de Matos e Maria da Cota Mattos permaneceram no Rio de Pedras.

Joaquim Gonçalves de Matos casou-se e comprou, em 1940, um terreno com um barraco no Morro da Queimada, local de uma antiga forja a carvão, que, segundo o entrevistado, servia para “apontar ferramentas do pessoal que trabalhava com escravidão na época”. O Sr. Joaquim ampliou o barraco e criou os filhos no local, onde hoje ainda residem seus descendentes, entre eles o Sr. Geraldo Gonçalves de Matos, conhecido por Catagolo (Entrevistado 53). A antiga casa ainda pode ser vista no Morro da Queimada e se destaca na paisagem pela proporção e elementos de composição, cobertura em telha cerâmica e alvenarias em tijolos maciços, sendo implantada próxima a um muro de pedra seca na Rua 15 de Agosto, conforme registros apresentados nas Figuras 72 e 73.

Figura 72 - Vista da antiga residência do Sr. Joaquim Gonçalves de Matos, a partir da Rua 15 de Agosto



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 73 - Casa do Sr. Joaquim Gonçalves de Matos, cujo terreno foi adquirido em 1940



Fonte: Acervo da autora (2019)

Conforme informação do Entrevistado 53, a propriedade adquirida pelo Sr. Joaquim Gonçalves de Matos pertencia a José Brás, na época proprietário de uma extensa área no Morro da Queimada, cuja região das Lajes foi vendida, na mesma época, para Lamartine Marotta, Lourival Marotta e Ancelmo Marotta para instalação de pedreira. Parte da região apresenta solo rico em quartzito em sua composição geológica, o que também se apresentou como fator motivador no processo, uma vez que as famílias se instalaram no local atraídas pela extração de rochas. A memória oral reforça como os recursos naturais disponíveis e a possibilidade de exploração econômica são fatores que condicionaram a reocupação da região do Morro da Queimada ao longo do século XX. Vale registrar a importância dessa questão ao pensar a paisagem, como bem analisa Berleant (1997) ao assinalar conflitos entre valores estéticos e econômicos em sua valoração.

Retomando os significantes históricos familiares, os irmãos de Joaquim Gonçalves de Matos, Aristides e Manuel, casaram-se respectivamente, com as irmãs D. Vera e D. Geralda, filhas do Sr. Luiz Cândido de Jesus, cujo núcleo familiar se instalou na base do Morro da Queimada, conforme será apresentado a seguir (Entrevistado 53).

Logo no início do trabalho de campo, constatou-se que, na Rua 15 de Agosto, nas proximidades do bar do Tião da Brahma, concentravam-se residências de uma mesma família. As narrativas demonstram o protagonismo de Dona Vera Marta de

Jesus Matos, casada com o Sr. Aristides Gonçalves de Matos, este procedente de Itabirito:

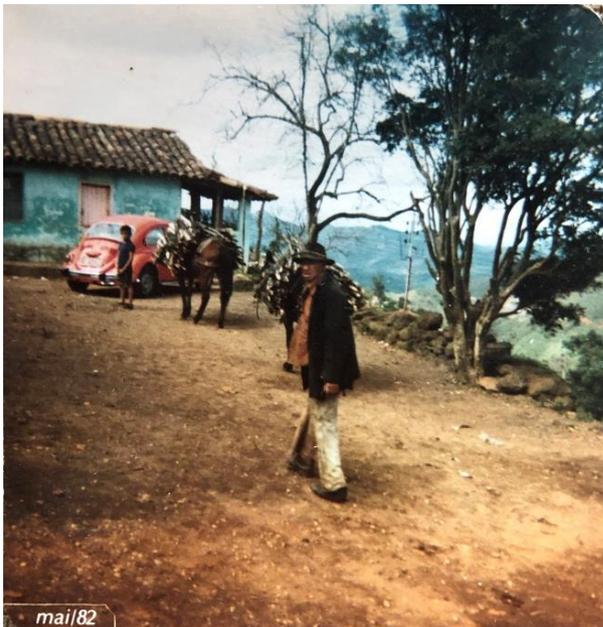
Vera Marta de Jesus Matos [...] você vai andar por aí, eles vão falar dela pra você [...] eles falam D. Vera de Sr. Aristides [...] Aristides Gonçalves de Matos [...] quantos meninos nasceu na boleia do caminhão dele [...] as lenheiras iam pro mato a semana inteira, juntar lenha e pôr na beirada da estrada, lá pro lado da Serra de Antônio Pereira. Dia de domingo, vinha aquele caminhão alto de lenha [...] vieram para fazer caridade (Entrevistado 27).

Segundo depoimento, Dona Vera Marta de Jesus nasceu no bairro Alto da Cruz e veio para a região ainda pequena, quando seu pai, Sr. Luiz Cândido de Jesus, comprou uma casa, descrita a seguir em seus aspectos construtivos. Tal imóvel é também relatado com “misteriosas” ocorrências, estranhos e recorrentes barulhos, cujas histórias se sedimentaram no imaginário social e fantasmagórico de seus habitantes, associadas ao contexto histórico e exploratório da mineração por mão de obra escrava:

Ela tava pequenininha quando meu avô comprou essa casa aí. [...] eu tenho o recibo que ele pagou, sabe. [...] O homem que ele comprou a casa chamava Sr. Torquato [...] a casa do meu avô era toda murada, de muro antigo de pedra seca. A casa é de parede de tijolo mesmo. Uma parede dela só que era toda de cango, que o moço que ele comprou aproveitou a parede. Mas ele falou que fazia muito barulho na casa. Disse que quando mudou, minha mãe, minha tia, eles eram três irmãos, tinham muito medo, porque às vezes eles tavam dormindo, caía uma vasilhada. Caía e era uma barulhada. Todo mundo ficava morrendo de medo. E ia olhar e não tinha nada, tava tudo no lugar. Aí ele falou que como era dos escravos, ele quis tirar aquelas paredes fora. Disse que abriu buraco na cozinha. Fazia muito barulho. Depois com o tempo o barulho parou [...] a mina é mais pra cá. Mas pode até ter, porque aqui em Ouro Preto é cheio de mina, né (Entrevistado 27).

A casa que pertenceu ao Sr. Luiz Cândido de Jesus pode ser vista na Figura 74, em registro familiar realizado em 1982, e mais recentemente em 2013, Figura 75, quando o *Jornal Lampião* publicou uma matéria (MENEZHIN, 2013), acompanhada de uma fotografia de Dona Vera, ao lado de sua filha Maria da Conceição, em frente à edificação.

Figura 74 - Casa que pertenceu ao Sr. Luiz Cândido de Jesus



Fonte: Registro de família (1982) Fornecido por Maria da Conceição Gonçalves Xavier.

Figura 75 - Dona Vera e sua filha Maria da Conceição, em frente à casa



Fonte: Reportagem *Jornal Lampião* (2013)

O imóvel, pertencente à família Jesus, encontra-se hoje abandonado e em processo de arruinamento. A antiga casa se diferencia em aspectos formais e construtivos, estando atualmente cercada por um conjunto de construções mais altas da família, como se observa ao fundo do pátio, na Figura 76.

Figura 76 - Vista superior do conjunto de casas da família de Luiz Cândido de Jesus



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 77 - Quintal e imóveis da família de Jesus

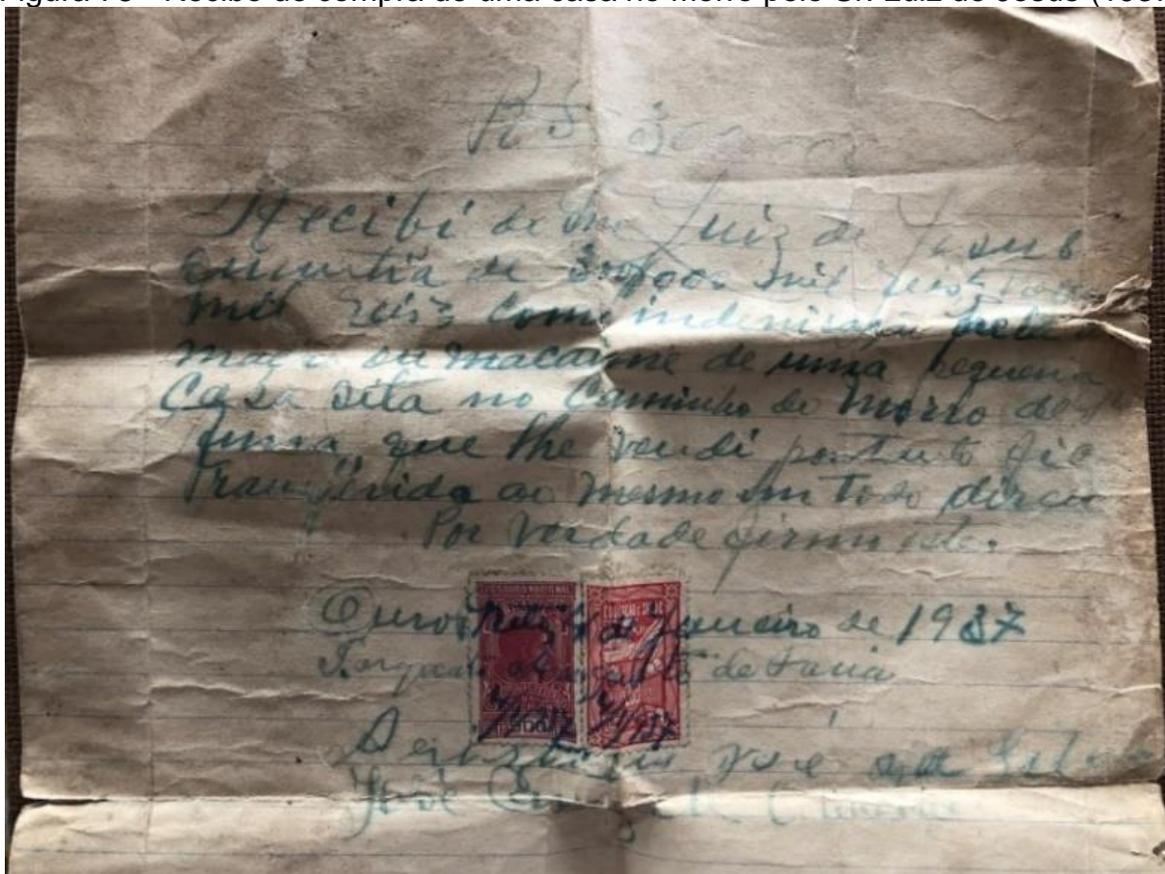


Fonte: Acervo da autora (2019)

Na imagem da Figura 77, observam-se remanescentes de um muro de pedra seca, executado em canga, rocha em abundância na região, além do conjunto de outras edificações da mesma família. Este quintal, atrás da casa, encontra-se tomado por vegetação e a plantação se restringe a algumas bananeiras.

Esse foi o imóvel mais antigo identificado durante a pesquisa e o recibo da compra do mesmo, citado anteriormente, foi retratado na Figura 78, onde consta que Luiz de Jesus pagou 300.000 mil, por “uma pequena casa [...] no caminho do Morro de S^{ao}” [...], ao Sr. Torquato Augusto de Faria, em janeiro de 1937.

Figura 78 - Recibo de compra de uma casa no Morro pelo Sr. Luiz de Jesus (1937)



Fonte: Documento disponibilizado para consulta por Maria da Conceição Gonçalves Xavier

No *Jornal Lampião*, Meneghin (2013) descreve que a região foi reocupada a partir de 1934, por quatros moradores. Entre eles a família de Dona Marta de Jesus Matos, filha do Sr. Luiz Cândido de Jesus com a Sra. Judith Lima de Jesus, que juntos tiveram cinco filhos, sendo um de criação (Entrevistado 27). As outras três famílias mencionadas na matéria não foram identificadas, mas supostamente se

instalaram na base do morro, ao longo da Rua 15 de Agosto, onde se nota a concentração, obviamente, dos moradores mais antigos. O Entrevistado 27 esclarece que os descendentes dessas antigas famílias mencionadas na reportagem não mais residem no bairro: Famílias do Sr. Antônio Amâncio, Sr. Miguel Rodrigues e Sr. Luiz Pereira.

Ao narrar sobre a família, um dos netos do Sr. Luiz Cândido de Jesus menciona a implantação de um centro espírita em Ouro Preto, cuja crença se mostra presente neste depoimento e em alguns outros relatos:

Meu pai [Antônio Marinho de Jesus] foi o homem a ter o primeiro centro espírita aqui de Ouro Preto, chamava [...]. Então tá tudo interligado a espiritualidade do Morro da Queimada, meu pai e a mim. Casa do meu avô tá até abandonada, tá em ruínas, lá no Morro da Queimada (Entrevistado 51).

Segundo relato (Entrevistado 27), Dona Vera Matos era católica, tendo sido a responsável pela doação da imagem de São Judas Tadeu, padroeiro do bairro. Ela morava com seu marido, Sr. Aristides, em uma casa térrea e avarandada, em ponto de destaque, pelos afastamentos laterais e logo no acesso ao bairro. Segundo o mesmo depoimento, a mesma faleceu em 2015, com 83 anos e já viúva do Sr. Aristides.

Dona Vera criou seis filhos que lhe deram netos e bisnetos. A maioria dos descendentes dela se acomodou em moradias construídas nas proximidades da antiga casa, adquirida em 1937 pelo patriarca da família (Entrevistado 27). Processo similar a esse foi narrado por outro familiar, e se tornou uma prática no Morro da Queimada:

Eu construí dentro da área do Morro da Queimada, que foi uma área do meu avô. Meu avô passou pro meu pai, meu pai deixou um pedacinho pra cada um dos filhos lá dentro. Lá é uma espécie de mundéu, né (Entrevistado 51).

Algumas outras inferências podem ser feitas por meio dos perfis dos entrevistados, cujos dados foram organizados no Quadro 4 do Apêndice D. Nota-se, ao analisar a coluna naturalidade, que é relevante o número de pessoas procedentes de outras

localidades, totalizando 53% dos entrevistados, em maior parte dos distritos de Ouro Preto, Mariana e Ponte Nova, o que demonstra que parte da ocupação é decorrente de um fenômeno de migração ocorrido a partir da década de 1960, provavelmente em busca de melhores oportunidades, com a retomada do crescimento econômico do Município. Em algumas narrativas, a família se instala de aluguel inicialmente em bairros como Antônio Dias, Padre Faria, Alto da Cruz, Taquaral e ocupações na Vila Aparecida, ou ao longo da serra, como no Santana e Veloso, e sem alternativa, na expectativa de uma casa própria, migram para o Morro da Queimada, como expresso de maneira sensível por uma liderança de bairro, quando menciona que o morro o escolheu:

Fomos pioneiros, já tem mais de 40 anos [...] Acho que foi o morro que me escolheu. Não tinha opção. Ouro Preto nunca teve loteamento, tem as invasões e depois tem a legalidade de uso capião. Não foi diferente. Meu pai pagava aluguel, a gente tinha uma dificuldade muito grande financeira, família crescendo [...] (Entrevistado 45).

Embora seja necessária uma pesquisa mais aprofundada para se avaliar a formação social do bairro, a amostragem revela que 16% dos entrevistados nascidos em Ouro Preto são descendentes de famílias provenientes de outras localidades; 8% são descendentes da família do Sr. Luiz Cândido de Jesus, que ao que tudo indica seria de família ouro-pretana; 4% são mulheres que casaram com habitantes do Morro da Queimada; e 19% não souberam responder, ou não apresentaram informações suficientes para inferência.

Quando questionados sobre as motivações que os levaram a escolher o bairro Morro da Queimada para morar, fica evidente que a maioria que ali se instalou o fez por não haver escolha e a região se mostrar como oportunidade em se estabelecer numa casa própria, como nas narrativas de antigos moradores do bairro:

Lugar que a gente achou pra fazer a casa ... tranquilo, sossegado. Tinha pouca casa, se tivesse três era muito. O acesso era mato, trilho de burro (Entrevistado 10, há 45 anos no bairro).

Bairro que ocupamos. Na época Ouro Preto não tinha lugar para construir (Entrevistado 22, há 45 anos no bairro).

Porque não tinha outro lugar pra gente ir, escolher, né. E eu achei esse lugar vago aqui. Falei... vou fazer minha casa aqui (Entrevistado 46, há 36 anos no bairro).

Alguns afirmam ter comprado o terreno, outros dizem ter recebido por doação, e alguns reconhecem o processo de ocupação, distinguindo-o como invasão. Também existem aqueles que já há 30 anos dizem ter comprado um barracão ou casa para sair do aluguel e foram ampliando. Mas há outros que ressaltam a tranquilidade ou mesmo a proximidade com o centro. Os relatos abaixo são de moradores que construíram suas casas mais recentemente:

Construí essa casa aqui, custei pra construir. Aqui uns 15 anos. Lugar que eu achei pra construir. Lugar melhor num é pra pobre não. Construí... ninguém reclamou. Nós posseamos. Foi posse (Entrevistado 28, há 15 anos no bairro).

Único lugar que eu conseguia construir, meu cunhado que me doou o lote. [...] Eu paguei aluguel numas quatro casas aqui (Entrevista 49, construiu há oito anos).

Nem sempre os depoimentos manifestam satisfação em morar no local, como no trecho abaixo, quando uma antiga moradora relata que foram construídos inicialmente dois cômodos onde era o galinheiro da casa do sogro e depois foram ampliando:

Eu nunca gostei daqui. Meu marido que veio porque não tinha condições de comprar lote. Toda vida foi garrado com o pai e a mãe dele. Num gosto daqui não. Aqui negócio de herança (Entrevistado 15).

No desenrolar das narrativas, são inúmeros os depoimentos de luta e dificuldades enfrentadas para a construção das moradias, cujo material era carregado nas costas ou em “lombo de burro”. Também emerge das falas a riqueza dos recursos naturais, como a disponibilidade de água das nascentes, sendo fator condicionante para instalação da moradia.

[...] procurei casa para comprar, coisa e tal, mas eu não tinha recurso suficiente. [...] fiquei sozinho nesse canto aqui justamente para aproveitar uma água que tinha ali na nascente [...] foi tudo carregado em lombo de burro, de lá da 15 de Agosto até aqui, ou então nas costas. Não tinha rua não [...] era trilho, trilho de vaca mesmo. [...] Eu marquei pequeno o meu lote, porque eu não tinha ambição pra marcar maior, porque aqui, como se diz, era quase uma invasão, né. Eu fui o primeiro a marcar aqui. Eu marquei um lote quadrado, de 15 por 15, de cada lado [...] Eu peguei e conversei na prefeitura para mim começar a trabalhar, quebrei muita pedra aqui, cango, tudo na marreta ... Foi tudo cortado na base do braço, da força mesmo. [...] daqui na nascente era uns 100m. Só comprei a mangueira, coloquei um

tambor aqui embaixo e desenrolava a mangueira todo dia cedo e construí [...] fui aumentando aos poucos. [...] era só quatro cômodos e o banheiro [...] comecei a trabalhar de pedreiro [...] tudo que eu adquiri foi com muito, com muito suor no rosto (Entrevistado 24, há 42 anos no bairro).

Em relação à implantação das casas, observa-se a seguinte prática: ao se apropriar de um terreno, este vai sendo subdividido, incorporado a áreas adjacentes, ou a construção vai sendo verticalizada, formando quase que “condomínios familiares”, com uma área de acesso comum e fechada, como no registro apresentado na Figura 79. Pode-se inferir esta informação na análise do Quadro 4, intitulado Perfil dos entrevistados (Apêndice D), no campo, motivações para escolha do bairro, no qual alguns citam a família como fator motivador, e no item, membros da família no bairro, ao constatar que 83% dos entrevistados possuem outros familiares no bairro. No Quadro 5, Aspectos dos imóveis dos entrevistados (Apêndice D), nas colunas condição de propriedade e outros imóveis, pode-se averiguar que 59% dos entrevistados possuem imóveis de parentes de primeiro grau no bairro, sendo que 56% são conjugados ou se localizam nas imediações de seu imóvel.

Meu pai comprou. [...] Outros compraram não sei de quem. Todo mundo constrói e faz um puxadinho, né. Na casa da minha sogra os filhos moram no entorno. Todo mundo aqui os filhos moram no entorno. Era assim que as pessoas construíam. Ninguém tinha condições de comprar um lote, de maneira planejada (Entrevistado 42).

Mas essa condição não é uma regra, pois também existem famílias que se acomodam em uma única morada, com certo afastamento em relação ao vizinho, por vezes a partir de escadas que marcam a morfologia do território, cortando caminhos, ao vencer a barreira física da elevada topografia, como a que aparece na Figura 80. Algumas destas longas escadas são fechadas com portão, como corredores de acesso comum aos imóveis.

Figura 79 - Registro de três moradias de uma única família



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 80 - Escadaria denominada Rua das Camélias



Fonte: Acervo da autora (2019)

Em visita a campo é possível perceber que, embora não haja avanço de ocupação do bairro Morro da Queimada em direção ao Parque Natural Arqueológico, o adensamento da região continua ocorrendo, seja em processos de verticalização seja por novas construções em terrenos remanescentes. Na imagem da Figura 81, o ambiente vivido do Morro da Queimada se revela pela variedade de coberturas e de uma nova construção sendo realizada à direita da foto, em meio ao ambiente natural. Ao fundo, se observa o bairro Antônio Dias e a Praça Tiradentes com seu casario e monumentos em destaque, numa completa interação à natureza transformada, também pela ocupação de encosta da Vila Aparecida, na lateral esquerda. Esse processo de adensamento se revela em pelo menos cinco narrativas, de novas construções em imediações familiares:

Igual aqui agora, meu neto tá fazendo um cômodo pra ele ali, ele precisa sair de dentro da casa da mãe dele. Tirou minha paisagem toda. Mas o que, que eu posso fazer? (Entrevistado 20).

Figura 81 - Vista da área central da cidade na experiência do olhar do Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Nos dados do Quadro 5, Aspectos dos imóveis dos entrevistados (Apêndice D), constam as condições de propriedade. A amostragem indica um percentual de apenas 6% de imóveis alugados. Entretanto, as narrativas revelam que o bairro há muitos anos já se insere na relação e lógica do mercado imobiliário, com terrenos e imóveis à venda, além de aluguel. Não se pretende aprofundar nessa questão, mas como reflexão, certamente o sistema econômico capitalista interfere na produção do espaço, que Lefebvre (1991) descreve como a criação de um “espaço abstrato” onde circula a mercadoria, o dinheiro e o Estado político, cujo reflexo também vai chegar às áreas periféricas ocupadas. O Estado político organiza o espaço segundo suas exigências, e a relação social é estabelecida por meio da propriedade e das “forças produtivas” que parcelam a “terra”, tornando-a mercadoria.

Gottdiener (2010), ao analisar a perspectiva de produção do espaço por Henri Lefebvre (1974), destaca a importância da teoria ao considerar a natureza multifacetada do espaço. Ele demonstra como o mesmo também é produzido como mercadoria, representando simultaneamente um objeto material e processos que envolvem relações sociais. Neste sentido, observa-se que as pessoas não apenas ocupam áreas, constroem suas casas, cumprindo de alguma maneira uma função

social da terra, mas também se inserem em relações socioeconômicas de mercado, construindo para alugar e vender.

Por outro lado, essa dinâmica desenfreada da ocupação conduz a análise da relação da comunidade com os órgãos públicos, em especial a prefeitura e o IPHAN, no que tange ao contato com a população, além dos aspectos de fiscalização e controle do território. Conforme analisado no capítulo anterior, sabe-se que a região é caracterizada como área urbana consolidada, na LUOS como ZPAM e ZAR-2, com sobreposição de ZEIS 1, o que lhe confere determinados parâmetros urbanísticos, que já foram analisados anteriormente, além de critérios adotados pelo IPHAN, por se tratar de APARQ e AP-01, em limite de tombamento. Cabe aqui uma análise da interface com a comunidade de maneira a compreender o olhar do morador em relação à gestão do patrimônio.

Os aspectos relacionados aos órgãos de preservação foram tratados com parcimônia durante as conversas, mas percebeu-se que há pouca resistência por parte da comunidade, que historicamente não foi submetida a incisivos controles, fiscalizações e autuações por parte dos agentes públicos.

Quando eu construí não teve nada não. Foi muito bom. Ninguém mexeu comigo não. Fiz uma vez um título de domínio, mas ele sumiu (Entrevistado 46, há 36 anos no bairro).

No Quadro 5, Aspectos dos imóveis dos entrevistados (Apêndice D), no campo relação com órgãos públicos, foram registrados que apenas 8% dos entrevistados narram algum episódio de insatisfação, sendo que apenas uma narrativa se mostra efetivamente contrariada, quando descreve sobre os problemas do bairro:

Agora não tem tanto. Tirando as obras que tão vindo agora irregulares. Que a prefeitura fala que não pode fazer, mas tem sempre um fazendo. A gente tem o espaço... a gente é privado de fazer as coisas, né. Até mesmo por causa dos vizinhos, né. Denuncia, né. Denuncia, uns e outros estão construindo. Se fosse pra não fazer, deveria ser ninguém. O patrimônio cobra de uns, mas a lei é pra todos. Imagina se for denunciar todo mundo, ninguém tem casa gente... se for pra jogar uma casa no chão, tem que jogar todas, então a fiscalização tá muito injusta com uns e com outros... só sai de lá se for uma denúncia... nosso bairro aqui é muito ... e tem muitas que é de risco. Devia vim e alertar, conversar com a população, falar o que que tem que ser feito mesmo (Entrevistado 47).

Em outro depoimento, o Entrevistado 41 destaca que o único problema que enfrentou foi na execução do terraço, quando foi necessário trocar o telhado para o modelo “colonial”, parâmetro exigido pela Portaria nº. 312 (IPHAN). Algumas narrativas demonstram o interesse para conseguir regularizar o imóvel, porém se mostram insatisfeitos na demora e dificuldade do processo, insinuando não haver predisposição da gestão pública em solucionar a questão:

Estamos tentando registrar. Essa é a maior dificuldade pra conseguir aquela documentação. [...] A gente tem o contrato de compra e venda direitinho. Mas só que a documentação, escritura da própria casa, a gente não tem (Entrevistado 44).

Entretanto, as falas não determinam que eles sejam indiferentes às questões patrimoniais. Ao contrário, há narrativas onde se percebe sensibilidade aos aspectos patrimoniais, como no depoimento a seguir, onde o entrevistado demonstra insatisfação em não reconhecer a conservação estilística em determinadas áreas da cidade, ressaltando a deficiência do controle e da fiscalização, em uma cidade Patrimônio da Humanidade:

O visual arquitetônico. Mudou muito, muita coisa nova, no meu modo de pensar como é Monumento Mundial, deveria preservar mais. Não tá preservando aquilo que deveria preservar. Tinha que ser mesmo rigoroso. Em todos os lugares. Lá no centro mesmo, tá mudando. Tanta casa construída, ali oh, olha o barranco. Ela vai deslizar. Eles deixam fazer, eles deveriam proibir (Entrevistado 9).

Em depoimentos de membros da liderança do bairro há o entendimento da inoperância do controle, fiscalização e planejamento municipal, além da ausência de programas habitacionais que garantam a função social da terra:

Não tinha fiscalização nenhuma. [...] A cidade nunca teve um plano diretor que funcionasse e a cidade foi crescendo desordenadamente. E as pessoas precisam de morar, e a cidade não para de crescer. Inclusive outra deficiência que nós temos na cidade é que não tem plano habitacional que funcione. [...] dá uma olhada nas bordas do pico, para baixo, já esta se formando outra ocupação. E aí? Como que você deixa as pessoas ocuparem assim desordenadamente? (Entrevistado 26, há 45 anos no bairro).

E, nesse sentido, atribui corresponsabilidade ao poder público quando, na ausência de ações e planejamentos, promove infraestrutura efetivando o processo de ocupação em determinadas áreas:

O próprio poder público é conivente com isso, porque a CEMIG não foi lá? Não ligou minha luz? A prefeitura não foi lá? Num ligou minha rede de esgoto? Incoerência do poder público, a questão de não entender que cidade tem que crescer e nós temos terras boas (Entrevistado 26).

Na narrativa a seguir, o morador manifesta a preocupação em seguir as recomendações impostas pelo “patrimônio”, mostrando-se indignado com a construção de um prédio na proximidade de seu imóvel:

Procurei construir dentro das regras, né... do patrimônio. [...] Hoje tem esse prédio que foi construído, que pra mim foi a maior agressão ao patrimônio, que eu não sei nem como que foi construído (Entrevistado 45).

O Entrevistado 42 mora na parte baixa do morro e acompanhou a expansão do bairro. Em seu depoimento ressalta a qualidade e estrutura física dos imóveis, que poderiam ser construídos dentro de um planejamento urbano territorial e políticas públicas de habitação:

[...] quando a gente ainda sobe o morro, poxa vida, as pessoas deviam ter um lugar pra construir, porque é a casa delas, é a dignidade do homem: é o trabalho e a casa que ele mora. Então a gente vê casas edificadas em cada lugar, e casas boas [...] As casas são muito bem estruturadas (Entrevistado 42).

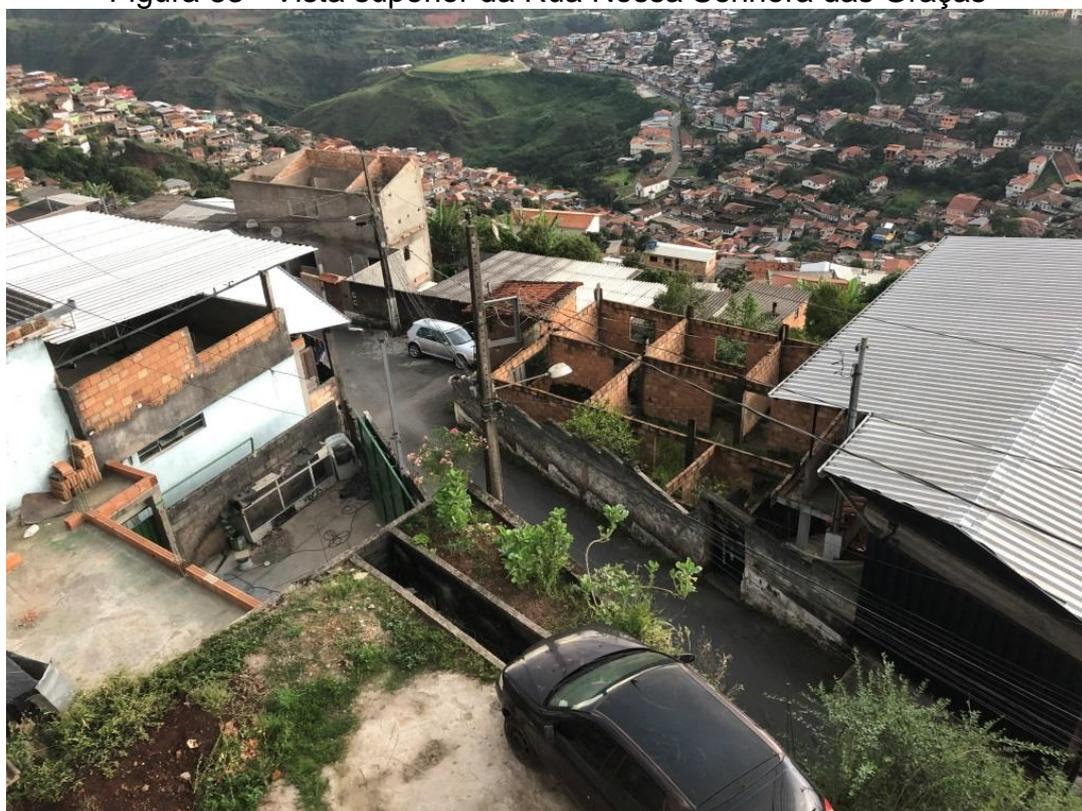
Como em qualquer ocupação de encosta, o processo de urbanização não possui uma regularidade de quadras e padronização, mas observa-se que o bairro apresenta certo ordenamento, distribuindo-se a partir de ruas principais: Rua do Ouro, Rua das Camélias, Rua Nossa Senhora das Graças e Rua Marina Ferreira Guimaraes. Estas se ramificam em ruas secundárias, estreitas e íngremes, caminhos e becos, escadarias que vencem grandes declividades e criam atalhos entre os logradouros, como se observa na imagem da Figura 82. Nota-se na imagem certa regularidade na implantação dos imóveis, além de afastamentos e delimitações de terreno, mas este padrão não é seguido em toda ocupação do território.

Figura 82 - Vista superior de uma escadaria de acesso



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 83 - Vista superior da Rua Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da autora (2019)

A fotografia anterior (Figura 83) retrata a Rua Nossa Senhora das Graças na parte superior do bairro, sendo possível notar um ordenamento em núcleos maiores de ocupação, embora as implantações sejam menos regulares do que as observadas na Figura 83. Também se registra adensamento com a edificação de novas construções.

Mais à frente, as narrativas de paisagem revelam como o ambiente físico foi sendo modelado em ações de mutirão. As ruas vão sendo abertas e o território vai sendo concebido de maneira coletiva, sendo também nomeado em ações simbólicas e por necessidades práticas e funcionais, motivadas por demandas comunitárias de serviços urbanos e públicos. Silva (2011) nos estudos de como uma cidade se constrói em projeções imaginárias, apresenta como o espaço se reconhece por seus aspectos construtivos e expressões, se auto definindo pelos cidadãos. Nas reflexões sobre o território, ele analisa as diversas maneiras como o espaço vai sendo concebido e até mesmo reconstruído e, numa relação simbólica, vai sendo nomeado.

O Entrevistado 52 informa que, após muita luta, a associação de bairro foi criada em 1993 e o estatuto registrado em cartório. Com respaldo jurídico, começaram-se a reivindicar direitos junto à Câmara Municipal, entre eles o serviço dos correios, que atendia até a Rua 15 de Agosto. Entre as ações foi necessário nomear e numerar as vias:

Fizemos assembleia, escolhemos os nomes das ruas. Tem Santo Antônio de Pádua, tem Belo Horizonte, tem Ayrton Sena, tem Nossa Senhora das Graças, tem Rua das Camélias, tem José Elias... tudo escolhido pela comunidade. [...] a gente marcava reunião, chamava assembleia e ali na assembleia todo mundo assinava os documentos se tava de acordo e levava o projeto para Câmara Municipal. Aí o Morro da Queimada virou Morro da Queimada (Entrevistado 52).

As edificações em geral se caracterizam por uma arquitetura informal e não constituem um padrão construtivo, podendo observar desde construções simples e modestas, até imóveis grandes e sólidos, alguns bem acabados, outros ainda nos tijolos. O porte edificado também varia em casas térreas e verticalizadas, geralmente em conjunto de moradas. Procurou-se, com a seleção de imagens apresentadas a seguir, retratar um pouco dessa diversidade construtiva, onde se percebem

residências mais elaboradas e acabadas nas Figuras 84 e 87, e casas sem acabamentos nas Figuras 85 e 86.

Figura 84 - Registro de edificações sólidas e de grande porte



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 85 - Registro de grandes edificações sem acabamento



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 86 - Conjunto de edificações inacabadas na porção alta do morro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 87 - Edificações sólidas e elaboradas na Rua das Camélias



Fonte: Acervo da autora (2019)

As coberturas são diversificadas em soluções de lajes e telhados metálicos e de amianto, além do emprego de estrutura de madeira e telhas cerâmicas. Varandas e terraços são elementos usuais nas edificações. Sempre voltados para a vista privilegiada, foram locais convidativos durante as entrevistas e ressaltados pelo favorecimento da vista, como na fala do Entrevistado 05: “entro em casa, minha referência é minha varanda”.

Os terraços de cobertura em geral são cobertos e se diferenciam em tamanhos e acabamentos. Este elemento se torna uma solução com a escassez de terreno, cumprindo a função de quintais torna-se um local para lavar e secar roupas, lazer, cultivo de plantas e criação de animais. E, certamente, é a partir destes lugares, que se têm as melhores vistas da Serra do Itacolomi e da área central da cidade de Ouro Preto, como nas paisagens retratadas nas Figuras 81 e 88.

Figura 88 - Vista do Alto da Cruz e Santa Efigênia em meio à natureza exuberante da Serra do Itacolomi, a partir de um terraço no Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

A escolha pela laje se justifica pela praticidade e manutenção, embora os terraços sejam citados nas narrativas como lugares adequados para avistar a cidade, como na fala do Entrevistado 28: “Vejo da laje. Vejo tudo [...] Telhado quebra telha, dá goteira. Depois colocou telhado de amianto”. O fator econômico também fica implícito, sendo o custo da laje menor que um telhado em cerâmica, e como alternativa à proteção da chuva, emprega-se a cobertura com telha metálica ou de amianto. Em um segundo relato, a laje também se apresenta como possibilidade de acréscimo futuro da edificação: “coloquei a laje, tava caindo água e coloquei telha metálica. Agora vou fazer um quarto lá em cima” (Entrevistado 15). A Figura 88 revela, por meio de um terraço do Morro da Queimada, o alcance do olhar, o que possibilita experiências estéticas na dinâmica da cidade em meio à natureza exuberante da Serra do Itacolomi.

Em algumas narrativas, o terraço é ressaltado como lugar de contemplação da cidade e espaço do cultivo de plantas, flores e hortaliças, como nas Figuras 89 e 90. Observa-se também a criação de animais e a condição para o convívio familiar. O Entrevistado 36, ao lamentar por não possuir quintal, diz que sente falta de árvores e terra para plantar: “fiz uma hortinha na laje, flores que Dona Maria gosta”.

Figura 89 - Terraço como lugar de cultivo



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 90 - Lugar de cultivo em meio a edificações



Fonte: Acervo da autora (2019)

As pessoas afirmam saber o limite dos seus terrenos e, de maneira representativa, os imóveis encontram-se delimitados por cercas e muros de divisa. Entretanto, nem sempre há um espaço de transição público/privado e, nas linhas tênues de delimitação dos territórios, alguns espaços se permeiam. Também se nota que as ruas são locais de encontro e permanência. Os espaços públicos e de convívio são escassos, restringindo-se a alargamentos de vias e retornos, como nas imagens registradas nas Figuras 91 e 92, do acesso à Rua do Ouro e do cruzeiro, espaços que se constituem como lugares de referência pela comunidade. O largo onde se localiza o cruzeiro é chamado de praça, efetivamente cumprindo função social, em encontros casuais e eventos na parte superior do bairro, no final da Rua Nossa Senhora das Graças.

Figura 91 - Acesso ao bairro pela Rua do Ouro



Fonte: Acervo da autora (2019)

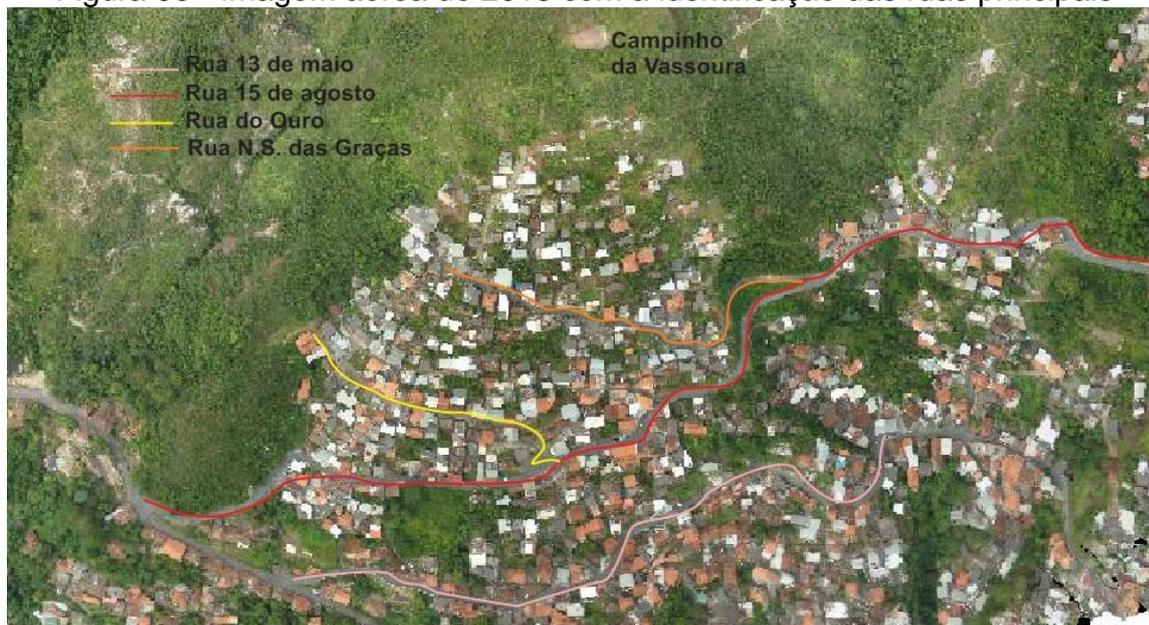
Figura 92 - Largo onde se localiza o cruzeiro, no final da Rua Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da autora (2019)

Quando se analisa o bairro na imagem aérea de 2018 (Figura 93), percebe-se que na parte baixa, à esquerda, entre a via principal de acesso, Rua 15 de Agosto, e a Rua do Ouro, as manchas verdes de vegetação são mais raras. Da porção central para cima, ainda é possível notar algumas manchas verdes no enlace do ambiente natural permeando as ocupações.

Figura 93 - Imagem aérea de 2018 com a identificação das ruas principais



Fonte: Fundação Gorceix (2019). Adaptado pela autora.

Na experiência estética do olhar em campo, essas áreas verdes não se mostram tão visíveis a partir das vias por se concentrarem geralmente no miolo de ocupações, mas se revelam fundamentais na paisagem. Geralmente, no interior do bairro, esses espaços se configuram em áreas privadas, como quintais e terrenos delimitados, conforme Figura 94.

Figura 94 - Registro de terreno delimitado e arborização no interior do bairro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Algumas edificações estão implantadas na parte alta do morro, em regiões cujas vias de acesso não estão bem definidas e pavimentadas. Embora se observe algumas cercas, os terrenos não apresentam uma delimitação clara, como nas Figuras 95 e 96. Trata-se de locais de difícil acesso, nas imediações do parque, cujo ambiente natural se faz presente na arborização e vegetação de entorno.

Figura 95 - Região de difícil acesso na parte alta do Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 96 - Ambiente vivido na parte alta do morro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Das 38 residências visitadas, 21% não possuem quintais, apresentando ocupação em toda extensão do terreno, por vezes em áreas provenientes de doações familiares, ou mesmo por se constituírem de pavimentos superiores, como apartamentos. Também é comum encontrar quintais em parte pavimentados, sendo que 13% dos da amostragem foram totalmente pavimentados. Além disso, alguns espaços, embora se constituam de áreas verdes, não são utilizados, precisam de capina e apresentam entulhos. Em alguns poucos depoimentos, a qualidade do solo é questionada, sendo assinalada como justificativa no desinteresse pelo plantio. Não se pode deixar de notar que os quintais também se mostram como solução de moradia junto de familiares, sendo uma prática comum, como descrito anteriormente, além de se apresentarem como mercadoria, pelo valor monetário da terra.

Por outro lado, algumas narrativas demonstram em seu cotidiano uma completa relação com estes espaços, sendo utilizados como pomar e local de cultivo de plantas e hortaliças, como neste relato em que o Entrevistado 30, ao falar sobre o quintal, informa: “tenho um pedacinho pequeno... dá pra plantar um bocado de coisa”. E completa: “gosto de plantar... plantar de tudo. Eu plantei laranja, mexerica, banana, folha de chá... Inclusive eu tenho até garapa aí”. O Entrevistado 43 destaca que seu quintal é enorme e possui muitas frutas: limão, amora, ameixa, pau doce, abacate, mexerica e uva. Em outro depoimento, os Entrevistados 03 e 04 também ressaltam o gosto pelo cultivo de plantas e flores no terraço, além de estreita relação e cuidado com o quintal, onde possuem pomar com laranja, mexerica, carambola, uva, caqui e banana. A foto da Figura 97 retrata um desses quintais.

Figura 97 - Registro de um quintal no interior do bairro



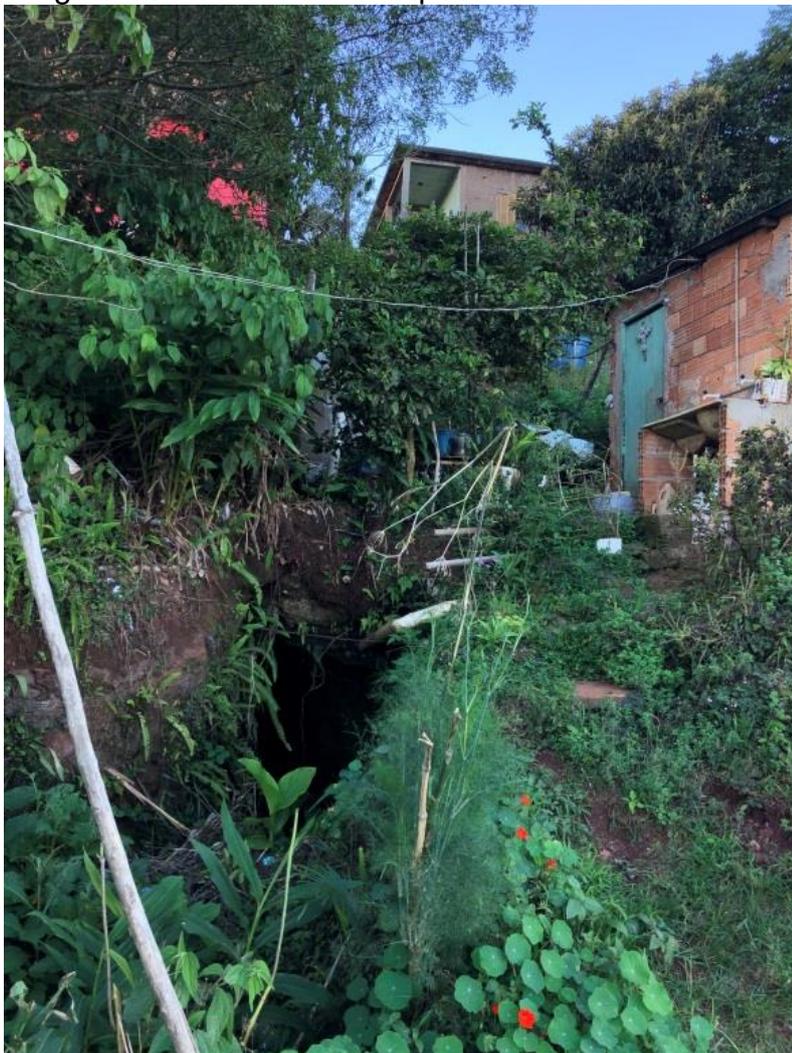
Fonte: Acervo da autora (2019)

É importante lembrar que os quintais são espaços de grande potencial, *locus* de práticas e ações, espaço de interação, de contemplação, receptáculos das tradições, de saberes e de cultura. E, neste sentido, se revelam como patrimônios e elementos significativos do ambiente vivido. A presença dos quintais marcou a cidade de Ouro Preto, não apenas morfologicamente, mas em suas temporalidades também esteve presente em práticas cotidianas, sendo característica fundamental de sua paisagem. A cidade vem perdendo seus quintais, com o crescimento, adensamento e novas práticas sociais. Encontrar áreas verdes em meio às ocupações da serra, como quintais, demonstra resistência e permanência da interação do homem com a natureza. A vegetação qualifica e humaniza o ambiente, e o reflexo positivo e desencadeador dessa prática pode extrapolar as barreiras físicas do bairro. Narrativas, como a que se segue, são relevantes, e nela é perceptível que o uso dos quintais ultrapassa os aspectos do plantio, de forma a que esse espaço se torna lugar do encontro em família: “tem hortinha, flores, árvores. A gente faz uma festa junina, faz uma festinha gostosa aqui” (Entrevistado 42).

As paisagens por si próprias contam histórias que, em exame atento, revelam narrativas implícitas, impressas no território por processos naturais, culturais e sociais. Tais paisagens, concebidas por variáveis diversas e em território de conflitos, nem sempre apresentam autoria e descreve histórias convencionais, mas permite uma leitura do tecido do lugar (PURINTON; POTTEIGER, 1998). Procurou-se fazer a leitura do território modelado por meio dos acessos, das vias, das implantações das casas, dos materiais e sistemas construtivos, além de seus usos e apropriações, que representam narrativas socioculturais. Além disso, a paisagem narrativa também apresenta, no olhar minucioso, as marcas simbólicas e significativas da origem da cidade, na presença de ruínas de antigas ocupações, remanescentes e vestígios de práticas minerárias, numa sobreposição de camadas, que se poderia chamar palimpsesto. Corroborando com Leite (2015, p. 5), tratam-se de “expressões cumulativas das ações sociais e dos processos materiais de lugar”, que enquanto local de manifestações culturais e simbólicas, necessitam de acordos que estabeleçam sua conservação.

Por se tratar de um sítio arqueológico de remanescentes minerários, toda a região do Morro da Queimada esta permeada de galerias subterrâneas, muitas delas ainda desconhecidas, o que explica a narrativa de uma liderança: “tinha outra cidade por baixo né, a cidade da mineração era toda por baixo... as minas elas são infinitas, você não sabe onde ela começa, onde ela termina não” (Entrevistado 51). Alguns, inclusive, indicam locais e imóveis que já manifestaram instabilidade estrutural, e explicam: “geralmente as casas aqui são construídas em cima de mina” (Entrevistado 9). Com o olhar atento, em campo, identificam-se possíveis entradas de minas, em áreas contíguas às edificações do bairro, como se pode ver em registro na Figura 98.

Figura 98 - Buraco de uma possível entrada de mina



Fonte: Acervo da autora (2019)

O depoimento do Entrevistado 37 confirma a existência de entradas de minas: “aqui tem uma mina, vizinho também tem uma mina no fundo”. Outras narrativas, além de sugerir a existência de entradas de minas em terrenos, demonstram a simbologia atribuída a esses elementos, como na narrativa do Entrevistado 27, ao descrever a casa do filho: “essa casa lá em cima tinha uma mina. Meu marido achou uma chave. Tem mais de 40 anos que achou essa chave. Era dos escravos... Mina tá atrás da casa”. Já o Entrevistado 14, ao mostrar o local onde teria sido a entrada de uma mina, relembra: “aqui na porta da cozinha, mãe raspava com colher e batia na bateia. Aqui tinha uma entrada de mina. Se escavar dá ouro”.

E nessa perspectiva, as entradas de minas, juntamente com as ruínas e outros remanescentes da mineração marcam de maneira significativa este território, o que pode se classificar como um *iconema*, segundo as definições de Turri (2013), ao se constituir em elementos representativos e simbólicos na paisagem, como o *genius loci*, ou espírito do lugar, citado por Norberg-Schultz. Para Turri (2013), os *iconemas* possuem a mesma importância que os aspectos naturais, devendo adquirir “função de elementos primários do território” em uma representação de natureza e cultura. Mais adiante, esta leitura vai se confirmar na atribuição de valores por parte da população local.

Algumas práticas construtivas parecem ter sido recorrentes, como o desmonte indiscriminado de estruturas arqueológicas, para utilização das pedras como material de construção de novas edificações, ou mesmo, a utilização das ruínas como base de novas casas, o que justificou as desapropriações quando da criação do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada. Esta prática se revela na narrativa a seguir, quando o entrevistado se refere às ruínas: “foi muita gente desmanchando pra construir, né. Fazer base de casa, né. Então não existe muitas mais. Mas tinha muitas” (Entrevistado 01).

Em campo, se observa de maneira pontual bases de casas com rochas do tipo canga, como nas Figuras 99 e 100, que provavelmente são provenientes de estruturas do sítio arqueológico. O solo da região possui a canga em abundância, mas por ser um material de relativa dureza, a disponibilidade da pedra nestes remanescentes se tornam mais atrativas.

Figura 99 - Casa com embasamento em canga



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 100 - Muro e embasamento de casa executados em pedra do tipo canga



Fonte: Acervo da autora (2019)

Até o momento procurou-se analisar categorias temáticas específicas, inferindo e interpretando as narrativas que constituem o perfil dos entrevistados, suas formas de habitar e morar, além de impressões e informações dos aspectos construtivos locais, de maneira a contextualizar as outras abordagens temáticas estabelecidas para a pesquisa. O Quadro 1 organiza a categorização estabelecida, agrupando subcategorias, em quatro categorias iniciais, que obviamente se inter-relacionam: (i) memória; (ii) fantasmas urbanos; (iii) referências cotidianas; (iv) religiosidade; (v) referências culturais; (vi) ameaças e oportunidades. Este corpus de significantes, expresso em narrativas de memórias, eventos, histórias, tradições, identidades, referências, limitações, sensações, ações e relações de seus habitantes, completa o primeiro universo de análise, que consiste na representação do cotidiano e ambiente vivido no Morro da Queimada, cuja sistematização dos conteúdos significantes¹⁰⁰ e frequências se encontram no Apêndice D.

¹⁰⁰ Conteúdos significantes: denominação atribuída neste trabalho aos grupos de respostas similares, no processo de classificação, para apuração da frequência dos conteúdos.

Quadro 1 - Universo de análise 1: cotidiano/ambiente vivido		
Categorias iniciais	Subcategorias	Tipo
Memória	Imagem/ lembrança	<i>a priori</i>
	Apresentação do bairro	<i>a priori</i>
	História/nome Morro da Queimada	<i>a priori</i>
	Recursos naturais (água, lenha, rochas)	emergente
	Gosto por morar no bairro	<i>a priori</i>
	Religiosidade e espiritualidade	emergente
	Fantasmas urbanos	emergente
Fantasmas urbanos	Natureza histórica	emergente
	Topologia cultural	emergente
	Lendas e folclore	emergente
Referências cotidianas	Limite imaginário	<i>a priori</i>
	Recursos naturais (água, lenha, rochas)	emergente
	Pontos de referência	<i>a priori</i>
	Lugares que frequenta	<i>a priori</i>
	Encontro/diversão	<i>a priori</i>
	Percursos no bairro	<i>a priori</i>
Religiosidade	Práticas religiosas	emergente
Práticas e manifestações culturais	Festas, celebrações e expressões artísticas	<i>a priori</i>
	Ofícios e saberes	<i>a priori</i>
Ameaças e oportunidades	Carências/problemas/lutas e demandas	<i>a priori</i>
	Aspectos positivos	<i>a priori</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A paisagem é considerada um sistema aberto sujeito a influências externas do ambiente ao envolver todos os sentidos corpóreos, denominada “ambiente vivido”. A experiência estética do ambiente ocorre por comprometimento e incorporação ao meio, em um sistema de reciprocidade, entre objetos, pessoas e suas práticas. As paisagens são culturais porque carregam hábitos do cotidiano e refletem o caráter e a tradição de cada nacionalidade (BERLEANT, 2013).

A memória é, portanto, a primeira categoria em que se reuniram grupos significantes das paisagens narrativas do Morro da Queimada. Pesavento (2012) entende história e memória como representações de narrativas, tentativa de recompor um passado perdido no tempo, por meio da alma. A memória seria, assim, instrumento de resgate da ausência, seja de elementos concretos ou de personagens. Ao explicar o

fenômeno da lembrança, a autora apresenta duas modalidades: a *mneme*, assim batizada por Aristóteles, que consiste em um despertar involuntário do espírito, espontâneo ou motivado por algum evento; e a *anamnese*, cuja lembrança ocorre pelo movimento voluntário, em procurar lembrar-se de algo pelo espírito, em um ato de rememorar.

Dentre os tipos de narrativas de paisagem apresentadas por Purinton e Potteiger (1998) se enquadra a manifestação das “paisagens de memória” como lugares que servem como o “locus da memória”, podendo ser coletiva ou individual. E conclui que a memória como veículo promotor dessa paisagem, pode se desencadear por associação implícita ou ato intencional de lembrar, processos estes também apresentados por Pesavento (2012). Na categoria de análise da memória do bairro são comuns narrativas de histórias e, nesse sentido, também se tem a “narrativa como forma de geração” de paisagem, ou seja, as histórias, mesmo que não legível em sua totalidade, ordenam e sequenciam fatos, desenvolvendo imagens no processo de construção da paisagem (PURINTON; POTTEIGER, 1998).

Dessa maneira, por meio da memória, também se narram histórias e o lugar se revela a partir dos agentes sociais. Para o despertar das lembranças foram elencadas temáticas específicas, reconhecidas como subcategorias, que se inter-relacionam. Ao serem questionados sobre as imagens e lembranças do bairro e de como poderiam apresentar o mesmo, é relevante nas opiniões populares e também das lideranças a tendência em citar a importância histórica e de origem da cidade. Embora o perfil dos entrevistados revele que a maioria da população não seja originária da região, a figura do escravo é proeminente nos discursos como uma “ideia social” e como uma invariante, se definindo enquanto “um dogma do credo incorporado em instituição ou textos tradicionais e formulado pela opinião unânime dos informantes [...]” (MAGNANI, 2004, p. 136). No imaginário social, as lembranças e imagens do bairro, se misturam às histórias, e são expressas em narrativas como:

Na época aqui era como se fosse uma aldeia, que os escravos tinham pra explorar o ouro e morar aqui. Pelos casarões de pedra, eu penso que era uma vilazinha, só dos escravos (Entrevistado 19).

Retomando as definições de Coelho Neto (2012), a prática ideológica utiliza do imaginário e também se define em “condições reais de existência”. Entretanto, torna-se organizada e “transubjetiva”, a partir de uma crença coletiva, de um grupo. Entende-se que esta seja a razão de algumas memórias se consolidarem entre a população, mesmo que eles não tenham vivenciado alguns fatos. Ainda segundo o autor, a semantização do espaço ocorre a partir do discurso sobre o espaço e da prática do espaço. Assim a atribuição dos significados pela prática acontece por meio da apropriação cotidiana e desperta sensações físicas e imaginárias de maneira recíproca, além de condicionar e ser condicionado por ideologia, em meio aos aspectos sociais. Aqui, defende-se a tese que tenha ocorrido um processo de (re)semantização do espaço.

É recorrente no imaginário da população a história do incêndio que conferiu nome ao bairro, aparecendo nos depoimentos menção de casas queimadas ou ruínas de pedra, por vezes atribuídos aos locais de morada dos escravos. Próximo ao bairro há um conjunto de ruínas que é reconhecido pela comunidade como Chácara Velha ou “casa velha”, também associada aos escravos. Nas falas são comuns citações de elementos remanescentes da mineração de ouro como: tanques, muros de pedra, minas, moinho e buracos de sarilho, que tinham como função ventilar e iluminar as galerias. A imagem da Figura 101 registra uma estrutura de mundéu no interior do bairro. Em narrativa de apresentação do bairro, um jovem de 29 anos descreve imagens do bairro e ressalta que para ele, aquilo já se tornou corriqueiro:

Pra mim já não é atração, já virou até rotina da minha vida. As pessoas que vem cá quer conhecer a parte alta do morro, que são as ruínas, as minas, o moinho de vento e tem a chácara também. [...] buraco de sarilho normalmente é redondo (Entrevistado 18).

Figura 101 - Estrutura de mundéu dentro do bairro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Nas narrativas de lideranças esclarecidas era previsível que o local fosse ressaltado pela importância histórica na origem de Ouro Preto, além do legado patrimonial e cultural, como de fato se manifestou. Tornam-se surpreendentes narrativas da população geral quando, além de mencionar a região na origem da cidade, reconhece a tradição local e apresenta as ruínas como patrimônio:

[...] aqui no Morro da Queimada a gente tem uma tradição aqui boa, né. Eles falava que era o primeiro bairro de Ouro Preto [...] Morro da Queimada, né. Lá pra cima, lá eles não deixa construir casa, por causa do patrimônio, né. [...] Aí pra cima tem muito lugar, ruína, muro de pedra antigo né. [...] Eu levaria você... pra ver as áreas mais do alto. Ver as áreas atingidas [...] aqui parece que foi destruído com fogo né, por isso que se chama Morro da Queimada (Entrevistado 23).

Os aspectos assinalados aparecem até mesmo em narrativas de apresentação do bairro, curiosamente realizadas por moradores que dizem não conhecer a região do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada, onde se concentram as ruínas,

mas guarda no imaginário um cenário de histórias em meio aos vestígios da atividade antrópica que marcou o ambiente físico:

Tem as casas de pedra, tem tanque que lavava o ouro. Então é um lugar muito rico. Se fosse pensar bem, esse lugar é a parte mais rica de Ouro Preto, porque você vê, né, que foi daqui que começou, né... do Morro Santana, São Sebastião, Morro São João e Morro da Queimada. Antiga fazenda que foi queimada, foi o lugar que os escravos morou (Entrevistado 03).

Sempre o pessoal vai é pra cima aí, onde tem um campo [...] lugar que lavava ouro, muita mina, né. Sarilho. Eu nunca fui lá pra cima não. Moinho de vento no Morro São Sebastião. Aqui mais é os tanques, lá em cima, os muro de pedra. E é só isso (Entrevistado 04).

Em uma análise apurada das narrativas, associa-se o termo “imagens-síntese”, apresentado por Ribeiro (1996) para caracterização de uma cidade, no contexto do bairro. As imagens produzidas pelo imaginário social e cotidiano do ambiente vivido revelam identidades, símbolos e representações coletivas, a partir de experiências e crenças. Nessa perspectiva, é evidente como as ruínas, as minas e a figura do escravo, se concretiza no imaginário social como “imagens-síntese”, fazendo parte do cotidiano do bairro, expresso em sentimentos e sensações.

Em geral, as histórias narradas aparecem quase como citações, sem aprofundamento maior. Sobre os fatos históricos, que atribuem nome ao bairro, 27% dos entrevistados dizem não saber explicar e geralmente as respostas trazem do imaginário, a figura do escravo e as ruínas de casas queimadas, mas nem sempre trazem explicações:

Me disseram que foi na época dos escravos, que eles procuravam ouro aí. Então, teve uma época que colocaram fogo aqui, porque os chefão deles tava levando o ouro tudo, né (Entrevistado 30).

As descrições de aspectos da história oficial, em uma narração mais detalhada dos fatos, ocorrem na opinião de “pessoas qualificadas”, no caso, formação de guia turístico, gerando relatos próximos aos do especialista, quando se questiona o porquê do nome Morro da Queimada:

Por causa do conflito que aconteceu aqui em 1720, que determinou Sedição de Vila Rica ou Revolta de Felipe dos Santos. Que culminou com a morte de Felipe dos Santos, arrastado na calda de cavalos pelas ruas da cidade e o morro incendiado. Por isso Morro da Queimada (Entrevistado 31).

[...] Morro da Queimada por ter sido incendiado e salgado, que é uma forma, até mesmo, dos líderes da coroa portuguesa mandar incendiar, que foi o Conde de Assumar [...] era conhecido naquele período como Arraial do Ouro Podre ou Morro do Pascoal, né... que era um dos principais líderes da mineração naquele período (Entrevistado 34).

No grupo das lideranças políticas, a narrativa se classifica dentro das visões ortodoxas e categorizadas dos especialistas. Nos depoimentos, seu nome é constantemente citado e ressalta-se sua faculdade no conhecimento das histórias do bairro:

Os bandeirantes chegaram aqui, nem é uma data tão certa, mas entre 1693 e 1697. [...] quando esse ouro de faiscação acabou, aí eles passaram a fazer a exploração chamada de grupiaras, que são essas minas que nós temos hoje, que são os resquícios da mineração. [...] chamava arraial do Ouro Podre ou Arraial do Pascoal. Porque tinha tanto ouro, que eles falavam que o ouro estava apodrecendo. [...] Pascoal da Silva Guimarães junto com outros que eram mineradores na região [...] recusavam a pagar o quinto do ouro para Coroa Portuguesa. E aí, quando foi 1720, a Coroa Portuguesa mandou para cá um Conde chamado Assumar. [...] Pascoal da Silva Guimarães e Felipe dos Santos... tentaram fechar a Casa dos Contos, né. [...] o Felipe dos Santos era minerador também. Onde que chama Palácio Velho, disse que era ali que ele minerava [...] não é um consenso [...] Aí, há quem diga que ele (Conde) queimou todas as propriedades do Pascoal. Então, desde 1720, passou a chamar Morro da Queimada (Entrevistado 26).

Cabe destacar que os discursos são variados e nem sempre há coerência, ocorrendo confusões nos relatos dos fatos, tanto nas opiniões populares, quanto por lideranças do bairro, podendo encontrar narrativas de memórias que indicam a Sedição de Vila Rica de 1720 como sendo o Movimento da Inconfidência Mineira de 1789, ao citar Tiradentes, o que é compreensível por se tratar de revoltas contra o domínio e exploração da Coroa Portuguesa. O nome do Felipe dos Santos aparece em algumas poucas citações do imaginário popular, mas nem sempre se sabe qual foi sua efetiva participação na Sedição de Vila Rica, atribuindo até mesmo a ele o incêndio ocorrido.

Elementos da paisagem despertam o dispositivo mnemônico, em referências, lembranças de fatos históricos, sentimentos, experiências coletivas e pessoais. A

paisagem de memória se manifesta por esses caracteres identitários que conferem legibilidade ao território e qualquer alteração ou supressão pode significar ameaça à experiência e crença coletivas. Conclui-se que os lugares ancoram memórias (PURINTON; POTTEIGER, 1998).

Pode-se dizer que os lugares qualificados se tornam uma ponte com o passado, e neste sentido se constituem “lugar de memória”, termo empregado por Pierre Nora (1993), cuja categoria será explorada mais adiante no universo de análise da *experiência na serra*. Neste caso, o sítio arqueológico é frequentemente resgatado pela memória, nas narrativas das minas e ruínas de pedra, em especial a referida Chácara Velha ou Casa Antiga (Figura 102).

Figura 102 - Registro do conjunto de ruínas denominado pela comunidade como Chácara Velha



Fonte: Acervo da autora (2019)

A memória oral apresenta aqui um referencial novo, a possibilidade de ter existido uma capela, no conjunto de remanescentes arqueológicos incorporados no imaginário popular como Chácara Velha:

[...] aquela mata ali tinha uma igreja, uma igreja ali no alto, então as pessoas foram destruindo (Entrevistado 23).

[...] aqui embaixo tem umas ruínas que era uma igreja e disse que colocaram fogo. E virou Morro da Queimada, por causa da queimada que teve aqui no bairro, né (Entrevistado 47).

Este conjunto de ruínas denominado Casa Velha ou Chácara Velha é assim narrado por um antigo morador:

Tinha um arqueado e a parte debaixo tinha uma espécie de uma plaina [...] não sei se existe mais [...] pessoal foi destruindo, né [...] num tinha ruína fechada em cima [...] tinha as partes, divisórias, tinha várias. Tudo de pedra. Inclusive tinha uma mina, tinha uma espécie de clarabóia, distância em distância você via um furo menor, era justamente só para iluminação... (Entrevistado 22).

Figura 103 - Registro de uma abertura, provavelmente uma porta.



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 104 - Registro interno das ruínas, com remanescentes de aberturas de janelas, em alvenaria de pedra



Fonte: Acervo da autora (2019)

A experiência estética no conjunto de ruínas da Chácara Velha é diferenciada. Neste lugar os sentidos se aguçam, os sentimentos se afloram e a curiosidade na

percepção e na exploração de cada elemento se torna inevitável. As estruturas, registradas nas Figuras 103 e 104, chamam atenção pela dimensão e técnicas construtivas, onde se podem observar o emprego variado de rochas, entre canga e quartzito, além de ombreiras em cantaria. O sistema construtivo parece indicar que existem remanescentes de épocas diferentes na história. Vestígios de reboco e cimalha são indicativos de que se tratava de uma construção mais bem-acabada, supondo-se que o lugar pertenceu a figuras importantes da história oficial da mineração de ouro em Ouro Preto.

Este lugar mágico trouxe à memória as reflexões de Simmel (1998), no texto *As ruínas*, no qual o autor explica que o edifício foi concebido pelo espírito, na vontade humana, mas o que confere sua forma atual enquanto ruína são os poderes da natureza. E completa que a obra de arte se fez de substâncias naturais que agora, como ruína, se funde à natureza, considerando que dela sempre fez parte. Por isso a ruína expressa paz e se incorpora na paisagem como elemento da natureza.

Sem dúvida, aquela tranquilidade é facilmente associada a um outro motivo: o caráter de passado da ruína. Ela é o sítio da vida, do qual a vida se separou – isto não é algo simplesmente negativo e nem um pensamento acrescentado, como nas incontáveis coisas que outrora flutuaram na vida, que foram casualmente lançadas à sua margem, mas que, com respeito à sua essência, poderiam ser novamente levadas por sua correnteza, mas sim a vida que com sua riqueza e suas mudanças uma vez habitou aí. Aqui temos um presente imediatamente visível. A ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal (SIMMEL, 1998, p. 6).

As entradas das minas merecem uma atenção especial porque são frequentemente referenciadas pela população, que atribui valores e significados a estes remanescentes representativos na paisagem, como nas Figuras 105 e 106. Na narrativa 20, ao apresentar o bairro, o entrevistado resgata esses elementos na memória, como marcas registradas, destacando que os locais também eram utilizados como moradia, ao relatar que a atual Rua do Ouro era: “cheio de mina e tinha morador dentro das mina. Tem os filho dos morador que nasceu dentro dessas mina” (Entrevistado 20).

Figura 105 - Entrada de mina na Rua 15 de Agosto



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 106 - Entrada de mina que foi fechada na Rua do Ouro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Em outro discurso, as minas são logo citadas, quando se pergunta da imagem do bairro e de suas lembranças. Mas ressurte-se ao descrever que muitas entradas já foram fechadas por construções, o que também se torna um risco ao pensar que podem ter sido construídas acima de galerias:

Lembro das minas. Mas agora num tem nem lugar de entrar mais. Conta que algumas entradas de mina foram fechadas. Fechou fez casa. Uma coisa até muito perigosa (Entrevistado 15, há 65 anos no bairro).

Os buracos de sarilho, constantemente citados em narrativas, se apresentam como componente significativo do processo minerário e a sua preservação também se faz necessária, não apenas pela sua representação, mas pelos aspectos naturais do território:

Nesse tempo que eu fiquei na associação, nós conseguimos a preservação dos suspiros, que é os sarilhos [...] com o crescimento do bairro, as pessoas tampando esses suspiros e construindo as bases por cima desses buracos. Daí, a nossa água que bebemos aqui embaixo vem das nascentes das minas. Jogando esgoto nestes sarilhos ia cair nas minas d'água que nós bebemos (Entrevistado 51).

As memórias afetivas traduzem cenários de um passado-presente que se materializa em lembranças narradas. E, neste ambiente construído, as ruínas, as minas e buracos de sarilho se tornam elementos significativos e simbólicos do

território. Por meio destes *iconemas*, histórias são contadas e a paisagem se revela no cotidiano da infância vivida, mas também, do alimento, da terra, da água, ou seja, dos recursos provenientes da natureza. Dos discursos emergem categorias significativas de análise da paisagem e os remanescentes arqueológicos se mostram elementos fundamentais nestes cenários, o que pode ser reconhecido, conforme Coelho Neto (2012), como um processo de “suprassemantização” do espaço, quando ocorrem sobreposições na atribuição de significados. No relato que se segue, um morador de 29 anos resgata na memória imagens do bairro, além de práticas durante sua infância e adolescência, ao descrever o primeiro local que ele apresentaria:

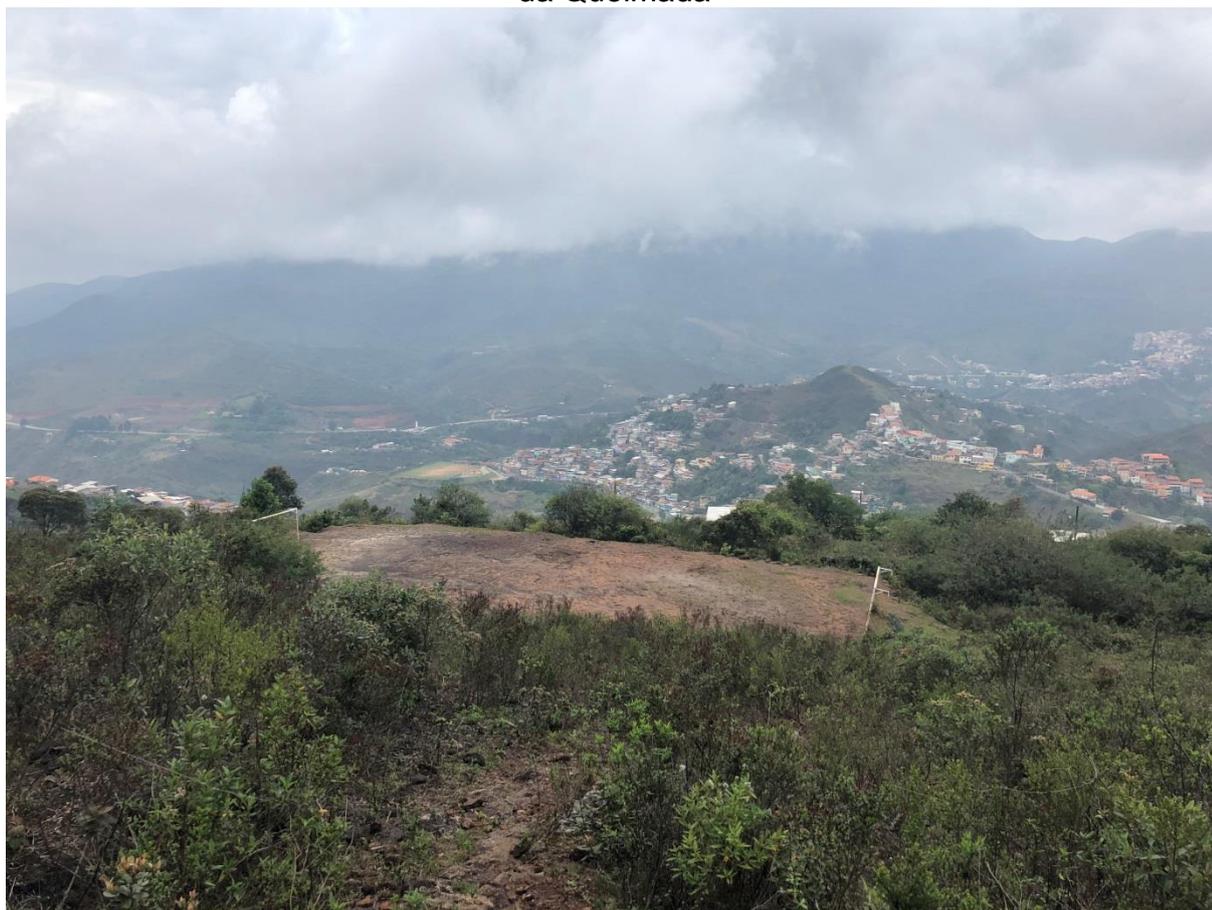
[...] acima do campo da vassoura, que é onde tem mais vestígio da história. E depois seria mais na chácara ali embaixo, que também tem alguns casarões antigos naquela parte ali. [...] Antigamente tinha trilhos, que a gente até ia apanhar pitanga. Tem muito pé de pitanga lá, e a gente ia, entrava dentro dos casarões de pedra e tudo [...] E antes o abastecimento de água era por mangueira, então sempre tinha caminho mais aberto ... hoje o mato foi tomando conta [...] tem algumas minas, que a gente entrava antes... com vela e tudo. [...] várias ... Tem a do campo das vassouras que a gente ia até o final dela, tem uma aqui também. [...] e quando você entra na mina e dá um eco, você escuta outro. O pessoal saía correndo, a vela até apagava (Entrevistado 19).

Ao narrar a cena, surgem elementos como os trilhos que marcavam os caminhos, o abastecimento de água das minas por meio de mangueiras e a presença de árvores frutíferas, como a pitangueira. Nota-se que o bairro é descrito em seus aspectos simbólicos, históricos e arqueológicos, sendo significativas as referências feitas às ruínas e às minas, como locais frequentados, até mesmo para divertimento, como no depoimento do Entrevistado 25: “essa mina aqui em baixo, ela sai lá em cima, perto do campinho [...] entrava quando eu morava lá em cima. Lá em cima tem um monte de mina. Brincava. Entrava demais nelas”. E também na fala do Entrevistado 15, que observa o desmonte de remanescentes para construção e um menor número de ruínas em relação à época que os filhos frequentavam o lugar, ao descrever: “brincava de pegador e esconder próximo das ruínas. Agora tem pouco, usaram para alicerce”.

Da narrativa também surge um equipamento comunitário de grande simbologia para a população, batizado como Campinho da Vassoura (Figura 107). Como um campo

de várzea, possui aspecto rudimentar e piso batido de terra, e foi construído pela própria população há aproximadamente 25 anos, segundo relatado pelo Entrevistado 22. Consta que inicialmente não tinham traves, mas o acesso a ele era mais facilitado, pela abertura da vegetação, quando na região existiam casas, além do maior fluxo de pessoas em busca de água, lenha e frutas.

Figura 107 - Campinho da Vassoura em meio ao Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Esse local, atualmente menos frequentado, apresenta-se como o único espaço destinado ao lazer e prática de esporte no bairro, sendo ainda um elemento de apreço por parte da comunidade, pelas lembranças afetivas que remetem. Localizado em meio ao sítio arqueológico, como se pode notar em registro de ruína na Figura 108, a paisagem se constitui de um ambiente natural rico em flora, fauna e recursos naturais, cuja natureza foi modelada por ocupações e processos de extração mineral ao longo dos anos, resultando em um complexo e importante

conjunto ambiental. Soma-se a esses caracteres a condição de mirante, o que possibilita privilegiadas vistas da cidade de Ouro Preto.

Figura 108 - Registro de uma estrutura do Sítio Arqueológico Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

A menção ao Campinho da Vassoura é recorrente como palco das práticas cotidianas de lazer do bairro. Mas as manifestações dos moradores destacam o atual abandono da área. A população argumenta que o acesso ao local se encontra tomado pela vegetação, pois há falta de recursos e manutenção do espaço por parte dos gestores públicos, assim como acontece também com parte das ruas do bairro. Os moradores relatam, por exemplo, que o campinho aberto e construído por eles demanda apoio, limpeza, proteção e melhor estrutura, porém os gestores não o fazem. O relato demonstra a memória afetiva e o ressentimento pelo abandono do lugar e como em outras falas da apropriação local, no cenário das brincadeiras, reaparecem os remanescentes arqueológicos de pedra, as frutas, a lenha e o campo:

A gente brincava no campo, tinha as frutinhas, a gente panhava, né. Agora não tem nada [...] Conheço os buracos todos aí, de cima aí. [...] Nós brincava em cima das pedras. Olha o campo, acabou o campo. Todos os sábados nós estava lá jogando bola, de segunda a segunda, brincando de fazer até comidinha no campo. Fazia panela de pedra, fazia fogão à lenha (Entrevistado 02).

Pequenas narrativas conduzem a leitura do território modelado pela natureza e cultura, sendo a flora parte essencial do ambiente natural. As narrativas do cotidiano também revelam frutos característicos da região que marcaram o território, como narrado pelo Entrevistado 03: “aqui o bairro era todo de murici, fruta verdinha e azedinha”.

A água é uma categoria que emerge das falas em diversas abordagens, sendo recurso natural característico e em abundância na região. A relevância do tema na atualidade, além da importância como componente elementar da vida e, portanto, da paisagem, conduz ao enfoque temático de maneira abrangente e interativo, quando se pensa na sustentabilidade e necessidade de se pensar uma gestão eficiente e equilibrada dos recursos hídricos. As histórias contadas demonstram a água enquanto elemento presente em memórias, como nas lembranças do tempo de criança do Entrevistado 44 em que ele discorre sobre as brincadeiras nas matas e seus recursos naturais:

Me lembra a minha infância, né. Que tem o Tenente aqui, que é esse mato que tem aqui. Que tem a biquinha, tem as minas. Que eu lembro, que eu corria muito por ali, pelo mato afora. Hoje em dia a gente num faz mais isso. Hoje tá muito perigoso, né. [...] quando a gente era mais novo, a gente pegava lenha e aqui faltava muita água, mesmo aqui tendo mina. Aí a gente ia lá na bica, que é no meio do Tenente, lavar roupa, né, que a gente ajudava a mãe da gente, que a gente levava as coisas na cabeça. Aí depois, a gente trazia as roupas... tinha vez que eles colocavam fogo no mato e as mangueira da gente queimava, e aí a gente ficava sem água... (Entrevistado 44).

A região chamada pela população de Tenente, retratada na Figura 109, se consolidou no imaginário popular, pelo uso e apropriação do lugar, alimentado por nascente. A presença da água enquanto elemento essencial à vida atraía a concentração de pessoas para o local. Como o bairro não possuía infraestrutura urbana, a região do Tenente se tornou referência como recurso no abastecimento de água e como lugar para lavar as roupas.

A narrativa acima, do Entrevistado 44, demonstra que os filhos, por vezes, acompanhavam e ajudavam os pais nas tarefas cotidianas, interagindo ao ambiente físico e cultural, caracterizado pelos remanescentes da mineração. O relato demonstra as dificuldades em épocas passadas, quando era necessário buscar lenha para o fogão e abastecer de água as residências, por meio de mangueiras. Atualmente a região possui água encanada, embora nem sempre a distribuição atenda à demanda. Mas nas lembranças, a imagem da captação pelas minas d'água para o uso diário e práticas de cultivo agrícola familiar se manifesta:

Era uma mina d'água, e vinha água pegando lá em cima no Tenente lá na rua da queimada [...] Veio descendo até aqui [...] fez uma bica, punha bacia para lavar roupa. E plantava horta, tinha muita planta, gostava muito de copo de leite. [...] Ia lá lavar roupa, uns com batedor lavando roupa, uns chegando com bacia. Era bom. E tinha o córrego seco também (Entrevistado 15, há 65 anos no bairro).

Figura 109 - Região do Tenente. Lugar de referência pelo abastecimento de água



Fonte: Acervo da autora (2019)

Duas narrativas de liderança de bairro merecem atenção por atribuírem à serra função de moldura da cidade. Essa conotação parece remeter a uma reprodução de discurso característico do movimento preservacionista da primeira metade do século XX, o que demonstra certo enraizamento de valores estritamente estéticos de uma cidade vislumbrada como obra de arte, como uma pintura acabada e intocada de um valioso quadro.

Essa conduta pode ser compreendida como um processo cultural de artialização *in visu*, modalidade introduzida nos estudos de Roger (2013). Nesse processo, a leitura da paisagem é realizada pelo procedimento artístico de forma indireta, e representada como imagem de paisagem móvel pela subjetividade estética do espectador. No caso, pela subjetividade positivista de agentes do patrimônio. A serra na paisagem representada se configura meramente como borda e pano de fundo neste processo de artialização *in visu*, e assim se consolida no imaginário, mesmo daqueles que vivem o morro e parecem reconhecer o lugar também como protagonista na história. Em uma primeira narrativa, o bairro é assim apresentado:

[...] como se diz, é a moldura de Ouro Preto. Eu acho que por ser uma cidade que não tem planejamento ela tá até bem estruturada, num parece tanto uma favela, as casas são bem estruturadas assim em nível de construção civil tá, apesar de casa simples, mas a maioria tem uma estrutura muito boa. E é um bairro muito rico, muito rico de cultura (Entrevistado 45).

O depoimento revela dois aspectos importantes: a leitura da serra como moldura, em uma representação do que se convencionou a história, e por outro lado, a crítica de uma cidade que cresceu sem planejamento. Observa-se que há consciência de uma ocupação, mas ressalta-se que, embora de maneira desordenada, em geral as edificações são sólidas e possuem boas condições.

Em tese, o termo moldura parece inadequado, ao se pensá-lo como um acessório, algo secundário e auxiliar, e o que se defende é o protagonismo da serra na constituição da paisagem ouropretana. Para além de terminologias, a serra tratada como moldura é como um conceito que se fecha em atribuições únicas, estrutura que guarda o que de fato se considera precioso, reforçando a valorização apenas do que se consolidou como patrimônio legitimado, a “cidade histórica”. Em um segundo

depoimento, a serra é novamente tratada como moldura de um quadro, quando se descreve o limite do bairro:

Tá dentro da área, que emoldura o quadro né? [...] A parte histórica. Nas laterais nós chamamos moldura do quadro, do qual do lado direito tem [...] a parte industrializada de ouro Preto [...] E do nosso lado ficou a história [...] o Velosão, Morro do Piolho, Morro da Queimada, Morro São João, Morro São Sebastião [...] (Entrevistado 51).

Há um componente novo na narrativa acima: o fato de considerar o bairro como “parte histórica” da qual efetivamente se constitui. E enquanto história se constitui lugar. Lugar de memória, *locus* de interação do homem com a natureza e unidade de um todo que se constitui cidade. Sendo neste aspecto que incide o questionamento da serra vista como “moldura”. Mas considera-se um equívoco mencionar que o outro “lado” da cidade se resume hoje na “parte industrializada”. Trata-se de um vetor de crescimento em que se instalou o *campus* universitário e empresas, onde também se apresenta a Serra do Itacolomi, cujo Pico se revela como importante elemento primário e simbólico na paisagem de Ouro Preto, território modelado pela sociedade e pela cultura, lugar onde se fez e se faz história.

Ao explicar a serra como moldura, destaca-se o “núcleo histórico” e o caminho tronco, termo adotado por Vasconcellos (1956) que se popularizou entre os interessados pela história. O notório destaque das igrejas no ambiente natural também é relatado e o Morro da Queimada se insere na serra como moldura da obra de arte, do Barroco:

Aqui era o caminho tronco, né... do ouro na época, né. Saía lá da Rua da Fumaça até as Cabeças. Então nós moramos do lado desse acervo... como se fosse um presépio, né. As igrejas se destacando no alto do morro, e nossas capelinhas em volta simples, né. Como moradores e nossas casinhas simples assistindo aqui embaixo. Nós fazemos parte da moldura do barroco, entendeu? Se tem o quadro, tem que ter a moldura né? Senão fica feio! E essa moldura é muito bonita, né. Ela precisa ser restaurada (Entrevistado 51).

Não que princípios estéticos não sejam relevantes, muito pelo contrário. Mas, o que se defende é a experiência estética ativa, quando o ambiente se torna mais que objeto de contemplação, numa reciprocidade do homem ao meio, em uma ótica contrária ao pensamento positivista. Como assinala Serrão (2014), em seu texto

Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual, a tradicional incorporação do conceito de Paisagem em Ambiente gera incompreensões que implicam em questões éticas e estéticas. A natureza é reduzida a aspectos físico-biológicos e/ou ecológicos; a estética é simplificada na objetividade do belo e o conceito global de ambiente se torna impreciso. Ainda segundo a autora, a relação recíproca entre homem e ambiente natural se constitui em uma “estética da continuidade” e em uma “ética valorativa”, ao considerar a ação do ser como agente de um ambiente natural humanizado e, conseqüentemente, da influência do meio de maneira positiva ou negativa sobre o homem (SERRÃO, 2014, p. 20).

Nessa abordagem, a paisagem é vista como espaço da experiência e do juízo estético, conforme Assunto (2013b), ao reconhecer a existência e a influência do ser. Também corrobora com o pensamento mesológico de natureza fenomenológica, como a “trajectiva” analisada por Berque (2013b), além da “estética do comprometimento” apresentada por Berleant (2013), ao entender o ambiente como espaço de habitação.

Essa reflexão remete aos estudos de Argan (1984) quando ele entende que a obra de arte define o espaço e este se torna objeto de fruição estética. Portanto, não se separa arte e cidade, assim, como não se separa núcleo “histórico” de núcleo “moderno” e o autor apresenta esta cisão como uma problemática urbanística ocidental. As partes se relacionam e se completam, em um universo único chamado cidade constituído por memória, fatos, símbolos, em um território moldado pelos indivíduos. Torna-se necessário romper esse paradigma, entendendo a cidade como um todo. Ainda segundo o autor, ao analisar a cidade ideal e a cidade real, a prática em separar o núcleo “histórico” do núcleo “moderno” conduz a uma perda qualitativa do ambiente. Obviamente que as histórias das cidades apresentam particularidades e especificidades, mas é certo que não se pode congelar um lugar e a obsessão em preservar um núcleo histórico, pode comprometer qualitativamente o todo.

Certamente, o distanciamento e a experiência do olhar são importantes quando se fala dos sentidos, das influências, da reciprocidade do ser e de seu ambiente natural, mas não se pode esquecer que a paisagem se materializa e se transforma no encontro com o homem. Não há como pensar a paisagem na cidade

contemporânea, com todos os empasses e problemas impostos pela modernidade, como imagem estética e estática em processo de artialização *in visu*. E, nesse contexto, a paisagem como categoria é entendida como *representação de espaço* na experiência estética de uma paisagem real, na incorporação do ser e na consciência da temporalidade (ASSUNTO, 2013b). A experiência do olhar revela como a serra, suas encostas, monumentos e casarios, ou seja, o conjunto, natureza e cultura se destacam na categoria de paisagem como referência na vida e no imaginário social. E, por isso, incomoda tanto aos sentidos dos que perdem a legibilidade do território.

Diante do exposto, o bairro Morro da Queimada também é lembrado e apresentado pela experiência do olhar, na propriedade do espaço como mirante da cidade. As narrativas destacam a amplitude e alcance da vista quando assinalam que podem ver praticamente toda a cidade, ressaltam aspectos antigos e a beleza do que se contempla. Como no depoimento do Entrevistado 47 ao apresentar seu bairro na qualidade do que se contempla: “eu te apresentaria a paisagem que tem. A visão que tem daqui pra cidade, que eu acho muito bonita”. O Pico do Itacolomi também aparece como referência visual numa relação mútua de ver e se influenciar pelo elemento natural. O bairro é representado pelo imaginário, por lugares na condição de mirantes, na lembrança da vista a partir de uma pedra, referência natural do território, localizada no encontro com o bairro Santana; e no acesso ao bairro, na entrada da residência da família de Pedro Lauriano (Figura 110) também referência para os moradores:

[...] entrada da rua lá embaixo, Pelouriano, sobrenome de família que morava ali, tem uma vista linda, eu gosto de ficar olhando ali [...] aquela pedra lá em cima é meu ponto de referência [...] marcou aquelas casinhas em cima, ali tem uma pedra. Então, isso aqui me remete ao Morro da Queimada (Entrevistado 05).

Figura 110 - Lugar de acesso à residência da família de Pedro Lauriano



Fonte: Acervo da autora (2019)

A localização próxima ao centro é um aspecto pouco destacado pela memória e aparece nos relatos ao justificar o gosto por morar no bairro ou mesmo na categoria pertencimento que será analisada adiante. A experiência com a serra, delimitada na próxima seção, começa a se manifestar nas lembranças de práticas e ações cotidianas, sendo comum na apresentação do bairro referência a Cachoeira das Andorinhas, além dos bairros limítrofes: São João, São Sebastião e Santana. Na narrativa a seguir, o Entrevistado 42 reconhece sentir orgulho da importância do lugar na origem da cidade, e descreve aspectos da história que lhe foi contada de maneira romântica:

[...] falaria que foi um dos primeiros bairros de Ouro Preto, que Ouro Preto foi descoberto aqui no São João. Contaria a história do Itacolomi, que eles chegaram, eles já passaram por aqui. Mas com o clima nublado, eles já conheciam o Rio Tripuí, dormiram e quando amanheceram viram o Pico. Essa é a parte que me orgulha, né. Em parte, porque aqui chama Morro da Queimada porque foi queimado, né. Foi uma repreensão (Entrevistado 42).

O bairro também é lembrado por antigos moradores como *lugar praticado*, quando o espaço ainda era desabitado e costumava-se percorrer a serra, além de cortar caminhos por meio de trilhas na região do parque:

A gente catava graveto. Saudade desse tempo, eu ia para o Mato com os meus filhos, catar graveto para ascender fogo [...] tem um caminho aqui ó, que você indo pelo Morro do Cruzeiro, você sai lá no São Sebastião também (Entrevistado 20).

O Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada, enquanto figura institucional, ainda não aparece consolidada na memória social, com raras exceções nos discursos de liderança. Quando mencionado, são comuns termos como área ambiental e ecológica e se revelam de maneira geral com descrença nas narrativas populares, ressaltando o abandono da área após desapropriação de casas.

As memórias despertam sensações das mais variadas e, certamente, estão associadas à história de vida de cada pessoa. Mas a amostragem revela dois aspectos marcantes que abarcam construções sociais: (i) a tranquilidade, que de alguma maneira se associa ao afeto pelo local e a convivência com as pessoas, mas que, em alguns relatos, aparenta ser uma afirmação de valor numa tentativa de romper com o estigma de “morro”; e (ii) o sofrimento que se relaciona às dificuldades enfrentadas, carência local, preconceito, e sobretudo, as memórias de um passado escravocrata que envolvem as narrativas.

Os moradores, na apresentação do bairro, bem como no momento em que foram questionados acerca do porquê gostam do local onde vivem, destacaram dois pontos: a tranquilidade e/ou a manifestação de que trata-se de um bairro bom. Para obter maiores informações e compreensão dos sentidos, foi necessário refazer a pergunta ou mesmo instigar o olhar dos atores com outros questionamentos. E ficam evidentes que as amizades e a vizinhança são as principais razões para explicar o bairro como tranquilo e bom para se viver, como nos depoimentos: “gosto do bairro, vizinhos são bons, tranquilo, num tenho nada que reclamar... ninguém te incomoda, sossegado” (Entrevistado 32); “tem muita amizade, todo mundo me conhece” (Entrevistado 21).

A maioria dos entrevistados diz gostar do bairro e as narrativas também se justificam pelos motivos: “nasci e fui criado aqui”, ou mesmo, em relatos de pessoas que se acomodaram, se acostumaram, ou se sentem satisfeitas pelo que conquistaram, em um sentimento quase que de gratidão. Em algumas passagens esse argumento é muito forte: “gosto, porque aqui foi o único lugar que achei pra habitar, eu e a minha família, né” (Entrevistado 20); “eu gosto, porque é o lugar que eu achei pra morar. Fiz minha casa, tenho que gostar” (Entrevistado 46).

Práticas cotidianas também foram relatadas como nas lembranças do bairro no tempo em que todos cultivavam alimentos em hortas. O Entrevistado 42 contou, de maneira nostálgica, que não eram comuns as feiras e que, além de trocarem alimentos com a vizinhança, não existiam muros de divisas, a delimitação dos terrenos era feita com vegetação:

Não existia esse negócio de fazer feira. A gente falava: vai na casa de fulano. Todo mundo tinha alguma coisa na horta... tinha um pé de caqui... meu pai plantava mandioca e inhame. Então a gente trocava. Alguém mandava o pêssego, alguém mandava mexerica. Quando eu era criança, também não existia muro... era flor. Vamos pegar lá no Sr. Luiz... era tudo tão família, né. Aí depois começou chegar outras pessoas, né. Aí a coisa foi complicando (Entrevistado 42).

As lembranças do convívio passado são resgatadas em narrativas sobre antigos moradores: “eu lembro das pessoas mais antigas. Aristides de Matos e Dona Vera. Todo mundo conhecia” (Entrevistado 41). Nota-se como a memória da comunidade e o apego pelo local se fazem pelas pessoas. Assim se desenrolam narrativas de afeto, convivência, que somadas às relações já apresentadas em cenários e vivências locais são os sentimentos que mais traduzem suas raízes, identidades, pertencimento e vínculos ao ambiente. Como ressalta o Entrevistado 26, liderança do bairro, que ao citar suas razões em não querer sair do local se refere a: “laço de afetividade... família... amigos de infância... é uma questão de vida mesmo”. O Entrevistado 37, considerado uma liderança religiosa e recém-instalado na região observa: “[...] é um lugar rico, de pessoas acolhedoras... é um lugar histórico, com famílias antigas, que ainda procuram manter a tradição”.

Mais adiante serão apresentados os fatores negativos reconhecidos pela população que se caracterizam como problemas do bairro. Constata-se que embora sejam relatados de maneira contundente aspectos do tráfico de drogas, esses fatores são ressaltados por poucas pessoas na categorização da memória. De fato, existem aqueles que reconhecem que existem sérios problemas e relatam que, embora as drogas se mostrem como fator negativo, existe respeito e bom convívio na comunidade, como garante uma senhora e antiga moradora: “cada um no seu cantinho, ninguém mexe com ninguém, você sabe como é. E nós somos amigos de todo mundo... cada um cuidando da sua vida” (Entrevistado 10).

Essa leitura também é feita por liderança antiga do bairro: “povo muito simples, muito acolhedor... apesar de muita droga, apesar de tudo... eu sou extremamente respeitado por todo mundo” (Entrevistado 45). O que se confirma no depoimento do Entrevistado 38, liderança religiosa, que na condição de recém-instalado no bairro descreve que a vivência no local desconstruiu a imagem de um lugar perigoso que sempre lhe foi passada, embora reconheça os diversos problemas:

Na verdade tem o estigma todo... consideram aqui como favela. Como lugar muito perigoso. Aquele lugar é o “morro”... Não podemos esconder as mazelas do bairro. Não é perigoso, mas o tráfico infelizmente impera aqui... Encontramos um quadro de prostituição muito grande... quadro de drogadição terrível (Entrevistado 38).

Por outro lado, entende-se que ressaltar a tranquilidade e aspectos positivos não reconhecendo os problemas pode estar relacionado à negação do estigma de “morro”, como forma de resistência e autoafirmação social como na narrativa: “bairro tranquilo, né. Calmo. Sem violência e muito bom pra morar” (Entrevistado 36). O que seria uma reação natural e compreensível, tendo em vista o preconceito que assola parte da população periférica.

Em alguns relatos, as pessoas se contradizem quando inicialmente consideram o bairro tranquilo e familiar, mas, em seguida, relata insegurança e violência, como o Entrevistado 35, que em seu depoimento descreve ter medo de passar pela Rua do Ouro:

Amigos, família. Gosto muito do pessoal. Antigamente não tinha nada. Eu gosto de morar aqui. É um ambiente bom... Pessoas boas. Eu gosto do meu bairro. Eu gosto. Não é perigoso não viu?! Não é! Algumas pessoas morreram, né. [...] O bairro é bom. É calmo. A Rua do Ouro já acho perigoso. Aqui em cima não. Aqui é calmo. Essa rua aqui debaixo é muito perigosa. Eu não passo aqui de noite, sozinha. Eu tenho medo (Entrevistado 35).

Em outro relato uma antiga moradora, no caso, uma senhora, também se contradiz, quando fala em tranquilidade e ao mesmo tempo entende que as pessoas se sentem amedrontadas:

Bairro é tranquilo... A não ser polícia de vez em quando. Que é a droga, infelizmente. Então, tem esses problemas também, né. E depois o bairro ficou um pouco perigoso... as pessoas vivem aqui amedrontado [...] agora tá tranquilo (Entrevistado 20).

Ao que parece, as pessoas reconhecem que o bairro é mais perigoso em pontos específicos, como a Rua do Ouro, local de acesso mais fácil ao bairro, além de regiões mais isoladas como o Tenente e as ruínas da Chácara Velha. Notou-se que o maior receio aparece entre os jovens. No depoimento que se segue, o Entrevistado 40 destaca que o único aspecto relevante do bairro é a vista, mas também apresenta ambiguidades entre tranquilidade e perigo:

Pra mim, o bairro aqui num tem graça nenhuma não. É só a vista mesmo... apesar das turbulências, o bairro é tranquilo... Antigamente eu descia as escadinhas aqui e saia lá no Zoca. Agora não. Muito perigoso (Entrevistado 40).

Obviamente que existem aqueles que gostam do lugar, pelo convívio, amizades, identidades e raízes, porém não traduzem o cenário em tranquilidade e reconhecem muitos problemas como é o caso do Entrevistado 33 que apresentou o seu bairro de maneira sentida: “um bairro carente. Um bairro que tem muito a melhorar, deve muito... Um bairro triste, às vezes”. Em outra narrativa, um antigo morador diz que não quer sair do local, mas confessa: “aqui, acho que nem tem nada pra apresentar. Só as pessoas. Tá muita violência. Muita droga. Vizinhos antigos tudo gente boa, né” (Entrevistado 27).

A contradição também vai aparecer em discursos em que o bairro é retratado como bom e depois se manifesta o desejo de mudar, argumentando que o local é ruim. Novamente o vínculo ao local se mostra na memória afetiva, por ter nascido no bairro:

É bom. Sou nascido aqui. Até que se tivesse um lugar bom pra morar...Comprar um apartamento. Sair desse morro. Porque aqui é ruim pra tudo [...] bairro que eu moro... me faz lembrar que a gente cresceu...tudo junto...meus primo, meus colegas, aí a gente se afastou muito depois que começou a trabalhar, uns emendou pro lado das drogas, uns morreu (Entrevistado 29).

O acesso dificultado é aspecto apresentado pelas pessoas que moram na porção superior e que não são atendidas com vias pavimentadas, sendo o acesso realizado por grandes escadarias e caminhos de terra, o que gera grande insatisfação e desejo de mudança. O depoimento abaixo é de um adolescente de 15 anos, que se diz acostumado com essa realidade e relata que sai de casa apenas para ir à escola e buscar os irmãos. Em seu imaginário, o morro, apesar de tranquilo e bom, é retratado com todas as mazelas, acesso dificultado e ameaças: “se fosse pra escolher outro lugar eu escolhia. Por causa do morro. Mas já tô acostumado mesmo. O bairro é muito tranquilo. Muito bom. Agora que tá tendo muita violência” (Entrevistado 50).

Dos entrevistados, 16% afirmam não gostar de morar no bairro, sendo elencadas como principais razões a carência de infraestrutura urbana e o tráfico de drogas que, justifica a violência descrita por alguns moradores e aumenta o preconceito às pessoas do bairro. O Entrevistado 07 destaca o motivo pelo qual não gosta do local: “dificuldades que o bairro enfrenta, porque aqui é um pouco mais afastado do centro, então tem muita gente que acha que é periferia, então nosso bairro tem muitos problemas, né [...] problemas de droga”. Já o Entrevistado 13, ao apresentar o bairro, fala: “eu penso na parte das muralhas, que tem a tristeza dos escravos que moravam aqui, que tirava ouro”. E conclui: “aqui num tem nada. As pessoas que vem de fora que acha linda a história. O bairro é péssimo” (Entrevistado 13).

O relato que se segue foi realizado por liderança antiga no bairro, cuja narrativa está imbuída de carga espiritual e demonstra polaridades de sentidos, caminhando ao encontro dos que sentem orgulho, embora reconheçam sofrimento e muita luta:

Eu sinto um calor ali dentro danado, fico arrupiado, dá vontade de chorar, dá angustia... e ao mesmo tempo uma alegria, uma sensação de liberdade sabe, sinto orgulho, sinto uma fortaleza dentro de mim, que eu não sei nem explicar...eu adoro o lugar onde que eu vivo (Entrevistado 51).

Como citado anteriormente, o sofrimento é assinalado pela imagem dos escravos, cuja figura é recorrente nas narrativas, pelo preconceito e pelas dificuldades enfrentadas. Embora nem sempre expresso de forma direta nas memórias, as narrativas indicam como o preconceito, desde sempre, incidiu sobre eles de maneira latente, como nas lembranças de uma antiga moradora, hoje liderança no bairro, que relata sobre os sentimentos da mãe já falecida e também relembra que existia um lugar, no acesso ao bairro, onde deixavam um “paninho” para limpar os pés:

Minha mãe particularmente, ela não gostava daqui. Porque uma das coisas que a gente sempre teve, muito preconceito de morar no morro. A gente viveu muito esse preconceito [...] A gente sofreu *bullying* por morar no morro. Aqui não era calçado e aqui passava os caminhões de bauxita que ia pra ALCAN. Então a gente não queria mostrar que morava no morro. Todo mundo deixava um paninho, que todo mundo limpava o pé... (Entrevistado 42, há 55 anos no bairro).

Os discursos populares são imbuídos de lembranças de luta e dificuldade na construção dos imóveis, o que tornam as pessoas mais apegadas e vinculadas ao lugar, ou se pode dizer que a conquista da moradia leva a um sentimento de gratidão. Neste caso, as narrativas são tão eloquentes e carregadas de emoção que são capazes de nos transportar às origens, ao descrever o território, em seus aspectos físicos e ausência de infraestrutura, além do trabalho árduo no transporte de materiais por meio da força física e de animais, como se pode notar nesta narrativa em que um morador descreve os motivos de gostar do bairro:

Eu gosto, né. É o que a gente passou aqui [...] o material que eu construí aqui foi tudo carregado nas costas, porque não tinha rua, não tinha nada. [...] quando não era puxado, era carregado nas costas, no burro, arrumava um tropeiro que trazia o burro, que puxava material pra gente construir. E foi assim. E assim tá bom demais (Entrevistado 01, há 40 anos no bairro).

Fazendo um paralelo com tipos de narrativas apresentadas por Purinton e Potteiger (1998, p. 11, tradução nossa)¹⁰¹, as lembranças e histórias do processo de ocupação, além dos relatos nostálgicos do tempo de criança, se enquadram na definição de cenários narrativos e *topos*, em que se estabelecem um cenário de circunstâncias espaciais e temporais que “pode recuar para o fundo ou figura proeminente”. Um *topos* narrativo é “altamente convencionalizado e ligado a eventos particulares que são evocados repetidamente nas narrativas de uma cultura”, podendo, por exemplo, estar ligado “a um retorno nostálgico às origens, à infância e a um lugar à parte em harmonia com a natureza”.

A partir de narrativas de *topos*, cenários são resgatados, sendo possível um melhor conhecimento do território e de como o ambiente natural e cultural modelam sua paisagem. Essa tipologia se manifestou nas lembranças afetivas, apresentadas anteriormente, a partir de cenas cotidianas em meio às matas, nascentes, ruínas e remanescentes minerários que permeiam todo território. As narrativas de *topos* também retrataram o lugar na década de 1970: “o acesso era mato, trilho de burro” (Entrevistado 10). Em outro depoimento, a antiga moradora, descreve que se instalou no bairro há 47 anos e conta sobre a completa falta de infraestrutura urbana, e ressalta, como aspectos positivos, a disponibilidade da água direto da nascente e uma saudosa tranquilidade:

Tinha que ter fossa. Água praticamente ganhada. Aqui que tem uma nascente muito boa [...] era um bairro tranquilo, não tinha rua, não tinha calçamento, não tinha luz, televisão, não tinha rede de esgoto, não tinha iluminação. Era um bairro pobre mesmo. Não tinha comércio (Entrevistado 20).

Durante as entrevistas foram apresentadas algumas imagens que poderiam despertar sensações, como a da Figura 111. Essa foto foi realizada por volta de 1969, quando da elaboração do primeiro plano urbano pelo português Viana de Lima. Nos registros, não consta referência ao local, mas tudo indica fazer parte de ocupações da serra, supostamente em região do Morro da Queimada, o que

¹⁰¹ *It can recede to the background or figure prominently.*

A narrative topos is a highly conventionalized setting linked with particular events, which is evoked repeatedly in a culture's narratives.

[...] a nostalgic return to origins, childhood, and a place apart in harmony with nature.

despertou olhares e comentários: “essa casinha parece aqui, a nossa rua aqui. A região era assim essa casinha velha, era assim mesmo” (Entrevistado 10).

Figura 111 - Registro realizado durante levantamento para o Plano Viana de Lima, em região da serra, provavelmente o Morro da Queimada (por volta de 1969)



Fonte: Lima (1969) Acervo IPHAN-RJ

Das entrevistas também surgiram antigos registros do bairro, como na imagem da Figura 112, que retrata a Rua 15 de Agosto em data desconhecida, que pode ser comparada ao registro atual, feito no mesmo local (Figura 113). A antiga foto foi disponibilizada por uma moradora do bairro ao resgatar por memórias lembranças do bairro: “achamos uma foto de um muro de canga aqui, que não existe mais, onde é o bar do Tião” (Entrevistado 42). Observa-se que, além do muro em canga, existia uma grande estrutura provavelmente em alvenaria de pedra na parte de cima que pode indicar um remanescente arqueológico. Além disso, no canto superior à esquerda se pode reconhecer a cobertura da varanda da antiga casa do Sr. Luiz de Jesus, mencionada anteriormente, que hoje se encontra abandonada e em arruinamento.

Figura 112 - Rua 15 de Agosto (data desconhecida)



Fonte: Acervo de família do Entrevistado 42

Figura 113 - Rua 15 de Agosto atualmente, onde se localiza o bar do Tião.
Lugar muito frequentado pela comunidade



Fonte: Acervo da autora (2019)

A comunidade por meio da associação também ajudou famílias na construção de suas casas. Com doações de cimento e pó de brita faziam mutirão para confecção de blocos, e quando necessário também ajudavam na construção:

Ajudamos também através da habitação [...] aquela pessoa que queria construir a sua casa ou que não tinha um banheiro ou precisava de qualquer coisa. Então a gente ia, fazia os blocos, aonde é o bombeiro hoje, a gente ia pra lá final de semana, fazer bloco [...] a gente ajudou muito, tem gente no Morro da Queimada que tem casa que a gente trabalhou em cima, que a família não tinha lugar de ficar, não tinha casa, e tem casa que a gente construiu. Muitas foram demolidas, porque um tempo pra cá passou a Parque Arqueológico (Entrevistado 52, há 40 anos no bairro).

Além de casas, ruas também foram abertas em mutirão, como explica um morador que reside na porção superior do bairro, na Rua Nossa Senhora das Graças, há 40 anos. Segundo relato, a rua foi aberta pelos moradores na década de 1980, com material fornecido pela prefeitura:

[...] não tinha casa nenhuma, né. Isso aqui foi a segunda ou terceira casa. O resto era tudo campo. [...] A rua quem começou foi eu e um outro senhor.... foi no governo do Zé Leandro, então ele ofereceu o material ... Então nós fez o mutirão, abrimos a rua, e foi até lá em cima... foi depois de 85. Foi depois de 80 (Entrevistado 01, há 40 anos no bairro).

Uma antiga moradora, residente há 66 anos na porção mais baixa do bairro, descreve suas lembranças, quando o bairro se concentrava nas proximidades da Rua 15 de Agosto, com casas espaçadas nas encostas do morro:

Não via nada ali pra cima. Hoje tudo cheio de casa, né. Modificou muito. Não tinha rua. Meu tio que fez a rua no braço. Depois que a prefeitura pegou e levou lá pra cima [...] Nessa época era animal solto [...] O que é a Rua do Ouro hoje. Aqui era tudo cango. [...] Lembro dessa época. Era tudo tranquilo. Hoje muita violência, muita droga (Entrevistado 27, há 66 anos no bairro).

Retomando a figura proeminente do escravo nas narrativas, considerando que a maioria dos entrevistados não são oriundos do local, acredita-se que, em parte, exista uma construção e reprodução deste imaginário social a partir do discurso; mas não se pode desconsiderar a espiritualidade presente no território, o que, aliás, é sentida e narrada por pessoas que visitam a cidade de Ouro Preto. Devido ao

sofrimento das pessoas que foram escravizadas no Morro da Queimada, muitos acreditam que os espíritos estejam por lá e dentro das minas.

No depoimento abaixo, uma liderança religiosa e engajada em ações do bairro, traduz a imagem do lugar em sofrimento, chegando a considerar as dificuldades enfrentadas pela comunidade como um carma, conceito que provém de religiões que acreditam na reencarnação, embora seja católico. A narrativa demonstra como os aspectos históricos permeiam o cotidiano quando a comunidade é retratada pelos moradores como se de fato fossem oriundos daquela região, citando as minas, como elemento simbólico deste sofrimento.

O que me incomoda muito é o sofrimento que tem nesse morro aqui. E a responsabilidade que a gente tem como morador é de diminuir um pouco esse carma que a comunidade tem [...] a gente se depara com situações [...] porque que a gente é resistente demais [...] comunidade extremamente carente, ela é pioneira. E ela é muito sofrida. Se você entrar nessas minas, você vê o que que eu tô falando... (Entrevistado 45, há 46 anos no bairro).

Cabe aqui ressaltar que, para uma análise mais exata da formação social do bairro seria necessária uma pesquisa direcionada, entretanto, embora não se descarte a possibilidade de existir algum descendente de família originária da região, este fato não se revela na amostragem. A razão para esta incorporação tão intensa de valores locais também pode se relacionar às origens afrodescendentes, que são fortes e permeiam todo território originário dessas pessoas que, por migração ou não, se instalaram nesta região. Mas também se faz por topologia cultural, associando história de vida e de sofrimento, na identificação do lugar. Como no relato de uma moradora, natural do distrito de Santa Rita de Ouro Preto, que diz se lembrar da sua terra, ao pensar nas imagens do Morro, não se esquecendo do que lhe foi contado sobre o sofrimento dos escravos no local: “lembra minha terra, mato. E lembra sofrimento. Quando eu morei em Santa Rita. Eles falam que os escravos sofreu muito aqui” (Entrevistado 49).

Em algumas narrativas, a assimilação cultural do passado se mostra evidente, na crença de que o local carrega a marca do sofrimento, e as pessoas passam a se identificar com essa dor, acreditando que são predestinadas:

Assim a gente vê contar as histórias, que colocou fogo nas casas dos escravos, né... queimou, eles sofreram muito, né. Inclusive, algumas pessoas falam: aqui ninguém arruma nada, porque os escravos sofreram muito aqui. Então a gente fica como se fosse quase uns escravos (Entrevistado 08).

Há também um terceiro elemento na leitura dos relatos que seria a construção de um discurso para intimidação de extrações clandestinas em antigas datas minerais, o que será apresentado na próxima seção, na relação do cotidiano com a serra. E ainda existem episódios narrados que foram assimilados durante a infância, porque nem todas as crianças tinham consentimento para brincar na região das ruínas e dentro das minas. Sendo assim, algumas “histórias” eram contadas pelos pais, para coibir as crianças de caminharem em locais de risco na região, repleta de buracos de sarilho e perfurações profundas no solo que se comunicam às antigas galerias de mineração:

Quando a gente era criança, a gente tinha medo também, né. Porque os pais da gente falava pra gente, [porque a gente era muito de ficar andando por aí, né] que é pra tomar cuidado, procês num cair no buraco de sari [...] porque nos buracos de sari, vocês vão encontrar com os fantasmas dos escravos. Eles contavam cada história pra gente [...] como a gente era muito novo, eles num deixavam a gente ficar em mina muito não (Entrevistado 44).

Alguns relatos criam cenas provenientes de um *imaginário fantasmagórico*, tomando emprestado o termo empregado por Silva (2011), e surgem histórias que se manifestam como espíritos do cotidiano. Com todo respeito à religião espírita, que inclusive possuem adeptos no Morro da Queimada, mas observa-se que existem fatos e até mesmo condutas movidas por espiritualidade, como também existem histórias contadas que regulam e limitam uma vida cotidiana, em meio a um território de riquezas naturais e culturais. As histórias narradas são variadas e, por vezes, o entrevistado também se insere como protagonista, em que parece que fatos reais e irreais se misturam e se consolidam no imaginário da comunidade:

Histórias que eu escutava demais [...] falam demais sobre negócio de escravo. Tem mina por aqui [...] Tem uma aqui oh, cheguei a entrar, mas vi aquele tanto de osso [...] muita lenda, negócio de corrente, tudo escuro, corrente, esqueleto. Muita coisa que eles falam, tenho muito medo (Entrevistado 43).

Também surgem histórias de assombração, com figuras de mula sem cabeça, que aparecia durante a Quaresma:

A mulher do lado da minha casa sempre falava, né, que uma vez uma mula sem cabeça bateu lá na porta da casa dela. Sempre falava, na quaresma. Mas sei lá, eu não acredito não, viu (Entrevistado 02).

O imaginário, como já analisado anteriormente, permeia todas as narrativas de paisagem, sendo aqui classificado em uma segunda categoria específica de elementos significantes, fundamentada na ótica estabelecida por Silva (2011) como Fantasmas urbanos. As narrativas revelam diversos eventos que se classificam em subcategorias: (i) de natureza histórica; (ii) de topologia cultural; (iii) lendas e folclore. O imaginário fantasmagórico de natureza histórica se apresenta de maneira recorrente, envolvendo o passado escravocrata, de sofrimento, além da história do incêndio provocado pelo Conde de Assumar, quando da Sedição de Vila Rica, que fez arder a serra no século XVIII. Já o de topologia cultural pode ser identificado na caracterização do lugar, por analogia, como no relato anteriormente apresentado do Entrevistado 49, ao associar o território ao sofrimento de sua terra de origem. A narrativa da mula sem cabeça se enquadra no terceiro grupo como manifestação de lenda do folclore brasileiro (SILVA, 2011).

Pode-se dizer, segundo Silva (2011), que a construção imaginária se alimenta de fantasmas sociais, que utilizam do simbólico para se manifestar. E quando essa fantasia se faz concreta, o fantasma se materializa em símbolos urbanos. O autor aprofunda os estudos comparando fantasmas e espectros, concluindo que ambos se aproximam em sentidos e referências, sendo o primeiro que aparece como representação imaginária; já o segundo é caracterizado como alma penada e se deixa ver. Na tese em questão, optou-se por caracterizar como fenômenos, como uma produção fantasmagórica do imaginário, que ao se materializar socialmente em ações e práticas cotidianas, interfere na vida e produção do espaço, conseqüentemente na paisagem.

E no universo do imaginário fantasmagórico, as histórias consolidadas em memórias, ao se manifestarem como lendas, podem ser lidas como “gêneros de narrativas de paisagens”, em que lugares são moldados por formas ou gêneros

culturalmente definidos, como acontece em narrativas de espíritos cotidianos que assombram a comunidade, em cenários remanescentes de processos minerários da região (PURINTON; POTTEIGER, 1998), como nesta narrativa na qual o entrevistado descreve as histórias como:

Essas coisas “estranhas”... eu costumo zoar o pessoal, cuidado que você vai ver o Padre Faria aí, na mina aí [...] Aí [uma moradora disse]: “quando eu era menina eu vi o Padre Faria ali, uma vez aí”. Porque ali era uma mina, né. Aqui em frente [...] só que ela caiu, né (Entrevistado 37).

Pesavento (2012) alerta para aspectos importantes a serem observados quando se trabalha com a memória por meio da oralidade, destacando uma categoria que conduz todo este trabalho: a temporalidade, que consiste na transcorrência do tempo do vivido para o tempo do narrado por lembranças. E, nessa trajetória, o sujeito narrador também não é o mesmo, ele se transforma no tempo transcorrido, reelaborando e ressignificando os fatos. E nesse sentido, a autora introduz a manifestação de uma memória também social, destacando que o narrador: “incorpora não só o lembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, ressignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo” (PESAVENTO, 2012, p. 95).

Essa reflexão se faz pertinente enquanto metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que as narrativas são realizadas por meio de relatos de lembranças que a todo o momento recorrem à fonte do imaginário, em que fatos reais também se misturam à fantasia. E por mais que existam particularidades nas narrativas, percebe-se a presença de uma memória social que, para além de fatos vividos, também foi construída a partir de cenários cotidianos e histórias contadas, sendo elas, oficiais, não oficiais ou fantasmagóricas.

As memórias de um lugar, por meio de suas histórias, revelam símbolos, significados, valores e, conseqüentemente, identidades. Entretanto, para uma melhor leitura identitária, faz-se necessário apurar as referências cotidianas que constituem-se em uma terceira categoria, que será analisada em seus limites, usos e percursos. Obviamente que estes aspectos, de alguma maneira, se manifestaram nas apresentações do bairro, mas procurou-se estabelecer aqui subcategorias que

permitissem uma análise mais precisa de sua apropriação e identificação com o território.

Para Pesavento (2007, p. 89), ao se trabalhar com memória também se investiga identidades que, enquanto representações sociais, são “construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento”. A autora explica que a identidade constitui, de maneira imaginária, uma coesão social por identificação de valores e características, e por outro lado, institui a alteridade, ao se estabelecer na relação da diferença do outro. Pela natureza do imaginário, as relações que os unem podem ou não serem reais e como modalidade podem extrapolar os limites do território. As identidades são múltiplas e, por meio de recortes sociais, o indivíduo pode sobrepor vários perfis identitários.

Entretanto, as narrativas de paisagens não se limitam a lembranças passadas, mas como “processo de engajamento” também se revelam em ações e práticas cotidianas que são identificadas e interpretadas na temática: referências cotidianas. No apontamento de referências, na descrição dos lugares que frequentam, dos espaços de diversão e exposição de percursos também emergem paisagens na reciprocidade do meio natural e cultural (PURINTON; POTTEIGER, 1998).

As definições de lugar e espaço seguem o pensamento de Certeau (1999), ao explicar que o lugar se estabelece no ordenamento e estabilidade dos elementos, ou seja, na coexistência das coisas; já o espaço se qualifica pelos efeitos e movimentos desencadeados por operações, segundo vetores de direção, na variável tempo. Ou seja, para Certeau (1999, p. 202), “o espaço é um lugar praticado”. Ao trabalhar com narrativas, deve-se considerar que lugares se transformam em espaços ou espaços em lugares em um jogo incessante de relações.

Para análise das referências cotidianas foram estabelecidas cinco subcategorias que se inter-relacionam. No primeiro momento serão analisados os limites imaginários por meio de narrativas e desenhos desenvolvidos pelos próprios entrevistados. O limite imaginário como tema se faz necessário, porque além de revelar uma maior compreensão da delimitação social do bairro em seus aspectos físicos e referenciais

do território, provoca a memória manifestando aspetos imaginários pelo olhar de seus habitantes, como narrativas de paisagens.

Como já relatado anteriormente, a cidade não possui uma delimitação de bairros oficial, aprovada dentro de critérios técnicos, sendo considerado pelo município um limite administrativo, o que em condições normais já apresentaria discordâncias com os limites sociais. Além disso, historicamente há imprecisões do que, de fato, se constituiu o Morro da Queimada em tempos remotos, cujo sítio arqueológico compreende uma maior extensão e ultrapassa as delimitações administrativas do bairro. Fato este que reforça a ideia de que a serra deve ser tratada como um elemento único e indivisível na paisagem, embora as ocupações urbanas hoje apresentem características e peculiaridades que lhe são próprias, como unidades sociais e culturais nesta paisagem. Registros documentais de meados do século XX, apresentados no capítulo anterior, demonstram que a região onde se desenvolveu o bairro Morro da Queimada era reconhecida como Santana, o que também contribui nestas imprecisões, como expresso na narrativa de uma antiga moradora da parte baixa do morro ao descrever o limite: “[...] antes tudo aqui era Alto da Cruz. Depois Morro Santana. Morro Queimada é do início até a pedra, que eles falam que tem uma pedra ali em cima” (Entrevistado 42).

Ao território marcado pelo comportamento social, Silva (2011) denomina território diferencial, entendendo como espaço vivido e reconhecido em suas simbologias. E, neste sentido, compreende-se na representação imaginária por limites culturais, marcados socialmente pelos usos e reconhecidos por uma vivência coletiva. Este limite também pode ser visual e, no caso, marcado por *nós*, pontos de referências, podendo também configurar caminhos, como trilhas estabelecidas em percursos. Diante disso, o autor reconhece a necessidade de se conhecer dois espaços: o oficial, projetado por instituições, e o diferencial, onde o indivíduo se reconhece e o concebe mediante nomeação.

As reflexões de Silva (2011) fundamentam este estudo, mas cabe esclarecer que no caso do Morro da Queimada as questões que envolvem a delimitação do território são ainda mais complexas, ressaltando ainda que, por se tratar de ocupação, a delimitação oficial sobrepõe o espaço diferencial. Dessa forma, ressalta-se a

importância no conhecimento da representação desses mapas mentais, de maneira a evitar imposições institucionais que contrariem uma ideia social, o que poderia gerar conflitos, além de subsidiar a construção do plano de manejo do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada, considerando o bairro como uma zona de amortecimento dessa Unidade de Conservação.

Assim como analisam Purinton e Potteiger (1998), as representações convencionais de espaço anulam elementos e aspectos das experiências narrativas marcadas socialmente pelas nomeações de lugares, práticas e ações cotidianas. Sendo assim, além dos depoimentos, optou-se nesta temática por estimulá-los a desenvolverem representações do bairro, a mão livre, como instrumento para identificação visual e referências sociais do território. Foram disponibilizadas canetas coloridas e papéis para os desenhos, que simultaneamente também eram narrados. Nem todos os entrevistados se sentiram à vontade para realizá-los e a maior resistência naturalmente ocorreu entre os mais idosos. Dos 15 desenhos elaborados, foram selecionados 11, por critério de maior pluralidade na representação de elementos significantes, além de uma amostragem expressiva de caracteres identitários, em limites internos do próprio bairro.

A metodologia se aproxima dos mapas mentais, instrumento inicialmente criado como método de aprendizado e memorização, permitindo explorar aspectos mentais, sentimentos, além de organizar ideias, por meio de palavras-chave e imagens-chave, que desencadeiam lembranças e estimulam reflexões. Embora seu uso esteja vinculado a métodos de ensino, gerenciamento e planejamento, tais mapas possibilitam diversas aplicações (BUZAN, 2009). Embora o estudo da técnica tenha sido importante para condução do trabalho, optou-se por não se prender a procedimentos, deixando o entrevistado mais livre para se expressar.

A experiência com os desenhos possibilitou inferências e interpretações de elementos que talvez não pudessem ser realizados somente com a análise das falas. Como direcionamento, foi pedido que desenhassem o bairro em seu limite, identificando referências do cotidiano por desenhos e grafias, caso julgassem necessário. O uso de cores também foi de livre escolha. Durante o processo, alguns optaram por fazer desenhos representativos, fugindo ao que havia sido sugerido,

entretanto as imagens foram surpreendentes e simbólicas. De acordo com as tipologias de narrativas apresentadas por Purinton e Potteiger (1998, p. 11), reconhece-se o método como um processo de “paisagem interpretativa” quando se utiliza de elementos, no caso desenhos representativos do bairro, com o objetivo de clarificar as narrativas, em um processo complementar e explicativo, por elementos visuais, associados a textos.

Embora não seja unânime, é expressivo o entendimento de que o bairro Morro da Queimada compreende a porção do território acima da Rua 15 de Agosto: “da 15 de Agosto pra cima até no Tenente. O Morro da Queimada vai até com a divisa do Morro São Sebastião” [...] (Entrevistado 20). Já a delimitação superior se mostra de maneira mais variada no imaginário, onde se revelam referências, que adquirem tamanha simbologia, que podem ser classificados como *iconemas* do lugar, termo este utilizado por Turri (2013). Segundo o autor a construção social da paisagem acontece quando o referente visual do território se transforma em espaço cultural, pela atribuição de símbolos e significados aos elementos referenciais, os *iconemas*:

Iconema como unidade elementar de percepção, como signo no interior de um conjunto orgânico de signos, como sinédoque, como parte que exprime o todo, ou que o exprime com uma função hierárquica primária, seja enquanto elemento que, melhor que outro, encarna o *genius loci* de um território, seja enquanto referência visual de forte carga semântica da relação cultural que uma sociedade estabelece com o próprio território (TURRI, 2013, p. 178).

Lugares como o Tenente voltam a ser citados como referência natural na divisa entre os bairros Morro da Queimada e Santana, além do significado de seu uso no passado, como no abastecimento de água em nascentes:

[...] lá tinha uma bica e antigamente todas as mulheres ia pra lá pra lavar roupa. Era tipo uma lavação de roupa comunitária. Conheço, porque eu passava muito lá com feixe de lenha na cabeça. Parte no meio certo. É trilho, parte no meio certo, Morro da Queimada e Santana. Do Tenente a Chácara Velha (Entrevistado 20.)

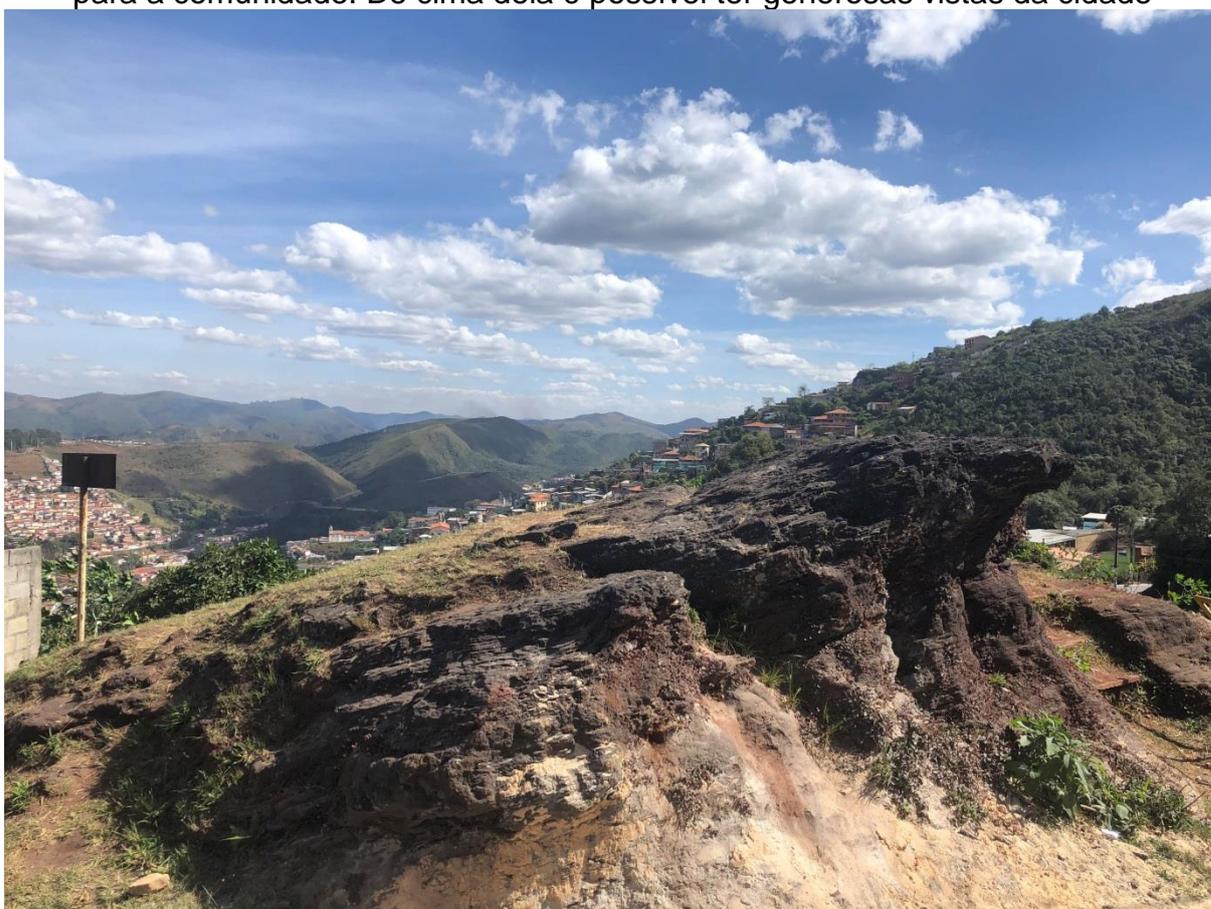
As propriedades da família Toledo são indicadas no relato abaixo como referencial na divisa, além das ruínas da Chácara Velha, descritas como ponto convergente e

articulador no território, com trilhas e caminhos para o Morro São Sebastião, Lajes e Rua Nova:

[...] A Chácara Velha ela sai no Morro da Queimada, nas Lajes, Rua Nova e no São Sebastião. [...] Limite aqui vai até no Toledo e sobe a escadaria (Entrevistado 20).

A Rua do Ouro, eventualmente referida como a antiga Rua do Reto, também é mencionada como início do bairro, além de referências como: bar do Zoca, bar do Antônio Barrigudo, oficina do Banca e escadarias. Já nas descrições do limite superior, o Bairro Santana é citado de maneira significativa, além da pedra em local qualificado como mirante, caracterizada como elemento significativo do território (Figura 114).

Figura 114 - Pedra localizada no bairro Santana, elemento de importante referência para a comunidade. De cima dela é possível ter generosas vistas da cidade



Fonte: Acervo da autora (2019)

Embora a área do parque apareça nas narrativas, pouco se incorpora nos discursos de pertencimento ao bairro, sendo recorrente o tratamento da região como limite. Divisas com o Parque das Andorinhas e com os bairros São Sebastião, Lajes e São João são citadas por aqueles que possuem um maior domínio do território, além da compreensão do Parque como parte deste lugar. Também foram mencionadas como referências: o cruzeiro, o bar do Fusquinha, o açougue do Ferreira, o campo de Tischer, além de nomes de pessoas. Como se espera de uma cidade do interior, o comércio local é referenciado com nomes e apelidos dos proprietários.

Dentro do próprio bairro existe uma separação, dividindo o bairro em alta queimada e baixa queimada. Os relatos demonstram uma linha de tensão interna que divide o espaço em dois universos como atestam as narrativas a seguir:

[...] para mim é separado, porque as pessoas que convivem nessa rua, não são as pessoas que convivem na rua de cima [...] pra mim o bairro é dividido. Igual eles falam aqui é 15, aqui é 15 de Agosto, não sei o quê, não é Morro da Queimada. Morro da Queimada é lá da volta pra lá, para cima (Entrevistado 02).

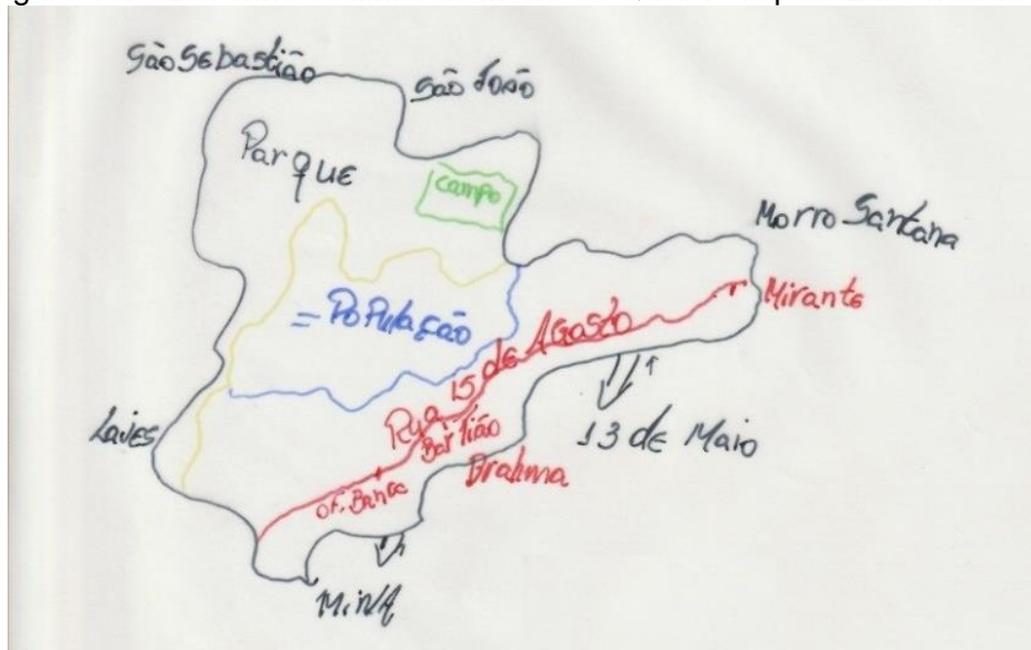
Aqui em baixo a gente nunca considerou Morro da Queimada. Pra gente morro da queimada é só lá pra cima mesmo. Da Nossa Senhora das Graças pra cima. Toda vida aqui chamava 15 de Agosto (Entrevistado 27).

As manifestações orais e observações participativas levam a entender que existe um núcleo de habitações com identidades próprias na parte baixa do morro, nas imediações da Rua do Ouro, cujas apropriações e usos conflituosos acabam por criar projeções imaginárias de um lugar perigoso e ameaçador. O outro agrupamento se concentra na porção superior, da Rua Nossa Senhora das Graças para cima, em região do cruzeiro, local de tradicionais festas do bairro, e já nas proximidades do Parque Natural Arqueológico.

Alguns entrevistados demonstram uma leitura mais abrangente do território e de seu ambiente, como pode ser visto no desenho da Figura 115, onde todos os bairros limítrofes foram grafados: Santana, São João, São Sebastião e Lajes. A Rua 15 de Agosto recebe destaque em vermelho e se configura como via de articulação na região, sendo identificados a oficina do Banca, o Bar do Tião da Brahma e o Mirante na divisa com o Morro Santana, em local da pedra. O Entrevistado 34 compreende

que a parte de cima da Rua 13 de Maio, na região da entrada da Mina de mesmo nome, pertence à base do Morro da Queimada. O parque foi demarcado em seu limite na cor amarela e o Campinho da Vassoura foi referenciado, reforçando o significado do local para a população.

Figura 115 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 34



Fonte: Entrevistado 34 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

O Entrevistado 34 demonstra conhecimento da área, até mesmo por sua formação e trabalho de guia turístico. Ao apresentar o desenho da Figura 115 em narrativa, ele complementa as informações fazendo menção ao Bar do Zoca no início da Rua 15 de Agosto, que é indicada como via principal e de ligação até a pedra no Morro Santana, seguindo até o Morro São João. A região do Tenente novamente é mencionada, assim como o Campinho da Vassoura, local que para ele se destaca na memória afetiva e pela experiência do olhar, quando faz alusão a “belas paisagens”, referindo-se à cidade vista do alto. O depoimento também sugere os potenciais da região em trilhas pelo parque, como o caminho para o Morro São Sebastião, os locais de nascentes de água, além de citar as ruínas do moinho de vento, já no Morro São João. O Parque Arqueológico é reconhecido em seu limite, além do episódio da desapropriação de moradias, quando parece haver um entendimento ao justificar que se tratava de invasões, em área arqueológica e de

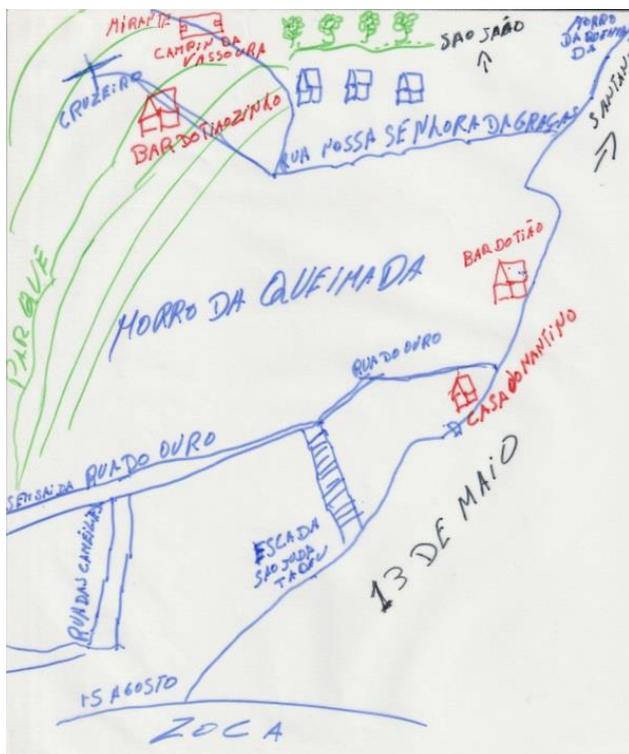
risco, salientando que as pessoas foram indenizadas. A escola citada foi a Juventina Drumond, no Morro Santana, referência para grande parte da população local:

Começa aqui no Zoca... aqui Morro Santana.. Início da Rua 15 de Agosto... vai chegar próximo da pedra, da pedra pra cá, Santana. Aqui tá um local que é o Tenente. Aqui uma parte que é as Lajes [...] Nossa água que vem do alto dos morros. Nosso bairro pega até quase no São Sebastião, pegando na Rua João de Paiva. Tem um ponto que chegamos no São Sebastião em menos de cinco minutos. No topo do Morro da Queimada, onde a gente brincava muito quando criança [...] aqui o Campinho das Vassouras, com belas paisagens... limite do parque. Bem próximos das nascentes. Parte central, maior parte da população. População é maior pra cima, 70, 80%. Reserva do parque, que até mesmo há uns anos atrás teve a questão, desabrigando as pessoas de lá... porque aqui como foi um parque arqueológico que se criou e a maior parte era invasões, então muitas dessas pessoas foram até mesmo indenizadas pra sair desses pontos de alto de morro, até mesmo que era área considerada de alto risco, né. [...] Aqui tá a escola. Aqui as ruínas do moinho de vento, e aqui pegando o asfalto que vai até o Morro São Sebastião (Entrevistado 34).

Das narrativas emergem valores e significados atribuídos na nomeação das vias, conforme explica o Entrevistado 34: a Rua 15 de Agosto recebeu esse nome “por causa do dia de Nossa Senhora da Lapa”, por se tratar de caminho dos romeiros até o distrito de Antônio Pereira para celebração do dia da padroeira. Segundo o Entrevistado 42, ainda hoje acontece uma caminhada, saindo do início da Rua 15 de Agosto. Ainda de acordo com o depoimento do Entrevistado 34, a Rua 13 de Maio também recebeu denominação por simbologia histórica, por se tratar da data celebrativa da abolição da escravatura. Corroborando com as reflexões de Silva (2011), o território pode ser concebido de diversas formas, entre elas na nomeação de vias e espaços que expressam identidades. Nessa perspectiva, destacam-se também vias internas no bairro que, abertas e nomeadas pela população, apresentam forte carga semântica e simbólica.

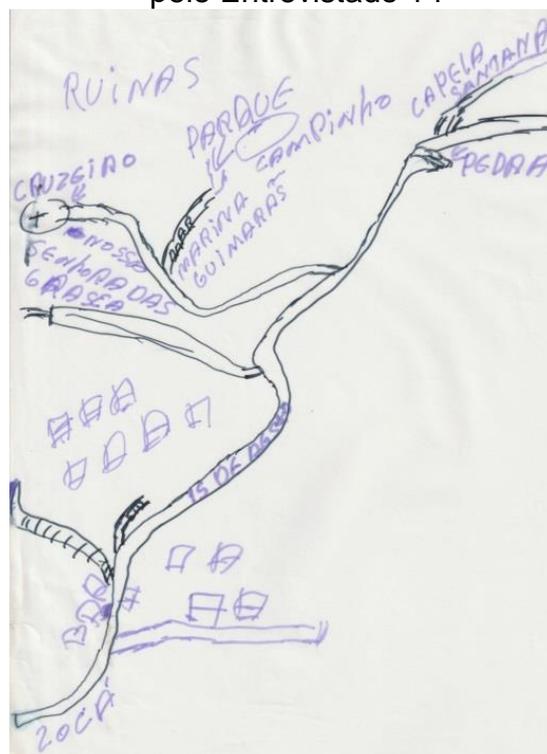
Os desenhos que se seguem (Figuras 116 e 117), embora de moradores distintos, possuem caracteres identitários, em suas formas, linguagens e referências. Nota-se que os desenhos se restringem ao limite da Rua 15 de Agosto, também em destaque como via principal e de ligação aos bairros de entorno. Em comparação ao desenho do Entrevistado 34, nestas imagens existe uma maior preocupação em registrar o interior do bairro, talvez porque ambos residam em locais mais altos e centrais, percorrendo cotidianamente vias internas, becos e escadarias.

Figura 116 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 06



Fonte: Entrevistado 06 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

Figura 117 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 14



Fonte: Entrevistado 14 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

As imagens das Figuras 116 e 117 revelam os universos da alta e da baixa Queimada, sendo indicadas as duas vias principais do interior do bairro: Rua do Ouro e Rua Nossa Senhora das Graças. Alguns indicativos gráficos também são comuns aos desenhos: o bar do Zoca e a escadaria de acesso à Rua do Ouro, logo no início da Rua 15 de Agosto; e, na porção superior, o cruzeiro representado pela cruz, lugar significativo de práticas cotidianas. É interessante a representação do acesso à Rua Marina Ferreira Guimarães, que leva ao Campinho da Vassoura, já dentro da área do Parque, por mostrar a integração da região ao bairro pelo imaginário. Ambas as imagens apresentam aspectos significantes da paisagem como ambiente vivido. A imagem da Figura 118 foi tirada no final da Rua Marina Ferreira Guimarães, no limite da ocupação urbana com o início do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada.

Figura 118 - Limite superior da área ocupada, no encontro com o perímetro do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

O Entrevistado 06 destaca em vermelho a casa do falecido Amantino Coca-Cola, além do Bar do Tião da Brahma, na Rua 15 de Agosto. Já na parte superior é registrado o bar do Tiãozinho, além do mirante no Campinho da Vassoura, o que demonstra a valorização do local em visadas privilegiadas. Em seu discurso ele explica:

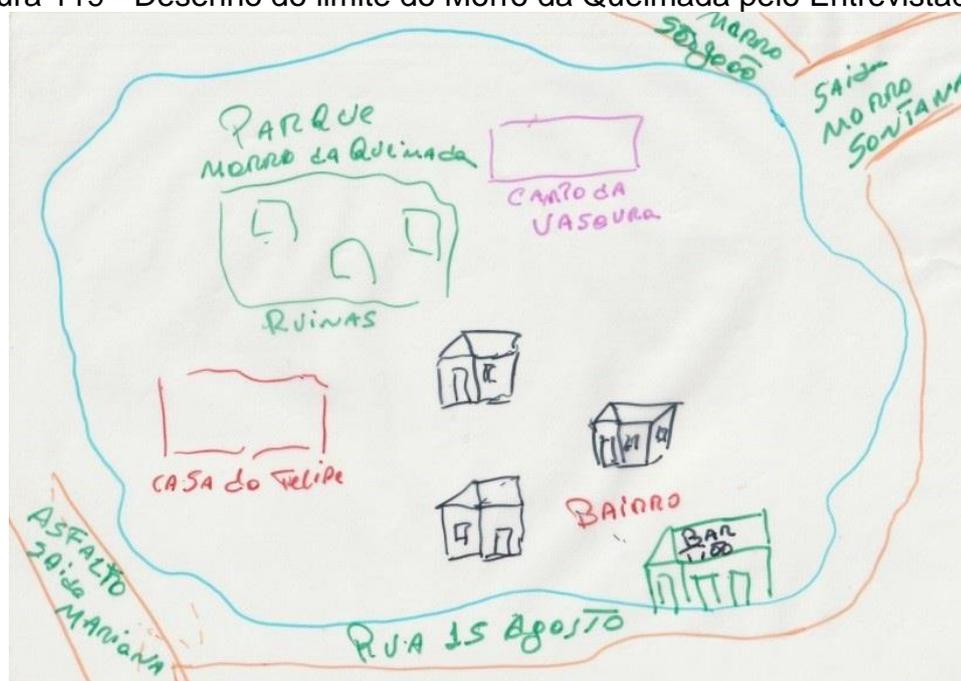
Aqui é a principal, começa no Zoca, aqui é 15, vai subindo. Tudo pro lado de cima 15 de Agosto. Escada leva Rua do Ouro. Tem outra aqui. E aqui estradinha que vem Rua das Camélias. Parque tá aqui. É imenso. Tudo pro lado de cima. Rua Nossa Senhora das Graças sai por cima, subindo até o Cruzeiro. Fora do parque. Cruzeiro era um Mirante. Aqui é o bar do Tião. Então esse é os pontos que a gente tem aqui. Limite acima, casinhas, o mato e o parque começa. Morro São João tá para cima. Mirante pra baixo tudo Morro da Queimada. Aqui para baixo 13. A mina 13 de Maio não é parte do Morro da Queimada (Entrevistado 06).

Já o Entrevistado 14 se diferencia ao grafar em desenho a Capela de Santana e a emblemática pedra, assinalada por grande parte da comunidade, como referência de divisa e local de mirante. Na narrativa, o Bar do Baú é indicado como ponto de referência já no Morro São João, além de ressaltar que a área do Parque Morro da Queimada está abandonada e tomada por vegetação, demonstrando conhecer bem

a região e remanescentes arqueológicos, entre minas e ruínas: “a 15 pega lá embaixo no Zoca e vai até no Baú. A principal é 15 de Agosto. [...] O parque tá de cima, matagal. Mas num é mato muito alto não. Por causa das minas, ruínas” (Entrevistado 14).

A Figura 119 representa limites bem definidos na apresentação do bairro, deixando clara a incorporação do parque: “começo da 15 de Agosto, porque abrange essa região toda, abrange o Campinho da Vassoura, e faz limite com São Sebastião e Morro Santana (Entrevistado 22).

Figura 119 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 22



Fonte: Entrevistado 22 (Pesquisa em campo, março de 2019)

Aspectos históricos também se revelam em desenhos, como na Figura 119, quando se observa a representação da ruína reconhecida por Chácara Velha ou Casa Velha: “aqui seria mais ou menos a ruína... aqui, né, aqui a casa do Felipe”, se referindo à Felipe dos Santos, líder da Revolta de 1720. As paisagens narradas por meio dos mapas mentais também apresentam o imaginário dos processos minerários para beneficiamento do ouro que imprimiram marcas nas encostas da serra, deixando estruturas remanescentes em pedra que se constituem em elementos estruturadores do território, verdadeiros *iconemas* para os habitantes do morro, conforme terminologia empregada por Turri (2013). Destacam-se aquedutos

moldados na rocha para condução da água e da lama aurífera, além de reservatórios e mundéus, tanques essenciais no processo de extração do ouro por desmonte hidráulico. Na representação dos limites e referências do bairro, o Entrevistado 22 descreve este processo:

[...] essa região prá cá do Campo da Vassoura, pegando aqui assim, tem várias ruínas, né... onde que antes faziam o beneficiamento de ouro. Inclusive, ainda até existe, tem umas canaletas, umas canaletas, que pela história que eles contam tinha umas rodas. Inclusive, meu pai fez uma réplica de umas aí, que era uns pilão, aquilo ali servia pra socar as pedras de minério, para fazer beneficiamento do ouro. Pra fazer a separação. E aí lá em cima tinha tipo uns tanques, que era a captação da água, e era captação da água de chuva, aí captava, aí tinha uma saída, aquilo ali saía, abria uma comporta, como se fosse uma comporta, né... abria pra beneficiar [...] descia com a água (Entrevistado 22).

Ao representar o conjunto de ruínas na Figura 120, o Entrevistado 22 acrescenta que muitas ruínas desapareceram com construções na porção mais alta do bairro: “pra cá construíram, né... tiraram muitas ruínas”.

A narrativa do Entrevistado 07 se resume em: “começa no Zoca. Termina no Morro Santana”. Entretanto, por meio do desenho (Figura 120), o imaginário expressa elementos significantes de seu cotidiano, que marcam e referenciam o território. Observa-se que o bairro será representado em maiores detalhes ao longo da Rua 15 de Agosto e da Rua do Ouro, por se tratar do universo do entrevistado, em seus percursos e práticas. Outro aspecto interessante é o sentido no qual o mapa foi desenvolvido, com o olhar voltado para o centro da cidade, o que parece fazer sentido, pela maior relação ao outro extremo da cidade, não possuindo apego emocional ao bairro. E nessa acepção, a escola Marília de Dirceu é referenciada, além da Igreja de Santa Efigênia que se destaca na representação gráfica, sendo também presente nas narrativas e pertencimento da população, não apenas pelo contato visual direto, mas também por se tratar da paróquia do bairro e lugar frequentado por grande parte da comunidade, segundo apurado pela amostragem.

Figura 120 - Desenho do limite do Morro da Queimada pelo Entrevistado 07



Fonte: Entrevistado 07 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

Ainda sobre a Figura 120, notam-se referências a antigos moradores e pontos indicativos recorrentes: o Bar do Zoca, o Bar do Barrigão, o Bar do Tião, além de escadarias e travessas que caracterizam a região, vencendo as declividades e cortando caminhos. Surgem nomes como Travessa da Fontinha, Travessa Nossa Senhora dos Prazeres, escadinha da XIII de Maio, entre outros, compondo os percursos cotidianos dos moradores. A Rua do Ouro é assinalada como sem saída e com seu “viradouro”, nome atribuído pela comunidade ao alargamento para retorno, peculiar ao bairro. A região do parque não é ressaltada em desenho e a ausência de informação revela a pouca relação com a porção superior do território, que se restringe a delimitação e indicação de sentidos dos bairros adjacentes, o que se mostra comum aos habitantes que moram na base do morro.

O desenho da Figura 121 foi realizado por uma liderança de bairro e espelha sua fala, que admite não percorrer o bairro, se restringindo ao percurso de casa na base do morro, ao trabalho na área central, o que explica a representação apenas da Rua

Ouro é representada de maneira isolada, o que é simbólico, tendo em vista que a mesma é projetada pelo imaginário do Entrevistado 44 como um lugar perigoso.

Figura 122 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 44



Fonte: Entrevistado 44 (Pesquisa em campo, março de 2019)

A Alta Queimada, ao lado direito, é representada pela Rua Nossa Senhora das Graças e seus pontos de referências: Merceria do Gutinho, Bar do Lalado e o alargamento da via no final da rua, onde se encontra o cruzeiro. As escadarias também marcam o território e o limite do bairro é definido na região do Tenente, sendo a região do parque tratada como área contígua:

Pra mim o Morro da Queimada, subindo do Zoca, onde tem uma placa, aí tem as duas escadarias, aí tem a 15 de Agosto, aí tem a virada, aí tem a Rua do Ouro que sobe. Da Rua do Ouro tem outra escada também e na Rua N. S. das Graças tem a casa de Eduardo, de Gutinho... e termina, antes eu achava que terminava aqui em cima. Mas só que depois do Parque Arqueológico eu tô considerando que é no final do Tenente, Tenente como parte do Morro da Queimada também (Entrevistado 44).

Ao ser questionado sobre o limite do bairro, o Entrevistado 43 responde: “ponto de referência pra mim aqui sempre foi o cruzeiro. Bar do Tiãozinho e o cruzeiro. Viu o cruzeiro, do cruzeiro pra cima”. O depoimento demonstra a compreensão do bairro a partir da Rua Nossa Senhora das Graças, ou seja, a porção alta do Morro da

Queimada. A narrativa é retratada pelo desenho da Figura 123, realizado por uma senhora de 63 anos, em que se expressa em imagens aspectos simbólicos da paisagem. O cruzeiro como ponto focal se mistura a elementos da natureza, do lazer, da diversão, ou seja, da vida cotidiana. A escada como atributo representativo também é representada, assim como aspectos culturais e sociais em práticas e convivências.

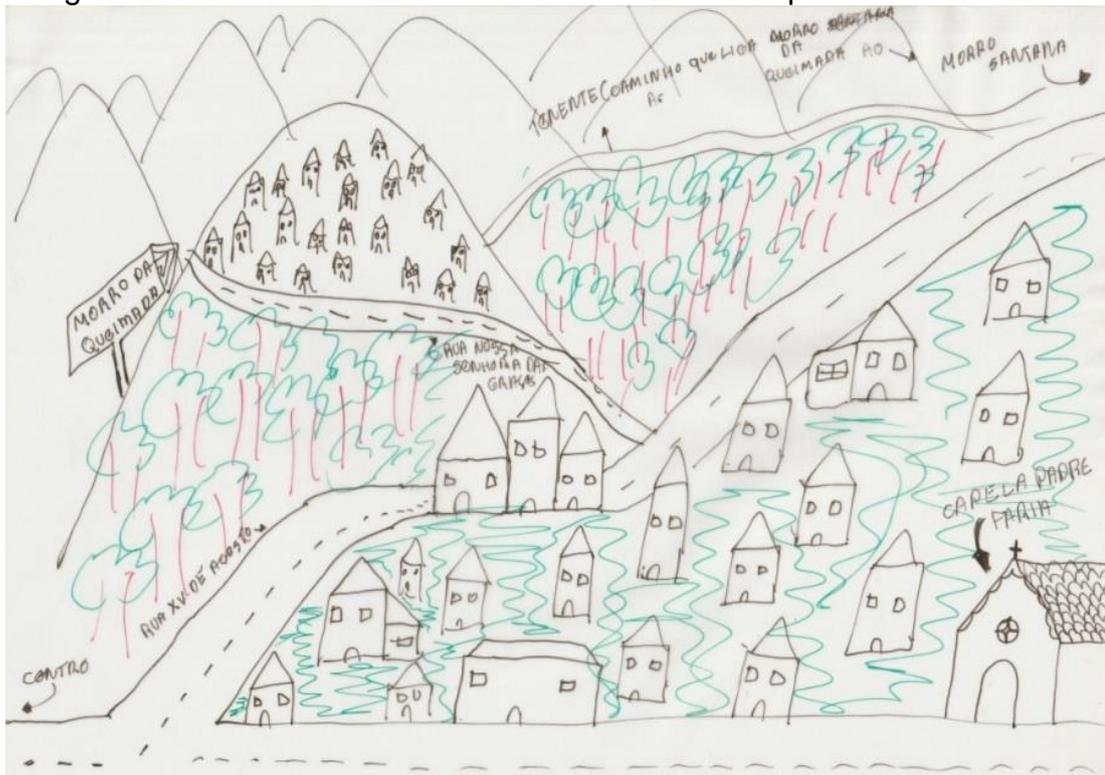
Figura 123 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 43



Fonte: Entrevistado 43 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

A ocupação em encosta se revela de maneira significativa na Figura 124, em desenho desenvolvido por morador de 24 anos, que reside no topo do morro, em local de difícil acesso, por caminho não pavimentado. A Rua 15 de Agosto corta a imagem em cenário montanhoso, onde se destaca na parte baixa a Capela do Padre Faria com seu casario e, ao fundo, acima da Rua Nossa Senhora das Graças, a ocupação do Morro da Queimada. Nota-se que apenas o Alto da Queimada é registrado. A região do Tenente novamente se manifesta como caminho alternativo ao Morro Santana, sendo significativa a representação da natureza, em encontro com a construção humana, como em uma artialização *in visu* da paisagem, segundo termo apresentado por Turri (2013).

Figura 124 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 17

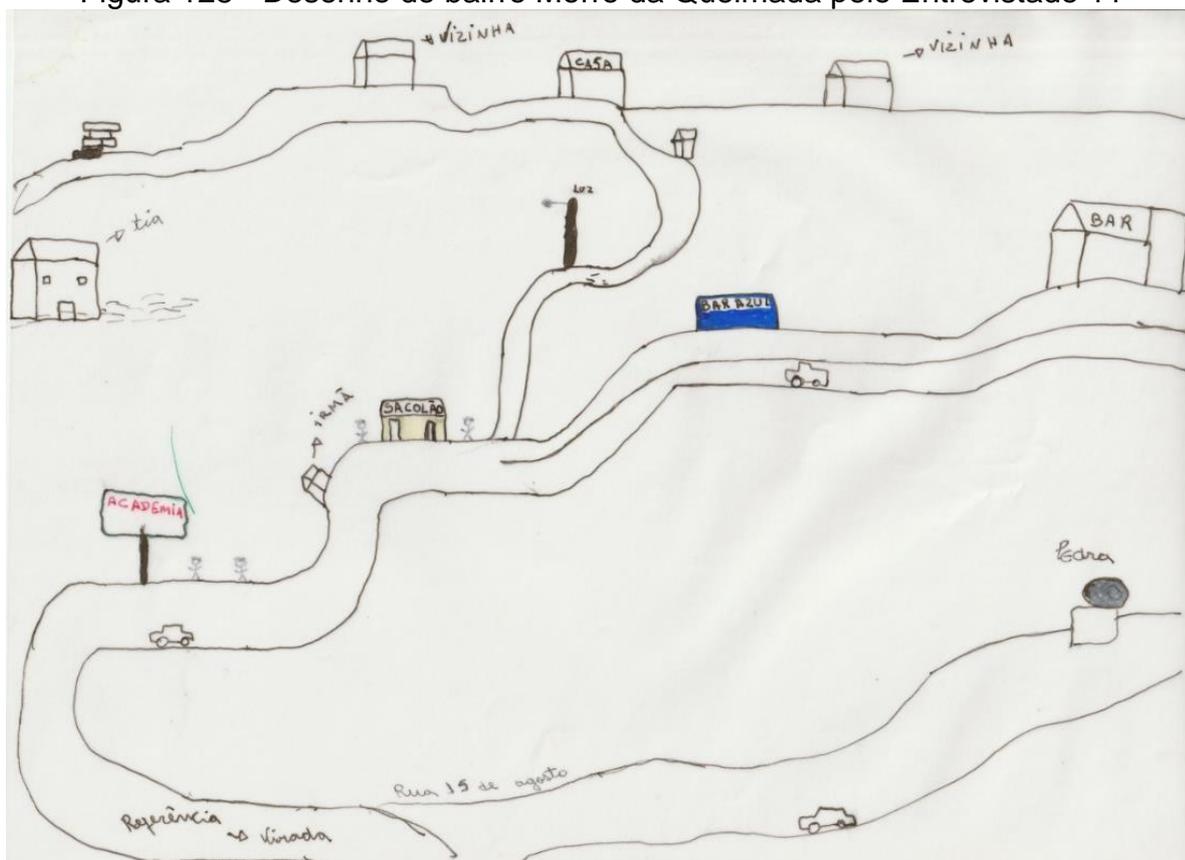


Fonte: Entrevistado 17 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

O desenho a seguir (Figura 125) retrata o Morro da Queimada em sua porção superior com alguns elementos de referência como o sacolão, também conhecido como quitanda Nossa Senhora das Graças e a academia recém-instalada e a Pedra no Morro Santana. Neste registro, aspectos pessoais são ressaltados, sendo representativo o recorte territorial do Alto da Queimada, o que reforça a separação interna do bairro. A imagem se restringe ao trecho onde a Rua 15 de Agosto acessa a Rua Nossa Senhora das Graças para acesso a áreas adjacentes na parte superior. O poste de iluminação pública é registrado como elemento significativo, objeto de luta dos que residem em áreas periféricas da cidade, como no Morro da Queimada, onde algumas áreas não possuem iluminação adequada.

A narrativa do Entrevistado 11, além de confirmar o desenho da Figura 125, ressalta também o cruzeiro como elemento significativo no alargamento da Rua Nossa Senhora das Graças, denominado pelos moradores como virador, característica comum às duas vias principais de acesso ao bairro.

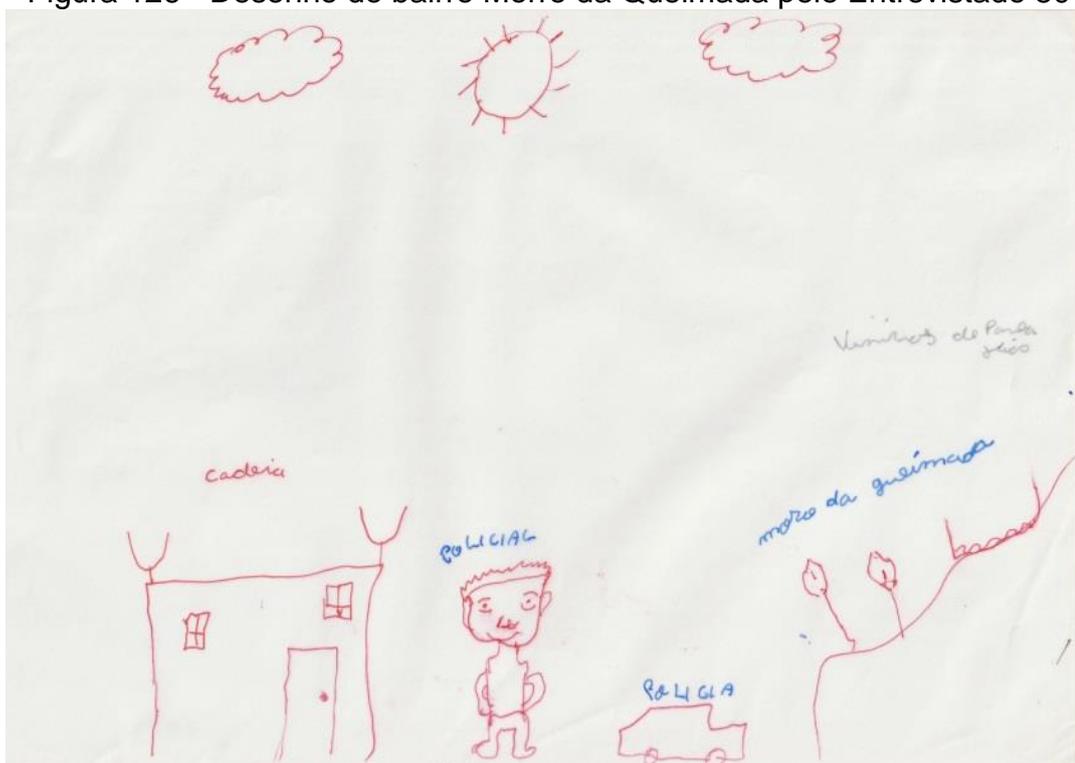
Figura 125 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 11



Fonte: Entrevistado 11 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

A representação do bairro pelo Entrevistado 50, na Figura 126, é comovente e significativa, quando se compreende a sua narrativa: a ótica de um morador de 15 anos que diz sair de casa apenas para ir à escola, e associa os conflitos do tráfico, no bairro, a guerras. Na imagem (Figura 126) o desenho à esquerda faz alusão à justiça, quando representa a antiga Casa de Câmara e Cadeia e indica a balança nas extremidades. O Morro da Queimada é literalmente retratado como uma encosta periférica, em que se registra na base a polícia, como indicativo dos conflitos e ameaças que marcam a região.

Figura 126 - Desenho do bairro Morro da Queimada pelo Entrevistado 50

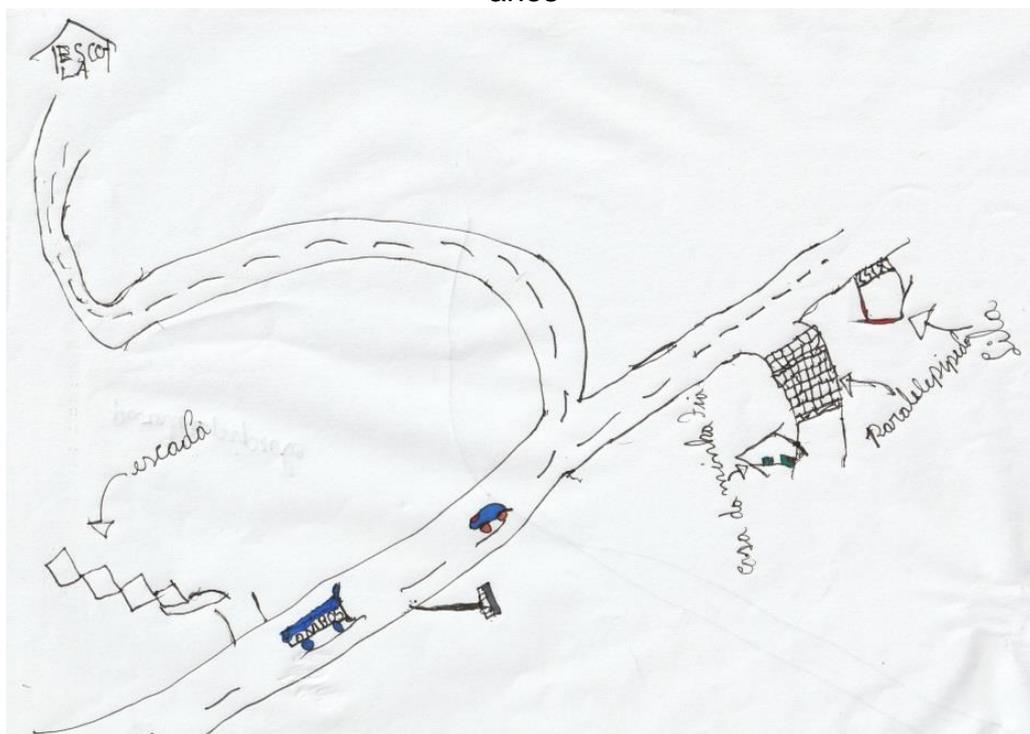


Fonte: Entrevistado 50 (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

Em narrativa, o Entrevistado 50 considera o bairro a partir da Rua 15 de Agosto e, embora não explique o desenho acima (Figura 126), descreve a área do Parque, faz referência à desapropriação das casas na região, além de se mostrar solidário à causa da preservação da natureza: “não pode construir mais pra cima do poste não, senão demoli. Parque Arqueológico, não pode mais fazer mais casa, mais pra cima. Era necessário. Era importante preservar a natureza” (Entrevistado 50).

O desenho seguinte (Figura 127) foi realizado por uma criança de oito anos que estava ao lado do irmão durante a entrevista, sendo significativa sua fala: “essa escada eu gosto dela, porque quando eu subo da escola, eu fico cansado e sento nela. Tem sombra”. A representação é do bairro Santana e demonstra a relação estabelecida com a escola Cirandinha. A fala justifica a escada como elemento principal da imagem, o que de fato marca a paisagem cotidiana do bairro, mas o diferencial se mostra com a apropriação da mesma, na sombra proporcionada pelo ambiente.

Figura 127 - Desenho do bairro Morro da Queimada feito por uma criança de oito anos



Fonte: Desenho de uma criança (Pesquisa em campo, fevereiro de 2019)

O limite imaginário se torna mais amplo e impreciso em relatos que se misturam à história da região quando se compreende a delimitação do Morro da Queimada em seu simbolismo, como área minerada na serra e região atingida pelo incêndio que consumiu suas estruturas no século XVIII:

Eu pegaria todas as partes da geografia da queimada da época e daria todo ele como Morro da Queimada [...] eu descrevo de São Bartolomeu até Antônio Pereira como Morro da Queimada. A serra toda. Foi tudo, foi tudo destruído mesmo [...] tinha outra cidade por baixo, né... a cidade da mineração era toda por baixo [...] as minas elas são infinitas, você não sabe onde ela começa, onde ela termina não (Entrevistado 51).

Pode-se dizer que a paisagem se manifesta nas narrativas e desenhos do bairro também por “associações e referências”, segundo as tipologias apresentadas por Purinton e Potteiger (1998, p. 11, tradução nossa)¹⁰², considerando que os elementos apresentados pelos agentes “se conectam com a experiência, o evento, a história, a alegoria religiosa”, além do imaginário e da vivência cotidiana em um território de valores, mas também de conflitos.

¹⁰² *Elements in the landscape that become connected with experience, event, history, religious, allegory, or other forms of narrative.*

As imagens e narrativas do limite do bairro confirmam as principais referências no bairro, sendo bem expressiva a frequência com que os bares são citados, em especial o Bar do Zoca, o Bar do Tião da Brahma na Rua 15 de Agosto, os bares do Lalado e do Tiãozinho, além da quitanda, na Rua Nossa Senhora das Graças. Na sequência de fotografias (Figuras 128 a 131), apresentam-se as imagens desses lugares, com exceção ao Bar do Tião já registrado anteriormente.

Figura 128 - Bar do Zoca



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 129 - Bar do Tiãozinho



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 130 - Bar do Lalado



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 131 - Largo da Quitanda do Gutinho



Fonte: Acervo da autora (2019)

Ao serem questionados sobre os lugares que frequentam, já era esperado que os bares continuassem citados com maior frequência pela população, seguido do cruzeiro e do salão comunitário. O resultado é o mesmo quando o assunto são os lugares de encontro e diversão, incorporando nas respostas também a academia ao ar livre, embora recentemente instalada. Dos entrevistados, 20% dizem não frequentar nada no bairro e 23,5% afirmam que não existem lugares de diversão e lazer. Apenas 4% dizem ainda frequentar o Campinho da Vassoura na região do Parque Morro da Queimada, lembrado como lugar de convívio no passado.

O cruzeiro como lugar praticado se apresenta como elemento marcante, por se tratar de uma centralidade no bairro, onde se realizam festas, celebrações e encontros, sendo atribuído ao espaço um sentido de “praça”, além da função de “viradouro”, nomenclatura atribuída pela comunidade ao local de retorno. O lugar também é valorizado pela vista da cidade, como um mirante dentro do bairro. Embora nem todos os moradores frequentem o local, principalmente em função da separação interna evidenciada no bairro, as práticas cotidianas atribuíram significados ao longo dos anos e consolidam uma memória do lugar, mesmo por alguns que vivem na parte baixa do morro:

[...] tem o cruzeiro lá em cima, tem a missa lá no cruzeiro, tem as festas agora no meio do ano, junho que é o Santo Antônio, que eles comemoram, então eu vou. Tem festa junina (Entrevistado 20).

Entretanto, as tradições locais parecem estar ameaçadas, sendo frequente o ressentimento dos moradores que descrevem celebrações de missas e festas no cruzeiro como acontecimentos no passado, não sendo mais frequentes, ou se lamentam ao lembrar que não se realizam esses eventos com a mesma representatividade:

No cruzeiro, missa, tudo era no cruzeiro. Festa das Crianças. Festas que tinha lá. Como acabou viu. Num sei. Aquele senhor que puxava quadrilha [...] foi acabando, enfraqueceu demais. Quem faz o morro somos nós mesmos (Entrevistado 43).

A apropriação no largo do cruzeiro é diversificada, considerando que não existem áreas de lazer no bairro. Uma moradora descreve que em confraternização de final

de ano, tradicionalmente, se realiza um jogo de futebol, originalmente no Campinho da Vassoura e que se encerra com um churrasco no cruzeiro:

Tem o jogo dos casados e solteiros que acontece todo ano na véspera do natal. Futebol, dos homens. Antes acontecia no nosso campo mesmo, Campinho da Vassoura. Tem vezes que no Morro São Sebastião ou na Água Limpa. Depois junta aqui e faz um churrasco (Entrevistado 47).

As narrativas comprovam que nem todos percorrem o bairro, como neste relato de uma jovem moradora que mora na parte baixa do morro: “esse cruzeiro eu lembro quando era mais nova. Depois nunca mais voltei” (Entrevistado 41).

Os percursos no bairro em geral se fazem pelas ruas principais e normalmente os que percorrem as ruas secundárias, travessas e escadarias internas são moradores de áreas centrais e mais altas do bairro. Os atalhos pela região do Parque não são mais frequentes, embora estejam enraizados na memória da população. A escada registrada na Figura 132 representa uma das muitas existentes ao longo da Rua 15 de Agosto para acesso ao bairro, sendo frequentemente utilizada pela população. A imagem da Figura 133 revela o ambiente de acesso à Rua Nossa Senhora das Graças, onde foram instalados equipamentos de ginástica pelo Programa Prefeitura Itinerante.

Figura 132 - Escada de acesso ao bairro no início da Rua 15 de Agosto



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 133 - Equipamentos de ginástica instalados pelo Programa Prefeitura Itinerante, no início da Rua Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da autora (2019)

Pessoas e famílias também são mencionadas de maneira significativa como referências na comunidade, em boas relações familiares e de convívio na vizinhança. Algumas citações ocorrem por relações pessoais, mas são evidentes valores estabelecidos e vinculados ao lugar, quando suas residências e comércios são indicados, por meio de lembranças e memórias coletivas:

Antigamente tinha os esteios, né. Era Dona Vera e Sr. Aristides, que eram os pontos de referência. Amantino Coca Cola, que era ponto de referência. Bar do Tião [...] Esses pontos, comércio, casas, pessoas. Dona Maria de Sr. Vivi... tá viva até hoje. Dona Eva... Os Brechó, né... terreiro dos Brechó, de onde saía as escolas de samba. Debaixo daquele barzinho, tem uma entrada à direita, que é terreiro de uma família, que é a família Brechó. Que é uma referência na cidade, né... era uma família, virou tipo um cortiço, era ali que saía a escola de samba na época, nossa. Tem a família do Antônio Amâncio, né. São as referências, são pessoas, são famílias (Entrevistado 45).

Logo na entrada de acesso ao bairro Morro da Queimada, no início da Rua do Ouro, duas edificações retratadas na Figura 134 marcam o lugar, tanto pelos aspectos formais da composição arquitetônica, quanto pela implantação em destaque condicionado aos afastamentos. As edificações se assemelham em tipologia, apresentando proporção e equilíbrio nas aberturas, cobertura em telhas cerâmicas e varanda frontal de acesso. Pertenciam a dois casais, cujos irmãos se casaram com duas irmãs, membros das antigas famílias que o trabalho das narrativas de memória pode identificar e registrar, pela importância na história da reocupação do Morro da Queimada no século XX. A azul pertencia ao casal Dona Vera Marta de Jesus Matos, casada com o Sr. Aristides Gonçalves de Matos e a verde ao casal Dona Geralda de Jesus Matos e Sr. Manuel Gonçalves de Matos. Essas informações constam de memória oral e foram transmitidas pelos descendentes das famílias Jesus e Matos.

Figura 134 - Registro de duas residências que se destacam logo na entrada do bairro.



Fonte: Acervo da autora (2019)

A forte religiosidade da comunidade emergiu das narrativas como categoria significativa, ao incorporar memórias e tradições entre católicos, protestantes e espíritas. O catolicismo prevalece entre os entrevistados e se traduz em práticas cotidianas e referências culturais no bairro. A espiritualidade e a religiosidade também foram percebidas em narrativas implícitas na paisagem, como no registro da Figura 135, na representação de uma tradição popular, que pela crença, não se pode manter em casa imagens e terços quebrados. Nesse caso, os objetos de devoção devem ser deixados aos pés de cruzeiros, como um ato de consideração com a imagem (informações fornecidas por Lourival Corrêa, mestre da Cia de Reis Filhos de Maria).

Em alguns relatos e manifestações, supõe-se certo sincretismo religioso, como no registro da Figura 136 feito dentro da Mina 13 de maio, na base do Morro da Queimada, quando o entrevistado se intitula espírita e também devoto da imagem de Santa Luzia. Segundo a crença, o acesso ao espaço deve ser feito mediante pedido de licença aos espíritos dos escravos que ali habitam, assim como, na saída também se devem cumprir rituais, para evitar que os espíritos acompanhem o visitante. A espiritualidade local marca o cenário das minas e as narrativas reforçam

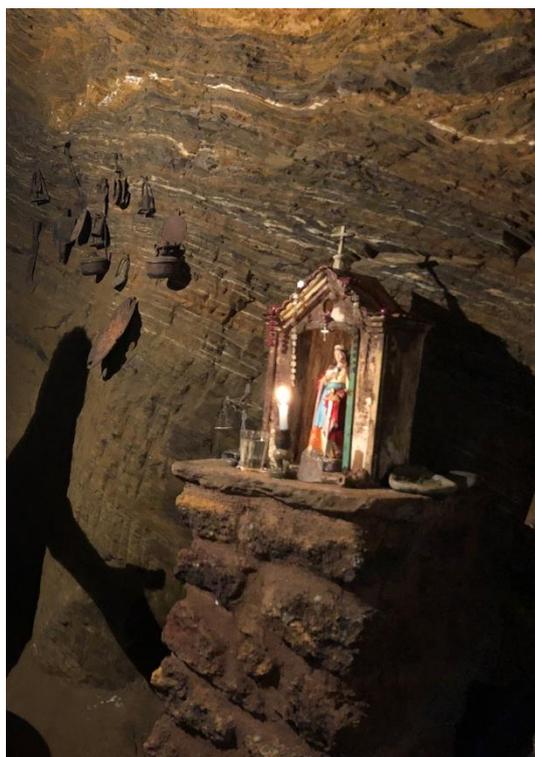
a memória do sofrimento e do trabalho escravocrata, na construção de uma ideia social. Embora haja indícios, entre os entrevistados, não houve quem afirmasse pertencer a religiões afro-brasileiras como umbanda, ou candomblé, o que pode ser indicativo de receio em se afirmar diante de uma sociedade tão preconceituosa.

Figura 135 - Registro de um cruzeiro localizado na Rua 15 de Agosto, como local de descarte de objetos de devoção



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 136 - Interior da Mina 13 de Maio, com altar em devoção à Santa Luzia



Fonte: Acervo da autora (2019)

As práticas religiosas católicas são contundentes em meio aos atores sociais do bairro, em grupos de orações atuantes, facilmente presenciados no cotidiano dos moradores. Também ocorrem reuniões em casas onde as pessoas são convidadas a levar suas imagens de devoção para rezar o terço e ladainhas. Entretanto, observa-se que, como toda prática cultural, a tradição vem se alterando ao longo tempo e é sentida por alguns moradores, ao descrever que a ocorrência das reuniões nas casas, ou mesmo celebração de missas em vias públicas, no largo do cruzeiro, eram mais comuns. Grupos de oração passaram a se reunir na casa da associação do bairro, em anexo construído para receber a imagem de São Judas, santo padroeiro do bairro, e local também destinado a celebrações. Algumas

peças, principalmente as mais idosas, ressentem e lembram: “tinha missa aí, tinha terço. Inclusive aqui em casa. Agora acabou tudo. Ninguém quer rezar” (Entrevistado 28).

Também são comuns práticas de visitas a enfermos e assistência a pessoas necessitadas, além da participação como membros da pastoral da Comunidade de São Judas da Paróquia de Santa Efigênia. As celebrações religiosas acontecem semanalmente:

[...] o ministro da Eucaristia, quem arruma sexta-feira o altar, quem arruma a credencia, tudo isso [...] na sede da associação. [...] lá são celebradas as missas na última sexta-feira do mês às 19 horas (Entrevistado 24).

Como apresentado anteriormente, o cruzeiro também se mostra como cenário de práticas religiosas, lugar de manifestação e de referências culturais, que resgatadas pela memória, materializam lembranças e atribuem significado ao lugar. Entretanto, a população lamenta que essas práticas não sejam mais recorrentes:

Aqui no cruzeiro sempre tinha missa. Agora acabou. Vinha padre, a gente levava mesa, arrumava altar tudo direitinho. Era muito bom. Uma vez por mês (Entrevistado 28).

A casa da associação, também citada como referência, vem sendo apropriada por praticantes da religião católica, o que leva a algumas reflexões por atores sociais de que o espaço deveria ter um caráter laico, se dedicando a cumprir uma função social: “não é uma casa de um seguimento religioso. Não vejo como um lugar de culto. Embora aconteça. [...] A parte social tá completamente de lado” (Entrevistado 38).

Como já salientado anteriormente, a espiritualidade também se manifesta na crença espírita, sendo a região reconhecida pela instalação do primeiro centro espírita de Ouro Preto, conforme informação do Entrevistado 51. Também são representativos os seguidores da religião evangélica, cuja denominação também levou um casal de pastores a se instalarem no bairro em 2016 e, por um tempo, exercer papel de liderança com ações de assistência, acolhimento e culto.

Ao pensar a paisagem como território modelado pelo ambiente, no entendimento de um ambiente vivido, onde o homem se encontra em reciprocidade a natureza, tem-se a compreensão clara da paisagem como patrimônio. Pode-se dizer que, na paisagem, os valores materiais e imateriais do patrimônio se encontram em camadas históricas e nas práticas tradicionais e culturais que são construídas, vivenciadas, experienciadas, sentidas e percebidas cotidianamente. Assim se situa a categoria práticas e manifestações culturais, como classificação fundamental na identificação e reconhecimento da paisagem.

O que se pretende identificar na categoria práticas e manifestações culturais da comunidade corresponde ao que se define como Patrimônio Cultural Imaterial pela UNESCO (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003, p. 4):

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. [...].

Da mesma maneira, essa dimensão do patrimônio é reconhecida pela legislação brasileira¹⁰³ ao considerar a condição temporal da tradição e definir os bens culturais de natureza imaterial como:

[...] as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social (IPHAN, Resolução n.º. 001, de 3 de agosto de 2006).

Entretanto, a opção por denominar esta categoria de análise por práticas e manifestações culturais tem como propósito identificar a natureza do que se pretende analisar sob a ótica das referências culturais dentro da complexidade identitária do patrimônio, evitando imprecisões e dicotomias. A análise dos significantes acompanha a fundamentação teórica e metodológica da tese, ao pensar o patrimônio nas bases antropológicas das referências culturais, deslocando

¹⁰³ Decreto n.º. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Complementado pela Resolução n.º. 001, de 3 de agosto de 2006.

o foco do bem para a atribuição de valores e sentidos pelos sujeitos, conforme reflexões de Londres (2000, p. 20):

[...] trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas.

Nesse sentido, torna-se indispensável recorrer aos valores e significados atribuídos pelas pessoas aos bens e práticas culturais e, diante disso, a importância em se conhecer suas identidades e referências cotidianas, considerando que na materialidade do território manifesta-se o intangível, em saberes, expressões e práticas socioculturais. Essa abordagem vai ao encontro da teoria contemporânea apresentada por Muñoz Viñas (2003), ao deslocar o sujeito para o centro do debate das ações patrimoniais, na compreensão de que como atores e agentes sociais, o reconhecimento e atribuição de valores são realizados pelas pessoas, assim como o sentido da preservação só se faz a partir delas, naturalmente que balizados pelo contexto no qual se inserem.

Muñoz Viñas (2003) se sustenta nas reflexões do historiador David Lowenthal ao defender que no patrimônio não se busca uma verdade, como na disciplina da história. Segundo o autor não há como procurar uma objetividade, quando se compreende que o patrimônio é “o conjunto de referências do passado (tanto tangíveis quanto intangível) que um grupo de pessoas reconhece como tal e aquilo os influencia” (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 143, tradução nossa). Entende-se que nessa dialética se reconhece o sentido da identidade e o sentimento de pertencimento àquele território.

Lowenthal (1996 *apud* MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 143) analisa que o patrimônio se baseia em “mitos exclusivos de origem e continuidade, conferindo a um grupo prestígio e objetivos comuns”. Mas, por outro lado, o patrimônio não se determina por evidências de suas origens, mas sim pelas práticas e ações atuais. Aqui se faz um paralelo ao entendimento de uma temporaneidade, que se apoia na temporalidade, entendendo a vivência do presente por meio de projeções passadas,

mas na consciência da continuidade e do futuro, como nas definições de Assunto (2013b).

No contexto das práticas e manifestações culturais, Zancheti (2008) considera um aspecto a ser ressaltado: a importância da produção e dos processos culturais na sustentabilidade local. O autor acredita que o caminho para o desenvolvimento econômico e social deve se pautar numa efetiva orientação cultural. Corroborando com as considerações feitas por Zancheti, todo o estudo de caso se faz com o propósito de identificar, por meio da comunidade, referências e valores culturais na constituição da identidade local, sendo a identificação de suas práticas e manifestações culturais um importante aspecto a ser considerado como subsídio nas ações de reconhecimento, desenvolvimento e proteção de seu patrimônio.

As práticas religiosas conduzem a tradições de festas e celebrações que se constituem em uma importante subcategoria de análise da paisagem enquanto ambiente vivido. Neste universo do patrimônio, as expressões em sua natureza intangível atribuem valores e significados às estruturas materiais do território que se constituem lugares praticados, palcos indispensáveis de manifestações culturais. Também nessa temática o bairro se divide entre a devoção a Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças, que por tradição sempre se celebrou no alto do Morro da Queimada, junto ao cruzeiro; e a devoção a São Judas Tadeu, eleito padroeiro da comunidade, que se vinculou à Rua do Ouro, na parte mais baixa do bairro.

Essa divisão é tão acentuada que alguns chegam a afirmar: “se tem festa lá em cima as beata daqui não sobe pra lá, e se tem aqui, as de lá não vem aqui” (Entrevistado 05). No depoimento a seguir uma antiga moradora, que já exerceu importante papel de liderança no bairro, conta a história ao procurar esclarecer o porquê de um bairro tão pequeno se dividir em devoções. Ela conta emocionada que em meados da década de 1980 não existia rua, água, rede de esgoto e iluminação na porção superior do bairro. Ainda não existia associação e os encontros da comunidade aconteciam em grupos de oração. Em meio às lutas para melhoria da região:

Uma dona chegou lá em casa e falou... eu vou fazer uma promessa pra Santo Antônio e se Deus quiser, Santo Antônio vai mandar os postes pra nós e nós vamos ter energia aqui [...] passou um tempo, Zé Leandro manda

os postes pra lá. Manda a CEMIG ligar a luz. Aí, daí pra cá, nós começamos a fazer a novena de Santo Antônio, que virou uma festa tradicional no Morro da Queimada. Então, todo ano a gente fazia. Aí a gente fazia junto, fazia uma quadrilha, que era muito bonita, muito bacana. A missa, a procissão com fanfarra, com banda de música (Entrevistado 52).

O que acabou levando o bairro à divisão em devoções se relaciona a escolha do padroeiro. A moradora explica que as novenas anuais a Santo Antônio começaram nas casas do morro em 1980, entretanto:

Houve uma reunião na Paróquia de Santa Efigênia para cada uma das comunidades escolherem seu padroeiro. Uma senhora estava nessa reunião. Na hora lá todo mundo votou. Aí, ao invés de ser Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças, colocou São Judas. Mas não foi a primeira imagem que chegou no Morro da Queimada. Aí ficou Comunidade de São Judas Tadeu (Entrevistado 52).

Uma antiga moradora conta sobre a imagem de São Judas Tadeu, doada pela falecida Dona Vera, que se revelou como uma importante referência no bairro. Relata sobre as missas mensais que acontecem todo dia 28 e esclarece eventos e datas das festas comemorativas aos santos:

Hoje onde que é a casa da associação, que diz que a prefeitura que doou pra nós, é onde celebra a missa de São Judas Tadeu. E tem também a história do Santo. Porque faz 17 anos que ganhamos uma imagem de Dona Vera que já morreu. Uma imagem de São Judas Tadeu. Aí todo dia 28 tem missa, e a missa era na casa da Dorinha na garagem, agora que passou lá para casa da associação. Que mudou tem dois anos. São Judas mudou pra casa da associação. [...] Festa de Nossa Senhora das Graças, dia 27 de novembro. Mas, a mais tradicional, Santo Antônio 13 de junho e São Judas Tadeu dia 28 de outubro (Entrevistado 20).

A celebração da Festa de São Judas Tadeu aconteceu durante anos na garagem de uma casa na Rua do Ouro e foi transferida para a sede da associação do bairro, após a construção de um salão anexo para receber a imagem. Segundo o Entrevistado 45, liderança no bairro, inicialmente foi executado um “galpãozinho”, com cobertura improvisada para a capela. Em 2018, a comunidade recebeu temporariamente a imagem do Senhor dos Passos durante a Semana Santa, o que foi um estímulo para melhorar e colocar telhado na capela. A mudança do local para celebração ocorreu por meio de aprovação do conselho comunitário. A decisão não foi aprovada por unanimidade pela comunidade, havendo indisposição,

principalmente por atores diretamente envolvidos com a celebração e guarda da imagem na Rua do Ouro.

Das festas religiosas, a de São Judas Tadeu foi a mais lembrada e os depoimentos revelam o envolvimento da comunidade nas agendas e festejos que não se restringem às celebrações e novenas, que hoje acontecem na sede da associação, mas também percorre o bairro em procissões no dia da bandeira e no dia oficial da festa, como no relato a seguir:

Aqui é bairro Comunidade São Judas Tadeu. Essa festa tem novena na casa da associação, tem procissão. É muito bonita essa festa. Acontece todo ano. Começa dia 19 e acaba 28. Começou aqui na Rua do Ouro e depois conseguimos a casa da associação e mudou pra lá. Porque santo num pode morar na garagem, né. Então fizemos uma capelinha bonitinha lá. Tem vez que sai da Nossa Senhora das Graças. Dia da festa sai daqui. Dia da bandeira sai de lá (Entrevistado 10).

A paisagem nesta categoria de análise se estabelece por “experiências narrativas” de rituais e eventos que, segundo Purinton e Potteiger (1998), selecionam e organizam a experiência do lugar em sequências temporais. Seguindo estruturas narrativas, as celebrações, as procissões e as festas são apresentadas por seus atores sociais em cenários do bairro que se modificam em suas temporalidades. E de alguma maneira, as “narrativas como forma de geração” estabelecem a paisagem em seu tempo e espaço, a partir de histórias que ordenam os acontecimentos da festa, produzindo imagens (PURINTON; POTTEIGER, 1998).

O cenário se revela em festejos que envolvem a comunidade também em apresentações culturais, seja da Fanfarra da Escola Professora Juventina Drummond, do Morro Santana; ou do Congado, importante manifestação religiosa da cultura popular afro-brasileira, cujas festividades em Ouro Preto tradicionalmente acontecem nas Paróquias de Antônio Dias e Santa Efigênia. A paisagem da Festa de São Judas se configura em sequências de eventos narrados, cujos depoimentos se confirmam e se completam:

São Judas. Desde os tempos que eu tô aqui. Pessoal junta, traz Congado, traz a fanfarra. [...] muita coisa boa, né. Uma novena, um tríduo preparatório para fé, que é muito comovente. A festa também é muito boa. [...] (Entrevistado 23).

[...] acontece a procissão na véspera, da Bandeira. No dia da festa, tem uma procissão que sai da casa de um morador com a imagem. Cada ano sai da casa de um. Novena durante os dias todos na sede da associação [...] Muita gente acompanha, 80 a 100 pessoas (Entrevistado 24).

Infelizmente, não foram encontrados registros do tempo que as celebrações aconteciam na garagem da Dona Dorinha, na Rua do Ouro. Os registros das Figuras 137 e 138 foram feitos em 2017, na primeira celebração da Festa de São Judas na sede da associação. A primeira imagem retrata o envolvimento da comunidade nos preparativos do festejo, em que o acesso à casa da associação é ornamentado com adereços coloridos. Na segunda foto se registrou o momento da apresentação de um grupo de congado, manifestação cultural religiosa, que mantém viva a memória e a história de resistência dos povos afrodescendentes.

Figura 137 - Preparativos para a Festa de São Judas Tadeu na casa da associação (2017)



Fonte: Fotografias da comunidade, disponibilizadas pela moradora Elisangela Moreira

Figura 138 - Apresentação de Congado na Festa de São Judas Tadeu, na casa da associação (2017)



Fonte: Fotografias da comunidade, disponibilizadas pela moradora Elisangela Moreira

As celebrações da Festa de São Judas Tadeu, em 2018, são apresentadas nas Figuras 139 e 140 que registram a chegada do andor com a imagem de São Judas Tadeu à sede da associação, acompanhada da Fanfarra da Escola Juventina Drummond, que possui em sua composição membros da comunidade do Morro da Queimada.

Figura 139 – Chegada da imagem de São Judas Tadeu à sede da associação (2018)



Fonte: Fotografias da comunidade, disponibilizadas pela moradora Elisangela Moreira

Figura 140 – Fanfarra da Escola Juventina Drummond (2018)



Fonte: Fotografias da comunidade, disponibilizadas pela moradora Elisangela Moreira

O cruzeiro, conforme analisado anteriormente, é referenciado nas diversas apropriações e usos ao longo da história do bairro, desde lugar de encontros e convívios cotidianos até cenários para celebrações religiosas. Por se tratar de um alargamento no final da via principal em posicionamento de destaque visual, ele se tornou lugar tradicional para celebração de diversas festas no bairro: Festa Junina, Queima do Judas, Festa de Santo Antônio, Festa de Nossa Senhora das Graças e Festa das Crianças. Entretanto, o que se escuta é que celebrações e festejos tradicionais não se realizam com o mesmo envolvimento e periodicidade e estão deixando de acontecer neste lugar, sendo o fato relatado com pesar, sobretudo pelos jovens. Ao que parece a tradição está morrendo com as pessoas e a comunidade, por falta de integração, não tem conseguido mantê-la em sua plenitude, como se pode notar nas narrativas:

Tinha Festa de Santo Antônio aqui no cruzeiro, tá acabando tudo. Porque o pessoal não tá tendo união (Entrevistado 21).

Tinha muita oração aqui no cruzeiro... Nossa Senhora das Graças. Tem uma senhora que chama D. Maria, mãe de Lalado, é muito religiosa, então ela fazia muito isso aqui. Tradição tá acabando. Tinha nossa quadrilha. Tinha Queima de Judas. Nossa tradição aqui tá acabando tudo (Entrevistado 18).

As práticas religiosas fizeram do cruzeiro um espaço simbólico e significativo no imaginário social, sendo lembrado como lugar praticado, segundo definições de Certeau (1999) e, nesse sentido, elemento identitário na paisagem:

Primeira missa que celebrou no Morro da Queimada [...] Tinha coroação de Nossa Senhora. Tinha catecismo para crianças e fazia a primeira comunhão ali no cruzeiro. Era muito bonito gente! Era muito... muito bonito (Entrevistado 52).

A separação interna do bairro, mencionada anteriormente, se comprova nas falas em que o entrevistado diz não frequentar a festa de São Judas Tadeu e explica: “São Judas não vou. [...] lá embaixo eles falam: moro na 15 de Agosto. Desde criança o pessoal de baixo não mistura com o de cima. Sempre teve essa rixa. Vinha jogar bola aqui dava até confusão” (Entrevistado 18). Em outro depoimento, o Entrevistado 47 descreve que a Festa de Santo Antônio não ocorreu em 2018: “o pessoal lá debaixo fala, tudo é no cruzeiro. Esse ano que passou acabou que não teve. O bairro é um só, o pessoal quer dividir como se fosse dois”.

A Festa Junina com suas histórias é narrada e representada na memória coletiva do bairro e se mostra como a mais tradicional festividade cultural da comunidade realizada no cruzeiro, sendo lembrada por 50% dos entrevistados, em geral com saudosismo e nostalgia.

Quando tem quadrilha, monta equipe pra ajudar nas barraquinhas. Dinheiro pra ajudar a comunidade. Canjica, caldo de feijão. A gente faz. Sempre monta barraquinha (Entrevistado 47).

Tradicionalmente a organização é feita pela comunidade, que enfeita o largo do cruzeiro utilizando de recursos e elementos característicos das festas de São João, como bandeirinhas, adereços coloridos e balões, além da montagem de barraquinhas e da estrutura de palco, conforme registro da Figura 141. Segundo uma antiga moradora, a tradicional quadrilha (Figura 142) começou a acontecer em 1993 e dançava-se em cima da terra batida, sendo o largo asfaltado recentemente. Sobre o cenário construído para a festa, ela relembra:

A gente cortava o papel, aquela cruz ficava linda, maravilhosa, a gente cortava nos papéis com tesoura, cortava bem fininho e enrolava na cruz e ficava aquela coisa fofinha, aquela coisa maravilhosa. E tudo enfeitado com bambu e papel de seda (Entrevistado 52).

Figura 141 - Preparativos para a Festa Junina (data desconhecida)



Fonte: Fotografias da comunidade, disponibilizadas pela moradora Elisângela Moreira

Figura 142 - Quadrilha (data desconhecida)



Fonte: Fotografias da comunidade, disponibilizadas pela moradora Elisângela Moreira

Considerando a forma como as narrativas se desencadeiam, Purinton e Potteiger (1998) apresentam as tipologias de “paisagens que contam histórias”, como nestes casos de cenários construídos para celebrações e manifestações culturais, locais arquitetados para contar histórias com enredo, cenas, eventos e personagens, por meio de narrativas literárias ou culturais, existentes ou construídas. O largo do cruzeiro é narrado por meio de várias histórias e eventos, como a Queima de Judas, por exemplo, que marcava uma manifestação cultural do bairro, cuja encenação se baseia na morte de Judas Iscariotes, que entregou Jesus aos soldados romanos.

Acabou tudo. Tinha Queima de Judas. [...] Era Seu Zé baixinho, era o único cara que fazia o Judas, hoje ele é falecido. Ai tinha a missa. Essa tradição era muito bacana. Tinha um cara que chamava seu Vicente da Feira [...] Tinha uma interpretação antes de queimar ele. Era muito bacana (Entrevistado 19).

O trabalho de campo possibilitou o registro da Festa de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças por observação participativa. A celebração que não havia ocorrido em 2018 foi retomada pela comunidade em 2019, sendo inicialmente realizado um tríduo preparatório na residência da Sr^a. Maria José de Assis. No dia 13 de junho, a comunidade se organizou em procissão, com as Bandeiras de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças, a primeira saiu da residência do casal Wanderley Almeida Martins e Luciana da Cruz e a segunda saiu da casa da Sra. Helena Pedrosa. A imagem da Figura 143 retrata o momento de oração diante das Bandeiras e a Figura 144 a saída do cortejo, em que se nota a comunidade carregando velas sobe a escadaria de uma residência do bairro. Observa-se o cenário preparado para a festa, enfeitado por adereços coloridos. A celebração descrita aconteceu conforme consta na programação do folheto divulgado pelo Conselho Comunitário da Pastoral em junho de 2019.

Figura 143 - Oração diante das bandeiras de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 144 - Saída do cortejo com as bandeiras de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da autora (2019)

A procissão segue até a Praça do Cruzeiro, onde se realiza a ladainha de Santo Antônio e levantamento dos Mastros com as Bandeiras, registrados nas Figuras 145 e 146. O lugar foi preparado pela comunidade com mesa e toalha à frente do cruzeiro, o qual foi ornamentado com revestimento de tecido e flores artesanais de papel. Na parede, um estandarte em homenagem a Santo Antônio. Os mastros com

as Bandeiras foram levantados diante dos olhares atentos, com palmas e cantos de louvor. Como um mirante, as luzes do centro da cidade compõem o cenário do festejo em um lugar de histórias e valores significativos do bairro.

A reza no cruzeiro foi conduzida por um casal da comunidade, Sr^a. Terezinha de Fátima Batista Oliveira e Sr. Vicente Juliano de Oliveira, lideranças religiosas no bairro. As falas dos atores sociais revelam os principais problemas que ameaçam o bairro, quando durante o ensejo foram realizados pedidos de graças à comunidade, entre eles: união, saúde aos enfermos, emprego e intercessão aos dependentes químicos e agentes do tráfico. A adesão da comunidade não foi grande durante a procissão, mas os registros demonstram envolvimento de crianças, fundamental para a transmissão da tradição, saberes e permanência deste patrimônio cultural.

Figura 145 - Ladainha de Santo Antônio diante do cruzeiro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 146 - Levantamento dos Mastros com as Bandeiras de Santo Antônio e de Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da autora (2019)

No dia 14 de junho, dando prosseguimento a celebração, o registro da Figura 147 retrata o momento exato da saída do andor com a imagem de Santo Antônio da residência do casal Raimundo e Letícia Graciana, na Rua Marina Ferreira Guimarães, carregado por um senhor e uma criança. Ao fundo, o bairro de Santa Efigênia com sua igreja monumental iluminada se mistura ao cenário de festejo do morro, compondo a cena de um ambiente vivido na riqueza dos sentidos.

Após descer a Rua Marina Ferreira Guimarães, carregando dois andores com as imagens de Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças, o cortejo registrado na Figura 148 se forma na Rua Nossa Senhora das Graças, saindo em direção à sede da associação, na Rua 15 de Agosto.

O encerramento da Festa de Santo Antônio e de Nossa Senhora das Graças ocorreu com a chegada da procissão na sede da associação, onde foi celebrada uma missa.

Figura 147 - Procissão da Festa de Santo Antônio em direção à sede da associação



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 148 - Procissão da Festa de Santo Antônio em direção à sede da associação



Fonte: Acervo da autora (2019)

Após a celebração da missa a Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças, o espaço se tornou cenário de coração a Nossa Senhora pela comunidade do Santana (Figura 149), o que demonstra interação entre os bairros. A celebração teve participação representativa da comunidade e, ao seu término, foi servida uma feijoada. Na construção social do festejo se revela a paisagem, ao vivenciar cenários arquitetados pelos costumes de uma comunidade que se revela na simplicidade e na riqueza de suas práticas culturais. A relação com o ambiente acontece pelo olhar, em experiências sensoriais e participativas, evidenciando a tradição em aspectos da vida.

Figura 149 - Coroação a Nossa Senhora pela comunidade de Santana na associação do Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

A Festa das Crianças é tradicionalmente realizada no bairro no mês de outubro. Por alguns anos aconteceu no Largo do Cruzeiro, passando a ser realizada na sede da associação após a aquisição da casa. Em 2017, o evento contou com a participação e atividades desenvolvidas pelo LAPACOM/DEMUL/UFOP¹⁰⁴, sob a coordenação da Professora Márcia Maria Arcuri Suñer, em conjunto com o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, coordenado pela Professora Yára Mattos:

¹⁰⁴ Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Patrimoniais e Processos Museológicos Comunitários do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto.

[...] procuram articular suas ações, com o objetivo de promover o entrelaçamento de metodologias próprias da Museologia Comunitária e da Arqueologia Colaborativa no sentido de reforçar as identidades locais, a pertença, bem como o reconhecimento pessoal e coletivo do patrimônio cultural (ARCURI *et al.*, 2016, p. 5).

A Figura 150 apresenta registro de uma das atividades realizadas pelo LAPACOM, que recebeu o nome de “Escavando Memórias”, em que peças de quebra-cabeças com imagens do patrimônio cultural foram enterradas em caixas de areia, estimulando lembranças por meio de referências e identidades.

Figura 150 - Registro da atividade “Escavando Memórias”, desenvolvida pelo LAPACOM (2017)



Fonte: Acervo Cláudia Martinha Barbosa, moradora no bairro Morro da Queimada

A sede da associação é ornamentada e, no enredo da festa, as crianças participam de brincadeiras, pintam o rosto com temas variados, além de receber balões, pipoca, algodão doce e cachorro quente, conforme registrado na Figura 151.

Figura 151 - Festa das Crianças (2017)

a) Atividades na Festa das Crianças



b) Pintura facial na Festa das Crianças



Fonte: Acervo Cláudia Martinha Barbosa, moradora no bairro Morro da Queimada

A antiga casa de Dona Vera, no acesso à Rua do Ouro, também foi por dois anos consecutivos cenário da “Tarde de alegria”, com atividades e ações desenvolvidas pelo casal de pastores que, embora tenha acontecido por pouco tempo, marcou a memória das crianças do bairro, com o acolhimento de 80 crianças e 40 adultos, no período final dos anos de 2017 e 2018.

A tradição do Carnaval de Ouro Preto tem início no século XIX, com registros de blocos carnavalescos já nessa época. Segundo consta em registros do Arquivo Público de Ouro Preto, a partir da década de 1950 foram criadas as primeiras escolas de samba na cidade, sendo a primeira delas a Império do Morro Santana, pela comunidade do Morro da Queimada:

A primeira escola fundada foi a Escola de Samba Império do Morro Santana, em 1957, na comunidade do “Morro da Queimada”, sendo a mais antiga e tradicional de Ouro Preto. Seus membros produzem suas próprias fantasias e optam por produtos de baixo custo. Suas cores são verde, amarelo, azul, rosa e vermelho. No ano de 1995, o tema da escola foi “Siriri Pererê, cê olha pra mim que eu olho pro cê”, em uma homenagem ao conto de Monteiro Lobato e seus personagens Narizinho, Pedrinho e o Saci-Pererê (Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, 2013)¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, 2013. Disponível em: <<http://arquivopublicoop.blogspot.com/2013/02/o-carnaval-de-ouro-preto-e-construcao.html>>. (Acesso em: 28 ago. 2019.)

Em pesquisa de campo, a família Brechó, que inclusive foi tema da escola em 2005, disponibilizou para consulta o caderno de atas e registros de doações da Escola Império do Morro de Santana, no qual se confirma a data de sua fundação em janeiro de 1957, além de constar antigos registros de desfiles, como os apresentados nas Figuras 152 e 153, durante a presidência de Lourival Zéferino de Melo.

Figura 152 - Registro do carro alegórico Homenagem aos sambistas (1976)



Fonte: Caderno de registro de doações da Escola Império do Morro de Santana

Figura 153 - Porta bandeira no Carnaval (1977)



Fonte: Caderno de registro de doações da Escola Império do Morro de Santana

Os desfiles das escolas de samba tradicionalmente acontecem na Praça Tiradentes e, segundo informação do Entrevistado 45: “saía todo mundo. A escola nossa era bem artesanal mesmo. Coreografia, cenografia, música. Equipe nossa era muito boa”. Ainda de acordo com o Entrevistado 45, a concentração acontecia no terreiro dos “Brechó”, uma família tradicional da região. A fotografia apresentada na Figura 154 registra o acesso ao local, que consiste na concentração de casas de uma mesma família, logo no acesso ao bairro, no início da Rua 15 de Agosto.

Figura 154 - Terreiro da família Brechó



Fonte: Acervo da autora (2019)

O Carnaval na cidade é constantemente lembrado em narrativas que manifestam orgulho da escola de samba:

[...] a primeira escola de samba que existiu em Ouro Preto, que agora ela tá acabando, chamava Império do Morro de Santana [...] quem começou com ela foi Sr. Sebastião [...] morava aqui no Morro da Queimada (Entrevistado 20).

As imagens das Figuras 155 e 156 retratam desfiles de alas da Escola Império do Morro Santana em data indefinida. A escola participou do Carnaval Patrimônio em 2019 (Figura 157), com o tema *Palco da História: a Praça é de todos*, ficando na oitava colocação.

Figura 155 - Comissão de frente Magia Branca



Fonte: Acervo de família. Sr^a. Terezinha de Fátima B. Oliveira e Sr. Vicente Juliano de Oliveira

Figura 156 - Ala com o tema lenda do famaliá



Fonte: Acervo de família. Sr^a. Terezinha de Fátima B. Oliveira e Sr. Vicente Juliano de Oliveira

Figura 157 - Registro Carnaval (2019)



Fonte: Acervo Teko Rosa, atual diretor presidente da Escola Império do Morro Santana

As Figuras 158 e 159 apresentam registros dos preparativos e envolvimento do desfile da escola em 2019, o que demonstra que a comunidade do Morro Santana se esforça em manter esta cultura e tradição, com a participação também de alguns moradores do Morro da Queimada.

Figura 158 - Registro Carnaval (2019)



Fonte: Acervo Teko Rosa, atual diretor presidente e carnavalesco da Escola Império do Morro Santana

Figura 159 - Registro Carnaval (2019)



Fonte: Acervo Teko Rosa, atual diretor presidente e carnavalesco da Escola Império do Morro Santana

Os blocos de Carnaval do bairro também são resgatados pela memória, como no depoimento do Entrevistado 30: “Morro da Queimada tinha um bloco, Pé de Cana. Nome porque o pessoal bebia. Ia todo mundo com cana na mão. Concentração era

no bar. Saía do cruzeiro”. Já o Entrevistado 36 relembra os tempos de concentração de um bloco denominado Ressaca Eterna.

O patrimônio em suas práticas e manifestações culturais também encontra lugar nos ofícios e saberes de uma população. Para tanto, procurou-se identificar conhecimentos e técnicas da comunidade, como artesanato, culinária e música, cujo levantamento se realizou pelas narrativas, ou seja, considerando a atribuição de valor pelo sujeito em seu reconhecimento. Assim como as celebrações e as festas, os ofícios, os saberes e as práticas se manifestam como patrimônio cultural valioso na identidade e fortalecimento de uma comunidade.

A prática do artesão se destaca nos depoimentos. A pedra sabão, matéria prima originária do distrito de Santa Rita de Ouro Preto, marcou o relato da população nas esculturas de um antigo morador, Totonho, que embora não mais exerça o ofício, foi frequentemente mencionado nas narrativas. A Figura 160 retrata um vaso esculpido em pedra-sabão e ornado com flores geométricas produzido pelo artista. O bairro também aparece como reduto de alguns expositores da feirinha de pedra sabão, localizada no Largo de Coimbra, em geral comerciantes. No depoimento a seguir, uma liderança destaca o potencial cultural do bairro:

[...] tem um potencial muito grande. É muito talento, não sei se você conhece Totonho, [...] é um senhor, é na linha do Aleijadinho para esculpir escultura. [...] É um profissional e tanto [...] (Entrevistado 45).

A carpintaria e a marcenaria se destaca no trabalho dos irmãos, Vicente Juliano de Oliveira e José das Dores de Oliveira que dominam a técnica do tradicional trançado em palhinha, ofícios estes que aprenderam com o pai. O móvel da Figura 161 é um canapé em madeira, com assento em trançado de palhinha, exemplar de um dos trabalhos realizados. A produção se realiza em ateliê localizado nos fundos de uma residência na Rua do Ouro. Terezinha de Fátima Batista Oliveira, esposa do Sr. Vicente, aprendeu o ofício do trançado em palhinha com o marido, e também desenvolve acabamentos em pátina.

Figura 160 - Vaso esculpido em pedra sabão pelo artesão Totonho



Fonte: Acervo de família. Sr^a. Terezinha de Fátima B. Oliveira e Sr. Vicente Juliano de Oliveira

Figura 161 - Canapé em madeira e palhinha executado pelo artesão Vicente Juliano de Oliveira



Fonte: Acervo de família. Sr^a. Terezinha de Fátima B. Oliveira e Sr. Vicente Juliano de Oliveira

O artesanato se manifesta de diversas formas, desde bordados, crochês, flores de papel e redes de pesca (Figura 163), até tapetes arraiolos, herança cultural proveniente da Península Ibérica. Este exemplar da Figura 162 foi confeccionado por uma senhora, conhecida como Dona Netinha, que dedica seu tempo em casa, no alto do morro, na produção dos tapetes, além do cultivo de mudas, flores e hortaliças em seu terraço e quintal.

Figura 162 - Tapete arraiolo



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 163 - Rede de pesca



Fonte: Acervo da autora (2019)

Ofícios como pintura, trabalhos em gesso e produção de sabão artesanal para uso doméstico também aparecem nas narrativas de saberes e técnicas locais. O Entrevistado 45 cita também o trabalho realizado por Geraldo Batista em seu ateliê: “faz roupa íntima. Tem habilidade pra criar. Desenha e faz as peças”.

A Mina 13 de Maio, localizada na rua homônima, enquadra-se em alguns poucos relatos no limite imaginário do bairro, traduzido pelo Entrevistado 34, como “nos pés do morro”. O lugar, já apresentado nas referências, é administrado por Walmir Hilário de Jesus, morador e liderança no Morro da Queimada, que manifesta o desejo de realizar no lugar projetos culturais:

[...] recuperar a cultura afro ali. Um terreiro, que nós não temos aqui um terreiro, culinária mesmo, nós num temos a velhinha fazendo as orações, as pessoas com água benta, a brasa, fogão à lenha [...] Projeto de tintas naturais, lá na mina. [...] Projeto dessas tintas e depois trabalho de reciclagem, transformar o lixo em luxo (JESUS, 2019).

A Mina 13 de Maio é também utilizada como ateliê do artista Paulo Thomé Eleotério, morador do bairro Padre Faria que expõe suas obras no receptivo, dentro da antiga casa reformada (Figura 164), e no pátio externo (Figura 165), onde se encontram para venda variadas peças de artesanato em pedra-sabão, madeira e resina. O lugar também oferece degustação de cachaça e licores produzidos na região. O artesão conta que começou atuando na Capela do Padre Faria e depois veio para a Mina 13 de Maio a convite do administrador da Mina. Paulo Thomé acrescenta que realiza as seguintes atividades:

[...] guia de turismo, artesão, faço vela, faço velas pra essas igrejas todas ali. Chama “Velas Padre Faria”. Vendo nesse comércio todo aí. Tradição dos chineses de volta. Quase ninguém faz vela pra igreja. São tamanhos diferentes (ELEOTÉRIO, 2019).

Figura 164 - Loja do receptivo da Mina 13 de Maio



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 165 - Pátio externo da Mina 13 de Maio



Fonte: Acervo da autora (2019)

A Sr^a. Maria José de Assis é conhecida pela comunidade do Morro da Queimada por sua religiosidade e também como D. Maria dos Biscoitos, porque produziu e comercializou, durante anos, tradicionais quitandas assadas em fornos, ainda existentes na moradia, registrados nas Figuras 166 e 167. A idade avançada impede a continuidade da produção, mas a senhora D. Maria manifesta o desejo em transmitir este conhecimento.

Figura 166 - Fornos que eram utilizados para produção de quitandas



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 167 - Forno que era utilizado para produção de quitandas



Fonte: Acervo da autora (2019)

A culinária local também é marcada por “comidas de boteco” produzidas nos bares, como no Tião da Brahma, com sua tradicional rabada às sextas-feiras, ou mesmo no Bar do Baú, já no Morro São João. É possível vislumbrar um roteiro gastronômico

por estes lugares ao longo da serra, chegando até o Bar da Nida, no Morro São Sebastião, com extensa programação cultural, que já se consolidou a partir do Projeto Ecomuseu da Serra, já citado anteriormente. Em narrativa, uma liderança de bairro apresenta a região:

Vou mostrar pra você os barzinhos que tão surgindo lá, [...] é o melhor feijão tropeiro de Ouro Preto. Feijão tropeiro do Tonho. A linguiça acebolada do Tião da Brahma, o bacon do Baú e levaria você pra rezar, uma missa lá no São João. E conversar com as pessoas (Entrevistado 51).

Mas a experiência local ainda revela um potencial interno no bairro quando se visita as casas na intimidade dos fogões à lenha dos moradores, em que se observa e se vivencia, junto também aos depoimentos, uma cozinha mineira experiente, realizada por mulheres e homens. A produção de salgados e doces também é realizada como forma de aumentar a renda familiar. O cultivo de hortaliças, de maneira geral, acontece para uso próprio, sendo identificado apenas um morador famoso por comercializar couve e principalmente cebolinha.

O Morro da Queimada atualmente está representado na presidência da Câmara Municipal pelo vereador Juliano Ferreira, morador do bairro, que possui formação em História, sendo referenciado em narrativas como do Entrevistado 05: “Juliano com o trabalho histórico, conta história das ruínas do Morro da Queimada... é muito legal”. A formação e exercício de guia turístico também são representativos na região.

As narrativas também revelam expressões artísticas, no potencial musical da comunidade, com a participação de dois adolescentes na Fanfarrinha da Escola Municipal Juventina Drummond, um tocando bumbo e o outro surdo. O reconhecimento desta categoria também se faz pela formação de maestro de banda e dois cantores líricos, um deles atualmente professor de música. Ao indicar possibilidade de programa e atividades para os jovens, o Entrevistado 45 manifesta:

Eu gostaria que a gente fizesse na nossa comunidade um trabalho igual [...] Adelzir faz em Mariana, Orquestra e Coro Mestre Vicente. [...] dar opção para os jovens. Fez um trabalho no Novo Horizonte, saiu daqui porque não tinha apoio nenhum. Filha também graduada em música lírica (Entrevistado 45).

A última categoria estabelecida para análise do cotidiano e ambiente vivido se constitui na identificação, por parte dos entrevistados, de ameaças e oportunidades do bairro. As subcategorias reúnem informações sobre carências, problemas e aspectos positivos identificados pelos agentes populares. Para os agentes de liderança, as subcategorias se ampliam em questões de lutas e demandas, aferindo pontos das opiniões populares.

Essa temática se cruza aos aspectos levantados em subcategorias da memória por despertarem sentimentos como gostos, desejos e expectativas, e, em contrapartida, motivarem emoções antagônicas como desgostos, frustrações e receios. Em uma análise horizontal das narrativas, é possível perceber inclusive algumas contradições, como a afirmação de que gosta do bairro porque ele é bom e, na sequência, não conseguir identificar nenhum aspecto positivo do lugar. O que pode se justificar por um sentimento de pertencimento ao local e de aceitação ou acomodação, o que gera passividade em determinadas condições. Também ocorrem narrativas de insegurança e violência, associados à tranquilidade como aspecto positivo, conforme inferência já feita anteriormente, na categoria memória.

A grande maioria, 50% dos entrevistados, almeja por área de lazer e esportes, reclama que o bairro não possui uma quadra e destaca que a área do parque e o Campinho da Vassoura, lugar simbólico para a comunidade, estão abandonados e com acesso dificultado. Ao relatar a respeito do que sente falta no bairro, ou seja, sobre as carências do lugar onde vive, o entrevistado descreve:

Lugar para sentar, jogar futebol, conversar. Se não me engano o único bairro aqui de Ouro Preto que não tem uma quadra é aqui. Eu acho que a gente é muito abandonado pro lado da prefeitura. O campinho lá é de terra, é mato. A situação do campinho num tá boa. Ele melhorou porque a gente arrumou. Nunca recebemos apoio. Tá lá abandonado (Entrevistado 18).

Embora em menor proporção, a religiosidade se mostra presente na ausência de uma capela no bairro, também como centralidade e lugar de convívio, como tradicionalmente acontece em cidades do interior. E isso se justifica pela memória de uma cidade como Ouro Preto que, em suas temporalidades, o cotidiano e a vida, sempre se fez presente no encontro do sagrado e do profano. A terminologia patrimônio se revela na fala que se segue, na conotação proibitiva e restritiva, como

se incorporou no imaginário popular, em sensações de descaso com a vida da periferia em prol da almejada preservação:

[...] não tem uma capela, não tem uma pracinha, não tem uma quadra [...] Nada pode fazer no nosso bairro, querendo ou não, né. Porque agora com esse negocio do patrimônio, você não pode mexer com nada [...] não tem uma área de lazer, um lugar pra gente olhar a cidade. Não tem... (Entrevistado 47).

A ausência de equipamentos comunitários se confirma em observação de campo e a inexistência de áreas de lazer e diversão faz com que um alargamento de rua para retorno seja reconhecido como praça. Embora as ações de implantação do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada ainda sejam vistas com descrença pela opinião popular, compreende-se o potencial existente na região para suprir esta demanda: “podia ser até uma área de lazer, né... eu acho que faz muita falta” (Entrevistado 30). As expectativas são muitas, sendo necessário observar os anseios da população local: “se esse parque vir mesmo, dependendo da estrutura, vai melhorar muito” (Entrevistado 19). Em outro relato, um jovem de 19 anos reivindica: “por aqui em cima ser um parque, né... tinha que fazer alguma coisa pra nós” (Entrevistado 29). A atenção às demandas dos agentes sociais é importante, entendendo que o envolvimento da população conduz à identificação e ao sentimento de pertencimento, caminhos necessários para conservação dos bens patrimoniais.

O parque, como área de lazer da comunidade, é evidenciado em percepções de lideranças que também ressaltam o potencial turístico da área, além da oferta de empregos e fomento econômico para o bairro:

O parque poderia ser essa área de lazer, com alguns mirantes, que a gente poderia estar fazendo e tudo mais, melhorar o comércio no bairro, porque o bairro ia ser mais frequentado. Principalmente para o turista. O parque em si, ele poderia gerar até uma quantidade boa de emprego, que necessitaria de vigilância, limpeza, guias, explicação, então seria muito bom pra economia do bairro (Entrevistado 26).

Cabe analisar que o turismo como fonte de renda se mostra necessário, desde que ressaltada a garantia de um processo de turismo de base essencialmente comunitária, como destacado na narrativa seguinte, também de liderança do bairro,

em que se demonstram expectativas de que a apropriação da área do parque ocorra por pertencimento e valorização ao patrimônio cultural existente, promovendo a sustentabilidade do lugar ao beneficiar e inserir a comunidade no processo:

A gente fica preocupada, porque a gente quer que as pessoas do bairro sejam inseridas [...] nesse turismo [...] Tem muita história aqui. A gente pode usufruir disso, as pessoas que moram aqui (Entrevistado 42).

Ainda inferindo as informações sobre a carência dos equipamentos comunitários: creche, escola e posto de saúde são mencionados em menor proporção, ao serem atendidos geralmente na proximidade, no bairro Morro Santana. Entretanto, idosos, portadores de mobilidade reduzida e os que sofrem de alguma deficiência física, expressam dificuldades de acesso: “tudo tem que ir para o Morro Santana. Para mim é muito difícil de falar. Pra deficiente é muito difícil” (Entrevistado 03).

A infraestrutura urbana deficiente é descrita pela população geral quando relatadas as carências e problemas do bairro, aspecto importante, porém assinalado com baixa frequência nas narrativas de lideranças. Recentemente foi instalada uma rede de distribuição de água na região, entretanto, são recorrentes reclamações de falta de água, principalmente nas áreas mais altas, o que leva algumas famílias a continuar a recorrer às nascentes da região por meio de mangueiras, sendo este um elemento significativo e simbólico de relação com o território. Este fato é ressaltado como principal problema do bairro pelo Entrevistado 19:

[...] questão da água na parte alta. Às vezes sobe, às vezes fica uma semana. A única pessoa que tem mangueira é a Neuza. Ela ajuda muita a gente. Tem nascente que tem água, mas ninguém quer ficar puxando mangueira (Entrevistado 19).

A iluminação também se mostra ineficiente em algumas regiões, principalmente em travessas e escadarias, trazendo insegurança aos moradores de áreas mais isoladas. Alguns sugerem que lâmpadas também são queimadas propositalmente e por ações ilícitas, o que justifica a frequência por demanda de policiamento. A limpeza urbana, coleta de lixo e redes de esgoto também são vistos pelos atores como aspectos deficitários. A insatisfação causada por ocorrências e aspectos realmente deficitários faz com que alguns generalizem a falta de infraestrutura:

Aqui não tem nada. Não tem iluminação pública, eles não fazem uma capina do caminho, você pode passar aqui, você vai ver que tá todo cheio de mato. Então, é um bairro abandonado (Entrevistado 13).

Falta de estrutura que não tem o bairro, não tem uma rede de esgoto direito, os entulhos da casa, que o povo vai construindo e é jogado tudo nas ruas. As água aí pra cima que desce tudo a céu aberto. [...] e o lixão (Entrevistado 20).

Melhores condições de acessibilidade e pavimentação de vias estão entre as demandas da população, conforme relata, em posição de liderança, o Entrevistado 26: “a demanda específica que eles têm justamente os moradores da parte alta do bairro, que melhore o acesso deles [...] uma das demandas é a melhoria na infraestrutura urbana”.

O termo “abandonado” é frequentemente atribuído ao bairro pelos entrevistados, entre população geral e liderança, demonstrando o sentimento de rejeição e exclusão, além da consciência da inoperância e isenção da responsabilidade do poder público, como é possível observar na reflexão a seguir, na qual o entrevistado argumenta que as ocupações periféricas não se constituem favelas e analisa:

Falta de incentivo do poder [...] A questão da violência. Hoje se abrange não só os altos morros, que são consideradas as favelas aqui de Ouro Preto. E não existe favela aqui na verdade. São áreas periféricas, só que abrange uma riqueza muito grande e é mal administrada. As pessoas focam muito no centro e esquecem da onde começou a origem da nossa história (Entrevistado 34).

A narrativa acima demonstra a compreensão do território da serra para além de aspectos naturais, mas também em seu ambiente histórico-cultural negligenciado em suas temporalidades pelo poder público, fazendo uma crítica pertinente das práticas recorrentes de preservação que concentram suas ações na valorização restrita do patrimônio legitimado na área central da cidade. Neste processo, por incompreensão da natureza da paisagem, a serra, embora protagonista na construção da cidade em ambiente originário, foi reduzida a aspectos físicos e biológicos.

E neste contexto, há quem reconheça como problema o crescimento do bairro sem acompanhamento e orientação: “desde quando eu vim para cá, né... grande problema que o bairro tá crescendo. Prefeitura não tá dando apoio... juventude...

dificuldade que a gente tem, né” (Entrevistado 22). Esse depoimento conduz ao que se registra atualmente como o maior problema do local, o tráfico de drogas, quando a memória narrada de um lugar tranquilo se transforma em insegurança. Ao descrever problemas do bairro, a população assinala com frequência: “droga. Violência. Já teve homicídio na porta da minha casa. Bastante lembrança ruim” (Entrevistado 06).

Torna-se importante entender como parte da população entrevistada, em geral os jovens, se manifesta em relação ao tema da droga. Ao se mostrarem preocupados com as ocorrências, sugerem caminhos em programas como o “Jovem aprendiz”, além de oficinas e atividades que possam ocupar o tempo e também incentivar e despertar o jovem para o trabalho. E, nessa temática, atividades de lazer e esporte também são consideradas relevantes no processo:

Eu vejo muitas crianças pra rua a fora e não tem nenhum meio recreativo para as crianças [...] a biblioteca ambulante da UFOP [...] Seria uma coisa legal. Sabe a prefeitura itinerante? Seria bom fazer para recreação para a família. Eu sinto falta desse acolhimento. [...] Mas o fato de ter muito problema com droga, essas coisas todas, aí volta o assunto que eu falei da recreação, de incentivar o jovem a fazer outra coisa (Entrevistado 41).

A temática de ações e incentivos aos jovens também se estende aos idosos, considerando a efetiva carência do bairro em equipamentos comunitários e programas sociais de incentivo e formação, passando pela transmissão de saberes e ofícios na capacitação de atores e agentes da comunidade. Sendo este um aspecto levantado tanto pela população geral como pelas lideranças.

As narrativas anteriormente apresentadas sobre as práticas e manifestações culturais do bairro revelam o saudosismo do tempo em que as festas e celebrações no cruzeiro aconteciam periodicamente, o que se confirma na opinião popular, como neste depoimento: “a comunidade podia juntar mais. Antigamente tinha quadrilha, Queima de Judas. Isso que sinto falta. Acabou tudo” (Entrevistado 40). E também na análise de um antigo morador que lamenta a falta de amigos: “[...] era todo mundo alegre, agora lá vai acabando, os mais antigos lá vai, lá vai embora, então a gente sente falta deles, né. Inclusive, essa festinha que tinha aí, a gente sente falta, a gente sente falta dela” (Entrevistado 01).

Curiosamente, 6% dos entrevistados não sentem falta de nada e não identificam problemas no bairro, talvez por aceitação e/ou acomodação. Já os aspectos positivos foram relacionados com parcimônia, e 15% dizem não conseguir observar nada de positivo no lugar onde moram. Também é curioso não ser assinalado nenhum aspecto histórico; com uma única indicação da Festa Junina no que se refere ao patrimônio cultural. Embora esses indicativos surjam sobremaneira valorizados, quando se analisa as categorias memória e referências cotidianas.

Dos fatores positivos apresentados se destacam as pessoas, em relações familiares, de vizinhança, convívio e amizade, como o Entrevistado 26 que atribui importância ao: “laço de proximidade com pessoas, solidariedade”. A tranquilidade, temática já discutida na categoria memória, também é citada com relevância, o que parece estar associado à calma de um lugar sem grandes fluxos, além da boa convivência. Poucas vezes a localização privilegiada é citada, como nesta narrativa, onde o bairro é ressaltado na qualidade de um mirante: “uma coisa que podia destacar de beleza aqui, de positivo, é a vista” (Entrevistado 44).

Numa análise abrangente da categoria ameaças e oportunidades, observa-se uma maior facilidade da população em assinalar as carências do bairro, o que é natural no contexto local, ao destacar a ausência de equipamentos comunitários e uma infraestrutura urbana deficiente, cujas demandas e lutas são confirmadas pelas lideranças locais. As ameaças se revelam em problemas sociais e ao tráfico de drogas. As oportunidades são identificadas enquanto potencialidades do bairro e, embora sejam muitas, revelando-se em referências culturais, são narradas com maior dificuldade e restrições pelos moradores. Contudo, ao relatarem aspectos positivos, fazem referência às pessoas, sendo este um indicativo de que reconhecem seus valores sociais. Evidentemente que o olhar da comunidade se volta a aspectos cotidianos e pontuais em que a análise deve se incorporar a uma visão especializada, considerando a real condição de conflitos no território cujas ameaças também se fazem por pressões externas, em fatores imobiliários, econômicos e políticos.

A serra se constitui em um único elemento da paisagem na cidade de Ouro Preto, cujo território transformado em seu ambiente natural e cultural, contempla o bairro Morro da Queimada, considerado uma unidade deste conjunto. As fronteiras entre os lugares possuem limites tênues como representação de espaço e a análise do ambiente vivido revela o cotidiano dos moradores e sua reciprocidade com o ambiente da serra, seja pela memória ou por engajamento. Embora o limite administrativo do bairro compreenda a maior parte da área do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada, optou-se por analisá-lo em categoria independente na serra, considerando suas especificidades. A seguir, a análise da paisagem se amplia na experiência estética da comunidade do Morro da Queimada no entorno imediato da serra.

4.2 O ambiente vivido e sua relação com a serra

A Serra de Ouro Preto se faz elemento significativo na constituição da paisagem, caracterizando-se por um território composto de elementos físicos, biológicos e riquezas naturais, modelado por meio de um complexo sistema ambiental, onde a natureza transformada se constitui em receptáculo cultural. A origem da cidade se vincula ao lugar, cujo território singular foi marcado culturalmente pelo homem em suas temporalidades, que certamente antecede a chegada dos bandeirantes, quando se pensa nos povos primitivos. A paisagem como categoria de pensamento e experiência humana junto à natureza se mostra em um processo dinâmico, portanto, sempre em transição. As narrativas apresentam a relação das pessoas em seu cotidiano com a serra, numa construção contínua e inacabada da paisagem.

Berleant, em seu texto *O significado mutável da paisagem* (2012, p. 349), destaca que “cada paisagem é um artefacto humano”. E prefere considerar a paisagem enquanto “ambiente”, mas não no sentido ambientalista do termo. Para ele a ideia do ambiente, engloba o construído e o natural, contempla todos os aspectos sensoriais, rejeita a objetividade, reconhece a presença humana, além de incorporar valores de usos.

Corroborando com Assunto (2013a), ao definir a paisagem como natureza transformada, Bonesio (2012, p. 205) reconhece ainda a constituição de estratos produzidos culturalmente pela comunidade em meio à natureza determina traços específicos e singulares: “é expressão cultural e histórica da interação (que é também concepção, percepção, valor sociocultural) com as possibilidades (ambientais, económicas e expressivas) que a natureza oferece em lugares determinados”. A autora ressalta o paradigma cultural e ético, na visão existencialista de Heidegger do habitar. E, nesse sentido, assinala para uma temática fundamental: a qualificação de um lugar cuja experiência da natureza se faz por meio de dimensões culturais e identitárias da comunidade. Ela ainda destaca que o reconhecimento cultural não exime a importância em salvaguardar caracteres naturais.

De acordo com Serrão (2014), por se tratar da congruência entre natureza, cultura e história, seja a partir de uma abordagem naturalista, ou por meio de uma fundamentação culturalista como a de Berque, não se trata de uma natureza intocada. Ao definir sua dupla polaridade ética e estética, podem-se estabelecer três categorias para a paisagem: compósita – interseção variada entre natureza e cultura; ôntica – se estabelece como “região do ser”; e plástica – unidade de síntese do ambiente e da natureza. Diante disso, as paisagens se constituem como lugares singulares, cuja leitura não se dá de forma estritamente objetiva, mas por meio de uma subjetividade coletiva.

Para análise da relação dos agentes sociais com a serra se estabeleceram três categorias iniciais, indicadas no Quadro 2: (i) patrimônio, (ii) referências e (iii) imaginário fantasmagórico, sendo natural que os significantes se inter-relacionem. O ambiente vivido dos moradores do Morro da Queimada se faz em uma unidade da serra, mas não necessariamente o cotidiano se estabelece em relação permanente e próxima com todo o território. Aspecto este já demonstrado na seção anterior, quando da interpretação dos desenhos e narrativas dos limites imaginários do bairro, em que alguns demonstram não percorrer nem mesmo o próprio bairro, ou guardam em memória apenas lembranças de um passado. Obviamente que as categorias e subcategorias de análises se misturam aos exames já feitos do cotidiano quando se

vive a serra, fazendo-se parte numa relação próxima ou distante e, muitas vezes, necessária por dependência.

Quadro 2 - Universo de análise 2: experiência estética na serra			
Categorias iniciais	Subcategorias		Tipo
Patrimônio	Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada	Significados e valores	<i>A priori</i>
		Práticas cotidianas	<i>A priori</i>
		Recursos naturais	Emergente
	Parque Natural Municipal das Andorinhas	Significados e valores	<i>A priori</i>
		Práticas cotidianas	<i>A priori</i>
		Recursos naturais	Emergente
Referências	Relação com bairros vizinhos		<i>A priori</i>
	Percursos na serra		<i>A priori</i>
Imaginário fantasmagórico	Natureza histórica		Emergente
	Topologia cultural		Emergente
	Lendas		Emergente

Fonte: Elaborado pela autora

O Patrimônio foi escolhido como primeira categoria de análise, procurando abarcar seus atributos e valores em toda sua complexidade: natural, arqueológico, histórico e cultural. Sendo a reunião destes caracteres, fundamentalmente, o que se investiga na complexidade de sua natureza, a Paisagem. O estudo por meio de narrativas tem como princípio identificar os valores e significados atribuídos pelos sujeitos que habitam o território, em processos dinâmicos e dialéticos, mas que se revelam também em dicotomias: o que se produz e se destrói, o que se valoriza e se desvaloriza, o que se influencia e se deprecia.

Segundo Muñoz Viñas (2003, p. 151, tradução nossa)¹⁰⁶, o patrimônio consiste em “antigüedades, obras de arte, objetos de arqueologia, bens históricos, bens histórico-artísticos, e, finalmente, bens culturais – uma categoria enormemente difusa e

¹⁰⁶ *Antigüedades, obras de arte, objetos de arqueología, bienes históricos, bienes histórico-artísticos, y, finalmente, bienes culturales – una categoría enormemente difusa y extraordinariamente amplia.*

extraordinariamente ampla”. Nesse universo de valores se insere a Paisagem como Patrimônio, categoria de pensamento defendida nesta tese.

Com base nas fundamentações de Muñoz Viñas (2003, p. 150, tradução nossa)¹⁰⁷, a conjectura atual coloca em questão a primazia dos valores da verdade, destacando os valores simbólicos, além de valores “religiosos, de identidade, econômicos, turísticos, pessoais, sentimentais”, entre tantos outros. A ampliação do que hoje se considera patrimônio, não se limita a aspectos artísticos e históricos, nem se faz apenas da cultura erudita, mas também da cultura popular. Nesse sentido, o autor defende que a razão de qualquer ação em bens patrimoniais e culturais deve se pautar nos sujeitos e para os sujeitos:

Em suma, o conceito de patrimônio já não depende necessariamente de valores de cultura erudita predeterminados, mas sim de valores que podem variar substancialmente em cada caso. Esta é uma inovação fundamental, porque patrimônio (objetos Restauração) não é mais algo exterior aos grupos, algo que existe independentemente da vontade dos espectadores, mas pelo contrário reconhecido como uma construção intelectual das pessoas, fruto de uma “escolha”. Patrimônio é aquele em que grupos ou pessoas concordam em entender como tal, e seus valores não são mais inerentes, indiscutíveis ou objetivos, mas algo que as pessoas projetam sobre eles. A patrimonialidade não vem de objetos, mas de sujeitos: pode ser definida como uma energia não física que o sujeito irradia em um objeto e que dele se reflete (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 151, tradução nossa)¹⁰⁸.

Compreendendo a extensão da serra e de seu conjunto patrimonial em uma complexa rede de significantes, procurou-se direcionar a investigação dos valores atribuídos ao Patrimônio em duas subcategorias temáticas específicas, que se constituem em Unidades de Conservação: Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada e Parque Natural Municipal das Andorinhas. Certamente, os recursos naturais do território se incorporam nas subcategorias, cujos valores

¹⁰⁷ *Religiosos, identitarios, económicos, turísticos, personales, sentimentales.*

¹⁰⁸ *En definitiva, el concepto de patrimonio ya no depende necesariamente de valores altoculturales predeterminados, sino de valores que pueden variar sustancialmente en cada caso. Ésta es una innovación fundamental, porque el patrimonio (los objetos de Restauración) deja de ser algo exterior a los grupos, algo que existe independientemente de la voluntad de los espectadores, sino que por el contrario se reconocen como una construcción intelectual de las personas, fruto de una "elección". El patrimonio es aquello en lo que los grupos o las personas convienen en entender como tal, y sus valores no son ya algo inherente, indiscutible u objetivo, sino algo que las personas proyectan sobre ellos. La patrimonialidad no proviene de los objetos, sino de los sujetos: puede definirse como una energía no-física que el sujeto irradia sobre un objeto y que éste refleja.*

vinculam a comunidade ao lugar, obviamente pelo princípio da vida, já emergindo das falas em narrativas cotidianas.

Procurou-se identificar como a comunidade se relaciona com o entorno, em referências culturais, cujos valores e significados são atribuídos aos bens patrimoniais em seus aspectos materiais e intangíveis. E, nessa perspectiva de análise do patrimônio, considera-se que a atribuição de valores e sentidos deve ser conferida pelos sujeitos, conforme explica Londres (2000, p. 11):

Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e aos objetos, aos “fazeres” e “saberes”, às crenças e hábitos.

Necessariamente, as questões revelam elementos da memória, de identidade e valores de uso. Considerando que a leitura da paisagem também se faz por lembranças, ela se vincula à memória numa dimensão intertextual que, embora se manifeste de maneira dispersa e individual, constrói identidades coletivas por meio da interação e do compartilhamento de ideias. Assim, as memórias podem se ancorar em lugares por associação de eventos e práticas, tecendo paisagens em meio aos elementos constituintes. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a paisagem se faz lugar de perpetuação da memória (PURINTON; POTTEIGER, 1998).

Considerando a inter-relação dos universos de análise e, por uma questão de ordem, no que tange aos aspectos da memória e identidade inferidos por meio do ambiente vivido, procura-se agora sistematizar os valores já atribuídos, incorporando significantes complementares ao investigar diretamente a importância dos lugares para a comunidade. Cabe esclarecer que os valores atribuídos ao Parque Arqueológico, assim como as referências às regiões da serra, na seção anterior, emergiram de maneira espontânea nas narrativas do cotidiano, o que reforça seu valor enquanto significante.

Conforme análises anteriores, o território caracterizado como Morro da Queimada apresenta delimitação imprecisa e sua origem está em meio aos antigos arraiais de Santana, São João e São Sebastião, o que justifica a extensão de seu Sítio Arqueológico que não se restringe à delimitação administrativa do bairro Morro da

Queimada, embora seja local da maior concentração de remanescentes. Optou-se por adotar como objeto desta análise a figura institucional do Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, entretanto, como registrado no capítulo anterior, atualmente estuda-se a possibilidade de mudança da categoria, além da ampliação de seu limite, considerando que o mesmo deixa de fora importantes áreas de vestígios arqueológicos. Sendo assim, considerando a maior abrangência do Sítio Arqueológico, por vezes, a sua referência se faz mais adequada ao longo da análise.

Em seu ambiente vivido, as narrativas demonstram que a comunidade se vincula ao território, onde se criou o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, pelo imaginário e práticas cotidianas, segundo Quadro 3. Pelo imaginário, os valores e significados se estabelecem em instâncias afetivas, históricas, culturais, fantasmagóricas, arquitetônico-construtivas e físico-ambientais. Em relação às práticas cotidianas, em geral, os valores são de uso e ocorrem por recursos naturais, além de percursos e eventuais atividades de esporte e lazer. Também foi relevante o reconhecimento dos valores econômicos e turísticos como potencialidades de fomento.

Quadro 3 - Síntese dos valores e significados atribuídos pela comunidade ao Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada	
Imaginário	Valores afetivos
	Valores históricos
	Valores culturais
	Fantasmagórico
	Valores arquitetônico-construtivos
	Valores físico-ambientais
	Valores paisagísticos
Práticas cotidianas (valores usos)	Recursos naturais
	Percursos
	Atividades de esporte e lazer
Fomento	Valor econômico
	Valor turístico

Fonte: Elaborado pela autora

Os valores afetivos se manifestam espontaneamente nas memórias e apresentações do bairro e, como visto, se relacionam aos vestígios arqueológicos, marcas antrópicas culturalmente deixadas no meio ambiente por processos e atividades minerárias: muros de pedras, tanques, ruínas de casas e minas. As atribuições destes significados não necessariamente reconhecem aspectos históricos e operativos das estruturas, mas estão ligadas à apropriação do lugar durante a infância, em que remanescentes, como o da Figura 168, se tornavam cenários atrativos para as brincadeiras, cujos significados foram inferidos na seção anterior.

Figura 168 - Vestígios do Sítio Arqueológico Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Seja por laço afetivo ou aventureiro, alguns demonstram conhecimento físico do território em aproximações com o lugar, como se observa no depoimento: “e tem muitas minas, eu já caí três vezes no buraco de sari. [...] eu gosto do Morro da Queimada [...] entro nessas minas todas” (Entrevistado 21). As minas e remanescentes adquirem, assim, um grande valor simbólico para os moradores.

Mas também existem aqueles que conhecem o território, vivem e sobrevivem destes lugares, como guias turísticos, cujo imaginário revelam valores em histórias oficiais e

orais, enfatizando o número de minas: “isso aqui é uma coisa impossível de conhecer todas elas... em várias delas eu já entrei. Hoje praticamente foco nessa né, que é a questão do sustento que eu tenho hoje” (Entrevistado 34). Algumas lideranças de bairro, por formação e interesse histórico, também afirmam conhecer todos os traços do lugar, o que os levam a reconhecer e cruzar valores na complexidade patrimonial.

A criação do Parque é ressaltada em 30% das narrativas como necessária para preservação das ruínas, sendo que 45% dos entrevistados ressaltam sua importância para conhecimento da história ou do passado, revelando inclusive um desejo de aprendizado: “para mostrar até para a gente mesmo, explicar a história, né. Para gente mesmo aprender sobre o bairro” (Entrevistado 13). E praticamente 12% associam o significado à memória, reconhecendo o lugar como *locus* de lembranças históricas do passado, no receio que estas caiam no esquecimento:

Importância pra história, tem que ter preservação. [...] porque é a história dos nossos antepassados, num pode deixar morrer nunca, né. Se deixar abandonado, invadido, daqui a pouco, né... vai esquecendo na memória do povo, né... (Entrevistado 31).

O sentimento exposto na narrativa demonstra uma consciência do risco de se perder remanescentes de uma origem histórica que guarda em si uma memória coletiva. Nesse sentido, faz-se um paralelo às reflexões de Pierre Nora (1993, p. 7), no texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, ao explicar que o contexto histórico atual se caracteriza por um “momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada”, e, como se num processo de resgate, a memória residual se incorporasse ao lugar.

Os percentuais dos que reconhecem valores históricos patrimoniais são significativos e majoritários quando somados, o que também confirma a frequência com que os vestígios arqueológicos do sítio, em seus aspectos históricos, culturais e simbólicos, foram associados às imagens do bairro, como verdadeiros *iconemas* do território (TURRI, 2013). E, numa construção sociocultural, evidenciam estes elementos sempre integrados à imagem do escravo, sendo o sítio arqueológico referenciado como “antiga senzala” ou “casas onde viviam os escravos”. Nessa

perspectiva, a narrativa que se segue expressa bem a leitura da paisagem como cenário e memória de uma história contada:

Lá nas ruínas, lá em cima. Te mostrava aonde é senzala de Ouro Preto do Morro da Queimada, os paredão antigo de pedra cango, né. [...] aí te falava tudo sobre o Morro da Queimada, do que eu ouvi falar, né. Porque aqui é verdadeiramente um Morro da Queimada. Que eu sei até porque. É de lá que o Conde de Assumar ficava preso, a cadeia era no museu, né. E de lá eles tocaram fogo nas casas que tinha aqui, pro Conde de Assumar ver as casa dos escravos da época, as casas sendo queimada (Entrevistado 24).

Por outro lado, notam-se como construções socioculturais ainda se fazem por meio de uma história oficial e europeia, na qual se ressaltam os aspectos colonizadores, como pode-se notar na narrativa de um adolescente de 15 anos ao explicar a importância da criação do parque:

Pra preservar o patrimônio. [...] Na área de história. Na aula de História o que eu mais estudo é sobre o passado. D Pedro I, quem descobriu o Brasil, sobre os índios, sobre a oca, sobre o passado... aqui num chamava Ouro Preto, chamava Vila Rica (Entrevistado 50).

Como de conhecimento, os movimentos preservacionistas e nacionalistas da primeira metade do século XX tinham como propósito projetar e exaltar a nação. Assim, em uma construção ideológica, ressaltavam-se como símbolos e referências os aspectos estéticos e artísticos da cidade colonial. E, nesse processo, vestígios do passado ao longo da serra, cuja história se vinculava ao sofrimento escravocrata, foram esquecidos ao longo do tempo. Pesavento (2012) analisa que a contrapartida da memória é o esquecimento, sendo assim, a memória é seletiva e num contexto social as pessoas são doutrinadas a lembrar e a esquecer. Nessa mesma perspectiva, Le Goff (1990) descreve como a história é manipuladora de uma memória coletiva.

Destaca-se a narrativa de um morador que reconhece a importância em destacar o passado vinculado aos negros, ressaltando seus méritos na construção do patrimônio:

Existe muitas superstições sobre as minas e até mesmo é um local que foi de sofrimento, né. Em questão da nossa história baseada no ciclo do ouro, vem através do sofrimento dos negros, que vieram pra essa região nossa,

que fizeram essa riqueza toda aqui... [...] e aqui a gente conta a história praticamente mais do negro, né... focada pro lado do negro, que é a história que foi praticamente esquecida, né (Entrevistado 34).

Nesse sentido, entende-se a importância do Sítio Arqueológico Morro da Queimada como “lugar de memória”, com base nos estudos de Pierre de Nora (1993), o qual explica que a memória é uma necessidade de história, diante de uma sociedade condenada ao esquecimento pela ruptura com o passado. E, cada vez mais essa memória se apoia em suportes materiais, como se nos locais houvessem resíduos de uma continuidade, ou seja, esses lugares se fazem necessários para reconstituir histórias:

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que tenham conteúdo, presença física ou histórica; ao contrário. Mas o que faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. [...] Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993, p. 27).

O “imaginário fantasmagórico”, terminologia emprestada de Silva (2011), retoma como categoria de análise da relação bairro x serra pela relevância temática e frequência com que se manifesta nas narrativas. Optou-se por separá-lo em uma categoria específica na Quadro 3, porque os depoimentos e fatos não se restringem ao Sítio Arqueológico, mas o estudo indicou que faz parte de um universo mais amplo na sociedade ouro-pretana, que envolve história, ficção, mas também religiosidade. Estes “fantasmas” marcam culturalmente o cotidiano das pessoas e da cidade.

Silva (2011) apresenta como a produção fantasmagórica também ocorre por meio da memória, podendo se desencadear por diversos aspectos, entre eles fatores históricos. Conforme exposto em Silva (2011, p. 59), a “produção fantasmal impera na ordem imaginária. Sempre que um fantasma ronda a cidade, há uma ordem fantasiosa que marca um comportamento ou uma reação social”. O autor explica que a produção fantasmal ocorre na interseção da ordem empírica e da ordem imaginária, ou seja, são fenômenos que misturam aspectos fáticos às fantasias que

em geral imperam nos lugares. E, nesse sentido, “o fantasma sempre será de ordem imaginária, só que vive como se fosse real”.

Fantasmas históricos se consolidaram na memória do bairro e se apresentam na ordem imaginária tendendo à fantasia, embora também se reconheça a existência dos valores espirituais por grupos seletos religiosos. Nota-se nas narrativas variações de enredo, o que não se caracteriza como uma memória coletiva, ao demonstrar subjetividade e discordâncias de elementos. Entretanto, o protagonismo encontra lugar na figura do escravo, por vezes também, ao encontro de outros personagens históricos da Revolta de Felipe dos Santos, mas sempre associada ao sofrimento, à punição e a morte dos escravos, como na narrativa abaixo quando se relata o receio em adentrar uma mina:

Essas minas é perigoso entrar. [...] Escravos, né. Às vezes morava lá dentro, sei lá, né. Os escravos muito judiado ali, né... na casa de pedra [...] tomava coro, né. Disse que eles queimaram muito escravo ali. Num é do meu tempo, né (Entrevistado 10).

Os episódios narrados vão desde escravos que foram enterrados vivos, até presos para tomar conta do ouro, como neste depoimento: “[...] essas mina aí, tem gente que jogava o ouro lá embaixo, quando ia, fechava e ponto, morria lá dentro, pra ficar tomando conta do ouro” (Entrevistado 43). Em outro relato, os fantasmas aparecem em buracos de sarilhos porque: “dizem que jogava os escravos nos buraco de sari, ou eles caiam quando eles estavam fugindo, e eles queimavam eles” (Entrevistado 44).

Acredita-se também que histórias tenham sido criadas para inibir práticas exploratórias, de maneira estratégica:

[...] eles falam se você achar algum pedaço de alguma coisa, alguma peça de ouro lá, né, que os cara deixava, você não pode por a mão não. Se por a mão, acho que vem o espírito, acho que dos escravos, e batia na pessoa, né. [...] É que ninguém via, ninguém via nada, só tomava um coro (Entrevistado 18).

Em uma entrevista coletiva com familiares, o Entrevistado 7 descreve que tudo foi dos escravos e conta sobre uma casa na Rua 13 de Maio: “as vasilhas cai de noite,

faz barulho, né. E às vezes, a pessoa levanta, quando vai ver, tá tudo no lugar, né, perfeito [...] porque parece que lá na casa tem ouro, né. E deve de ter, para quem acredita que tem espírito lá tomando conta”. Na sequência, o Entrevistado 9 completa: “diz que se tirar o ouro que tá lá na casa, alguém morre. Toma chicotada. Tem que ir com um guia. Toma chicotada mesmo. E você não vê quem tá dando. Tem que fazer um trabalho espiritual [...]” (Entrevistado 9). Ficção ou não, estes e outros fantasmas urbanos atuam estabelecendo práticas, guiando ações e, sobretudo, estabelecendo simbologias, reforçando referências e significados no território.

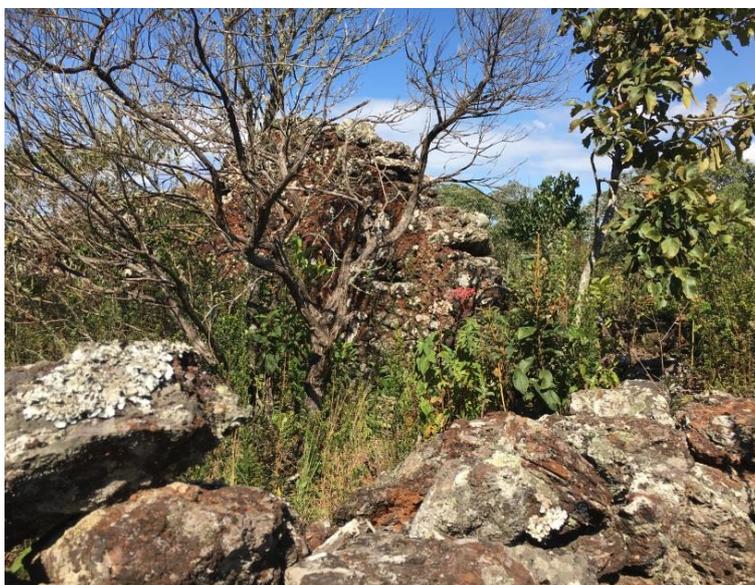
Os valores arquitetônico-constructivos se revelam, indiretamente, na frequência com que se destacam os elementos de pedra dos remanescentes arqueológicos, como os registrados nas Figuras 169 e 170.

Figura 169 - Remanescentes arqueológicos na região do parque



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 170 - Remanescentes arqueológicos na região do parque



Fonte: Acervo da autora (2019)

As narrativas sobre as ruínas do Sítio Arqueológico são realizadas com entonação, ao que parece uma mistura de admiração do desempenho técnico com o reconhecimento do esforço e sofrimento do trabalho escravo. Como nesta abordagem, onde o Entrevistado 43 também manifesta pelo imaginário a integridade das construções:

Você vê as pedras das casas. Meu falecido marido falava... “preta, preta, mas a gente passa e dá um mal-estar na gente”. Que as pedras... e os escravos que fizeram essas pedras... os escravos. Tem lá ainda hoje, pra todo mundo vê lá... por incrível que pareça, tudo bonitinho, direitinho, não caiu nem nada. Incrível! (Entrevistado 43).

Os valores físico-ambientais são ressaltados por 29% dos entrevistados em aspectos da natureza como nascentes e uma rica vegetação. Esses valores também são enaltecidos ao se referirem ao parque como: “uma área de preservação ambiental” (Entrevistado 09). Ou ressaltando a importância da sua implantação, restringindo o ambiente a aspectos naturais: “é bom conservar a natureza, o ambiente” (Entrevistado 35). Mas os valores ambientais deste território não se reduzem a aspectos físicos naturais, quando se cruzam valores afetivos, culturais, históricos e de uso também atribuídos pela comunidade. E, certamente, foram os recursos naturais, água e minério rico em ouro que vincularam o homem ao território. Esta natureza transformada se apresenta em paisagem, conforme definido por Assunto (2013a).

Nesse sentido, uma narrativa se destaca: “eu apresentaria como sendo um bairro muito rico. Rico em água e muitas histórias” (Entrevistado 44). O bairro é resumidamente traduzido por uma moradora no encontro da natureza com a história cultural. A água se revela como elemento primário e vinculador do homem ao território, tendo sido historicamente e culturalmente fundamental no processo minerário que marcou de maneira expressiva a natureza do lugar.

O ambiente também é caracterizado por flora e vegetação significativa, com cenas cotidianas narradas em cenários de árvores frutíferas, com maior referência ao murici, embora também sejam citadas: ameixa, amora e pitanga. As narrativas também evidenciam a existência de orquídeas, espécies raras, cuja extração é ilegal. Alguns depoimentos atribuem valor afetivo e de propriedade, embora sejam elementos naturais e protegidos por lei: “eu gosto das minhas orquídeas” (Entrevistado 21). Em outras falas, as práticas de extração de orquídeas são reveladas em atividades costumeiras no local: “passear para os meninos brincar e procurar flores, orquídea. Sempre que dá, eu vou lá pegar” (Entrevistado 49).

Cabe ressaltar que o lugar é destacado por seus mirantes e vistas da cidade, traduzido por um morador como “bela paisagem”, onde também a experiência do olhar revela valores paisagísticos, que serão analisados adiante a partir do referencial teórico que estabelece a construção da categoria de paisagem nesta tese. Os valores atribuídos à paisagem serão analisados pela ótica do morador do Morro da Queimada na “trajectiva” de Berque (2013), por meio da estética do comprometimento defendida por Berleant (1997) e na experiência e juízo crítico do espaço apresentada por Assunto (2013b). A Figura 171 apresenta uma imagem da cidade a partir do parque que, pela característica estática, não é suficiente para demonstrar o potencial do espaço na experiência sensitiva, considerando o comprometimento físico ao ambiente do parque, na extensão do olhar de quem vive esta paisagem.

Figura 171 - Vista do centro de Ouro Preto a partir do Parque Morro da Queimada



Fonte: Acervo da autora (2019)

A análise do cotidiano e do ambiente vivido torna evidente que no passado recente a comunidade estabelecia uma maior relação com a região do Sítio Arqueológico Morro da Queimada, atribuindo ao lugar valores de uso, seja na extração e

dependência de recursos naturais seja em percursos pela serra, ou em atividades de lazer e esporte. Atualmente, as relações permanecem de alguma maneira, mas as condições do Parque Natural Arqueológico indicam um maior distanciamento, o que reflete uma menor frequência em relatos de apropriação e práticas recentes.

Os recursos naturais caracterizam o território em traços particulares na constituição geológica e hidrográfica. E como destaca Bonesio (2012, p. 209), a identidade “é uma parte basilar da nossa experiência dos lugares que influencia e é influenciada por estas experiências”. E, na vivência deste ambiente natural, mesmo que de maneira contida, percebe-se que algumas práticas permanecem, e, nesse sentido, “não é apenas a identidade *de* um lugar que deve ser pensada, mas também a identificação que uma pessoa ou um grupo têm *com* um lugar específico” (BONESIO, 2012, p. 209).

A água como elemento essencial à vida já foi demonstrada como categoria elementar nas narrativas cotidianas em memórias expressas por imagens e referências do bairro. A relação com a região do Sítio ocorria por necessidade quase que diária, ao percorrer o território de nascentes no abastecimento de água por mangueiras e, nessa relação de aproximação, incorpora os vestígios no imaginário como cenários de uma prática:

Caminhava na região das ruínas atrás de água. A gente ia muito porque antigamente era água de mina, né. Então, quando a mangueira arrebentava a gente ia pro meio do mato. [...] Hoje a água cai um dia sim, um dia não [...] só fica sem água quando a bomba queima [...] quando era criança, minha mãe num deixava sair não, aí quando eu ia atrás da água, que não tinha como a gente ficar sozinho, a gente ía, aí a gente acabava vendo. Parede de canga, ninguém explicava (Entrevistado 13).

Nessa relação de dependência e carência de infraestrutura, a água continua sendo elemento de riqueza e vínculo, a partir do qual ainda se estabelecem acordos para fornecimento e compartilhamento: “falta muito... aí é a dona que passa pra nós, que ela tem uma mina lá em cima de água... ela puxa... [...] ela coloca pra nós, é na mangueira” (Entrevistado 43). Em visita ao local, se percebe facilmente as mangueiras percorrendo distâncias ao longo da serra, como na imagem da Figura 172, a caminho do Tenente, lugar que se estabeleceu como referência e identidade

na vida da comunidade. Acredita-se que em um futuro próximo, a ausência de uma gestão efetiva dos recursos hídricos pode levar a episódios de conflitos e disputas.

Figura 172 - Registro de mangueira percorrendo a serra para captação natural da água



Fonte: Acervo da autora (2019)

A história e a tradição do garimpo de ouro não se mantêm apenas no imaginário coletivo, mas também na permanência em pequena escala de algumas ações pontuais ao longo da serra. Aspectos implícitos na paisagem são indicativos, mas a prática também se revela em depoimentos como este, em que a moradora conta que no passado o marido garimpava na região do moinho de vento, em área do sítio arqueológico, nos limites do Morro São João:

Lugar que tem ouro, meu marido tirou muito ouro lá. Moinho. Tirou muito ouro lá. Ele mexia com ouro. Ele ia lá no final de semana, com os meninos. Faleceu tem sete anos. Fez quando tava mais novo. [...] Voltava com nada, era só divertir fim de semana, né. Sair com os meninos (Entrevistado 10).

Conversas informais e narrativas também confirmam a tradição do garimpo de ouro como atividade recente, cujo processo e mecanização continuaram a se realizar em

áreas pontuais e particulares no território, conforme maquinário retratado na Figura 173 e narrativas a seguir:

Mexemos com britador aqui... com ouro [...] Chegamos a tirar até 6g de ouro por dia. E lá no barranco, atrás da minha casa. Depois denunciaram que tava fazendo área de risco [...] Cortamos de fora a fora para lavar o moledo e o cristal que tá no meio do moledo [...] Tem uns cinco anos [...] cheguei a tirar... cheguei a tirar 16g de ouro nos veios de cristal, em um dia (Entrevistado 53).

Aqui nessa região, tem sim ouro, mas, é mais aqui ó, pegando aqui pelas Lajes, onde tem o casarão do Toledo, na parte de cima, onde desce uma água. Ali, nós também já mexemos com ouro ali, só que ali é um ouro muito fino [...] e um ouro mais amarelado (Entrevistado 22).

Como apresentado anteriormente, famílias se estabeleceram na região ao longo do século XX para extração de rocha. Embora essas ações sejam proibidas atualmente no local, por se tratar de uma unidade de conservação, observações em campo sugerem permanência de alguma atividade, por indícios físicos no terreno, como registro na Figura 174.

Figura 173 - Registro de maquinário para beneficiamento do ouro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 174 - Indícios no terreno sugerem práticas de extração mineral



Fonte: Acervo da autora (2019)

A região do Sítio Arqueológico Morro da Queimada, pela localização geográfica e articuladora, é caracterizada como local de passagem para diversos bairros do entorno ao longo da serra. Sendo assim, ela é frequentemente referenciada pela

comunidade em percursos e trilhas ao descrever relações com o entorno, como na narrativa a seguir em que se descreve uma relação com o Morro São Sebastião: “a gente às vezes vai pro Morro São Sebastião e desce por uma trilha... impressionante, que era uma coisa que poderia ser mais preservado, né...” (Entrevistado 42).

A memória desperta lembranças de um passado em que eram comuns os trajetos pela região para buscar lenha nas imediações da Cachoeira das Andorinhas, em direção a Fazenda Campo Grande. Além da tradicional trilha pelo Tenente registrada na Figura 175, cortando caminho para o Morro Santana:

[...] eu lembro demais desse Tenente, era ótimo, era maravilhoso [...] levava minha neta, meus netos tudo pra escola por esse caminho. Era melhor que dar a volta lá pela rua... cortava caminho, dava direto na escola, na Juventina (Entrevistado 43).

Figura 175 - Trilha para o Tenente, também utilizada para acesso ao bairro Santana



Fonte: Acervo da autora (2019)

Embora com menos frequência, alguns jovens ainda costumam passar pela região: “rodo isso aqui tudo. Tem o morro, tem o campo, tem o trilho que sai na Cachoeira das Andorinhas, moinho, as minas” (Entrevistado 29). Conforme visto, o Campinho da Vassoura já foi mais frequentado para prática de esportes e lazer. Relatos de atividades recentes no local foram mais raros, mas ainda se fazem presentes, como neste depoimento: “o Campinho da Vassoura. Lá é bom. Vou às vezes. Domingo. Às vezes, tem campeonato, soltar pipa. Aqui pra cima só tem o campinho. Passo ali quando eu vou para cachoeira” (Entrevistado 11).

Evidentemente que a região também é ressaltada em seus valores econômicos e turísticos tanto por agentes de liderança quanto pela população geral, sendo que os aspectos levantados se concentram na efetiva implantação e gestão do Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, criado por lei em 2008¹⁰⁹. Membros da liderança, embora nem sempre apresentem convergências ideológicas, parecem acordar quando o assunto é fomentar a economia da região, sobretudo com a geração de empregos: “[...] essas ações do turismo e do meio ambiente, eu acredito que vai melhorar muito a vida das pessoas para o lado de lá. Eu digo qualidade de vida mesmo, até de maneira econômica” (Entrevistado 26).

Entretanto, um aspecto merece reflexão e vai ao encontro do que se defende nesta tese: a necessidade de incorporar a comunidade em todo processo, desde o diagnóstico de seus aspectos identitários e culturais no reconhecimento do patrimônio em toda sua complexidade, até a atribuição de valores para tomadas de decisões¹¹⁰. Retomando as análises do ambiente vivido, as demandas da população geral se voltam às carências do bairro, mas as narrativas também permeiam expectativas de ações que possam, além de qualificar o espaço, ofertar atividades e empregos à comunidade, como neste depoimento do Entrevistado 13 que acredita nesse caminho para melhor conduzir os jovens: “e tomara que traga serviço aqui pra cima, pra tirar esses meninos [...]”.

¹⁰⁹ O Parque Arqueológico Municipal do Morro da Queimada foi criado por Lei Municipal nº. 465, de 29 de dezembro de 2008. Alterada pela Lei nº. 966, de 5 de novembro de 2015, que estabelece o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, Unidade de Conservação de Proteção Integral.

¹¹⁰ Estas questões se tornam pertinente, em um momento em que se discute, pelo Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, uma proposta de lei para mudança de categoria de Unidade de Conservação, de Parque para Monumento, além das expectativas para o início da elaboração do Plano de Manejo.

A narrativa demonstra que o valor histórico e simbólico confere o desejo de preservação dos vestígios e minas, reconhecendo seu potencial turístico, compartilhado aos valores de uso e apropriação, com ambientes propícios ao encontro e lazer comunitário:

No parque arqueológico, eu acho pela história dos escravos. Eu não sei a visão de quem vai preparar esse parque. O que o turista tem que saber. Mina pra visitação. [...] Se eles fizessem isso seria bacana [...] na criação monta uma área de lazer, quadra, quiosque, igual tem lá na cachoeira (Entrevista 19).

Em outros dois depoimentos de liderança levanta-se outra questão: quais seriam as ações necessárias para a implantação do parque? O Entrevistado 51 argumenta que no “Morro da Queimada, na verdade [...] se mexer muito estraga [...]”. O que corrobora com critérios patrimoniais em que a conservação não se volta ao congelamento, mas se reconhece a prática em se fazer o mínimo necessário para que o lugar se mantenha vivo em seus valores e identidades. Nesse mesmo sentido, um segundo ator social reconhece a necessidade de incorporação da comunidade, a valorização de suas “coisas”, que pode ser interpretado como a valorização de seu patrimônio cultural, promovendo o parque sem grandes alterações no lugar:

Eu acho, se a gente pudesse unir, explorar mais esse parque, né. Pra trazer fomento pra comunidade, aí sim, seria interessante. Mas aproveitar as coisas que a própria comunidade já tem. Não tem que edificar nada (Entrevistado 45).

E quando se pensa na temporaneidade alicerçada na temporalidade, a preservação apresenta-se como necessidade, mas torna-se imprescindível estabelecer meios de permanência para vivência e experiência social no sentido de estabelecer laços de identidades entre a comunidade e o que se pretende conservar. Esse pensamento converge em determinadas opiniões:

Eu vejo de suma importância pela preservação histórica, ambiental... Mas, que seja algo que seja efetivo. Serve pra quê? Somente ter uma placa? Lugar que a meninada possa ir lá brincar, em local seguro. Acesso fácil, anfiteatro, infraestrutura, educação para preservação, segurança (Entrevistado 38).

Bonesio (2012, p. 206) apresenta os desafios presentes do “habitar do homem sobre a terra”, no trato com a natureza, no consumo e gestão de seus recursos naturais, nas práticas, transmissões e saberes culturais, entre tantos outros aspectos que também revelam identidades. A autora faz ainda uma importante reflexão sobre o lugar em seus significados, elementos naturais e culturais, com base na temporalidade e na compreensão de sua transformação. Para Bonesio (2012, p. 207), o entendimento mais importante consiste na “relação de interdependência entre lugar e comunidade”, porque, por meio dela, “ambos se reforçam e as respectivas identidades adquirem uma visibilidade particular na paisagem enquanto manifestações desta interação, uma espécie de consciência do lugar expressa coletivamente nas formas do território”. Evitando assim o risco de se tornarem “lugares de ninguém”, locais condenados ao esquecimento e degradação.

Como visto no capítulo anterior, o processo de ocupação do bairro Morro da Queimada se estendeu até a região de maior concentração de vestígios arqueológicos, o que desencadeou maiores depreciações no Sítio com apropriações de ruínas, além de perda de remanescentes por desmonte. Alguns indicam que o material foi aproveitado na construção de novas edificações, mas há quem argumente que a demolição também ocorreu: “[...] à procura de ouro. Achava que tinha ouro ali. Muitas casas de pedra as pessoas chegaram a demolir” (Entrevistado 09).

A criação do Parque Natural Arqueológico Morro da Queimada foi considerada importante por 86% dos entrevistados, embora a maioria manifeste descrença em relação a sua efetiva implantação e reconheça que a região está abandonada. Nas narrativas a seguir, os entrevistados reconhecem o lugar em seus valores e acreditam que a criação do parque foi fundamental para conter o processo de ocupação e para preservação da região:

[...] acho que é importante, mas a prefeitura tem que dar mais apoio. Foi muito bom porque proibiu as construções desordenadamente (Entrevistado 20).

Extremamente positivo, senão já teria enchido de casa aí pra cima. Preservar né. É importante. Parque é uma mina de dinheiro que tá aí parada. Não no sentido de exploração né, no sentido cultural, de valorizar essa história e trabalhar essa história (Entrevistado 45).

Os 14% restantes, quando questionados sobre a criação do parque, não atribuem valor ou dizem não saber da importância. Das pessoas que foram ouvidas, 10% afirmam não conhecer a região do Parque Arqueológico ou não frequentá-la, mas reconhecem seu valor. No depoimento a seguir, a pessoa argumenta que o parque não tem valor de uso pessoal, mas entende sua importância histórica:

Não vou não. Não tenho conhecimento. Acho assim, quem gosta de caminhar é bom. Pra mim, não tem valor nenhum. Eu nunca fui e nem vou. Eu ia muito pra esse lado aí de cima. Tinha muito as antigas paredes de casa, de pedra. Onde os escravos moravam. Se tá em pé até hoje, tem que preservar, né. Para os mais novos. Pra quem gosta de história é bom, né (Entrevistado 27).

Para a criação do parque inicialmente foi estabelecida sua delimitação, apresentada no capítulo 3, que motivou em 2005, por ação municipal, a desapropriação de algumas casas construídas junto ou sobre vestígios arqueológicos:

[...] a prefeitura entrou e tirou todo mundo que morava dentro das casas de pedra. Porque as casas era de pedra e o povo punha telhado, herdava elas. A prefeitura entrou no meio, época do Ângelo Oswaldo prefeito, indenizou e tirou. Porque tava acabando com o Morro da Queimada (Entrevistado 20).

O tema da desapropriação das casas emergiu das falas de maneira espontânea, sendo que 57% entendem que a atuação era necessária, 3% manifestam o desejo de ter estado entre os desapropriados, por residir na parte alta, em local de difícil acesso. E 34% manifestam grande insatisfação por nada ter acontecido após o processo, alegando abandono:

Foi ótimo, mas até hoje não tomaram providência. Tiraram todo mundo pra fazer o parque arqueológico, e até hoje não mexeram em nada... eu acho importante sim, eu acho, sabendo mexer, evoluir ali bastante, vai ter muito turista (Entrevistado 43).

De acordo com o Entrevistado 47, foram aproximadamente 15 famílias desapropriadas: “graças a Deus, muitos conseguiram comprar os barracos. [...] Tem uma família que paga aluguel [...] não queria sair do bairro. E não tinha casa pra comprar. Comprou um lote, parece que tem até uma mina no lote”. Por isso, não consegue construir. Entre os moradores que foram ouvidos para a pesquisa, uma pessoa relata a experiência em deixar com a família o lugar onde nasceu e se mostra indignada em não perceber nenhuma ação de limpeza da área após a desapropriação:

Eu num gostei não. Eu gostava lá de cima, né [...] senti, bastante [...] Eu nasci lá. [...] tiraram a gente de lá e não fez nada até hoje, lá tá cheio de mato. Por mim, tinha que limpar lá, né. Porque desde que tirou, falou que ia arrumar lá, tirou todo mundo às pressas e até hoje não fez nada (Entrevistado 25).

Apenas 6% dos entrevistados dizem não aprovar as remoções de famílias para criação do parque, como se percebe na passagem a seguir na qual o morador manifesta uma completa descrença na implantação do parque e no potencial da área para atividades de lazer:

[...] Poderia ter muito mais família onde hoje é o parque. [...] Fui contra. [...] Tirou família de onde não precisava tirar. O que é parque? Não tem parque arqueológico. Eu não acredito que vai ter esse tipo de ação [...] aqui é só subir montanha. Não tem onde você fazer nada. Visitar... correr (Entrevistado 33).

Ao caminhar pela região do parque no encontro com a ocupação urbana do bairro é possível observar remanescentes das casas que foram desapropriadas, como na Figura 176.

Figura 176 - Registro de base remanescente de casa desapropriada



Fonte: Acervo da autora (2019)

O Parque Natural Municipal das Andorinhas¹¹¹, nas imediações do Morro São João, faz divisa com o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada e compreende uma Unidade de Conservação na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Esse território caracteriza-se pela importante reserva de água, além de relevante riqueza de fauna e flora que se mostra como transição da Mata Atlântica e do Cerrado. O Parque das Andorinhas foi estabelecido como subcategoria de análise, na categoria patrimônio, pela proximidade com a comunidade do Morro da Queimada, além de sua importância ambiental e lugar de memória, enquanto local de acesso e vínculo histórico, nas origens dos primeiros arraiais que vieram a constituir à antiga Vila Rica.

¹¹¹ O Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas foi criado em 1968. Em 2005, a Câmara Municipal de Ouro Preto aprovou o projeto de Lei nº. 69, estabelecendo novos limites para a Unidade de Conservação, que passou a Parque Natural Municipal das Andorinhas (PNMA). Atualmente, o parque abrange uma área total de 557 hectares. Disponível em: <<https://andorinhas.eco.br/parque/>>. (Acesso em: 16 jul. 2019).

O direcionamento temático ao Parque das Andorinhas teve como propósito identificar os valores e significados atribuídos pela comunidade, ao considerar a proximidade geográfica e o aspecto histórico-cultural, revelados também nas características físicas ambientais e em práticas cotidianas. Os valores e significados atribuídos foram reunidos no Quadro 4, conforme a seguinte matriz classificatória: imaginário, práticas cotidianas e fomento.

O imaginário reuniu valores históricos e ambiental-paisagísticos que se estabelecem pela memória, em fatos, conhecimentos, fantasias e experiências sensitivas. Naturalmente que o imaginário também se manifesta em práticas cotidianas, e procurou-se classificar aqui valores de usos que se estabelecem por recursos naturais, percursos e atividades de esporte e lazer. E, por fim, estabelecem-se valores econômicos e turísticos que também emergem associados a outras regiões da serra, em geral ao Parque Arqueológico Morro da Queimada.

Quadro 4 - Síntese dos valores e significados atribuídos pela comunidade ao Parque Natural Municipal das Andorinhas

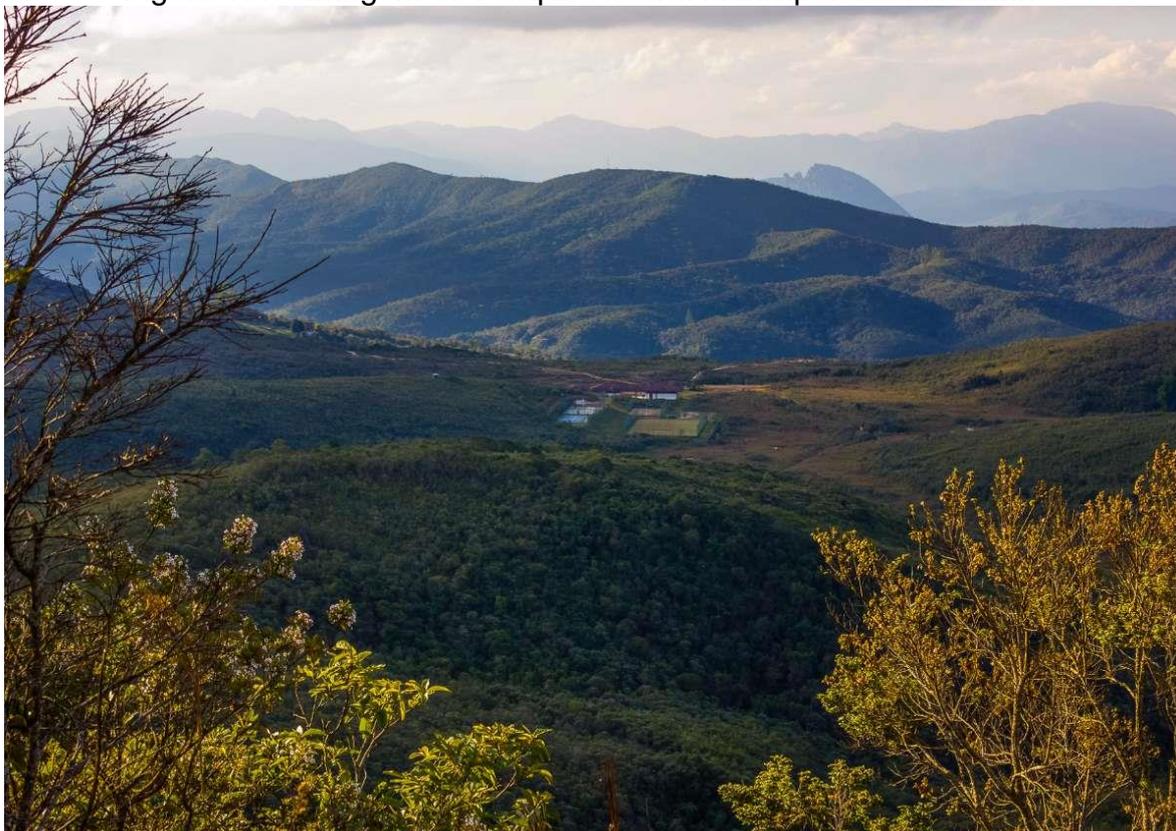
Imaginário	Valores físicos ambientais
	Valores paisagísticos
	Valores históricos
Práticas cotidianas (valores usos)	Recursos naturais
	Percursos
	Atividades de esporte e lazer
Fomento	Valor turístico
	Valor econômico

Fonte: Elaborado pela autora

Valores físicos ambientais são assinalados com maior frequência, na maior parte das narrativas, sendo que 41% dos entrevistados citam como principal elemento atrativo a água e as cachoeiras. A natureza como terminologia aparece em 18% das falas, mas parece estar contida também em expressões de contemplação e vivência de um “lugar bonito”, de “vista boa”, de “paisagem” e “beleza natural”, que se revelam em 29% dos depoimentos, como nesta afirmativa onde a natureza é

qualificada como bela: “local bem bacana de se apreciar uma bela natureza” (Entrevistado 34). A Figura 177 revela um pouco do que se pode vivenciar na paisagem do Parque das Andorinhas em harmonia com a natureza.

Figura 177 - Imagem do Parque Natural Municipal das Andorinhas



Fonte: <<https://andorinhas.eco.br/parque/>>. (Acesso em: 16 jul. 2019.)

Como conceitos arraigados, a paisagem quando aparece nas falas parece se restringir a experiências visuais e geralmente se esgota na natureza; entretanto, sabe-se que o ambiente se relaciona aos aspectos físicos e biológicos, mas na verdade a própria atribuição de valor e significado faz da paisagem também ambiente cultural. Como bem destaca Bonesio (2012, p. 205): “o paradigma ambiental é obviamente biológico-científico, naturalístico; o paisagístico é um paradigma cultural e ético”. E completa que “o próprio conceito de ‘natureza’ e a sua percepção são culturais e históricos”.

O que importa neste momento não é discutir terminologias empregadas na linguagem, mas sim compreender como se estabelece no território o fenômeno da “trajectiva” analisada por Berque (2013b), em que a mediância se estabelece entre o

homem e o meio ambiente em completa interação. Nessa experiência vivida, também abordada por Berleant (2013) ao descrever que o homem se compromete fisicamente e de maneira sensível ao ambiente, pode-se dizer da construção da paisagem em seus valores e significados. É certamente, no cruzamento de valores e práticas atribuídos pela comunidade se faz a experiência estética e social do espaço.

Interessante como na narrativa a seguir, fica implícito um valor paisagístico, reconhecendo os aspectos físicos da natureza, mas também valores culturais, na interação do homem com a natureza, ao considerar aspectos perceptivos e apropriação do espaço, em valores de uso: “o visual lá é bem bonito. Não considero tanto o ambiente para poder nadar. Mas eu acho a vista muito bonita, lugar pra reunir os amigos, a família” (Entrevistado 35).

Observa-se na fala abaixo uma apresentação quase que “poética” do território em seu valor paisagístico quando o ambiente geológico e geográfico é descrito, atribuindo valor cultural e estético além de significados à região quando se ressalta a abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, caminho natural e histórico por onde chegaram os bandeirantes, cuja informação, embora não esteja explícita na narrativa, é de conhecimento de um grupo social de “pessoas qualificadas”. Ou seja, trata-se de um território que há tempos vem sendo transformado em seu ambiente natural e cultural.

Cachoeira das Andorinhas, que é a cachoeira mais bonita em quartzito do mundo, nascente do Rio das Velhas, a água nasce ali como se fosse uma criança, como se fosse um ser humano, ali ela vai pra Sabará, Belo Horizonte, abastece toda essa região aqui pra baixo. Vai até a Bahia, Rio São Francisco, Serra da Canastra, nós sabemos qual a importância (Entrevistado 51).

A riqueza hidrográfica, além da beleza cênica das cachoeiras revelada nas imagens das Figuras 178 e 179, possibilita experiências estéticas, por meio das quais são narradas paisagens em processos de engajamento, ou seja, por comprometimento ativo ao meio.

Figura 178 - Cachoeira das Andorinhas



Fonte: <<https://andorinhas.eco.br/parque/>>. (Acesso em: 16 jul. 2019.)

Figura 179 - Cachoeira Vêu das Noivas



Fonte: <<https://andorinhas.eco.br/parque/>>. (Acesso em: 16 jul. 2019.)

A natureza é significada pela narrativa que se segue na qual a importância do Parque das Andorinhas é atribuída ao desejo e necessidade de aproximá-la da vida cotidiana, diante de uma realidade urbana em que a cada dia o homem se afasta do natural ou estabelece com ele relações depreciativas. Esse sentimento foi notável ao se analisar os discursos em sua experiência estética com a serra e com a cidade como um resgate do que o meio natural pode oferecer no comprometimento perceptivo e sensitivo: “a importância é a natureza, né. A única natureza mesmo [...] é lá, né. Respirar o ar livre, o ar puro, diferente da cidade, né” (Entrevistado 02).

A interpretação é feita retomando Simmel (2009) quando explica o fenômeno desencadeado pelo homem moderno ao se apartar da natureza. E, nesse sentido, conforme exposto por Ritter (2013), o homem busca novas alianças com a natureza, o que explica também a compreensão da paisagem reduzida aos aspectos estéticos e a natureza torna-se um objeto de dominação.

A comunidade demonstra reconhecer o valor histórico do local, citando a região do Morro São João como local de origem da cidade. Nesse sentido, também se observa o local como “lugar de memória”, segundo Nora (1993), numa tentativa de conexão

ao passado pelos remanescentes de uma história. O Entrevistado 41 ressalta a importância do parque como forma de preservação, reconhecendo seus valores para além dos aspectos físico-ambientais, incorporando a necessidade da presença humana neste espaço, onde se refugiam significados históricos:

Além da preservação do meio ambiente, com a fauna e com a flora, tem alguns animais lá no Parque das Andorinhas. Acho interessante porque viabiliza uma forma de estar todo mundo inserido com a história da cidade, com alguns pontos que são importantes (Entrevistado 41).

O Parque das Andorinhas também é lembrado em sua conformação geológica, em aspectos naturais que marcam simbolicamente a região, cujos elementos significados recebem nomes como a Pedra do Jacaré, configurando identidades locais por interpretações culturais. E, numa interação social em experiências contemplativas e sensitivas, o homem estabelece vínculos e também se reconhece parte do lugar.

Nas palavras de Bonesio (2012, p. 208): “é possível reconhecer os lugares na medida em que têm uma identidade”. A autora explica por meio de uma “concepção subjectivístico-estética da paisagem” a atribuição de significado individual, mas cuja identidade do lugar se estabelece pela “interpretação cultural (logo colectiva) que o configurou no tempo de modo coerente e dinâmico; e a forma da sua identidade pode ser reconhecida do exterior e restituída, por exemplo, em vários tipos de representação”. No entanto, Bonesio (2012) reconhece que um lugar não se reduz à sua própria identidade, mas também na maneira como as pessoas identificam esses lugares, assim como se apropriam e fazem uso desse espaço.

Sendo assim, torna-se importante investigar as práticas cotidianas de maneira a identificar também os valores de uso da comunidade que se estabelecem em uma “estética de comprometimento” (BERLEANT, 1997) por meio de sentidos e vivências. Nesse processo, as pessoas não apenas são influenciadas pelo meio, mas também atuam no território em uma lógica nem sempre benéfica, às vezes também impactante, em alguns casos, predatória, comprometendo a qualidade paisagística. Dos entrevistados, 35% descrevem o espaço a partir de lembranças e memórias passadas, dizendo não mais frequentar o local, e 15% afirmam ir

raramente, o que demonstra que a comunidade tem se afastado de tal lugar, sendo indicados como fatores: a insegurança, a ausência de atrativos e a falta de tempo.

As narrativas indicam que os recursos hídricos se encontram ameaçados na região, sendo uma observação frequente da comunidade, tanto por opiniões populares quanto por lideranças que identificam uma qualidade indesejável da água, além de áreas assoreadas, demandando estudos ambientais e ações de recuperação:

Parque das Andorinhas hoje é muito frequentado pela própria população, mas precisa de melhorar a qualidade da água, que todo mundo sabe que boa parte do esgoto do Morro São Sebastião cai na água da Cachoeira das Andorinhas (Entrevistado 26).

Alterações e impactos causados pela interação do homem com a natureza são reconhecidos em algumas passagens, nas quais se percebe uma natureza transformada: “a Cachoeira das Andorinhas, a quantidade de água lá era maior. Se não preservar aquilo ali, vai acabar. Vou muito. Tem muita coisa que o próprio ser humano já estragou tudo” (Entrevistado 19).

Os atrativos naturais, em especial as cachoeiras, promovem a apropriação do lugar. Mas a região também é procurada por seus mirantes, trilhas e esportes, além de espaço de diversão, como a tradicional prática de soltar pipa. O lugar recebeu recentemente investimento em infraestrutura com quiosques e churrasqueiras, frequentados pela população para o convívio e lazer. A estrutura implantada, embora aprovada pela maioria dos entrevistados, deixa descontente uma minoria que diz perder a liberdade e comprometer a pesca. Membros da liderança de bairro reconhecem trabalhos realizados por funcionários da prefeitura, mesmo com a carência de investimento, sendo frequentes as reclamações da falta de manutenção em opiniões da população geral.

Como visto na análise do Sítio Arqueológico Morro da Queimada, a exploração de reservas naturais vinculou historicamente os homens ao território, sendo fator motivador da instalação e desenvolvimento dos primeiros arraiais. Os aspectos naturais conferem identidade ao lugar e a memória revela como a experiência e a prática cultural do garimpo de ouro se manteve pela região em percursos

exploratórios pela serra. Segundo morador do Morro da Queimada, a sua juventude foi marcada pela atividade de garimpo na região da Cachoeira das Andorinhas, cujo acesso era feito por trilha até o Morro São Sebastião, descendo em direção à cachoeira:

Eu e meu pai trabalhamos muito no garimpo do ouro lá [...] da idade minha de uns 12 anos, até 18 anos, que aí eu comecei a trabalhar. [...] aí depois foi proibido, né... mas tem um ouro muito bom naquela região. [...] lá é um ouro mais grosso [...] era a maneira de sobreviver, né... aqui eram poucos garimpeiros... (Entrevistado 22).

A conformação geológica do Parque das Andorinhas também atraiu atividades de extração de rochas para construção, inclusive em atividades vinculadas ao poder público municipal na década de 1960, conforme a descrição, cuja percepção revela ações antrópicas e a consciência de uma natureza transformada que se conforma paisagem:

Na época prefeitura quebrava pedra lá, pra fazer muro, fazer calçamento. Então eu quebrava lá. Eu trabalhei muito tempo de ajudante de caminhão puxando pedra de lá, da Cachoeira das Andorinhas. Então, já num é também aquilo que a gente viu naquela época, já não é mais, inclusive a água, a água baixou muito, diminuiu demais, mas mesmo assim, ainda continua sendo... ainda continua sendo... a Cabeceira do Rio das Velhas (Entrevistado 01).

O percurso da população pela serra envolve práticas, usos, tradições e cultura. As lenheiras, como são chamadas, ainda hoje percorrem o território em atividades cotidianas, buscando lenha na região do Parque das Andorinhas e adjacências, como na região da Fazenda Campo Grande, Figura 180. O relato de uma senhora de 80 anos, embora seja curto e direto, revela uma paisagem rudimentar no trajeto, além de uma informação importante, uma olaria na região: “ia buscar lenha. A gente subia, chega lá você quebra e vai pra Olaria. Tinha uma porteira e uma ponte de tábua [...]” (Entrevistado 15).

Figura 180 - Lenheiras percorrendo o território



Fonte: Fotografia da arquiteta Deise Lustosa (2019)

Diante da extensão e complexidade cultural e patrimonial da serra, a categoria referências reúne outros elementos identitários não menos importantes e se constitui na última classe a ser analisada no universo: *experiência estética na serra*. De maneira sintetizada, apresentam-se os conteúdos significantes de maior frequência nas subcategorias: relação com bairros vizinhos e percursos.

O patrimônio da serra também é ressaltado nos núcleos urbanos presentes desde a origem da cidade, nos antigos arraiais do Morro São João, do Morro São Sebastião, do Morro Santana, e da Piedade, atribuindo-se aos lugares valores históricos, estéticos e culturais. A Figura 181 retrata a Capela de São João onde, segundo o Entrevistado 51, “foi celebrada a primeira missa”. Ainda sobre os valores históricos, o Entrevistado 24 destaca que “os Bandeirantes chegaram primeiro lá no São João”. Os lugares também são narrados por vistas privilegiadas, como na fala do Entrevistado 10, ao descrever qualitativamente: “no São João, tem uma capelinha muito bonita, tem uma vista muito bonita, tem um pátio bonito, só você vendo”. A Figura 182 registra o acesso ao Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada pelo adro da Capela de São João, sendo possível observar a atmosfera

propiciada pela natureza da paisagem, que somente pode ser sentida no comprometimento deste caminhar.

Figura 181 - Capela de São João



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 182 - Acesso ao Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada na região do Morro São João



Fonte: Acervo da autora (2019)

Os núcleos urbanos da serra são frequentemente associados aos Parques do Morro da Queimada e Andorinhas, sendo também destacado o potencial turístico da região:

Acho que, construindo o Parque Morro da Queimada e melhorando o Parque das Andorinhas, o turismo nessa parte do Morro de Ouro Preto vai melhorar muito, e também melhorar a imagem das três capelas que tem: a Capela de São João, a Capela de São Sebastião e a Capela de Santana [...] (Entrevistado 26).

As capelas de Santana e São Sebastião, cujas imagens são apresentadas nas Figuras 183 e 184 respectivamente, também se constituem em espaços cuja natureza e obra humana se configuram em paisagem.

Figura 183 - Capela de Santana



Fonte: <<https://www.google.com/maps>>. (Acesso em: 20 ago. 2019.)

Figura 184 - Capela de São Sebastião



Fonte: Acervo da autora (2019)

Aspectos arquitetônico-constructivos geralmente são manifestados por atores sociais que trabalham como guias turísticos. O depoimento abaixo ocorreu junto à entrada de uma mina e em local de privilegiada vista do centro da cidade. Destaca-se, na narrativa, o trabalho escravo e o uso da rocha mineral, no caso a canga, nas construções do morro. Também se revela a compreensão da tipologia das primitivas capelas e o posterior desenvolvimento arquitetônico e estilístico na área central da cidade, além de considerar a evolução da técnica construtiva e a circularidade cultural, ao reconhecer as influências europeias:

Hoje, o desenvolvimento em questão do maior conjunto arquitetônico e de arte sacra, e das casas barrocas, se encontra naquele lado. Mas, se você ver a vista... e estamos numa casa construída com rejeito da mineração. E uma das poucas casas intactas. E esse bairro vem a ser todo destruído, até mesmo pela cobiça do ouro... as igrejas praticamente eram construídas nesse formato e depois que vem ser desenvolvida em outro conjunto, em bloco de pedra, como as igrejas europeias... nesse processo dos atos humano, que foi escravizar os africanos [...] (Entrevistado 34).

A Mina 13 de Maio, localizada na rua homônima, é citada por alguns moradores pela proximidade ao bairro, sendo considerada parte do território em alguns relatos, como de fato em sua extensão se desenvolve na base do morro, cujo interior é retratado na Figura 185. Essas galerias subterrâneas se constituem em espaços essencialmente naturais, configurados pelo espírito e desejo humano, seguindo reflexões de Simmel. Nesse contexto, as experiências são únicas, mas se influenciam pelas crenças consolidadas no imaginário social. O gestor do lugar relata ter recuperado uma ruína de pedra, com remanescentes de alvenarias em pau-a-pique, onde se instalou o receptivo da mina, atualmente aberta para visitação, conforme Figura 186.

Figura 185 - Galeria Mina 13 de Maio



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 186 - Receptivo Mina 13 de Maio



Fonte: Acervo da autora (2019)

Pode-se dizer que as pessoas necessariamente circulam pelos bairros do entorno e pela cidade, seja para trabalhar, seja em busca de atendimento a necessidades básicas e fundamentais. O bairro Morro da Queimada possui completa relação de

dependência ao que tange a equipamentos comunitários como: escola, posto de saúde, creche e igrejas. Nesse aspecto, a comunidade geralmente é atendida pelo bairro Morro Santana, o que aproxima essas comunidades. Praticamente todas as crianças e jovens estudam, ou já passaram, pelas Escolas Cirandinha e Juventina Drummond, sendo esta uma importante experiência social que gera vínculos de outras naturezas. Em se tratando de atividade escolar, também há frequências em outras unidades da cidade e fora da serra, como na Escola Horácio Andrade no Alto da Cruz, Escola Marília de Dirceu no Antônio Dias, além de escolas no centro.

Como visto anteriormente, a religiosidade também é marca identitária da comunidade do Morro da Queimada, cujos significantes são variados em crenças e valores, além de mover o patrimônio cultural em suas manifestações e celebrações. A ausência sentida de uma capela no bairro faz com que grupos religiosos católicos acentuem relações com as capelas do entorno na frequência de missas e novenas, principalmente no Santana, citados por 39% dos entrevistados, com menor assiduidade no Morro São João e São Sebastião. Curiosamente, as participações em festas religiosas e tradicionais, em outros núcleos urbanos da serra, surgem de maneira pouco significativa nas opiniões gerais, embora alguns entrevistados e lideranças religiosas manifestem alguma colaboração e envolvimento. Fato este que também parece recíproco ao Morro da Queimada, ao presenciar um grupo do Santana coroando Nossa Senhora na Festa de Santo Antônio, ou mesmo, quando grupos de Congado e Fanfarra agraciam a Festa de São Judas Tadeu.

Embora fuja ao universo de análise proposto à seção, mas completando os significantes de práticas religiosas da comunidade, vale esclarecer que a aproximação do Morro da Queimada ao bairro Santa Efigênia, em especial à Igreja de Santa Efigênia, se estabelece por conexão visual direta na experiência do olhar constante e intenso do morador do bairro, como se fizesse parte dele. Contato este intensificado fisicamente, na relação de lideranças religiosas com a Paróquia, e também na participação de missas por parte da população, quando se calcula que 41% dos informantes optam por frequentar a igreja. E nesse sentido, grupos religiosos estabelecem vínculos também com outras paróquias da cidade.

O comércio do bairro não é significativo, além de bares, se restringe a “Quitanda do Gutinho” na parte superior, além do açougue do Ferreira e de um pequeno mercado junto ao bar do Tião, chamado por alguns de “shopping do bairro”, porque a família se esforça para suprir o local de produtos variados. Dessa maneira, o morador também recorre a bairros do entorno como Alto da Cruz e Santana, além do bairro São Cristovão, da região central e a supermercados mais distantes, em outros bairros da cidade.

Sendo assim, percebe-se que o ambiente físico e cultural da comunidade não se restringe ao universo daquele limite imaginário. Embora se saiba que os núcleos urbanos se desenvolveram de maneira particular e que seus territórios possuam caracteres identitários específicos e particulares, as fronteiras são tênues e o cotidiano permeia de alguma maneira outros universos, em que as comunidades se envolvem, as *trajectivas*, experiências e reciprocidades acontecem, e, portanto, nos quais se influencia e se deixa influenciar. Neste processo contínuo e transformador, valores e significados são atribuídos aos lugares que também se ressignificam na sociabilidade dos espaços, onde as pessoas atuam como atores e espectadores em um verdadeiro teatro da coletividade, parafraseando Turri (2013).

O bairro se localiza em posição estratégica na serra, onde a memória resgata caminhos e percursos a regiões do entorno, embora atualmente os entrevistados revelem, por prática, o uso da via principal, Rua 15 de Agosto, que interliga o Morro da Queimada aos bairros Morro Santana e Morro São João, além de ser caminho para a Cachoeira das Andorinhas, Fazenda Campo Grande e São Sebastião. Na parte baixa do território, o Morro da Queimada se encontra em proximidade da via de acesso ao centro da cidade, além da existência de travessas e escadarias, que cortam caminhos no cotidiano dos moradores, pela tradicional encosta da Encardideira¹¹², chegando ao bairro do Antônio Dias em curto espaço de tempo. Certamente, estes aspectos físicos e geográficos também facilitam e favorecem aproximações, que serão vistas no próximo universo de análise, como *experiência estética na cidade*.

¹¹² Encosta da Encardideira: neste local encontra-se a Mina da Encardideira no bairro Antônio Dias. De acordo com a história, o escravo liberto Chico Rei comprou sua alforria e também a Encardideira.

4.3 Paisagens que se aproximam e se distanciam do patrimônio legitimado

Paisagem que eu tô vendo. Eu chego aqui, eu vejo a minha paisagem. [...] Lá atrás... lá... lá tem uma barragem [...] ali... abaixo do pico, tem uma lagoona, que a água é gelada. [...] Pra mim é infinito, né. Porque não é só aqui, tem mais pra lá, né. É infinito. Paisagem pra mim é infinito. Olha lá, levantando casa, fazendo tudo. Fazendo casa sobre casa, olha aquilo lá. É uma em cima da outra. [...] ali é a Vila [Aparecida]. É quase a mesma coisa daqui, uai. Lá é um bairro, aqui é outro. Ai... Paisagem! O asfalto passando lá em cima... eu vejo tudo da minha casa [...] da procê vê Bauxita, Vila, Pocinho. Pra mim é tudo paisagem. [...] Pra mim só tá aglomerando a cidade, né... aglomerando, crescendo mais a cidade (Entrevistado 14).

A narrativa acima, expressa por um morador do Morro da Queimada, ensina, surpreende e revela a paisagem vivida como uma construção social. Sem que soubesse, mas na experiência vivida, apresenta a paisagem no tempo-espaço, de uma natureza transformada, como nas palavras de Assunto (2013b), mas também em uma experiência estética, na qual o ser se compromete fisicamente e sensitivamente, como defendido por Berleant (2013). O discurso se dirige a um território físico-biológico agenciado culturalmente ao longo do tempo, onde recursos naturais são explorados, onde a especulação e a ausência de programa de habitação levam pessoas a ocupar áreas de encosta, onde obras civis acontecem, onde a urbanização quase parece calar a natureza.

O Entrevistado 14, com toda sensibilidade no olhar, apresenta o ambiente natural do pico e da lagoa, destacando sensações. Ele observa e descreve a transformação da cidade e se insere no discurso, reconhecendo que lá “é quase a mesma coisa daqui”, ou seja, ele se reconhece na paisagem. Paisagem é tudo: natureza transformada, pessoas, ocupações e construções. E, no infinito do que observa, parece se encontrar os postulados de Assunto (2013b) sobre a paisagem, espaço em que o tempo é pensado na infinitude da natureza, que sempre se renova, e reconhece na dimensão humana a sua finitude. Nota-se que a paisagem é descrita na experiência vivida da cidade, não sendo destacados monumentos e o conjunto patrimonial da área central. Nesse caso, as aproximações acontecem quando a cidade é lembrada por sua atividade turística, naturalmente pelo trabalho; e na observação de registros fotográficos, não reconhecendo modificações ocorridas na

área central: “aqui num pode... é Patrimônio. O centro tá a mesma coisa” (Entrevistado 14).

Narrativas como essa conduzem a análises e interpretações do imaginário social dessa comunidade, sendo base para o desenvolvimento deste último universo de análise: *experiência estética na cidade*. Utilizando das definições de Berque (2013a) e de Berleant (2013), a paisagem é apresentada, pela *trajectiva* do sujeito morador do Morro da Queimada que, por experiência e vivência, se compromete fisicamente ao ambiente da cidade. Para análise foram estabelecidas subcategorias reunidas em duas categorias iniciais que se inter-relacionam e estão imbricadas ao imaginário: memória e identidade. O Quadro 5 organiza os aspectos a serem analisados.

Quadro 5 - Universo de análise 3: experiência estética na cidade		
Categoria inicial	Subcategorias	Tipo
Memória	Imagens e lembranças	<i>A priori</i>
	Experiência do olhar	<i>A priori</i>
	Legibilidade da paisagem	<i>A priori</i>
Identidade	Significado do lugar	<i>A priori</i>
	Referências	<i>A priori</i>
	Pertencimento	<i>A priori</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Os estudos de Purinton e Potteiger (1998) foram fundamentais para o entendimento de como as narrativas, embora individuais, criam “comunidades interpretativas” em que paisagens revelam histórias e memórias. E, nesse sentido, paisagens e narrativas são reconhecidas como “criações intertextuais”. Por meio de discursos em contextos históricos criam-se mundos sociais, sendo necessária abordagem crítica para que se compreenda o posicionamento das histórias narradas e conseqüentemente a leitura da paisagem produzida.

Purinton e Potteiger (1998) recorrem aos estudos dos geógrafos James e Nancy Duncan ao compreenderem a leitura da paisagem por meio de textos e metáforas intertextuais: “embora possam ser simbólicas, elas não são obviamente referenciais, e são criações altamente intertextuais do leitor, tanto quanto são os produtos da sociedade que originalmente os construiu” (DUNCAN; DUNCAN, 1988 *apud* PURINTON; POTTEIGER, 1998, p. 57). Essa reflexão foi realizada anteriormente, no capítulo 2, na análise da formação da cidade de Ouro Preto e seus aspectos identitários cuja leitura da paisagem pode ser feita na compreensão do discurso social e político da época. Nesse mesmo sentido, a paisagem atual, caracterizada pelas ocupações nas encostas, também reflete práticas políticas e sociais, que podem ser lidas pelo discurso de seus agentes sociais.

Ainda conforme James Duncan e Nancy Duncan, embora o significado atribuído à paisagem possa variar, se vinculam a contextos sociais, que limitam e agrupam interpretações (DUNCAN; DUNCAN, 1988 *apud* PURINTON; POTTEIGER, 1998). Em perspectiva social e cultural, as histórias se tornam compartilhadas, atribuindo força às narrativas quando relacionadas ao tecido de uma comunidade, ao que Purinton e Potteiger (1998) denominam “comunidade interpretativa”.

Conforme definido por Pesavento (2012), a memória assim como a história são entendidas como representações narrativas, e podem ser definidas como fenômenos de resgates de uma ausência no tempo. Nesse caso, a memória reúne aspectos significantes dos discursos que representam o relacionamento da comunidade com a cidade e em cujas paisagens narrativas manifestam experiências estéticas e sensitivas. E numa dialética de significados, a memória também desperta elementos identitários, o que desencadeia sobreposição de significantes nas categorias estabelecidas.

A relação com a cidade será, portanto, inicialmente analisada como paisagens de memória (PURINTON; POTTEIGER, 1998), tipologia narrativa já apresentada e utilizada nas escalas de abordagens anteriores, considerando que os elementos que constituem a paisagem são dispositivos de memórias que se sedimentam em lugares, resgatam lembranças passadas e despertam experiências e sensações. A análise e interpretação dos significantes relaciona diretamente três subcategorias a

priori que, em sobreposições de significados, serão analisadas conjuntamente: (i) imagens e lembranças, (ii) experiência do olhar e (iii) legibilidade da paisagem.

A subcategoria imagens e lembranças da cidade teve como propósito despertar sentidos e identificar elementos significativos e presentes no imaginário da comunidade. Esse resgate da memória revela referências, além de maneiras de se relacionar com o universo da cidade. Embora não se pretenda reforçar a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, nesse caso optou-se por classificá-lo separadamente, como forma de organizar os significantes e mesmo compreender como essa relação se estabelece no imaginário das pessoas. Os conteúdos narrativos variam de aspectos tangíveis a intangíveis, passando pela revelação de sentimentos, afetividades e conceitos sedimentados.

A identificação da cidade por uma imagem foi tratada por Ribeiro (1996, p. 56) ao justificar que, em seu “substrato verdadeiro”, a imaginação “sedimentaria identidades sociais e a compreensão socialmente possível da vida urbana”. O autor atribui ao processo o termo *imagens-síntese* que se constitui em representações e símbolos de identidades socioculturais, em experiências vividas e especializadas, em crenças, mitos e valores heterogêneos, mas que retratam a coletividade e o imaginário social de uma cidade.

Os significantes mais frequentes das imagens e lembranças se agrupam na natureza material do Patrimônio, em que se destaca simbolicamente a arquitetura monumental, sendo citadas com maior frequência as igrejas. A Praça Tiradentes também aparece nas narrativas, cuja imagem mais resgatada é a da antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência. A paisagem como metáfora intertextual e produção social (DUNCAN; DUNCAN, 1988 *apud* PURINTON; POTTEIGER, 1998) se manifesta no depoimento a seguir, no qual a Praça Tiradentes é identificada como centro do poder administrativo, nas polaridades da antiga Casa de Câmara e Cadeia e do Palácio dos Governadores, justificando o posicionamento da estátua de Tiradentes, ou seja, de costas para o símbolo da coroa portuguesa: “Praça Tiradentes, Museu da Inconfidência, Palácio dos Governadores. Tiradentes de frente pra cadeia e de costa para os seus governadores” (Entrevistado 31).

Aspectos e fatos históricos são ressaltados com frequência, associados à riqueza mineral e a escravidão, além do conceito arraigado de cidade histórica, na representação e exaltação do “centro histórico”, onde geralmente o discurso se concentra na Praça Tiradentes e adjacências, Rua Direita, Rua São José e Pilar. O patrimônio se associa à ideia do imutável, do monumental, da importância histórica, mundial e da atividade mineral. O Entrevistado 08 apresenta Ouro Preto resumindo elementos representativos na visão coletiva, indicando a imagem simbólica de uma cidade histórica e turística:

Para os turistas a história que o pessoal conta aí do passado [...] muitos turistas vem passeando, acha bonito ali o museu, né. As igrejas. Eu como já acostumei, fica sendo mais comum. Vista assim... a distância é o Itacolomi. Mas o centro da cidade é a Praça Tiradentes, Rua Direita, Rua São José... é isso (Entrevistado 8).

Numa abordagem diferenciada e real, este morador do Morro da Queimada reconhece como essas referências se incorporam no cotidiano dos que residem na cidade, e, embora significativas, também podem se banalizar. E certamente, um suposto fenômeno de banalização pode gerar alienações e influenciar a experiência estética na cidade.

As referências culturais, mesmo que em menor proporção em relação aos bens materiais, surgem em lembranças da cidade: na tradição de festas como o Carnaval, em descrições de celebrações religiosas como a Semana Santa e nas manifestações de grupos de Congados. Também foi lembrado um antigo Festival de Vinho no Largo de Coimbra que entendem corresponder ao Festival de Inverno, talvez pelo calendário. Na descrição de suas lembranças da cidade, o Entrevistado 44 demonstra conhecimento na amplitude do conceito de patrimônio:

A gente lembra da parte mais histórica, que é o centro, e também lembro dos lugares que eu mais gosto. Gosto muito de igreja, né [...] Eu acho que Ouro Preto não é só o material, né... que é o mais conhecido; que tem o imaterial, que tem muita coisa aqui, que não é físico, muitas tradições que não são físicas, mas que a gente deve continuar preservando. Muitas religiosas, como o Congado. O Congado enfraqueceu bastante... aquele tanto de Congado, a gente não dormia não. A gente saía daqui para ir no Santa Efigênia e Padre Faria (Entrevistado 44).

Entretanto, as lembranças estão frequentemente associadas ao saudosismo de suas práticas, quando lamentam transformações no tempo, o que também demonstra a importância da transmissão de saberes e tradições. As abordagens culturais permeiam falas dos atores em opiniões populares e, embora citados por apenas 18% dos entrevistados, evidencia-se de alguma maneira envolvimento e representação da população do morro na tradição e vida cultural da cidade. A manifestação do intangível também encontra lugar nas falas populares, como em memórias afetivas, no saudosismo de práticas e de relações pessoais do cotidiano, no ambiente central da cidade. E, nesse sentido, salvo algumas exceções, nota-se que os entrevistados mais velhos são os que geralmente associam pessoas à cidade.

Nas imagens da cidade, os aspectos naturais foram lembrados de maneira contida inicialmente, sendo realizadas referências ao Pico do Itacolomi como elemento simbólico. Aspectos da topografia aparecem na descrição de cansativas ladeiras e na atribuição de valor estético, na leitura de uma “cidade dentro das montanhas” (Entrevistado 37). Em relação aos valores e riquezas naturais, o Entrevistado 26, liderança política do bairro, pondera que a cidade de Ouro Preto é sempre lembrada pelo conjunto patrimonial do “centro histórico”, havendo necessidade de promover lugares como: “São Bartolomeu, Andorinhas, Morro da Queimada e Serra da Brígida, que dá uma visão maravilhosa lá no morro. O turismo é o pilar mais forte da nossa economia”.

É evidente como a valoração patrimonial necessariamente acompanha atribuições de valores econômicos e turísticos, emergindo por diversas maneiras em opiniões gerais e de lideranças do bairro, o que reforça a necessidade de incorporá-los em estudos que subsidiem o planejamento e desenvolvimento sustentável da paisagem. Como analisa Berleant (1997), valores estéticos do ambiente se associam a valores econômicos, e geralmente não se aproximam dos valores sociais e individuais. E torna-se necessário estabelecer um juízo normativo que recuse aspectos subjetivos e quantitativos, mas que, por experiência qualitativa do ambiente, seja capaz de estabelecer categorias para uma análise crítica da paisagem.

Durante a entrevista, como mecanismo de estímulo a lembranças foram apresentadas fotografias antigas e recentes da cidade. Optou-se por mostrar as imagens em um segundo momento, para que inicialmente se pudessem identificar quais imagens seriam restauradas naturalmente pelo imaginário. Os registros antigos de Ouro Preto despertaram sensações diversas e, por vezes, contraditórias, que foram interpretadas, utilizando de cruzamentos de dados significantes. As fotografias como instrumento de abordagem de imagens e lembranças foram também importantes nas interpretações da experiência do olhar e legibilidade da paisagem, especialmente na análise da paisagem em processos. Cabe destacar que de grande relevância também foram as conversas em janelas, varandas e terraços voltados à cidade, onde naturalmente apontavam ocupações, locais de risco e descreviam transformações perceptíveis no ambiente.

Algumas narrativas de paisagem se enquadram ao que Purinton e Potteiger (1998) definem como processos, como ações ou eventos provenientes de ocorrências naturais ou econômicas que se desencadeia em etapas contínuas de maneira progressiva, que em sua desordem também causa uma espécie de entropia urbana, cujos aspectos inscrevem o tempo em forma de paisagem. A paisagem em processos pode ser identificada nas ações de mineração de ouro e demais extrações de recursos naturais ao longo de toda serra, em ocorrências de deslizamento de terra nas encostas e pelo fenômeno de crescimento da cidade, como o processo de ocupação do próprio Morro da Queimada, cujas histórias resgatadas em memórias foram apresentadas no universo do cotidiano. Todos estes eventos marcam a paisagem em suas temporalidades e podem ser lidas como estratigrafias no presente.

Antes de se iniciar as análises da experiência do olhar, assim como da legibilidade da paisagem, torna-se importante retomar e esclarecer mais alguns pontos, de como a teoria se fundamenta na construção da categoria de paisagem defendida nesta tese. Nas abordagens de Simmel (2009), somente por meio do olhar humano, a infinita natureza se divide em partículas e se reorganiza em paisagem. Como ato psíquico, ela se revela em unidade formal e guarda em si uma disposição anímica denominada *Stimmung*, que se constitui em um despertar da alma em reflexo de contemplação e afetividade.

Nas reflexões de Berque (2013b), o fenômeno da *mediância* ocorre na relação da sociedade com o meio, sendo que no nível da paisagem ocorrem relações de ordem simbólica. Nesse sentido, tem-se uma abordagem fenomenológica da questão. Em seu pensamento mesológico, na *trajectiva* dos universos subjetivo e objetivo, a natureza se faz sujeito (S) e a cultura predicado (P) e na apreensão do ambiente pelo homem resulta uma *realidade trajectiva*, onde a paisagem “é feita de coisas concretas (S/P), não de objectos abstractos (S) representados por um olhar abstracto (P)” (BERQUE, 2013b). Assim sendo, na *ecúnema*¹¹³ não se considera o ambiente como simples objeto, mas “um meio (S/P), que participa do próprio ser da instância predicativa, isto é, da existência humana, e que, antes desta, participa muito simplesmente da vida” (BERQUE, 2013b, p. 210-211).

Assunto (2013b) assume um papel importante ao considerar a paisagem como espaço, objeto de experiência e juízo estético. E como espaço, interessa a discussão da paisagem real, assumindo a necessidade de se pensar a cidade temporal¹¹⁴ em cuja consciência do tempo estabelece o ser da temporalidade. Ao viver a paisagem, o ser contempla a imagem da temporalidade infinita e na experiência estética, por meio dos sentidos (visão, audição, olfato, tato) reconhece por simbiose a natureza como objeto de contemplação, cujo prazer se associa a uma identificação vital, ou auto-deleite. “O ponto de vista estético interessa-se pela paisagem, enquanto a paisagem é, podemos já dizê-lo, o ambiente da ecologia considerado como objecto de contemplação” (ASSUNTO, 2013b, p. 375).

Como já visto, Berleant (1997) define a paisagem como ambiente vivido que conserva marcas de seus habitantes. Para o autor, a experiência do ambiente na apreciação de seus valores perceptivos se faz por comprometimento físico e reciprocidade ao meio, considerando que este processo carrega em si aspectos sociais, culturais e históricos. A experiência estética do ambiente ocorre de maneira qualitativa, pois envolve aspectos de percepção e sensibilidade. A valorização de uma paisagem se realiza na apreciação e juízo crítico, defendendo que o

¹¹³ “Nos meios humanos cruzam-se múltiplas relações – ecológica, técnica e simbólica – estabelecidas entre as sociedades e o respectivo meio envolvente. O conjunto destas interrelações constitui a ecúnema, distinta do ambiente na acepção que lhe é dada pelas ciências da natureza, por implicar o habitar humano [...]” (SERRÃO, 2013a, p. 185).

¹¹⁴ “Presença do passado e futuridade do presente” (ASSUNTO, 2013b, p. 356).

comprometimento estético ocorre por ações práticas e experiência perceptiva, cujos valores aumentam na medida em que se desenvolve uma maior sensibilidade. Entretanto, Berleant alerta que o ambiente também carrega em si valores utilitários, econômicos e políticos, que, por vezes, são conflituosos. Nesse contexto, Berleant (1997) considera a possibilidade do dano estético, que se manifesta pelo afastamento e por alienação do homem de seu meio, quando não há conhecimento e discernimento suficiente para um juízo crítico, considerando que este também pode estar corrompido por influências externas e interesses econômicos.

As análises da legibilidade da paisagem tiveram como propósito identificar possíveis ameaças e processos de ruptura na paisagem. E para tanto, partiu-se de um questionamento: o que a cidade já perdeu? As opiniões são variadas e significativas, mas, neste momento, interessa discutir a atribuição de dois aspectos indicados e de maiores frequências na experiência estética da paisagem, que somados constituem aproximadamente 62% do universo da amostragem: a redução de massa verde e a percepção de ocupações nas encostas, referenciada por alguns membros da liderança como crescimento desordenado da cidade. Obviamente que nem todas as manifestações se fizeram espontaneamente pelo imaginário, mas a sensibilidade foi imediata na observação de fotos antigas da cidade, como na observação:

A própria natureza, as plantas, as árvores, mudou com o tempo, né? Por causa da habitação, as pessoas foram fazendo as casas, desmatando (Entrevistado 18).

A experiência do olhar, embora considerada subcategoria independente por permitir diversas abordagens, também se faz instrumento para análise da legibilidade da paisagem e identificação de possíveis processos de rupturas na paisagem. Para abordagem da temática, o olhar da comunidade foi estimulado pelo questionamento: qual a sua percepção e vista da cidade a partir de casa? Também foram trabalhados simbolismos cromáticos e valoração da beleza, cuja técnica de abordagem, significados e interpretações serão apresentadas adiante.

Como se sabe, a tese não tem a análise quantitativa como objetivo, mas as frequências favorecem a seleção de narrativas, de maneira a inferir significados e analisar qualitativamente uma representatividade. Diante da complexidade temática,

no universo dos que assinalam o crescimento da cidade, há imprecisões e contradições, porém arriscam-se percentuais dos significantes, cruzando informações em uma amostragem de 26 pessoas. Nesse caso, 23% afirmam se importar com as ocupações, adensamentos e crescimento desordenado; e 19% embora não deixem explícito, parecem se importar. As percepções não se restringem à imagem estética, mas também revelam consequências de ações e práticas, ao destacarem impactos no ambiente físico natural e vulnerabilidade social da população em áreas de risco.

A narrativa demonstra sensibilidade e percepção ao descrever o adensamento em regiões centrais da cidade, além de manifestar preocupação com aspectos arquitetônicos do conjunto, numa visão mais conservadora. A realidade em fazer parte de uma ocupação no Morro da Queimada, não o impede de reconhecer processos de “invasão”, atribuindo inclusive juízo de valor estético:

Mudou bastante. O centro mudou muito. [...] Modificam muito a cidade, poderiam ter trabalhado isso, né? Deixaram o pessoal construindo de qualquer maneira. Incomoda as construções que não é feita no estilo de Ouro Preto. Invasão do pessoal em certas áreas tira a beleza da cidade. Constrói em local onde antigamente era preservado pelo pessoal (Entrevistado 22).

O processo de ocupação do bairro Alto da Cruz, observado na Figura 187, é frequentemente citado por estar defronte ao Morro da Queimada, como na narrativa que se segue, realizada por um morador do Padre Faria que trabalha no bairro. Em sua fala, a partir de um mirante, ele é eloquente ao descrever o processo, citando ainda, como descaso, a ausência de ações do poder público, além de observar os riscos geológicos e as consequências visuais da remoção de vegetação:

[...] a área aqui próximo ao Alto da Cruz... você vê um cruzeiro daquele lá sendo invadido... olha lá hoje! Daqui uns dias você não vai nem poder ver o cruzeiro lá. É um marco, né? Uma vista lá do Alto da Cruz. Se deixar, daqui uns dias tá todo tomado. Pico do Itacolomi atrás. Já tá tudo invadido já, daqui a pouco tá tudo invadido lá, ranca até a cruz. As autoridades fecham os olhos, né? Faz de conta que num tá vendo. [...] põe em risco aqueles que estão morando na parte baixa [...] Se chover pode afetar. Poluição visual... não consegue ver aquelas montanhas, aquele verde das montanhas (Entrevistado 31).

Figura 187 - Registro da paisagem em processo de ocupação no bairro Alto da Cruz



Fonte: Acervo da autora (2019)

As imagens antigas despertam a experiência do olhar e possibilitam reconhecer mudanças na representação do espaço em suas temporalidades. O relato do Entrevistado 41 reconhece como o crescimento da cidade vem causando impactos ao ambiente natural e revela sensibilidade, parecendo compreender que na alienação, caracteres identitários podem se tornar corriqueiros e, sendo assim, torna-se necessário um “distanciamento do olhar” para apreciação e valorização da paisagem:

[...] o meio ambiente era muito mais preservado, né? Tinha muito mais árvores. [...] Mas apesar da cidade ser pequena ela começa a crescer, começa a não ter para onde se expandir. [...] Eu vejo que na maioria das vezes, a gente não valoriza o lugar que a gente mora. Parece Deus, que foi colocando cada coisinha no lugar. Parece que foi pensado. Acaba ficando especial de vários ângulos. Eu acho isso bem bonito (Entrevistado 41).

Nas palavras de agentes da liderança, o crescimento desordenado compromete a leitura da cidade histórica, como nesta passagem, ao citar ocupações na região abaixo do Pico do Itacolomi, além de bairros já consolidados como a Vila Aparecida:

Perdeu muito, né? cresceu muito... na Serra do Itacolomi, tá vendo o que que eles tão fazendo ali, já tão invadindo. Ali num tinha nada. Novo Horizonte não tinha nada. Vila Aparecida... Por falta da prefeitura fazer um planejamento... Incomoda porque num cresce planejado, né? Ouro Preto aqui, é uma Ouro Preto mais história né, depois veio essa parte do crescimento, que agrediu muito essa coisa (Entrevistado 45).

Nesse sentido, uma liderança política, que mora no bairro, descreve que se instalou no local ainda criança junto de sua família, e analisa as razões dos processos ao longo do tempo, ao considerar a ineficiência dos planos urbanos e a falta de um programa de habitação:

A cidade nunca teve um plano diretor que funcionasse e a cidade foi crescendo desordenadamente. E as pessoas precisam de morar, e a cidade não para de crescer. Inclusive, outra deficiência que nós temos na cidade, é que não tem plano habitacional que funcione (Entrevistado 26).

Essa se mostra a principal razão das ocupações irregulares que, somadas às especulações imobiliárias na área central, levam as pessoas a se instalarem em região inapropriadas, mas que de alguma maneira oferecem recursos e acesso ao centro. Ainda que sejam poucas vezes, observam-se contradições em algumas narrativas que merecem ser analisadas, como no relato do Entrevistado 14, que inicialmente considera não lembrar o que Ouro Preto já perdeu, mas indica que o crescimento próximo ao Pico o incomoda, porque reconhece os impactos de uma ocupação desordenada em área de preservação natural, revelando comprometimento ativo ao meio:

Num lembro. Só tá crescendo só. Lá doutro lado, sentido pico, punhado de casa lá, oh... tá todo mundo avançando já. Isso não é bom pra nós. Incomoda. Daqui a pouco vai faltar água pra nós. Lá pro lado da fábrica, cachoeira já cai esgoto (Entrevistado 14).

Por outro lado, o Entrevistado 14, em um processo de alienação ao ambiente onde vive, não consegue atribuir valores que motivem a preservação do Sítio Arqueológico Morro da Queimada. É compreensível que exista uma insatisfação demonstrada pela desapropriação de casas para criação do parque, entretanto, o morador manifesta que o local seria adequado para um programa de implantação de

casas populares, na indiferença aos significados e valores aos vestígios arqueológicos:

Perdeu foi muita coisa. Esse parque... Por que não fizeram casa popular pra turma aqui? [...] aqui em cima não, desmancharam as casas por causa do parque. Aqui não. Porque ruína é ruína, uai. Desmancha e faz outras casas ali, e boa (Entrevistado 14).

Curiosamente, ao contrário da percepção na região do Pico, o Entrevistado 14 também não reconhece os impactos que a ocupação causa ao meio natural do Morro da Queimada, para além dos impactos ocasionados aos remanescentes históricos. O posicionamento na narrativa indica uma ruptura na *trajectiva* (BERQUE, 2013b) quando relata a experiência qualitativa do ambiente, destituída da identidade do lugar, o que poderia se enquadrar em uma perda da *mediância*, ou dano estético nas reflexões de Berleant (1997).

Em outro exemplo de contradição oral, o Entrevistado 33 lamenta não reconhecer paisagem na cidade, pela ausência de massa verde e árvores, indicando a região do Pico do Itacolomi como exemplo. E, como em um processo de alienação ao meio em que vive, o mesmo entrevistado se mostra a favor da expansão do bairro Morro da Queimada até o encontro com o Morro São Sebastião, em área do parque.

Um percentual de 23% dos que reconhecem crescimento e aumento no número de casas com a sua expansão urbana, apresenta narrativa confusa, ao simultaneamente afirmar que a cidade praticamente não mudou. A interpretação dessa representação coletiva advém de uma percepção relacionada à imutabilidade da área central da cidade, onde se concentra um maior acervo de bens patrimoniais. Sendo frequentes abordagens dessa natureza, principalmente por jovens, que de maneira crítica reconhecem as atenções voltadas ao centro da cidade, deixando implícita a percepção de negligência com as áreas periféricas da cidade:

Não mudou quase nada. Só aumentou o número de casas. Não me incomoda. Porque a parte que eles queriam conservar, eles tão conservando, que é o centro (Entrevistado 17).

Na sequência de narrativas do Entrevistado 29, fica claro como não se percebe adensamentos na área central da cidade, embora reconheça nas antigas fotografias uma cidade mais bonita: “num mudou quase nada. Aqui num pode construir. Praça mudou mais os carros, as árvores. O resto só reformaram. Cidade era mais bonita. Aqui.. como que era tranquila”. Entretanto, ao descrever a paisagem o morador argumenta mudanças, apresenta o crescimento no espaço temporal, reconhece “invasões” e queimadas, manifestando desconforto na ausência da massa verde:

Ah... eu acho que modificou, tá. Quando eu vim pra cá, quando eu comecei a morar aqui, num tinha esse tanto de casa, que nem você vê ali embaixo, perto do campo, do caminho da fábrica. Lá era mato, aí hoje já tem a invasão. Você olhava lá pro Pico do Itacolomi, você via verdinho, hoje cê vê algumas queimadas, mato que tão começando a nascer. Que nem aqui, a cruz do Santa Cruz, ali era tudo verdinho. Com o tempo direto tem queimada... prejudica demais. Num é que incomoda, né... você olhava assim, completava tudo verdinho, né? Aí hoje tem as casas lá, as cor do tijolo... cê olha assim... ta faltando alguma coisa (Entrevistado 29).

Na sensibilidade despertada por antigas fotografias da cidade, destaca-se esse depoimento da tradicional Ladeira de Santa Efigênia, que confirma seu significado como elemento estruturador da paisagem e referência na memória dos que vivem o lugar. Na passagem, o morador avalia que houve perda de ambiência estética com o adensamento de casas na região:

Essa aqui é a Ladeira Santa Efigênia. Fica na memória... Aqui antes, né? Tem poucas casas. Esse espaço encheu de casa... era bonito, né? Agora encheu de casa... Aqui num tinha casa quase nenhuma (Entrevistado 36).

A percepção do morador demonstra como a ocupação de fundos de lotes e a expansão urbana, em região antes marcada por vegetação, enfraqueceu sua imagem como ponto dominante na paisagem. O adensamento urbano ocorreu de maneira significativa nesta região e se revela perceptível na comparação de imagens, em registros temporais do bairro Antônio Dias. Embora tenha igualmente importância histórica e cultural na formação da cidade, o denominado “centro histórico” é ressaltado pelo imaginário popular nas imediações da Praça Tiradentes, voltando-se para a região do Pilar.

Por fim, 35% dos que reconhecem o crescimento afirma não se incomodar com as ocupações de encostas. Nessa perspectiva de análise, alguns reconhecem que a cidade modificou, mas consideram que a cidade ficou mais bonita e mudou para melhor:

Mudou para melhor. Mas tudo tem que mudar, não fica só parado não. [...] ela ficou mais bonita. De primeiro, eu olhava a rua e era pouca casa. Igual a Ladeira Santa Efigênia, tinha Antônio Dias, mas lá no Padre Faria você podia contar, não tinha bairro ali. Tinha a Rua e a Fábrica de Tecido, lá no final. E hoje não, hoje você chega e olha daqui, você vê Ouro Preto completamente diferente. E quem tá no centro só vê Ouro Preto, algumas coisas, e quem tá no alto vê Ouro Preto completamente diferente (Entrevistado 03).

O Entrevistado 03 descreve as modificações que acompanhou a partir de casa e reconhece que a cidade está completamente diferente, embora entenda que esta percepção não seja real à vista dos que a observam da região central. A impressão de uma cidade melhor também está associada à melhoria das condições de moradia no próprio bairro.

É necessária cautela na interpretação das narrativas, até porque a forma como se percebe a cidade, em seu ambiente estético e funcional, não necessariamente significa uma ruptura na *trajetiva*, ou seja, não se incomodar com as ocupações, não significa necessariamente indiferença ou alienação ao meio, mas pode corresponder a um processo de reconhecimento e identificação ao processo, reconhecendo “beleza” na experiência de olhar as encostas ocupadas. As falas também são argumentadas na necessidade de moradia, sendo justificadas como única alternativa ao crescimento e habitação. Na narrativa a seguir, o Entrevistado 05 reside na base do Morro da Queimada e manifesta que gosta de apreciar a vista do Morro da Queimada a partir da Igreja de Santa Efigênia. Por outro lado, revela preocupação das ocupações em área de risco e também manifesta preferência pela vivência em área verdes, como nas antigas fotos da cidade.

Mudou, eu sinto saudade. Queria ter vivido nessa época com jardim. Mudou coisa. Não tinha tanta casa aqui, ali, lá para cima. Eu gosto quando eu vou lá na Santa Efigênia, que eu olho para cima, é um mundo de casas, que tem ali para cima, parece que já ultrapassou o limite do Morro, cresceu muito. [...] Não me incomoda. Eu tenho mais preocupação com lugares perigosos, né. Na época de chuva (Entrevistado 05).

Entretanto, mesmo entre os que dizem não se importar com a ocupação desordenada, foi significativa a insatisfação na diminuição da vegetação e das árvores:

Aumentou muita coisa. Mudou muito. Mudou demais. No Antônio Dias. Bom demais. Ficou mais bonito. A gente acha assim. Hoje mais bonito. O problema que foi tirado as árvores. Rua das Flores tinha muita árvore (Entrevistado 01).

Aspecto esse também ressaltado em várias observações de antigo registro da Praça Tiradentes, quando afirmam que o espaço era melhor com árvores, manifestando a falta sentida de espaços públicos na região central, que ofereçam ambiência natural ao convívio e lazer.

As narrativas de paisagem em processos de ocupação revelam um aspecto importante na valoração do ambiente pela comunidade: a representação da falta da natureza que, como elemento essencial à vida, é sentida de maneira geral, mesmo em condições de alienação e afastamento. Esse processo se explica nas palavras de Assunto (2013b) ao apresentar a paisagem como imagem da vida, quando na presença da natureza, o homem contempla a temporalidade infinita. E, na experiência estética da paisagem, encontra-se o sentimento vital da natureza que tem sido colocado em risco pelo próprio homem nos processos de urbanização, por exploração de recursos naturais de maneira inadequada e desmedida, entre outros aspectos. Ainda segundo o autor, na experiência estética da paisagem, desperta-se o prazer pelos sentidos projetados no ambiente em contemplação.

Visão, audição; e cheiro, e sabores, e tacto: a contemplação da natureza, quando nos encontramos numa paisagem, é identificada de todo o nosso ser, sem distinção entre espírito e corpo: porque a fruição da alma, desinteressada, é aqui uma espécie de juízo que tem por tema não só a paisagem como tal, por aquilo que nela se pode assimilar a uma obra de arte, mas também as sensações físicas do nosso estar na paisagem, do nosso viver da natureza que se apresenta à contemplação como a paisagem da qual somos parte, porque a vivemos, enquanto nela nos encontramos (ASSUNTO, 2013b, p. 368).

Ao comungar a crença de um elo positivo entre homem e natureza, Serrão resgata os preceitos do filósofo Ludwig Feuerbach, que no século XIX já afirmava: “a Natureza tem necessidade do Homem, tal como o Homem tem necessidade da

Natureza”. Em seus estudos defendia uma visão realista, na comunhão entre o naturalismo e o humanismo (FEUERBACH¹¹⁵, 1994, p. 335 *apud* SERRÃO, 2013b, p. 25).

A localização do Morro da Queimada predispõe a comunidade à experiência do olhar, estando diante da Serra do Itacolomi e da conformação urbana central da cidade, com amplo alcance visual, em completo domínio contemplativo e sensorial da paisagem. Nessa abordagem, quando questionados sobre a percepção e a vista da cidade a partir de casa, os moradores assinalam aspectos naturais com representatividade. Os elementos naturais, em especial o Pico do Itacolomi, são citados com frequência em narrativas de paisagens em que se ressaltam belezas naturais, por vezes associadas a elementos arquitetônicos, geralmente na localização das igrejas, cuja Santa Efigênia possui presença marcante:

Eu vejo até a Praça, menina! Eu adoro sentar ali, oh. Pico do Itacolomi... eu gosto de ver a localização das igrejas, eu abro a janela do quarto e a primeira coisa que eu vejo é a Igreja de Santa Efigênia. Como minha família tem um cunho religioso, aí já me traz aquela paz interior, aquela vontade de rezar. E fora isso, dá pra ver o pico, e não só a Igreja de Santa Efigênia, dá pra ver Padre Faria, as Dores, Mariana (Entrevistado 44).

Na imagem da Figura 188, a Igreja de Santa Efigênia é retratada por uma janela de uma casa localizada na Rua do Ouro, numa perspectiva e enquadramento particular ao bairro. Nessa condição, a igreja se faz presente no cotidiano das pessoas, mas não apenas de maneira contemplativa. Na experiência do olhar, ela influencia a devoção, alimenta a religiosidade, sendo assim, não se resume a um objeto estético na paisagem, mas de referência cultural e social no bairro.

¹¹⁵ FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Tradução de Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Gulbenkian, 1994.

Figura 188 - Vista da Igreja de Santa Efigênia da janela de uma casa na Rua do Ouro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Interessante perceber na narrativa como as pessoas, numa reciprocidade contínua ao ambiente, vivem a paisagem também em projeções fantasiosas, por meio de construções imaginárias que se tornam crenças coletivas. O Pico do Itacolomi é descrito como imagem de um velhinho deitado, na atribuição de significados que ultrapassam questões estéticas e torna-se referência funcional, ao ser reconhecido tradicionalmente pela comunidade como elemento indicativo de aspectos e mudanças climáticas, balizando práticas cotidianas:

Pico do Itacolomi. Eu chamo ele de velhinho. Cê vai ver só porque... tem o narizinho dele, a pontinha do bigode dele, parece que ele tá com a mãozinha assim oh, a barriguinha dele e o pezinho dele. Você vê direitinho. Tem uma lenda do dedo, sei lá de quem... o velhinho tá lá deitado. Se o velho tiver com carapuça na cabeça... pode saber. É a fumaça, a neblina, tá frio, vai chover (Entrevistado 43).

O Pico do Itacolomi, como elemento natural, marca paisagisticamente a cidade de Ouro Preto, sendo elemento de referência desde as origens da ocupação deste território. Ele pode ser visto de qualquer lugar da Serra de Ouro Preto, como na Figura 189, e numa reciprocidade, também parece observá-la.

Figura 189 - Vista dos bairros Padre Faria e Alto da Cruz em meio ao ambiente natural da cidade, onde se destaca a Serra do Itacolomi



Fonte: Acervo da autora (2019)

As percepções de casa revelam narrativas processuais do tempo no espaço, resgatando memórias, sensações e sentimentos. Nota-se que os depoimentos resgatam lembranças e a sensibilidade da *trajectiva*, promovendo narrativas de paisagens em processo e, nesse sentido, pessoas apresentam a cidade por meio de articulações e alcances visuais, descrevendo aspectos sensitivos ao acompanharem de maneira ativa e temporal o crescimento da cidade. O relato feito por uma antiga moradora do Morro da Queimada demonstra comprometimento físico e sensitivo ao meio, ao descrever a paisagem pelo crescimento, mas também pela afetuosa lembrança de quem viveu a expansão do *Campus* Universitário e da Vila Aparecida

(Figura 190), lugar identificado como local de passagem e ligação ao Morro do Cruzeiro:

[...] se eu for mudar daqui para morar em outro lugar, eu não vou ter a paisagem que eu tenho... o tempo que eu vivi. Eu vou lembrar de onde foi o meu primeiro emprego fichado, que é lá em cima no Morro do Cruzeiro. E daqui mesmo, daqui mesmo dá pra eu ver de onde eu tô saindo, eu entrei pra ali em 1981, e agora eu tô saindo de lá. Então, eu vou saber que eu vi tudo aquilo ali construir, eu vi tudo aquilo ali crescer. Então, vou poder mostrar para neto, bisneto [...] mostrar pra eles aonde que eu descia e subia, ali na Vila Aparecida para chegar aqui (Entrevistado 20).

Figura 190 - Vista do bairro Antônio Dias e da encosta ocupada pela Vila Aparecida. No alto do Morro do Cruzeiro, os eucaliptos procuram esconder o *Campus* Universitário



Fonte: Acervo da autora (2019)

Os depoimentos revelam olhares que selecionam e que buscam elementos significativos em meio ao ambiente natural, observado em elementos característicos de seu relevo acidentado e condições climáticas que alteram fisionomias, marcam as névoas e evidenciam quedas d'águas. Na identificação ao “centro histórico”, a

Praça Tiradentes é citada com frequência, o que demonstra seu papel de referência cotidiana e lugar de memória:

Antes eu tinha vista da praça toda. Hoje acabou. Sinto muita falta. O que me chama mais atenção: quando chove naquela parte de lá, que eu vejo a parte das cachoeiras, próximo ao pico; e o centro histórico (Entrevistado 19).

A forma da cidade em topografia montanhosa, embora em menor proporção, é referenciada pelo aspecto do casario e das ladeiras. O imaginário do Entrevistado 41 guarda fantasmagorias de infância, atribuindo ao centro, curiosamente, a forma de um vulcão. A cidade é descrita na implantação da arquitetura disposta em ladeiras, além da interligação dos núcleos a partir de suas respectivas capelas ou igrejas:

Eu gosto pelas ladeiras e pelo visual das casinhas todas, uma perto das outras, cada uma de cada cor. Perto das igrejas também, as ladeiras. [...] Eu acho bonito, a forma como eles construíram a cidade, cada ponto... Por exemplo, ali começa, do lado de cá tem a Santa Efigênia, desce tem as Dores, aqui pra cima tem o São João, tem São Sebastião. Vai tipo tudo descendo, vai tipo interligando um no outro (Entrevistado 41).

As igrejas se destacam nas opiniões populares pelos atributos formais, localização e quantidades, o que confere e confirma significados, e o reconhecimento destes elementos monumentais como *iconemas* no território, conforme termo atribuído por Turri (2013) aos caracteres referenciais da paisagem. Na narrativa que se segue, a experiência estética ressalta a percepção do conjunto arquitetônico e da Praça Tiradentes que pode ser reconhecida pela imagem da Figura 191. O Entrevistado também reconhece que as igrejas, estrategicamente posicionadas, são legíveis na composição e aspectos identitários:

Eu acho lindo as casas, arquitetura, as igrejas... formato das igrejas, parece que é tudo igual, e não é, as torres das igrejas são totalmente diferentes uma da outra. Você consegue ver a praça, você consegue ver o Tiradentes daqui (Entrevistado 13).

Figura 191 - Representação da paisagem da área central, podendo avistar a Praça Tiradentes



Fonte: Acervo da autora (2019)

Turri (2013), ao analisar os aspectos da legibilidade do território, apresenta uma ordem fisiológica e funcional que lhe atribui identidade. A estas referências importantes, Turri denomina *iconemas*, como a alma, o *genius loci* do lugar, tão bem definido por Norberg-Schulz (2006), que juntamente com a carga simbólica de alguns lugares revela a sua paisagem. E nessa temática, se insere a experiência do olhar, na referência de caracteres identitários integrados ao ambiente natural cujos elementos simbólicos são responsáveis pelo reconhecimento do próprio ser na experiência e comprometimento ao espaço. Nota-se que os *iconemas* se inserem nos discursos de representação da paisagem, como também são significativos na legibilidade e reconhecimento dos registros antigos da cidade, sendo assinalados como elementos condicionantes na identificação visual. Desse modo, a experiência estética do morador do Morro da Queimada confirma a relevância das construções luso-brasileiras e dos monumentos do Barroco na constituição de imagens-síntese

do território (RIBEIRO, 1996). Trata-se de referências e de fortes símbolos que predominam na experiência social e na constituição de uma identidade.

Por outro lado, a paisagem também é apresentada em processos de expansão urbana, em movimentos, fluxos e dinâmicas da cidade. A descrição, neste caso, contempla vetores de crescimento dos novos bairros e as amplitudes visuais, desde parte da cidade de Mariana, observada ao longe na Figura 192, até a estrada sentido Belo Horizonte. As narrativas indicam elementos e aspectos cotidianos da vida em movimento, fazendo referência aos bares, escolas, campo de futebol, atividades esportivas e de lazer, além do trânsito de pessoas e veículos, em vias e rodovias. Nesse sentido, a experiência estética se revela como um processo ativo, na incorporação de sentidos e ações práticas, como defendido por Berleant (1997). Sendo este um importante indicativo na aproximação das pessoas ao ambiente territorial da cidade, como caminho na valorização dos espaços e de seus elementos constituintes.

Figura 192 - Vista do alto do Morro da Queimada, em direção à cidade de Mariana



Fonte: Acervo da autora (2019)

Embora com baixa frequência de conteúdos significantes, registram-se narrativas de paisagem cujas experiências se fazem nas percepções de referências culturais como nas festas, em celebrações religiosas e na tradição do toque dos sinos. Nessa mesma temática, o Entrevistado 23 diz gostar da vista de casa e revela o valor dos sentimentos e vivência da paisagem, ao descrever as dinâmicas culturais dos ensaios das escolas de samba:

[...] presta atenção, eu sei qual escola que tá ensaiando. Ensaio de Carnaval. [...] Pelo barulho eu sei, olha lá. Escola tal tá ensaiando. Um barulho longe, lá pro lado da Cooperouro, eu falo... Sinhá tá ensaiando. Pro lado de cá... São Cristovão, Santa Cruz. Embaixo ali... ESIM (Entrevistado 23).

A religiosidade e a espiritualidade emergem de relatos, além de aspectos sensitivos que despertam e assombram o imaginário social como “fantasmas urbanos”, retomando as definições de Silva (2011). Neste caso, o sofrimento na caracterização da cidade, associado a uma história de vida, atuam na *trajectiva*, influenciando o imaginário e percepções do espaço, como nesta narrativa, na qual o entrevistado reconhece que não consegue contemplar aspectos positivos na imagem de Ouro Preto:

[...] Passou por muito caos, muito sofrimento com os escravos. Então assim, eu não vejo muito ponto positivo. Eu não vejo muito aquela cidade maravilhosa não sabe, porque nós mesmo que somos nativos daqui, a gente não tem oportunidade [...] eu acho que eu vou me espelhar naquilo que Chico Xavier antes de morrer ele falou: que ele não conseguiu chegar, entrar dentro de Ouro Preto. Ele veio até perto da Igreja das Mercês e ele falou que... que ele via um mar vermelho, um mar de sangue. Então eu creio, que assim, Ouro Preto infelizmente como em outros lugares, outras cidades históricas, tem né, as suas lendas, os seus contos, tem assim sempre aquele ponto negativo. O que mais marca é a religiosidade das igrejas católicas, né. Igual a igreja do Pilar que é uma das igrejas mais ricas de ouro, né. Porque também daqui foi levado muita quantidade de ouro, né... para Portugal [...] então assim, ela é uma das igrejas mais ricas, né, em detalhes, mas tem também as outras igrejas que são bonitas, né [...] (Entrevistado 07).

Entretanto, o relato não parece se caracterizar como um “dano estético”, utilizando da terminologia de Berleant (1997). Ao expressar as percepções da paisagem pela janela de casa, o entrevistado não se mostra alienado ou indiferente a uma experiência estética. Ao contrário, ele atribui significado e valor às igrejas e, em um segundo momento, demonstra comprometimento ativo ao meio descrevendo: a falta

sentida de áreas verdes, deficiências na manutenção da cidade, insatisfação com a limpeza urbana e percepção do crescimento desordenado da cidade, dizendo-se incomodado com o aspecto visual da ocupação no Alto da Cruz, além da preocupação e indicação de construções em áreas de risco.

Também o Entrevistado 09 reconhece, na experiência qualitativa do espaço, aspectos que ameaçam a legibilidade da paisagem, ao descrever mudanças indevidas no centro da cidade e ocupações em áreas de risco:

O visual arquitetônico. Mudou muito, muita coisa nova. No meu modo de pensar, como é Monumento Mundial, deveria preservar mais. Não tá preservando aquilo que deveria preservar. Tinha que ser mesmo rigoroso. Em todos os lugares. Lá no centro mesmo, tá mudando. Tanta casa construída ali oh... olha o barranco. Ela vai deslizar. Eles deixam fazer, eles deveriam proibir (Entrevistado 09).

Ameaças à legibilidade da paisagem também são pronunciadas pela sensibilidade do que se perdeu de patrimônio e história nas encostas da serra, como neste discurso, onde os núcleos urbanos da serra são tratados como “bairros”, ao evidenciar a percepção dos esforços em conservar a área central da cidade, onde se consolidou historicamente o patrimônio legitimado, e assinalar a negligência com as áreas periféricas, reserva também de significativo valor patrimonial:

Já perdeu é com isso, né? Por não valorizar os bairros que contribuiu para a história de Ouro Preto. Focaram muito no centro de Ouro Preto e esqueceram dos bairros. Quando falam Ouro Preto, eles lembram mais é do centro. Você não vê turista vindo aqui no Morro da Queimada. E eles perderam uma boa parte da história aí. [...] (Entrevistado 17).

Observa-se como a atribuição de significados históricos acompanha valores econômicos ao destacar o potencial turístico, sendo uma importante questão nos apontamentos de Berleant (2013), ao refletir sobre a valoração e a necessidade em se estabelecer um juízo normativo nas ações de conservação. Essa reflexão se faz importante quando se pensa no risco da “descomicidade”, ruptura da *trajectiva* entre o ser e o meio, reduzindo a paisagem aos aspectos mercadológicos (BERQUE, 2013b). Por esta ótica, destaca-se uma opinião popular que, embora confusa e exagerada na percepção crítica patrimonial, cita um aspecto importante que pode

corromper a paisagem: quando a valorização monetária e econômica das áreas históricas se sobrepõe às pessoas e aos valores sociais e culturais do patrimônio.

Ninguém olha Ouro Preto hoje como Patrimônio Mundial Histórico. Olha com o valor do dinheiro. Não olha pela beleza de Ouro Preto. Não olha pelo que o escravo fez por Ouro Preto (Entrevistado 33).

A investigação de fatores que ameaçam à legibilidade da paisagem acabou por levantar também aspectos funcionais, operacionais e econômicos, quando 20% dos entrevistados consideram que a falta de oportunidades está entre as maiores perdas do município, destacando o fechamento de empresas, a falta de investimento e o desemprego. Nesse sentido, eles também identificam que a cidade hoje é mais violenta e perdeu em tranquilidade. A memória também resgata perdas em desastres ocorridos por instabilidade geológica e ocorrências de incêndio. Tais aspectos justificam algumas imagens e lembranças da cidade se manifestarem no saudosismo de um passado mais tranquilo, de um turismo mais ativo e dos tempos de uma maior oferta de empregos.

Também foram manifestadas perdas humanas, pessoas que se tornaram “figuras folclóricas” na cidade, além do sentimento de modificações e enfraquecimentos de costumes e tradições, expressas em práticas e referências culturais. O Carnaval é citado com mais frequência, mas há referências de celebrações religiosas, em especial os eventos da Semana Santa. Essa abordagem se mistura a imagens e lembranças da cidade, expressas por afetividades e saudosismo de relações pessoais e costumes de outrora.

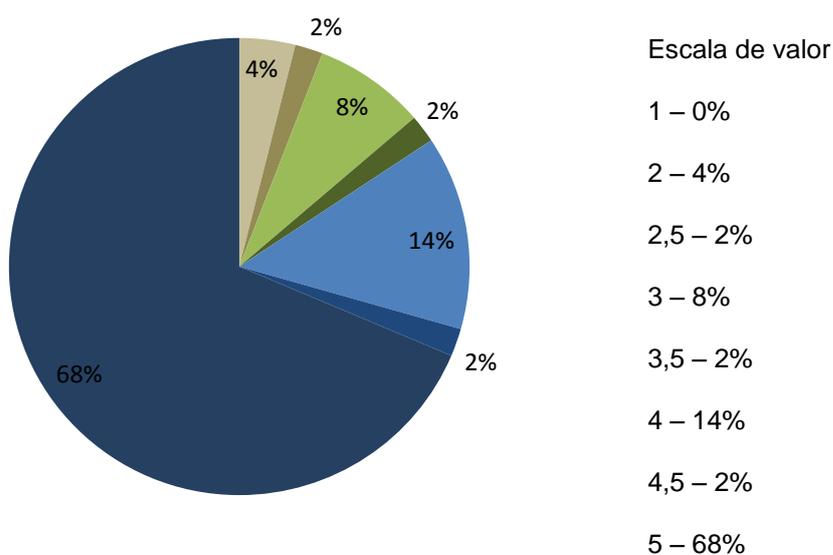
Ainda sobre a experiência do olhar, estabeleceram-se duas enquetes junto aos entrevistados, nas quais se aborda a beleza da cidade e seu aspecto cromático, com o propósito de identificar projeções imaginárias da paisagem, que se caracteriza como fantasmas em significados simbólicos. Segundo Silva (2011), a incorporação do fantasma, aplicado em análises urbanas, revela importantes aspectos sociais em fenômenos, por vezes, inexplicáveis na vida de uma sociedade, mas que desencadeiam costumes e expressam maneiras de ser. Para o autor, o fenômeno aproxima-se de projeções fantasiosas, mas que estabelecem relações de isotopia urbana:

Chamo fantasma urbano àquela presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva, por todos os habitantes ou uma parte significativa deles, através do qual nasce ou vive uma referência de caráter mais imaginário do que de comprovação empírica (SILVA, 2011, p. 55).

A abordagem do tema beleza da cidade não tem a finalidade de discutir o belo como categoria da arte, o que também demandaria outras fundamentações teóricas, mas sim, investigar valores simbólicos atribuídos à paisagem vivida pelos atores sociais, por meio de uma experiência estética ambiental, em que a percepção envolve vivências e sentidos. Embora se reconheça os impasses na valorização de aspectos intangíveis, solicitou-se a atribuição de uma nota numa escala de valor de 0 a 5 apenas como referência e peso dos significantes.

O Gráfico 1 sistematiza os resultados atribuindo percentual na escala de valor, sendo significativa a amostragem de 68% dos que consideram nota máxima para a beleza da cidade, o que demonstra que a maioria das pessoas estabelecem relações positivas, em percepções e sentidos, com a cidade. Na escala de valor: 2% avaliam em 4,5; 14% atribuem nota 4; 2% consideram 3,5; 8% conferem peso 3; 2% sugerem 2,5 e 4% indicam a nota 2 para os bairros do entorno.

Gráfico 1 - Beleza da cidade



Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se que as pessoas tendem a se influenciar por fatores ambientais diversos, o que por um lado interfere na experiência estética e, conseqüentemente, na percepção da cidade; já por outro lado, também não quer dizer que a valorização máxima da beleza esteja diretamente relacionada a uma máxima satisfação ambiental. Cabe ainda considerar, embora seja de difícil interpretação, que a avaliação também pode ser comprometida por uma ruptura na *trajectiva*, ou melhor, por alienação ao meio ou incapacidade de estabelecer uma *mediância* (BERQUE, 2013b).

A valorização da beleza constantemente se relaciona aos aspectos contemplados na percepção e vista da cidade a partir de casa, naturalmente pela predisposição à experiência do olhar, própria do lugar. Na narrativa a seguir, a moradora atribui nota 5 na apreciação da beleza e pelos sentidos demonstra reciprocidade ao meio, ao atribuir significado à paisagem e expressar gostar de morar em Ouro Preto porque:

[...] é uma cidade histórica. As igrejas, para mim, eu vejo as igrejas, eu vejo o sino do Pilar tocar, Nossa Senhora das Dores e Santa Efigênia. Isso é muito importante pra mim (Entrevistado 20).

Ainda que em menor frequência de conteúdos significantes, nota-se que a atribuição de significados e referências não se restringe aos elementos materiais contemplativos, sendo também conferidos valores por tradições, festas, histórias e pessoas, o que demonstra como a experiência estética se concretiza no comprometimento e vivência do ambiente. Admiravelmente estes aspectos são levantados em opiniões populares da comunidade, como neste discurso, quando a atribuição da beleza é justificada pela:

Tradição. A beleza do lugar em si, porque é uma cidade histórica. E as pessoas. Carnaval, Zé Pereira. Outra coisa também... eu acho tão bonita, eu acho estranha a vida na cidade grande. Gosto mais da tranquilidade. Gosto de observar cada detalhe (Entrevistado 44).

Os aspectos históricos são descritos com frequência pelos atores sociais, além dos bens arquitetônicos patrimoniais que, nas palavras de um agente de liderança, confere a beleza: “não só a nossa arquitetura, mas a nossa própria história dentro do cenário do Brasil e dentro do cenário mundial” (Entrevistado 26). Curiosamente

todos os agentes de liderança atribuem nota máxima à beleza da cidade, destacando aspectos patrimoniais. Esse posicionamento acaba sendo comum na opinião de “pessoas qualificadas”. O conhecimento condiciona a valorização estética e a atribuição de significados parece estimulada por uma visão mais ortodoxa.

O Entrevistado 41 considera que a beleza da cidade não se resume aos aspectos visuais, formais e arquitetônicos, mas também a fatos e personagens históricos. A narrativa se destaca, quando se aproxima das reflexões de Berleant (1997), ao descrever a experiência estética da paisagem na incorporação ao ambiente, no comprometimento ativo e sensorial que desencadeia percepções, ao caminhar pela cidade. O processo do olhar, conforme descrito pelo entrevistado, remete ao que Simmel (2009) denomina de disposição anímica, como um despertar da alma:

Eu posso ir ao centro, por exemplo, cinco vezes ao dia, eu sempre vou olhar com um olhar diferente pra cada cantinho. Então, eu acho maravilhosa pela história que ela tem, pela forma como tudo foi construído e criado aqui, pelas pessoas importantes que passaram por aqui. E por um todo... as pessoas famosas entre aspas né, Tiradentes. Eu acho que... num sei... eu considero Ouro Preto como: sabe aquela obra de arte do pintor mais caro, mais famoso? Eu considero Ouro Preto assim. Uma coisa que nem os melhores avaliadores conseguiriam descrever. Por tudo, pelo pouco que eu sei, pelas coisas que eu aprendi, mas pela beleza da cidade em si. Não só o visual. Mas por um todo. Pela riqueza da história, das igrejas, dessas coisas todas (Entrevistado 41).

Por outro lado, é interessante como a cidade é reconhecida na narrativa como obra de arte, parecendo reproduzir conceitos modernistas, questionados nesta tese, por restringir a paisagem em expressão artística, como imagem estática de um quadro, numa representação idealizada e irreal. Com essa mesma abordagem, o Entrevistado 05 ressalta as montanhas, reconhece beleza na ocupação da Vila Aparecida e descreve a paisagem na sensibilidade do olhar: “vejo isso aqui como um quadro, isso aqui é uma pintura. Se você parar pra olhar aqui oh, você tem vários quadros, depende do limite do seu olhar para você ver. [...] Beleza tá nos olhos do admirador”. E, surpreendentemente, parece conhecer as definições de Collot (2012) que, em uma análise metafórica, apresenta a paisagem percebida como objeto estético de um quadro, a partir da posição e do campo visual do espectador:

[...] Essa delimitação e essa convergência preparam a paisagem para se tornar quadro. O enquadramento perceptivo invoca a tela, e é essa uma das razões que faz da paisagem percebida um objeto estético, apreciado em termos de belo ou feio (COLLOT, 2012, p. 16).

A beleza encontra lugar também na natureza do território, na imagem do Pico do Itacolomi e das montanhas. E, conforme analisado, o crescimento da cidade e a conseqüente diminuição de massa verde é sentida numa consciência coletiva, e corresponde a um dos fatores citados na desvalorização da beleza da cidade, cujo fenômeno pode ser compreendido na experiência e juízo estético apresentado por Assunto (2013b). Na apreensão da temporaneidade dos registros antigos, frequentemente se reconhece uma cidade mais arborizada e bonita do que nos tempos atuais:

As fotos que eu vejo, Ouro Preto era muito mais bonitinho [...] Olha que bonitinho, cheio de árvore, coisa que num existe mais. [...] Nó que legal! Eu vi pouquíssimas fotos. Não tinha tanta casa. Cresceu muito, a população cresceu muito, foi todo mundo fazendo casas, em barranco, né? Morro. Bauxita parece outra cidade (Entrevistado 13).

A falta de preservação, a ausência de manutenção e a descaracterização também são fatores assinalados em 15% da amostragem, como aspectos que comprometem a beleza da cidade. Por outro lado, na percepção de uma maior conservação da área central e do descaso com as áreas periféricas, a valoração da beleza arquitetônica acompanha ressalvas:

Ouro Preto é bonito demais. Conservação das coisas. Eles conservou muito bem a história... não por aqui, né? Mais pro centro. Aí, faz dela uma cidade bonita. As igrejas também, né? Deixa a cidade com uma outra cara. [...] (Entrevistado 17).

Dois opiniões populares chamam atenção: o Entrevistado 40 diz achar a cidade bonita à noite; e o Entrevistado 10 considera a cidade mais bonita pela televisão. No primeiro caso, compreende-se que, ao reconhecer perdas ambientais, os sentidos se despertam na atmosfera noturna, quando a cidade cessa seu movimento, os incômodos urbanos são escondidos pela noite, ao ressaltar a iluminação difusa do casario e o destaque dos monumentos. Já no segundo caso, uma suposta alienação ao meio parece comprometer uma percepção real, e os meios midiáticos se tornam mais atrativos, numa projeção imaginária.

O Entrevistado 29 manifesta insatisfação por morar na parte alta do Morro da Queimada. Por um lado, supõe-se a manifestação do dano estético na *trajectiva*, quando parece se destituir da identidade do lugar e não consegue atribuir valores e significados aos bens patrimoniais e culturais. Em contrapartida, o sujeito não se mostra alienado ao ambiente, quando descreve o crescimento da cidade, ele demonstra consciência de construções em área de risco e considera que a cidade perdeu em beleza, caracterizando as ocupações como favelas. Esses aspectos podem se configurar numa ruptura da paisagem para o sujeito, que se caracteriza numa desordem e inegibilidade do ambiente:

Eu num acho bonita não. Só montanha, morro, mato, favela. Uma casa construída, tudo mal feito, uma casa por cima da outra... tinha que ser tudo plano, certinho... o prefeito tinha que fazer um trem bacana, igual tem altas invasão (Entrevistado 29).

A pesquisa evidencia na prática a dificuldade na análise e interpretação dos significantes para identificação de um “dano estético”, termo atribuído por Berleant (1997) para a ocorrência do afastamento e alienação do homem de seu ambiente, impedindo uma experiência estética e juízo crítico. Embora de baixa ocorrência, estima-se que 14% dos entrevistados tenham manifestado de alguma maneira ruptura na *trajectiva*, seja por falta de conhecimento, história de vida, ou mesmo, alienação e ausência de memória, que possam estabelecer identidades. Esses e outros fatores podem justificar narrativas quando, a reconhecida falta de manutenção se mistura a uma dificuldade na atribuição de valor: “estilo muito antigo, calçamento muito cansativo para gente. Muito mal cuidada, deixando muito a desejar” (Entrevistado 24).

A paisagem, como categoria construída nesta tese, afasta-se de definições que a consideram como expressão artística, mas no comprometimento de sentidos, reconhece a experiência do olhar, cuja apreensão do visível, por vezes, requer afastamento ao meio. E, nesse sentido, justifica citar Roger (2013, p. 163) ao descrever sobre a relação dos camponeses com as paisagens rurais, e demonstrar como a percepção artística se modifica na subjetividade coletiva, nas reflexões Kantianas¹¹⁶: “aquilo que, preparados pela cultura, denominamos sublime, aparecerá

¹¹⁶ KANT, Immanuel. *Critique de la faculté de juger*. Paris: Vrin, 1974.

ao homem rude, sem educação moral, simplesmente como horrível [...]”. Roger (2013) destaca também que, segundo Michel Conan¹¹⁷, o reconhecimento da paisagem exige distanciamento do olhar, pois a proximidade com a terra afasta a percepção estética. A experiência dos camponeses, apresentada por Roger (2013), pode ser transferida para outras realidades, de maneira a entender que, na identificação dos signos e valores atribuídos ao local pelos sujeitos, em sua experiência social, os mesmos podem não possuir “distanciamento suficiente do olhar”, ou mesmo processo cultural, que permita a apreensão de sua paisagem.

Embora seja uma única ocorrência, vale o registro e a interpretação dessa manifestação para compreensão de até onde pode chegar os “fantasmas urbanos”, termo emprestado de Silva (2011). O imaginário conduz a interpretações fantasmagóricas, nas palavras de Silva (2011) e, na experiência de um adolescente (Entrevistado 50), a imagem da cidade é associada à guerra, por projeção imaginária de representação do espaço. O receio ao tráfico no morro e os buracos de minas, como elementos identitários, fazem parte de seu ambiente vivido, que se misturam aos cenários midiáticos de jogos de guerra. E, como únicas referências ao território, são estes os elementos de memória da cidade, o que demonstra certa alienação ao ambiente cultural e a ausência de pertencimento ao centro da cidade.

Na avaliação da beleza da cidade, o Entrevistado 50 não parece se alienar ao ambiente vivido, mas a experiência também se restringe ao universo do Morro, atribuindo 2,5 na escala de valor, ao fazer referência às queimadas causadas pelo homem e a falta de preservação das ruínas e minas, além de mencionar áreas de risco de deslizamento. A observação dos registros antigos da cidade é suficiente para estabelecer juízo crítico na representação do espaço, reconhecendo o adensamento de casas e os impactos na natureza.

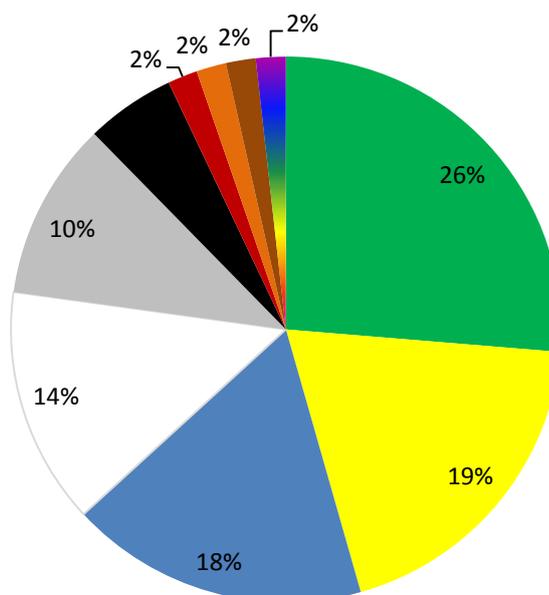
Considerando, assim como Silva (2011), que os fantasmas se materializam em produções sociais, adotou-se uma interessante abordagem temática realizada pelo autor em sua pesquisa: o espectro social da cor. Como instrumento de análise de uma comunidade, as cores revelam projeções imaginárias, que podem ser lidas por

¹¹⁷ CONAN, Michel. *Mort du paysage? Philosophie et Esthétique du Paysage*. Actes du Colloque de Lyon, Seyssel: Champ Vallon, 1982, p. 186.

significados e simbologias, interpretadas segundo aspectos históricos, sociais e culturais. A temática foi introduzida em meio a experiência do olhar, e solicitou-se ao entrevistado que atribuísse uma cor que melhor representasse a cidade de Ouro Preto, além de uma breve justificativa da resposta. Nota-se que existe uma tendência em materializar a escolha, o que é natural, mas o resultado retrata aspectos e valores, reforça simbologias e abre oportunidade para novas interpretações.

O resultado foi reunido no Gráfico 2, intitulado espectro social da cor, cujos percentuais foram indicados pelas relativas cores em fatias gráficas, no qual surpreendentemente prevalecem as cores da bandeira nacional, com forte simbolismo da natureza. O verde, indicado em 26% das falas, foi a cor mais frequente; seguido do amarelo e do azul, com 19% e 18%, respectivamente. Na sequência do espectro apresenta-se o branco, o cinza e o preto, onde se interpreta um certo equilíbrio percentual. O gráfico se completa em pequenos percentuais com uma indicação multicolor, além de cores quentes e terrosas: vermelho, laranja e marrom.

Gráfico 2 - Espectro social da cor



Fonte: Elaborado pela autora

As análises e inferências são feitas pelo cruzamento dos conteúdos narrativos com a simbologia das cores, além de observações participativas e interpretações embasadas em elementos históricos e culturais. Ao se deparar com a predominância das cores nacionais, torna-se inevitável não estabelecer um paralelo às reflexões colocadas por Carvalho (1998) em seu texto *O motivo edênico no imaginário social brasileiro*. O autor destaca a manifestação do *ufanismo edênico* que se instaura no imaginário coletivo no Brasil. O orgulho nacional é exaltado por suas características naturais, por suas paisagens belas, clima favorável, solo fértil, riquezas minerais, flora e fauna, cuja origem se encontra nos primeiros relatos do território, como na carta de Pero Vaz de Caminha, que ressaltava uma terra paradisíaca. Entretanto, a trajetória política, social e cultural, estabelece uma nação ainda frágil e descrente de seus valores humanos, sociais, políticos e culturais. O autor destaca o peso da colonização na formação da sociedade e os preconceitos na miscigenação de raças, de forma que a sociedade continua marcada por um imaginário naturalista de ufanismo nacional.

E, nada mais simbólico que a constatação dessa manifestação em uma cidade que guarda em si a representatividade de seu conjunto arquitetônico e artístico. Quando na construção de uma nacionalidade, Minas Gerais é reconhecida “berço de uma civilização brasileira”. Com objetivo ideológico de projetar o país, criam-se símbolos e referências, cala-se um passado escravocrata e, numa cidade idealizada, a paisagem é tratada como uma constituição pronta e acabada, emoldurada por suas montanhas e vegetação exuberante. Neste contexto, as atribuições das cores permeiam narrativas que, conscientes ou não, revelam um imaginário naturalista e nacionalista:

Ah... o verde do Brasil, né? A bandeira do Brasil. É uma cor bonita. Porque é uma cidade brasileira, né. Cidade monumento mundial, né? Então é a bandeira. É o verde (Entrevistado 01).

O verde incorpora o simbolismo das matas e a valorização da natureza, já expresso em depoimentos anteriores, nos quais a percepção e os sentidos da experiência estética manifestam sua falta e sua importância de maneira representativa. A cor também se associa a sentimentos, sendo ressaltada a esperança, “de um dia Ouro

Preto ser mais feliz” (Entrevistado 30), conotação expressa de maneira completa no relato abaixo:

Verde. Verde é a cor da esperança. Como eu tenho esperança que Ouro Preto vai ser melhor. É verde, porque é uma paisagem que eu gosto de levantar e olhar nas montanhas. Abrir a janela e admirar as montanhas, com aquele clarão do sol eu vejo as montanhas verdinhas. Aí nessa hora, eu gosto de abrir a janela e agradecer a Deus por mais um dia. A beleza que ele deixa. É o verde da serra, das montanhas, lindo, maravilhoso (Entrevistado 27).

A riqueza mineral se faz presente na cor amarela, na imagem simbólica de uma cidade que nasce com a exploração do ouro e que também reveste a arte barroca de tamanha representação na constituição da identidade nacional. De maneira significativa, a imagem do escravo se faz presente nos relatos, ressaltando seu trabalho na extração e como mão de obra na construção dessa cidade. O entrevistado na narrativa troca negros por índios, mas automaticamente se corrige. De qualquer maneira, vale registrar que tribos indígenas estiveram presentes neste território antes da chegada dos bandeirantes, embora pouco se saiba a respeito:

Sendo bem clichê... lembraria da bandeira de Ouro Preto: preto e amarelo. Ouro era extraído aqui e 90% da nossa cidade foi construída por índios, né? Por índios não... negros (Entrevistado 41).

O azul da bandeira nacional representa o céu e os rios, sendo a água um elemento simbólico no território. Mas nos relatos, o azul é ressaltado pela abóboda celeste, além da perspectiva do horizonte, cujas montanhas realmente conferem esse aspecto singular. A cor azul também é descrita como bela e por transmitir a sensação de paz, sentido este também revelado na escolha da cor branca, que parece significar mais um desejo do que representação de uma realidade. O branco também é resgatado pelo imaginário como tonalidade predominante do conjunto arquitetônico patrimonial da cidade.

A cor cinza foi escolhida pelo clima que confere dias nebulosos, mas também pela tonalidade das rochas. Entretanto, também revela os sentimentos de tristeza e desilusão: “num é coisa alegre, acho que um cinza, um marrom” (Entrevistado 43). O preto e branco da narrativa representa o cinza de uma experiência estética sem cor:

Preto e branco, porque a cidade tá sem cor. Nossa cidade não tem cor. Tá deixando a desejar em muita coisa, na administração, na segurança, no turismo... se alguém dizer que Ouro Preto é colorido, tá ficando doído (Entrevistado 07).

Na cor preta encontra-se a simbologia do nome e a manifestação de sofrimento que, em conjunto com a cor cinza, possui representatividade no espectro cromático, reforçando o imaginário dos fantasmas sociais, já manifestados em outras subcategorias de análise da cidade, além do ambiente vivido e na experiência da serra. De maneira simbólica, a esperança manifestada pelo verde, torna-se reflexo deste imaginário do sofrimento, ao qual se identifica e que tem a imagem histórica do escravo.

Cor preta, o preto do sofrimento. Porque aqui tem... eles falam que tem uma cabeça enterrada aqui... As coisas não vão pra frente. Existe assim, uma negatividade. E parece que essa coisa do negro, esse sofrimento. E as pessoas pacíficas né? Não lutam... A pessoa que vem de fora, eles falam que: Ouro Preto é uma boa madrasta... (Entrevistado 42).

O depoimento também revela um aspecto interessante, destacando que a cidade oferece melhores oportunidades aos que vem de fora, fazendo uma crítica às famílias imigrantes na retomada do crescimento econômico, em meados do século XX, e também pela natureza de uma cidade universitária e turística que naturalmente atrai pessoas. Entretanto, a temática oferece outras abordagens que fogem ao tema e não serão aqui discutidas, mas cabe lembrar que a atual população do Morro da Queimada, em sua grande maioria, é originária de outras localidades.

As cores revelam significados simbólicos e quando narradas também conduzem a experiências estéticas da cidade, despertando sensações e modificando percepções, como neste depoimento, no qual, mesmo na definição multicolor, as tonalidades descrevem um imaginário nacionalista:

Às vezes a gente fica imaginando como estão as montanhas. Tem dia que o pico tá dourado, tem dia que tá azul, tem dia que tá verde. Tem o branco tradicional da colônia. Mas eu vejo telhados. Tem aquela cor do barro queimado e processado. Tem o verde, dependendo da posição do sol é diferente (Entrevistado 38).

Como segunda e última categoria de análise do universo *experiência na cidade* configura-se a identidade, reunindo as seguintes subcategorias temáticas estabelecidas a priori: (i) significado do lugar; (ii) referências e (iii) pertencimento. Certamente, a classificação de significantes agrupados na categoria anterior, intitulada memória, contemplou, nas análises de narrativas de paisagens, elementos significativos da identidade coletiva, entendendo que se trata de aspectos que se inter-relacionam. Nesse caso, procura-se com a categoria identidade direcionar a análise para a interpretação de questões específicas, que possam revelar o sentimento de pertencimento da comunidade.

Pesavento (2012) define que a identidade determina a coesão social, sendo classe importante na construção simbólica dos sentidos e referências ao se relacionar diretamente à ideia de pertencimento. Considerando que uma das modalidades identitárias corresponde a limites territoriais cujos valores e significados ultrapassam as divisões administrativas, essa categoria permitiu em seus desdobramentos analisar as aproximações e distanciamentos com a área central da cidade, onde historicamente reside o patrimônio legitimado pelos preservacionistas em suas temporalidades. Ainda segundo a autora, a produção de identidades se relaciona a alteridade, onde naturalmente estabelecem proximidade e distância. Ao citar o historiador italiano Ginzburg, alerta que “somos sempre estrangeiros com relação a algo ou alguém” (PESAVENTO, 2012, p. 60).

Com a subcategoria significado do lugar, procurou-se identificar como a comunidade reconhece Ouro Preto pelos sentidos, em cuja subjetividade acaba por resgatar imagens da cidade e configurar uma consciência coletiva. As opiniões populares se dividem em aspectos históricos patrimoniais e na manifestação de sentimentos. A grande maioria, 45% dos entrevistados, destaca o significado da cidade a partir de aspectos históricos patrimoniais e as referências culturais emergem de lembranças da Semana Santa e Congado. O Entrevistado 44 relaciona a atribuição de significados: “beleza, fé, tradição, história e cultura”.

A memória afetiva é apresentada em 27% dos depoimentos, sendo a cidade significada em expressões do tipo: “meu lugar”, “onde nasci e fui criada”, “minha casa”, “minha vida”, “é o coração”, “cidade acolhedora”, “é amor”, “é tudo”. E quando

questionado sobre o que significa “tudo”, o entrevistado resume seu sentimento na representação de parte do imaginário social da comunidade:

Tudo da minha vida. As emoções foram vividas aqui. Lembranças do passado e só perspectivas para o futuro. Das pessoas e do aprendizado que a gente tem aqui (Entrevistado 31).

A cidade também é frequentemente caracterizada por adjetivos como importante, bonita, maravilhosa, linda, embora alguns poucos destaquem o descuido. O significado atribuído à cidade também acompanha sensações, e a tranquilidade é citada em maior frequência, relacionada a um lugar bom para se viver. A opinião popular, embora com pouca expressividade, menciona aspectos negativos e o sentimento de exclusão, observando uma cidade classificada como “para turista” e com poucas oportunidades aos moradores, parecendo também manifestar acomodação às condições. Já no grupo das lideranças, ressaltam-se orgulho e encantamento.

Cabe lembrar, que a representação da sensibilidade foi contemplada em todo capítulo, como aspecto fundamental na experiência do espaço, ao considerar assim como Pesavento (2012), sua relação ao imaginário, aos aspectos culturais e atribuições de significados. Conforme analisa a autora, embora seja difícil quantificar essa classe, torna-se necessário considerá-la, pela influência na atribuição de valor e posicionamento diante do mundo.

A subcategoria referências foi construída a partir de dois questionamentos: (i) quais os pontos de referências no centro da cidade? (ii) em quais lugares da cidade você levaria um amigo? A primeira questão revela lugares que frequentam no centro da cidade, o que acaba por fazer parte do cotidiano, seja como local de passagem ou práticas sociais. Nesse sentido, os usos, percursos e atividades indicam quais são as relações que a comunidade estabelece com o centro, e contribui também na identificação do sentimento de pertencimento ao patrimônio legitimado. Observa-se que estas referências confirmam significantes expressos nas imagens da categoria memória.

Em relação aos espaços urbanos, a Praça Tiradentes é apresentada como maior referência, em 55% dos relatos, como lugar de memória e articulação funcional da cidade. Os conteúdos significantes revelam uma maior relação da comunidade com a região central em direção ao Pilar, o que se justifica pela concentração do comércio, bancos e equipamentos públicos. Ou seja, a manutenção desses usos e serviços, na área central, alimenta a vida da cidade, e evita que as atividades turísticas prevaleçam e extermine a experiência cotidiana e vivência do morador. Em relação aos bens patrimoniais, confirma-se a maior frequência na citação das igrejas e do Museu da Inconfidência. Outras referências são indicadas em menor constância, mas importa registrar a feirinha de pedra sabão no Largo de Coimbra, lembrada como lugar de vivência, além de referência ao artesanato, ao considerar que alguns expositores residem no Morro da Queimada.

No segundo questionamento da subcategoria referências, a identificação acaba acontecendo por atribuição de valor, na seleção de lugares da cidade, que são significativos na vivência daquele grupo social. Também importa a identificação dos locais de referência, na análise de pertencimento ao ambiente cultural do centro e dos caracteres identitários no ambiente natural e cultural da serra. Outro aspecto consiste na identificação das práticas e atividades escolhidas, o que demonstra a atribuição de significados e a preocupação em apresentar a cidade em seu patrimônio e referências culturais. Conforme Pesavento (2012, p. 91), “como integrantes do imaginário social, as representações identitárias são matrizes de práticas sociais, guiando as ações e pautando as apreciações de valor”.

Ao indicar lugares da cidade que levaria um amigo, as respostas foram bem variadas, mas percebe-se certo equilíbrio na frequência de significantes, entre ambientes culturais do centro da cidade e da serra, tanto nas opiniões populares quanto pelas lideranças. Quando se referem a serra, o lugar escolhido com mais frequência é o Parque das Andorinhas e as cachoeiras, aparecendo em 45% das narrativas, o que demonstra a intimidade com o lugar como espaço de representação, além da importância do ambiente natural e do contato com a natureza. Os bairros do entorno, como Morro São João, São Sebastião e Santana também aparecem nas respostas com suas respectivas capelas e mirantes. Já o bairro Morro da Queimada consta em 16% dos depoimentos, em opiniões populares,

onde o bar do Tião é indicado como principal atrativo, com uma rara exceção na valorização da vista e das ruínas da Casa Velha. Nota-se o grande afastamento da comunidade ao ambiente do Parque Arqueológico Morro da Queimada, citado como lugar a se apresentar em apenas 8% das narrativas, em parte com ressalva de ser um local perigoso.

Em relação aos bens patrimoniais, as igrejas e capelas estão entre os mais contemplados para incluir em um roteiro de apresentação, sendo relacionadas em 45% da amostragem, entre referências na área central e em núcleos urbanos da serra. Também há interesse em museus na cidade, em especial o Museu da Inconfidência. Curiosamente, a Praça Tiradentes que, no primeiro momento, se destaca como maior referência cotidiana, agora é citada com menor expressividade, supostamente por não se configurar no imaginário como ambiente que favoreça o convívio. O centro histórico novamente é referenciado pela região da Rua São José, com uma única citação ao bairro Antônio Dias.

Por fim, a subcategoria pertencimento foi analisada por meio de duas questões: (i) com qual frequência percorre o centro? (ii) o bairro Morro da Queimada faz parte da cidade? Neste caso, tem-se como propósito melhor compreender a relação do morador do Morro da Queimada com a área central da cidade, e se existe um sentimento de pertencimento àquele território. Como já exposto acima, as referências conferem significantes que permeiam esta temática e, diante dos dados analisados, observa-se que uma representativa coletividade demonstra experiência e comprometimento ao ambiente físico-cultural da área central, configurando-se em práticas cotidianas, que serão agora melhor identificadas.

A apuração das respostas ao primeiro questionamento indicou que 70% dos entrevistados estabelecem atividades frequentes ou regulares na região central da cidade, nem que seja apenas de passagem, sendo que 25% se vincula diariamente ao trabalho. A amostragem revela que 12% deles vão ao centro algumas vezes, em média duas ou três vezes por semana, e 12% indicam ir apenas quando necessário. Aos que raramente frequentam o centro correspondem 6% e se referem a moradores com dificuldades de locomoção. As motivações e atividades são variadas: trabalhos, bancos, lotérica, comércio, igrejas, curso, farmácia, médico,

entre outras. Entretanto, apenas 24% indicam alguma atividade sociocultural e de lazer, entre passeios, festas, bares, restaurantes e encontros com amigos, o que demonstra que os maiores vínculos se fazem em práticas cotidianas e necessárias. Nesse sentido, embora não seja o foco da pesquisa, também se verificou uma baixa frequência em museus, ou algum outro equipamento cultural na cidade.

O baixo índice de pessoas que indica o centro da cidade para atividades socioculturais pode se relacionar à alteridade, quando esta se revela por estranhamento, afastamento ou no extremo de uma negação, cujos reflexos se fazem presentes no imaginário social, conforme explica Pesavento (2012, p. 92):

Nesse caso, estaríamos diante da modalidade perversa da alteridade. A exclusão é, no caso, condição atribuída, que nasce do gesto, da palavra e do olhar de quem designa o outro. Ela se faz acompanhar da rejeição, do estigma e do preconceito, negando um lugar social de reconhecimento a este outro. Os excluídos, por seu lado, podem experimentar processos reativos a esse fenômeno, articulando identidades próprias, face ao mundo dos incluídos que os rechaça.

O posicionamento em relação ao sentimento de pertencimento do bairro Morro da Queimada à cidade revela indicativo a essa questão. A grande maioria, 84%, reconhecem que o bairro pertence à cidade, e 16% afirmam que não. Entretanto, mesmo entre os que consideram fazer parte da cidade, 51% apresentam ressalvas, manifestando que, embora existam razões suficientes para este reconhecimento, em geral, parte da sociedade e agentes públicos não os reconhecem. Alguns descrevem também a negatividade de percepções externas por parte dos visitantes e turistas. As narrativas traduzem sentimentos de abandono, esquecimento, desvalorização, exclusão, discriminação e preconceito ao morro:

[...] Tem essa questão de classe social, que como aqui a gente é mais simples, né, e lá no centro são as pessoas com mais poder [...] Quando eu estudava lá, que eu estudei no D. Pedro, aí tinha gente de tudo quanto é lugar, tinha gente que não conhecia o Morro da Queimada, ou achava que Morro da Queimada era Morro Santana, fazia essa confusão... ou tinha gente que falava... ah você mora lá no morro... tinha aquele preconceito. [...] O morro sempre foi meio abandonado (Entrevistado 44).

Em geral, os entrevistados dizem se sentir ofendidos na caracterização do bairro como favela e a terminologia periferia também não parece bem aceita. As razões

para o sentimento de abandono foram expressas no universo do cotidiano, em relatos de carências de infraestrutura e equipamentos comunitários. Já o preconceito e a discriminação são sentidos em ações e palavras, por segregação social e no estigma que o local carrega de violência. Os poucos, que efetivamente dizem se sentir parte da cidade, justificam que o local é próximo ao centro, que as pessoas são amorosas, que frequentam os bares locais, além de argumentações da importância histórica e estética do morro como “moldura verde” da cidade.

Concluindo as análises da categoria identidade, constata-se que na comunidade do Morro da Queimada existe uma consciência coletiva da importância histórica e patrimonial da cidade de Ouro Preto e, sobretudo, da origem marcada nos núcleos urbanos da serra. Nesse sentido, percebe-se atribuição de significados e sentimentos de afeto pelo lugar que vivenciam e pela cidade, o que qualifica o espaço como paisagem, como nas palavras de Assunto (2013b). As referências ao centro demonstram comprometimento ativo ao meio, embora com restrição sociocultural, também marcada pelo sentimento de não pertencimento.

Essa identidade naturalmente emergiu na categoria memória, onde se percebe a representatividade dos atores na experiência estética da cidade que, por sensibilidade e sentidos, percebem contextos, imagens e representações do espaço em suas temporalidades, com poucas manifestações de afastamentos e alienações ao ambiente. E, ao término das entrevistas, as pessoas foram convidadas a descrever o que entendiam como paisagem, gerando narrativas surpreendentes, como a que introduziu esta seção da tese.

Como senso comum, geralmente a paisagem é narrada como apreciação da natureza, o que ocorreu em 50% das narrativas, em percepções de beleza, por vezes descritas em cenas românticas e bucólicas. Como bem explica Berleant (2012), o conceito de paisagem em sua origem não encontrou lugar nas experiências reais das cidades e acabou por se consolidar, no imaginário social, em representações habituais da natureza. O autor também descreve limitações na ideia da paisagem como natureza, quando esta se reduz a objeto visual, sendo considerada inerte a qualquer experiência sensorial. Dessa maneira, surgem

descrições visuais como paisagem em representações de horizontes, na natureza infinita e de imagens esteticamente apreciadas.

Na narrativa a seguir, a paisagem é reduzida a aspectos naturais e entendida como imagem a partir do olhar, entretanto, os sentidos parecem atuar na percepção das ocupações, que incomodam visualmente:

Paisagem é um lugar que você pode sentar assim e olhar a natureza. Olhar, igual o Pico do Itacolomi assim... o Itacolomi é um parque, e você pode ver que tem muita gente construindo na área do parque... e aquilo vai atrapalhando a paisagem da natureza e tudo (Entrevistado 18).

O Entrevistado 07 supera o conceito da paisagem conformada por um objeto visual, mas restringe seu significado aos aspectos ecológicos e ambientalistas:

Paisagem pra mim é um lugar bonito, verde, natureza, onde tem uma água limpa correndo [...] onde eu vejo assim... plantas e animais vivendo dentro de uma ecologia totalmente positiva (Entrevistado 07).

De maneira sensível, o Entrevistado 10 reconhece a natureza contida na paisagem e sua importância na ambiência urbana ao considerar: “[...] é as árvores. Cidade que não tem árvore, não tem paisagem” (Entrevistado 10). E neste contexto, emergem narrativas da paisagem vivida, nas quais a natureza se faz elemento presente e essencial à vida, em processo de reciprocidade ao homem, vinculando-se ao território pelos recursos naturais:

[...] Esse mato já me deu muita coisa, catava uma frutinha que chama murici e azedinha, que às vezes eu tava com fome, que eu passei muita dificuldade [...] Pra mim é paisagem. Hoje acabou com tudo. A mão do homem veio e destruiu tudo. Não tinha casa ali não... não tinha não ... não tinha nada. Cê sentia, só ouvia os pássaros cantar [...] Quarenta e tantos anos que eu tô aqui [...] isso pra mim é paisagem. [...] é a paisagem ué, é muito bom, você não via queimada, você sentia o cheiro das flores, e aquele graveto... eu catava ele, porque eu sabia que daquele graveto eu podia fazer um feijão [...] (Entrevistado 20).

As narrativas de paisagem também revelam a experiência estética e o ambiente vivido de Berleant (2013), na temporalidade do espaço defendida por Assunto (2013b), assim como nas reflexões de Berque (2013a; 2013b), que reconhece na *mediância*, a natureza como sujeito, na instância predicativa de uma cultura. De

maneira representativa, considerando a complexidade temática, 25% das falas incorporam aspectos culturais ao ambiente natural e, não raro, e de forma despretensiosa, descreve fenômenos de reciprocidade e mutabilidade. No discurso a seguir, o morador do Morro da Queimada descreve da sua maneira a paisagem, considera suas temporalidades, atribui valor à técnica construtiva do passado e reconhece os impactos ao ambiente com a ocupação desordenada, sob o risco de aniquilar a paisagem. Em sua conclusão, a paisagem carrega tudo, parecendo compreender como natureza submetida à cultura:

Paisagem pra mim [...] seria mais essas ruínas, que antigamente era feita com as construções, era um trabalho muito bonito, que hoje em dia vai se acabando, vai se acabando, eles vão deixando construir de qualquer maneira, de qualquer jeito, aí acaba a paisagem [...] Paisagem pra mim é tudo, né... os bairros, fica até difícil de explicar assim [...] Paisagem... não tem limite, né? Tudo se traz na paisagem, né? As casas, os casarão, os bairros, o nosso Pico do Itacolomi né? Que é muito mal tratado, às vezes (Entrevistado 22).

A narrativa abaixo, aparentemente confusa, descreve a paisagem como processo e estratos temporais. A paisagem “vazia” é aquela onde prevalecia massa verde, cujo crescimento urbano a fez “cheia” na intervenção do homem ao meio:

[...] A paisagem antigamente... é uma paisagem que a gente via só vazia. Agora é uma paisagem totalmente diferente, é uma paisagem cheia. Pra mim paisagem é isso [...] (Entrevistado 02).

Nessa mesma perspectiva, a paisagem é reconhecida como imagem visual e processual de natureza e cultura, nos elementos naturais das montanhas, onde a cidade se implantou com seu casario e igrejas:

As montanhas, né? As igrejas, as casas, né? Que tá sempre mudando, cada dia tá de um jeito... A visão muito bonita, né? A paisagem da praça. Tudo faz a cidade bonita. Tudo! Os morros, os bairros (Entrevistado 47).

Com sensibilidade, o Entrevistado 42 observa a localização em destaque das igrejas que, como elementos marcantes, orientam e hierarquizam a paisagem:

Aqui... a paisagem aqui são as montanhas né? Mais o morro e as ruelas. Lembra assim... ruelas, montanhas. E parece que cada montanha tem uma igreja, né? (Entrevistado 42).

Concluindo a análise da experiência estética na cidade pelos atores sociais do Morro da Queimada, foi selecionada uma narrativa do grupo de liderança, nas palavras do Entrevistado 51, cuja definição da paisagem é feita por uma metáfora, o que remete às reflexões de Cauquelin (2007), que compreende a paisagem pela delimitação de uma janela, como um recorte, que a partir do visível reconhece uma “natureza domada”, como ambiente civilizado. A autora ressalta que o recurso na delimitação da natureza, atribui o distanciamento necessário e o enquadramento, a partir de um ponto de vista singular, pelo olhar do sujeito. Como se o infinito pudesse ser contido em uma leitura precisa na composição do conjunto, ao revelar-se em paisagem de tempo significado (CAUQUELIN, 2007).

Ainda que a categoria construída refute a paisagem como mera expressão artística, compreende-se a necessidade desse afastamento, na apreensão do ambiente pela experiência do olhar. Mas daquele olhar que desperta sensação na riqueza sensorial da imersão do ser e reciprocidade ao ambiente natural e cultural envolvente. A narrativa reconhece o sentimento desperto, em que a paisagem resgata e se faz memória, no reconhecimento do ser em seu habitat, que nos aproxima das reflexões fenomenológicas e das fundamentações e pensamentos categóricos da tese.

Eu olho como nossos olhos pra uma janela e como nosso coração o sentimento. Aí, a paisagem que você tá vendo são sentimentos... os nossos olhos como se fosse uma janela. Tá ligado à memória e ao sentimento né? (Entrevistado 51).

A reflexão desperta a recordação do célebre livro *Paisagem e Memória*, no qual Schama (1945) destaca a carga de significados e lembranças que um homem absorve da natureza. O autor define que “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1945, p. 17). Em sua análise é difícil identificar um sistema natural que não tenha sido modificado pelo ser humano, pois pelo simples fato da identificação e da percepção, já se estabelece uma atribuição de significados culturais.

Ao analisar as narrativas de paisagem pelo olhar dos habitantes do Morro da Queimada, constata-se que reconhecer as identidades do território e se identificar a ele, na vivência e na experiência, são caminhos para atribuições de valores e significados. A partir do conhecimento e do reconhecimento se produz afetividade e pertencimento ao lugar, o qual passa a ser apropriado de maneira positiva; quando o ser habita e se faz parte dele, portanto, mesmo não originário do espaço, estabelece vínculos, constrói histórias e se sente guardião de seus aspectos memoriais, culturais e naturais. Nessa perspectiva se encontra o posicionamento de Bonesio (2012, p. 208) ao reconhecer que na localização do ser:

[...] surge uma lógica da participação, do partilhar uma situação, do habitar, num projecto de fidelidade ao lugar em tempos longos, fundada não sobre a *comunidade natural* de autóctones e território, mas sobre a *escolha* do lugar do qual se cuida participando de uma *comunidade electiva* em que se é habitante apenas enquanto se decide ser “aqueles que cuidam” do lugar, vivificado como elemento imprescindível de uma relação de sentido, investimento simbólico e afectivo, responsabilidade e projecto do futuro.

O patrimônio passa a ser visto na incorporação das pessoas e de suas referências culturais quando o passado é tratado como elemento presente e vivo, em um processo atual e dinâmico que rejeita a musealização e se aproxima de práticas culturais, nas quais valores simbólicos e bens patrimoniais são ressignificados na contemporaneidade dos fatos. A identidade e o sentimento de pertencimento fazem com que a comunidade estabeleça relação com este território, atribuindo valores fundamentais e, nessa dialética, vivem a paisagem e naturalmente se tornam agentes de conservação de um lugar qualificado.

Na incorporação de valores e sentidos ao patrimônio ocorre necessariamente um deslocamento de foco dos objetos para os sujeitos e, numa lógica de atribuições de significados, não há lugar para objetividade nas tomadas de decisões. Entretanto, se reconhece a necessidade de contextualizar as ações e considerar o envolvimento dos diversos atores neste processo, incluindo a subjetividade dos especialistas. Esta perspectiva se fundamenta nas teorias de Muñoz Viñas (2003) quando apresenta a ética agonista e a ética sincrética, defendendo que ações em bens patrimoniais devem considerar uma relação dialética que, mesmo conflituosa nos valores reconhecidos e objetivos pretendidos, torna-se necessária para que se estabeleça

um campo de negociações, consensos e diálogos. A seguir serão apresentadas visões de alguns especialistas, que de alguma maneira tenham trabalhos relacionados ao objeto de estudo, não com o propósito de julgar acordos e conflitos de interesses entre os atores, mas como maneira de ampliar a análise e as interpretações mediante o referencial teórico metodológico.

4.4 A experiência da paisagem na visão dos especialistas

A paisagem será, agora, analisada pela experiência estética do especialista, e considerou-se uma escala mais ampla, o universo da cidade. Conforme descrito anteriormente, a metodologia adotada consistiu em entrevista aberta, tendo em vista a diversidade de áreas e atuações desses profissionais. Como forma de organização, foi adotado um roteiro, cujas temáticas relacionadas à experiência no Morro da Queimada foram analisadas no capítulo 3, no qual foram discutidos aspectos relacionados aos trabalhos e às atuações na Serra de Ouro Preto. Cabe, agora, apresentar algumas categorias de análise da paisagem, relacionadas à experiência na cidade e, para isso, foram adotadas classificações também aplicadas às narrativas da comunidade.

Para esta análise foram contemplados 13 especialistas, já apresentados anteriormente no capítulo 3, com formações distintas, e que, de alguma maneira, desenvolvem relações de trabalhos e/ou pesquisas na região do Morro da Queimada: (1) Benedito Tadeu de Oliveira, arquiteto e ex-chefe do escritório técnico do IPHAN-OP; (2) Carlos Magno Guimarães, arqueólogo e professor da Fafich/UFMG; (3) Yára Mattos, museóloga e professora do DEMUL/UFOP; (4) Rodrigo Otavio de Marco Meniconi, arquiteto e professor do IFMG-OP; (5) Frederico Garcia Sobreira, geólogo e professor, recém-aposentado, do DEAMB/UFOP; (6) Celso Guimarães Carvalho, procurador da prefeitura de Ouro Preto e professor da UNIPAC/Mariana; (7) André Henrique Macieira de Souza, arquiteto e atual chefe do escritório técnico do IPHAN-OP; (8) Célia Maria Corsino, museóloga e atual Superintendente do IPHAN-MG; (9) Márcia Maria Arcuri Suñer, arqueóloga e professora do DEMUL/UFOP; (10) Antenor Rodrigues Barbosa Junior, secretário de

Meio Ambiente de Ouro Preto; (11) Edenir Ubaldo Monteiro, diretor do Departamento de Projetos e Áreas Protegidas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (12) Penha Aparecida Vicente, técnica em Meio Ambiente; e (13) Zaqueu Astoni Moreira, secretário de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto.

O Quadro 6, *Experiência estética na cidade pelos especialistas*, sistematiza as categorias de análise da paisagem, que consistem em memória e identidade. Entende-se a memória como instrumento de resgate e de representação de imagens, conforme definições de Pesavento (2012), e que se manifesta como um tipo de narrativa de paisagem, segundo Purinton e Potteiger (1998). A identidade se relaciona à memória, ao se tratar de uma representação social, que se revela em referências simbólicas (PESAVENTO, 2007). Por meio do imaginário, paisagens são narradas também pelos especialistas, sendo possível observar como as imagens-sínteses se manifestam em experiências vividas, mas também especializadas que, por vezes, se influenciam por crenças e aspectos ideológicos. Por outro lado, a memória também resgata caracteres identitários e são eles que conferem a legibilidade do território.

Quadro 6 - Experiência estética na cidade pelos especialistas		
Categoria inicial	Subcategorias	Tipo
Memória	Experiência do olhar	<i>A priori</i>
	Legibilidade da paisagem	<i>A priori</i>
Identidade	Símbolos e significados	<i>A priori</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A memória como categoria será analisada pela: i) experiência do olhar; e pela (ii) legibilidade da paisagem, a partir das definições de paisagens selecionadas em narrativas dos especialistas, sendo possível perceber como as áreas de atuação profissional e os aspectos ideológicos influenciam na compreensão da paisagem.

Oliveira (2019), ex-chefe do escritório técnico do IPHAN-OP, apresenta a paisagem cultural como terminologia mais atual, e a explica como marcas culturais da “apropriação coletiva” ao longo do tempo, ou seja, ele parece entender como camadas temporais:

Atual é a questão da paisagem cultural [...] Paisagem. É uma sucessão... a paisagem está muito ligada à apropriação, né... coletiva, né... [...] O Morro da Queimada é isso também, né... tem uma apropriação cultural que não é de hoje... do século XVII (OLIVEIRA, 2019).

Por outro lado, observa-se, na narrativa, que a paisagem ainda é relatada como aspecto necessariamente visual e de imagem estética, quando descreve que uma das importâncias do Morro da Queimada, além da história e dos aspectos arqueológicos é “a questão da paisagem... que é o quadrante mais próximo da Praça Tiradentes” (OLIVEIRA, 2019). Nesse mesmo sentido, encontram-se as definições de Meniconi (2019), que entende como uma relação entre duas classificações, paisagem natural e paisagem construída:

[...] paisagem ali, neste caso... é um conjunto mesmo de formas... eu vejo de uma forma um pouco visual... estética, de concretização de relações... então... do ponto de vista paisagístico... acho importante ainda... deixar aquela área... menos densa... até como testemunho do que era, né... [...] você sente ainda... não de toda forma... tocada... mas é uma natureza... linda... ligada às primeiras ocupações [...] paisagem natural, né... e paisagem construída, né... as duas coisas juntas, né... quando há colaboração entre natureza e ação humana é muito bacana, né... (MENICONI, 2019).

Meniconi (2019) afirma que sua compreensão de paisagem é visual e estética, ao considerar que o “ideal” seria que a área do Morro da Queimada fosse menos adensada. A natureza aparece na fala do arquiteto na compreensão de sua transformação, quando a destaca “tocada”. As duas abordagens, de Meniconi (2019) e de Oliveira (2019), se aproximam da categoria de paisagem apresentada por Roger (2013), na modalidade da artialização *in visu*, cujo posicionamento predominou nas políticas de preservação no Brasil.

Barbosa Junior (2019), secretário de Meio Ambiente de Ouro Preto, compreende a paisagem como ambiente natural e “aspecto construtivo”, e, embora destaque seus aspectos visuais e contemplativos, parece compreender como uma experiência do olhar, ao associar os sentidos e a alma:

[...] quando a gente fala em paisagem, a gente associa sempre com contemplação... que faz bem para alma... aquilo que não é só os olhos que veem não... aquilo que você interioriza também... ela vai, como eu falei, desde o aspecto ambiental... flora... fauna... tudo do ambiente... como também do aspecto construtivo... urbanístico... dos monumentos... [...] (BARBOSA JUNIOR, 2019).

Nesse sentido, as reflexões de Barbosa Junior (2019) podem ser analisadas sob a ótica das definições de Simmel (2009) sobre o *stimmung*, que, para o autor, consiste no fenômeno da *trajetiva*, em que a paisagem se estabelece para o sujeito em uma manifestação espiritual e psíquica.

Para Monteiro (2019), a paisagem é experiência do olhar e, de alguma maneira, ele também destaca a subjetividade, na forma como se quer vê. Pela experiência prática, destaca a vegetação e reconhece como até mesmo ações de manutenção influenciam na paisagem. Apresenta, de maneira positiva, seu aspecto necessariamente dinâmico:

[...] paisagem é um negócio interessante, porque... é o que eu vejo, ou é o que eu quero ver... você tem que perceber que a cidade é uma coisa viva, né... tem como melhorar a paisagem... mas de que ponto de vista... eu quero ver o que... ver aquela área toda vegetada... lá no Morro da Queimada, é interessante, porque as ruínas estão todas cobertas de vegetação... e é um parque natural... [...] é muito complicado... definir paisagem de uma coisa que é muito dinâmica... (MONTEIRO, 2019).

Nas análises de Vicente (2019), a paisagem é “tudo” e depende do que se pretende ver. Em meio à ausência de uma delimitação, restringe ao olhar e compreende como objeto estético e natural, ao reproduzir a paisagem de Ouro Preto como “moldura” e a ocupação da Vila Aparecida como favela:

[...] paisagem é praticamente tudo... depende do que a gente está querendo ver... né... por exemplo, aqui em Ouro Preto, a serra que é, às vezes, tudo... a serra é a paisagem, é a moldura de Ouro Preto... eu acho... [...] já na Vila Aparecida é uma favela colonial... (VICENTE, 2019).

Na visão do geólogo Frederico Sobreira (2019), a paisagem é física e geológica, mas também é humana, social e econômica, ou seja, compreende as diversas facetas desse universo. Entende também a paisagem como representação, ao destacá-la como retrato do que se guarda na memória:

É um contexto mesmo do local, o retrato aí da evolução, do planeta. Daquele pedaço ali, a gente vê as influências geológicas, geomorfológicas, questão da vegetação e da ocupação. [...] Uma área urbana bem ocupada, em consonância com o verde. A paisagem é o retrato que a gente guarda do local, seja do bioma... do meio físico... e humano e socioeconômico (SOBREIRA, 2019).

A definição de paisagem do procurador da Prefeitura, Celso Guimarães Carvalho, converge para a categoria construída nesta tese, em delimitação próxima à apresentada por Assunto (2013a). Carvalho (2019), que mora na serra e possui formação na área do Direito Público destaca que a natureza não é intocada e descreve a paisagem como “atributo natural” e “intervenção humana” no território. Confere, como exemplo, o Morro da Queimada, cujas montanhas possuem “cicatrices” da mineração, e conclui ser uma “estética do território”, onde o natural se encontra com o “engenho humano”:

[...] paisagem pode ser um atributo natural... mas, hoje em dia... a maior parte do território já sofreu algum tipo de intervenção humana, né... então, por isso, eu acho que é uma relação entre os atributos naturais... entre uma beleza estética natural, com aquela intervenção humana que ocorreu naquele território. Então... por exemplo... no caso do Morro da Queimada... existe uma paisagem... que é caracterizada pela montanha... permeada por essa atividade humana... seja a atividade de mineração... que promoveu, né, cicatrizes... vamos dizer assim, no Morro... é muito visível, né... o processo de desmonte... e também a questão... da drenagem... né... do caminho artificial que assim foi colocado para água... para o processo de mineração. Acho que paisagem, eu diria que é isso aí... né... a questão estética do território... que pode ser uma perspectiva de atributo natural... mas que sofre modificações né... pelo engenho humano (CARVALHO, 2019).

O atual chefe do escritório técnico do IPHAN-OP, André Henrique Macieira (2019) também corrobora com as categorias aqui defendidas, de reciprocidade entre a natureza e o homem, e, de maneira crítica, reconhece que o IPHAN não possui ferramentas apropriadas para seu controle. Ao definir paisagem, destaca o envolvimento das pessoas e supõe que a valoração possa ser o caminho para se estabelecer instrumentos de gestão adequados:

[...] paisagem cultural é mais... ela é a interação do natural com a modificação antrópica... é isso mesmo... de relação... de valor... de significado... e de resultado prático da intervenção, ou não... mas que tenha relação com as pessoas... é um conceito novo, para o qual a gente ainda não tem ferramentas... talvez sejam as ferramentas de... valoração da paisagem... que talvez definam os instrumentos que sejam mais adequados de gestão pelo IPHAN... (MACIEIRA, 2019).

A valoração, assinalada por Macieira (2019) como uma possível ferramenta no estabelecimento de instrumentos de proteção da paisagem, encontra relação com os ideais necessários de atribuição de valor defendidos por Berleant (2013), quando apresenta a necessidade de se estabelecer experiência e juízo normativos. O posicionamento de André Macieira e da superintendente do IPHAN-MG, Célia Corsino, demonstra como, atualmente, os pensamentos de representantes do órgão de preservação tendem a contemplar um debate mais aberto e mais adequado à natureza da paisagem. Corsino (2019) define a paisagem em sua natureza necessariamente material e imaterial do patrimônio:

[...] eu acredito... que, a partir da paisagem cultural... que a gente vai unir as duas naturezas do patrimônio... patrimônio material e imaterial... o território deles é o território da paisagem cultural (CORSINO, 2019).

Zaqueu Astoni Moreira (2019), formado em Direito e atual Secretário de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, relaciona a paisagem aos aspectos da ambiência e da cultura, mas, ao descrevê-la na experiência do olhar, parece compreendê-la como ambiente essencialmente natural, que faz “fundo” ao patrimônio edificado:

[...] eu entendo como um entorno e uma ambiência ligada diretamente à questão do patrimônio edificado da cidade de Ouro Preto... [...] Se você retirar toda a paisagem de Ouro Preto, ela perde todo o contexto... não tem como se pensar em Ouro Preto sem pensar o Pico do Itacolomi no fundo... não tem como se pensar Ouro Preto sem pensar na Serra da Encardideira... onde está inserido o Morro da Queimada... então, eu vejo que são bens de natureza cultural... e no aspecto ambiental... e em seu aspecto histórico (MOREIRA, 2019).

Guimarães (2019) e Arcuri Suñer (2019), como arqueólogos que defendem as práticas comunitárias, possuem definições de paisagem que se aproximam, ao entenderem a natural incorporação do ser e de sua relação identitária ao meio. Tratam-se de definições precisas, que corroboram com as categorias analisadas na tese, ao destacar aspectos conceituais da arqueologia da paisagem. As reflexões de Guimarães (2019) podem ser analisadas com base na categoria apresentada por Berleant (2013), ao destacar que paisagem “define o ambiente” e a “vivência do ser”, que, inserido ao meio, se identifica e estabelece comprometimento por meio de sentidos:

Arqueologia da paisagem. Ela define o contexto, ela define o ambiente, ela define a vivência do ser humano, que está dentro dela, ou seja, ela não é meramente um elemento da natureza, porque o ser humano, ele usa os sentidos para vivenciar a paisagem, fazendo, inclusive, com que a paisagem se torne um elemento de identidade (GUIMARÃES, 2019).

Arcuri Suñer (2019) destaca a paisagem como “meio ambiente construído”, na perspectiva do olhar humano e de sua reciprocidade com a natureza. E explica que a paisagem só pode ser apreendida por uma câmera fotográfica, ao se considerar sua essência dinâmica, na incorporação do homem ao meio ambiente natural:

[...] por paisagem, eu entendo uma relação ao meio ambiente construído, a partir da perspectiva humana... [...] a partir do olhar humano... tendo uma relação... o dinamismo... ao meio ambiente [...] a paisagem, você só consegue apreendê-la a partir de um registro fotográfico [...] e se envolvem os homens, obviamente não é estático... me dá um exemplo de alguma coisa na natureza que é absolutamente estática... que não tem nenhum movimento... não tem... então, eu entendo paisagem a partir dessa animação... (ARCURI SUÑER, 2019)

A ideia da paisagem pela ecomuseologia é apresentada por Mattos (2019) também como encontro e interação de natureza e cultura, onde reside o trabalho do homem:

[...] paisagem dentro do conceito da museologia comunitária... da ecomuseologia... a paisagem ela é cultural, né... porque ela já está... ela é um “mix” de... da natureza... com a cultura, né... e ela é trabalhada pelo homem [...] uma interação entre cultura e natureza (MATTOS, 2019).

Quando questionados sobre a conservação da paisagem em Ouro Preto, algumas narrativas merecem análises e interpretações. As opiniões são variadas e há um consenso em relação às grandes transformações. Alguns descrevem como impactos e descaracterizações, mas, em sua maioria, os discursos não demonstram entendimento de uma ruptura, a ponto de se perder a legibilidade.

Barbosa Junior (2019), em sua experiência do olhar, descreve que, no passado, a cidade se integrava mais ao entorno, identifica as ocupações periféricas como um processo de degradação paisagística, e atribui a responsabilidade com relação a isso ao poder público, pela ausência de um programa habitacional. Mas entende que há formas de trabalhar e integrar as ocupações à paisagem:

[...] então, a cidade se integrava de uma forma maravilhosa... com seu entorno... então, nós tínhamos algo realmente para olhar e apreciar... uma bela paisagem... [...] naturalmente depreciando toda aquela paisagem natural... mas a gente entende... não é culpa nossa... essas pessoas foram sendo expulsas... para a periferia... não é que elas quiseram... é que o município nunca se debruçou em cima de um verdadeiro projeto de habitação... [...] ou seja... nós temos uma decadência... flagrante do aspecto paisagístico... da paisagem na área urbana de Ouro Preto... [...] preservar o pouco que restou e tentar integrar... isso que passou a ser degradante pode incorporar na paisagem e pode ser uma coisa natural... [...] e essa paisagem que eu falei que foi degradada... na verdade... o poder público... o município este completamente ausente... (BARBOSA JUNIOR, 2019)

Ao ser questionado sobre a preservação da paisagem na cidade de Ouro Preto, o arquiteto Meniconi (2019), que define a paisagem a partir da imagem estética, reconhece as transformações e entende que a ideia de objeto artístico e estático se perdeu:

[...] mas eu acho que isso é tempo... eu acho que é tempo, assim... quando você vê... você lembra quando a Vila Aparecida... quando surgiu... ao longo do tempo, ela vai se conformando... e a gente vai acostumando, né... a cidade vai incorporando ela, e ela vai se moldando também na paisagem, criando outra paisagem... outra paisagem diferente... que não é pior... é outra... [...] então, eu vejo que, de certa forma, ter a ideia de um quadro congelado... se perde. Está se transformando... mas você ainda consegue ver os motivos dominantes... isso ainda não foi afetado... você tem legibilidade... (MENICONI, 2019).

Na narrativa acima, Meniconi (2019) acredita que o tempo incorpora as alterações da paisagem e a legibilidade do conjunto de Ouro Preto se mantém em seus “motivos dominantes”. Nesse sentido, os elementos destacados pelo arquiteto podem ser comparados ao que Turri (2013) define como *iconemas*.

Por outro lado, Oliveira (2019), que entende a paisagem também como imagem estética, entende que a cidade se descaracterizou muito, e a compara a um quadro, como objeto artístico, que se desfigura em seu “fundo”:

Descaracterização da paisagem... do fundo, né... é um conjunto, né... você tem uma figura... que é um conjunto arquitetônico e urbanístico e o fundo da paisagem, né... é um quadro, né, você tem figura e um fundo... no momento que você desfigura a paisagem, você desfigura o quadro todo... [...] Eu sinto uma violência... uma descaracterização contínua (OLIVEIRA, 2019).

Algumas narrativas revelam experiências pessoais, como destaca Monteiro (2019), ao explicar que a sua relação é muito pessoal, por ter nascido na cidade, e admite sentir tristeza e que, para ele, as ocupações são impactantes:

[...] igual eu falei a gente cresceu... eu cresci vendo um monte de lacuna na paisagem... [...] você chega em São Francisco e vê a Vila Aparecida atrás... é um choque (MONTEIRO, 2019).

Neste contexto, Arcuri Suñer (2019), que se mudou recentemente para a cidade, identifica que a paisagem parece se manter ao ser comparada às antigas fotografias, e entende que isso se deve ao patrimônio edificado e austero, como referenciais no território:

[...] me parece a mesma cidade [...] essa presença austera de patrimônio edificado, né, ele é uma âncora... então, parece que a paisagem é a mesma (ARCURI SUÑER, 2019).

Os referenciais do território, que se revelam como “âncora” para Arcuri Suñer (2019), podem ser associados ao que se denomina como *iconemas*, para Turri (2013), e que se constitui de elementos significativos da paisagem, que, em Ouro Preto, se configuram como monumentos que se moldam ao ambiente natural.

Na experiência do olhar, as análises se baseiam também em projeções imaginárias propostas por Silva (2011), com base na avaliação da beleza da cidade e do espectro social da cor, cujos resultados também revelam símbolos e significados na leitura da paisagem. As notas para beleza da cidade variam entre 4 e 5, com exceção de apenas dois especialistas, que consideram que as ocupações desordenadas nas encostas comprometem de maneira significativa os sentidos. O primeiro deles atribui a nota 3 e justifica que a beleza depende do ângulo de visão; sendo que o outro especialista diz variar sua avaliação entre 0 e 5, ao considerar que depende da região.

Em relação ao espectro social da cor, o resultado foi variado e reflete aspectos arquitetônicos do conjunto. O verde se mostrou como a cor mais citada, sendo mencionada quatro vezes e associada à natureza. Mas também foram relacionadas as seguintes cores: cinza, para indicar sentimento de nostalgia; branco acinzentado

relacionado à neblina; tom de minério; vermelho, como o pôr do sol; amarelo; além das combinações azul e branco; azul e amarelo; marrom e branco; branco, cinza e azul; verde e ocre.

A identidade se revela por meio dos símbolos e significados atribuídos à paisagem, e as narrativas dos especialistas confirmam a importância da serra como elemento significativo e estruturante do território. A Serra de Ouro Preto e, em especial, o Pico do Itacolomi, são os elementos referenciais mais citados pelos especialistas. Os arquitetos destacam a incorporação da arquitetura ao ambiente natural das montanhas. Três especialistas associaram a paisagem à mineração, e citaram elementos como o mundéo e o aqueduto. Arcuri Suñer (2019), que considera o Pico do Itacolomi o símbolo mais óbvio, procurou relacionar elementos do seu cotidiano como referências, ao destacar a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Casa da Ópera e os mirantes da cidade.

Existe uma conformidade entre as falas dos especialistas ao incorporar a cultura e o ambiente natural ao procurarem definir paisagem. Entretanto, as narrativas ainda revelam imprecisões, o que demonstra como a temática ainda precisa ser debatida entre os especialistas. Ainda que alguns posicionamentos se revelem conservadores ou, até mesmo, continuem a reduzir a paisagem a “objeto estético”, os relatos demonstram como a categoria de paisagem começa a se melhor delimitar em diversos campos profissionais, que, de maneira aberta, compreendem o seu dinamismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da paisagem possibilita um novo olhar ao especialista, especialmente quando ele se permite também imergir no universo que pretende investigar e, na sua medida, exerce o papel de ator e espectador, na vivência e na experiência do espaço. Na imersão ao lugar revelam-se dimensões e atributos, e o pesquisador, após o processo, não mais conseguirá compreender a temática de outra maneira, que não seja o viver a paisagem. A cidade de Ouro Preto se apresenta como um perfeito “cenário” para a prática, cujas ações encontram espaço no ambiente cultural e natural do centro, mas, sobretudo, sobem o cotidiano nas encostas da serra.

Inicialmente, pensar a paisagem de Ouro Preto se motiva pelo desafio da conservação, e inquieta a experiência estética do olhar, pela aparente desordem, que se observa nas ocupações dos morros. Após a experiência e a apreensão temática promovida pelo trabalho, o imaginário não deixa de atuar, a admiração das cenas que, por vezes, ainda se reconhecem pitorescas, também continua a se manifestar, mas, sobretudo, a sensibilidade se aguça e emerge uma consciência da realidade, que não pode jamais ser descartada pelos que pretendem colaborar, na gestão e no desenvolvimento desta cidade que, de maneira temporal, ainda reside (ou seria resiste) a memória do passado, mas onde pessoas habitam um tempo presente.

Quando se estuda a paisagem, descobre-se um universo complexo e infinito de categorias diversas e de abordagens distintas, porque envolve pessoas, olhares, lugares, identidades, referências, práticas, sensibilidades, sensações, memória, tradição, conhecimento, patrimônio, entre tantos outros predicados; ao se considerar a natureza como sujeito e matriz geradora, conforme os ensinamentos de Berque (2013), quando explica a “mediância”. A paisagem realmente é o espaço onde o intangível se manifesta e constrói cotidianamente a materialidade. E, por isso, em seu dinamismo, não se pode capturar, a não ser pela representação, ou seja, pela imagem, em memória.

A paisagem deve, por isso, ser entendida nas modalidades tempo e espaço, pelo ambiente natural e cultural, pelas ações da natureza, mas também por atividades antrópicas. Tem a natureza contida na matriz de sua essência, mas, ao mesmo tempo, é habitat do homem, que a qualifica e a transforma. E, diante disso, os seres, por meio da paisagem, também se identificam, porque constroem referências ao longo do tempo e da história. A leitura da paisagem é, portanto, também uma leitura da identidade de um lugar, mas, sobretudo, de suas gerações. E essa abordagem é fascinante, porque, ao deixar marcas e estratos ao longo do tempo, também revela ações e posturas. Desse modo, quando se faz uma crítica à paisagem, também se manifesta uma crítica aos agentes, que constroem e vivem esse espaço. Atores diversos que variam em crenças, formações e valores, e que também influenciam e se deixam influenciar, em contextos econômicos e políticos. E, por isso, falar e estudar paisagem é tão desafiador, porque, quando se discute a real paisagem, não se aborda apenas o que é contemplado e apreciado, sendo assim, torna-se insuficiente restringir os estudos a aspectos estéticos visuais. A paisagem envolve experiência, ambiência e vivência; e incorpora estética, cultura, geografia, política e sociedade.

Metodologicamente, o trabalho se iniciou com uma análise macro da cidade de Ouro Preto, que se fez necessária para uma melhor compreensão da história de sua formação urbana e, conseqüentemente, da construção de sua paisagem em suas temporalidades. E, nessa abordagem mais geral, no capítulo 2, procurou-se apresentar aspectos historiográficos, funcionais e morfológicos, porém com uma leitura da paisagem por meio de categorias de pensamentos e pela incorporação de aspectos sociais e políticos, em contextos temporais. Conforme indicado na hipótese (i), para descrever a história da formação da antiga Vila Rica, não foi necessário nenhum esforço no reconhecimento da Serra de Ouro Preto como elemento primário, funcional e representativo, além da vizinha Serra do Itacolomi como importante referência geográfica à frente. A Serra de Ouro Preto protagoniza e configura a origem da representação do espaço, por meio de seus elementos naturais, que motivaram o acesso às margens dos cursos d'água, como referenciais visuais de localização e, sobretudo, como condicionantes da ocupação original, pelas riquezas e pelos recursos naturais.

Sendo assim, o território da Serra de Ouro Preto se tornou, desde a descoberta das lavras de ouro pelos bandeirantes até o final do século XVIII, *locus* do trabalho, da exploração, da habitação e da vida da sociedade nos arraiais minerários. E, nesse cenário, o Morro da Queimada, como objeto escolhido, se insere como protagonista de uma história trágica, mas de importância cultural, social, econômica e política. Pode-se dizer, ainda, que foi por meio de seus recursos naturais e ao explorar mão de obra de escravos com aptidão que se construiu, também durante o século XVIII, o patrimônio arquitetônico, artístico e monumental do conjunto urbano e central da cidade. A paisagem que se forma se enlaça aos aspectos naturais do território e, com os vestígios dos arraiais minerários, se sobrepõe em narrativas sociais. No século XIX, a serra esvaziada, em relação aos tempos áureos do ouro, continua a seduzir os olhares dos especialistas como fonte de riqueza, e, por outro lado, agentes políticos vislumbram o território, aparentemente “vazio”, como áreas de expansão. Nesse contexto, adormecem os vestígios de antigos arraiais abandonados e, durante o século XIX, as modificações na paisagem são pontuais, sobretudo no casario do denominado “centro histórico”, quando o ímpeto da modernidade atinge a sociedade local.

Na paisagem culturalmente construída, se sobressai o conjunto arquitetônico imponente, em meio à serra, com suas transformações visíveis, em marcas dos desmontes da mineração. Mas a matriz urbana da cidade formada no século XVIII pouco se alterou ao longo do século XIX e também se manteve na primeira metade do XX, tendo em vista o estado de abandono que se instaura, com a mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897. A paisagem passa a se modificar substancialmente, a partir de meados do século XX, com a retomada do crescimento econômico e, conseqüentemente, com o processo de (re)ocupação gradativa da serra, que, de alguma forma, em um novo ciclo econômico, político e social, continua a sustentar a área central com sua mão de obra. Os dados analisados demonstram como a cidade foi conduzida pelos agentes sociais, em um período marcado ideologicamente pelo processo de nacionalidade, em meio ao movimento modernista e de ditadura política. Esse contexto reflete práticas e condutas, que também se projetam e estão implícitas nas tentativas de proteção, nos primeiros planos urbanos e conseqüentemente, nas narrativas de paisagem.

O início do século XX será marcado pela institucionalização dos movimentos preservacionistas, e a cidade é vista como objeto artístico, sendo a paisagem entendida como representação de elementos estéticos e contemplativos, numa justaposição de monumentos e conjunto arquitetônico, emoldurado por montanhas. As análises e as interpretações realizadas no capítulo 2 indicam como a cidade foi conduzida por uma lógica de conservação obsessiva e museológica. E as primeiras tentativas de proteção se traduzem em planos urbanos inoperantes, instrumentos ineficientes para tratar a natureza da paisagem e políticas públicas desarticuladas ou interrompidas em fins de mandatos. Como consequência, se estabelece um quadro de segregação espacial e social, que aumenta o valor da terra na área central, e promove ocupações periféricas, sem planejamento e ordenamento territoriais. O núcleo central foi legitimado como patrimônio e as áreas periféricas da serra, também receptáculos culturais e históricos, acabam esquecidas.

Nesse sentido, compreende-se que as ocupações da serra acabam negligenciadas e acredita-se que o processo seja reflexo das políticas ideológicas de conservação, que pretendiam embalsamar o conjunto arquitetônico e urbanístico central. A possibilidade de análise dos primeiros planos urbanos, ainda que não tenham sido implantados, permitiu uma interpretação mais próxima da prática, em relação ao que se propunha ideologicamente na época e como a paisagem era compreendida. Também foi possível confirmar como os planos urbanos de Viana de Lima, em 1969, e da Fundação João Pinheiro, em 1975, se tratavam de planos setoriais, que priorizavam o turismo no conjunto antigo da cidade, além de uma ideia de conservação estética e estática do “centro histórico”, desarticulada do desenvolvimento do conjunto da cidade, o que confirma a hipótese (ii).

A cidade de Ouro Preto incorpora, em sua paisagem, as mesmas questões e problemas que se manifestaram e se instalaram nas cidades contemporâneas do Brasil. Também não são novidade os processos migratórios do campo para os centros urbanos, e esse fenômeno também ocorre na cidade e se desencadearam na década de 1970, o que se revela nos dados apresentados pelo plano da Fundação João Pinheiro, de 1975. Essa informação posteriormente se confirma no estudo de caso do bairro Morro da Queimada, cujos dados coletados indicam que grande parte da população é originária dos distritos, ou mesmo de cidades próximas.

Pode-se dizer que esse processo de ocupação recente desestabilizou uma ordem não apenas estética, mas natural da paisagem, que acompanha também graves problemas sociais. Nesse sentido, a aproximação com os agentes sociais, no capítulo 4, permitiu também interpretar essas questões, além da experiência do olhar em relação à legibilidade do território.

Os estudos demonstram que a serra, (re)ocupada ao longo do século XX, passa a ser vista como representação socioespacial marginalizada, como destacado na hipótese (i), e como lugar desqualificado, cujos laços históricos e culturais se tornam esquecidos por ações ideológicas, que selecionaram elementos de identidade e de memória, cujo propósito nacionalista visava projetar o país e ressaltar, substancialmente, o patrimônio erudito e suas raízes europeias. Embora as constatações realizadas no capítulo 2, por meio do levantamento historiográfico e documental, já fossem, em parte, conhecidas, entende-se que as abordagens pelas categorias da paisagem esclareceram narrativas implícitas em contextos temporais e permitiram interpretações e perspectivas mais aprofundadas do objeto de pesquisa.

Nessa ótica, pode-se afirmar que as políticas públicas de planejamento urbano se caracterizam por uma dicotomia entre desenvolvimento/dinâmicas de ocupação e preservação. O estudo das legislações urbanas demonstra a veracidade da hipótese (iii), ao observar que essa herança ainda se faz presente na legislação atual, com zoneamentos e parâmetros urbanísticos que não convergem com os critérios de conservação do IPHAN. Há também equívocos na delimitação do tema paisagem, que, embora apareça nos discursos, não apresentam instrumentos e ações ao alcance de sua natureza e dinâmica. Nesse mesmo sentido, a entrevista com o atual chefe do escritório técnico do IPHAN de Ouro Preto, apresentada no capítulo 3, demonstra o reconhecimento das limitações da atual Portaria do IPHAN nº. 312, que estabelece critérios de proteção desarticulados com o município e insuficientes para a gestão da paisagem. Na legislação atual, a paisagem deixa de ser reduzida a elementos físicos e biológicos, mas continua imprecisa e caracterizada como urbana ou natural; mas o mais preocupante é que ela continua sendo reconhecida como imagem, por pensamentos ainda conservadores. Também o tombamento como instrumento se mostra ineficaz para a proteção da paisagem, conforme destacado na hipótese (iii). A novidade foram as recentes discussões do IPHAN sobre o

instrumento da chancela da paisagem, que indicam debates mais amplos e próximos da paisagem, como categoria dinâmica da vida. Somam-se a essas questões, a ineficiência de programas habitacionais pelo município e políticas públicas ainda distantes de um planejamento urbano e territorial, que incorpore desenvolvimento social e econômico, fundamentado pela cultura.

O estudo da paisagem se verticalizou no Morro da Queimada como uma unidade da paisagem, onde foi possível aprofundar a pesquisa em análises de categorias e reconhecer o território em seu ambiente natural e cultural. Inicialmente, as análises apresentadas no capítulo 3 aprofundam aspectos históricos e morfológicos do território, e é possível melhor caracterizar e reconhecer seus elementos identitários e estruturantes. Eles se revelam não apenas em vestígios das estruturas arqueológicas, que compõem o sítio e se traduzem em representativos *iconemas* do território, mas também na natureza transformada dos morros, em cavas e grupiarias, promovidas pelos desmontes da mineração. Tratam-se de aspectos que marcam a paisagem real, se fazem presentes em antigas representações e se constituem como caracteres de identidade da população local, o que se esperava identificar.

As análises cartográficas permitiram um melhor conhecimento dos processos de expansão e crescimento urbano na serra, além da identificação dos locais de maior pressão e ameaça de ocupação, sendo também possível cruzar as ocorrências com informações cronológicas das ações de proteção, a partir de 2003. Os mapeamentos possibilitaram a análise do rápido processo de ocupação e confirmaram a consolidação do bairro Morro da Queimada, a partir da década de 1970. Certamente, a criação do Parque Arqueológico Morro da Queimada foi importante naquele momento, como instrumento de proteção do sítio arqueológico, e, embora as ações de implantação ainda não tenham se iniciado, o processo de expansão pelo bairro, em direção à região de maior concentração de ruínas, pôde ser contido. Entretanto, a questão não se mostra resolvida e ainda é possível identificar focos de pressão, pelo Morro São João e pela Rua do Fundão.

Vale destacar a importância de toda Serra de Ouro Preto como um único elemento físico, biológico e cultural na paisagem, cujas ocorrências de vestígios arqueológicos se fazem em, praticamente, toda sua extensão. As ações realizadas até o momento

deixam claro que o perímetro definido para o parque não abarca todo o sítio e deixa de fora importantes áreas mineradas, remanescentes arqueológicos e nascentes. Também foi possível constatar conflitos e desacordos entre os especialistas, no que diz respeito à proposta de implantação e ao projeto arquitetônico do parque. E, nesse sentido, observa-se, de maneira positiva, a preocupação de alguns especialistas em relação à pré-existência da comunidade e das ocorrências arqueológicas. Por outro lado, o arquiteto responsável pelo projeto entende que alguns posicionamentos merecem ser repensados, e reconhece a importância de desenvolver ações efetivas de participação e colaboração da comunidade, que, em sua opinião, ainda pouco se sabe como realizar. Em relação ao perímetro do parque, há um consenso que ele deva ser revisado e ampliado. Mas, ao que consta na proposta de mudança de categoria da unidade de conservação, de parque para monumento, existem conflitos de ideias, sendo unânime o posicionamento favorável à mudança pelos agentes públicos.

Cabe registrar como a paisagem se faz presente nos discursos dos especialistas, e como as tendências contemporâneas, da museologia comunitária e da arqueologia colaborativa, se aproximam da categoria de pensamento da paisagem construída nesta tese. Sendo assim, já se observam importantes ações do LAPACOM em andamento, desenvolvidas pela equipe coordenada pela arqueóloga Márcia Arcuri Suñer.

Também foi possível identificar que, durante a elaboração do projeto de implantação do Parque Morro da Queimada, foram desenvolvidas ações importantes com a comunidade, sob coordenação da museóloga Yára Mattos, quando se iniciaram as atividades do Projeto Ecomuseu da Serra, posteriormente deslocado para a comunidade do Morro São Sebastião, onde se consolidou. Em relação ao processo de desapropriação de algumas famílias, durante a criação do parque, os registros indicam que ocorreu em acordo com a comunidade, mas os entrevistados lamentam a ineficiência das ações. E embora, atualmente, a população do bairro se mostre desacreditada em relação às ações de implantação do parque, os relatos confirmam que grande parte da população se mostra sensibilizada pela preservação da área.

A abordagem dos agentes públicos revelou como existe uma tendência no discurso em incorporar a comunidade nos processos de conservação, além do reconhecimento da necessidade de uma maior integração entre os órgãos municipal e federal, tanto em planejamento como em processos de gestão do próprio parque. Ainda que se percebam avanços, cabe destacar que ainda se manifesta, na visão de alguns especialistas, uma ideia conservadora em relação à paisagem, enraizada na ótica da representação do objeto estético e também do entendimento do ambiente natural como “borda verde” do conjunto artístico. A função do órgão gestor como um agente fiscal e controlador também é colocada de maneira contundente, ainda que seja uma visão restrita a poucos especialistas.

Sendo assim, o capítulo 3 demonstra como, na prática, se instala um campo de negociação de valores e de interesses subjetivos entre os especialistas. Por outro lado, evidencia como ainda é necessário avançar em ações, atitudes coletivas e abertura ao debate, conforme as reflexões da teoria contemporânea da conservação, apresentada por Muñoz Viñas (2003), inclusive na incorporação dos atores sociais e da comunidade local, em processos de valoração e tomadas de decisão.

A pesquisa demonstra como a Serra de Ouro Preto se estabelece em território de riscos e conflitos, de ordens diversas. Em relação aos usos e às funções, os aspectos geomorfológicos e geológicos são desfavoráveis, e somadas a sucessivas ações antrópicas, se estabelecem como áreas de risco e desestabilizam uma ordem natural. O quadro das políticas públicas, que não associam conservação e desenvolvimento, gera questões sociais sérias, além de especulação imobiliária das áreas centrais, o que continua promovendo gentrificação e adensamentos das áreas periféricas. Também se percebem interesses imobiliários na região da serra, o que acaba produzindo pressão em pontos de expansão, além dos conflitos de interesses econômicos e de preservação.

A experiência em campo, por meio do instrumental das narrativas, possibilitou uma abordagem ampla e enriquecedora, sem a qual seria impossível conhecer o lugar. As paisagens narrativas demonstraram um potencial incrível para inventariar e diagnosticar uma comunidade e seu território. Os desafios foram muitos, mas foram

superados metodologicamente, em procedimentos práticos de campo, com roteiros que, previamente, contemplavam categorias de análise e também pela experiência da observação participativa. Os conteúdos significantes possibilitaram conhecimento a partir de análises e de interpretações, esclareceram questões e levantaram aspectos que eram desconhecidos.

De fundamental importância foram os estudos e a construção prévia da categoria de paisagem, por meio das teorias de Rosário Assunto (2013a; 2013b), Arnold Berleant (1997; 2012), Augustin Berque (2013a; 2013b), Georg Simmel (2009), Eugenio Turri (2013) e Luisa Bonesio (2012; 2013a; 2013b). A construção da categoria de pensamento foi base desde a coleta dos significantes, até a classificação e a interpretação dos conteúdos temáticos. Nesse sentido, as categorias de análise se baseiam na natureza imaginária das narrativas e foram delimitadas em importantes aspectos do patrimônio: identidade e memória. Por meio dessas temáticas, foi possível analisar e interpretar a paisagem, pelo olhar dos agentes sociais, que constroem cotidianamente e vivem o Morro da Queimada. O resultado é um inventário amplo e abrangente do patrimônio, na complexidade de sua natureza, material e imaterial, que se mostram indissociável.

Ainda que se tenha delimitado o bairro Morro da Queimada como território de atuação prática para o trabalho de campo, a metodologia não restringe o universo de análise e de interpretação ao ambiente vivido no bairro. Considera-se também a experiência da comunidade na serra e na cidade, o que possibilitou uma abordagem ainda mais ampla e enriquecedora na discussão da paisagem. Nesse sentido, as narrativas de paisagens revelam o ambiente vivido do patrimônio, em práticas culturais, além de caracterizar e valorar os caracteres identitários, por meio da memória e das referências cotidianas. A serra se faz presente no imaginário das pessoas, em relações de afeto, mas também em práticas de uso, percursos e apropriações, inclusive por dependência direta de recursos naturais, como a água. As questões de exploração econômica também são assinaladas, em certa permanência da tradição do garimpo de ouro e da riqueza geológica, que, inclusive, foi o que motivou parte da ocupação no século XX, com a instalação de pedreiras na região.

O despertar de projeções imaginárias por meio de categorias foi enriquecedor, e trouxe à superfície questões que interferem no cotidiano das pessoas e se relacionam aos caracteres identitários do território, como as minas e os vestígios arqueológicos, que se configuram na imagem-síntese do Morro da Queimada. A figura do escravo está presente nas narrativas, como uma construção social, e os aspectos religiosos e espirituais também são fortes e marcam as práticas culturais. A experiência da comunidade com o entorno da serra se revelou mais forte no passado, mas ainda se percebe comprometimento com o meio. O Parque das Andorinhas é ressaltado pelo lazer e pelo contato com a natureza. Já na região da área do Parque Morro da Queimada, as relações, em geral, se fazem em trajetos e usos de recursos naturais. Atualmente, a população se encontra descrente em relação às ações de implantação do parque, mas uma grande maioria reconhece os valores do lugar e espera que as ações incorporem e tragam benefícios à comunidade. O bairro, carente de infraestrutura e de equipamentos comunitários, é totalmente dependente das regiões do entorno.

A experiência na cidade se concentra na dependência do trabalho, do comércio e dos bancos. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados manifestou apropriações relacionadas ao lazer e a outras atividades sociais e culturais. Nesse sentido, nota-se uma fragilidade na manifestação de pertencimento e manifesta-se um sentimento de rejeição e de preconceito em relação ao bairro Morro da Queimada. As práticas culturais populares se apresentam como importantes vínculos com a comunidade, e a religiosidade, acentuada no bairro, também se revela na referência direta e na presença marcante da Igreja de Santa Efigênia, à frente do morro.

As sensibilidades despertadas nas narrativas da comunidade, pela experiência estética do olhar, foram muitas; e ainda que, algumas poucas pessoas manifestem certo dano estético, por alienação ou ausência de discernimento, utilizando as definições de Berleant (1997; 2012), não se identifica como uma ruptura da paisagem, que continua sendo referenciada simbolicamente por sua legibilidade. A percepção de uma desestabilidade na ordem estética, com o crescimento da cidade, também aparece nas narrativas e a natureza é destacada com maior ênfase, na diminuição de massa verde do conjunto. A experiência estética demonstra a relação

de dependência vital e social das pessoas com o ambiente natural, como destaca Rosário Assunto (2013a; 2013b). E, nesse sentido, coloca-se em questionamento se o caminho do ordenamento não seria também estabelecer processos de renaturalizar o espaço. Por outro lado, parte da população reconhece beleza nas ocupações de encosta, o que, para eles, não desestabiliza uma ordem estética, fato que pode se justificar também por projeção e identidade. De qualquer maneira, foi surpreendente e enriquecedor analisar os discursos da paisagem pela comunidade, que, em geral, demonstra percepção, sensibilidade e comprometimento com o meio. Mesmo que algumas narrativas definam a paisagem reduzida à natureza, o que é compreensível, foram notáveis os relatos de agentes sociais que reconhecem a sua complexidade e dinâmica.

Em relação ao olhar do especialista, as narrativas demonstram a necessidade de estabelecer uma gestão compartilhada, em que a comunidade se incorpore. E ao que tange a experiência estética da paisagem, a delimitação do tema pelos especialistas revela sua prática, seus posicionamentos e as ações discutidas no capítulo 3. Mesmo que ainda se observem posicionamentos conservadores e a compreensão da paisagem como objeto estético, em imagem e representação, de alguma maneira, todos reconhecem seu conteúdo natural e cultural. Pode-se dizer que a particularidade da formação profissional acaba gerando abordagens e entendimentos variados, e são significativas as narrativas de paisagens, entre os especialistas, que compreendem a sua natureza dinâmica, em ações antrópicas e na reciprocidade do homem ao meio. Entretanto, cabe registrar que alguns conceitos ainda apresentam imprecisões, o que reforça a importância em acirrar a discussão dessa temática.

Os resultados apresentados no capítulo 4 demonstram o potencial das narrativas como instrumental, que permite reconhecer o patrimônio por meio de identidades, memórias, tradições e práticas, ao considerar as referências culturais na atribuição de valores e sentidos. A paisagem é, assim, reconhecida, analisada e interpretada pela incorporação do ser, e o resultado dessa leitura se torna base para estabelecer ações mais embasadas e em consonância com a comunidade, sendo este o caminho que se defende para o fortalecimento das ações patrimoniais de conservação e de tutela da paisagem. Em relação à área do parque, o bairro Morro

da Queimada pode ser considerado como uma zona de amortecimento da unidade de conservação, o que atribui importância aos conteúdos significantes e às interpretações aqui apresentadas, e pode conferir subsídio ao plano de manejo, ainda não desenvolvido.

Durante toda a tese, a legibilidade, como categoria de análise, foi incorporada como aspecto de leitura da paisagem, por meio de seus elementos identitários, sejam eles naturais ou culturais, que tenham adquirido significado. Baseou-se nas definições apresentadas por Turri (2013), quando define os *iconemas*, e de Bonesio (2013a) ao apresentar os elementos estruturantes. Nesse caso, ressalta-se a importância de se identificar essas referências na constituição da identidade do lugar, e elementos arquitetônicos, urbanísticos e primários do território foram destacados como caracteres fundamentais a serem considerados na conservação da paisagem, com frequência associados a aspectos intangíveis. Contudo, a metodologia de análise converge para o exposto na teoria contemporânea de Muñoz Viñas (2003), ao reconhecer o traço subjetivo da legibilidade, o que se torna claro nas narrativas, tanto da comunidade, como dos especialistas.

Também se reconhece a complexidade do conceito de legibilidade, e se compreende a paisagem como um palimpsesto, ou seja, uma sobreposição de estratos temporais. Nesse sentido, corrobora-se com a crítica estabelecida na teoria contemporânea, pois, ao procurar reestabelecer qualquer legibilidade anterior, perde-se parte de uma leitura sobreposta de camadas significantes, que revelam aspectos historiográficos e simbólicos de uma época. Sendo assim, toda e qualquer intervenção deve compreender e trabalhar mediante pré-existências.

Por fim, certamente a Serra de Ouro Preto se revela como principal elemento estruturante da paisagem e pode ser considerada como imagem-síntese desse território, tão rico culturalmente. Falar da Serra não é se restringir a aspectos territoriais e funcionais, mas é, também, incorporar seu valor simbólico e historiográfico. Acredita-se que o caminho para a conservação da paisagem, como patrimônio em seu contexto alargado, seja resgatar o protagonismo desse elemento fundador. Esse entendimento não desqualifica o que se convencionou chamar de “centro histórico”, pelo contrário, enriquece sua imagem, ao incorporar e legitimar a

sua origem; porque se, hoje, a cidade de Ouro Preto apresenta um Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de tamanha relevância artística e cultural, tem-se uma dívida com a Serra, que não se encontra “à margem” do conjunto, mas é parte dele. E, assim, se encerra esta tese, na certeza de que o assunto não se esgota e que muito trabalho se tem a fazer. Acredita-se que será necessário reconhecer a Serra como protagonista desta história e pensar a paisagem de maneira coesa, para que se possa estabelecer bases mais seguras ao pensar a gestão e o planejamento urbano territorial da cidade de Ouro Preto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1974. 128p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na ilha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Organização Simões, 1952. 250p.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*: coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 184p (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 38).

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brazil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: n.d., 1837. n.p.

ARCURI SUÑER, Márcia *et al.* *Patrimônio e arqueologia comunitária no Morro da Queimada*: desafios para a gestão compartilhada. In: SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 4., 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 280p.

ASSUNTO, Rosário. Paisagem – Ambiente – Território. Uma tentativa de clarificação conceptual. Tradução de Maria Cristina Leal. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 125-129.

ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 339-376.

BAETA, Rodrigo Espinha. A arquitetura religiosa e o drama barroco de Ouro Preto. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, ano 12, número especial 11, p. 147-194, 2014.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963. 116p.

BARBOSA, Ruy. *Transcrição do discurso da Campanha Civilista de Ruy Barbosa em 1910*. Rio de Janeiro: Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN-RJ, 1910. (Série Arquivo Técnico Administrativo, do Arquivo Noronha Santos).

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. Um lugar no universo. *O Brasil dos viajantes*. v. 2. São Paulo: Meta livros; Salvador, BA: Fundação Emílio Odebrecht, 1994, p. 102-137.

- BERLEANT, Arnold. Estética e ambiente. Tradução de Luís Sá. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 281-298.
- BERLEANT, Arnold. O significado mutável da paisagem. Tradução de Teresa Carvalho. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: um manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 347-356.
- BERLEANT, Arnold. *Living in the landscape*. Toward an aesthetic of environment. Lawrence: University Press of Kansas, 1997, p. 59-83.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.
- BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do homem, medida humana da Terra. Para uma problemática do mundo ambiente. Tradução de Andreia Saavedra Cardoso. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 185-199.
- BERQUE, Augustin. O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica. Tradução de Andreia Saavedra Cardoso. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 200-212.
- BONESIO, Luisa. Elogio da conservação. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 443-464.
- BONESIO, Luisa. Habitar na terra e reconhecer-se nos lugares. Tradução de Maria Cristina Leal. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: um manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 203-210.
- BONESIO, Luisa. Interpretar os lugares. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 465-474.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO – ABEP, 12., 2000, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ABEP, outubro de 2000. (GT População e História)
- BOXER, Charles R. *A Idade de ouro do Brasil*. Tradução de Nair de Lacerda. 2. ed. (revista). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 390p.
- BRASIL. *Decreto-lei nº. 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. *Decreto n.º. 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bem cultural de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. *Estatuto da Cidade*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102p.

BUENO, Fernanda Alves de Brito Bueno; JUNQUEIRA SCHETTINO, Patrícia. Reflexão sobre a produção arquitetônica em Ouro Preto da segunda metade do séc. XIX ao início do XX: reconhecimento e preservação. *In: ARQUIMEMÓRIA: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO*. 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA, 2017.

BUENO, Fernanda Alves de Brito Bueno. Entre o sagrado e o profano: aspectos da paisagem cultural de Ouro Preto. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 17., 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUR/FAU-USP/IAU-USP/IE/UFABC, maio de 2017.

BUENO, Fernanda Alves de Brito Bueno; DANGELO, André Guilherme Dorneles. A paisagem vista através do primeiro plano urbano para Ouro Preto/MG. *In: II JORNADAS INTERNACIONALES DE INVESTIGACIÓN SOBRE PAISAJE, PATRIMONIO Y CIUDAD. APROXIMACIONES CONTEMPORÁNEAS AL PAISAJE URBANO – 2.*, 2018, Alcalá de Henares. *Actas preliminares [...]*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2018.

BURLE MARX, Roberto; SCLIAR, Carlos. *Jornal de Ouro Preto*, p. 5, dezembro de 1967. Série Arquivo Técnico Administrativo, do Arquivo Central IPHAN-RJ.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de David Jardim Júnior. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1976. 366p.

BUZAN, Tony. *Mapas mentais*. Tradução de Paulo Polzonoff Jr. Rio de Janeiro: Sextante, 2009. 96p.

CARTA CONVENÇÃO EUROPEIA PAISAGEM. Florença, 20 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-europeia-da-paisagem-0>> (Acesso em: 20 mar. 2019.)

CARTA DE CRACÓVIA. *Princípios para a conservação e o restauro do património construído*. 2000. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> >. (Acesso em: 20 mai. 2017.)

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, n.p., out. 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. *In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO*. 1., Belo Horizonte, 2010. *Anais [...]*. Coordenação editorial e org. Leonardo Barci Castriota. Brasília: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199p.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 196p.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. *In: PANDOLFI, Dulce (Org.)*. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 179-190.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 169-217.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. *In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre*. *A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 5ª reimpressão. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 189-202.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001. 282p.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

COELHO NETTO, José Teixeira. O imaginário e o ideológico. *A construção do sentido na arquitetura*. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2012, p. 97-127.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. *In: NEGREIROS, Carmem; LEMOS, Masé; ALVES, Ida (Orgs.)*. *Literatura e paisagem em diálogo*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012, p. 11-29.

DOMINGUES, Alei Leite Alcântara; SOBREIRA, Frederico Garcia. Mineração do ouro antiga em Ouro Preto e Mariana: registro das estruturas remanescentes, caracterização e alteração paisagística na serra de Ouro Preto. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA*. 43., 2006, Aracaju. *Anais [...]*. Aracaju: Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), 2006.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (Org.). *Ouro Preto: cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica. (1711-1911)*. Ouro Preto: Liberdade, 2011. 432p.

DUNCAN, James. *The city as text*. The politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 244p.

FERREIRA, Juliano. *Regularização fundiária: relatório dos trabalhos de levantamento e certificação dos imóveis irregulares para o desenvolvimento do projeto de implantação do parque arqueológico do Morro da Queimada*. Ouro Preto, julho de 2008. Disponível em:

<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/regularizacao_fundiaria.pdf>. (Acesso em: 6 jul. 2019.)

FERREIRA, Maria Raquel Alves. *A gestão do patrimônio arqueológico pelo Estado brasileiro: o caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada*. 2011. 158f. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 731p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN; Editora da UFRJ, 2005. 296p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975. (Relatório Síntese)

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 3-21.

GIANNETTI, Ricardo. O ateliê de pintura de Honorio Esteves. *In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila; PORTELLA, Isabel Sanson; SILVA, Rosangela de Jesus (Orgs.) Oitocentos – Tomo IV: o ateliê do artista*. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2017, p. 243-261.

GIOVANNONI, Gustavo. *Textos escolhidos*. Org. Beatriz Mugayar Kühl. Tradução de Renata Campello Cabral; Carlos Roberto M. de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. 204p.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 79-108.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 310p.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Parque Arqueológico Morro da Queimada: delimitação do patrimônio arqueológico*. Belo Horizonte: Cooperativa Cultura, maio 2014. 35p. (Relatório final)

GUIMARÃES, Carlos Magno (Coord.). *Levantamento visual do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada*. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich, UFMG, dez. 2004. 66p.

HANS MANN. *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1961. 142p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed., 14. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.

ICOMOS/AUSTRÁLIA. *Carta de Burra*. Burra, 1999. Tradução de António de Borja Araújo. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. (Acesso em: 1º ago. 2019.)

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. (Acesso em: 15 mai. 2019.)

ICOMOS. *Carta de Washington*. Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas. 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>. (Acesso em: 10 mai. 2019.)

IPHAN. *Portaria n.º. 122*, de 2 de abril de 2004. Dispõe sobre as diretrizes e critérios para intervenções urbanísticas e arquitetônicas em área do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, tombado em nível federal. Brasília, 2004.

IPHAN. *Portaria n.º. 312*, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Brasília, 2010.

IPHAN. *Resolução n.º. 001*, de 3 de agosto de 2006. Publicada no DOU de 23 de março de 2007. Brasília, 2006.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157p.

Jornal de Ouro Preto, outubro de 1966, s/p. Acervo IPHAN-RJ. Série Arquivo Técnico Administrativo, do Arquivo Central IPHAN-RJ.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998. 159p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990. 476p.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space produção do espaço*. Translated by Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991. 464p.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec, 2006. 179p.

- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Criar paisagens: expressão artística ou instrumento civilizatório?* In: COLÓQUIO DO GRUPO DE PESQUISA UTOPIAS URBANÍSTICAS EXPERIMENTAIS. 2., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, Centro Cultural UFMG, 2015.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; CORONA, Eduardo. *Dicionário da arquitetura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017. 479p.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 140p.
- LIMA, Viana de. *Ouro Preto. Sugestões para a sua valorização e renovação*. Relatório, vol.I, doc.1. Porto: n.d., 1969. 22p. Acervo IPHAN-RJ.
- LIMA, Viana de. *Ouro Preto. Origens, desenvolvimento e declínio*. Relatório, vol.I, doc.2. Porto: n.d., 1969. 18p. Acervo IPHAN-RJ.
- LIMA, Viana de. *Ouro Preto II Rapport*. Relatório N.I.: n.d., 1970. Acervo IPHAN-RJ.
- LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996. 335p.
- LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, p. 11-21.
- LOPES, Myrian Bahia (Coord.). *O Morro da Queimada no século XIX*. Ouro Preto, 2008. 34p. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>>. (Acesso em: 9 set. 2019.)
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso ou representação ou De como os *baloma* de Kiriwama podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 127-140.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980. 151p.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989. 219 p.
- MATTOS, Yára. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária. In: ATELIER DO MOVIMENTO INTERNACIONAL DA NOVA MUSEOLOGIA/MINOM/ICOM, 12., 2007, Lisboa e Setúbal, Portugal. *Anais [...]*. Lisboa e Setúbal: MINOM/ICOM, 2007.
- MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980. 143p.
- MELLO, Susy de. *Barroco mineiro*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985. 287p.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. 1999. 156f. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: *contexto de observação, interação e descoberta*. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 61-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2012. 108p.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. 264p.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 22, p. 108-122, 1987.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2003. 205p.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Proj. História, 1993. 28p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. *In: NESBITT, Kate (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: COSAC/NAIFY, 2006, p. 443-461.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto-MG: um projeto em construção com a comunidade. *In: ENCONTRO MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, 4., 2009, Ouro Preto. *Anais [...]*. Ouro Preto: ABRAMPA, 11 a 13 de março 2009.

OLIVEIRA, Leandro Duque de. *Ocupação urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências*. 2010. 137f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

OURO PRETO. *Decreto nº. 13*, de 19 de setembro de 1931. Acervo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

OURO PRETO. *Decreto nº. 25*, de 3 de setembro de 1932. Acervo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

OURO PRETO. *Lei Complementar nº. 1*, de 10 de dezembro de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências.

OURO PRETO. *Lei Complementar n.º. 29*, de 28 de dezembro de 2006. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto.

OURO PRETO. *Lei Complementar n.º. 30*, de 28 de dezembro de 2006. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto.

OURO PRETO. *Lei Complementar n.º. 93*, de 20 de janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto.

OURO PRETO. *Lei n.º. 437*, de 27 de maio de 1937. Acervo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

OURO PRETO. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. *Livro de registro de ofícios e portarias* (1892 e 1893). Diogo de Vasconcelos. N.º. registro 950. Microfilme 213. Inventariante: Kátia Campos, 2002.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156p.

PEREIRA COSTA, Stäel de A.; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 236p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 130p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976. 417p.

POTTEIGER, Matthew; PURINTON, Jamie. *Landscape narratives*. Design Practices for Telling Stories. USA: John Wiley & Sons, INC, 1998. 340p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil 1500-1720*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968. 235p.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000. 414p.

RENGER, Friedrich E. Apresentação elaborada pelo Prof. Dr. do Instituto de Geociências/UFMG para a palestra “A história da mineração de ouro no Brasil”, no Museu das Minas e do Metal História do Ouro no Brasil, em 20 de agosto de 2012. Publicada em 1 nov. 2012. Disponível em:
< <https://pt.slideshare.net/museuminasmetal/historia-do-ouro-no-brasil>>. (Acesso em: 20 ago. 2018.)

RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 103-126.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 25-54.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo. *In*: MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS, Eduardo Mendes de. *Cidade e imaginação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 1996, p. 55-62.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 152p.

RIBEIRO, Joaquim Cipriano. *Relatório sobre minas existentes na Sesmaria da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto, agosto de 1898. Transcrição de Helenice Afonso de Oliveira. Disponível em: <<http://arquivopublicoop.blogspot.com/2019/02/expansao-urbana-acoes-de-modernidade.html>>. (Acesso em: 16 abr. 2019.)

RITTER, Joachim. Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna. Tradução de Ana Nolasco. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 93-122.

ROGER, Alain. Natureza e cultura. A dupla artialização. Tradução de Paulo Frazão Roberto. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 151-166.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 382p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo: Itatiaia, 1974. 125p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. *In*: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 104-145.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista*, v. 4, p. 125-163, jan./dez. 1996.

- SALES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999. 233p.
- SALGADO, Marina. *Ouro Preto: paisagem em transformação*. Belo Horizonte: CRV, 2013. 178p.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 179p.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. 193p.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. O primeiro passo é a metade do caminho. *In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO*. 1., Belo Horizonte, 2010. *Anais [...]*. Coordenação editorial e org. Leonardo Barci Castriota. Brasília: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 5-8.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2014. 232p.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Tradução de Adriana Veríssimo Serrão, Ana Nolasco, Andreia Saavedra Cardoso, Lisete Maria Rodrigues, Luís Sá, Maria Cristina Leal, Maria Francisca Machado Lima, Paulo Frazão Roberto, Pedro Sargento, Tiago Mesquita Carvalho. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a. 502p.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*. Brasília, n. 2, ano 1, p. 7-27, 2013b.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da Paisagem. Estudos*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, p. 160-177, 2013c.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual. *Enrahonar, Quaderns de Filosofia*, v. 53, p. 15-28, 2014.
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, v. 30, p. 108-119, 1996.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2011. 247p.
- SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128p.
- SIMMEL, Georg. *A filosofia da paisagem*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia:press, 2009. 18p.

SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998, p. 137-144.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Editora Ática, 1992. 239p.

SOBREIRA, Frederico Garcia. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. *Quaternary and Environmental Geosciences*, v. 5, n. 1, p. 55-65, 2014. (Antropoceno – Tecnógeno)

SOBREIRA, Frederico Garcia *et al.* Acervo arqueológico relacionado à antiga mineração do ouro em Ouro Preto. In: A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa: Programa RUMYS - Projeto Estrada Real. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009. p. 141-158.

SOBREIRA, Frederico Garcia; FONSECA, Marco Antônio da. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. *Geotecnia*, Lisboa, v. 92, p. 5-28, 2001.

SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. 344p.

TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. 208p.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Ouro Preto: cidade histórica, cidade de hoje. *Revista Barroco*, n. 18. O território barroco no século XXI. Ouro Preto/Belo Horizonte: Rona Editora/Instituto Cultural Flávio Gutierrez, anos 1997-2000, p. 405-414.

TURRI, Eugenio. A paisagem como teatro. Tradução de Maria Cristina Leal. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 167-184.

FONSECA, Marco; SOBREIRA, Frederico; RAINHO, Maria Estela; OLIVEIRA, Marcus. Unbridled development of urban space and its implications for the preservation of landmarks. The Morro da Queimada Archaeological Site, Ouro Preto, Brazil. *Cities, Great Britain*, v. 18, n. 6, p. 381-389, 2001.

UNESCO. *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Org. Claudia Feierabend Baeta Leal. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 344p.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (2003)*. Brasília, 2006.

UNESCO. *Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Tradução de Francisco Agarez. Lisboa, 12 de julho de 2017.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. *Carta de Nara*. Nara, 1-6 de novembro de 1994.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256p.

VARINE, Hugues de. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: 30 de outubro a 5 de novembro de 2009*. Tradução de João Carlos Saraiva de Magalhães. Relatório de missão. N.l.: n.d., 2009. 36p.

VARINE, Hugues de. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: 19 a 24 de outubro de 2011*. Tradução de João Carlos Saraiva de Magalhães. Relatório de missão. N.l.: n.d., 2012. 30p.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974, v. 2. 287p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - Residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1956. 319p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Formação das povoações de Minas Gerais. Arquitetura no Brasil, pintura mineira e outros temas*. Belo Horizonte: Edições Escola de Arquitetura da UFMG, 1959, p. 1-6.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. 108p.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707*. São Paulo: Na Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853. 526p.

VIEIRA, Liliane de Castro. *Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência*. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 145-189, jul./dez. 2016.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *A teoria contemporânea da restauração e a arquitetura moderna*. Textos para discussão n.º. 58. Série 2, Gestão do Restauero. Olinda: Centro de Estudo Avançados da Conservação Integrada, 2014. 14p.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *Conservação urbana: textos de momento*. Textos para discussão n.º. 30. Olinda: Centro de Estudo Avançados da Conservação Integrada, 2008. 19p.